

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
– TESE DE DOUTORADO –**

**BENEMÉRITOS EMPRESÁRIOS: *HISTÓRIA SOCIAL DE UMA ELITE DE ORIGEM  
IMIGRANTE DO SUL DO BRASIL (SANTA CRUZ DO SUL, 1905-1966)***

**PROPONENTE: ANDRIUS ESTEVAM NORONHA**

**ORIENTADOR: DR. FLÁVIO MADUREIRA HEINZ**

**PORTO ALEGRE**

**2012**

ANDRIUS ESTEVAM NORONHA

**BENEMÉRITOS EMPRESÁRIOS: *HISTÓRIA SOCIAL DE UMA ELITE DE ORIGEM  
IMIGRANTE DO SUL DO BRASIL (SANTA CRUZ DO SUL, 1905-1966)***

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor do Programa de Pós-Graduação em História apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Flávio Madureira Heinz

**PORTO ALEGRE**

**2012**

**N852b**

Noronha, Andrius Estevam

Beneméritos empresários: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966). / Andrius Estevam Noronha. – Porto Alegre, 2012. 370 f. : il.

Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Orientação: Prof. Dr. Flávio Madureira Heinz.

1. Santa Cruz do Sul (RS) – História. 2. Empresários.  
3. Elite Local. 4. Prosopografia. 5. Micro-História.  
6. Redes de Poder. I. Heinz, Flávio Madureira. II. Título.

**CDD 981.652**

**Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária:  
Cíntia Borges Greff - CRB 10/1437**

ANDRIUS ESTEVAM NORONHA

**BENEMÉRITOS EMPRESÁRIOS: *HISTÓRIA SOCIAL DE UMA ELITE DE ORIGEM  
IMIGRANTE DO SUL DO BRASIL (SANTA CRUZ DO SUL, 1905-1966)***

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor do Programa de Pós-Graduação em História apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Charles Monteiro – PUC-RS

---

Prof. Dr. René Ernaini Gertz – PUC-RS

---

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu – PUC-RS

---

Prof. Dr. Rodrigo Perla Martins – FEEVALE

---

Prof. Dr. André Átila Fertig – UFSM

**PORTO ALEGRE**

**2012**

*Dedico esse trabalho à minha mãe,  
Silvia, ao meu pai, João Geraldo e à  
minha irmã, Andreza.*

## AGRADECIMENTOS

Iniciei o doutorado em 2008. Nesses quatro anos foi fundamental a orientação do Professor Dr. Flávio Heinz, que me orientou com grande competência, consolidando minha formação intelectual e profissional.

Meus singelos agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela bolsa e a taxa de bancada de que usufruí nesses quatro anos, permitindo dedicação exclusiva à pesquisa e a aquisição de livros e materiais para a pesquisa. Agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul pelo espaço e competente gestão, que proporcionam aos alunos ambiente propício aos estudos tanto na sua biblioteca quanto nos laboratórios.

Um agradecimento especial às pessoas que me acompanharam, como meus colegas João Júlio, Sabrina, Cássio, Alex, Hugo, Mariana entre outros; meus familiares, primo Ivandro, primo Igor, tia Maria Helena Noronha, tio Cláudio, tio Roberto e minhas avós Ely e Lili. Às pessoas que me acompanharam nessa trajetória dando força, como Ana Maria Espindula, Mateus Skolaude, Rafael de Oliveira e Carina Martiny. Aos meus professores de Graduação e Mestrado da Universidade de Santa Cruz do Sul, Professor Mozart Linhares da Silva e José Martinho Remedi.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram importantes os arquivos, como o jornal *Gazeta do Sul*, o Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e o Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

## RESUMO

A formação de Santa Cruz do Sul, cidade da região central do Rio Grande do Sul, implicou a estruturação de uma base econômica que permitiu a emergência de empresários que atuaram como elite local até 1966. Tomando como corpus delimitador da pesquisa os proprietários e acionistas das 76 empresas selecionadas numa reportagem comemorativa dos 100 anos de formação da cidade, publicada em abril de 1947, chegamos ao número de 189 indivíduos que controlavam as atividades empresariais nas três fases da evolução de Santa Cruz: Colônia (1849-1878); Vila (1879-1905); Cidade (1906-1947). A presente tese apresenta, num primeiro momento, a formação do empresariado de origem alemã, abordando aspectos econômicos, políticos e religiosos de Santa Cruz do Sul; num segundo momento, caracterizamos a elite econômica local através de um estudo prosopográfico dos 189 empresários que atuaram nesse espaço, numa perspectiva comparada entre os que iniciaram as atividades mercantis no contexto da colônia, vila e cidade para visualizar a dinâmica do grupo no tempo, tendo o fator religioso como elemento norteador no cruzamento dos dados; num terceiro momento, abordamos a construção da rede social através de estudos de caso sobre a composição patrimonial, vínculos matrimoniais e transmissão de capital social, empresarial e político em diferentes contextos de atuação dessa elite, seja na colônia, vila ou cidade; num quarto momento, abordamos a rede social estruturada pelo empresariado local a partir de duas grandes firmas: a Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense, futuro Banco Agrícola Mercantil S/A., o maior banco privado do Rio Grande do Sul, e a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A., a maior indústria de cigarros da região sul do Brasil. Analisaremos a composição e a construção da rede social dessas duas firmas, para visualizar a estreita relação entre o capital financeiro e fumageiro da cidade. As fontes biográficas foram constituídas por necrológios, biografias editadas localmente e inventários nos mais variados arquivos. As fontes empresariais foram constituídas por monografias de 25, 50 e 100 anos que foram elaboradas pelas empresas locais, balanços financeiros e artigos publicitários. Os locais de pesquisa foram o Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul, o Arquivo Público do Rio Grande do Sul, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, o Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul e o arquivo do principal jornal da cidade, localizado no Grupo de Comunicação Gazeta do Sul.

**Palavras-chave:** empresários, elite local, prosopografia, Micro-história, Santa Cruz do Sul, redes de poder

## ABSTRACT

The city of Santa Cruz do Sul, in the central region of Rio Grande do Sul, was structured on an economic base that allowed the emergence of business people who acted as an economic elite until 1966. The corpus that delimits the study involves the owners and shareholders of the 76 businesses selected in a news report celebrating the 100<sup>th</sup> anniversary of the city. The story was published in April 1947, and includes 189 individuals who controlled entrepreneurial activities during the three phases of the development of Santa Cruz: Settlement (1849-1878); Village (1879-1905); City (1906-1947). First, the thesis presents the formation of the businesspeople, who were of German extraction, discussing economic, political and religious aspects of Santa Cruz do Sul. In a second step we characterize the local economic elite through a prosopographic study of the 189 entrepreneurs who began mercantile activities in the context of settlement, village and city, to visualize the dynamics of the group over time, using the religious factor as the guiding element in crossmatching the data. Thirdly we discuss the construction of the social network through case studies concerning patrimonial composition, marital ties and transmission of social, entrepreneurial and political capital in different contexts of the action of this elite, be it in the settlement, village or city. As a fourth step we look at the social network structured by the local businesspeople based on two large companies: the *Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense* (Santa Cruz Cooperative Credit Savings Bank), later called *Banco Agrícola Mercantil S/A.*, (Mercantile Agricultural Bank), the largest private bank in Rio Grande do Sul, and the *Companhia de Fumos Santa Cruz S/A*, the largest cigarette manufacturer in the south of Brazil. We analyze the composition and construction of the social network of these two companies to visualize the close relationship between financial capital and tobacco-based capital in the city. The biographic sources used were obituaries, locally published biographies and inventories in many different archives. The entrepreneurial sources comprised 25, 50 and 100-year old monographies which were elaborated by local businesses, financial balance sheets and articles written for advertisement purposes. The research was done at the Center for Historical Documentation at the University of Santa Cruz do Sul, the Public Archive of Rio Grande do Sul, the Historical Archive of Rio Grande do Sul, the Archive of the City Council of Santa Cruz do Sul and the archive of the main city newspaper, housed in the *Grupo de Comunicação Gazeta do Sul*.

**Keywords:** businesspeople, local elite, prosopography, micro-history, Santa Cruz do Sul, power networks



## LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Famílias de imigrantes alemães ocupando um lote de terras no século XIX.....	46
Foto 02 – Pai e filho na lavoura de fumo no interior de Santa Cruz em 1899.....	47
Foto 03 – Caixeiros-viajantes no interior de Santa Cruz em 1895.....	48
Foto 04 – Vista parcial da Vila de Santa Cruz no início do século XX. O prédio em destaque é a sede política da localidade.....	55
Foto 05 – Agricultores vendendo fumo na cidade de Santa Cruz em 1915.....	56
Foto 06 – Carlos Lund, proprietário do 2º carro de Santa Cruz com sua família. No fundo sua fábrica de chapéus em 1901.....	57
Foto 07 – Inauguração do ramal ferroviário Couto/Santa Cruz, 1905.....	59
Foto 08 – Primeira usina elétrica movida a vapor de Santa Cruz do Sul em 1906, propriedade de Melchior.....	60
Foto 09 – Reservatório do Parque da Gruta em 1908.....	61
Foto 10 – Santa Cruz do Sul, Rua Marechal Floriano em 1918.....	62
Foto 11 – Santa Cruz do Sul, Rua Ramiro Barcelos em 1935.....	63
Foto 12 – Usina Elétrica Municipal, inaugurada em 1935.....	66
Foto 13 – Sede da Companhia Brasileira de Fumos em Folha (C.B.F.F.), filial da British American Tobacco (B.A.T.) em Santa Cruz, 1919.....	71
Foto 14 – Estufa moderna construída pela B.A.T. no interior de Santa Cruz em 1920.....	72
Foto 15 – Sede da Souza Cruz, antiga C.B.F.F., 1960.....	74
Foto 16 – Entrega de fumo na C.B.F.F. – B.A.T., 1922.....	75
Foto 17 – A primeira “machina” moderna de fabricação de cigarros de Santa Cruz, movida a energia “electrica”.....	78
Foto 18 – Escritório geral de Fernando C. Tatsch & Cia. em 1927; ao fundo, à direita, o Sr. Fernando C. Tatsch.....	79
Foto 19 – Hotel Rathskeller, local de encontro dos membros do Partido Nazista de Santa Cruz.....	85
Foto 20 – Desfile dos integralistas no dia 7 de Setembro de 1936 no centro de Santa Cruz do Sul.....	85
Foto 21 – Deputado Estadual Euclides Nicolau Kliemann sendo entrevistado na Rádio Santa Cruz, antes de ser assassinado em 1963.....	88

Foto 22 – Parada militar ocorrida em 7 de setembro de 1943 na frente da prefeitura municipal.....	97
Foto 23 – Cartão postal da antiga igreja evangélica em 1890 e foto da nova igreja em 1924.....	110
Foto 24 – Igreja católica de Santa Cruz; aos fundos a construção da Catedral São João Batista em 1930.....	111
Foto 25 – Matéria publicada na imprensa local sobre a loja Mergener & Decker, em 1927.....	125
Foto 26 – Necrológio do Capitão Pedro Werlang, publicado em 1922, ano de seu falecimento, no jornal local.....	126
Foto 27 – Peça biográfica do Coronel Gaspar Bartholomay. Datilografada para acervo na Câmara Municipal de Vereadores.....	128
Foto 28 – Equipamento gráfico vindo da Alemanha para o jornal <i>Kolonie</i> . Na foto Ernesto Riedl e família, Santa Cruz, 1899.....	133
Foto 29 – Sede do jornal <i>Gazeta do Sul</i> , 1955.....	135
Foto 30 – Sobrado de Frederico Guilherme Bartholomay, 1866, Quadra B da Vila de Santa Cruz.....	202
Foto 31 – Botica de Abraão Tatsch no centro da Vila de Santa Cruz, 1873.....	211
Foto 32 – Farmácia Evers, Santa Cruz, 1940.....	213
Foto 33 – Máquinas Schreiner.....	217
Foto 34 – Interior da fábrica Máquinas Schreiner.....	218
Foto 35 – Mesa com cortador e máquina para modelar tijolos da Indústria Binz.....	220
Foto 36 – Exportadora Hennig S/A. no centro de Santa Cruz, 1907.....	231
Foto 37 – Veículo da Transportadora Hennig S/A auxiliando no transporte do fumo, 1934.....	232
Foto 38 – Casa Mailaender. No canto direito, uma das raras bombas de gasolina da cidade em 1940.....	238
Foto 39 – Indústria de beneficiamento de fumo Kliemann & Cia., 1910.....	249
Foto 40 – Loja de Ferragens Oscar Gressler Ltda. Vila de Santa Cruz, 1897.....	255
Foto 41 – Primeiro prédio da Caixa Cooperativa Santa-Cruzense Ltda. em 1923...	285
Foto 42 – Prédio da Caixa Cooperativa de Crédito após a inauguração em 1926...	288

Foto 43 – Professor Christiano João Smidt e seus alunos. Ao fundo sua escola, residência e sede da filial da Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense, 1924.....	292
Foto 44 – Carteira de cigarros da Triumpho. Adolpho Iserhardt & Cia. Ltda., 1915.....	299
Foto 45 – Vista parcial do “luxuoso escriptorio particular da Fabrica” (ao fundo o “distinto diretor” Phillip Loewnhaupt).....	301
Foto 46 – Carteira de cigarros “Fumo de Luxo Platino – tipo cerrito amarelo”.....	303
Foto 47 – Residência de Helmuth Schütz.....	306
Foto 48 – Seção de empacotamento da Cia. de Fumos Santa Cruz S/A., 1926.....	309
Foto 49 – Lindolpho Grawunder deitado sobre os fardos de fumo, foto de 1910. Seria um dos fundadores/acionista/diretor da Cia. de Fumos por 25 anos.....	327
Foto 50 – Tropas Serranas lideradas por Theodoro Schilling na frente da Prefeitura Municipal no contexto da Revolução Federalista, 1893.....	333

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Tendência do número de empresas fundadas na cidade de Santa Cruz do Sul entre os anos de 1870-1930.....	65
Gráfico 02 – Desempenho eleitoral do PRR e do PCC em Santa Cruz (1891-1900).....	92
Gráfico 03 – Desempenho eleitoral do PRR e do PL em Santa Cruz (1896-1924).....	93
Gráfico 04 – Desempenho eleitoral do PCC e do PL em Santa Cruz (1896-1900).....	94
Gráfico 05 – Dinâmica eleitoral dos partidos na Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul, 1947-1963.....	101
Gráfico 06 – Tendência da população católica e protestante de Santa Cruz do Sul entre 1849-1900.....	112
Gráfico 07 – Percentual da população católica e acatólica de Santa Cruz do Sul: tendência encontrada entre 1913-1929 segundo dados do Relatório Paroquial da Arquidiocese de Porto Alegre.....	113
Gráfico 08 – Percentual de distribuição dos lotes pela filiação religiosa na Colônia de São João de Santa Cruz a partir de 1859. N=713.....	115
Gráfico 09 – Qualidade dos lotes distribuídos pela filiação religiosa na Colônia de São João de Santa Cruz. N=713.....	115
Gráfico 10 – Lotes pelo número de hectares distribuídos pela filiação religiosa de Santa Cruz. N=713.....	116
Gráfico 11 – Valor em benfeitorias por filiação religiosa. N=713.....	117
Gráfico 12 – Estabelecimentos protestantes e católicos com benfeitorias de valor superior a R. 2.000\$000 (dois contos de réis) na Colônia de Santa Cruz do Sul no recenseamento de 1876-80. N=84.....	118
Gráfico 13 – Localidade de nascimento da elite. N=162.....	138
Gráfico 14 – Área de formação técnica da elite local. N=114.....	139
Gráfico 15 – Tipo de curso técnico cruzado pela filiação religiosa. N=113.....	142
Gráfico 16 – Ramo da principal atividade da elite local. N=161.....	146
Gráfico 17 – Ramo da principal atividade empresarial cruzada pela filiação religiosa. N=160.....	146
Gráfico 18 – Tendência dos irmãos em relação à atividade empresarial da elite local. N=160.....	147
Gráfico 19 – Forma do início da atividade empresarial cruzada pela filiação religiosa. N=160.....	148
Gráfico 20 – Atuação da elite local na política. N=150.....	149
Gráfico 21 – Atuação da elite local no legislativo municipal. N=40.....	150
Gráfico 22 – Atuação da elite local no executivo municipal. N=22.....	150
Gráfico 23 – Partido predominante da elite de Santa Cruz do Sul até 1937 cruzados pela filiação religiosa. N=33.....	151

Gráfico 24 – Partido predominante da elite de Santa Cruz do Sul entre 1945-65 cruzado pela filiação religiosa. N=27.....	152
Gráfico 25 – Clube principal cruzado pela filiação religiosa da elite local. N=138.....	153
Gráfico 26 – Clube secundário da elite local cruzado pela filiação religiosa. N=66.....	153
Gráfico 27 – Principal entidade empresarial cruzada pela filiação religiosa. N=58.....	154
Gráfico 28 – Formação técnica da 1ª geração cruzada pela nacionalidade. N=27.....	157
Gráfico 29 – Área da principal atividade empresarial da 1ª geração. N=28.....	159
Gráfico 30 – Localidade de nascimento da 2ª geração cruzada pela filiação religiosa. N=58.....	161
Gráfico 31 – Local de formação escolar básica da 2ª geração cruzada pela filiação religiosa. N=60.....	162
Gráfico 32 – Ramo de atividade profissional do avô paterno da 2ª geração cruzado pela filiação religiosa. N=64.....	164
Gráfico 33 – Ramo de atividade profissional do pai cruzado pela filiação religiosa da 2ª geração. N=57.....	165
Gráfico 34 – Principal atividade empresarial da 2ª geração cruzada pela filiação religiosa. N=58.....	166
Gráfico 35 – Prática de mais de uma atividade profissional da 2ª geração cruzada pela filiação religiosa. N=44.....	167
Gráfico 36 – Forma de início da atividade empresarial da 2ª geração cruzada pela filiação religiosa. N=57.	167
Gráfico 37 – Situação como acionista de capital aberto da 2ª geração cruzada pela filiação religiosa. N=31	168
Gráfico 38 – Atuação política da 2ª geração cruzada pela filiação religiosa. N=52.....	169
Gráfico 39 – Localidade de nascimento da 3ª geração. N=84.....	171
Gráfico 40 – Localidade de nascimento da 3ª geração cruzada pela filiação religiosa. N=84.....	172
Gráfico 41 – Local de formação escolar básica da 3ª geração cruzado pela filiação religiosa. N=77.....	172
Gráfico 42 – Ramo de atividade profissional do avô paterno da 3ª geração cruzado pela filiação religiosa. N=78.....	174
Gráfico 43 – Ramo de atividade profissional do pai da 3ª geração cruzada pela filiação religiosa. N=76.....	175
Gráfico 44 – Ramo de atividade profissional secundária do pai da 3ª geração cruzado pela filiação religiosa. N=61.....	175
Gráfico 45 – Principal atividade empresarial da 3ª geração. N=85.....	176
Gráfico 46 – Principal atividade empresarial da 3ª geração cruzada pela filiação religiosa. N=74.....	177

Gráfico 47 – Ramo de atividade profissional secundária da 3ª geração cruzado pela filiação religiosa. N=51.....	177
Gráfico 48 – Tendência dos irmãos em relação às atividades empresariais da 3ª geração cruzada pela filiação religiosa. N=75.....	178
Gráfico 49 – Início das atividades empresariais da 3ª geração cruzado pela filiação religiosa. N=75.....	179
Gráfico 50 – Nível de atuação política da 3ª geração cruzado pela filiação religiosa. N=70.....	180
Gráfico 51 – Atuação da 3ª geração no legislativo municipal cruzada pela filiação religiosa. N=16.....	181
Gráfico 52 – Partido predominante da 3ª geração cruzado pela filiação religiosa entre 1945-65. N=27.....	181
Gráfico 53 – Análise comparada das gerações: a dinâmica da nacionalidade da elite local.....	183
Gráfico 54 – Análise comparada das gerações: a dinâmica da filiação religiosa da elite local.....	183
Gráfico 55 – Análise comparada das gerações: a dinâmica do local de nascimento da elite local.....	184
Gráfico 56 – Análise comparada das gerações: a dinâmica do ramo de atividade empresarial da elite local..	186
Gráfico 57 – Percentual dos bens móveis do Major Frederico Guilherme Bartholomay. N= Rs. 710\$000....	201
Gráfico 58 – Percentual dos bens imóveis de Frederico Guilherme Bartholomay. N= Rs. 10.400\$000.....	203
Gráfico 59 – Percentual de investimentos empresariais de Frederico Guilherme Bartholomay. N= Rs. 10.800\$000.....	204
Gráfico 60 – Percentual da estrutura patrimonial e empresarial de Abraão Tatsch. N= Rs. 64.000\$000.....	213
Gráfico 61 – Percentual de distribuição dos bens imóveis de Adolpho Evers. N= Rs. 65.000\$000.....	214
Gráfico 62 – Percentual de distribuição do lucro aos membros da diretoria (1914).....	284
Gráfico 63 – Percentual de depósitos da Caixa na matriz e filiais (1926).....	289
Gráfico 64 – Local de formação escolar dos fundadores da Caixa cruzado pela filiação religiosa. N=20.....	314
Gráfico 65 – Localidade de nascimento dos acionistas que consolidaram a Caixa de Crédito. N=26.....	315
Gráfico 66 – Local de sepultamento dos acionistas que consolidaram a Caixa de Crédito cruzado pela filiação religiosa. N=20.....	317
Gráfico 67 – Ramo de atividade profissional do pai dos acionistas que consolidaram a Caixa de Crédito. N=27.....	317
Gráfico 68 – Setor da principal atividade profissional/empresarial dos acionistas que consolidaram a Caixa. N=29.....	318

Gráfico 69 – Ramo de atividade dos pais dos acionistas ampliados da Caixa de Crédito. N=49.....	323
Gráfico 70 – Ramo de atividade profissional dos acionistas da Caixa de Crédito. N=51.....	323
Gráfico 71 – Ramo de atividade profissional dos acionistas majoritários da Companhia de Fumos Santa Cruz N=15.....	329
Gráfico 72 – Ramo de atividade secundária dos acionistas majoritários da Companhia de Fumos Santa Cruz. N=15.....	331

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Santa Cruz do Sul: A desnacionalização da indústria do fumo.....	80
Tabela 2 – Relatório eleitoral comparado entre o PRR e o PCC.....	91
Tabela 3 – Relatório eleitoral comparado entre o PRR e o PL.....	92
Tabela 4 – Relatório eleitoral comparado entre o PCC e o PL.....	94
Tabela 5 – Voto na situação e na oposição – 1945-1964.....	99
Tabela 6 – Vereadores eleitos por campo ideológico – 1947-1982.....	100
Tabela 7 – Tipo de curso técnico da elite ampliada de Santa Cruz do Sul. N=114.....	139
Tabela 8 – Área do curso técnico e instituição escolar da elite ampliada de Santa Cruz do Sul. N=113.....	140
Tabela 9 – Participação de membros da elite local nas Associações de Ex-Alunos do Colégio Mauá e do Colégio São Luiz. N=55.....	143
Tabela 10 – Tipo de curso universitário e local de formação da elite ampliada. N=17..	144
Tabela 11 – Nacionalidade e localidade/região de nascimento da primeira geração da elite local. N=28.....	156
Tabela 12 – Formação básica e técnica da primeira geração. N=25.....	157
Tabela 13 – Distribuição do lucro da Caixa de Crédito em 1924.....	283
Tabela 14 – Depósito na matriz e nos correspondentes do interior.....	289



## LISTA DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 – Ilustração da tentativa de assassinato de Carlos Trein Filho publicada no jornal local.....	88
Imagem 02 – A primeira planta da Vila de Santa Cruz, aprovada em 1885.....	108
Imagem 03 – Mapa do diretor João Martinho Buff – Picada Velha. Projeto de distribuição dos lotes aos imigrantes da futura Colônia de Santa Cruz, 1859.....	114
Imagem 04 – Planta da Cidade de Santa Cruz (1922).....	119
Imagem 05 – A planta da Vila de Santa Cruz em 1885. Na quadra B, no centro da vila, no terreno indicado na planta, estava a residência do Major Frederico Guilherme Bartholomay.....	202
Organograma 1 – A rede de Frederico Guilherme Bartholomay.....	209
Quadro 1 – Família de Augusto Hennig: vínculos matrimoniais.....	235
Quadro 2 – Perfil da diretoria da Caixa Cooperativa Santa-Cruzeense.....	280
Quadro 3 – Perfil da diretoria da Caixa Cooperativa Santa-cruzeense (1923).....	287
Imagem 06 – Mapa do Rio Grande do Sul de 1900 destacando os municípios de Santa Cruz e São Sebastião do Caí.....	259
Imagem 07 – Planta da Vila de São Sebastião do Caí com localização de algumas propriedades da elite municipal.....	266
Imagem 08 – Primeiro prédio da Companhia de Fumos Santa Cruz, 1918.....	300
Imagem 09 – Prédio da segunda sede da Companhia de Fumos, 1921.....	300
Imagem 10 – Complexo da Companhia de Fumos Santa Cruz após a conclusão da ampliação em 1927.....	305
Imagem 11 – Seção de desfiamento da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A, 1923	308
Quadro 4 – Acionistas majoritários da Companhia de Fumos Santa Cruz com atuação política.....	332

**LISTA DE SÍMBOLOS, SIGLAS E ABREVIATURAS**

\$ – Conto

& – e

ACI – Associação Comercial e Industrial

AHCM – Arquivo Histórico do Colégio Mauá

BAT – British American Tobacco

CBFF – Companhia Brasileira de Fumo em Folha

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

Cedoc-Unisc – Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul

Cia. – Companhia

Cia. de Fumos SC – Companhia de Fumos Santa Cruz

CR\$ – Cruzados

Jucergs – Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul

Ltda. – Limitada

MCM – Museu do Colégio Mauá

N – número

Rs. – Réis

S/A. – Sociedade Anônima

Sindifumo – Sindicato da Indústria do Fumo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>2 A FORMAÇÃO DA CIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL (ESPAÇO DE ATUAÇÃO DE UMA ELITE ECONÔMICA LOCAL, 1905-1966).....</b>	<b>43</b>
2.1 O empresariado das regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul: análise de sua origem até 1930.....	43
2.2 Notas sobre a formação econômica de Santa Cruz do Sul: base para a formação de uma elite empresarial (da estruturação do povoado até a internacionalização do setor fumageiro, 1849-1966).....	50
<b>2.2.1 A primeira etapa, “da colônia para a vila” – entre a consolidação da agricultura familiar e a formação do comércio urbano (Vila de São João de Santa Cruz 1848-1918).....</b>	<b>52</b>
2.2.1.1 Primeiro período: instalação do núcleo colonial (1849-1859).....	52
2.2.1.2 Segundo período: início da produção (1860-1881).....	54
2.2.1.3 Terceiro período: acumulação comercial (1882-1917).....	56
<b>2.2.2 A segunda etapa: “a cidade” – a emergência da indústria local combinada com o capital estrangeiro (Santa Cruz do Sul, 1918-1976).....</b>	<b>62</b>
2.2.2.1 Quarto período: a industrialização (1918-1965).....	64
2.2.2.2 Quinto período: a monopolização (1966-1976).....	70
<b>2.2.3 A desnacionalização das empresas fumageiras de Santa Cruz do Sul....</b>	<b>77</b>
2.3 Notas sobre a formação política de Santa Cruz do Sul: estratégias de atuação de uma “elite local” no contexto da República.....	82
<b>2.3.1 A fragilidade de uma cultura democrática: a prática política e eleitoral de Santa Cruz do Sul.....</b>	<b>83</b>
<b>2.3.2 Negociação e cooptação do PRR na I república: a neutralização da cisão religiosa na política local.....</b>	<b>89</b>
<b>2.3.3 A elite local frente ao conservadorismo e continuísmo no pós-1930.....</b>	<b>96</b>
<b>2.3.4 A elite local frente à crise de âmbito regional/nacional: o caso da Legalidade e Regime Militar em perspectiva comparada, 1961-1966.....</b>	<b>102</b>
2.4 A caracterização da vida religiosa: análise demográfica e o perfil sócio-econômico de católicos e protestantes em Santa Cruz do Sul.....	107

<b>3 A CARACTERIZAÇÃO DE UM GRUPO ECONÔMICO: PERFIL DA ELITE DE SANTA CRUZ DO SUL.....</b>	<b>120</b>
3.1 “Dados biográficos do extinto”: análise das fontes para o estudo prosopográfico (perfil, origem e estrutura institucional de preservação).....	124
3.2 O perfil da elite de Santa Cruz do Sul.....	136
<b>3.2.1 O perfil da primeira geração: o grupo da Colônia de São João de Santa Cruz (1849-1878).....</b>	<b>154</b>
<b>3.2.2 O perfil da segunda geração: o grupo da Vila de Santa Cruz (1879-1905) .....</b>	<b>160</b>
<b>3.2.3 O perfil da terceira geração: o grupo da Cidade de Santa Cruz do Sul (1906-1965).....</b>	<b>170</b>
3.3 Comparando gerações: análise da dinâmica da elite local (os empresários da colônia, da vila e da cidade).....	182
<b>4 A REDE DE PODER DE UMA ELITE LOCAL: ESTRUTURA FAMILIAR, INVESTIMENTOS PROFISSIONAIS E SOCIABILIDADE (TRAJETÓRIAS ILUSTRATIVAS NA COLÔNIA, VILA E CIDADE DE SANTA CRUZ).....</b>	<b>189</b>
4.1 “Construir a América, bem longe, num lugar calmo, sem guerra nem desemprego”: a elite local oriunda da classe média ou proletária.....	195
<b>4.1.1 Um burocrata imigrante: o Major Frederico Guilherme Bartholomay e seus filhos (transmissão de capital social).....</b>	<b>198</b>
<b>4.1.2 Os proprietários da Pharmacia &amp; Botica: estrutura familiar, composição social e níveis de relacionamento (uma elite urbana provinciana).....</b>	<b>209</b>
<b>4.1.3 De imigrante operário à elite de Santa Cruz: a construção do prestígio local através do artesanato.....</b>	<b>216</b>
4.2 “O avô agricultor, o pai comerciante e o filho grande empresário local”: ascensão social apoiada na economia fumageira.....	224
<b>4.2.1 A trajetória da família Hennig: ascensão a partir da agricultura familiar.....</b>	<b>228</b>

<b>4.2.2 Construindo relações a partir da Casa Mailaender: ilustração de uma elite local.....</b>	<b>236</b>
4.3 “Estamos surpresos com as aproximações entre as duas igrejas. São bem mais do que se supunha”: ilustrações do vínculo inter-religioso da elite local.....	242
<b>4.3.1 A trajetória da elite empresarial católica.....</b>	<b>242</b>
<b>4.3.2 A trajetória da elite empresarial protestante: a Becker Irmãos Ltda., netos de Oscar Gressler Ltda. (análise da transmissão de capital social do avô para os netos).....</b>	<b>253</b>
4.4 Esboço de comparação em escala local: as elites de Santa Cruz e São Sebastião do Caí (composição social, redes de poder e ilustrações).....	258
<b>5 A REDE DE PODER DA ELITE ATRAVÉS DAS “GRANDES FIRMAS”: CAIXA DE CRÉDITO SANTA-CRUZENSE LTDA. E COMPANHIA DE FUMOS SANTA CRUZ S/A.....</b>	<b>267</b>
5.1 – Fontes em história empresarial: análise da construção dos centros de memória das firmas. (o caso de Santa Cruz do Sul).....	271
5.2 “Um símbolo de confiança em negócios bancários” – trajetória da Caixa Cooperativa de Crédito Santa-cruzense Ltda. (1904 – 1938).....	278
5.3 “A poderosa Cia. de Fumos, uma indústria puramente rio grandense, com capital rio grandense e matéria prima rio grandense” – trajetória da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. (Santa Cruz do Sul, 1918-1966).....	294
5.4 A elite financeira e fumageira de Santa Cruz do Sul: composição social, vínculos e trajetórias da Caixa de Crédito e Companhia de Fumos.....	312
<b>5.4.1 Caixa Cooperativa de Crédito: estudo prosopográfico comparado (os 21 fundadores de 1904 e os acionistas que ingressaram até 1938).....</b>	<b>313</b>
<b>5.4.2 Companhia de Fumos Santa Cruz S/A: estudo prosopográfico e redes de poder.....</b>	<b>324</b>
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>335</b>
<b>7 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>344</b>
<b>8 FONTES DE PESQUISA.....</b>	<b>353</b>

<b>9 ANEXOS.....</b>	<b>355</b>
ANEXO A – FICHA PROSOPOGRÁFICA: ELITE ECONÔMICA DE SANTA CRUZ DO SUL.....	356
ANEXO B – Resumo geográfico do Município de Santa Cruz do Sul: localização, clima e relevo.....	358
ANEXO C – ESPAÇO DE ATUAÇÃO DA ELITE DE SANTA CRUZ DO SUL – MAPAS COMPARATIVOS DA COLÔNIA, VILA E CIDADE.....	359
ANEXO D – MAPA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ EM 1922.....	360
ANEXO E – MAPA DA CIDADE DE SANTA CRUZ EM 1922.....	361
ANEXO F – “As firmas tradicionais de Santa Cruz nos 100 anos de nossa empreendedora história”: empresas & famílias segundo o jornal <i>Gazeta de Santa Cruz</i> .....	362
ANEXO G – DELIMITAÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA: OS BENEMÉRITOS EMPRESÁRIOS DE SANTA CRUZ DO SUL (PROPRIETÁRIOS DOS 76 ESTABELECIMENTOS TRADICIONAIS POR OCASIÃO DO CENTENÁRIO MUNICIPAL).....	363

## 1 INTRODUÇÃO

*“Os imigrantes germânicos abandonam uma cultura em plena mudança e, em grande parte, por causa desta mudança. É uma sociedade rural que se está secularizando, cujas comunidades se vêm articulando cada vez mais com os mercados urbanos, cujas manufaturas domésticas se desagregam ou se transformam com a industrialização crescente, cujos jovens estão sendo atraídos, em número cada vez maior, pelos centros industriais. É o próprio campo que se urbaniza, cujo estilo de vida sofre modificações profundas com a mobilidade crescente das populações. É o capitalismo, enfim, que penetra, baseado em técnicas científicas de produção agrícola”. – Emílio Willems. (A aculturação dos alemães no Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1945, p. 52).*

“Os beneméritos empresários que nos orgulham muito com suas fábricas e casas comerciais dando ares progressistas para nossa cidade que comemora seu primeiro centenário”. Assim inicia o artigo publicado no jornal *Gazeta de Santa Cruz* no contexto de comemoração do centenário municipal. Quem eram esses empresários? Essa pesquisa analisa um modelo de ascensão envolvendo uma elite econômica municipal através de um estudo sobre o perfil e a construção da rede social de empresários no interior do estado brasileiro do Rio Grande do Sul entre 1905 e 1966. Por elite entendemos o grupo que tem primazia num determinado contexto histórico e geográfico, pois em todas as escalas e períodos há indivíduos que possuem capacidade de liderança ou prestígio. A cidade se consolidou como polo da economia gaúcha, a partir da segunda metade do século XX, graças ao sucesso da produção fumageira, responsável pela geração de riqueza que permitiu a ascensão de um número considerável de famílias que atuaram como elite local até meados de 1960.

Charles Wright Mills (1962) dedica-se à análise de elites em cidades pequenas no interior dos Estados Unidos no pós-II Guerra<sup>1</sup>, o que representa uma proximidade passível de

---

<sup>1</sup> Mills (1962), em nota, afirma que Vilfredo Pareto (*Manuale di politica economica*, 1906) e Gaetano Mosca (*Lezioni di storia delle istituzioni e delle dottrine politiche*, 1933) foram os pioneiros na elaboração de um

comparação na escala, no recorte da amplitude temporal e na classificação do segmento que propomos para Santa Cruz do Sul<sup>2</sup>. Para Mills, as cidades médias ou pequenas possuem grupos de famílias distintas do restante da comunidade, pois controlam a produção majoritária da riqueza e formam a opinião pública local. Esse grupo é constituído pelos proprietários e editores da imprensa, tanto de jornais quanto de emissoras de rádio, fato que encontramos na análise biográfica dos empresários de Santa Cruz do Sul no mesmo contexto.

Mills revela que, além do capital simbólico ou cultural, o principal ponto de distinção, prestígio e manutenção da posição social de uma elite local é o controle do capital econômico, visualizado através dos seus estabelecimentos comerciais, localizados na rua principal da cidade; das indústrias, que, normalmente, são as maiores no município; e na direção das sociedades anônimas de capital aberto que se constituem localmente, pois esse grupo é acionista majoritário desses empreendimentos. O autor infere que essa condição foi moldada, progressivamente, através do convívio coletivo comum, mais homogêneo e antropologicamente próximo, condição facilitada numa escala local ou provinciana.

Os da camada superior, talvez por serem em menor número, podem conhecer-se muito mais facilmente, manter entre si uma tradição comum, e assim ter consciência de sua espécie. Têm o dinheiro e o tempo necessário para manter seus padrões comuns. Ricos, são um grupo de pessoas mais ou menos distintos, que associando-se uns aos outros formam círculos compactos com pretensões comuns a serem reconhecidos como as principais famílias de suas cidades (Mills, 1962, p. 44).

Para Mills, a elite local possui consciência de pertencer ao grupo de famílias que dirigem a economia, a cultura e, conseqüentemente, a política das pequenas e médias cidades em três redes de relacionamento: familiar, empresarial e institucional. Do ponto de vista familiar, isso acontece através de estratégias matrimoniais estabelecidas entre moças e rapazes da mesma posição social que objetivam consolidar ou ampliar o patrimônio através da fusão do capital econômico das famílias envolvidas, além de delimitar o espaço social ratificado

---

conceito sobre elites que norteia os estudos nas Ciências Humanas. José Murilo de Carvalho (1996) disserta, no primeiro capítulo de seu livro, sobre a evolução do termo e a utilização da categoria elite por parte desses autores clássicos. Resumidamente, trata-se do segmento de uma sociedade que detém fortuna, genealogia de poder, trajetória socioprofissional, identidade coletiva e distinção simbólica.

<sup>2</sup> Vários pesquisadores norte-americanos identificam uma aproximação da história social, cultural e política das cidades pequenas do interior dos Estados Unidos com as cidades que tiveram origem na colonização alemã e italiana na região sul do Brasil. O sociólogo Charles Wagley (WAGLEY, Charles. *A Revolução brasileira*. S.1: Livraria Progresso Editora, s.d.) analisa um estudo sobre a classe média brasileira e reforça esse argumento; o autor foi citado por Emília Viotti da Costa (1999) na análise do perfil da sociedade urbana brasileira no contexto de transição da Monarquia para a República, ressaltando essa percepção que os cientistas sociais norte-americanos têm das regiões sul do Brasil.



pela posição na cidade. Do ponto de vista empresarial, as relações são construídas para sanar um gargalo na produção local, possibilitando ampliar a capacidade de atuação no mercado regional e nacional, o que pode ser visualizado por fusões de médias e pequenas empresas do mesmo setor em sociedade anônima ou, em alguns casos, pela constituição de um banco local para financiar demandas específicas dessa elite interiorana quando essa não recebe apoio de governos centrais. Do ponto de vista institucional, a formação de entidades de representação empresarial, seja ela setorial ou de classe, estrutura o circuito estratégico de atuação da elite econômica municipal. Podemos destacar que essa consciência de pertencimento coletivo é construída na juventude por uma trajetória apoiada em entidades religiosas, de ensino e lazer.

Outra questão levantada por Mills é a tendência dos filhos frequentarem as associações de jovens católicos ou evangélicos. Essa formação religiosa é agregada à escolar, que, normalmente, é obtida em colégios privados dirigidos por padres ou pastores das respectivas igrejas cristãs. Ao concluírem seus estudos secundários, alguns filhos são escolhidos para ingressar no ensino superior localizado em centros urbanos nacionais ou regionais. Após a formatura, retornam à cidade natal e abrem seus escritórios de advocacia, engenharia ou contabilidade, clínicas de odontologia, medicina ou farmácia, isso se o estabelecimento que forem herdar, em parceria com os irmãos que ficaram no interior trabalhando nos negócios, não for rentável para a posição de prestígio dessa família.

No lazer e cultura, Mills destaca que as famílias da elite local possuem uma vida social exclusiva: participam de jantares, almoços e chás ligados a projetos beneficentes do Rotary e das comunidades religiosas, bem como de clubes tradicionais que promovem atividades de integração esportiva, como golfe, tênis, vôlei e basquete. O ingresso nessa rede social é estabelecido por fronteiras demarcadas pelo patrimônio econômico associado ao capital cultural.

Uma característica interessante no comportamento das elites locais é a sua ligação com centros urbanos regionais ou nacionais num contexto anterior ao processo de massificação do transporte intermunicipal. Mills (1962) destaca que esse segmento, entre o final do século XIX e metade do século XX, mantinha uma rotina de visita sazonal às cidades próximas que fossem centros regionais, como capitais de âmbito estadual ou centros urbanos de âmbito nacional. Esse tipo de mobilidade seria um ponto crucial de distinção, não raro retratado em

notas publicadas nos jornais locais que incluíam o planejamento, a viagem e o retorno do indivíduo<sup>3</sup>.

Poucas são hoje as pequenas cidades cujas classes superiores, nova e antiga, não visitam uma das cidades grandes próximas, pelo menos uma vez por mês. Tais viagens são uma rotina para a vida comercial, educacional e social dos ricos da cidade pequena. Têm mais amigos distantes e relações mais freqüentes com eles. O mundo da pessoa da classe superior local é simplesmente maior do que era em 1900 e maior do que o mundo das classes médias e inferior de hoje (Mills, 1962, p. 56).

Nas cidades pequenas, a elite econômica tem nas empresas sua fonte de riqueza, prestígio e poder comunitário. Sua estrutura gerencial e administrativa é basicamente familiar e possui peso genealógico com trajetória diretiva de três gerações: o fundador, o filho e o neto. A história das empresas estabelece um vínculo importante no estudo da elite econômica, pois permite focar a trajetória dos empresários e suas famílias dando atenção à evolução das relações sociais. O desenvolvimento de uma empresa gera uma ação coletiva, pois quem dirige essa instituição dispõe de capacidade técnica e recursos financeiros que o diferencia dos membros dos demais setores da sociedade. A instituição empresarial se converte numa herdeira do próprio passado, que pode ser visualizado nas comemorações de 25, 50, 75 e 100 anos de atividade, amplamente divulgadas nos jornais de cidades pequenas.

A empresa é moldada pela conjuntura social e pela elite dirigente, pois o capital social dos indivíduos que a comandam potencializa a ação integradora com a cidade. A história das empresas nos permite visualizar a trajetória das elites econômicas apoiando-nos no recorte da Micro-História. De acordo com Giovanni Levi (1992), a escala “micro” possibilita a especificidade relacionada com um estudo ampliado, garantindo uma descrição realista do comportamento humano mediante o emprego de um modelo de pesquisa que possa compreender personagens, lugares e eventos pequenos que não eram considerados pela historiografia tradicional. O recorte estruturado na elite econômica local permite recorrer a estudos inseridos na história de empresas familiares, difundida pelas Ciências Sociais a partir de 1970.

---

<sup>3</sup> Pode parecer estranho, num mundo cercado de rodovias e com um sistema de transporte intermunicipal conectado e massificado, ler uma nota de jornal anterior a 1960 com textos sobre viagens realizadas por um integrante da elite local para algum centro regional a passeio, negócios ou estudo. No caso de Santa Cruz do Sul, quanto mais antiga era a análise documental do jornal, mais comum era a ocorrência desse tipo de informação. Muitos viajavam para a capital estadual, Porto Alegre, objetivando estudar ou estreitar vínculos mercantis.

Andrea Reguera (2007) faz um balanço da historiografia desenvolvida na América Latina e questiona as diferentes temáticas envolvendo a formação e trajetória social dos seguintes segmentos: burguesia, elites e grupos dominantes. Nesta historiografia, o predomínio inicial foi do marxismo, hegemônico entre os anos de 1960-1970, acarretando um fluxo de pesquisas sobre transformações do “feudalismo para o capitalismo” na América Latina, além de estudos sobre classes sociais de diferentes regiões e países. Com a crise do marxismo e a ascensão do determinismo macroeconômico, em meados de 1970, ocorre uma separação da história social e econômica. Nesse contexto, emergem estudos segmentados de grupos sociais das elites com o aporte teórico da Sociologia, Antropologia, Ciência Política e até Psicologia. O cruzamento dessas áreas permitiu o surgimento de pesquisas com temáticas específicas de grupos sociais e profissionais, porém com críticas ao método de construção das estratificações sociais, que deveria ser, anos mais tarde, sanado com a reconstrução das identidades sociais através das trajetórias individuais.

O procedimento objetiva uma análise social de grupos pertencentes a momentos e lugares determinados, constituídos por atores coletivos, através de uma pluralidade de variáveis pelas quais uma pessoa pode ser classificada: sexo, idade, lugar de nascimento, formação educacional, família, trajetória profissional, riqueza, etc. Esses trabalhos tiveram como temática o período colonial, com estudos sobre nobreza, burguesias urbanas, elites administrativas e setores da classe média, como advogados, juízes, médicos e professores. Os grupos de pesquisas que emergem nesse contexto passam a ter influência na Micro-História, fazendo recortes mais precisos e qualificados nos grupos sociais que constituem o corpus delimitador do estudo.

A través del análisis de la burguesía económica se trata de analizar las particularidades del desarrollo capitalista y los procesos de industrialización, urbanización, difusión del liberalismo y de un determinado sistema de valores. También el control que ejercen algunos individuos sobre las mayores empresas del sector privado de la economía y aquellos que controlan la instancia clave del sistema estatal. Así, aparecen los estudios sobre empresas y empresarios, entre estos últimos el de algunos grandes empresarios, algunas grandes familias o algunas grandes firmas. Dentro de estos últimos, los estudios sobre movilidad social, estratificación en niveles de fortuna, asentamientos geográficos, status, etc. Esto muestra como se renueva y se reproduce, y como operan los pasajes de una fracción a otra entre las generaciones (Reguera, 2007, p. 06).

O tema da família, como campo de análise da dinâmica de uma elite municipal, permite compreender modelos de redes sociais apoiados em alianças construídas através de casamentos, proximidade espacial e organização social. O exemplo de Balmori, Voss e

Wortman (1990) possibilitou visualizar três gerações de famílias mercantis que emergiram, entre o século XIX e o XX, em distintas regiões da América Latina. A tese dos autores permite uma comparação com a evolução da elite de Santa Cruz do Sul, pois nas empresas analisadas constatou-se, na maioria dos casos, a participação do proprietário, seu filho e neto no estabelecimento.

***A delimitação do corpus da pesquisa: esboço metodológico para o estudo de uma elite local (o caso de Santa Cruz do Sul)***

Para buscar uma identificação do perfil da elite de Santa Cruz do Sul, lançamos mão do método prosopográfico<sup>4</sup>. Essa metodologia permite o entendimento sistemático dos grupos em estudo, pois revela aspectos do comportamento social, político e econômico<sup>5</sup>. Este enfoque metodológico recolocou os estudos de elites novamente no centro de interesse da comunidade dos historiadores. Deve-se a Lawrence Stone<sup>6</sup> a iniciativa de retomar a reflexão sobre o método, que tem como principal eixo a investigação das características comuns de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. Para Stone, o método consiste em definir o universo a ser estudado e então formular para ele um conjunto de questões padronizadas.

A definição do grupo constitui uma das principais partes no estudo de prosopografia ou biografias coletivas, pois exige qualificar o tipo de recorte que separa os indivíduos que serão pesquisados. Para José Amado Mendes (1992), ser elite depende da posição geográfica, do contexto histórico e da rede social em que se insere um determinado grupo social. Estruturar uma lista que identifique nominalmente os integrantes do grupo classificado como elite deve levar em conta elementos que sejam comuns no coletivo e contemplem o quadro teórico-metodológico proposto para responder às problemáticas da pesquisa.

---

<sup>4</sup> Sobre a história da prosopografia ver: LALOUILLE, Jacqueline. Do exemplo à série: história da prosopografia. In: HEINZ, 2006, p. 55-74. Nesse artigo a autora aborda a arqueologia do termo “prosopografia”, reconstrói a história deste método e os significados que foi incorporando ao longo do tempo.

<sup>5</sup> O estudo de biografias coletivas teve um rápido avanço com o desenvolvimento do computador, visto que possibilitou o armazenamento de dados e permitiu incluir novas questões nos dados já existentes.

<sup>6</sup> A revista *Daedalus* publicou o artigo em 1971. Ver STONE, Lawrence. Prosopography. In: GILBERT, Felix; GRAUBARD, Stephen R. *Historical Studies Today*. New York: W. W. Norton & Company, 1972, p. 107-140.

Antes de chegar ao grupo definitivo, analisamos o desenvolvimento econômico e político da comunidade para termos clareza sobre o contexto que poderia delimitar um espaço de atuação homogêneo de famílias reconhecidas localmente como “tradicionais”. No estudo de caso envolvendo os empresários de Santa Cruz do Sul, avaliamos que o período compreendido entre 1905 e 1966 foi estratégico para a ascensão de uma “burguesia local”, pois foi o período em que a Vila de Santa Cruz foi elevada à categoria de cidade, com a implantação do ramal ferroviário que contribuiu para a formação de uma elite empresarial que atuou localmente até 1966, ano da nova política econômica do governo federal que desregulou o mercado local com a implantação de um complexo industrial mais robusto, moderno e integrado globalmente, fazendo com que uma parte importante dessa elite canalizasse seus investimentos profissionais no serviço público ou nas profissões liberais<sup>7</sup>.

Nem sempre os pesquisadores conseguem explicar quem são as elites ou o grupo social que constituirá o corpus delimitador da pesquisa; além disso, estas são perguntas difíceis de responder quando tratamos de elites econômicas em âmbito local. Podemos lançar mão de dois procedimentos metodológicos para a definição de uma lista: a primeira, construída através da identificação dos atores sociais envolvidos no contexto; a segunda, por um recorte delimitado do grupo estruturado socialmente através do reconhecimento notório entre seus pares ou pela comunidade, que identifica determinado grupo como elite.

A primeira opção exige estabelecer quem faz parte dos empresários tradicionais que carregam em sua linhagem os elementos simbólicos de prestígio reconhecidos por uma comunidade. Mas caso não exista um padrão oficial de definição concreta de distinção para com a população geral, como a renda, o tamanho do patrimônio familiar ou o capital, reunido de maneira sistemática, o critério posicional pode acarretar problemas na definição do objeto

---

<sup>7</sup> Na historiografia, encontramos três trabalhos pertinentes sobre a história econômica de Santa Cruz do Sul: o primeiro foi desenvolvido por Jean Roche (1969), e é um trabalho clássico sobre a colonização alemã no estado do Rio Grande do Sul; dividido em dois tomos, aborda uma série de características que possibilitaram o desenvolvimento das colônias ao abordar aspectos econômicos e culturais que contribuiriam para a formação e consolidação das comunidades emergentes que se formavam no interior do estado; o segundo é o de Jorge Luiz da Cunha (1991), que analisa o processo de desenvolvimento da colônia de Santa Cruz do Sul entre os anos de 1849 e 1881, dando destaque às bases de estruturação econômica voltada para o plantio do fumo; o terceiro é o trabalho de Olgário Paulo Vogt (1997), que abrange os anos de 1849 até 1993, um período longo, e faz uma análise específica do desenvolvimento da economia fumageira em seus aspectos sociais e econômicos locais. Vogt (1997) aborda a história da economia fumageira, englobando os atores sociais que participaram diretamente deste contexto, como os fumicultores, os trabalhadores das indústrias e os safristas, explicando o papel de cada um na produção do tabaco, desde o plantio até seu beneficiamento e industrialização. Merecem destaque ainda os trabalhos de Lilian Montali (1979), na área de Sociologia, e Silvana Krause (2002), na área de Ciência Política, sobre a trajetória dessa cidade.

de estudo. A segunda opção exige a escolha de uma lista previamente constituída. A atuação social desses indivíduos poderia contribuir para essa identificação. Esse processo pode ser realizado escolhendo-se uma instituição empresarial ou de notório reconhecimento público, pois são espaços que agrupam os seletos integrantes de uma elite econômica local. Dessas duas alternativas expostas optou-se pela segunda, pois em pesquisas que abordam níveis de riqueza em cidades pequenas não existem órgãos oficiais<sup>8</sup> que reúnam as informações sobre o tamanho do patrimônio das famílias ou balanços empresariais<sup>9</sup>. As informações existentes não são divididas por cidade e período, o que acarreta uma série de imprecisões e lacunas que uma lista construída não teria. Assim, o recorte efetuado a partir de uma instituição empresarial notória já delimita simbolicamente os espaços de atuação dos grupos mais ricos de uma cidade.

O próximo passo foi investigar o meio social em que a elite econômica de Santa Cruz do Sul esteve inserida de maneira coesa e homogênea no contexto de análise, pois isso permitiria fundamentar a formulação de uma lista que delimite o corpus da pesquisa. Foram selecionados os espaços de atuação e de representação social reconhecidos pelas pesquisas históricas, sociológicas e antropológicas envolvendo elites econômicas de cidades pequenas. Merece destaque, entre tantas obras, a clássica pesquisa, citada anteriormente, de Wright Mills (1965). Tendo como modelo de análise as cidades pequenas do interior dos EUA, o autor destaca que as elites atuam em entidades patronais, clubes tradicionais e nos meios de comunicação locais. Nesse processo, iniciamos uma análise conjuntural da documentação de

---

<sup>8</sup> Em relação ao tamanho do patrimônio de industriais e comerciantes, as possibilidades levantadas foram imprecisas ou lacunares, pois restavam a Junta Comercial do Rio Grande do Sul e a Receita Federal para serem pesquisadas. As duas instituições não possuem banco de dados divididos por cidade e nem por período, o que impossibilitaria descobrir quem eram as famílias mais ricas de Santa Cruz do Sul na primeira metade do século XX. A Junta Comercial não sabe responder quem são as empresas mais ricas do estado hoje, as informações não são cruzadas e seu banco de dados é obsoleto. Para o período em que essa pesquisa pretende mergulhar, o órgão de cobrança de impostos, neste caso a Receita Federal, fundada em 1968, não é acessível. Além da imprecisão dos seus dados antigos, o que poderia deixar de fora nomes publicamente reconhecidos, há o problema referente ao capital social das empresas e das informações referentes ao patrimônio das famílias. Tanto um quanto o outro mudam anos a ano, e não existe meio de acompanhar essa volatilidade com precisão.

<sup>9</sup> A mudança nos balanços financeiros das Cias. Ltda. de capital fechado e nas S/A de capital aberto – isso quando são publicados – tornaria esse caminho inviável, pois trata-se de publicações voláteis e ocasionais, tornando impossível realizar um corte por esse critério. Caso fosse possível reunir todas essas informações por cidade e período, isso seria de grande utilidade, mas infelizmente isso não é possível. Além disso, devemos salientar que, pela legislação, as Cias. Ltda. não são obrigadas a divulgar seus balanços, e a maioria das empresas de Santa Cruz do Sul são constituídas por essa razão social.

instituições em que a elite de Santa Cruz do Sul esteve presente no período abordado: as associações/sindicatos do ramo empresarial, os clubes e os jornais<sup>10</sup>.

Reunindo a biografia dos principais empresários da cidade, identificou-se que sua rede de relacionamento institucional esteve assentada na Associação Comercial e Industrial (ACI), no Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo) e na Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL); além dessas, buscamos a lista da Guarda Nacional da Vila de Santa Cruz<sup>11</sup>, os dois clubes tradicionais (União e Tênis Clube Santa Cruz), os dois colégios tradicionais (Sinodal e Marista São Luis), as duas comunidades religiosas (evangélica e católica), a maçonaria local (que reúne parte importante da elite) e os três jornais tradicionais (*Kolonie*, *Gazeta de Santa Cruz* e *Gazeta do Sul*)<sup>12</sup>. Essas instituições são espaços de atuação e representação da elite empresarial de Santa Cruz do Sul. Para um estudo prosopográfico seria plausível que essas instituições indicassem a base de informações para a elaboração de uma lista que delimitasse o corpus da pesquisa. Isso poderia ser realizado através da nominata de diretores/sócios dessas entidades ou algum evento de importância local que tivesse o peso simbólico de representação do segmento de prestígio dessa elite local.

Diante dessas considerações, a pesquisa centrada em elites econômicas induz o pesquisador a delimitar, por ordem de importância, os integrantes dessas elites que atuaram em entidades empresariais, pois esses espaços representariam os interesses industriais, comerciais e financeiros desse grupo<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> É reconhecido que essas instituições são espaços de exclusividade na vida social dos empresários de cidades pequenas. Mas devemos reforçar que a análise se concentra numa cidade da região sul do Brasil, o que leva a supor que instituições ligadas à Guarda Nacional, entidades religiosas e filantrópicas devam ser levadas em conta na análise.

<sup>11</sup> No Cedoc-Unisc foi encontrada uma lista de integrantes da Guarda Nacional de Santa Cruz.

<sup>12</sup> O jornal *Kolonie* foi extinto em 1942 com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial. Depois do conflito foi estruturado o *Gazeta de Santa Cruz*, que circulou até 1954, sendo substituído pelo *Gazeta do Sul*, que circula até hoje.

<sup>13</sup> No caso de Santa Cruz do Sul, ao longo do século XX, os empresários fundaram e atuaram como elites econômicas em três entidades: Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul, Sindicato da Indústria do Fumo e Câmara de Dirigentes Lojistas de Santa Cruz do Sul. Dessas citadas, a que melhor poderia representar a elite local seria sem dúvida a primeira, pois a opção pelo Sindifumo, fundado em 1944, excluiria um número importante de comerciantes, banqueiros e industriais de outros setores. Deve-se ressaltar que isso levaria a pesquisa para uma análise estadual, uma vez que esse sindicato patronal representa os industriais do fumo no Estado do Rio Grande do Sul, indo além da escala local proposta por essa pesquisa. A opção pela CDL, fundada em 1966, além de deixar a indústria de fora, não teria o peso simbólico da tradição empresarial que a ACI carrega, sem mencionar que a fundação da entidade marca o ano final dessa pesquisa.

Pesquisamos a trajetória de diretores da ACI, usada como primeira opção, pois eles desfrutaram de um forte reconhecimento da opinião pública local por representar a classe produtora da cidade. Essa entidade foi fundada em 1918 por empresários da indústria e do comércio de Santa Cruz do Sul. Na análise das reportagens do jornal local, os integrantes das elites que, por algum momento, haviam composto a diretoria sempre tiveram sua posição na entidade lembrada em eventos ou acontecimentos de relevância para a cidade, como casamento, investidura na política, formatura e falecimento. O corpus inicial da pesquisa foi delimitado pela lista que indicava a composição de seus dirigentes eleitos entre os anos de 1918 e 1966. Mas constatou-se que eles não representariam o peso real na balança do poder econômico, pois, ao fazermos o levantamento biográfico dos principais empresários da cidade e ao analisarmos a constituição de sua rede social, constatamos que muitos não tiveram participação ativa na ACI, o que poderia comprometer um resultado mais seguro sobre o perfil de uma elite local<sup>14</sup>.

A constatação da baixa participação de algumas famílias ricas que atuaram como elite local nas diretorias das entidades empresariais nos leva a questionar se essa é uma tendência exclusiva de Santa Cruz do Sul ou uma regra que vale para a totalidade da elite econômica das cidades pequenas.

Recorremos novamente a Wright Mills (1965), o qual destaca que o poder não reside nessas organizações de nível médio, pois a tomada de decisões é exercida pelos “homens da cúpula”. Seus integrantes raramente participam como membros ativos das entidades empresariais, e sua diretoria serve como plataforma pedagógica para jovens dinâmicos que nelas treinam suas qualidades de inserção social ou investidura política. Esta é uma forma concreta de recrutamento para novos membros da cúpula em cidades pequenas. O autor cita uma entrevista que permite reconhecer que o poder das associações não está na nominata executiva, mas num intrincado sistema de extensão de laços empresariais, familiares e políticos que garante unidade, treinamento e homogeneidade à rede social de prestígio.

“Nós não vamos às ‘associações’, como são chamadas – ou pelo menos, não vamos logo”, disse um homem poderoso de uma boa cidade do Médio-Sul ao professor Floyd Hunter. “Muitas dessas associações, se entendermos por isso a Câmara de Comércio ou o Conselho Municipal, se reúnem, para discutir “objetivos” e “ideais”. Não sei que querem dizer com

---

<sup>14</sup> Vale destacar que essa realidade foi constatada para o caso específico de Santa Cruz do Sul, não significando que essa pesquisa não pudesse seguir um caminho de análise prosopográfica do patronato local. Entretanto, a riqueza de informações biográficas de vários empresários que não tiveram atuação na entidade foi um constante elemento desafiador para ampliar o corpus da pesquisa.



isso. Vou ser franco, não me agradam essas comissões. Muitos outros na cidade gostam, mas eu não [...]. Charles Hunter é o principal homem de nosso grupo (...). Quando ele tem uma idéia, os outros acompanham [...]. Recentemente teve a idéia de que nossa cidade deveria ser a sede nacional de um Conselho Internacional de Comércio. Reuniu alguns do grupo (o círculo mais íntimo) e expôs rapidamente suas idéias. Não falou muito. Nós não nos ocupamos de discursos balofos sobre “ideais” da situação e todo o resto. Vamos direto ao problema, ou seja, como organizar esse Conselho (Mills, 1965, p. 52).

Diante dessa questão, essa pesquisa recorreu às listas alternativas em que a chamada “cúpula empresarial” esteve presente no contexto, tais como o oficialato da Guarda Nacional<sup>15</sup>; os integrantes, diretores e filiados dos clubes tradicionais, como o Clube União e o Tênis Clube Santa Cruz; as entidades filantrópicas, como o Rotary Clube e a Loja Lessing (maçonaria), Associação de Ex-Alunos dos Colégios Sinodal e São Luis; as comunidades religiosas, como a evangélica e a católica.

Essas instituições não garantem precisão acerca do espaço de atuação de uma elite empresarial, pois são espaços porosos em que integrantes reconhecidos localmente estão presentes. A sua composição social é híbrida, pois nelas encontramos profissionais liberais, como médicos, dentistas, advogados e engenheiros; políticos com trajetórias no legislativo municipal e estadual; funcionários públicos ligados à alta burocracia, como juízes, promotores, oficiais das forças armadas, delegados da polícia e oficiais da Brigada Militar; além de jornalistas, pastores, padres e professores que são ligados à rede social que desfruta de prestígio e possuem capacidade de transitar ou atuar em espaços da elite econômica local.

Uma fonte fundamental para a identificação do grupo foi a pesquisa realizada na imprensa local. Em estudos de elites, o jornal constitui peça estratégica para uma abordagem da vida social desse segmento. Com base nesse processo, buscou-se no jornal *Gazeta de Santa Cruz* algum evento de reconhecimento sociocultural em nível municipal que identificasse as empresas ou os empresários tradicionais, permitindo localizar, do ponto de vista metodológico, o corpus de um estudo prosopográfico envolvendo elites locais do ramo empresarial.

A pesquisa debruçou-se sobre o jornal *Gazeta de Santa Cruz*, que foi identificado como o principal meio de comunicação local dirigido por integrantes reconhecidos como lideranças tanto na política quanto na economia. Esse jornal, na década de 1940, publicou

---

<sup>15</sup> A Guarda Nacional, apesar de ter sido extinta em 1922, apresenta, em sua lista de integrantes, vários membros da elite que viveram até a década de 1940. Exemplos: coronel Gaspar Bartholomay (falec. em 1945), tenente Oscar Gressler (falec. em 1942).

múltiplas reportagens referentes à comemoração do centenário da cidade. Vale destacar que nessa época ele era dirigido por dois integrantes de famílias tradicionais, Arthur Carlos Kliemann<sup>16</sup> e Rolph Henry Bartholomay<sup>17</sup>. Havia também um conselho editorial constituído por integrantes “beneméritos” que eram reconhecidos localmente. Esse grupo foi um dos principais formadores da opinião pública de Santa Cruz do Sul na década de 1940: Alfredo Scherer<sup>18</sup>, Jorge Frantz<sup>19</sup>, Oswaldo Hennig<sup>20</sup>, Bruno Agnes<sup>21</sup> e Arthur Germano Fett<sup>22</sup>.

Em abril de 1947, eles constituíram a comissão de organização da Festa do Centenário de Santa Cruz do Sul (1849-1949) que, no mês seguinte, elaboraria uma lista das principais empresas da cidade. Um artigo de memória que descrevia a trajetória resumida dos 76 estabelecimentos julgados pela comissão como “Firmas Tradicionais”. Publicado em 09 de maio de 1947, trouxe uma ampla recuperação da memória das empresas e das famílias proprietárias listadas pela comissão<sup>23</sup>. Vale destacar que Santa Cruz do Sul possuía na época,

---

<sup>16</sup> Médico pela Faculdade de Medicina da URS. Filho mais velho do empresário de beneficiamento de fumo João Nicolau Kliemann (proprietário da Kliemann & Cia. Ltda., acionista do Banco Mercantil Ltda. e da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A). Na política foi prefeito e também vereador de Santa Cruz do Sul pelo PSD. Profissionalmente foi diretor do Hospital Santa Cruz, o principal estabelecimento de saúde da cidade. Na sociedade civil foi diretor do Clube Aliança Católica, o principal clube frequentado pela elite e classe média alta filiada à Igreja Católica.

<sup>17</sup> Advogado pela Faculdade de Direito da URS, neto do engenheiro Frederico Guilherme Bartholomay, um dos homens mais influentes do município.

<sup>18</sup> Empresário do setor de alimentos.

<sup>19</sup> Empresário do setor comercial e acionista do Banco Mercantil Ltda.

<sup>20</sup> Empresário, filho do empresário Augusto Hennig (o homem mais rico de Santa Cruz do Sul entre o final do século XIX e início do XX). Sua família era proprietária da Holding Hennig S/A, composta pela Exportadora Hennig S/A, a maior empresa de beneficiamento de fumo do estado, pelo Banco Sinimbu Ltda. e pela Fábrica de Cigarros Sinimbu S/A. Oswaldo Hennig foi prefeito de Santa Cruz do Sul e dirigente do Sindicato da Indústria do Fumo.

<sup>21</sup> Comerciante, revendedor da marca de veículos e máquinas Ford Company na região. Foi prefeito e vereador de Santa Cruz do Sul e dirigente da ACI.

<sup>22</sup> Advogado pela URS. Pai da escritora gaúcha Lya Luft. Sua residência acabou sendo sede do Sindicato da Indústria do Fumo. Foi dirigente da União Democrática Nacional. Era reconhecido pela liderança anticomunista local. Escrevia diariamente no jornal.

<sup>23</sup> Essa lista foi constituída pelas principais companhias limitadas e sociedades anônimas que fizeram parte dos cem anos de desenvolvimento industrial e comercial da cidade. Essa lista compreende estabelecimentos das grandes famílias locais cuidadosamente escolhidas pelo pesquisador-memorialista e jornalista Alfredo Ludwig. Ela possibilita visualizar as principais empresas integradas na evolução da economia local e no incremento das atividades urbanas. O grupo empresarial reconhecido pelos memorialistas, editores e jornalistas do jornal *Gazeta de Santa Cruz* permite estabelecer um corte operacional para a pesquisa, pois projeta os elementos simbólicos de tradição pública no desenvolvimento empresarial em contexto singular: o de preparação da festa do centenário municipal.

segundo pesquisa de Jean Roche (1969), 528 estabelecimentos comerciais e industriais. Resolvemos enquadrar na categoria “elite local” os proprietários e acionistas das 76 empresas citadas pela comissão. A partir desta opção chegamos a um grupo constituído por 189 indivíduos que tinha como atividade principal a gestão dos estabelecimentos empresariais. Assim, entendemos que esse universo social representaria o retrato mais próximo do que queremos chamar de “elite econômica local”<sup>24</sup>. Os anexos F e G desse trabalho delimitam o corpus dessa pesquisa.

Esse procedimento pode ser alvo de várias críticas. Uma delas é um suposto lobby na inclusão desnecessária de algumas empresas ou a exclusão de outras importantes por alguma rivalidade entre as famílias. Mas destacamos que a pesquisa prosopográfica procura construir uma tendência próxima do perfil social do grupo, até mesmo porque seria impossível reunir todas as informações coletivas de 189 empresários num amplo espaço de tempo e assentada numa base diversificada de fontes. Esse grupo é uma amostra de uma elite local que poderia ser constituída sobre outra base<sup>25</sup>. Mills (1965) reforça a importância do jornal em cidades pequenas, pois ele é a principal instituição de formação da opinião pública local e permite identificar os valores socioculturais das famílias tradicionais que atuam como elite.

O uso de uma reportagem como base metodológica de identificação nominal da elite de Santa Cruz do Sul possui consistência simbólica, uma vez que os editores provavelmente se encontravam em posição privilegiada para identificar as principais empresas da cidade.

Para possibilitar o entendimento desta elite no tempo, optamos pela divisão do grupo em três gerações para elaborar uma História comparada das elites numa perspectiva semelhante à adotada por Joseph Love (1982 e 2006) sobre a elite paulista. Nesse processo, levamos em conta o início da atividade mercantil desses indivíduos em três momentos da

---

<sup>24</sup> A divulgação pública de uma lista das principais empresas, numa pequena comunidade do interior do Rio Grande do Sul em processo de industrialização, engajada num importante evento local, leva a crer que dificilmente os editores cometeriam a indelicadeza de omitir alguma empresa tradicional. Vale destacar que a cidade, ao comemorar seu centenário de formação, no final da década de 1940, tinha pouco mais de 20 mil habitantes.

<sup>25</sup> O exercício de comparação em História deve ser levado em consideração nesse tipo de análise. Assim, recorrer a outras listas e estudar o perfil de segmentos tanto de Santa Cruz do Sul quanto de outras localidades permite obter um suporte probabilístico em estudos prosopográficos. No caso dessa pesquisa, além de dividir os 189 empresários pelo contexto de atuação (Colônia, Vila e Cidade de Santa Cruz), recorreremos a outras amostras, de menor escala, realizadas sobre o perfil do empresariado e da elite política de Santa Cruz do Sul nos trabalhos de Cadoná (2002); Krause (2002) e Vogt (1997).

história local: a Colônia de Santa Cruz (1849-1878); a Vila de Santa Cruz (1879-1905); e a Cidade de Santa Cruz (1906-1945).

Em cada um desses momentos, redistribuímos os 189 empresários no contexto em que iniciaram suas atividades no ramo empresarial, cuidando para que avós, pais e filhos não ficassem no mesmo grupo e que primos, irmãos e cunhados não ficassem em contextos distintos. Vale destacar que a própria listagem já indicava, na maioria dos casos, o ano de início das atividades. Além dela, recorremos a peças publicitárias das empresas ou ao próprio necrológico do proprietário. Dos 189 empresários que são objeto de estudo, para 41 não encontramos o ano preciso do início de sua carreira; assim, para enquadrá-los numa geração ou grupo, levamos em conta outras informações: o ano de falecimento, a rede familiar de primos, irmãos ou pais dos quais sabemos o ano de nascimento e que conviveram com esse integrante da elite local, além de uma análise da sua trajetória pessoal<sup>26</sup>. A distribuição dos empresários nas três etapas da história de Santa Cruz do Sul ficou constituída dessa forma:

- a) Os empresários da Colônia de Santa Cruz: 29 que iniciaram as atividades empresariais até 1878;
- b) Os empresários da Vila de Santa Cruz: 66 que iniciaram as a atividades empresariais entre 1879 até 1905;
- c) Os empresários da Cidade de Santa Cruz: 95 que iniciaram as atividades empresariais entre 1906 até 1947;

A maioria teve atuação empresarial de 1905 até 1966, sendo reconhecidos pela opinião pública local como “beneméritos proprietários das firmas tradicionais”, título da reportagem referente à comemoração do centenário municipal de Santa Cruz do Sul. Fundamentado o objeto de estudo, através da qualificação do corpus delimitador da pesquisa, o próximo passo seguido pela maioria dos pesquisadores em prosopografia é reunir fontes biográficas, incluindo, concomitantemente, o processo de sistematização das informações sobre a trajetória coletiva dos indivíduos.

O procedimento metodológico foi baseado no site “tutorial works”, que estrutura passos e etapas para os iniciantes em estudos de prosopografia. O artigo que fundamenta esse

---

<sup>26</sup> Com base em reportagens que descrevem alguns momentos da vida pessoal naquele recorte, como formatura, casamento, festa, publicidade e página social. Isso para os casos sem o provável ano de início da atividade empresarial

tutorial é *A Short Manual to the Art of Prosopography*<sup>27</sup>. Norteados pelos procedimentos descritos e aprofundados pelo grupo de pesquisa de Oxford, estruturamos um quadro metodológico com oito passos que foram seguidos para a sistematização das biografias.

**1º Passo:** Definição do jornal *Gazeta de Santa Cruz* como norteador na identificação da elite econômica de Santa Cruz do Sul – direção e redação composta por integrantes da elite local que estavam envolvidos diretamente na Festa do Centenário de Santa Cruz (1849-1949).

**2º Passo:** Definição da lista de empresas tradicionais envolvidas na trajetória econômica do município durante o centenário da cidade. Publicada em 09/05/1947. Total: 76 estabelecimentos comerciais, industriais e financeiros.

**3º Passo:** Identificação nominal dos proprietários que trabalharam diretamente nessas empresas entre os anos de 1905 e 1966. Total: 189 integrantes.

**4º Passo:** Reconstrução padronizada da biografia de cada empresário – trajetória pessoal, familiar, empresarial, profissional, política e social com uso das fontes empresarial e biográfica descritas nesse trabalho (ver Anexo A).

**5º Passo:** Utilização dos programas Excel, Access e SPSS para registrar as informações contidas nas biografias.

**6º Passo:** Redistribuição dos 189 empresários em três gerações, conforme a explicação anterior.

**7º Passo:** Elaboração das tabelas e gráficos socioestatísticos dos campos.

**8º Passo:** Análise dos resultados.

***A problemática da pesquisa: a dinâmica local e as razões para um grupo de empresários atuarem como elite no interior do RGS (o caso de Santa Cruz do Sul, 1905-1966)***

Fundada no ano de 1849, São João de Santa Cruz, localizada na parte norte do Município de Rio Pardo, era cem anos depois um dos principais polos industriais da economia gaúcha. Essa pequena comunidade criou condições para a formação de uma elite local regionalmente integrada. Esse grupo teve capacidade de obter reconhecimento nacional e produzir sua própria memória em caminhos que incluíram a origem étnica e o sucesso do fumo.

Para essa elite local, a cultura étnica foi norteadora para explicar o desenvolvimento da cidade até o início da II Guerra. Olgário Vogt descreveu o perfil da comunidade ressaltando

<sup>27</sup> O site britânico contém um ótimo material pedagógico para os iniciantes em estudos que envolvam o método prosopográfico. Ver <http://prosopography.modhist.ox.ac.uk/index.htm>

mobilizações coletivas de caráter cultural. A sua marca principal foi a identidade germânica, visualizada na Festa da Imigração Alemã, na presença da imprensa alemã e na simpatia da comunidade pelos eventos históricos da Alemanha: o processo de unificação (1870), as idéias nazistas e as vitórias em batalhas travadas nas duas guerras mundiais (1914-18 e 1939-45).

Após 1945, foi possível observar um deslocamento desse discurso em torno do progresso econômico baseado na economia fumageira. Em 1942, o jornal *Kolonie*, editado em língua alemã, foi fechado. Em 1949, a Comissão da Festa da Imigração Alemã foi esvaziada. Entre 1914 e 1945, a elite local consolidou empresas como a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A e a Caixa de Crédito Santa-Cruzense, futuro Banco Agrícola Mercantil S/A. Nesse contexto foi possível observar um interesse por parte desse grupo em tornar a cidade reconhecida como a “Capital Nacional do Fumo”. O embelezamento urbano foi uma das primeiras formas da transformação simbólica visualizada no uso da folha de fumo como modelo de uma nova identidade local. No lugar da Festa da Imigração foi criada a comissão da Festa Nacional do Fumo. Esse movimento tinha como objetivo consolidar a marca “Santa Cruz” como polo produtor de cigarros em detrimento dos símbolos étnicos anteriormente privilegiados.

Silvio Marcus de Souza Corrêa (2004) afirma que a substituição de uma festa marcada pela identidade étnica por uma vinculada ao progresso econômico entra na esteira de outras feiras locais, como a Festa da Uva e do Vinho em Caxias do Sul e a Feira Nacional do Calçado (FENAC) de Novo Hamburgo. Essas comunidades estavam se desprendendo do discurso étnico, tanto italiano quanto alemão, para valorizar sua identidade local assentada no principal produto de sua economia.

Para Luciana da Costa Job (2003), a identidade étnica articulada ao sucesso empresarial da economia fumageira foi um forte elemento de inserção política e empresarial local. Uma das marcas da cultura política de Santa Cruz do Sul é o predomínio dos teuto-descendentes na vida política. Com base nas pesquisas de João Pedro Schmidt (2004a), podemos constatar que cerca de 75% da elite política local, ao longo dos seus 120 anos de história política, era composta de descendentes de famílias alemãs, tanto no poder executivo quanto no legislativo: “Desse modo, mais do que preconceito racial, o predomínio numérico dos teuto-descendentes nos cargos políticos pode ser interpretado como consequência do espaço que ocupavam na vida social, cultural e econômica do município” (Schmidt, 2004c, p. 03).

No estudo prosopográfico dos principais empresários foi possível identificar a existência desse componente étnico. Porém ressaltamos que o interesse econômico foi a espinha dorsal na medida em que articulava as unidades familiares, a população urbana e lideranças políticas e empresariais, produzindo a identidade teuto-brasileira. Esses elementos poderiam contribuir para o entendimento do sucesso empresarial local, mas não se pode ignorar a forte integração com atores sociais diversificados que foram agregados à comunidade ao longo do processo de industrialização (1919-1966).

As pesquisas de Krause, Schmidt e Job permitem assegurar que a maioria da elite de Santa Cruz do Sul na década de 1940/50 foi de descendência germânica, o que poderia induzir a pesquisa a ingressar no diletante argumento do sucesso étnico. Essa tese é muito comum nas memórias de localidades. A rede que possibilitou a formação desse segmento não poderia estar associada exclusivamente ao componente étnico, embora este pudesse ter contribuído para ela. Vamos utilizar razões políticas e econômicas que rechaçam essa perspectiva.

Na política local ocorreu a inserção de vários profissionais de Estado. Na medida em que a cidade crescia, observou-se a transferência de oficiais da Brigada Militar e Exército; gerentes de bancos estatais e privados; interventores, delegados, promotores e magistrados. A maioria desse corpo burocrático foi de descendência lusa. Ao longo do século XX, essas pessoas estabeleceram uma complexa relação matrimonial, empresarial e política com a elite local. Ressaltamos que a ampliação da administração estadual e federal na cidade contribuiu para que novas famílias fossem agregadas ao topo da pirâmide. Essa elite política e burocrática foi transferida na I República pelo governo estadual via PRR (1889-1930) e ampliada no governo federal de Getúlio Vargas (1930-1945).

Na economia, a fundação da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A foi encorajada pela inserção da anglo-americana British American Tobacco na cidade, em 1917, que trouxe administradores, técnicos e operários qualificados de várias cidades do país e até mesmo da Inglaterra e dos EUA. A Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense Ltda., que evoluiria para o Banco Agrícola Mercantil Ltda. e depois S/A, recrutou técnicos especializados para gerência e administração. Foram, na maioria, oriundos de Porto Alegre. Esse nível de complexidade da gestão empresarial neutraliza o argumento da homogeneidade étnica da elite local. O fator germânico não explica o sucesso dessas empresas.

No meio empresarial, o sucesso do setor fumageiro contribuiu para a formação dessa elite, mas não foi determinante. Optamos por rejeitar o estudo exclusivo da elite ligada a esse setor, pois deixaria de fora vários integrantes dela ligados ao comércio, finanças e governo que foram peça fundamental para a consolidação de uma rede social que os colocava em posição distinta na comunidade. Analisando a história social de Santa Cruz do Sul, identificamos um elemento que consideramos relevante para explicar a dinâmica desta elite local em sua rede social: o fator religioso. Com base nos levantamentos sobre a composição religiosa até 1930 que conseguimos reunir, apoiados principalmente na pesquisa de Silvana Krause (2002), destacamos que a maioria da população de Santa Cruz do Sul foi católica.

Os dados sobre esse elemento indicam equilíbrio até 1930, oscilando numa faixa aproximada de 55% de católicos e 45% de protestantes, com tendência de crescimento dos católicos nas décadas seguintes. Abordaremos esse aspecto no final do primeiro capítulo. Poderíamos demonstrar a forte tradição católica na cidade através dos símbolos construídos localmente: a Catedral São João Baptista, a mais alta igreja em estilo gótico da América Latina, e o Hospital Santa Cruz, fundado pelos padres franciscanos, foi referência local em saúde na primeira metade do século XX. Vale destacar que os protestantes inauguraram o Hospital Ana Nery no final da década de 1950. Na educação, o Colégio Marista São Luis e o Sagrado Coração de Jesus possuíam, relativamente, o mesmo tamanho e número vagas do Colégio Sinodal. Os cemitérios católicos também são maioria no perímetro urbano e nas localidades do interior.

Silvana Krause (2002) reforçou a mesma conclusão: os católicos são maioria em Santa Cruz do Sul. Mas a autora mergulhou no universo da classe dominante local e encontrou outra tendência: uma hegemonia por parte dos protestantes na economia e política na I República (1889-1930). Sua pesquisa procurou explicar o sucesso econômico da elite local a partir da tese de Max Weber sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo. Em todos os universos levantados pela autora, há um predomínio de aproximadamente 75% de empresários e políticos de religião protestante. Para comprovar essa tese, Krause realizou uma exaustiva pesquisa social fundamentada em relatórios das mais variadas instituições que reuniram, ao longo do século XIX e na primeira metade do XX, dados sobre a filiação religiosa no meio rural, empresarial e político do município.

O meio rural foi o primeiro universo de análise. Como uma parte importante da elite local ascendeu dessa base, a autora fez um levantamento da qualidade dos lotes de terra



recebidos pelas famílias de agricultores desde a formação da localidade. Com base nos relatórios do diretor Carlos Trein Filho (1880), as terras foram divididas em quatro categorias: inferiores, médias, mistas e boas. A problemática da autora foi detectar uma suposta vantagem na distribuição dos melhores lotes para os protestantes, o que teria contribuído para sua hegemonia como grupo dominante. Os resultados não apontavam essa tendência. Havia um equilíbrio proporcional entre católicos e protestantes na distribuição dos lotes em relação à qualidade. Aprofundaremos essa análise no final do primeiro capítulo.

O meio empresarial foi o segundo universo de análise. Foi nesse ponto que a autora encontrou diferenças. Krause procurou utilizar uma base populacional diversificada, objetivando alcançar resultados com relativa segurança, pois o levantamento exato da filiação religiosa da elite econômica da cidade seria impossível de construir. A composição dessa base foi formada por duas reportagens publicadas no jornal *Kolonie* sobre a “indústria local”. A primeira, de 21/05/1892, apontava 14 estabelecimentos industriais: dos integrantes desse grupo 10 (71%) eram protestantes, 3 (21%) eram católicos e 1 (7%) era misto. A segunda, de 01/06/1895, apontava 14 estabelecimentos industriais: dos integrantes desse grupo 9 (64%) eram protestantes e 5 (36%) eram católicos. Krause inovou ao cruzar a religião com a medida de potência em cavalos-vapor HP: *horse-power* das empresas. As somas totais dos dois universos empresariais apontam uma capacidade energética de 67 HP. Os protestantes controlavam 49 HP e os católicos 18 HP. Nas localidades do interior, a autora encontrou a mesma tendência. Nas 12 localidades foi encontrada uma proporção que variou entre 60% e 80% de empresários protestantes e entre 20% e 40% de católicos. Vale destacar que na maioria das localidades os católicos também foram numericamente superiores. Das 13 localidades, apenas em duas os protestantes foram maioria. Mas em nenhuma havia uma supremacia católica no meio empresarial.

O meio político foi o terceiro universo de análise. Nesse ponto Krause utilizou uma estratégia metodológica mais complexa, que não restringiu aos dados estatísticos da proporção entre políticos protestantes e católicos. Esse ponto mereceu algumas ressalvas. No Império a religião católica foi oficial. Isso dificultava a participação dos protestantes na vida política. Após a promulgação da lei Saraiva, essa situação mudou e favoreceu a incorporação de não-católicos no jogo político. Na República, as comunidades protestantes obtiveram duas vantagens: em primeiro lugar, estava consolidada a separação entre Igreja e Estado, redimensionando o poder barganha dos católicos; em segundo, a nova constituição de 1891 passou a privilegiar a escolaridade em detrimento da renda. Isso deu uma vantagem

expressiva aos protestantes, pois eles tinham um percentual de alfabetizados maior em relação aos católicos. Para Krause, o poder econômico dos protestantes foi mais um fator que contribuiu para a consolidação de sua liderança política na escala local.

Esses três meios mensurados por Silvana Krause (rural, econômico e político) provariam que havia uma suposta “ética protestante” no sucesso da elite de Santa Cruz do Sul. Porém a esta tese se poderia contrapor o argumento de que o sucesso empresarial também ocorria em comunidades de imigrantes exclusivamente católicos, como em Caxias do Sul, fundada em 1875, 25 anos depois que Santa Cruz do Sul, em condições territoriais muito piores. O sucesso econômico de sua elite, constituída por imigrantes italianos majoritariamente católicos, não seria explicado pelo fator religioso, pois esse grupo enriqueceu a uma velocidade maior que o de Santa Cruz do Sul. A cidade de Caxias do Sul, na virada do século XX, já era um dos principais polos econômicos do Rio Grande do Sul.

A hipótese que lançamos para explicar o sucesso da elite local está centrada na rede social articulada em múltiplos espaços relacionais. O segmento protestante conseguiu montar estratégias diversificadas para legitimar e manter seu prestígio na área empresarial e política. O protestantismo poderia contribuir para isso, mas não seria determinante, pois numa sociedade com predomínio católico, como a do Brasil e do Rio Grande do Sul, a presença dos evangélicos em colônias alemãs poderia sugerir um “teto” na capacidade de negociação em escala regional/nacional na medida em que empresários e políticos protestantes ascendiam socialmente e, portanto, passavam a postular sua entrada em novos e importantes espaços de negociação e atuação política.

Neste processo, o objetivo geral da pesquisa é identificar a rede relacional que contribuiu para a formação da elite econômica de Santa Cruz do Sul. O elemento-chave dessa análise consiste em identificar a capacidade desse segmento, majoritariamente protestante, em mobilizar capital social que o colocava em situação de comando e prestígio numa sociedade católica. Como essa elite conseguiu construir empresas de amplitude regional e nacional? Para alcançar esses objetivos, vamos mergulhar na história social da elite econômica num contexto de expansão da indústria local (1905-1966) dividindo esse trabalho em quatro capítulos.

O primeiro capítulo descreve a formação de Santa Cruz do Sul. Para compreendermos essa elite local, vamos realizar um levantamento bibliográfico, contextualizando a comunidade na escala regional. O foco norteador será uma análise da produção sobre temas

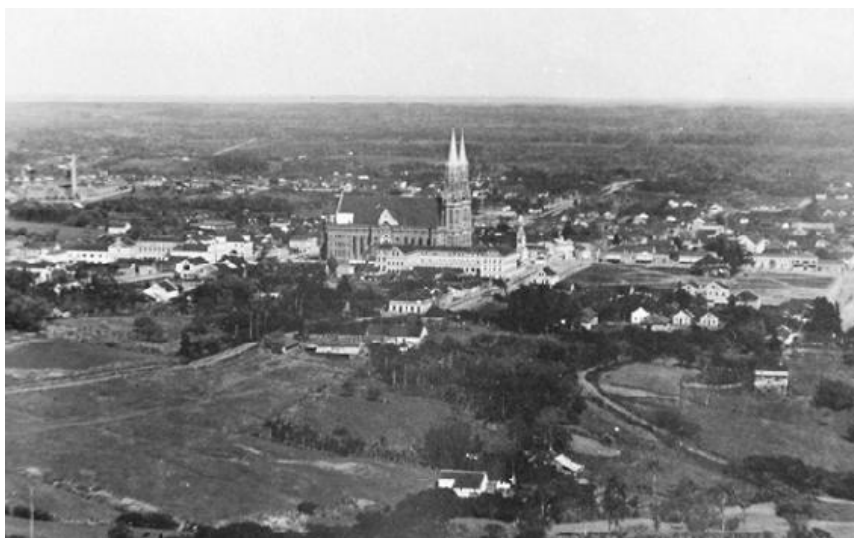
referentes à imigração no Rio Grande do Sul, em especial as publicações que retratam a vida política, econômica e social do município. Finalizamos o capítulo com a reestruturação dos dados sociográficos levantados por Krause sobre a filiação religiosa local objetivando fundamentar a composição social, em perspectiva comparada, do perfil socioeconômico entre católicos e protestantes.

O segundo capítulo aborda a composição da elite econômica de Santa Cruz do Sul. Ele terá como corpus delimitador os 189 proprietários dos 76 estabelecimentos empresariais selecionados em 1947 pela comissão do centenário de Santa Cruz. Iniciará com uma análise teórica dos estudos de elites, uma análise das fontes utilizadas, o processo de sistematização através da padronização das biografias, a construção do banco de dados apoiado na ficha prosopográfica, o registro dos dados, a análise sociográfica dos registros dos campos da elite (N=189), a 1ª geração (N=29), a 2ª geração (N=66), a 3ª geração (N=95), e finalizará com uma análise comparada dos empresários da Colônia, Vila e Cidade de Santa Cruz objetivando visualizar a dinâmica do grupo no tempo.

O terceiro capítulo descreve a diversidade de relações que foram estabelecidas pela elite de Santa Cruz do Sul nos mais variados espaços de sociabilidade, mas focando a atuação empresarial. Este será um capítulo qualitativo que reconstruirá trajetórias ilustrativas em dois subcapítulos: um trata dos empresários que reconverteram seu capital social com a mudança de espaço geográfico proporcionado pela imigração europeia, estando, portanto, em condições de iniciar um empreendimento comercial, artesanal ou fabril; o outro descreve a ascensão social de um grupo de empresários que conseguiu reconverter capital agrícola familiar em empresarial a partir de três gerações: “avô agricultor, pai comerciante e filho grande empresário local”, apoiado no principal produto gerador de renda para Santa Cruz do Sul, o fumo.

No quarto capítulo descrevemos a rede social que foi tecida pela elite local tendo como pano de fundo a trajetória das “firmas importantes da capital do fumo”. Vamos fazer uma análise tendo como fio condutor a rede social construída pela elite de Santa Cruz através da Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense e da Companhia de Fumos Santa Cruz. Essas empresas permitem entender o perfil e a estruturação de uma rede de poder que ligava o setor financeiro e fumageiro local e esboçar um retrato dessa elite empresarial.

## **2 A FORMAÇÃO DA CIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL (ESPAÇO DE ATUAÇÃO DE UMA ELITE ECONÔMICA LOCAL)**



### **2.1 O empresariado das regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul: análise de sua origem até 1930**

As pesquisas referentes à composição do empresariado gaúcho teuto-brasileiro apontam que esse segmento passou do comércio para o setor industrial condicionado por um padrão de ação na medida em que seus integrantes obtinham melhores condições de captar as novas solicitações do mercado. Nesse contexto, orientavam seus investimentos no sentido de atender as demandas que ofereciam maior rentabilidade e segurança. Assim, os mercados locais e regionais sempre estiveram entre as prioridades dessa emergente elite urbana que se estruturou na metade norte do Rio Grande do Sul. Vale destacar que a diversificação de investimentos, provenientes de sua maior flexibilidade econômica, foi o que lhes teria propiciado maior acúmulo de riquezas.

Para Limeira Tejo (1937), a indústria gaúcha é o resultado gradual do artesanato, prescindindo, assim, da necessidade de acumulação de capitais que fossem investidos na indústria nascente: “Difícilmente se aponta no Rio Grande do Sul uma indústria que tenha

surgido por ‘aplicação de capitais’. Quase toda exploração industrial tem uma história, é um fenômeno de evolução. Quase nunca é um acontecimento isolado na atual fisionomia econômica da região” (Tejo, 1937, p. 19-20). Para o autor, o que contribuiu para o sucesso desses imigrantes foram a tenacidade, o afinco, o espírito de privação e a poupança, numa analogia próxima do caso do desenvolvimento japonês. É desse esforço individual que resulta o sucesso, e não da necessidade de investimento de capitais, pois “[...] a exploração industrial tem uma história, é um fenômeno da evolução” (Tejo, 1937, p. 22).

A posição defendida por Limeira Tejo é contestada por diversos autores, tais como Jean Roche (1969), Paul Singer (1968), Sandra Pesavento (1986, 1985 e 1978), Eugênio Lagemann (1985) entre outros. Roche, por exemplo, afirma que o artesanato desenvolvido pelos imigrantes alemães não gerou a indústria. Esse processo só ocorreu quando, em alguns casos, a pequena oficina organizada pela família evoluiu até tomar-se uma fábrica.

Para Pesavento (1986), a defesa da evolução da indústria via artesanato é a reprodução do discurso burguês de “ascensão social através da capacidade de poupança e do espírito de privação”. Diz a autora: “Admitindo que todo o empresário fora, originariamente, um colono imigrante e um artesão, a evolução linear do artesanato à indústria representava, no discurso burguês, a mais cabal demonstração de sua capacidade inovadora e do seu amor ao trabalho. Justificava-se, com isso, o sucesso e a riqueza, apresentados como merecidos e justos” (Pesavento, 1986, p. 38).

Lagemann também se posiciona criticamente sobre essa tendência voltada para a “[...] interpretação heróica, que faz do colono bem sucedido econômica ou politicamente um verdadeiro ‘self made man’ [...] chega-se a colocar o imigrante como o civilizador” (Lagemann, 1985, p. 118). Pode-se argumentar que só porque, no início, ocorreram alguns casos de empresas industriais terem se originado do artesanato, não podemos tomar esses casos como regra universal. Jean Roche (1969) destaca como exemplo o setor de fabricação de artigos de couro, em que ocorreu uma coexistência entre a fábrica e o artesanato na maioria dos casos analisados.

Sandra Pesavento (1985, 1986) se distancia em relação aos trabalhos dos demais autores na medida em que transcende a polêmica sobre a origem artesanal da indústria, incluindo em seus estudos outros setores econômicos com potencial de investimento na

indústria. A autora destaca que o capital industrial que se formou nas zonas de colonização alemã e italiana da metade norte teria se originado de cinco formas:

A primeira foi partir do capital comercial, em que a indústria já teria nascido pronta, isto é, no caso em que o comerciante montava uma empresa fabril e trabalhava concomitantemente nos dois ramos; num segundo caso, a indústria teria surgido da “evolução do artesanato para a empresa industrial, situação esta em que teria também ocorrido, paralelamente à atividade artesanal, o desenvolvimento de atividades comerciais, o que, de certa forma, teria proporcionado acumulação de capital capaz de ser aplicado na atividade produtiva” (Pesavento, 1986, 15), tornando-se, assim, responsável pela mudança qualitativa ocorrida em alguns casos; uma terceira forma, diferente da anterior, seria a de uma pequena manufatura que, associada ao capital comercial, viria a se expandir em termos de capital, força motriz, força de trabalho e linha de produção; a quarta forma se daria através da participação do capital bancário na formação de empresas industriais; por último, havia o “burguês imigrante”, isto é, aquele que trouxe consigo, de sua terra de origem, capital e experiência profissional na gestão de alguma empresa.

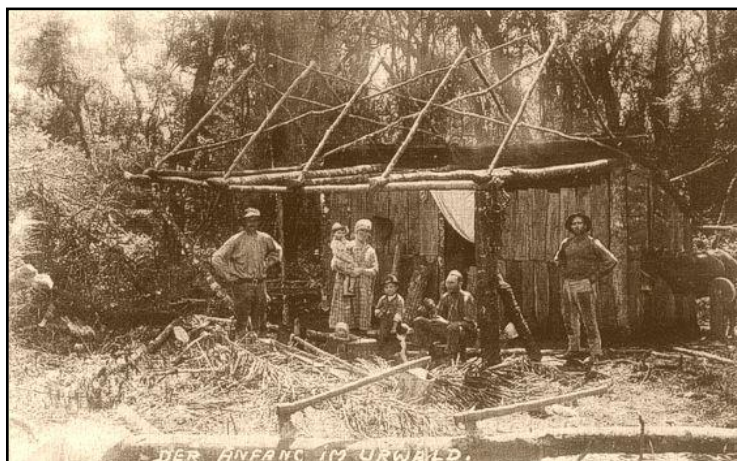
Ani Maria Schiphorst Hass (1971) destaca que o processo de imigração, iniciado em 1824, originou novas condições econômicas que alavancaram o desenvolvimento de uma economia mais complexa e industrial no Rio Grande do Sul. A partir de 1874, quando vieram os imigrantes italianos, essas características já estavam em curso graças à corrente que fundou as colônias alemãs de São Leopoldo (1824) e Santa Cruz do Sul (1849). A autora problematiza a dinâmica econômica das colônias alemãs analisando, comparativamente, alguns elementos identificados por Paul Singer (1968), que mensurou o processo de desenvolvimento urbano tendo Porto Alegre como estudo de caso. Para Singer, o processo de formação das sociedades industriais que emergiram da zona colonial esteve dividido em três fases:

A primeira foi caracterizada pelo desmatamento associado à agricultura de subsistência, pois as próprias condições estruturais não permitiam ao colono uma produção para o mercado capitalista. As colônias alemãs não conseguiam se integrar ao mercado externo, pois o imigrante alemão não possuía recursos capazes de iniciar uma produção monocultora de larga escala, e, além disso, as terras que foram deixadas para esses imigrantes eram, na maioria das vezes, impróprias para a monocultura. O maior obstáculo enfrentado por esse novo segmento foi a carência de um mercado interno nacional capaz de integrar essa

nova população. Diante dessa adversidade, essas famílias passaram a se dedicar à agricultura para o atendimento local e progressivamente regional na medida em que ganhavam robustez para uma emergente indústria doméstica assentada em ferragens, sapataria, couro, alimentos, bebidas, fumo, vestuário, entre outros.

A segunda fase esteve caracterizada pela consolidação da agricultura familiar, que conseguiu potencializar a exportação de excedentes produzidos nas colônias. Nessa fase, conseguiram superar a condição de extrema pobreza, estruturando vilas e um comércio rural no período entre 1840 e 1870. A produção mais qualificada de gêneros agrícolas se destinava ao mercado local, que foi, progressivamente, ampliado para o âmbito regional. A base desse dinamismo está ligada ao sucesso alcançado pelo artesanato rural aquecido pelas demandas originadas pela Revolução Farroupilha, que expandiu o intercâmbio comercial entre as regiões de colonização alemã de São Leopoldo e a capital da província, Porto Alegre.

**Foto 01 – Famílias de imigrantes alemães ocupando um lote de terras no século XIX**



Fonte: Cedoc-UNISC

A maioria dos produtos se destinava ao mercado interno gaúcho, com progressivo aumento do nível de negociação na medida em que os agentes econômicos racionalizavam a produção visando o mercado nacional. O envolvimento do Império brasileiro em conflitos internacionais (Guerra de Rosas e Guerra do Paraguai) serviu de alavanca para a expansão do mercado nacional de artesanato semi-industrial das colônias de imigrantes alemães.

A terceira fase se caracterizou pela consolidação de um comércio dinâmico que era abastecido por uma agricultura especializada. O incremento destas atividades permitia a formação dos primeiros núcleos industriais de bens duráveis. Esse processo ganhou força na

virada do século, quando as regiões de colonização já possuíam capacidade de estruturar bancos e indústrias para, então, consolidar centros urbanos mais robustos.

**Foto 02 –Pai e filho na lavoura de fumo no interior de Santa Cruz em 1899**



Fonte: Cedoc-UNISC

Jean Roche destaca a consolidação de São Leopoldo com o beneficiamento de banha e Santa Cruz do Sul com o beneficiamento do fumo. A mercantilização da produção agrícola dessas duas regiões contribuiu para potencializar a monetarização de alguns colonos mais ousados, que viriam a investir na indústria local. Como consequência desse processo, Singer aponta para um deslocamento da importância econômica de Porto Alegre em detrimento do polo exportador de charque centralizado em Pelotas, pois a capital estadual foi o ponto de saída e negociação dos produtos oriundos da zona colonial<sup>28</sup>.

O processo de integração econômica dos imigrantes alemães foi possível graças ao sucesso da agricultura familiar condicionada ao crescimento artesanal/industrial. Ani Hass (1971) destaca que os colonos não possuíam recursos nem braços suficientes para investir na monocultura. A autora destaca que o artesanato foi importante para a consolidação de uma

---

<sup>28</sup> Ani Hass chamou a atenção para a camada social que mais concentrou riqueza no Rio Grande do Sul ao longo do século XIX, mas não aproveitou esse potencial para estruturar uma indústria local, a dos pecuaristas. Esse segmento não investiu em atividades industriais, seja como empresário ou como financiador. Isso ocorreu tanto no período inicial de industrialização gaúcha quanto no posterior à formação da indústria do estado. O resultado foi que cidades condicionadas à pecuária, principalmente na metade sul, entraram em processo de estagnação econômica quando a indústria de carnes se modernizou e foi encampada pelos imigrantes.

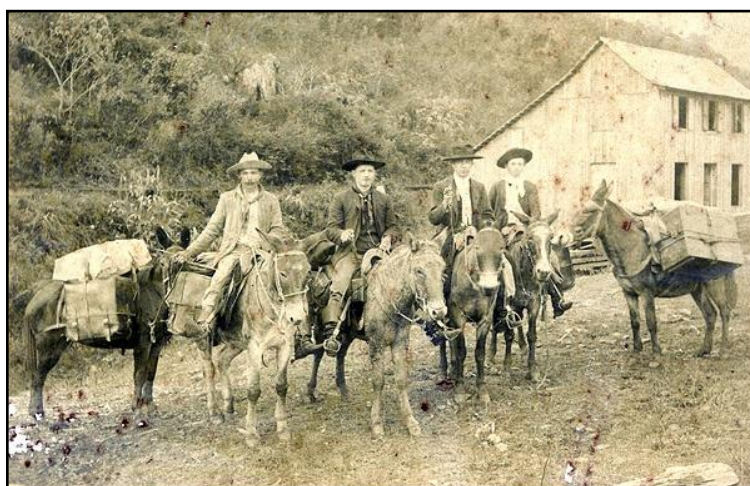


rede de negociação empresarial de maior envergadura no Rio Grande do Sul em comparação com outras regiões do país:

A indústria manual em São Paulo, no distrito federal, na Baía, em Pernambuco, sempre foi – à parte, certamente, a fase oniprodutivista do regime colonial – o que ainda é hoje. Isto é: a princípio, simples atividade acessória e, depois, mero trabalho de habilidosos. Já no Rio Grande do Sul se poderá constatar que essa indústria manual, que apresenta atualmente, como nas outras partes do país, um caráter de habilidade, é um vestígio de atividades manufatureiras mais intensas, visando o abastecimento ordinário da região (Hass, 1971, p. 96)

Para Hass, se por um lado o artesanato foi peça fundamental para o desenvolvimento industrial, por outro, há estudiosos que argumentam que a emergência das atividades fabris se deve à própria dinâmica do mercado local que permitiu uma elevação da renda e a evolução do espaço rural para o urbano, que em outros estados da federação foram neutralizados pela grande indústria nacional, que impossibilitou a criação de uma demanda interna, como, por exemplo, na Bahia, Maranhão ou Pará. “A atividade familiar, semi-artesanal no início, permitiu, mais tarde, oficinas e ateliers de ótima qualidade técnica, mas erigiu-se como um obstáculo para a construção da grande indústria” (ibidem).

**Foto 03 – Caixeiros-viajantes no interior de Santa Cruz em 1895**



Fonte: Cedoc-UNISC

Ani Hass explica que o empresariado se originou de duas práticas profissionais: a do artesão e a do comerciante. O primeiro conseguiu superar os entraves da concorrência estrangeira, formando uma pequena indústria com recursos provenientes da própria poupança, enquanto que o segundo apresentou características diferentes, pois a maior parte das

iniciativas industriais de vulto no século XX proveio deste grupo, que foi objeto de estudo em Paul Singer:

O relato das realizações das principais figuras da dinastia Trein, Mentz e Renner mostra o papel destacado que o grande comércio alemão desempenha no desenvolvimento de Porto Alegre. A evolução da cidade, na segunda metade do século passado e nas primeiras décadas do atual, se acha dominada pelas conseqüências da colonização alemã, não somente devido ao intercâmbio comercial com as colônias, mas porque o capital que nelas se acumula acaba sendo, em boa parte, investido em indústrias e em empreendimentos comerciais de maior fôlego, cuja sede só poderia ser Porto Alegre. (Singer, 1968)

Hass cita o exemplo ilustrativo do industriário Antônio Jacob Renner, um dos principais líderes empresariais do Rio Grande do Sul, que atuou como integrante da elite econômica entre o final do século XIX e o início do século XX graças ao sucesso que lhe foi proporcionado pelo comércio fundado em parceria com a família. Jacob iniciou sua atividade empresarial em 1847 com o sogro, Franz Trein, numa casa comercial na cidade de São Leopoldo, e mais tarde conseguiu abrir uma tecelagem na cidade de São Sebastião do Caí. Em 1916, transferiu a sede da empresa para Porto Alegre, onde já tinha uma filial desde 1916. Esse grupo econômico ampliou o seu nível de negociação, sendo uma das maiores do ramo têxtil do país, com capacidade de exportação para Europa e Estados Unidos.

Ani Hass destaca que o processo de formação desse típico comerciante no interior do Rio Grande do Sul apresentou duas formas: o “vendista-agricultor” e o “importador-exportador”.

O vendista atuava por meio do “escambo”, pois trocava os produtos agropecuários dos colonos por produtos manufaturados que comprava na vila ou numa cidade próxima. Esse comerciante estava instalado numa cruzada de picadas (estrada aberta no meio do mato) e provavelmente possuía um lote de terra que cultivava com a família. Nesse grupo havia os mais ousados, que possuíam o pequeno estabelecimento comercial como fonte principal de renda e mantinham a agricultura familiar como fonte de renda complementar. O grupo mais cauteloso possuía a agricultura como fonte principal de renda e o estabelecimento comercial como complemento. Na medida em que se ampliava o mercado local, alguns comerciantes deixavam a agricultura familiar e passavam a investir diretamente na rede de negociação comercial entre os agricultores e os caixeiros-viajantes, sendo que a transferência do negócio para a vila ou cidade era sempre ambicionado por esse grupo.

O importador-exportador era constituído por um segmento que residia nas cidades ou vilas; estas pessoas recebiam os produtos agropecuários dos vendistas em troca de produtos manufaturados. No momento em que a economia se monetizou, o comércio teve uma sensível expansão, pois as trocas foram simplificadas. É plausível supor que a maioria dos comerciantes que iniciaram o processo de industrialização estivessem ligados a esse último grupo – comércio exportador e importador – pois esses, em relação aos primeiros, possuíam maiores recursos financeiros e estavam localizados nos centros urbanos.

## **2.2 Notas sobre a formação econômica de Santa Cruz do Sul: base para a formação de uma elite empresarial (da estruturação do povoado até a internacionalização do setor fumageiro, 1849-1966)**

Para a maioria dos pesquisadores que analisam a história do capitalismo de Santa Cruz do Sul, a economia fumageira passou por cinco períodos: o primeiro foi o processo de colonização, o segundo a estruturação comercial, o terceiro a acumulação capitalista, o quarto a industrialização do fumo e o quinto a internacionalização da indústria fumageira. Essa proposta foi elaborada pela Sociologia<sup>29</sup>, que fundamentou as mudanças e rupturas no município tendo a evolução do setor fumageiro como “pano de fundo”. Encontramos um padrão hegemônico nas pesquisas envolvendo Santa Cruz do Sul que consiste em tomar a trajetória do fumo como centro de delimitação da amplitude temporal.

Não há dúvida de que esse produto foi o principal gerador de renda e prestígio de uma elite localizada no interior do Rio Grande do Sul, pois Santa Cruz do Sul concentrou, por mais de meio século, todas as negociações referentes ao mercado fumageiro estadual. É nessa cidade que foi fundado o Sindicato da Indústria do Fumo, ocorreu a instalação da filial da British American Tobacco (futura Souza Cruz), originou-se a maior empresa de beneficiamento de fumo de nível estadual, a Exportadora Hennig S/A, teve lugar a formação da maior indústria de cigarros de capital nacional do sul do Brasil, a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. Destacamos que a cidade concentra atualmente um polo fumageiro de capital

---

<sup>29</sup> A principal referência é GODINHO, R.; MONTALI, L.; CAMARGO, C. *Estudos de população – IV Santa Cruz do Sul*. Estudo de caso: dinâmica populacional, transformações sócio-econômicas, atuação das instituições. São Paulo: CEBRAP, 1980. No ano anterior, 1979, Lilian Montali defendeu sua dissertação de mestrado em Sociologia pela USP. Ela tinha a economia fumageira local como estudo de caso e foi a pioneira na caracterização dessa periodização.

estrangeiro que se estruturou no período posterior ao golpe de 1964. Toda essa riqueza permitiu a inauguração do maior banco privado do Rio Grande do Sul, a Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense, futuro Banco Agrícola Mercantil, que teve sua sede em Santa Cruz até 1946, quando foi transferida para Porto Alegre tendo em vista a elevação do nível e a complexidade de negociação que a rede bancária havia alcançado naquele contexto.

Silvana Krause (2002) destaca que “as transformações econômicas ocorridas nessas zonas coloniais não se limitaram ao desenvolvimento da agricultura, mas desenvolveu-se também uma economia moderna baseada no comércio, em um sistema bancário e na formação de indústria apoiado no tabaco” (Krause, 2002, p. 15). A formação social, política e cultural da comunidade, ao longo do século XX, possui forte ligação com o setor fumageiro, que foi se consolidando em diferentes níveis de integração com o mercado nacional e internacional.

Deve-se a Lília Montali (1979) uma das principais análises sociológicas e históricas sobre o capitalismo na cidade. A autora delimita a amplitude do recorte temporal de Santa Cruz do Sul em duas etapas subdivididas em cinco períodos<sup>30</sup>, tendo a evolução da economia fumageira como norteadora:

A primeira etapa abrange três períodos: 1) a instalação do núcleo colonial em bases não capitalistas: 1849 a 1859; 2) o início da produção simples de mercadorias: 1860 a 1881; e 3) a integração ao mercado capitalista e acumulação do capital comercial: 1882 a 1917. Por sua vez, a segunda etapa compreende dois períodos: 1) o início da dominação da produção pelo capital: 1918 a 1965; e 2) o domínio do capital monopolista: 1966 a 1976 (Montali, 1979, p. 08-09).

Destacamos que o tema do desenvolvimento “capitalista” em comunidades do interior do Rio Grande do Sul passou a ganhar notoriedade no campo intelectual dos sociólogos, historiadores, economistas e antropólogos, que passaram a reforçar essa metodologia periódica assentada no principal produto local em suas análises. Essa influência estaria no centro dos debates acadêmicos a partir de 1960 e se estenderia até os anos de 1990, quando ocorreu o início da crise do marxismo. A partir desse período, novos pressupostos se tornariam hegemônicos e o fator econômico seria posto em segundo plano. O que contribuiu para essa mudança foi o recorte metodológico na Micro-História, que permitiu focar um

---

<sup>30</sup> Lendo a obra de Montali (1979) é possível identificar uma aproximação teórica da sociologia de Florestan Fernandes, isso porque a autora utiliza a mesma divisão do clássico “Revolução burguesa no Brasil” para analisar o desenvolvimento do capitalismo de Santa Cruz do Sul.

determinado espaço em seus aspectos geográficos, históricos, políticos e sociológicos em inúmeras pesquisas.

Para efeitos de análise da história das elites, vamos examinar as condições que permitiram a formação do espaço burguês de Santa Cruz do Sul tendo essas duas etapas como fio condutor, pois elas possibilitam observar a emergência de uma vila (nascida de uma colônia entre 1849-1918) que evoluiria ao status de cidade, em 1905, bem como entender o espaço de atuação da elite econômica local. Vale destacar que a periodização de Montali para o contexto da “cidade de Santa Cruz” compreende o período de 1918 até 1976. Assim, manteremos o recorte da autora para o entendimento da dinâmica econômica local a partir da economia fumageira, mesmo que nosso ponto de partida seja 1905, ano da inauguração da estrada de ferro e da elevação da Vila de Santa Cruz à condição de cidade por meio de decreto publicado pelo governador estadual Borges de Medeiros na inauguração da ferrovia.

### **2.2.1 A primeira etapa, “da colônia para a vila” – entre a consolidação da agricultura familiar e a formação do comércio urbano (Vila de São João de Santa Cruz, 1848-1918)**

Para Montali, essa etapa esteve dividida em três períodos e foi marcada pelo processo de colonização dos primeiros lotes destinados às famílias que trabalhariam em atividades agrícolas no contexto da imigração. O processo se encerra com a consolidação do espaço urbano que foi alavancado pelo comércio, sistema financeiro e industrial, a partir de 1918. Analisaremos cada um dos três períodos.

#### **2.2.1.1 Primeiro período: instalação do núcleo colonial (1849-1859)**

Este primeiro período foi marcado pelo processo de instalação da colônia, entre 1849 até 1859. Esta periodização é seguida por inúmeros pesquisadores tendo como base o nível de produtividade local. Segundo Montali, “as terras ocupadas pela colônia de Santa Cruz do Sul foram aquelas cedidas pelo governo imperial através da lei de 1848 de incentivo à imigração estrangeira” (Montali, 1979, p. 20).

Merece destaque que a maioria dos pesquisadores que tomam a evolução da cidade como estudo de caso, no contexto de formação, apoiam-se em pesquisas realizadas por “meta-

historiador” local, como o jurista João Bittencourt de Menezes (2005). Sua obra, originalmente publicada na década de 1920, foi reimpressa e revisada pela universidade local, servindo como excelente fonte para uma análise da evolução da cidade. Reúne diversas informações estatísticas sobre demografia, contas públicas, clubes, vida religiosa e economia. O autor destaca que a sede do município de Rio Pardo tinha sido elevada, em 1846, à condição de cidade e a Câmara local desejava estabelecer uma comunicação para os chamados “Campos de Cima da Serra”, na região de Soledade, então distrito de Cruz Alta, por meio de uma estrada ou picada, para encurtar o caminho e atrair o comércio daquela região.

Vale destacar que a cidade de Rio Pardo foi um importante entreposto comercial que atendia uma vasta área da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, compreendida entre o centro, a campanha, o oeste e parte da serra a noroeste. A abertura do caminho da Picada Santa Cruz, ou Picada Velha, mais tarde denominada Linha Santa Cruz, foi efetuada por Abel Corrêa da Câmara, o que deu origem à denominação “Picada do Abel”, como o lugar também ficaria conhecido. Nessa época a Província era governada pelo Tenente-General Francisco José de Souza Soares de Andréa, Barão de Caçapava, que autorizou, em 2 de dezembro de 1849, a formação da Colônia de Santa Cruz em terras do distrito rio-pardense da Serra do Botucaraí, entre a margem esquerda do Rio Pardo e o arroio Taquari Mirim.

Outra questão importante na análise de Montali foi identificar elementos que Jean Roche (1969) já havia reforçado no estudo comparativo entre o perfil dos imigrantes que inauguraram São Leopoldo, em 1824, e o do grupo que fundou Santa Cruz, conhecida naquele tempo (1849) como Picada Velha.

Um dos pontos que merece consideração é a diversidade profissional dos integrantes que migraram para a colônia de Santa Cruz: “Apesar de a maioria dos imigrantes serem agricultores e ocuparem-se da agricultura, sabe-se que muitos eram artesãos, como por exemplo, um grupo de 71 chefes de família chegados à colônia de Santa Cruz em 1853, entre os quais constavam 25 artesãos e 46 agricultores” (Montali, 1979, p. 31). Outra referência importante para a análise do desenvolvimento econômico e político da vila é a pesquisa de Silvana Krause (2002), pois, além de reforçar dados apresentados por Montali sobre a importância do nível de formação profissional e escolar desses imigrantes, analisou a sua filiação religiosa, que abordaremos no final desse capítulo.

Tanto Krause (2002) quanto Montali (1979) reforçam que a população local cresceu rapidamente nessa fase inicial. Os dados apresentados por essas autoras indicam o seguinte painel: em 1849 havia 12 habitantes, em 1852 esse número saltou para 254, e em 1853 ocorreu um incremento de 692 pessoas. Essa tendência foi mantida durante todo o primeiro período (1849-1859), que terminou com a comunidade constituída por uma população estimada em 2.723 habitantes, segundo os relatórios dos presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul<sup>31</sup>.

### **2.2.1.2 Segundo período: início da produção (1860-1881)**

No segundo período, que se estende de 1860 até 1881, há um predomínio de atividades voltadas para o comércio e o artesanato. Para Montali, essas duas atividades passam à condição de “linha de frente” da economia na emergente colônia e estruturam o fortalecimento do processo de mercantilização das atividades voltadas para a agricultura familiar. A região passou a produzir excedentes agrícolas com capacidade de acumulação rentável, num quadro bem semelhante ao que ocorreu nas outras regiões de colonização do Rio Grande do Sul.

No caso específico de Santa Cruz do Sul, o fumo em folha passou a ser produzido em larga escala para a comercialização e fomentou a entrada de capitais industriais na localidade. Montali (1979, 33) destaca que “entre 1859 e 1881 verificou-se um salto no volume da produção do fumo, que passa, de 14 toneladas em 1859, para 97 toneladas em 1862, e para 1.552 toneladas em 1881. O fumo, além de ser o principal produto para a exportação, tinha 95% de sua safra exportada para outras localidades durante o período de 1862 a 1881.”

Nesse contexto, assistimos à integração do mercado capitalista com redes comerciais, ligando Santa Cruz do Sul com outras localidades do Rio Grande do Sul e tendo Rio Pardo como ponto de partida. Nessa mesma conjuntura, a comunidade passou a buscar sua emancipação política. Criaram-se instituições que possibilitavam a atuação de lideranças locais capazes de representar a localidade em outras esferas governamentais. Merece destaque a primeira Câmara Municipal, instalada em 1878, em que o presidente teria poderes políticos

---

<sup>31</sup> Fonte: Relatórios dos presidentes de Província, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Apud Krause (2002).

equivalentes ao de um intendente. Abordaremos a formação política local no próximo subcapítulo.

**Foto 04 – Vista parcial da Vila de Santa Cruz no início do século XX. O prédio em destaque é a sede política da localidade**



Fonte: Cedoc-UNISC

Para Jorge Luiz da Cunha (1991), o cultivo do fumo já esteve inserido no contexto da primeira etapa da história econômica local e, em meados de 1860, era o principal produto produzido pelas famílias de agricultores. O autor defende a tese, reforçada por outros pesquisadores, de que a escolha do fumo como principal fonte de negociação se devia à facilidade de transportá-lo através de carroças puxadas por bois ou cavalos até Rio Pardo, ponto de escoamento para a capital. Além disso, o fumo era rentável para uma estrutura fundiária de pequena extensão. De acordo com Vogt (1997), o fumo de Santa Cruz do Sul foi se firmando no mercado interno e externo, fornecendo as bases para a modernização econômica, social e política da comunidade.

Menezes (2005) descreve o forte crescimento populacional registrado no ano de 1881: próximo de 18 mil habitantes. A produção agrícola passou a ser fonte de movimento comercial e de acumulação de capital na emergente vila. Fernandes (1976) destaca que o processo de desenvolvimento das regiões de colonização assentadas sobre a pequena propriedade familiar rompia com uma série de elementos hegemônicos na formação da



sociedade brasileira. O imigrante rompia, portanto, com a tradição senhorial em todas as fases de sua carreira. “Num sentido literal, o trabalho próprio – e não o trabalho alheio, sob a forma de apropriação do trabalho escravo – seria fonte de sua subsistência e de eventual riqueza ou prosperidade” (Fernandes, 1976, p. 130)

**Foto 05 – Agricultores vendendo fumo na cidade de Santa Cruz em 1915**



Fonte: Cedoc-UNISC

### **2.2.1.3 Terceiro período: acumulação comercial (1882-1917)**

No terceiro período, compreendido entre os anos de 1882 e 1917, Santa Cruz do Sul gerou condições sólidas para a formação de uma média burguesia local. Alguns pequenos agricultores ascenderam, passando a ter condições de formar pequenos estabelecimentos comerciais e industriais. Em 1904, contando com a cooperação mútua, fundaram o primeiro estabelecimento financeiro local, a Caixa de Crédito Santa-Cruzense, tema que será aprofundado no quarto capítulo desse trabalho. Emergem as bases para a criação de uma vida urbana e de uma sociedade local mais complexa, assentadas nas transformações que ocorriam na sociedade brasileira nesse mesmo período<sup>32</sup>. As manufaturas começaram a se industrializar e o comércio a oferecer produtos mais sofisticados, criando, assim, as condições prévias para o desenvolvimento do capitalismo industrial na cidade.

---

<sup>32</sup> Sobre essas transformações podemos ver FURTADO, Celso. *Celso Furtado: Economia*. Organizador [da coletânea] Francisco de Oliveira. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais, n. 33).

Krause (2002) identificou no jornal local, *Kolonie*, de 21 de maio de 1882, uma matéria sobre o desenvolvimento da indústria de Santa Cruz do Sul. Segundo a autora, a vila contava com duas fábricas de fumo (Krische e Jeske); três fábricas de telhas de tijolos (Eick, Dahlem, Heinrich); três fundições (Schreiner, Lau e filhos, Binz); uma fábrica de tachos de cobre e latão (Baumhardt); três fábricas de engenhos de serrarias (Kulheis, Meyer, Textor); uma fábrica de cal (Kolzer) e uma fábrica de fôrmas para sapatos (Kolberg). A autora abordou a evolução empresarial de quatro estabelecimentos que possuíam fontes preservadas e tiveram participação na Exposição Brasileiro-Alemã de Porto Alegre realizada em 1881. Esses quatro empreendimentos permitem observar o caráter artesanal do empresariado local. Devemos ressaltar que Krause não tinha informações sobre o início nem o desfecho dessas empresas que cita como exemplos.

**Foto 06 – Carlos Lund, proprietário do 2º carro de Santa Cruz com sua família. No fundo sua fábrica de chapéus em 1901**



Fonte: Cedoc-UNISC

A primeira empresa foi a Casa Comercial Koelzer, fundada por João Pedro Koelzer. O empreendimento se dedicava à fabricação e comercialização de erva-mate para o estado. Do ponto de vista estrutural, possuía uma máquina a vapor com força de 12 cavalos. A segunda foi a Lund – Fábrica de chapéus, fundada por Carlos Lund, e tinha a capacidade de produzir até 120 dúzias de chapéus por mês, exportava para todo o estado e contava com 10 operários. Sua família conseguiu acumular recursos suficientes para comprar o segundo veículo da cidade, em 1901. A terceira empresa foi Kolberg – cadeiras e fôrmas para sapatos, fundada por José Kolberg; trabalhava com sete operários e exportava esses produtos para todo o estado. A quarta foi a F. Ernesto Wunderlich, que possuía um engenho no distrito de Vila

Thereza, localidade rural de Santa Cruz do Sul, e tinha capacidade de descascar cerca de 70 sacas de arroz por dia.

É claro que havia outros pequenos negócios, que não chegavam a se caracterizar como indústrias e poderiam inclusive ser um pouco mais avançados do que um artesanato agroindustrial. Mas esses exemplos citados anteriormente estavam inseridos na emergência de um mercado interno local, pois partimos da suposição de que, se ele chegou a existir, é porque havia demanda e a lógica econômica desse contexto funcionava nessa perspectiva. Devemos ressaltar que havia divergências entre os próprios registros da Intendência Municipal, que indicavam alguns empreendimentos como industriais, quando na verdade eram agroindustriais ou artesanais.

Montali destaca que os pequenos estabelecimentos industriais eram compostos, na maioria dos casos, por empresas dedicadas ao ramo de alimentos e com forte predomínio familiar. Assim, os exemplos citados acima devem ser ressalvados, visto que muitos pequenos negócios continuaram a surgir e a falir por várias questões durante todo o século XX, mas não foram reconhecidas como tradicionais pela Comissão do Centenário.

O escoamento da produção foi peça estratégica para o crescimento dessas empresas, pois a maioria dos produtos era transportado de carroça até Rio Pardo, o que dificultava o aumento das vendas. O gargalo dos transportes foi resolvido em 1905 com a inauguração da via férrea Santa Cruz – Rio Pardo (estação do Couto). Esse fato deu impulso à integração da comunidade com a capital estadual, Porto Alegre, possibilitando o aumento da circulação de mercadorias e de pessoas. A estação férrea abriu caminho para a transformação social e econômica da comunidade, pois desde 1849, quando chegaram os primeiros imigrantes, falava-se sobre as dificuldades no escoamento da produção. A bibliografia sobre a história econômica local<sup>33</sup> registra os relatos de vários setores da comunidade quanto às dificuldades de acesso à colônia, tanto no caminho até Rio Pardo quanto no complicado trajeto até Porto Alegre.

As lideranças políticas tinham bem claro que o processo de integração com o mercado estadual dependia de uma via moderna para o escoamento da produção. Assim, em 1882, com uma elite política formada três anos antes, teve início uma sistemática mobilização para a construção do empreendimento, que foi autorizado em 1904. Juntamente com a inauguração

---

<sup>33</sup> Merecem destaque as análises de Roche (1969), Vogt (1997), Montali (1979), Cadoná (2002) e Krause (2002).

da estrada, em 1905, o presidente estadual na época, Dr. Borges de Medeiros, aproveitou a ocasião e elevou Santa Cruz do Sul à categoria de cidade.

O presidente do Estado do Rio Grande do Sul considerando a prosperidade comercial e industrial do município de Santa Cruz, cujo desenvolvimento é notório, considerando contar o mesmo município uma população superior a 26.000 habitantes, resolve, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 7º da Constituição, decretar:

Artigo 1º - É elevada à categoria de cidade a Vila de Santa Cruz;

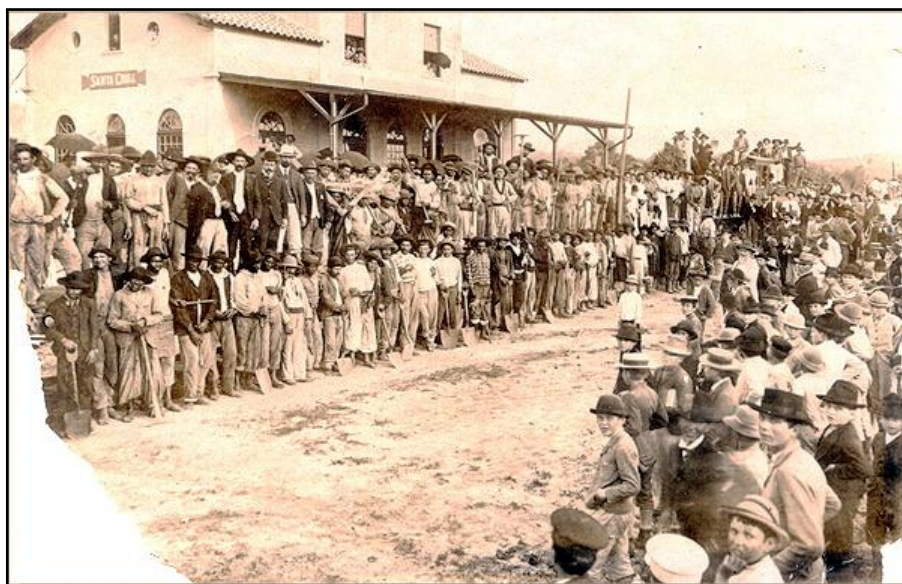
Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Santa Cruz, 19 de novembro de 1905.

A. Borges de Medeiros.

Vale destacar que depois da estrada de ferro ocorreram importantes transformações estruturais na cidade como o primeiro centro telefônico, a instalação do serviço de energia elétrica e da rede hidráulica para o abastecimento do perímetro urbano.

**Foto 07 –Inauguração do ramal ferroviário Couto/Santa Cruz, 1905**



Fonte: Cedoc-UNISC

Em relação ao sistema de telefonia, Menezes destaca que foi inaugurado em 1905 entre a cidade de Santa Cruz (prédio da Intendência) e o distrito de Vila Thereza (prédio da Subintendência). Em seguida iniciou-se o processo de expansão da rede objetivando a comunicação com Porto Alegre, Rio Pardo e as localidades do interior, permitindo, assim, elevar o potencial de negociação das empresas, que, a partir da implantação da rede, foram adquirindo linhas telefônicas. Em relação ao serviço de energia elétrica, Menezes destaca a inauguração da “Usina de Luz Electrica”, em 1906, propriedade do empresário Henrique



Melchior, sendo movida a vapor. Ela foi estatizada, anos mais tarde, em 1911, pela Intendência Municipal através de empréstimos da Caixa de Crédito. A Usina Elétrica Municipal foi administrada pelo município até o ano de 1935, quando a demanda proporcionada pela indústria local forçou o poder público a investir numa nova matriz energética.

**Foto 08 – Primeira usina elétrica movida a vapor de Santa Cruz do Sul em 1906, propriedade de Melchior**



Fonte: Cedoc-UNISC

Menezes registra que o abastecimento de água foi efetuado a partir de 1908, através da construção de um dos maiores reservatórios desde a formação da vila. Mas logo, em 1925, o sistema entraria novamente em colapso, pois o acelerado processo de urbanização e a falta de planejamento do poder público fizeram o problema se estender por décadas. Ele foi resolvido em meados de 1960, quando o governo estadual assumiu o sistema de distribuição através da estatal Companhia Rio-Grandense de Abastecimento (Corsan).

O fortalecimento da infraestrutura de transporte, comunicação e abastecimento contribuiu para um salto extraordinário nas exportações da vila dando condições para a ascensão social de pequenos agricultores e artesãos à condição de médios empresários aspirantes a elite local.

Os estudos de Jean Roche (1969) reforçam a importância da ferrovia, pois ele compara os dados estatísticos que permitem visualizar o impacto causado por ela nas exportações da cidade no ano anterior e posterior à inauguração da estrada de ferro. Segundo o autor,

praticamente todos os produtos dobraram suas vendas entre 1904-1905 (a banha 133%, o feijão 165%, o fumo 271% e a batata 412%). Essa prosperidade permitiu criar condições sólidas para o fortalecimento e emergência de uma burguesia comercial que fomentaria investimentos mais ousados no setor industrial a partir da I Guerra Mundial.

**Foto 09 – Reservatório do Parque da Gruta em 1908**



Fonte: Cedoc-UNISC

Para Krause (1991), os comerciantes formaram o principal grupo de poder político de Santa Cruz do Sul, pois nessa fase pré-industrial o segmento detinha o controle das principais vias de acesso aos mercados do fumo. Os estudos sobre o perfil da elite política local no contexto da República Velha, iniciados por Flávio Madureira Heinz (2000), reforçam a importância do comerciante na negociação da compra e venda de mercadorias. Isso colocava o segmento em situação de vantagem na disputa política na cidade. Podemos destacar que esse poder não surgia por acaso, pois o caixeiro-viajante desempenhava o papel de banqueiro e monopolizava a informação referente ao preço do tabaco e aos meios de escoamento da produção. Nas palavras de Vogt: “Era ele o elemento de prestígio e poder político, era quem orientava os agricultores sobre o que e como plantar, sendo responsável pela introdução de novas técnicas produtivas na sua área de influência [...]” (Vogt, 1997, p. 94)

A estrutura industrial e comercial que emergia na cidade de Santa Cruz do Sul estava consolidando uma vida urbana e dinamizando um crescimento populacional em bases mais sólidas. Essa “guinada urbanista” pela qual a cidade estava passando possibilitou o surgimento de novas áreas profissionais para além da agricultura e comércio. A formação do próprio jornal *Kolonie* – editado em língua alemã – permite visualizar essas transformações.

Marco André Cadoná (2002) destaca que foi nesse contexto que surgiu a preocupação da burguesia local, ligada aos setores emergentes da indústria e comércio, de criar uma entidade de representação política e civil que serviria também para barganhar a formulação e implementação de políticas públicas com o objetivo de solucionar gargalos. Além disso, teria a função de resolver demandas junto aos governos municipal, estadual e federal em parceria com as entidades de classe empresariais do Rio Grande do Sul sediadas em Porto Alegre, como a Federação da Indústria do Estado do Rio Grande do Sul e a Federação do Comércio do Rio Grande do Sul. Esse processo marcaria o final da primeira etapa, pois a cidade passou a ser palco principal de atuação de uma elite local que emergiu nesse contexto.

### **2.2.2 A segunda etapa: “a cidade” – a emergência da indústria local combinada com o capital estrangeiro (Santa Cruz do Sul, 1918-1976)**

**Foto 10 – Santa Cruz do Sul, Rua Marechal Floriano em 1918**



Fonte: Cedoc-UNISC

A segunda etapa foi marcada por dois períodos: o quarto, de consolidação da indústria local, compreendendo um contexto amplo, de 1918 até 1966; o quinto, marcado pela inserção do capital estrangeiro na economia local, que começou em 1966 e se estendeu, na análise de Montali, até 1976. Os três primeiros períodos estão situados na primeira etapa, analisada anteriormente. Procuramos descrever a formação da vila e sua aspiração a tornar-se uma

cidade, bem como a ambição de médios agricultores e comerciantes de se estabelecer no meio urbano como forma de se distinguir dos que viviam no meio rural.

Cadoná (2002) abordou a formação política da burguesia local entre os anos de 1940 e 1976 e subdividiu esse recorte temporal em duas fases: a consolidação do parque industrial, de 1918 até o ano de 1966, e a internacionalização da economia fumageira, que segue a partir de 1966. Trata-se de um recorte próximo ao que foi construído por Montali (1979). A historiografia que analisa a evolução empresarial do setor fumageiro de Santa Cruz do Sul tem como divisor de águas o ano de 1918, pois a partir de então ocorreram importantes fatos que alavancaram o processo de industrialização em larga escala do beneficiamento de fumo e da fabricação de cigarros na cidade.

**Foto 11 – Santa Cruz do Sul, Rua Ramiro Barcelos em 1935**



Fonte: Cedoc-UNISC

Esse processo foi marcado pela consolidação/instalação/formação de três estabelecimentos considerados referência na produção de fumo no Rio Grande do Sul: a consolidação da Exportadora Hennig S/A, em 1918, como a maior empresa de beneficiamento de fumo do estado; a instalação da primeira empresa de capital estrangeiro na região, a Companhia Brasileira de Fumos em Folha, no ano anterior, ligada à poderosa British American Tobacco, a maior indústria de cigarros do mundo, que, a partir de 1955, será conhecida como Souza Cruz; a formação, através da fusão de médios empresários do setor de beneficiamento de fumo, da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A, a maior indústria de cigarros de capital nacional do Rio Grande do Sul, em dezembro de 1918. Esses



acontecimentos se somaram à inauguração da Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz, consolidando a formação da elite econômica local.

A ACI permitiu elevar o potencial de barganha dos empresários frente ao poder público, além de organizar estratégias que visassem à expansão comercial e industrial do município. Isso marcou uma nova fase no desenvolvimento econômico de Santa Cruz do Sul, pois a capacidade de articulação política do empresariado local, firmado na preocupação de defender seus interesses, permite visualizar o estágio de maturação que a cidade alcançava. Vale destacar que a população já ultrapassava os 36 mil habitantes, além de o município contar com uma vida urbana com serviços culturais como teatro e cinema. O perfil do perímetro urbano, com suas ruas calçadas, prédios de alvenaria, sistema de distribuição de energia elétrica e movimentação de veículos, simbolizava o crescente aquecimento da economia local.

#### **2.2.2.1 Quarto período: a industrialização (1918-1966)**

Mesmo que o quarto período tenha uma divisão arbitrária no recorte temporal (1918-1966), foi nesse contexto que ocorreu a consolidação das relações capitalistas do comércio urbano local, combinada com a progressiva expansão dos investimentos da elite econômica na indústria de Santa Cruz do Sul. Nesse período, a formação de uma entidade empresarial aumentava a capacidade de negociação dos agentes econômicos com o mercado estadual e nacional.

Para a historiografia que aborda as transformações econômicas da cidade, o fumo beneficiado e a indústria de cigarros se consolidam como carro-forte das exportações de Santa Cruz do Sul. A evolução da renda per capita levantada por Montali permite mensurar as dimensões da economia da cidade por volta de 1920. “Evidencia-se uma correlação do desenvolvimento contínuo do comércio de exportação e da renda per capita do município (1919 – 4\$300; 1923 – 12\$717; 1927 – 17\$841). Em apenas quatro anos (1919 e 1923), pós-I Guerra, a renda per capita saltou de quatro contos para dezessete, comprovando o contínuo crescimento econômico da região” (Montali, 1979, p. 87)

Silvana Krause (2002), no segundo capítulo de seu trabalho, intitulado “A indústria e o comércio em Santa Cruz do Sul”, faz um levantamento do perfil das 66 empresas inauguradas

entre os anos de 1870 e 1930. Para Krause (2002, p. 74), a maioria das empresas inauguradas nesse período tinha uma característica essencialmente artesanal, pois operavam com uma média de cinco a dez operários: “poucas conseguiram passar dessa média no contexto analisado (1870-1930)”.

**Gráfico 01 – Tendência do número de empresas fundadas na cidade de Santa Cruz do Sul entre os anos de 1870-1930**

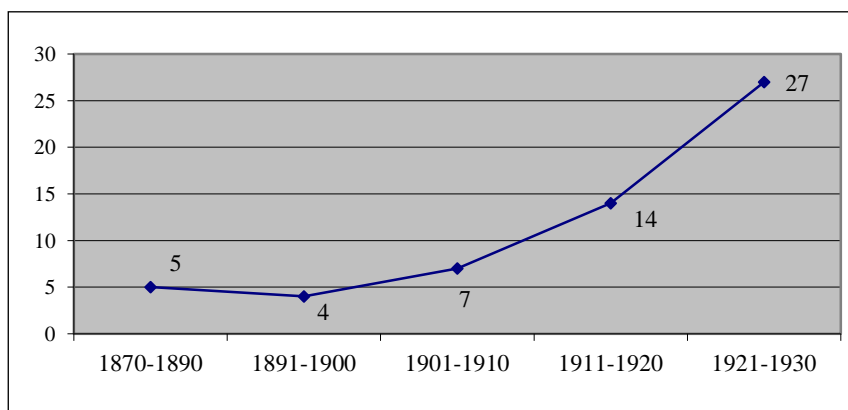


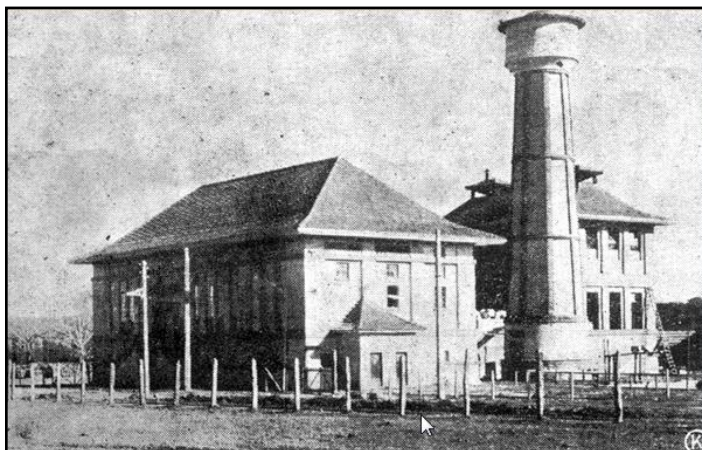
Gráfico elaborado pelo autor<sup>34</sup>

Lílian Montali (1979) utilizou o termo *indústria*, mas com ressalvas, visto que, além dos empreendimentos que utilizavam maquinaria no processo produtivo, havia estabelecimentos artesanais, manufaturas e semimaquinofaturas que, para os padrões da época, poderiam ser classificadas como “fábricas”. As fontes utilizadas tanto por Montali quanto por Krause contêm divergências sobre o caráter artesanal do estabelecimento.

Marco Cadoná (2002) abordou os anos de 1940 e 1976; assim, procurou dar continuidade à pesquisa de Silvana Krause sobre a formação política desse empresariado. Mas as fontes usadas pelo autor foram constituídas basicamente pelas atas de reuniões da Associação Comercial e Industrial, entrevistas com um grupo de empresários locais, atas de reuniões da Câmara Municipal de Vereadores e reportagens dos jornais *Gazeta de Santa Cruz* e seu sucessor, *Gazeta do Sul*. Os resultados apresentados por Cadoná indicam os posicionamentos políticos e ideológicos da entidade representativa do empresariado local sem analisar o perfil e a composição social desse grupo.

<sup>34</sup> Evolução do número de empresas fundadas em Santa Cruz do Sul descritas por Krause, 2002, p. 75.

**Foto 12 – Usina Elétrica Municipal, inaugurada em 1935**



Fonte: Cedoc-UNISC

Para Cadoná, a Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul (ACI) foi uma plataforma estratégica da elite local, pois contribuiu para a construção de programas que visavam ao desenvolvimento econômico da cidade. Vários integrantes da diretoria estiveram no poder público municipal e ensaiaram participação em legislaturas de nível estadual e federal. Isso permite visualizar o peso simbólico dessa instituição, reforçando os elementos da atuação e do recrutamento das elites locais descritos por Mills.

Merece destaque a sua capacidade de mobilização na defesa da economia industrial e agrícola do setor fumageiro, que, de acordo com Cadoná, estava no centro das discussões em torno do desenvolvimento de políticas públicas estruturais, como a modernização da rede de eletricidade, ligação rodoviária da cidade, saneamento e telefonia, que passaram por processo de modernização a partir de 1930.

Apesar das atas da ACI não mostrarem claramente a mobilização em torno da economia fumageira principalmente no período militar (1964-1985), percebemos que, na década de 1940, quando a indústria passou a ter maior peso na economia do município, a entidade foi peça fundamental na projeção do fumo no cenário nacional e internacional. Vale destacar sua participação junto ao governo estadual e federal com a finalidade de conseguir isenções de impostos para a exportação do produto.

Mesmo que, a partir das décadas de 1950 e 1960, o debate em torno da economia fumageira não fosse prioritário para a ACI, o setor não deixou de ser central nas estratégias de desenvolvimento da cidade. Isso porque o Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo),

fundado na década de 1940, passou a debater mais especificamente os problemas relacionados com o ramo.

De acordo com Cadoná (2002), o papel desempenhado pela ACI foi o de representar os empresários da comunidade junto a organizações empresariais do Estado, como a Federação da Indústria do Estado do Rio Grande do Sul – Fiergs – e a Federação das Associações Empresariais do Rio Grande do Sul – Federasul, como também junto ao poder público estadual e federal, na perspectiva de fomentar políticas públicas vinculadas principalmente aos programas de desenvolvimento industrial e à construção de rodovias. Nesse sentido merece destaque a mobilização pela inclusão de Santa Cruz do Sul no programa de metas do governo Juscelino Kubitschek (1955-1960) e nos programas de expansão da rede elétrica, telefônica e rodoviária junto ao governo gaúcho:

[...] Requerimento do vereador Hildo Caspary, no sentido de que seja enviada mensagem ao Ministério da Indústria e Comércio, cumprimentando-o pela atuação do Ministério, solicitando o envio de técnicos para estudos sobre as condições de instalação de novas indústrias aqui, pedindo a inclusão de Santa Cruz do Sul no plano de industrialização da Região Sul e solicitando a cooperação imprescindível para a instalação em nossa cidade do Distrito Industrial. [...]. (Ata de Reunião da Câmara Municipal de Vereadores, publicada no jornal *Gazeta do Sul*, 13 de junho de 1960, nº 47, p. 03).

No que tange às relações com o poder público, não foi encontrada nenhuma ata contendo críticas ao governo municipal. Isso evidencia a articulação da ACI na projeção da elite política de Santa Cruz do Sul. Mas, em relação ao governo estadual e federal, encontramos várias atas com crítica moderada, principalmente em relação a políticas que gerassem aumento de impostos e concessões de direitos trabalhistas.

Um exemplo disso pode ser visualizado na mobilização contra o aumento de 100% do salário mínimo proposto por João Goulart, quando era ministro do Trabalho de Getúlio Vargas (1950-1954). Esta medida causou indignação na ACI e em vários representantes da elite de Santa Cruz do Sul, que expressaram descontentamento com a medida e publicaram uma nota pública de crítica à proposta. Esse documento, enviado ao Ministério do Trabalho, foi publicado no jornal local, *Gazeta do Sul*.

SANTA CRUZ DO SUL, EM FACE DO SALÁRIO MÍNIMO DE Cr\$ 1.800,00. Após devidamente estudado o caso da decretação do salário mínimo de Cr\$ 1.800,00 por mês, para todo o Estado do Rio Grande do Sul, que deverá entrar em rigor em princípios de julho do corrente ano, a Associação Comercial de Santa Cruz do Sul formou o seguinte ponto de vista:

É de se lamentar deveras que o governo, na qualidade de responsável pela harmonia e bem-estar nacional, e conseqüentemente também pela economia nacional, tenha tomado em tão má hora

uma resolução cujos resultados serão sem dúvida os mais funestos, tanto pelo lado econômico de nosso Estado, como do social, na opinião das classes conservadoras de Santa Cruz do Sul, como sem dúvida das dos demais municípios do Estado, colocando o custo da produção local em franca disparidade com o das outras unidades da Nação.

Tanto podemos classificar de absurdo o critério adotado pelo Governo, que na própria classe trabalhadora local se observaram manifestações de desaprovação à medida, por ela representar nada mais nada menos do que a socialização paulatina do trabalho, eliminando aos poucos, mas inevitavelmente, a classificação do operário bom, médio e vagabundo, como ainda atingindo de cheio os profissionais, para os quais não será possível manter a proporcionalidade em face do salário mínimo, em que eram classificados, e em que teriam, praticamente, continuado se a elevação tivesse sido feito em bases razoáveis.

Como consequência imediata, podemos prever que o desemprego será bastante grande em nossa cidade, considerando que a indústria do fumo, a principal local, se verá coagida a suprimir muitos serviços, feitos até agora unicamente para efeitos de apresentação (rigorosa classificação de tipos de fumo numa mesma classe e qualidade), como ainda suprimindo praticamente por completo o serviço de destilação de fumo, por ser a mão-de-obra tão exageradamente cara, que não se poderá ter esperanças de colocar o produto, já que assim tem bastante disparidade com os preços do mercado internacional. Oscila, segundo os nossos cálculos, o número de operários (avulsos) empregados na indústria do fumo entre 1.000 e 1.500, não sendo exagerado prever que em face das supressões acima, serão dispensados cerca de 30% destes...

Quanto ao comércio varejista, a situação é ainda mais sombria, pois considerando que, com a pequena margem de lucro bruto que lhes proporciona a sua atividade, já vinha lutando com dificuldades para manter seus contínuos destinados a levar as compras aos consumidores e lhes indagar as necessidades, terão agora que suprimir estes, o que equivale dizer que no comércio de gêneros alimentícios a proporção dos dispensados será de mais ou menos 80% ou mais...

Perniciosos e muitíssimos serão os reflexos dos novos níveis de salário mínimo para a agricultura, pois, ao invés de contribuir para que o homem do campo nele permaneça, convida-o ainda mais a trocar sua ocupação pela cidade, onde seu trabalho é bem melhor pago, já que o produto de sua produção não lhe proporcionará o nível de vida que lhe proporciona o salário mínimo na cidade...

Temos certeza de que não haverá indústria que não se verá coagida a rever o quadro de sua organização, a fim de tirar o melhor proveito possível da mão-de-obra empregada, como suprimir o que for supérfluo, ou possa ser trocado por meio mecânico.<sup>35</sup>

Esse segmento se posicionava criticamente quando seus interesses estavam ameaçados por ação governamental, e, com essa medida, o principal setor que garantia o desenvolvimento da indústria, do comércio e da agricultura local, a economia fumageira de Santa Cruz do Sul, estava no centro das discussões.

Em relação aos posicionamentos político-partidários, os empresários procuravam estar alinhados a partidos fortes no âmbito nacional. Durante o período populista (1945-1964) a maioria dos diretores da ACI era filiada ao PSD, enquanto que no Regime Militar (1964-1985) ocorreu um deslocamento para a ARENA. Essa tendência se explica em função do estabelecimento de uma aproximação com o poder público estadual e federal.

---

<sup>35</sup> Ata de reunião da diretoria da ACI nº 132, de 13 de maio de 1954.

Em relação à mobilização em torno do desenvolvimento dos transportes, notamos que a ACI percebia que a linha ferroviária estava entrando em crise, a partir da década de 1960, e, diante desse fato, era necessário articular com outras esferas de governo objetivando à sua substituição pelo sistema rodoviário, com conexão direta para a capital estadual, Porto Alegre.

A crise da economia fumageira no final da década de 1960 fez a ACI e os setores da elite local, ligada diretamente a ela, iniciar mobilização de defesa do setor. Na gestão do presidente Ernani Kipper (1969-70) houve forte mobilização visando à redução de impostos para a exportação. Este relatório expressa a preocupação com o fumo:

Em vista da difícil situação por que passam os exportadores de fumo de folha e, por conseqüência, as dificuldades que isso acarreta também aos nossos agricultores, fizemos explanação do problema em reunião de presidentes de Associações Comerciais de Porto Alegre, defendendo a tese de isenção de impostos de circulação de mercadorias sobre o fumo em folha na exportação para o exterior, em apoio ao movimento que os próprios empresários do fumo estavam realizando. Posteriormente integramos uma comissão encarregada da elaboração de um memorial ao Governo do Estado explicando a situação. Disso surgiu posteriormente o Decreto nº 20.127 de 15/10/1970, isentando de ICM as saídas para o exterior de algumas classes de fumo das safras de 1969 e 1968. (Relatório da diretoria relativo ao período de 22 de março de 1969 a 28 de fevereiro de 1970. Presidente Ernani José Kipper).

Outra característica da entidade era a afinidade ideológica com a Fiergs e a Federasul, registrada na ata da ACI nº 216 de setembro de 1962, quando um dirigente da Federasul veio à cidade avaliar a conjuntura política nacional com os dirigentes da ACI.

O ilustre presidente da Federação das Associações Comerciais atenderá convite da Associação Comercial desta cidade. [...] A Associação Comercial de Santa Cruz do Sul receberá visita oficial do Dr. Álvaro Coelho Borges, presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado. [...] O ilustre atenderá convite da entidade local do comércio e indústria e aqui manterá contatos com as classes conservadoras, esclarecendo-as sobre a orientação das entidades em relação à conjuntura econômica nacional. [...] Recepcionado pelos diretores da Associação Comercial na sede da mesma, ocasião em que será inteirado dos projetos de expansão em andamento naquela entidade de classe. Com enorme interesse, atendeu ao convite da entidade local, considerado uma referencia toda especial à “metrópole do fumo”.<sup>36</sup>

Nessa época, o governo João Goulart havia lançado um plano de reformas estruturais para a sociedade brasileira<sup>37</sup>, e a elite política e empresarial de Santa Cruz do Sul procurava

---

<sup>36</sup> *Gazeta do Sul*, 1º de setembro de 1962, ano 18, nº 103, p. 01.

<sup>37</sup> Elas eram chamadas pelo governo Goulart de Reformas de Base. Tratava-se de uma série de políticas de caráter democratizante para serem aplicadas na sociedade brasileira. Consistiam na reforma agrária, voto ao

ficar inteirada do posicionamento dos grupos dominantes no âmbito estadual e nacional. Mas foi nas entidades do ramo fumageiro que a elite local passou a ter efetiva mobilização em um contexto marcado pela internacionalização da indústria fumageira. Durante o período militar, a ACI desenvolveu uma série de estratégias visando criar condições para a modernização do parque industrial de Santa Cruz do Sul. A entidade tinha claro que a economia da cidade estava passando por uma fase de transformações e estava ciente da nova política econômica que fora adotado pelos militares. Esse processo marcou a etapa final da chamada “industrialização nacional de Santa Cruz”, pois, com a abertura às empresas estrangeiras, a cidade passou a assistir a uma elevação do nível de negociação do fumo em escala internacional.

#### **2.2.2.2 Quinto período: a monopolização (1966-1976)**

Dando continuidade à periodização proposta por Montali, assinalamos que o quinto período iniciou em 1966 e se estendeu até o ano de 1976. Foi marcado pelo processo de internacionalização da economia fumageira induzido pela nova conjuntura política em nível federal. Esse processo representou um novo estágio no desenvolvimento econômico da cidade e impactou a rede social de prestígio existente até aquele momento. É inegável que a conjuntura nacional teve um peso maior nesse processo e até foi determinante para os rumos da economia local. Assim como ocorreu na economia nacional, a consolidação da industrialização de Santa Cruz do Sul foi paralela à presença do capital estrangeiro<sup>38</sup>.

A partir de 1918, o grupo B.A.T. introduziu o fumo da classe “Virgínia”, numa parceria firmada entre os agrônomos da empresa e os pequenos agricultores da zona rural do município. Esse processo abriu uma nova etapa na dinâmica da produção do tabaco no interior de Santa Cruz do Sul, pois lançou mão do método assentado no sistema integrado de

---

analfabeto, reforma educacional, controle do capital estrangeiro e ampliação dos direitos trabalhistas para os trabalhadores do campo. Sobre esse assunto ver Skidmore (1988).

<sup>38</sup> Merecem destaque as colocações de Olgário Vogt (1997) sobre a reorientação da economia fumageira local com a instalação da “The Brazilian Tobacco Corporation” (B.T.C.) em 1918. Essa multinacional passou a ser conhecida mundialmente como British American Tobacco (B.A.T), gestora da Companhia Brasileira de Fumos em Folha, que seria conhecida com esse nome entre os anos de 1920 e 1955, quando mudou o nome fantasia para Souza Cruz. De acordo com Vogt (1997), o empreendimento foi financiado pela empresa inglesa British American Tobacco (B.A.T), que, três anos antes, em 1917, havia assumido o controle acionário da matriz, criada em 1903, no Rio de Janeiro. Esse grupo econômico seria a maior empresa de fabricação de cigarros do mundo.

produção, em que, após a colheita, a folha de fumo partia para a secagem artificial nas estufas antes de ser beneficiada. Vale destacar que essa tecnologia começou a se estruturar no início do século XX em algumas fazendas-modelo no México e no sul dos Estados Unidos. A partir de 1918 ela foi transplantada para a América Latina, transformando todo o sistema de produção agrícola através de uma padronização das técnicas que iniciava pela plantação, passando pelo aperfeiçoamento dos cuidados com o fumo, a adubação e chegando até o melhoramento da secagem nas estufas artificiais.

**Foto 13 – Sede da Companhia Brasileira de Fumos em Folha (C.B.F.F.), filial da British American Tobacco (B.A.T.) em Santa Cruz, 1919**



Fonte: Cedoc-UNISC

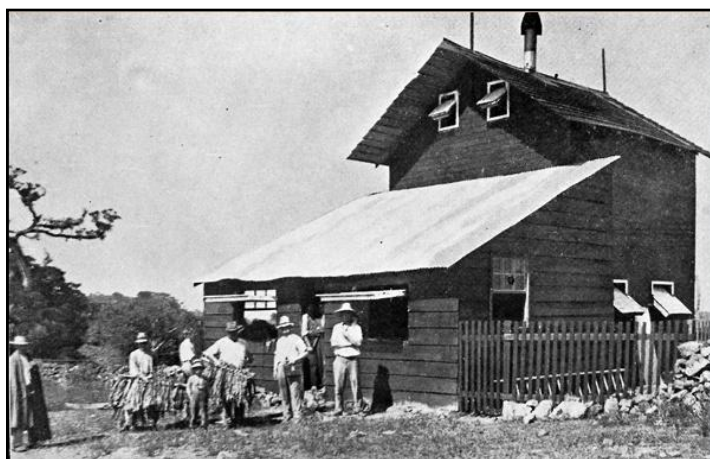
Olgário Vogt destaca que a indústria fumageira local passou a incrementar o beneficiamento do fumo, que era exportado em forma bruta até 1919, passando a fazê-lo de modo mais qualificado, através do emprego de processos mais modernos, como o de esterilização das folhas. Além disso, a fabricação de cigarros passou a ser feita de maneira sofisticada, tendo em vista o progressivo aumento da demanda e a preocupação com a manutenção de um padrão de qualidade. Com esse processo, a partir de 1937, o setor fumageiro local, em especial a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A, passou a produzir cigarrilhas e charutos em larga escala, graças aos melhoramentos da folha de fumo que haviam sido introduzidos pela B.A.T. e massificados entre os pequenos agricultores.

A elite local reconhecia a importância da indústria fumageira para o desenvolvimento da cidade, pois vemos manifestações de apoio registradas nos relatórios da intendência



municipal, como o de 1922, assinado pelo intendente Coronel Gaspar Bartholomay, que fazia elogios às novas técnicas de secagem em estufas que a B.A.T. introduziu no meio rural. Para o Coronel Bartholomay (1922), o melhoramento nas técnicas de plantio e secagem das folhas consolidaria o fumo de Santa Cruz do Sul no mercado nacional e o projetaria no mercado internacional (Relatório da Intendência de Santa Cruz, 1922).

**Foto 14 – Estufa moderna construída pela B.A.T. no interior de Santa Cruz em 1920**



Fonte: Cedoc-UNISC

O prefeito José Wohlgemuth Koelzer, em seu relatório de 1933, apresentado ao interventor federal, reforçou a importância do novo processo de adubação iniciado pela B.A.T. a partir de 1920, que reduzia o tempo de permanência da planta na lavoura. De acordo com o relatório, o plantio era combinado com a uniformização das técnicas de manejo e tinha como resultado a aceleração da maturação das folhas antes de passarem para o processo de secagem nas estufas. A rápida assimilação das técnicas de plantio mostra que os produtores estavam alinhados com as transformações ocorridas na dinâmica da economia fumageira no início do século.

Nos anos que se seguiram à implantação do regime militar brasileiro, a partir de 1964, ocorreu a intensificação da crise econômica do cigarro, provocada pela restrição de créditos por parte do governo federal, ocasionando o desmantelamento progressivo das empresas de capital nacional do setor fumageiro. Esse processo se desencadeou numa conjuntura marcada, internacionalmente, pela mobilidade do capital estrangeiro nos países periféricos em busca de mão-de-obra barata, legislação favorável e matéria-prima. Podemos apontar três fatores que

contribuíram para o rápido processo de internacionalização da indústria fumageira de Santa Cruz do Sul, iniciado a partir de 1966:

Em primeiro lugar, o conflito na Rodésia, ex-colônia britânica, que passou a ter problemas diplomáticos com a comunidade internacional. Esse país era grande produtor de fumo, sendo governado por uma minoria branca desde os tempos em que era colônia inglesa. Esse grupo manteve uma feroz ditadura, dominando e segregando a maioria negra mesmo depois da independência. A partir de 1965, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) passou a pressionar o governo segregacionista para que desse maior abertura política à maioria negra. Porém, esse processo não ocorreu e então o governo britânico passou a estabelecer uma série de restrições aos investimentos na região, o que incluía a retirada de empresas do ramo fumageiro, que se deslocaram para a América do Sul, especialmente a região em torno de Santa Cruz do Sul.

O segundo fator foi a política macroeconômica do governo federal, que foi posta em prática a partir da implantação da ditadura militar. Ela tinha três pilares: grande empresa estatal, grande empresa nacional e capital estrangeiro. O governo federal cortou boa parte dos créditos para as empresas nacionais de porte médio. Isso ocorreu numa conjuntura em que o fumo precisava se adequar à nova tendência internacional. Além disso, o governo favorecia o acesso a investimentos para a instalação de empresas de capital estrangeiro no Brasil, sendo inclusive avalista delas nos empréstimos internacionais. Esse processo teve um peso fundamental para a desregulamentação das empresas locais, que ficaram sem linhas de financiamento para modernizar sua produção.

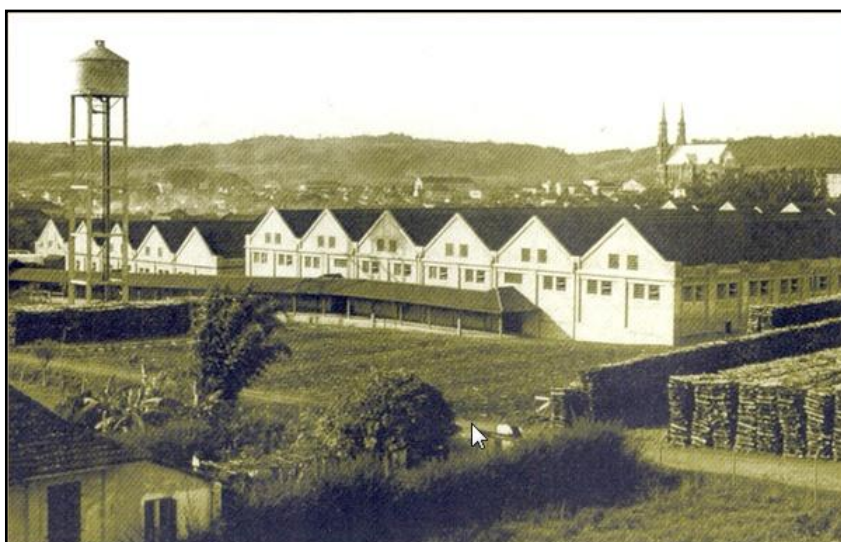
Em terceiro lugar, deve-se mencionar a inserção competitiva do fumo de Santa Cruz do Sul no cenário econômico internacional. É inegável que o processo de articulação do mercado internacional contribuiu para esse deslocamento, que trouxe grandes possibilidades de transformação para a cidade. As empresas locais, não conseguindo modernizar suas estruturas produtivas através de investimentos em tecnologia que o mercado demandava, começaram a quebrar uma a uma. Como o custo do beneficiamento passou a se tornar elevado frente à pressão do mercado, as empresas estrangeiras começaram a comprá-las à medida que iam entrando em concordata ou vendendo suas ações.

Esse processo tem ligação com os dois fatores anteriores. A crise da Rodésia possibilitou o aumento do comércio de fumo e pressionou a capacidade produtiva local. As

empresas estrangeiras se deslocaram e tiveram grandes vantagens em função da política econômica do governo militar e passaram a investir pesadamente na economia local. As bases para a aceitação do capital estrangeiro foram sendo construídas a partir de 1966 com a Festa Nacional do Fumo. Nesse ano, os efeitos do processo de internacionalização já estavam sendo sentidos pela elite local. Vale lembrar que nessa época a ACI estava se mobilizando para solucionar a crise da indústria fumageira. O setor não estava conseguindo dar conta das transformações que ocorriam na economia. Com nova razão social, a Companhia Brasileira de Fumos em Folha passou a ser conhecida como Souza Cruz e, graças à conjuntura favorável, conseguiu alavancar pesados investimentos em infraestrutura, aumentando consideravelmente seu estabelecimento em Santa Cruz do Sul.

O ingresso de uma subsidiária do porte da British American Tobacco Company na pequena cidade de Santa Cruz do Sul incentivou as empresas locais a organizarem uma indústria fumageira de capital nacional que podia competir em igualdade de condições com o grupo anglo-americano. As relações com a British American Tobacco sempre foram marcadas pela parceria, pois, além da inserção da cidade no mercado internacional de cigarros, a empresa estrangeira trouxe uma nova cultura de racionalidade na produção tabaqueira local (Noronha, 2006).

**Foto 15 – Sede da Souza Cruz, antiga Cia. Brasileira de Fumos em Folha, 1960**



Fonte: Cedoc-UNISC

De acordo com Montali, até a década de 1960, grande parte das empresas fumageiras de Santa Cruz do Sul era de capital local, e o desenvolvimento dessas empresas estava

condicionado ao lucro obtido no comércio nacional. O processo de modernização era projetado em longo prazo, e as melhorias produtivas normalmente eram trazidas pela British American Tobacco, que, no período de 1918 até 1966, era a única empresa de capital estrangeiro instalada na região. Para Olgário Vogt, a rápida inserção do capital estrangeiro na economia fumageira, a partir de 1965, consolidava a hegemonia da indústria em relação à produção de fumo, pois esse segmento, detendo maiores recursos e capacidade de inovação tecnológica, introduziu uma nova relação de compra e venda do tabaco em detrimento dos comerciantes.

**Foto 16 – Entrega de fumo na C.B.F.F. – B.A.T., 1922**



Fonte: Cedoc-UNISC

Quando o setor fumageiro passou a ser o eixo na produção agrícola de Santa Cruz do Sul, entre 1880 e 1920, os comerciantes e os caixeiros-viajantes exerciam um papel de intermediários entre o agricultor e o industrial, sendo inclusive uma das maiores forças políticas da cidade. Quem provocou a progressiva ruptura entre o comerciante e o agricultor foi o capital estrangeiro, em especial a British American Tobacco, que, com maior capacidade de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, passou a substituir os caixeiros-viajantes que eram comuns até a década de 1930.

De acordo com Vogt (1997), a introdução do sistema integrado de produção foi uma dessas estratégias que possibilitou ampliar o controle sobre o produtor, mas outro elemento importante nesse mesmo contexto foi o conhecimento que as empresas estrangeiras tinham da

região de Santa Cruz do Sul. Para Vogt, elas não caíam de para-quedas, pois tinham amplos estudos de cunho geográfico, cultural e político da comunidade. Alfredo de Ludwig<sup>39</sup>, após entrevistar os diretores da Companhia Brasileira de Fumos em Folha, nomeou as razões para a subsidiária do grupo anglo-americano British American Tobacco estabelecer-se na cidade de Santa Cruz do Sul:

- 1° Por serem as terras nesta região apropriadas para o cultivo do fumo de estufa, com clima moderado com precipitação de chuvas igualmente distribuídas sobre todos os meses do ano.
- 2° O sistema de agricultores em pequenas propriedades ser o mais adequado para o cultivo do fumo de estufa, tendo as experiências produzido melhores resultados onde os donos das terras tratam, juntamente com suas famílias, deste cultivo.
- 3° Por ser um tipo de colonos caprichosos, dedicados ao trabalho [...].
- 4° Santa Cruz, já era conhecida como um centro de cultura de fumo de galpão, com uma produção importante, já tendo firmas exportadoras destes fumos para a Europa, e vários negociantes compradores no interior do município [...]
- 5° Santa Cruz já era servida pela estrada de ferro, como meio de transporte.

O conhecimento especializado que as empresas estrangeiras tinham de Santa Cruz do Sul possibilitou estruturar as condições sociais e culturais para sua inserção. A mão-de-obra barata, a energia elétrica, o sistema de água encanada e a possibilidade de escoamento da produção através da estrada de ferro foram os fatores estruturais para a instalação da empresa na cidade. O casamento entre o capital estrangeiro e a comunidade ganhou corpo na década de 1960, quando foi organizada a Festa Nacional do Fumo, mudando a identidade regional da cidade.

### **2.2.3 A desnacionalização das empresas fumageiras de Santa Cruz do Sul**

As condições estruturais criadas pelo governo brasileiro, a partir de 1966, contribuíram para a entrada maciça do capital estrangeiro na economia de Santa Cruz do Sul. A maioria das empresas que tinham surgido no período de 1918-1966 passaram a ser compradas pelas multinacionais. As empresas instaladas depois de 1965 foram: Armada S.A. Indústria e Comércio, oficialmente, naquele contexto, de capital nacional e administrada por santa-cruzenses, sendo na verdade, segundo Montali (1979), de capital alemão; Meridional de Tabacos S/A, instalada em 1975, pertencente ao grupo francês Service D'Exploration

---

<sup>39</sup> Entrevista realizada por Alfredo de Ludwig sobre o Centenário de Santa Cruz do Sul. *Jornal Gazeta de Santa Cruz*, 03 de Agosto de 1949, p. 01. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz – Cedoc-Unisc.

Industrielle des Tabacs et des Allumettes (S.E.I.T.A.); Exportadora de Tabacos do Brasil (ETABRA.), instalada em 1970, do grupo Austin Company, de capital norte-americano.

Além desses grupos estrangeiros, podemos visualizar um quadro panorâmico das principais empresas de beneficiamento de fumo e fabricação de cigarros que foram fundadas e consolidadas no período de 1918-1966 e passaram a ser progressivamente incorporadas por multinacionais. A trajetória desses empreendimentos foi descrito por vários pesquisadores, como Silvana Krause (2002), Olgário Vogt (1998), Lilian Montali (1979) e Jean Roche (1969). Além disso, há várias monografias de empresas, peças publicitárias e artigos de memorialistas que abordam a trajetória dessas empresas na cidade. Construímos um painel do processo de formação, consolidação e internacionalização das empresas de beneficiamento de fumo e fabricação de cigarros de capital local/nacional que contribuíram para a industrialização de Santa Cruz do Sul entre os anos de 1918 e 1966.

De acordo com Krause (2002), a Kliemann & Cia. foi fundada em 1915 por João Nicolau Kliemann, atuava no ramo de beneficiamento de fumo e possuía cerca de 130 operários, ocupando um espaço de 450 m<sup>2</sup>, com maquinário movido a vapor. Segundo Roche (1969), esse empreendimento iniciou com uma pequena carroça puxada por bois e cavalos e atuava no interior comprando e vendendo fumo. Krause afirma que, depois da inauguração, em 1915, ela passou a exportar fumo beneficiado para todo o país. Conseguiu resistir ao processo de internacionalização através de associação com empresas estrangeiras menores, mas, na década de 1980, foi comprada pela Universal Leaf Tobacco, a maior empresa de beneficiamento do mundo, de capital norte-americano.

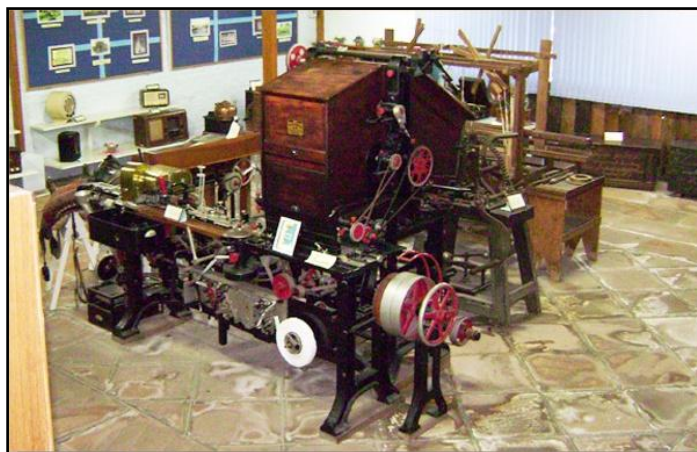
A Universal acabaria comprando e monopolizando a maioria das empresas de beneficiamento de fumo da cidade, com potencial de atuação em âmbito regional, e fornecia o fumo beneficiado para as poderosas indústrias de cigarros como a Souza Cruz e a Philip Morris.

Outra empresa que emergiu no mesmo contexto que a Kliemann foi a José Etges Filho & Cia., que, segundo Krause, possuía máquinas movidas a eletricidade e ocupava uma área de 1.600 m<sup>2</sup>, com uma média anual de 40 operários. Iniciou com o nome de José Etges & Cia., um pequeno depósito de compra e venda de fumo localizado no interior; depois do falecimento do pai, o filho mudou a razão social para José Etges Filho e transferiu a sede para a vila. Expandiu os investimentos e passou a exportar fumo destalado para todo o país. Com o

falecimento do neto, a empresa foi comprada pela Tabacos Tatsch, de capital local, que seria comprada pela norte-americana Universal.

Além dessas, havia a Helmuth Schütz & Cia., empresa de beneficiamento fundada pelos “barões do fumo local”. Uma das mais importantes fábricas de cigarros de Santa Cruz do Sul antes da fundação da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A, chegou a uma média anual de 120 operários, com “machinas electricas modernas”, e ocupava uma área de 600 m<sup>2</sup>. Os Irmãos Schütz eram uma das principais empresas que iriam inaugurar, em 1918, a “poderosa Cia. de Fumos Santa Cruz”. Krause afirma que era a única que possuía capacidade de confeccionar cerca de 150 mil cigarros por dia, com um mercado interno de elevado potencial, pois negociava seus produtos em todos os estados do país. Os Schütz fecharam o empreendimento na década de 1930 para se dedicar à Companhia de Fumos Santa Cruz S/A, de que foram acionistas majoritários e que abordaremos no quarto capítulo.

**Foto 17 – A primeira “machina” moderna de fabricação de cigarros de Santa Cruz dos irmãos Schütz, movida a energia “electrica”**



Fonte: Museu do Colégio Mauá

Outras duas empresas identificadas por Krause (2002) foram a Theodoro F. Schilling & Cia, que atuou com uma média de 120 operários e tinha uma área de 700 m<sup>2</sup>, e a Adolfo Iserhard & Cia., que trabalhava com 75 operários em uma área de 1.400 m<sup>2</sup>. Montali destaca que em ambas a evolução passou da agricultura familiar para o comércio e o posterior investimento na chamada “indústria”, pois seus registros apontam a existência de máquinas elétricas combinadas com lotes de terras da empresa, que possivelmente era da família, para a produção de fumo. Os dois empreendimentos atendiam o mercado estadual e atuaram na estruturação da Cia. de Fumos. Foram compradas pelos Tatsch na década de 1940.



**Foto 18 – Escritório geral de Fernando C. Tatsch & Cia. em 1927; ao fundo, à direita, o Sr. Fernando C. Tatsch**



Fonte: Cedoc-UNISC

A empresa Tabacos Tatsch & Cia. foi fundada em 1905, tendo o empresário Fernando Tatsch como principal acionista. Ele iniciou sua trajetória com uma pequena casa de comercialização de fumo seco e destalado que era comprado diretamente dos agricultores. Em 1934, passou a utilizar máquinas elétricas para o beneficiamento do fumo e chegou a contar com uma média anual de 80 operários. Por alguns anos, chegou a ser uma das principais empresas de beneficiamento de fumo da região, só perdendo para a Exportadora Hennig. Sua estratégia empresarial combinava a compra de pequenas empresas locais e a negociação direta com produtores e fabricantes de cigarros no exterior; assim conseguiu manter uma paridade estratégica que a fez sobreviver por muitos anos. Na década de 1970, associou-se com a Tabacos Brasileiro Ltda. e depois foi comprada pela Universal Leaf Tabacos dos EUA. A família Tatsch manteve um crescimento estável no setor de beneficiamento de fumo e investiu no setor de construção civil; além disso, foi uma das últimas empresas a resistirem ao processo de internacionalização do setor<sup>40</sup>.

A maior empresa de beneficiamento de fumos de Santa Cruz foi a Exportadora Hennig S/A, fundada em 1888 por Augusto Hennig, que abordaremos no terceiro capítulo desse trabalho. O grupo empresarial foi um dos maiores da região, sendo formado pelo estabelecimento de beneficiamento de fumo, uma indústria de cigarros, uma casa bancária e uma transportadora. A sede da empresa ficava na cidade de Santa Cruz do Sul, com uma filial

---

<sup>40</sup> Sobre o assunto podemos remeter ao terceiro capítulo da dissertação de mestrado de Noronha (2006) e aos trabalhos de Vogt (1997) e Montali (1979).



no distrito rural de Sinimbu. Segundo Krause (2002), sua empresa de fumos tinha uma área de 3.025 m<sup>2</sup> e atuou com uma média anual de 135 operários. Ela foi a primeira empresa do Rio Grande do Sul a possuir máquinas de destalar fumo com processamento automático movido a energia elétrica. Os negócios do fumo duraram até 1970, quando foi comprada pelo grupo econômico Armada S/A, ligado aos Brinkmann, de capital alemão<sup>41</sup>. Na década de 1980, o grupo norte-americano Universal Leaf Tobacco incorporou todas as ações da empresa.

Outra empresa importante foi a Boettcher Wartchow S/A, fundada em 1932 por Carlos Boettcher Filho. Esse estabelecimento operou com nome individual até 1951, quando passou a denominar-se Carlos Boettcher & Cia. Em 1957, com o falecimento de seu fundador, a razão social passou para Boettcher Wartchow & Cia. Ltda. A família acabou vendendo a empresa para a Universal Leaf Tobacco nos anos de 1970. Além dessa, havia a Kannenberg & Cia. Ltda., fundada em 1950 como firma individual de Lindolfo Kannenberg em Sinimbu, então distrito de Santa Cruz do Sul; trabalhando no ramo fumageiro, a empresa foi incorporada pela Universal Leaf Tabacos em 1970<sup>42</sup>.

Santa Cruz do Sul contava com outra indústria de cigarros, a filial paulista da Fábrica de Cigarros Sudan S/A, com sede em São Paulo. Ela foi a única de capital nacional que não foi vendida no processo de internacionalização, pois seu patrimônio era dirigido por uma fundação que vinculava sua venda ao controle de um hospital de São Paulo. Entrou em processo de falência na década de 1980, até ser incorporada pela Souza Cruz.<sup>43</sup> Nessa análise não incluímos a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A, pois essa empresa terá um capítulo à parte. Na tabela 1 podemos visualizar o processo de industrialização e internacionalização da economia fumageira de Santa Cruz do Sul no período de 1918 até 1976:

**Tabela 1 – Santa Cruz do Sul: A desnacionalização da indústria do fumo**

Empresas instaladas até 1965 <sup>(*)</sup> (por origem do capital)	Alterações na propriedade das empresas entre 1966 e 1974 (por origem do capital)	Propriedade das empresas em 1975/77 (por origem do capital)
---	--	---

<sup>41</sup> Fontes: Krause, 2002; Montali, 1979; Vogt, 1998; Monografia da família Hennig.

<sup>42</sup> Fonte: Vogt (1997), peças publicitárias de Boettcher Wartchow & Cia. Ltda. e peças publicitárias de Kannenberg & Cia. Ltda.

<sup>43</sup> Fontes: Montali (1979), Vogt (1997) e Cadoná (2001).

<sup>(\*)</sup> Em nota, Silveira não encontra informações quanto ao futuro, após 1956, das empresas Ind. de Tabacos Santa Cruz do Sul Ltda. e Carl Leoni Torres & Cia. Ltda.

Fabrica de Cigarros Sudan S/A – (Nacional)	Fabrica de Cigarros Sudan S/A – (Nacional)	Fábrica de Cigarros Sudan S/A – (Nacional)
Cia. de Fumos Santa Cruz – 1918 (Nacional)	Grupo Remtsmann – 1970 (Alemão)	Philip Morris Inc. – 1975 (Americano)
Cia. de Cigarros Souza Cruz – 1917 (Anglo-Americano)	Cia. de cigarros Souza Cruz – (Anglo-Americano)	Cia. De Cigarros Souza Cruz – (Anglo-Americano)
Cia. de Cigarros Sinimbu – 1948 (Nacional)	Grupo Brinkmann – 1970/72	RJ Reynolds Tab. do Brasil – 1975 (Americano)
Tabacos Tatsch S/A – 1932 (Nacional)	Tabacos Tatsch S/A – (Nacional)	Tabacos Brasileiros Ltda. – 1976 – (Americano)
Kliemann & Cia. – 1915 (Nacional)	Kliemann & Cia. (Nacional)	Kliemann & Cia. – (Nacional)
Exportadora Hennig S/A – 1890 (Nacional)	Armada S/A – Ind. e Com. – 1968 (Alemão) <sup>44</sup>	Armada S/A – Ind. e Com. (Alemão)
Boettcher e Wartchow – 1932 (Nacional)	Boettcher e Wartchow – (Nacional)	Boettcher e Wartchow – (Nacional)
	Tabra – Exp. de Tabacos do Brasil Ltda. – 1970 (Americano) <sup>45</sup>	Tabra – Exp. de Tabacos do Brasil Ltda. (Americano)
	Cia. Meridional de Tabacos – 1974 (Francês) <sup>46</sup>	Cia. Meridional de Tabacos (Francês)

Fonte: Montali, L. *Do núcleo colonial ao capitalismo monopolista: produção de fumos em Santa Cruz do Sul*, 1979. p. 72. Vogt, O. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849-1993)*. 1994. p. 106-107. *Gazeta do Sul*, 1960 a 1995. Apud: Silveira, 2003, p. 84.

Através dessa análise econômica, percebemos que o nível de negociação esteve articulado com as mudanças políticas, pois a conjuntura regional, nacional e internacional foi determinante para a emergência, consolidação e internacionalização desse setor. No próximo subcapítulo vamos compreender alguns aspectos da atuação política da comunidade no período compreendido entre 1889, proclamação da República, até 1966, ano da nova política

<sup>44</sup> Controlada pelo grupo Gebrüder Kuhlentampf.

<sup>45</sup> Controlada pelo grupo The Monk Austin Co. Inc.

<sup>46</sup> Criada a partir da união de parte do capital da Boettcher Wartchow com a estatal francesa SEITA.

econômica federal que desencadeou a internacionalização da indústria local. Além disso, esse contexto se encaixa no período em que a elite local possuía capital empresarial apoiado no setor fumageiro para mobilizar o seu potencial de atuação política.

### **2.3 Notas sobre a formação política de Santa Cruz do Sul: estratégias de atuação de uma “elite local”**

As pesquisas que têm Santa Cruz do Sul como estudo de caso indicam que as elites locais tendiam a ser cooptadas pela política regional e nacional, sendo influenciadas pela dinâmica ocorrida nessas escalas. Construiremos um painel da evolução política da cidade com objetivo de visualizar os posicionamentos e a capacidade de mobilização liderada pela elite frente às transformações que ocorreram em âmbito estadual e nacional.

Várias pesquisas que tiveram Santa Cruz do Sul como estudo de caso associaram as transformações que ocorreram em âmbito estadual e nacional com o seu impacto no espaço sociológico local. Resumidamente apontamos o trabalho de Silvana Krause (2002), que analisou o comportamento da elite de Santa Cruz do Sul na implantação da República, nas relações com o PRR, na Revolução Federalista e na Revolução de 1930; Olgário Vogt (1997) analisou as transformações na economia fumageira local com a instalação da empresa anglo-americana British American Tobacco em 1917 (a partir de 1955 passou a ser Souza Cruz); Marco André Cadoná (2001) analisou a participação dos empresários e políticos locais no movimento pela Legalidade; Iran Pas (2009) analisou a influência do Novo Sindicalismo liderado pela Central Única dos Trabalhadores na cidade.

Para isso, vamos dividir essa análise em quatro partes: a primeira aborda a cultura política local, que se caracteriza pela fragilidade de uma prática democrática e pela tendência em aderir ao autoritarismo, à violência e ao conservadorismo; a segunda aborda o esvaziamento da cisão religiosa na política local no contexto da I República através de um panorama do desempenho eleitoral entre católicos, representados pelo PCC, e protestantes, representados pelo PL (Federalistas), e a progressiva estratégia do PRR em cooptar lideranças das duas forças eleitorais; a terceira aborda a consolidação de uma coesão local frente a disputas nacionais objetivando estratégias de desenvolvimento econômico para a indústria de Santa Cruz no pós-1930 e a evolução eleitoral no contexto democrático; a quarta faz uma análise comparada da atuação da elite local na Legalidade e implantação do Regime Militar.

### 2.3.1 A fragilidade de uma cultura democrática: a prática política e eleitoral de Santa Cruz do Sul

Tendo como base as mesmas referências utilizadas para a análise da economia local, como Krause, Cadoná, Vogt, Job e, mais especificamente no campo da Ciência Política, João Pedro Schmidt, construímos uma radiografia da cultura política de Santa Cruz do Sul ao longo do século XX. Os pesquisadores permitem observar, de um lado, a tendência da elite em aderir aos partidos hegemônicos em âmbito estadual e nacional e, por outro, a facilidade de setores médios urbanos serem cooptados por ideologias autoritárias no período entre guerras, como o nazismo e o integralismo.

Em relação à análise da dinâmica partidária, Schmidt afirma haver uma tendência da elite, tanto no executivo quanto no legislativo municipal, de estar próximo dos partidos ligados ao campo “liberal-conservador”<sup>47</sup>. O grupo de partidos que congregavam esse campo mostrou-se hegemônico entre 1945 e 1964 em relação ao conjunto de todos os municípios do Rio Grande do Sul. Na cidade de Santa Cruz do Sul, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) obtinham expressiva votação e estiveram no comando do executivo em quase todas as gestões do período. Schmidt (2004a) registra que, do ponto de vista ideológico, a comunidade tendia a apoiar representantes da elite política conservadora, tanto nas eleições nacionais quanto regionais.

Esse fato pode ser explicado, principalmente, por dois motivos: em primeiro lugar, pela trajetória histórica de tolerância ou mesmo aceitação de grupos políticos de extrema direita que se organizaram no município; em segundo lugar, pela própria conjuntura nacional/estadual, marcada, de um lado, pelo autoritarismo e intervencionismo de Estado desde a Primeira República através da cooptação de integrantes da elite local pelo Partido Republicano Rio-Grandense, e, de outro, pela imposição do movimento de nacionalização cultural por parte de Vargas. Esse último fato chegou a complicar a capacidade de negociação da elite local, pois a cidade era oriunda da colonização alemã e tinha no seu discurso regional a questão étnica como determinante para o sucesso empresarial.

---

<sup>47</sup> João Pedro Schmidt emprega os conceitos liberal-conservador e progressista-populista nos períodos de 1945 até 1985, sem entrar em detalhes sobre eles. O autor procura identificar a posição desses partidos à luz da conjuntura histórica de cada período no Brasil pós-Estado Novo. Entre 1945 e 1964, os liberais conservadores eram o PSD, UDN e PL, já o progressista populista era o PTB; na ditadura o primeiro grupo vai ser a ARENA e o segundo o MDB.

Pesquisas realizadas por Olgário Vogt (2002) demonstram que na década de 1930 havia células do Partido Nazista (NASDAP) e do Partido Integralista (AIB) atuando na cidade. Para o autor, não era estranho, nesse período, verem-se pessoas da comunidade se cumprimentando como na Alemanha da década de 30: “Heil Hitler”. Para Schmidt (2004) a formação do Partido Nazista na comunidade de Santa Cruz do Sul tem que ser avaliada dentro de sua peculiaridade local, pois as notícias vindas da Alemanha e o sentimento de pertencimento ao Estado alemão constituíram bases para a formação cultural dos pequenos núcleos isolados no Rio Grande do Sul.

Na cidade o núcleo se reunia no Hotel Rathskeller, e o perfil dos seus integrantes indicava que eram alemães que vieram na década de 1930 com a intenção de construir o partido e cooptar alguns comerciantes e funcionários públicos para a organização de células na cidade. A partir de 1938 ele teve seu registro cassado pelo governo federal e foi posto na ilegalidade. Essa medida não despertou reclamação ou crítica, o que permite concluir que o NASDAP não estava enraizada na cultura política da cidade.

Os membros da elite local não simpatizavam com o nazismo como podemos perceber na pesquisa de Leandro Silva Telles (1980), que abordou a trajetória biográfica do médico e empresário local, Heinz Von Ortemberg. Esse integrante foi herói da I Guerra Mundial. Havia estabelecido residência em Santa Cruz, auxiliou na construção da Mercur S/A., indústria de artefatos de borracha e foi o primeiro médico do Hospital Santa Cruz. Com a deflagração da II Guerra, Ortemberg retorna para a Alemanha, para ser reincorporado ao Exército, porém a Gestapo, polícia secreta Nazista, possuía informações sobre a atuação do médico em Santa Cruz e colocavam em dúvida sua lealdade ao Exército alemão. Ortemberg passou por complicações ao regresso e teve que retornar ao Brasil com urgência.

No estudo prosopográfico, que será desenvolvido no segundo capítulo, não foram encontrados integrantes da elite que possuíssem algum vínculo empresarial, familiar ou político com membros do partido nazista local, mas devemos ter cautela nessa conclusão, uma vez que as fontes biográficas que usamos foram constituídos por necrológios que dificilmente revelariam alguma ligação com o nazismo. Schmidt avalia que a simpatia pelo nazismo por

parte de setores da elite política brasileira teria influenciado o ambiente local, haja vista que o próprio contexto internacional estava marcado pela emergência de múltiplas ideologias<sup>48</sup>.

**Foto 19 – Hotel Rathskeller, local de encontro dos membros do Partido Nazista de Santa Cruz**



Fonte: Cedoc-UNISC

Em relação ao integralismo, René Gertz (1991) demonstra que esse grupo teve grande sucesso no Rio Grande do Sul, principalmente nas regiões de colonização alemã e italiana, pois seu lema *Deus, Pátria, Família*, que era cultuado pela AIB, aproximava vários setores da Igreja Católica ao movimento.

**Foto 20 – Desfile dos integralistas no dia 7 de Setembro de 1936 no centro de Santa Cruz do Sul**



Fonte: Cedoc-UNISC

<sup>48</sup> O período de 1918 até 1945 foi marcado por transformações de ordem política; sobre o assunto ver Hobsbawm (1996).

De acordo com Schmidt (2004b), essa vinculação facilitou a penetração do movimento na comunidade de Santa Cruz do Sul. Porém, mesmo tendo núcleos em quase todos os distritos do município, a AIB não conseguiu eleger um só vereador, e seu candidato a prefeito nas eleições de 1935, Dario Bittencourt, obteve pouco mais de 50 votos. O perfil dos eleitores e simpatizantes da AIB tornava difícil sua massificação, pois ela era constituída por setores da classe média urbana, característica presente na comunidade local, pois a maioria dos encontros ocorria na Sociedade Ginástica, e a elite local tendia a frequentar o Clube União.

Em 1938, com a implantação do Estado Novo, a organização foi desmantelada, mas ressurgiu no Partido de Representação Popular (PRP), no período democrático-populista (1945-1964), com grande força política e eleitoral local. Schmidt avalia que o sucesso do PRP nas eleições de Santa Cruz do Sul se explica pelo fato dos antigos representantes da AIB terem rompido com suas estratégias antidemocráticas e se institucionalizado, pois esse partido chegou a ser a terceira força política da região. Assim, não podemos considerar conclusiva a tese de que a comunidade possuía um alinhamento automático com organizações de extrema direita. Outro fator que dissuadia a comunidade em relação à velha AIB era seu forte discurso nacionalista, o que não atraía grande aceitação numa comunidade de imigrantes alemães. Já no contexto do PRP essas questões foram superadas, pois tanto a comunidade deixou de atuar na defesa da identidade étnica quanto o partido abandonou seu forte teor nacionalista, o que contribuiu para sua afirmação na vida política local.

No campo da esquerda socialista<sup>49</sup>, Schmidt (2004c) afirma não encontrar organização partidária alinhada à III Internacional, como o PCB ou PSB. Os dados eleitorais disponíveis dessas duas agremiações na cidade, durante o período de 1945 até 1964, mostram que obtiveram inexpressiva votação. Vale destacar que, mesmo havendo notas publicadas no jornal *Kolonie* a respeito de comemorações pelo Dia Internacional do Trabalho<sup>50</sup>, a conjuntura da época não gerou clima favorável à formação de partidos de esquerda na vida política local. Na comunidade, a “ameaça comunista” era diariamente explorada pelos integrantes da UDN de Santa Cruz, como o advogado Arthur Germano Fett, pai da escritora gaúcha Lya Luft,

---

<sup>49</sup> Schmidt identifica como esquerda socialista os partidos que, ao longo do período democrático (1945-1964), tinham forte aproximação com organizações sindicais, estudantis e de camponeses. Além disso, tinham alguma aproximação com o marxismo. Os principais partidos da esquerda socialista no período foram o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

<sup>50</sup> Pesquisadores que leram o jornal *Kolonie* encontraram reportagens de comemoração do 1º de maio, Dia Internacional do Trabalho, com desfiles e bandeiras vermelhas pelas ruas da cidade na década de 1920. Mesmo com essa cultura, não vamos encontrar indícios de organização do sindicalismo internacional na comunidade.

proprietário da residência que viria a se tornar sede do Sindicato da Indústria do Fumo. Na gestão presidencial de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950), o PCB foi posto na ilegalidade, com manifestações de apoio por parte da elite local contidas nas atas de reuniões da Câmara de Vereadores e da Associação Comercial e Industrial.

Em relação à prática de uma cultura autoritária, Schmidt (2004c) avalia que a tendência de quebra da ordem democrática, somada à cultura autoritária brasileira, moldou a formação da cultura política local. Podemos afirmar que a reprodução dos posicionamentos da elite foi influenciada por esse padrão de relação política que ocorreu no âmbito nacional.

Para Silvana Krause, a primeira crise envolvendo a política nacional e a comunidade de Santa Cruz do Sul se registrou durante a I Guerra Mundial (1914-1918), período em que as diferenças culturais do espaço local entraram em colisão com o sentimento patriótico brasileiro que estava em vigor após a declaração de guerra:

A 1ª guerra mundial também gerou conflitos entre as zonas coloniais alemãs e o governo brasileiro. O rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha criou incidentes violentos em Porto Alegre (saques a empresas “alemãs”, incêndios à sede de sociedades alemãs, etc.), e em zonas do interior (fechamento de escolas, proibições da imprensa em língua alemã, etc.) (Krause, 2002, p. 172).

A partir da década de 1920, mediante uma estratégia de valorização da cultura nacional e de desregulamentação cultural das comunidades de imigrantes alemães e italianos posta em prática pelo governo federal, intensificaram-se as tensões com práticas germânicas em vigor, como a língua escrita em jornais, o aprendizado do alemão em escolas e a comunicação cotidiana nos estabelecimentos públicos e privados. O ápice foi durante a campanha de nacionalização de Getúlio Vargas, que proibiu a reprodução de qualquer documento ou manifestação que não tivesse um elemento valorativo do patriotismo brasileiro.

Em relação à prática de violência entre os integrantes da elite local, Schmidt (2004a) destaca haver um padrão comportamental na banalização de ameaças físicas que ocorriam durante as disputas eleitorais tanto no interior quanto na sede. No contexto de análise, ocorreram uma tentativa de assassinato no início do século e um assassinato na década de 1960 com envolvimento direto de integrantes da elite local. Os fatos tiveram grande repercussão em âmbito estadual. Isso demonstra que a cidade não era tão pacata nas disputas locais. Nesse sentido, reproduzimos, de maneira comparada, os dois exemplos de maior repercussão na história política do município:



O primeiro, descrito por Silvana Krause (2002), foi a tentativa de assassinato de Carlos Trein Filho, considerado uma das figuras mais importantes da história política do município. Ele exerceu o cargo de diretor da Colônia de 1869 até 1872, permanecendo com o título até 1881; foi vereador na primeira legislatura, em 1878; dedicou-se à Igreja Evangélica, ao Colégio Sinodal (atual Mauá) e foi um dos principais líderes da maçonaria local. Sem dúvida, uma das figuras de maior influência política, cultural e econômica na comunidade. Na noite de 13 de junho de 1903, Trein se dirigia à loja maçônica quando foi atacado por três homens, recebendo vários golpes de faca. Estes não chegaram a ser fatais, pois, de acordo com Krause, era uma noite muito fria e Trein usava um casaco grosso. O caso é um mistério até hoje, mas as suspeitas recaíram sobre a oposição, representada pelos integrantes do PRR, visto que Trein, ligado aos Federalistas, aglutinava os setores de oposição local a este partido hegemônico no governo do Estado.

**Imagem 01 – Ilustração da tentativa de assassinato de Carlos Trein Filho publicada no jornal local**



Fonte: *Jornal Gazeta do Sul*

**Foto 21 – Deputado estadual Euclides Nicolau Kliemann sendo entrevistado na Rádio Santa Cruz, antes de ser assassinado em 1963**



Fonte: Cedoc-UNISC

O segundo ocorreu no início da década de 1960, quando o deputado estadual de Santa Cruz do Sul Euclides Nicolau Kliemann, do PSD, foi assassinado pelo vereador do PTB Floriano Peixoto Karan de Menezes. O deputado Euclides Kliemann era filho caçula do empresário João Nicolau Kliemann, integrante de uma das famílias mais tradicionais do setor de beneficiamento de fumo local. O crime ocorreu nas dependências da Rádio Santa Cruz, no meio de uma entrevista transmitida ao vivo entre as duas lideranças políticas. O fato repercutiu em âmbito estadual, pois vitimou um político conhecido que, naquele contexto, era uma das lideranças do PSD na Assembleia Legislativa. Voltaremos ao assunto no terceiro capítulo desse trabalho, que aprofundará a questão da rede social dos integrantes envolvidos no caso.

Os fatos acima apontam, por um lado, a dificuldade de resolução pacífica dos conflitos e, por outro, demonstram que a elite de Santa Cruz do Sul tendia a estabelecer, ao longo do século XX, um padrão autoritário nas relações sociais e políticas. De acordo com Schmidt (2003b), isso se explica pela tendência à quebra da normalidade democrática que era característica não apenas da comunidade, mas de toda a política nacional. O autor destaca que a comunidade sofreu com as interferências na vida política local promovidas pelos governos estaduais de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, bem como com as arbitrariedades contra a população durante a campanha de nacionalização de Vargas. Esse quadro de repressão estadual, somado ao desapego da elite nacional por um padrão de comportamento democrático, que ficou claro com o Golpe Militar de 1964, moldaram a cultura política da cidade.

### **2.3.2 Negociação e cooptação do PRR na I República: a neutralização da cisão religiosa na política local**

A participação política da elite de Santa Cruz do Sul até a proclamação da República sempre foi problemática. Mesmo com o crescimento econômico da vila e a emergência de uma elite comercial e industrial, esse segmento esbarrava no obstáculo religioso para consolidar sua inserção política. Os empresários protestantes de Santa Cruz do Sul viviam num espaço local de relativa maioria católica, com uma média de 55% de católicos para 45% de protestantes, com pouca variação, inseridos num espaço regional e nacional com mais de 90% da população católica. Para Krause (2002, p. 175), “os imigrantes e colonos alemães

filiados à religião luterana, em especial no período imperial, eram vistos como um perigo à fé católica professada pelo estado”. Nesse contexto intensificou-se o engajamento dos imigrantes alemães protestantes para ampliar seu espaço de atuação no campo político. Os evangélicos das regiões de colonização encontraram no Partido Liberal alguns políticos que defendiam os acatólicos, como Gaspar Silveira Martins e Carl von Koseritz.

Krause observou que durante o Império ocorreu uma articulação entre setores do PL e as lideranças políticas e empresariais da cidade através do canal de negociação estabelecido entre os integrantes da Loja Lessing, ligados à maçonaria e majoritariamente protestantes. Esse contato permitiu a projeção do Major Frederico Guilherme Bartholomay à política regional, pois ele foi o primeiro deputado provincial eleito por Santa Cruz do Sul.

A proclamação da República mudou radicalmente a relação entre a elite política protestante e o Estado brasileiro, pois a separação entre a igreja e o Estado permitiu ampliar o peso político desse segmento. Vale destacar que esse grupo se beneficiava, de um lado, pelo nível de escolaridade de sua população e, por outro, pela emergência de uma classe média urbana e industrial.

A reação dos católicos com a separação promovida pela República entre igreja e Estado se deu através da articulação de um partido que unisse esse grupo em torno de interesses comuns. Em maio de 1890, os jesuítas gaúchos fundaram o Partido do Centro Católico, antes da promulgação da nova constituição republicana que entraria em vigor após 1891. No entanto, essa agremiação teve vida curta, pois os jesuítas superestimaram o apoio que receberiam dos pecuaristas católicos da metade sul e dos empresários católicos das regiões de colonização. Isso ocorreu justamente pela própria identidade existente entre a igreja e o império, fazendo com que a elite agrária católica e comerciantes da mesma religião aderissem ao PRR, o que ocorreu na cidade de Santa Cruz a partir de 1900.

Na tabela 2 é possível visualizar, de maneira comparada, o resultado alcançado pelo Partido Republicano-Rio-Grandense em comparação com o Partido do Centro Católico em sete eleições entre 1891-1900, período de atuação da agremiação partidária católica local. Conseguimos reunir no banco de dados eleitorais de Santa Cruz do Sul as votações de 1891, 1896, 1897 e 1900 para os cargos de âmbito local.

**Tabela 2 – Relatório eleitoral comparado entre o PRR e o PCC**

Partido: PRR				Partido: PCC			
Ano	Cargo	Votação	Porcentagem	Ano	Cargo	Votação	Porcentagem
1891	Vereador	1720	43.29%	1891	Vereador	1687	42.46%
1896	Vereador	563	66.16%	1896	Vereador	288	33.84%
1896	Intendente	217	23,20%	1896	Intendente	321	14,59%
1897	Vereador	205	37.82%	1897	Vereador	117	21.59%
1897	Intendente	474	80.75%	1897	Intendente	113	19.25%
1900	Vereador	293	30.36%	1900	Vereador	238	24.66%
1900	Intendente	1021	50.62%	1900	Intendente	996	49.38%

Tabela elaborada pelo autor com base no banco de dados eleitorais de Santa Cruz do Sul

Analisando a dinâmica dessas duas agremiações entre 1891 até e 1900 no gráfico 02, podemos perceber que o PRR oscilou de maneira mais intensa, chegando numa mesma eleição, a de 1896, a ter 66% de votos para seus vereadores e 23,20% para intendente. O Centro Católico manteve uma relativa estabilidade, pois conseguiu reunir, nos seus nove anos de atuação, um eleitorado convicto até sua extinção em 1900, sendo cooptado pelo PRR, que se beneficiaria na disputa eleitoral com o PL (que nessa época era Federalista, mas manteve-se registrado no banco de dados eleitorais de Santa Cruz como PL, em sua maioria protestante) nas eleições de 1897, quando alcançaria mais de 80% dos votos, num contexto em que o PRR estava cooptando lideranças católicas e protestantes da cidade.

Krause (2002) afirma que a elite local procurava estabelecer uma relação de autonomia frente ao Partido Republicano Rio-Grandense. Com isso, visava garantir cargos para seus representantes sem uma adesão incondicional. Mesmo assim, as relações entre PRR e a elite de Santa Cruz do Sul foram tensas, o que permite observar uma cautela desse segmento em abandonar as agremiações ligadas aos Federalistas (antigo PL) e o PCC no período da I República.

Entendemos que o PRR adotou, nos primeiros anos da República em Santa Cruz do Sul, uma política de “cooptar” ou formar algumas lideranças naturais da localidade, isto quando não conseguia indicar um “funcionário” ao lugar. Neste sentido, o Partido do Centro Católico cumpria um papel importante na medida em que possibilitou em alguns momentos uma aglutinação de forças locais para não permitir o fortalecimento maior dos federalistas (pois o Partido do Centro Católico tinha seus quadros políticos naturais de Santa Cruz do Sul) (Krause, 2002, p. 149).

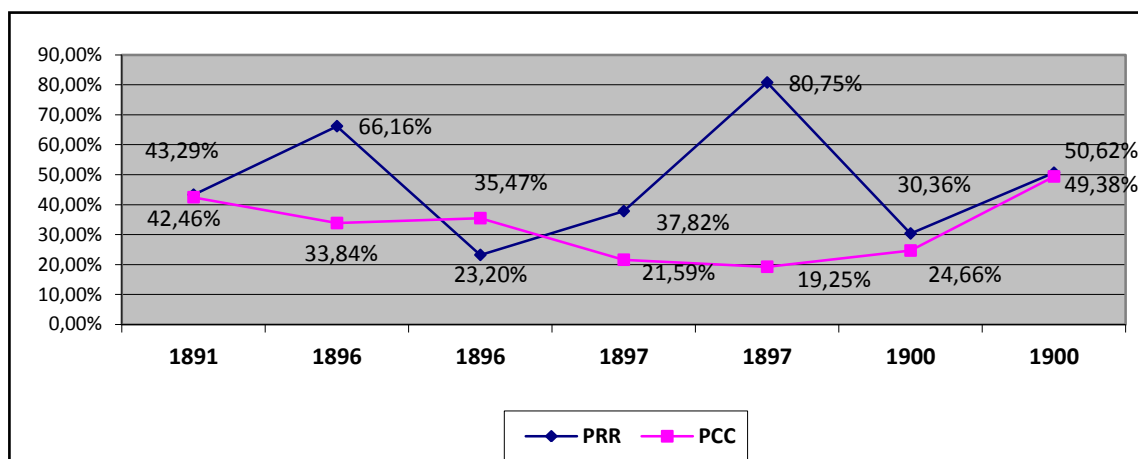
**Gráfico 02 – Desempenho eleitoral do PRR e do PCC em Santa Cruz (1891-1900)**

Gráfico elaborado pelo autor com base no banco de dados eleitorais de Santa Cruz do Sul.

Avaliamos que, no início da vila, o partido que melhor representava os interesses dos empresários protestantes no contexto do Império era o Partido Liberal, nas figuras de Silveira Martins e Koseritz (ambos maçons e anticlericais). No banco de dados eleitorais de Santa Cruz do Sul, durante a I República essa agremiação continuaria a ser registrada com a mesma sigla, mas sabemos que foi reconhecido como Partido Federalista e teve como principal líder local o comerciante Carlos Trein Filho, que aglutinou toda a oposição ao PRR naquele contexto, sendo vítima de um atentado em 1903. Comparamos a atuação do PRR e do PL na cidade de Santa Cruz do Sul na tabela 3. Conseguimos levantar os dados eleitorais de 1896, 1897, 1900, 1922 e 1924 para cargos de âmbito local e regional.

**Tabela 3 – Relatório eleitoral comparado entre PRR e PL**

Partido: PRR				Partido: PL			
Ano	Cargo	Votação	Porcentagem	Ano	Cargo	Votação	Porcentagem
1896	Intendente	217	23.20%	1896	Intendente	563	62.21%
1897	Vereador	205	37.82%	1897	Vereador	220	40.59%
1900	Vereador	293	30.36%	1900	Vereador	176	18.24%
1922	Presidente do Estado	1434	80.07%	1922	Presidente do Estado	357	19.93%
1924	Vereador	8441	88.4%	1924	Vereador	1108	11.6%
1924	Intendente	1441	72,5%	1924	Intendente	494	20.8%

Tabela elaborada pelo autor com base no banco dados eleitorais de Santa Cruz do Sul.

Analisando comparativamente a dinâmica eleitoral dos dois partidos no gráfico 03, percebemos que o PL foi perdendo espaço eleitoral na medida em que o PRR ia cooptando lideranças protestantes ligadas aos Federalistas. Esse partido iniciou com 23,20% nas eleições

de 1896 e ampliou seu percentual para 37% nas eleições para vereador do ano seguinte. Nas eleições de 1922 e 1924, conseguiu mais de 80% dos votos. O PL foi perdendo espaço eleitoral na medida em que o PRR atuava na cooptação das lideranças locais, pois, segundo Love (1975), a oposição ao PRR era forte nas regiões da fronteira, mas era muito fraca na zona colonial alemã e italiana, fato que garantiu a vitória de Castilhos na Revolta Federalista. O quadro eleitoral de Santa Cruz do Sul comprova essa tendência; após 1897 o PRR manteve sua hegemonia na política local, conseguindo vencer todas as disputas com o PL, que aglutinava os Federalistas.

**Gráfico 03 – Desempenho eleitoral do PRR e do PL em Santa Cruz (1896-1924)**

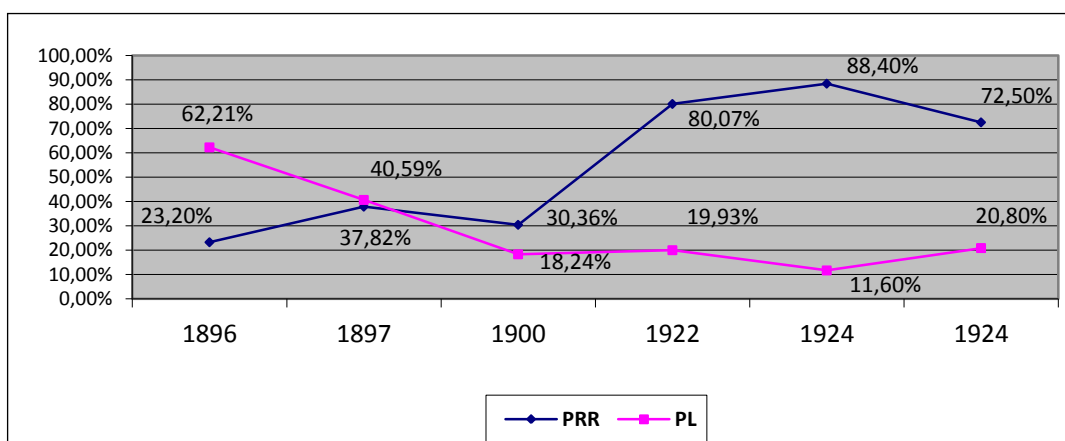


Gráfico elaborado pelo autor com base no banco de dados eleitorais de Santa Cruz do Sul.

Para Pedro Dutra Fonseca (1983), a trajetória da oposição gaúcha é bem mais complexa em comparação com os outros estados da federação, pois pode-se dizer que ela descende do PL, dominante no Rio Grande do Sul nas últimas décadas do Império. Vale destacar que Krause aponta esse partido como o mais forte na Vila de Santa Cruz, pois foi de lá que emergiram nomes como o de Frederico Guilherme Bartholomay. Fonseca destaca que, uma vez proclamada a República, o PRR ganhou adeptos monarquistas, especialmente do Partido Conservador. Porém o campo majoritário do PL, ainda sob a orientação de Gaspar Silveira Martins, passou à oposição com a nova sigla: Partido Federalista, registrado no banco eleitoral de Santa Cruz como PL.

Em relação à disputa eleitoral dos dois partidos com alguma identidade religiosa, conseguimos reunir os resultados das eleições de 1896, 1897 e 1900 para os cargos de âmbito

local. A tabela 4 permite analisar, comparativamente, o desempenho do Partido do Centro Católico e do Partido Liberal nessas três eleições.

**Tabela 4 – Relatório eleitoral comparado entre PCC e PL**

Partido: PCC				Partido: PL			
Ano	Cargo	Votação	Porcentagem	Ano	Cargo	Votação	Porcentagem
1896	Intendente	321	14,59%	1896	Intendente	563	62,21%
1897	Vereador	117	21,59%	1897	Vereador	220	40,59%
1900	Vereador	238	24,66%	1900	Vereador	176	18,24%

Tabela elaborada pelo autor com base no banco dados eleitorais de Santa Cruz do Sul.

**Gráfico 04 – Desempenho eleitoral do PCC e do PL em Santa Cruz (1896-1900)**

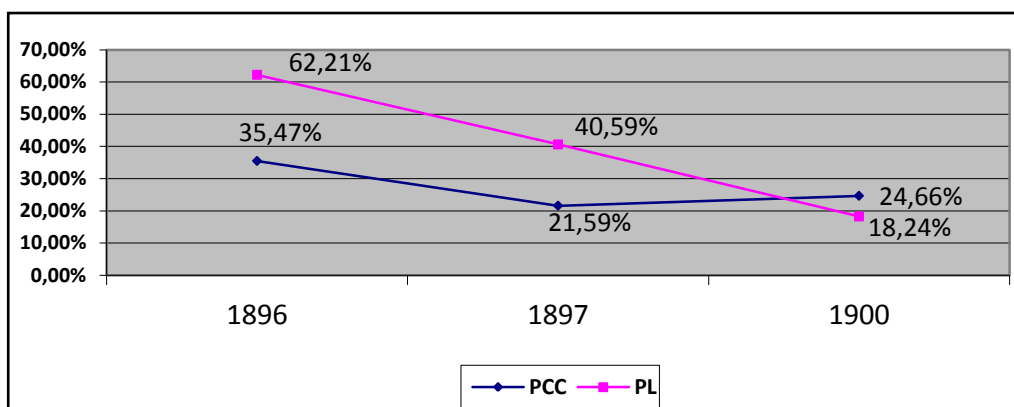


Gráfico elaborado pelo autor com base no banco de dados eleitorais de Santa Cruz do Sul.

O gráfico 04 permite observar que os dois partidos tendiam a cair até 1900, tendo em vista a estratégia bem-sucedida do PRR em cooptar os líderes das duas forças políticas. Mas comparando somente a disputa entre o PL (com maioria protestante) e o PCC (católico), percebemos que o primeiro teve uma queda mais expressiva. Mas isso não significa que os protestantes tivessem perdido espaço político local; bem pelo contrário, encontraram no PRR poder de barganha para uma atuação política mais sólida em comparação com a agremiação representada por Carlos Trein Filho e que havia sido derrotada na Revolta Federalista.

Na medida em que o PCC e o PL foram perdendo força eleitoral, tendo em vista a consolidação da separação entre igreja e Estado, provocando o progressivo esvaziamento do discurso ideológico assentado no interesse religioso, Krause aponta para uma articulação mais acentuada entre protestantes e católicos para barganhar interesses políticos e econômicos

comuns via PRR. Analisado a filiação religiosa dos vereadores de Santa Cruz do Sul, ao longo de 1905 até 1966, percebemos que a maioria foi filiada à religião protestante, mas isso nunca foi considerado um empecilho nas relações sociais. Para os protestantes era fundamental obter um nível de articulação política com a comunidade católica, pois esse grupo possuía um canal de negociação com o governo estadual. Exemplo disso ocorreu em 1915, quando os empresários do fumo, majoritariamente protestantes, receberam uma carta de recomendação feita pelo intendente municipal Galvão Costa, na época indicado pelo PRR e filiado ao catolicismo, para uma reunião com o governador Borges de Medeiros na capital estadual, Porto Alegre:

São portadores desta os adiantados industrialistas aqui estabelecidos João Nicolau Kliemann, José Carlos Kohmann, Adolfo Iserhard, José Etges Filho, Theodoro Schilling, Guilherme Presser, Helmuth Schütz, os quais desejam entender-se pessoalmente com V. Exa. sobre assunto de grande relevância para Santa Cruz que diz respeito ao seu mais importante fator de riqueza econômica local, o fumo (apud Krause, 2002, p. 149).

O teor da reunião apontava para a criação de uma grande indústria de cigarros de capital nacional, a Cia. de Fumos Santa Cruz S/A, que seria fundada por esses integrantes da elite local em 1918; além disso, comentaram sobre os planos de fundar uma Associação Comercial e Industrial e trataram da possibilidade da filial da B.A.T. se instalar na cidade. Vale destacar que na época a empresa estava indecisa entre Rio Pardo e Santa Cruz, mas, tendo em vista do potencial da agricultura familiar e da disponibilidade de recursos para a instalação da empresa estrangeira na cidade, Santa Cruz acabou recebendo-a em 1917. Assim, o empresariado local possuía no PRR um canal de negociação política com o poder público estadual.

Podemos afirmar que o contexto da I República foi importante na medida em que neutralizava uma cisão político-religiosa que havia na comunidade de Santa Cruz na época do Império. A separação do Estado e da Igreja Católica, combinada com a progressiva estratégia de cooptação dos integrantes da elite local pelo PRR, ligada aos dois grupos, fez recrudescer essa polarização. Os resquícios de divergências entre católicos e protestantes na política local foram desregulados após a Revolta Federalista. Para os protestantes, a adesão ao PRR significou a abertura de um canal de diálogo com o poder público central, enquanto que para os empresários católicos esse partido representava o perfil de um novo regime que havia deposto a Monarquia.



### 2.3.3 A elite local frente ao conservadorismo e continuísmo no pós-1930

Em relação à Revolução de 1930, ficou claro na análise das fontes biográficas e empresariais a apreensão quanto aos resultados desse conflito na vida política e econômica da cidade. A frente única liderada pelo governador Getúlio Vargas conseguiu neutralizar as históricas divergências que ainda existiam no Rio Grande do Sul ocasionadas por duas revoltas: a de 1893-95 e a de 1923. Silvana Krause observou numa reportagem do jornal *Kolonie* a adesão de várias entidades da comunidade na revolução de 1930:

O povo deste município, compenetrado da grandeza extraordinária da causa que empolga o Rio Grande do Sul e a Pátria, resolveu organizar, sem distinções de cores partidárias, uma junta revolucionária com o escopo de dar maior eficiência no concurso de Santa Cruz do Sul ao movimento sagrado da Redenção da Pátria, no momento em que se decide o seu destino. Patriotas de Santa Cruz do Sul! O Rio Grande com o seu pró-homens à frente confia no vosso auxílio. Parafraseando a resposta que o presidente do Estado, Dr. Getúlio Vargas, deu ao major Plínio Tourinho [...] deveis bradar com os que já estão se batendo pela regeneração da República. Bravo! Marchamos com o Rio grande ao vosso encontro, vamos todos, Exército e Povo. Vinde juntar os vossos nomes aos daqueles que já se acham inscritos na lista dos voluntários que vão pagar o seu tributo no campo da honra [...]. Santa Cruz, 9 de outubro de 1930. A Junta Revolucionária. José W. Koelzer, Gaspar Bartholomay, Artur G. Fett, Guilherme Hildebrandt, Alfredo Ludwig, Felipe Jacobus Filho, Fernando Werlang, Pedro Corrêa, F. C. Tasch, Ricardo Hoffmann Filho, Artur Jäeger, Marciano L. Ferreira, João C. Frantz, Adão Bapp, Leopoldo Strohschöen e Mario Carneiro.<sup>51</sup>

Krause afirma que vários integrantes da elite de Santa Cruz do Sul apoiaram o movimento liderado por Getúlio Vargas, mas esse apoio não foi tão explícito, por exemplo, no processo de implantação do regime republicano em 1889, em que as diferenças religiosas poderiam contribuir para um clima de polarização entre os adeptos do novo regime e os apoiadores do antigo.

João Pedro Schmidt (2004b) aponta que se a adesão ao movimento de 1930 foi ampla nos setores empresariais e político local, não foi tranquila na vigência do governo de Getúlio Vargas até 1945. Nesse período, importantes transformações ocorreram na sociedade brasileira, como a urbanização e a industrialização, o que moldou a formação de uma nova identidade nacional que entraria em choque com a cultura comunitária das regiões de colonização alemã e italiana no interior do estado. O processo de assimilação forçada orquestrado pelo Estado brasileiro, de maneira progressiva após a I Guerra Mundial, intensificou-se com Vargas, sendo um golpe nas relações entre o governo federal e a

<sup>51</sup> Jornal *Kolonie*, dia 10 de outubro de 1930; citado por Krause, 1991, p. 183.

comunidade. O ápice dessa crise foi, sem dúvida, a II Guerra Mundial, em que o Brasil, novamente, entrou em guerra contra a Alemanha, e, de acordo com Eric Hobsbawm, as questões étnicas estavam mais intensas nesse conflito do que o anterior, a I Guerra, marcado por disputas de mercado.

O contexto da II Guerra atingiu todos os setores da economia e da política local. Este desconforto pode ser retratado pelo posicionamento da Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul nos períodos de 1942 até 1944: “foi proposto e achado bom que, no próximo boletim mensal, se fizesse um apelo ao comércio, às indústrias e a toda população para que conservassem suas casas embandeiradas durante os festejos da Semana da Pátria e outros feriados nacionais para não deixar dúvidas sobre o patriotismo santa-cruzensense [...]”<sup>52</sup>.

**Foto 22 – Parada militar ocorrida em 7 de setembro de 1943 na frente da prefeitura municipal. Contexto da II Guerra Mundial, que para a elite local foi o mais repressivo. Uma comunidade de imigrantes alemães era alvo constante de investigações e cuidados por parte do governo federal**



Fonte: Cedoc-UNISC

Vale destacar que a partir de 1945 o comportamento político local foi influenciado pelas mudanças que ocorreram através da implantação do regime democrático no Brasil pós-Vargas. Percebemos que pela primeira vez nas eleições de Santa Cruz do Sul a prática democrática foi consolidada no discurso político, fato que anteriormente não era discutido de maneira explícita, pois a publicidade eleitoral era canalizada pelo “Coronel” e não para a defesa de um regime.

<sup>52</sup> Ata de reunião da diretoria da ACI n° 10, de 09 de julho de 1942. In: CADONÁ, 2002, p. 55.

Esse quadro influenciou o comportamento da elite local, visto que o pós-II Guerra acabou gerando transformações na política nacional<sup>53</sup>. Com o fim do Estado Novo, ocorreram a organização de vários partidos e o retorno às eleições dentro de uma normalidade democrática estável. Havia pluripartidarismo, eleições organizadas e reguladas pela Justiça Eleitoral. Na verdade, foi a primeira vez que o Brasil passou por essa conjuntura de relativa estabilidade, durante duas décadas, interrompida pelo golpe de 1964. Na cidade de Santa Cruz do Sul se estruturaram os seguintes partidos: Partido Social Democrático (PSD), Partido da Representação Popular (PRP), Partido Libertador (PL), União Democrática Nacional (UDN), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Comunista do Brasil (PCB).

Este último teve seu registro cassado em 1947. Apesar da frágil estrutura democrática brasileira, essa experiência teve resultado significativo, pois enraizou culturalmente o conceito de “democracia”, tanto nos discursos da elite nacional quanto da elite local<sup>54</sup>.

João Pedro Schmidt mensura as variáveis “conservadorismo” e “continuismo” na prática da cultura política local através dos resultados eleitorais em diferentes momentos da política brasileira comparando os grupos políticos que estavam no poder executivo e legislativo de Santa Cruz do Sul. O autor afirma que o bloco conservador manteve-se hegemônico no quadro geral das eleições para a prefeitura tanto no período democrático (1945-1964) quanto no regime militar (1964-1985). Por outro lado, no que tange às eleições para governador e para a presidência, o campo progressista teve significativa votação, mesmo com a elite política local pertencendo majoritariamente ao bloco conservador.

A tabela 5 demonstra que o continuismo não fez parte da trajetória eleitoral da comunidade, pois a tendência que encontramos entre 1945 e 1964 foi de hegemonia do bloco conservador e de progressivo deslocamento do voto para a oposição nas eleições majoritárias (presidente, prefeito, senador e governador). Após o golpe de 1964 ocorreu a mesma

---

<sup>53</sup> O pensamento político mudou com o fim da II Guerra. Figuras como Getúlio Vargas, que simpatizavam com o fascismo, passaram a adotar uma postura democrática. Mesmo que esse processo fosse conturbado pela luta contra o comunismo, é inegável que o engajamento da elite ocidental girava em torno do fortalecimento e defesa da democracia. Pelo menos entre 1945 até a Revolução Cubana de 1959, era regra na América Latina. Um outro fator de mudança da ordem cultural foi a expansão da rede telefônica, do rádio e da televisão. Esses instrumentos deram os primeiros passos para a cultura global e de massa. Isso viria a influenciar diretamente a cultura do consumo do cigarro, que era benéfico para a indústria fumageira de Santa Cruz do Sul.

<sup>54</sup> Esse foi talvez o grande mérito do período de 1945 até 1964. Mesmo com sua fragilidade, a cultura de respeito às instituições começou a ganhar corpo. Todos os eventos que ocorreram no pós-Estado Novo tinham como justificativa preservar a “ordem democrática”; inclusive o próprio golpe de 1964 era chamado de “Revolução Democrática”.

tendência: a concentração hegemônica do conservadorismo no início e a progressiva transferência de votos para a oposição.

**TABELA 5: Voto na situação e na oposição – 1945-1964**

<i>Ano</i>	<i>Partido no poder em Santa Cruz do Sul</i>	<i>Eleição para...</i>	<i>Partido mais votado</i>	<i>Sentido do voto</i>
1945	(PSD)*	Presidente	PSD	
1947	(PSD)**	Governador	PSD	
	(PSD)**	Prefeito	PSD	
1950	PSD	Presidente	PSD	Situação
	PSD	Governador	PRP-PSD-UDN	***
	PSD	Senador	PRP	Oposição*
1951	PSD	Prefeito	PSD-PL-UDN	Situação
1954	PSD-PL-UDN	Governador	PSD-UDN-PL	Situação
1955	PSD-PL-UDN	Presidente	UDN-PDC	***
	PSD-PL-UDN	Prefeito	PTB	Oposição
1958	PTB	Governador	PSD-PL-UDN	Oposição
	PTB	Senador	PSD-PL-UDN	Oposição
1959	PTB	Prefeito	PL-PSD-PDC	Oposição
1960	PL-PSD-PDC	Presidente	PDC-UDN	***
1962	PL-PSD-PDC	Governador	PSD-PL-PRP-PDC-UDN	Situação
	PL-PSD-PDC	Senador	PSD-PL-PRP-PDC-UDN	Situação
1963	PL-PSD-PDC	Prefeito	PSD-UDN-PRP-MTR	Situação

\* O prefeito nomeado em 1945, Willy Carlos Froehlich, era partidário do PSD.

\*\* O prefeito nomeado em 1947, Bruno Agnes, era partidário do PSD.

\*\*\* Os partidos que governavam o município estavam divididos nos apoios para o cargo.

Fonte: Banco de Dados Eleitorais de Santa Cruz do Sul, in: Schmidt, 2004c, p. 03.

João Pedro Schmidt (2004c) analisou o desempenho dos partidos políticos no contexto democrático-populista (1945-1966) em Santa Cruz do Sul e encontrou um padrão de semelhança no desempenho do PTB e PSD na escala nacional. O autor destaca que nas eleições locais havia uma hegemonia acentuada do PSD na fase inicial e um progressivo crescimento eleitoral do PTB, combinado com a emergência da UDN, que acabaria se alinhando ao PSD até o golpe de 1964. O dinamismo eleitoral de 1945 até o AI-2, implantando em 1965, acompanhou com certa semelhança o padrão de evolução na escala regional e nacional. A tabela abaixo, feita por Schmidt (2004a), permite visualizar o desenvolvimento dos partidos ao longo dos anos de 1947-1982 na Câmara Municipal de Vereadores.

**TABELA 6**  
**Vereadores eleitos por campo ideológico – 1947-1982**

<b>Ano</b>	<b>Partidos Liberal-Conservadores</b>	<b>Partidos Populista-Progressistas</b>
<b>1947</b>	PSD 09 PL 02 PRP 01	PTB 01
<b>1951</b>	PSD 05 PL 02 PRP 01	PTB 05
<b>1955</b>	PSD 05 PL 02 PRP 02	PTB 04
<b>1959</b>	PSD 04 PL 02 PRP 01 PDC 01	PTB 05
<b>1963</b>	PSD-UDN 06 PDC 01 PL 01	PTB 03
<b>1968</b>	Arena 10	MDB 03
<b>1972</b>	Arena 11	MDB 06
<b>1976</b>	Arena 10	MDB 09
<b>1982</b>	PDS 10	PMDB 09 PDT 02

Fonte: Banco de Dados Eleitorais de Santa Cruz do Sul, in: Schmidt (2004a, p. 08)

A tendência que encontramos no contexto democrático foi de predomínio do PSD e sua progressiva queda. Esse grupo iniciou com nove vereadores, sendo a maior bancada no processo eleitoral pós-Vargas. Nas eleições de 1951 registramos um aumento extraordinário do PTB, que saltou de um para cinco vereadores, no mesmo período em que Getúlio Vargas

estava se preparando para retornar à Presidência da República. Isso pode ter contribuído para o aumento eleitoral desse partido na cidade. O PSD perdeu quase metade dos nove vereadores, com cinco no pleito de 1951, e manteve essa tendência até a promulgação do Ato Institucional nº 2, enquanto que o PTB obteve um crescimento expressivo, chegando a ser a maior bancada em 1959. O gráfico 05 ilustra o dinamismo eleitoral do período.

**Gráfico 05 – Dinâmica eleitoral dos partidos na Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul, 1947-1963**

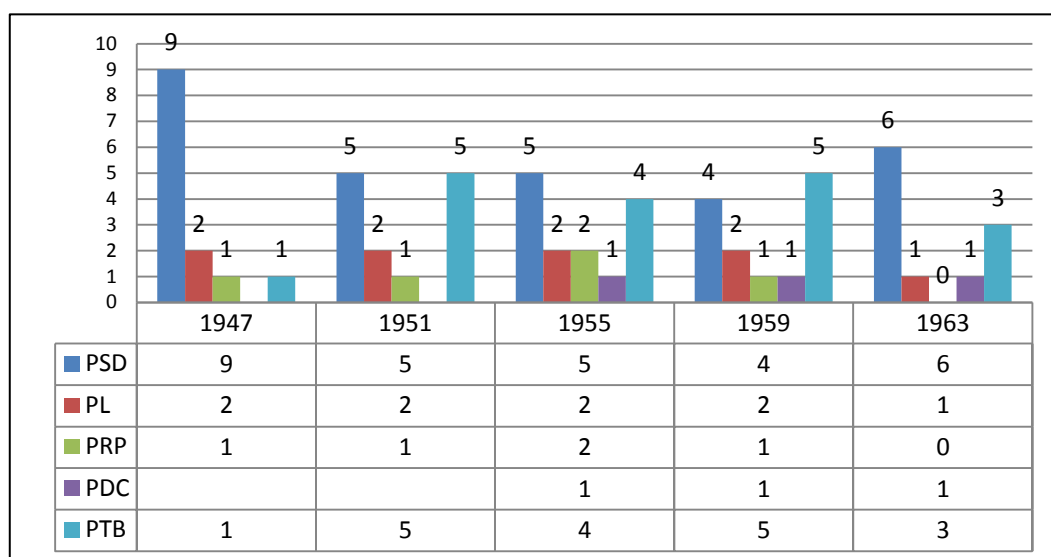


Gráfico elaborado pelo autor com base no Banco de Dados Eleitorais de Santa Cruz do Sul.

Certamente o assassinato do deputado estadual Euclides Kliemann, do PSD, por um vereador do PTB contribuiu para a queda desse partido nas eleições de 1963; além disso, a UDN local havia firmado aliança com o PSD em 1963, deslocando seu peso eleitoral com sua cruzada anti-Goulart. O envolvimento do presidente da República na defesa do vereador do PTB repercutiu mal, pois João Goulart pagou a defesa de Karan de Menezes, contratando o advogado Pedro Simon, que iniciaria sua carreira política pelo PTB e seria uma das principais lideranças do MDB no período da ditadura, chegando a ser governador estadual no período democrático pós-1985.

A tendência que encontramos na formação política local foi de adesão aos grupos políticos hegemônicos em âmbito estadual e nacional. A questão com que nos deparamos nesse trabalho é compreender se essa elite possuiu a capacidade de manter a unidade política num contexto de crise entre o governo estadual e nacional. O período de 1961 até 1964 é interessante para compreender a capacidade de negociação local frente às crises institucionais.

### **2.3.4 A elite local frente à crise de âmbito regional/nacional: o caso da Legalidade e do Regime Militar em perspectiva comparada, 1961-1966**

Observando os noticiários do jornal do município, percebemos que a década de 1960 foi tumultuada na vida política local, pois ocorreram dois fatos que levaram a elite de Santa Cruz do Sul a tomar posições contraditórias num espaço relativamente curto de tempo. Mas essa contradição permite observar que a prioridade desse segmento era a manutenção da integridade da cidade numa eventual guerra civil. Vamos comparar o engajamento da elite local em dois momentos: o movimento pela Legalidade, liderado pelo governador Leonel Brizola, que tinha como objetivo garantir a posse do presidente João Goulart, e a implantação do regime militar após o golpe de 1964.

Ente os meses de agosto e setembro de 1961 a conjuntura nacional se desestabilizou. A renúncia de Jânio Quadros, poucos meses depois da posse, não chegou a causar preocupação entre a elite de Santa Cruz do Sul, mas o engajamento do então governador do Estado, Leonel Brizola, em conjunto com o comandante do III Exército, com sede em Porto Alegre, liderando a campanha pela Legalidade, forçou esse segmento a atuar no apoio ao processo sucessório, embora João Goulart e Brizola fossem do PTB, partido de oposição local.

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, apreensiva com os rumos que vêm tomando os acontecimentos, dentro da crise determinada pela surpreendente renúncia do Presidente Jânio Quadros, vem fazer o seu pronunciamento pela legalidade em prol da integridade da ordem constitucional. Como sucessor legal do presidente renunciante deverá assumir a presidência da república o Dr. João Goulart, e como expressão legítima do poder civil da República, é do seu dever esclarecer o povo brasileiro sobre as verdadeiras causas do afastamento do presidente tão expressivamente consagrado pelas urnas de 1960. [...] Se, todavia, ao revés, ficasse constatado que a renúncia do Dr. Jânio Quadros foi ato de sua espontânea determinação e atitude livremente assumida, então estaremos aqui para afirmar ao Dr. João Goulart a nossa solidariedade de democratas e a nossa colaboração de brasileiros, prontos a prestigiar todas as suas iniciativas que visem ao progresso do País. Santa Cruz do Sul, 28 de agosto de 1961<sup>55</sup>.

A adesão da elite ao movimento pela Legalidade mostrava uma ação política voltada para a defesa do espaço local, refletindo assim seu forte caráter comunitário. Nesse artigo podemos visualizar o posicionamento da Câmara de Vereadores no mesmo dia:

---

<sup>55</sup> *Gazeta do Sul*, 29 de agosto de 1961.

Em reunião permanente desde sexta feira última, acompanha apreensiva e perplexa o desenrolar dos acontecimentos surgidos com a renúncia de sua Excia. o Presidente da República Sr. Jânio Quadros.

Pela unanimidade de seus membros manifesta suas convicções democráticas pela defesa da legalidade, e pela manutenção das prerrogativas constitucionais e livre exercício dos mandatos pelos governantes eleitos pela vontade soberana do povo brasileiro.

Lança veemente protesto contra as tentativas para subversão da ordem constitucional e conseqüentemente implantação do regime de força, contrariando assim a vontade soberana do povo brasileiro manifestada através das urnas livres.

Apela ao povo santa-cruzense no sentido de que se mantenha sereno e unido, confiando no patriotismo e convicções democráticas dos responsáveis pelos destinos da Nação.

Santa Cruz, 28 de agosto de 1961.

Elemar Gruendling – Presidente.<sup>56</sup>

Nessa ocasião a bancada do PTB era a maior na Câmara Municipal, com cinco vereadores, mas o apoio ao movimento pela Legalidade não representava um posicionamento favorável a João Goulart ou Brizola. Na pesquisa de Cadoná constatamos que a elite local sempre esteve majoritariamente representada por agremiações de caráter conservador, estando ligada ao bloco PSD/UDN durante o período democrático-populista.

Para Skidmore (1988), se dependesse da maioria da classe política no Congresso Nacional da época, ou dos governadores e outras agremiações partidárias, Goulart não assumiria o poder em setembro de 1961. Esses mesmos setores estavam, com certeza, representados politicamente na cidade de Santa Cruz do Sul, e o apoio à legalidade aconteceu porque o governo gaúcho e o III Exército estavam engajados e determinados a travar o conflito armado.

Ante-ontem, quinta-feira, no recinto da Câmara de Vereadores desta cidade, por iniciativa do Dr. Arno Schmidt, devidamente credenciado pelo deputado Milton Dutra, como o Coordenador local do Comitê Pró-Resistência Democrática, reuniram-se os membros do legislativo santa-cruzense, vereadores Elemar Gruendling, Ottomar Muench, Dr. Luiz A. Jacobus, Floriano P. Karan Menezes, Júlio de Oliveira Viana, Querino Pereira de Aquino, Dr. Patrick Francis Fairon, Lindolfo Spengler, Harry Werner e José Alvino dos Santos, o Dr. Arno Schmidt, o Sr. Edmundo Hoppe, Prefeito Municipal, Deputado Norberto H. Schmidt, Dr. Arthur G. Fett, Carlos Edmundo Steffens, Carlos Mauricio Werlang, Sebaldo Kroth, Carlos Hoppe, Arno Frantz, Roque Coimbra, Roberto Hartungs, Waldomiro Gil, Jürgen Klemm, Milton Nagel, Lothário Bartholomay, e dezenas de outras pessoas gradadas da cidade.<sup>57</sup>

A criação do Comitê, além de mostrar o nível de engajamento local, permite visualizar a capacidade de construção de um posicionamento homogêneo frente aos acontecimentos

<sup>56</sup> *Gazeta do Sul*, ano 17, nº 103, 29 de agosto de 1961.

<sup>57</sup> *Gazeta do Sul*, ano 17, nº 105, 02 de setembro de 1961.



nacionais. Outros estudos apontam para essa tendência: Carina Martiny (2010) ao tratar da elite de São Sebastião do Caí durante a transição do Império para a República, em 1889, e Silvana Krause (2002) ao se ocupar com o caso de Santa Cruz. Outro exemplo foi a Revolta Federalista de 1893-95; embora polarizasse a elite gaúcha, permite observar um comportamento da elite local visando manter a vila na neutralidade<sup>58</sup>. Esse quadro reforça a hipótese de que o empresariado de Santa Cruz do Sul negociava para garantir a estabilidade local, mesmo que isso estivesse em divergência com seus reais interesses ou posicionamentos ideológicos. Buscava neutralizar e homogeneizar as posições para não abrir fissuras que pudessem desestabilizar sua rede local.

Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente da Câmara de Vereadores, explicou sua Senhoria os motivos da reunião bem como fez explanações sobre a atual situação política quando o Rio Grande do Sul, pela pessoa de seu ilustre governador se levantou e se mantém em defesa da constituição federal e da ordem legal. Em seguida passou a palavra ao Dr. Arno Schmidt, que comunicou, preliminarmente, ter recebido do Deputado Milton Dutra, Coordenador Geral, em todo o Estado, dos comitês pró-resistência democrática, um ofício credenciando-o como coordenador local do referido comitê para a defesa democrática do país e conseqüentemente da posse do vice-presidente Dr. João Goulart. O comitê local deveria receber inscrições de voluntários e da constituição de uma guarda. Explicando, também, que o movimento era despido de qualquer intenção ou interesses partidários, era de conagração de todos os partidos políticos em defesa da Legalidade. O Dr. Luiz Jacobs sugeriu, logo após, um serviço de doação de sangue. Falou ainda o estudante Jürgen Klemm, presidente da UESC, lendo um manifesto daquela União de Estudantes em favor da preservação da constituição federal. Falaram ainda os senhores Ottomar J. Muench, Floriano P. Karan Menezes, Júlio de Oliveira Viana, Querino Pereira de Aquino, Harry Werner e Dr. Patrick F. Fairon, todos se solidarizando com a formação do comitê.<sup>59</sup>

Outras instituições marcaram presença na defesa da Legalidade, como o jornal *Gazeta do Sul*, que teve como principal representante Francisco José Frantz (diretor do jornal e diretor da ACI na década de 1960). Abordaremos sua trajetória no terceiro capítulo desse trabalho. A União dos Estudantes de Santa Cruz do Sul (UESC) também estava representada pelo estudante Jürgen Klemm (presidente da entidade e futuramente empresário do setor de alimentos. Investiria na carreira política sendo vereador pelo PDC e, depois pela ARENA. Assumiria também a direção da ACI, construindo assim um modelo de trajetória que foi descrito por Mills em seu estudo da elite de cidades pequenas dos EUA.

Havendo, assim, identidade de pontos de vista, quanto à criação do comitê local pró-resistência democrática, o presidente dos trabalhos submeteu à apreciação dos presentes a

<sup>58</sup> O empresário do ramo do fumo Theodoro Schilling conseguiu arregimentar uma força local que objetivava manter a Vila de Santa Cruz “neutra” no conflito durante a ocupação serrana em 1893.

<sup>59</sup> *Gazeta do Sul*, ano 17, nº 105, 02 de setembro de 1961.

organização do comitê local pró-resistência democrática, o presidente dos trabalhos submeteu à apreciação dos presentes a organização do Comitê. Com todos os presentes como componentes, o que foi calorosamente aplaudido. Foi organizada a diretoria que, por aclamação, ficou assim constituída:

Presidente: Dr. Arno W. Schmidt

Vice-Presidente: Dr. Patrick F. Fairon, Sebaldo Kroth, Ottomar J. Muench, Roberto Hartungs e Jürgen Klemm.

1º Secretário: Floriano Peixoto Karan Menezes

2º Secretário: Carlos Hoppe

1º Tesoureiro: Carlos Edmundo Steffens

2º Tesoureiro: Roque Coimbra

Com. de Propaganda: Lothario Bartholomay e Francisco Frantz.<sup>60</sup>

Apesar de não ter ocorrido o pior, uma guerra civil, esse fato merece ser destacado, pois deixa clara a unidade e a capacidade de negociação da elite local frente a crises envolvendo o governo estadual e federal.

Os mesmos integrantes da elite local que apoiaram o movimento pela Legalidade, em agosto/setembro de 1961, apoiariam o golpe de 1964, aderindo ao Regime Militar, reforçando a tese de que em crises nacionais a elite local aderiria ao grupo hegemônico.

Jorge Fereira (1997) destaca que o apoio recebido por João Goulart por vários setores da elite brasileira deve-se ao formalismo e a legalidade do processo. O autor destaca que os golpistas como o governador da Guanabarra, Carlos Lacerda, e o núcleo duro das forças armadas estavam perdendo força pela simples razão de que estavam praticando uma ilegalidade. No caso da mobilização da elite local e regional na Legalidade e em perspectiva comparada ao Golpe de 1964, percebemos haver um padrão de adesão ao legalismo. Cadoná (2001) destaca que no dia seguinte à derrubada de João Goulart todas as agremiações partidárias, associações e sindicatos manifestaram seu apoio aos militares. Esse apoio veio após as turbulentas manifestações ilegais que ocorreram no início de 1964 e não foram reprimidas por Goulart, que perdeu a chamada “moral legalista” que levou a unidade dos militares e da elite brasileira a derrubá-lo em 31 de março daquele ano.

A repressão às reivindicações trabalhistas e o controle da inflação por meio de repressão aos movimentos populares foram as principais razões que fizeram a elite local aderir ao regime. Esse apoio ficou evidenciado na análise dos noticiários veiculados pelo jornal *Gazeta do Sul* nos primeiros anos de comemoração do regime:

---

<sup>60</sup> *Gazeta do Sul*, ano 17, nº 105, 02 de setembro de 1961.

1º Aniversário da Revolução Democrática: Foram brilhantes os festejos / Foi realizado ontem 31 de Março, a festa do 1º aniversário da revolução democrática, onde foi realizada uma missa em ação de graças, coros, desfiles de nossos estudantes, corpo de bombeiros e nosso glorioso 8º Regimento de Infantaria, no palanque estavam as principais autoridades de nosso município.<sup>61</sup>

Câmara homenageia Forças Armadas no Aniversário da Revolução de Março / Foi homenageado o 8º R. I. pela Câmara de Vereadores pelo 1º aniversário da revolução democrática que desmantelou a articulação comunista, contaram com a presença do Cel. Antonio Joaquim da Silva Neto, que falou da importância da revolução para a manutenção dos setores democráticos brasileiros, em seguida homenagearam o glorioso exército os vereadores Sildo Goetter, pelo PDS, Luceval Schiedeck pelo PL, Guilherme Dorfey, pelo PRP, Roberto A. Hartungs, pelo PTB; e Jürgen Klemm, pelo PDC.<sup>62</sup>

2º Aniversario da Revolução Democrática Brasileira / Escreve Tenente Coronel Irani Siqueira: No próximo dia 31 de março toda a Nação Brasileira estará comemorando o 2º aniversário do patriótico movimento libertador de 31 de março de 1964. Iniciamos hoje a semana de festividades relacionadas a tão grande acontecimento, que mudou definitivamente os rumos da Pátria, orientando-a em direção ao futuro promissor, em sua liberdade democrática e cristã. Nesta fase da história da nacionalidade, quando se realiza no país grandiosa obra de restauração nacional, através de uma verdadeira REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA, que se confunde com o próprio destino da pátria, não devemos nos impressionar, nem olhar com pessimismo, por um ou outro aspecto que nos pareça negativo. Se existirem, são tão diminutos que, dada a grandeza do que se realiza, se perdem e se desfazem. Sabemos que só mesmo por obra de um milagre seria possível, da noite para o dia, de um ano para o outro, mudar e renovar completamente um país, antes enfraquecido pelo caos político, econômico e social, sob a égide de um governo irresponsável e infiltrado de comunistas e na triste iminência de desaparecer como nação soberana. Milagre, inspiração, proteção divina, já foi isto, sim, o afastamento definitivo, de nossos horizontes, da ameaça vermelha!

[...]

Expressamos, portanto, agora mais do que nunca, a certeza de que, se cada cidadão, de qualquer credo ou classe social, trabalha com honra, lealdade e dignidade, persistindo no cumprimento do dever para com a pátria que lhe deu berço; se todos se irmanarem em um ideal comum, em breve chegaremos ao objetivo almejado: o da consolidação da nossa liberdade, e veremos o Brasil firmar-se no conceito das nações e a nossa vontade estará sempre mobilizada no sentido de que nossa família, nossa Pátria, jamais sofram o cativeiro do comunismo.

Tenhamos fé e coragem, Deus está conosco, porque a cruz e a espada uniram-se para salvar nossas instituições.<sup>63</sup>

Quando foi decretado o Ato Institucional nº 2, a elite local manifestou seu apoio, deslocando o debate em torno dos acontecimentos políticos para o discurso de valorização do trabalho. O artigo publicado no jornal ilustra o posicionamento e os valores defendidos por esse segmento:

<sup>61</sup> *Gazeta do Sul*, ano 21, nº 37, 1º de abril de 1965.

<sup>62</sup> *Gazeta do Sul*, ano 21, nº 40, 8 de abril de 1965.

<sup>63</sup> *Gazeta do Sul*, ano 22, nº 36, 26 de março de 1966.

Bem recebido o Ato nº 02

Prefeito Orlando Baumhardt: “A hora não é de fazer política, mas de trabalhar pelo Brasil: Povo quer paz e tranqüilidade para trabalhar, e não lhe importam as fofocas políticas. Presidente da Câmara Victor Baumhardt: Presidente Castelo Branco procura acertar e está acertando. Extinção dos partidos foi medida muito boa.

Eis o que declarou o prefeito Orlando Baumhardt:

Apóio integralmente o Ato Institucional nº 02. A medida é acertada, pois a hora não é de fazer política, mas de trabalhar pelo Brasil. É chegado o momento de, todos unidos, construirmos uma Pátria grande para nós e nossos filhos.

E ressalta:

O ato era necessário. Tanto assim, que até era esperado. O povo recebeu a medida com muita simpatia, pois o que todos queremos é paz e tranqüilidade para podermos trabalhar e produzir. Ao povo não interessam as fofocas políticas.

Eis o que declarou o presidente da Câmara:

Sou admirador incondicional de nosso presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. E justifico: todas as atitudes por ele tomadas mostram claramente seu único propósito: acertar. E vem fazendo satisfatoriamente, não dando ouvido a certos grupos, na maioria das vezes unicamente interessados em tirar proveito político da situação. Sua meta é unicamente endireitar este país, criando um clima de confiança no governo, o que logicamente encoraja as classes produtoras a novos investimentos, proporcionando maior produção e mais oportunidade de emprego. Em resumo: é um presidente cuja política é única e exclusivamente de criar condições para o progresso, o bem-estar e a felicidade do povo brasileiro.

Se nosso presidente decretou o AI 02, foi porque havia necessidade de fazê-lo. Quanto ao cancelamento do registro de todos os partidos creio que foi uma medida acertada, pois a proliferação de partidos só enfraquece a todos eles. Sou da opinião que devemos reunir os reais valores, em apenas dois partidos. A Nação brasileira certamente muito lucrará com isso.<sup>64</sup>

A maioria dos integrantes da elite local ingressaram no partido de sustentação do Regime Militar: a ARENA. Essa postura, no entanto, não ocorreu de maneira homogênea, pois uma parcela de integrantes do antigo PTB iriam se filiar ao partido de oposição, o MDB, que seria minoria na primeira década do regime.

## **2.4 A caracterização da vida religiosa: análise demográfica e o perfil socioeconômico de católicos e protestantes em Santa Cruz do Sul**

*Nos anos 1950, uma vez um jesuíta rasgou um cartaz do filme “Os Amantes”, exposto na frente da Farmácia Evers, cujo dono também era o proprietário do Cinema Apolo. No cartaz aparecia despida a atriz Hedy Lamarr, mergulhando discretamente nas águas de um rio. A história, contada pelo jornalista Sérgio Dillenburg (O Eco, set/1993), ganhou grande repercussão na época e chegou a dividir a cidade. O resultado dessa severidade foi que a parte católica, ao sul, cresceu mais do ponto de vista vegetativo, porque a*

<sup>64</sup> *Gazeta do Sul*, ano 21, nº 127, 30 de outubro de 1965.



norte, com uma linha divisória simbolizada pela atual Rua Júlio de Castilhos, conhecida na época como Rua Imperial.

Ao sul dessa linha foram construídas todas as edificações institucionais que seriam dirigidas pela comunidade filiada à religião católica, como a igreja católica, construída no ponto mais elevado do povoado, em 1861; o Colégio Marista São Luis que seria construído pelos Irmãos Maristas, em 1871; o Colégio Sagrado Coração de Jesus, que seria construído pelas freiras ao lado da igreja católica, em 1874; o Cemitério Católico, localizado na parte externa da zona sul, e, mais tarde, o Hospital Santa Cruz, inaugurado em 1908 pelos padres franciscanos. Vale destacar que o clube Aliança Católica foi construído ao lado da igreja e servia como um salão paroquial onde a comunidade católica se reunia para as quermesses e galinhadas feitas em fogão a lenha aos domingos. Ao redor desses quarteirões da zona sul foi se estabelecendo a população católica, que passou a construir suas residências e casas comerciais.

Na parte norte da vila estavam localizadas as instituições que seriam dirigidas pela comunidade protestante, como a igreja evangélica, que seria inaugurada em 1867; o Colégio Sinodal, em 1870; a loja maçônica, sociedade secreta prosrita pelos católicos com maciça participação dos protestantes; o jornal *Kolonie*, a Intendência Municipal, o Fórum, o Clube União, o Cinema Apolo e o Tênis Clube Santa Cruz; as empresas Banco Agrícola Mercantil, a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A, Exportadora Hennig S/A, Banco da Província e Farmácia Evers. Esse grupo de instituições já indicava que o lado mais rico e dinâmico da cidade estava entre a elite urbana filiada ao protestantismo. Além dessas, vale destacar que a sede da ACI e do Sindifumo foi construída nas quadras da zona norte.

Mesmo com esse potencial, Kuhn destaca que no início da colonização os protestantes eram proibidos de construir torres em suas igrejas; mesmo assim, em 1878, na expectativa de que o governo imperial faria “vista grossa” para o prédio, decidiram erguer uma torre, que foi inaugurada naquele ano, sendo considerada por eles a primeira igreja evangélica com torre em todo o Brasil.

O ponto de aproximação entre católicos e protestantes consistiu na mobilização para a compra do relógio que seria instalado na torre da igreja católica, no valor de Rs. 4.000\$000 (quatro contos de réis). Os católicos haviam iniciado o movimento, mas não conseguiram juntar a quantia necessária para a compra e instalação do equipamento. Nesse processo,

solicitaram a ajuda dos protestantes, que prontamente aderiram, tendo em vista o interesse público no desenvolvimento do comércio urbano da vila.

O ponto de cisão foi registrado quando da construção das novas igrejas na década de 1920 e 1930. Com o aumento da população, elas precisavam de ampliação para atender as duas comunidades que estavam crescendo. Em 1924 os protestantes inauguraram sua igreja, maior que a católica, mostrando à comunidade o nível de prosperidade de uma elite urbana que controlava a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A e integrava 90% dos acionistas da Caixa de Crédito Santa-Cruzense, futuro Banco Agrícola Mercantil S/A; aliás, no terreno da antiga igreja, que seria demolida, seria a nova sede desse banco local.

**Foto 23 – Cartão postal da antiga igreja evangélica em 1890 e foto da nova igreja em 1924**



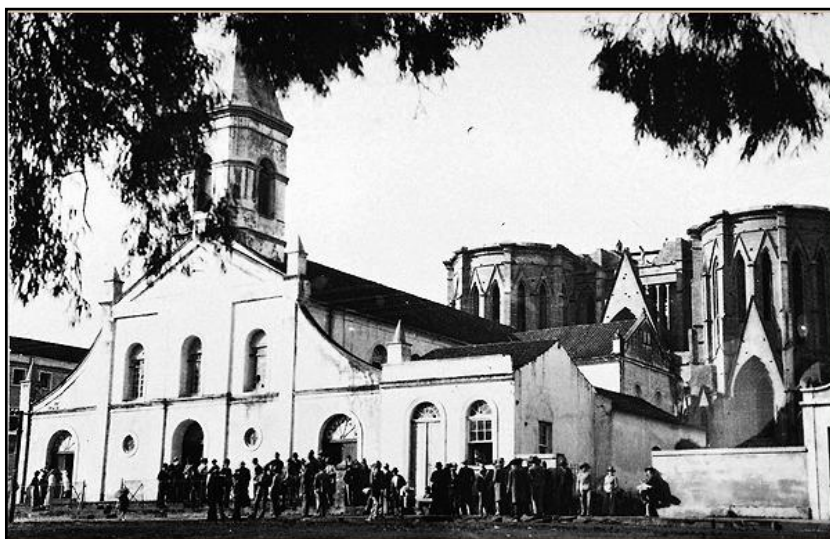
Fonte: Cedoc-UNISC

Os católicos estavam com planos de construir uma igreja maior, mas contavam com recursos menores e um projeto mais modesto. Tendo em vista o crescimento progressivo dos católicos na comunidade e a parceria firmada entre a elite local filiada ao catolicismo, foi articulada com a Arquidiocese de Porto Alegre uma negociação direta com Roma para a construção de uma igreja maior que a prevista no projeto anteriormente apresentado.

A sede da Companhia de Jesus aprovou o aumento das verbas para a construção de uma catedral em parceria com a comunidade católica local. Segundo uma versão popular, essa construção teria contribuído para a decadência econômica da elite empresarial ligada ao catolicismo, pois deslocou parte de seus recursos para a construção do imponente templo, que seria concluído em 1935.

Reestruturamos todas as informações referentes ao perfil demográfico e socioeconômico sobre Santa Cruz do Sul na época da I República levantadas por Silvana Krause para um estudo comparativo das condições de riqueza entre católicos e protestantes. Partimos de várias amostras reunidas pela autora e constatamos que havia um predomínio católico, com uma média de 55% e com tendência ao crescimento, enquanto que os protestantes representavam uma média de 45%, com tendência à queda ao longo do século XX. A partir de 1966 o percentual de católicos foi bruscamente ampliado, tendo em vista o ingresso de inúmeros trabalhadores que migraram de cidades com predomínio católico e lusitano, como Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, Caçapava, São Sepé e outras, para trabalhar na indústria fumageira, ocupando os bairros da zona sul.

**Foto 24 – Igreja católica de Santa Cruz; aos fundos a construção da Catedral São João Batista em 1930**



Fonte: Cedoc-UNISC

Silvana Krause reuniu os levantamentos estatísticos realizados pela administração local em diferentes momentos sobre a filiação religiosa da população de Santa Cruz desde a formação da colônia. Embora o resultado não represente o quadro concreto, visto que os procedimentos metodológicos não eram confiáveis para a época, podemos visualizar no gráfico 06 o conjunto de dados que correspondem aos resultados de amostras realizadas entre 1849 e 1900 com notas explicativas quanto às fontes de informações.

É possível observar uma tendência de equilíbrio entre a população católica e protestante, com leve maioria para o primeiro grupo até o início do século XX. João



Bittencourt de Menezes (2005) destaca o recenseamento realizado em 1900, pois foi feito em bases metodológicas mais concretas, em comparação com as que foram realizadas anteriormente, apontando uma população de 25 mil habitantes. O número das pessoas que declararam a filiação religiosa foi de 23.040 habitantes, sendo que havia 13.078 católicos e 9.962 protestantes, o que representa um percentual de 56,76% de católicos e 43,23% de protestantes.

**Gráfico 06 – Tendência da população católica e protestante de Santa Cruz do Sul entre 1849-1900**

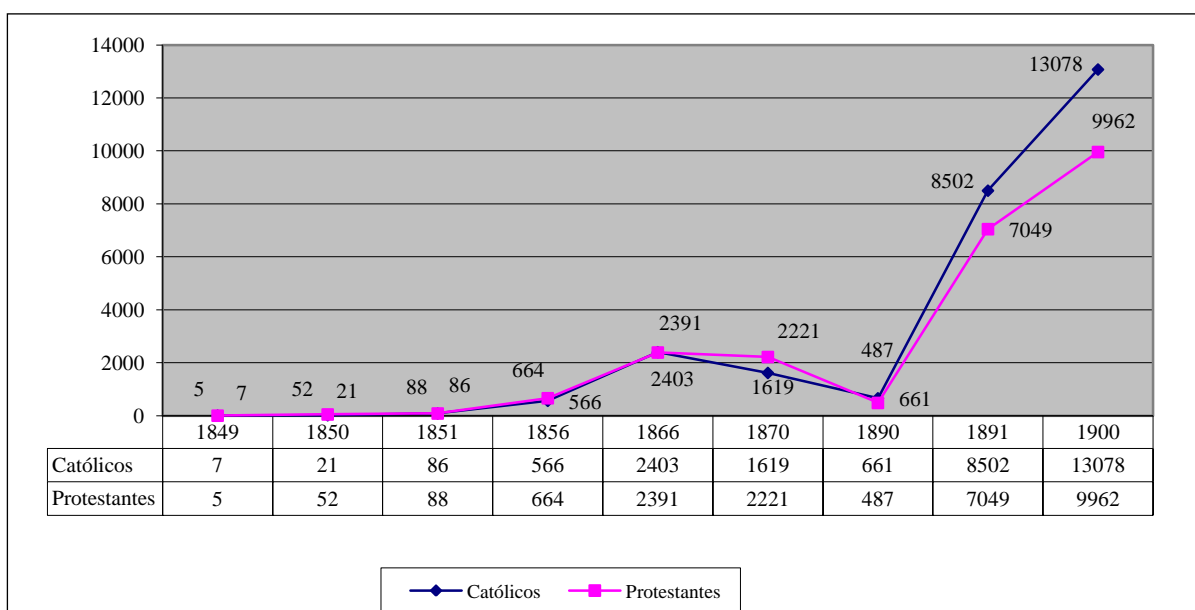


Gráfico elaborado pelo autor com base no capítulo 4.2 de Krause (2002, p. 168-169) referente ao conjunto de informações coletadas pela autora em cada ano.<sup>65</sup>

<sup>65</sup> Fontes utilizadas por Silvana Krause (2002) para analisar a filiação religiosa de Santa Cruz do Sul nos anos de 1849, 1850, 1851, 1856, 1866, 1870, 1890, 1891 e 1900:

1849: Relatório da Colônia. In: MARTIN, H. E. *Santa Cruz do Sul: de colônia a freguesia – 1849-1859*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes e Museu Bernardi D’Apremont, APESC, Associação Pró-Ensino em Santa Cruz, 1979;

1850: Relatório de João Martinho Buff – Diretor da Colônia de Santa Cruz. In: MARTIN, 1979;

1851: *Ibidem*;

1856: *Ibidem*;

1866: Relatório de Koseritz – Relatório da Administração Central das Colônias da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Francisco Ignólio Marcondes de Mello, Digníssimo Presidente da Mesma Província, pelo Agente Intérprete da Colonização Carlos de Koseritz. Porto Alegre: Typografia do Jornal do Comércio, 1867;

1870 Relatório do agente Lothar de La Rue. In: PELLANDA, E. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1925.

1890: Comunidade Evangélica de Santa Cruz do Sul. 100 Anos 1862-1962. Sínodo Rio-Grandense – Federação Sinodal – Confederação Evangélica do Brasil. Conselho Nacional das Igrejas;

No contexto da I República, Silvana Krause faz referência ao relatório feito pela Arquidiocese de Porto Alegre entre os anos de 1913 e 1929 que trazia informações sobre o percentual da população católica e acatólica do município. Esse documento reúne os dados anuais referentes à população local e sua filiação religiosa. Embora os dados não contenham números totais, permitem observar uma tendência de crescimento da população católica com o passar dos anos. O gráfico 07 é ilustrativo disso.

**Gráfico 07 – Percentual da população católica e acatólica de Santa Cruz do Sul: tendência encontrada entre 1913-1929 segundo dados do Relatório Paroquial da Arquidiocese de Porto Alegre**

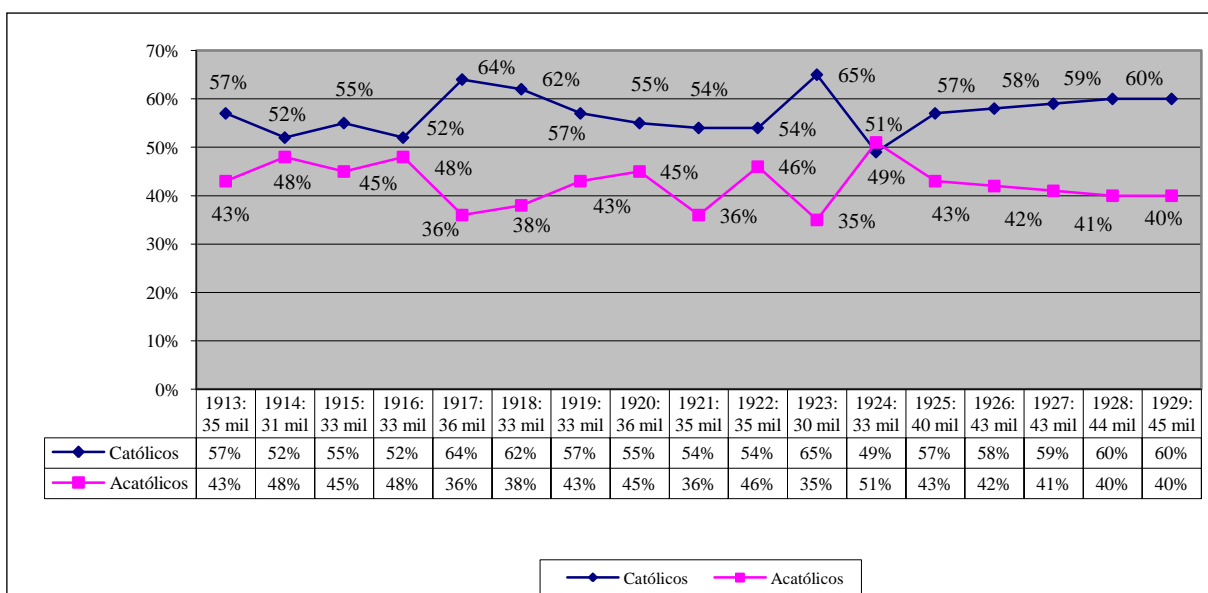


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Krause, 2002, p. 170.

Vale destacar que, se excluirmos os resultados de 1920 até 1924, quando os dados coletados foram considerados imprecisos pelo próprio documento, fica evidente que a curva de crescimento dos católicos tendia a se afastar da curva da população protestante.

Em relação ao perfil socioeconômico cruzado com a filiação religiosa em Santa Cruz do Sul no contexto da I República, Krause procurou identificar variáveis que pudesse sugerir a existência ou não de distinção entre católicos e protestantes. Em relação ao procedimento metodológico, a autora procurou analisar a qualidade dos lotes recebidos pelos católicos e

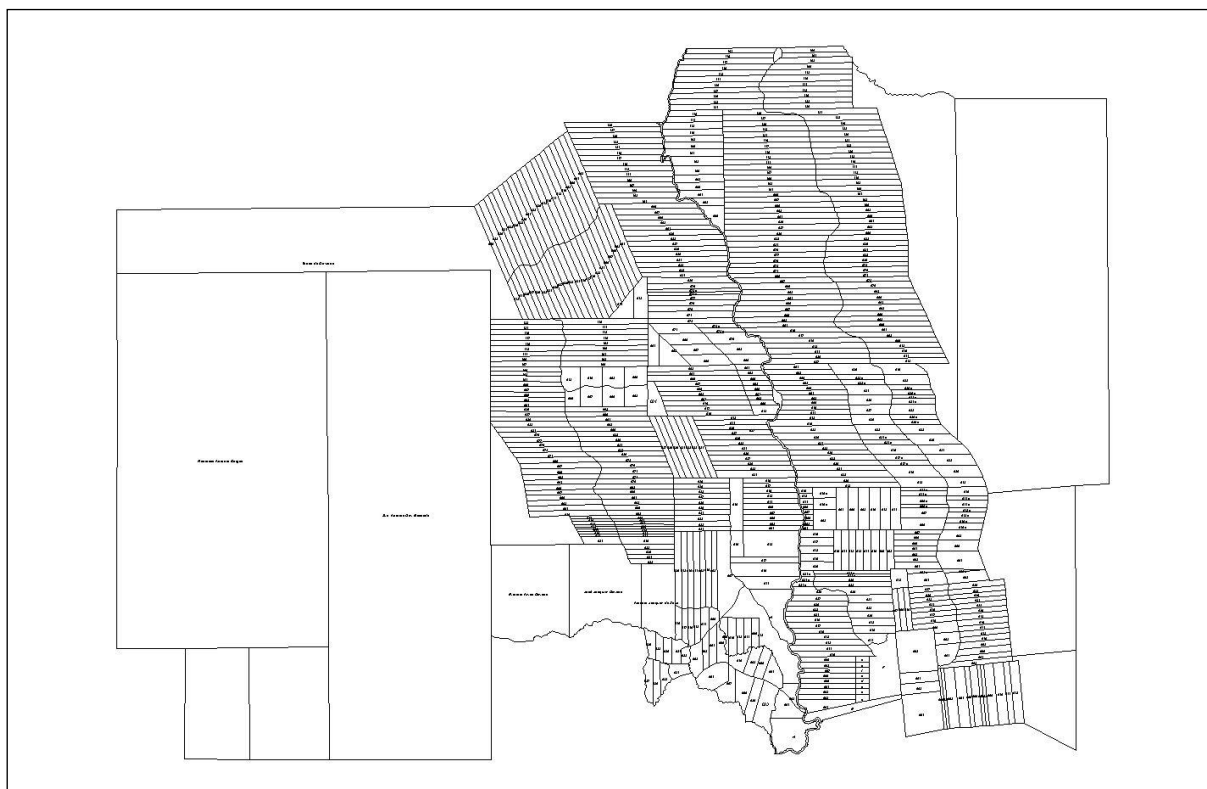
1891: *Jornal Kolonie*, 21/02/1891.

1900: Menezes (2005), dados censitários de Santa Cruz do Sul de 31 de dezembro de 1900.

protestantes no meio rural sistematizando informações de 713 propriedades de terra que foram distribuídos aos imigrantes alemães que vieram se estabelecer em Santa Cruz do Sul.

Para isso, a autora reuniu informações sobre o levantamento realizado por Carlos Trein Filho entre os anos de 1876 e 1880, com o objetivo de juntar dados sobre a situação da divisão de terras entre os colonos de Santa Cruz, tendo os 713 lotes como o corpus delimitador da pesquisa. Krause aponta que o início desse “censo rural” ocorreu 30 anos após a fundação da colônia e foi baseado no mapa disponível ao primeiro diretor da Colônia, João Matinho Buff, que administrou a distribuição dos lotes aos imigrantes que chegaram a partir de 1859.

**Imagem 03 – Mapa do diretor João Martinho Buff – Picada Velha. Projeto de distribuição dos lotes aos imigrantes da futura Colônia de Santa Cruz, 1859**



Fonte: Cedoc-UNISC

Com base nesse relatório, Silvana Krause passou a verificar a religião das famílias de acordo com os lotes e cruzou informações referentes à qualidade indicada pelo “censo” de Carlos Trein Filho. Em relação à distribuição das 713 propriedades rurais, a autora identificou 194 católicos (27%), 417 protestantes (59%) e 15 mistos (2%). O gráfico 08 ilustra a tendência.

**Gráfico 08 – Percentual de distribuição dos lotes pela filiação religiosa na Colônia de São João de Santa Cruz a partir de 1859. N=713**

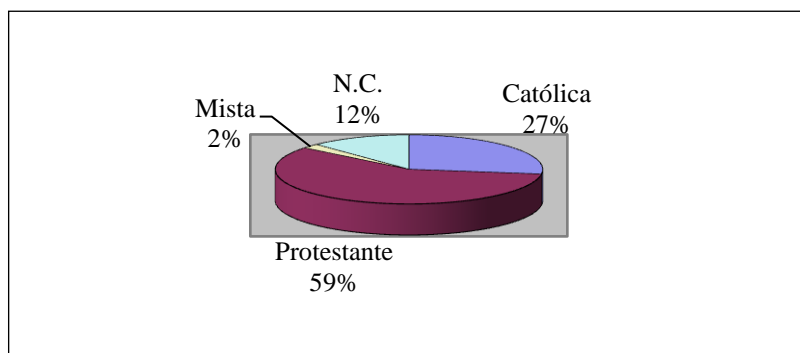


Gráfico elaborado pelo autor com base na Tabela 1 de Krause, 2002, p. 165.

**Gráfico 09 – Qualidade dos lotes distribuídos pela filiação religiosa na Colônia de São João de Santa Cruz. N=713 (sendo N católico=194; N protestante=417; N mista=15)**

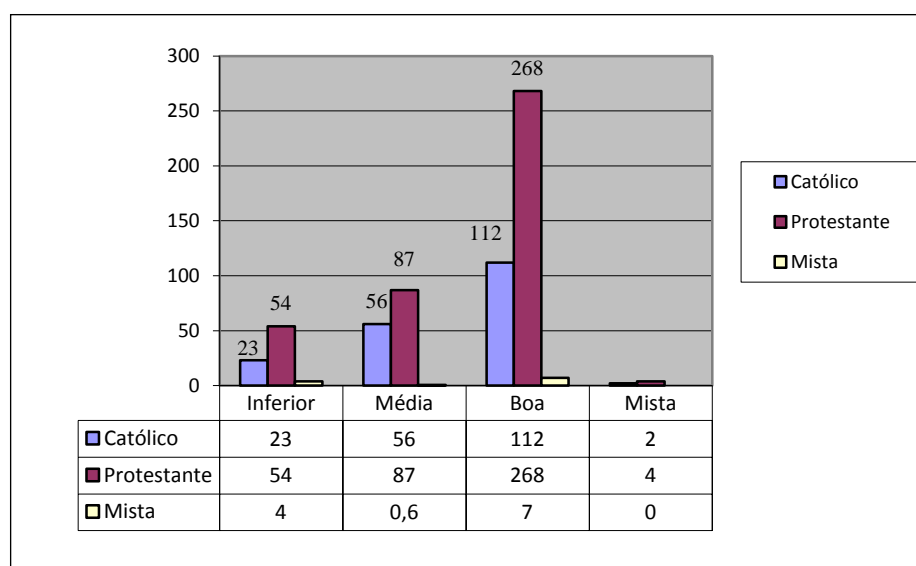


Gráfico elaborado pelo autor com base na Tabela 2 de Krause, 2002, p. 165.

O nível de qualidade dos lotes de acordo com a religião foi o primeiro campo de análise sendo atribuída a seguinte classificação: terra inferior, terra média, terra boa e terra mista. Em relação à qualidade das terras classificadas como **inferior**, foram encontrados 23 lotes para católicos (ou 11,8% de 194); 54 lotes para protestantes (ou 12,9% de 417); quatro lotes para os filiados à religião mista (ou 26% de 15). Em relação à qualidade das terras classificada como **média**, encontramos 56 lotes para os católicos (ou 28,8% de 194), 87 lotes para os protestantes (ou 20,8% de 417) e um valor insignificante para os filiados à religião mista. Em relação à qualidade de terras classificada como **boa**, foram encontrados 112 lotes

distribuídos aos católicos (ou 57,7% de 194), 268 lotes distribuídos entre os protestantes (ou 64,2% de 417) e sete distribuídos entre as famílias de religião mista (ou 46,6% de 15). As terras classificadas como mistas foram apenas dois lotes para os católicos e quatro para protestantes. O gráfico 09 ilustra a tendência.

Em relação ao nível de concentração fundiária, Krause constatou que os lotes de 20 até 40 hectares estavam distribuídos nessa proporção: 52 para católicos (26%), 96 para protestantes (23%) e quatro para os de religião mista (26,6%); nos lotes entre 40 e 60 hectares, encontramos a seguinte proporção: 49 para católicos (25,2%), 157 para protestantes (37,6%) e quatro para religiões mistas (26,6%); nos lotes entre 60 e 80 hectares, encontramos essa proporção: 37 para católicos (19%) e 67 para protestantes (16%). O gráfico 10 ilustra os resultados de outras variáveis.

**Gráfico 10 – Lotes pelo número de hectares distribuídos pela filiação religiosa de Santa Cruz. N=713 (sendo N católico=194; N protestante=417; N mista=15)**

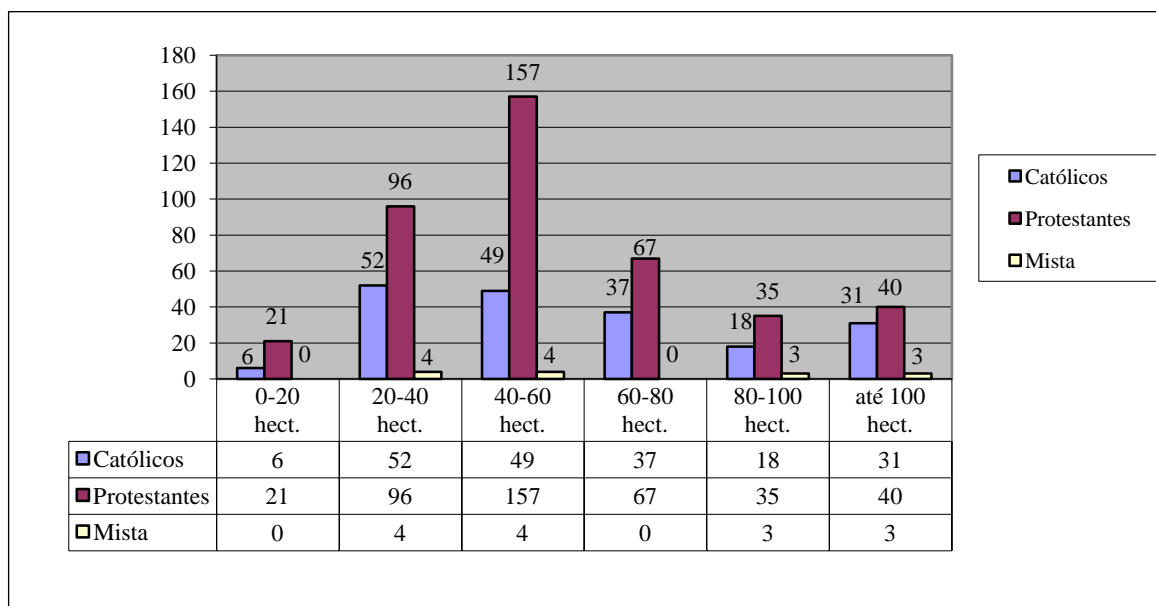


Gráfico elaborado pelo autor com base na Tabela 2 de Krause, 2002, p. 166

Os resultados até aqui mostram que os protestantes foram maioria entre os proprietários de terras na Colônia de Santa Cruz. Mas, medindo alguns elementos que possibilitem avaliar uma suposta vantagem dos protestantes em relação aos católicos visualizamos as famílias com esposa viúva com mais de 40 anos e proprietárias de estabelecimentos agrícolas cruzadas pelo número médio de filhos e pela filiação religiosa. Krause constatou que as famílias protestantes com até quatro filhos estavam representadas em

30% dos 417 casos analisados. Os católicos possuíam mais famílias com nove filhos ou mais, em comparação com os protestantes, e tendiam a aumentar sua prole, confirmando assim a tese defendida por Guido Kuhn.

Em relação à capacidade de produção de riqueza e análise da potencialidade da dinâmica empresarial dos pequenos agricultores, Krause reuniu e sistematizou o valor agregado das benfeitorias com o perfil profissional das pessoas que ocuparam os 713 estabelecimentos rurais. O cálculo do percentual proporcional de cada religião pelo valor da benfeitoria permitiu observar que não ocorreu diferença entre os proprietários que possuíam valor de 0-1.000 (de zero até um conto de réis) e os que possuíam valor de 1.000-2.000 (de um conto até dois contos de réis), pois a média dos primeiros foi de 50% para as três religiões enquanto que a média para os segundos oscilou entre 25% e 29% para as três. No entanto, foi observada uma leve tendência de riqueza em algumas propriedades que foram ocupadas por famílias protestantes. O gráfico 11 ilustra o resultado.

**Gráfico 11 – Valor em Benfeitorias por filiação religiosa. N=713**

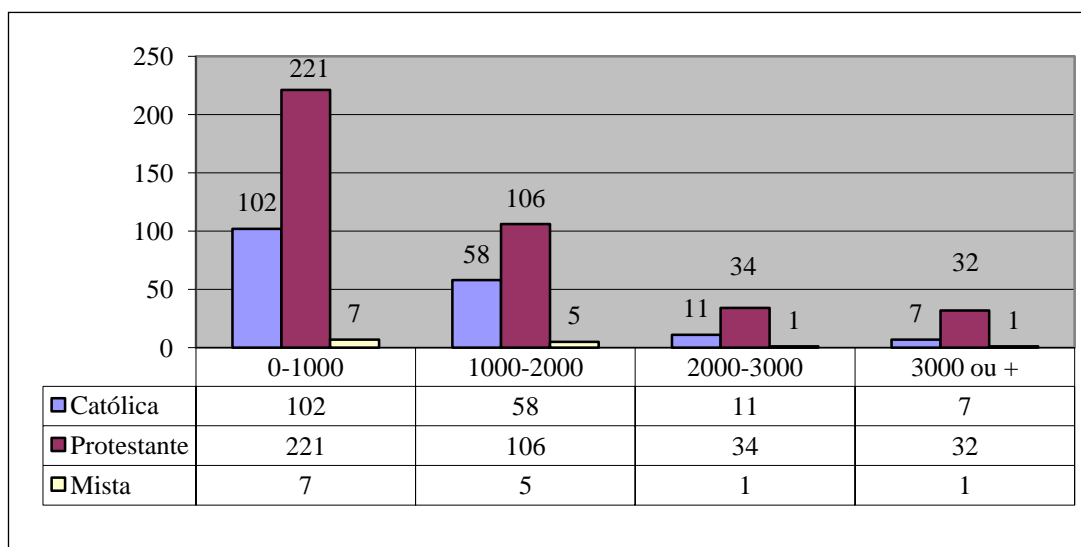


Gráfico elaborado pelo autor com base na Tabela 5 de Krause, 2002, p. 166

Excluindo o grupo de religião mista, do qual foi encontrado apenas um caso, para os valores de 2.000-3.000 (dois a três contos de réis) foram encontrados 34 protestantes (proporção de 8,15% dos 417) e 11 católicos (proporção de 5,6% dos 194). Quando analisamos os imóveis com valores superiores a 3.000 (três contos de réis), a diferença entre protestantes e católicos aumentou: 32 para os primeiros (7,6% do total de 417) e sete para os segundos (3,6% dos 194), o que permite observar uma tendência de concentração de imóveis

com valores superiores a 2 contos de réis em um grupo de 66 famílias protestantes, e apenas 18 imóveis com esse valor estavam nas mãos de proprietários católicos.

Se fossemos estabelecer uma “elite de pequenos agricultores” com a soma dos dois universos que tinham propriedades de valores superiores a 2 contos de réis, teremos um quadro de análise constituído por 84 famílias e podemos observar que havia 21% de católicos e 79% de protestantes. Em relação ao dinamismo empresarial das famílias agrícolas que foram estudadas por Krause, observou-se uma tendência hegemônica dos protestantes em ingressar em profissões de caráter empresarial. A autora identificou uma oscilação de 89% e 90% de profissões voltadas para a agricultura entre os chefes de famílias distribuídos nas três religiões. Mas observou-se que havia dentro desse grupo um potencial de investimento no comércio em 10 de seus integrantes, todos filiados ao protestantismo (o que representaria 2,3% dos 417), e nenhum católico, segundo o relatório de Carlos Trein Filho.

A tendência era de crescimento progressivo da população católica, que se consolidaria por dois fatores: o primeiro, pelo crescimento econômico do Município, que passou a receber trabalhadores vindos de cidades luso-católicas como Rio Pardo, Encruzilhada, Caçapava, Sobradinho, entre outras, para trabalharem na indústria fumageira; o segundo, pela tendência de controle da natalidade entre os integrantes da classe média tanto urbana quanto rural filiada ao protestantismo.

**Gráfico 12 – Estabelecimentos protestantes e católicos com benfeitoria superior a R. 2.000\$000 (dois contos de réis) na Colônia de Santa Cruz do Sul no recenseamento de 1876-80. N=84.**

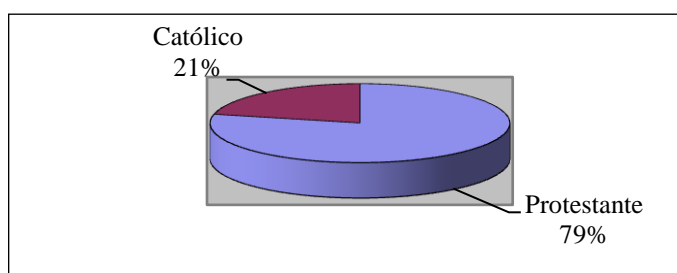
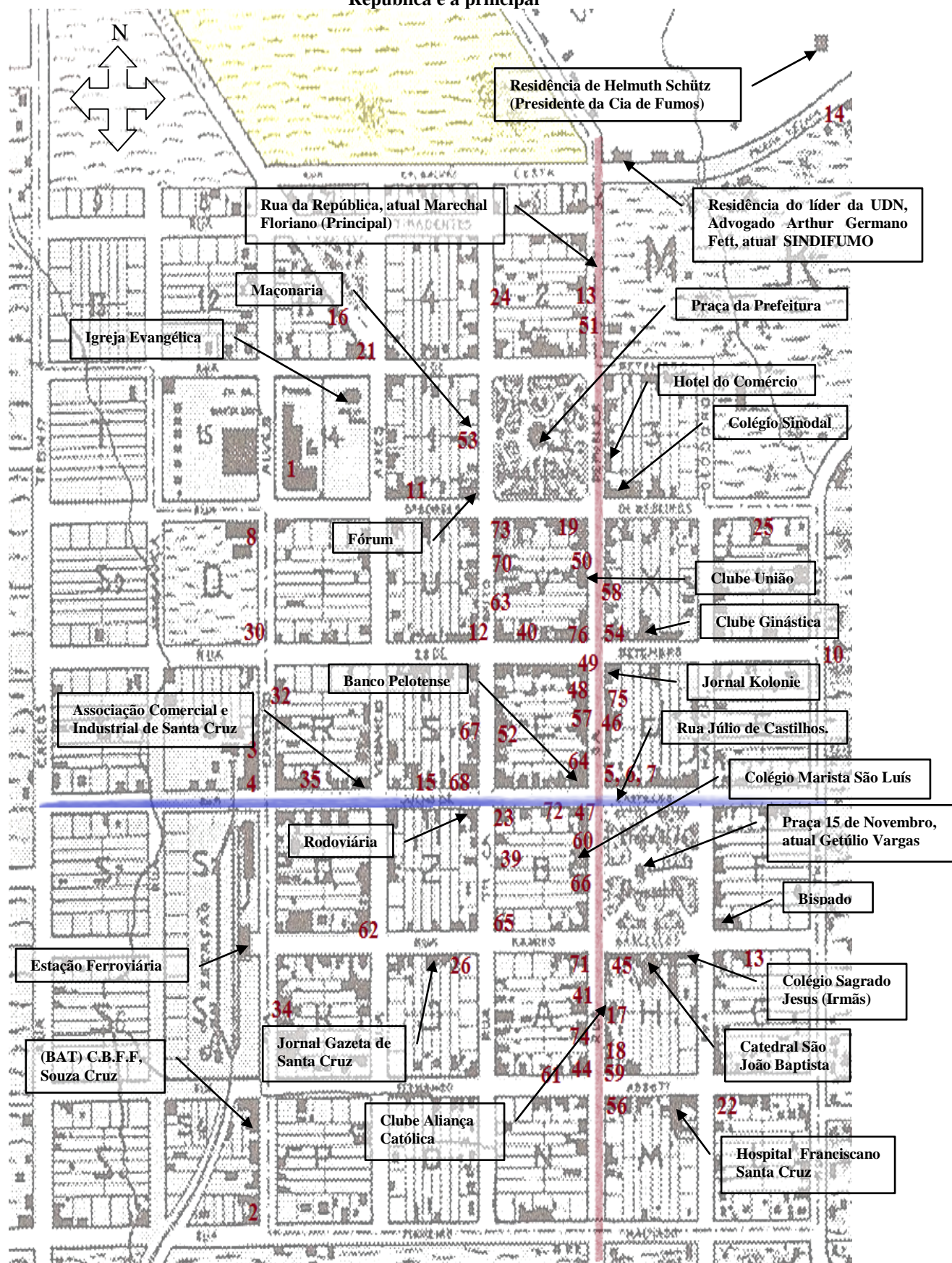


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Tabela 4 de Krause, 2002, p. 166.

Procuramos compreender, nesse primeiro capítulo, o processo de formação do espaço de atuação da elite econômica de Santa Cruz do Sul analisando seus aspectos econômicos, políticos e religiosos para entender esse grupo no estudo prosopográfico e na construção da rede social entre os anos de 1905 e 1966. A planta da cidade ilustra a cartografia social da cidade de Santa Cruz.



Imagem 04 – Planta da Cidade de Santa Cruz (1922). Os números indicam as empresas; ver Anexo F.  
A Rua Júlio de Castilhos delimita o espaço norte (protestante) e sul (católico), enquanto que a Rua da República é a principal



Fonte: Prefeitura de Santa Cruz do Sul com adaptações do autor



### 3 A CARACTERIZAÇÃO DE UM GRUPO ECONÔMICO: O PERFIL DA ELITE DE SANTA CRUZ DO SUL



Esse capítulo compreende a análise dos 189 proprietários das 76 empresas existentes no centenário de Santa Cruz do Sul que classificamos de elite econômica local. Reunimos informações diversificadas numa base ampliada de fontes e, a partir disso, construímos um banco de dados que foi registrado em três softwares: Microsoft Access, Microsoft Excel e o SPSS. Os campos foram constituídos para que os registros fossem preenchidos de maneira padronizada.

O procedimento adotado envolveu a reunião de um conjunto amplo de informações sobre a trajetória pessoal, familiar, empresarial, política e social desse segmento. Os resultados permitiram estruturar inúmeras tabelas e gráficos que fundamentariam a construção do perfil sociodemográfico do grupo. Cruzamos os campos passíveis de análise comparada entre os empresários filiados à religião católica e protestante objetivando identificar aproximações e distinções entre os dois grupos de elite. Para compreender a dinâmica desse grupo no tempo, optamos em dividir o *corpus* da pesquisa em três contextos: Colônia (1849-1878), Vila (1879-1905) e Cidade (1906-1966).

Consideramos a primeira geração os empresários que iniciaram seus negócios no contexto da Colônia de São João de Santa Cruz, compreendendo a sua formação, em 1849, até 1878, ano da inauguração da Câmara local e da elevação do povoado à condição de vila. A segunda geração foi constituída pelos empresários que iniciaram as atividades mercantis no contexto da Vila de Santa Cruz, entre 1879 e 1905, ano em que o governador, Borges de Medeiros, elevou a vila à categoria de cidade. A terceira geração foi formada pelos empresários que iniciaram as atividades mercantis entre 1906 e o final da II Guerra Mundial. A maioria atuou como elite local entre 1905 e 1966 e representaria um painel próximo do que queremos caracterizar como elite de Santa Cruz do Sul.

As principais fontes foram constituídas pelos necrológicos, inventários, biografias editadas localmente, memórias biográficas empresariais, fatos sociais de escala local, como casamento, batismo, formatura e viagens.

A elaboração de uma ficha prosopográfica (que pode ser visualizada no Anexo A) facilita a padronização das informações extraídas das fontes, além de facilitar o posterior registro no software escolhido para o banco de dados. A referência utilizada na construção dessa ficha foram os campos já consagrados no livro de Peter Burke (1991), pois permite compreender aspectos metodológicos ligados à História e à Sociologia nos estudos de biografias coletivas. Nesse ponto, merece destaque o capítulo intitulado “O estudo das elites”, em que o autor qualifica o procedimento metodológico.

Para Burke, os estudos de biografias coletivas têm o desafio de reunir dados sobre nascimento e morte dos indivíduos, laços de casamento e parentesco, origem social e posição econômica. O autor reforça que a tradição historiográfica falou mais alto que os estudos das Ciências Sociais quando os pesquisadores lançaram mão da prosopografia, principalmente com uso adequado de fontes biográficas. Tânia Maria Tavares Ferreira (2002) descreve as perguntas básicas feitas pelos historiadores que decidiram trabalhar com prosopografia<sup>66</sup>:

- Qual a estrutura do grupo examinado?
- Como é feito o recrutamento destes grupos?
- Quais são as funções políticas mais presentes entre os membros dos grupos?
- Qual sua base econômica? Qual a origem de sua riqueza?
- Qual o seu estilo de vida?
- Quais as atividades e valores mais importantes?

---

<sup>66</sup> Recolhidas das indicações de Peter Burke, em *Veneza e Amsterdã*, fazem parte do conjunto importante de estruturação para o entendimento de um perfil socioestatístico.

Promovem apoio das artes (mecenato)?  
 Como são educados?  
 Como e por que sofrem mudanças no período que se está estudando?

Essas perguntas são norteadoras para a elaboração de uma ficha prosopográfica e podem ser aplicadas em estudos de outros grupos sociais adequando os campos de atuação específicos do objeto de estudo. Em nosso exemplo, focado numa elite empresarial, iniciamos a ficha com estruturas amplas (vida pessoal, formação escolar, estrutura familiar, trajetória empresarial, investidura política, engajamento social e listagem de fontes). À medida que novas informações foram agregadas, a ficha foi detalhada e chegou ao formato do anexo A.

Christophe Charle (2006) avalia que, entre os anos de 1970 e 1980, os estudos das elites econômicas ganharam força com a publicação de vários trabalhos que começaram a rejeitar o modelo marxista labroussiano. A história social da burguesia começou a ganhar corpo nesse contexto com a inserção de novos elementos de análise. Nesse processo, a trajetória individual que contenha dados biográficos passíveis de análise socioestatística pode ser reunida grupalmente com o apoio da informática. O método prosopográfico permite ao pesquisador traçar um perfil demográfico que o modelo marxista labroussiano, focado no plano cultural, social e econômico, deixava lacunar.

O contato entre pesquisadores europeus e latino-americanos possibilitou cruzar pesquisas, ampliando o leque de procedimentos teórico-metodológico nos estudos sociais dos segmentos de poder econômico<sup>67</sup>. Reguera (2007) analisa que essa transição para as elites deixa reconhecer a origem e os sistemas de valores transplantados da Europa para as regiões da América Latina. Essa lógica abre a possibilidade de entendimento das sociedades que tiveram origem na imigração, pois as fontes sobre a dinâmica social interna das elites e a formação de redes sociais que ligam as diversas famílias visualizam os grupos de pressão e fortunas construídas por meio da análise do discurso narrativo que está inserido nas peças biográficas. A autora aponta que as pesquisas sobre esse segmento tomam como estratégia o seguinte procedimento metodológico:

Para ello, se hace necesario analizar su composición (qué las divide, qué las jerarquiza y qué las opone): ver la alta o baja tasa de cambio en dicha composición y las estrategias para preservar el patrimonio, lo cual las va a inscribir en la corta o larga duración (capacidad de transmitir la fortuna por una o más generaciones); las raíces de sus posiciones económicas

---

<sup>67</sup> Charle (2006) faz referência a esse deslocamento nesses conceitos citando a tese *La bourgeoisie rouennaise au XIXe siècle* (Université Paris IV, 1979), que, na publicação em livro, introduz o termo elite, na esteira das mudanças que ocorriam no contexto: *Les bourgeois de Rouen: une elite urbaine au XIXe siècle* (Paris, 1982).

(comercial, fundiária, minera, etc.), políticas e ideológicas; la antigüedad social, las redes familiares y formación de extensos grupos parentales; la tradición regional; el comportamiento; y las estrategias de ascenso, estancamiento o reconversión. (Reguera 2007: 07).

De acordo com Ferreira (2002), todos os pesquisadores de História que trilharam estes caminhos dialogaram também com as Ciências Sociais, pois incorporaram os métodos estatísticos e comparativos, baseados fundamentalmente em pesquisas de opinião. Também se debruçaram em temáticas inovadoras para buscar alternativas na história demográfica, e em estudos de grupos sociais específicos através da relação entre eles. Os pesquisadores clássicos que arriscaram fazer estudos sobre o perfil de estratos coletivos comuns são referenciados pela historiografia atual, rendendo novos elementos e críticas construtivas.

Na defesa do método, Burke (1991) foi franco na sua argumentação, sobretudo para justificar seus estudos da elite, rendendo homenagem ao trabalho de Vilfredo Pareto, mas relativizando: “Pareto saqueou a história para seus próprios fins; os historiadores bem poderiam usá-lo para os seus objetivos”. E recorre à nomenclatura usada por Pareto para qualificar membros da elite em categorias distintas: os “leões” ou militares e as “raposas” ou políticos, ou ainda “rentiers” ou “entrepreneurs”. Carvalho (1996) elabora uma crítica a esse esquema formulado por Pareto. Para o autor brasileiro, a análise teórica de Pareto sobre a categoria elite contém um limite na proposta clássica ao restringir o poder exclusivamente à força e persuasão, prejudicando a aplicabilidade do método prosopográfico.

Cristophe Charle (2006) afirma que a prática de estudos envolvendo biografia coletiva está inserida tradicionalmente na historiografia Antiga ou Medieval, e aponta um desenvolvimento muito acentuado nos últimos 40 anos com as temáticas envolvendo História Moderna e Contemporânea. De acordo com o autor, os historiadores da Antiguidade reivindicam a paternidade da prosopografia, pois ela permite entender a fundo os meios que detêm o poder político ao combinar uma abordagem objetivista associada a um substrato individualizado. Para Charle (2006, p. 27), os estudos que envolvem os grupos que estão diretamente associados ao prestígio econômico, como os dedicados às empresas e aos empresários, carregam a difícil tarefa de estabelecer o recorte vertical, com critérios de patrimônio e riqueza, e o recorte horizontal, com critérios de atuação ou vivência em determinado espaço social. O autor levanta a seguinte questão para estudos sobre profissões burguesas: “Onde começam e onde terminam as elites?”.

A fração econômica desse segmento é imprecisa, pois ele atua em espaços altamente porosos e sem elementos de identidade concretos, como os militares, a nobreza, o patronato, os políticos e os intelectuais. Vale destacar que Charle (2006) descreve inúmeras pesquisas relacionadas aos estudos de biografias coletivas de elites empresariais desenvolvidas na França. Destaca que a maioria procura estabelecer o grupo tradicional de firmas familiares que compõe o estudo. Ao abordar uma história envolvendo empresas e empresários, devemos levar em conta a razão social dos estabelecimentos que serão estudados, pois as terminações Cia. Ltda. ou S/A podem apontar para articulações complexas de uma elite econômica.

No caso das Companhias Limitadas de capital fechado (Cia. Ltda.), sua composição é majoritariamente familiar, e sua trajetória é, via de regra, constituída por três gerações: o fundador, o filho e o neto. As Sociedades Anônimas de capital aberto, S/A, têm uma elasticidade maior, pois sua estrutura pode ter caráter concentrador ou cooperativo: a primeira, quando um grupo de pequenas famílias detém o controle de mais da metade das ações e indica a diretoria administrativa da empresa; a segunda, quando um grupo de várias famílias funda um estabelecimento, e as cotas de ações são repartidas de maneira igualitária. No caso da elite econômica de Santa Cruz do Sul, foram encontradas todas essas questões, o que levou essa pesquisa, primeiramente, a estabelecer uma plataforma contendo vários critérios de recorte que sanassem as dúvidas sobre quem pertencia ou não ao segmento da alta sociedade local.

### **3.1 “Dados biográficos do extinto”: análise das fontes para o estudo prosopográfico (perfil, origem e estrutura institucional de preservação)**

Nossa pesquisa se apoiou numa base documental ampliada que foi constituída por repertórios biográficos, necrológicos e homenagens póstumas existentes em vários acervos do município. Esses espaços memorialísticos concentram fontes que reúnem informações fundamentais de uma pessoa que atuou como membro da elite. Nesses documentos, encontramos o nome, data de nascimento, localidade, escolaridade, trajetória empresarial, investidura política, clubes, associações, vida matrimonial e falecimento. Em Santa Cruz do Sul, as principais fontes biográficas estão preservadas no Cedoc-Unisc e no arquivo do principal jornal local, pertencente ao Grupo de Comunicação Gazeta do Sul.

Esses dois órgãos reúnem documentos sobre trajetórias individuais de pessoas ligadas à elite econômica, política e social de Santa Cruz do Sul. Vale destacar que, em menor escala, encontramos alguns dados em colégios, centros genealógicos, órgãos públicos e no cemitério municipal. Recorremos a essas instituições caso as biografias editadas em anúncios necrológicos ou em memórias individuais estivessem incompletas ou fossem conflitantes (por exemplo: datas discordantes, nomes e sobrenomes incompletos e outras informações específicas de cada indivíduo).

Foto 25 – Matéria publicada na imprensa local sobre a loja Mergener & Decker, em 1927

## MERGENER & DECKER

É UM GRANDE ESTABELECIMENTO COMMERCIAL  
QUE IMPÕE O BOM GOSTO.

Uma grande casa commercial e das mais importantes no genero, em Santa Cruz, a qual deixa a mais agradável impressão a quem a visita, é sem duvida alguma a excellente casa de modas dos srs. Mergener & Decker.

Essa importante firma foi fundada pelos srs. José Mergener e Hugo Decker, a 1.º de Julho de 1925, como successora dos srs. Arthur Jaeger & Cia.

Com o negocio de Fazendas, Miudezas, Armario, Artigos para Homens e especialmente Modas em geral, os srs. Mergener & Decker, tem conquistado



O sr. José Mergener, principal socio da importante firma Mergener & Decker e esforçado presidente da sociedade C. Filhos do Inferno.

a justa preferencia do publico, grangeando a sympathia geral e a alta posição de destaque, entre seus concurrentes, a que se sobream guindar.

Espiritos privilegiados, dotados de grande competencia, de apurado gosto e capacidade de trabalho pouco vulgar, os srs. José Mergener e Hugo Decker, associaram-se, naquela data, no intuito de trazerem para a bella cidade de Santa Cruz, aquillo que de mais chic, fino e delicado, podessem encontrar no alto commercio do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e outros centros mais adiantados.

Fonte: Cedoc-UNISC

De acordo com Maria Aparecida de Oliveira Silva (2007), a maioria dos sujeitos privilegiados possuem biografias, pois a prática de escrita e preservação da memória individual faz parte da cultura de vários grupos ou instituições. A autora afirma existir uma certa tendência a superestimar a ação individual nos contextos em que esses integrantes da elite estão inseridos, pois essas memórias estão estruturadas em discurso com grande liberdade de estilo<sup>68</sup>. Os estudos de elites são beneficiados por essa cultura, pois esse é um

<sup>68</sup> Os historiadores que resolvem fazer em estudos voltados para a trajetória de empresas e biografias de empresários pertencentes ao grupo da elite econômica devem estar preparados para lançar um olhar cuidadoso sobre as fontes escolhidas para o desenvolvimento de sua pesquisa, por se tratar de elementos que remetem ao

segmento que tem sua memória registrada e preservada, seja no jornal local ou em arquivos públicos. Silva (2007) destaca que as fontes biográficas retratam não apenas o grupo de indivíduos que são objetos de estudo, mas também o contexto histórico de sua trajetória e os fatos que levaram os indivíduos a praticar suas ações. Os jornais de cidades pequenas são as principais fontes para um estudo prosopográfico, pois neles encontramos toda a trajetória pessoal de uma pessoa que atuou como membro da elite. A peça publicitária de José Mergener, tradicional comerciante e político de Santa Cruz do Sul, é ilustrativa. Como se percebe, é possível extrair várias informações sobre a trajetória empresarial desse integrante da elite.

**Foto 26 – Necrológio do capitão Pedro Werlang, publicado em 1922, ano de seu falecimento, no jornal local**



Fonte: Cedoc-UNISC

status social, prestígio e poder da sociedade capitalista ocidental. Em todas as escalas, seja ela local, regional, nacional ou internacional, os textos produzidos referentes a empresas e empresários são carregados de um discurso narrativo e têm fins publicitários. Quando possuem amplitude pública, tanto fontes empresariais quanto biográficas exaltam vitórias do estabelecimento econômico e virtudes dos indivíduos fundadores.

Além de peças publicitárias, os textos necrológicos ou anúncios fúnebres concentram as informações biográficas, trazendo um rico instrumento para os pesquisadores que ingressam na prosopografia. Em se tratando de elites, esses textos contêm o nascimento, batismo, eventos esportivos, formação educacional, formação religiosa, viagens, festas, profissão, empresas, casamento, filhos, possíveis investidas políticas e, por fim, o falecimento. Normalmente os necrológicos são publicados no dia seguinte ao falecimento em pequenos quadros que avisam a comunidade sobre a realização de missa, fazem um agradecimento à equipe médica e indicam o local de sepultamento. As homenagens prosseguem por vários dias nas edições dos jornais com textos memorialísticos que reforçam a importância daquela pessoa para a cidade. As edições e o total de páginas em dedicatórias variam, pois dependem do acúmulo de capital social que o indivíduo carrega em sua trajetória local. Podemos visualizar o necrológico do capitão Pedro Werlang, integrante da elite política, econômica e “militar” de Santa Cruz.

Flávio Madureira Heinz (1999) analisa a utilidade dos mais variados tipos de fontes no estudo envolvendo biografias coletivas, tais como documentos privados, dicionários biográficos<sup>69</sup>, necrológicos e os anuários sociais do tipo *Who's who*. O autor afirma que esses últimos têm vantagens em estudos de elites, pois reúnem informações sistemáticas de caracterização pessoal dos biografados, como ascendência e descendência familiar, participação em clubes, escolaridade, investida política e atuação empresarial. No caso de Santa Cruz do Sul, existe um fundo de biografias de personalidades locais na Câmara Municipal de Vereadores que se assemelha aos *Who's who*. No entanto, Heinz destaca que esse tipo de fonte exige cautela, pois se, por um lado, facilita a localização de elementos que constituem o capital social das elites, por outro, é muito econômico ao descrever a construção da carreira.

Uma das fontes citadas por Heinz e usada largamente nessa pesquisa são os necrológicos. Esse recurso apresenta uma característica de estilo bastante desigual, pois combina o resumo biográfico e a homenagem póstuma do indivíduo. Diz o autor: “No entanto, mesmo neste último caso, uma leitura acurada possibilita seguidamente o levantamento de informações biográficas úteis” (Heinz, 1999, p. 56). No caso de Santa Cruz,

---

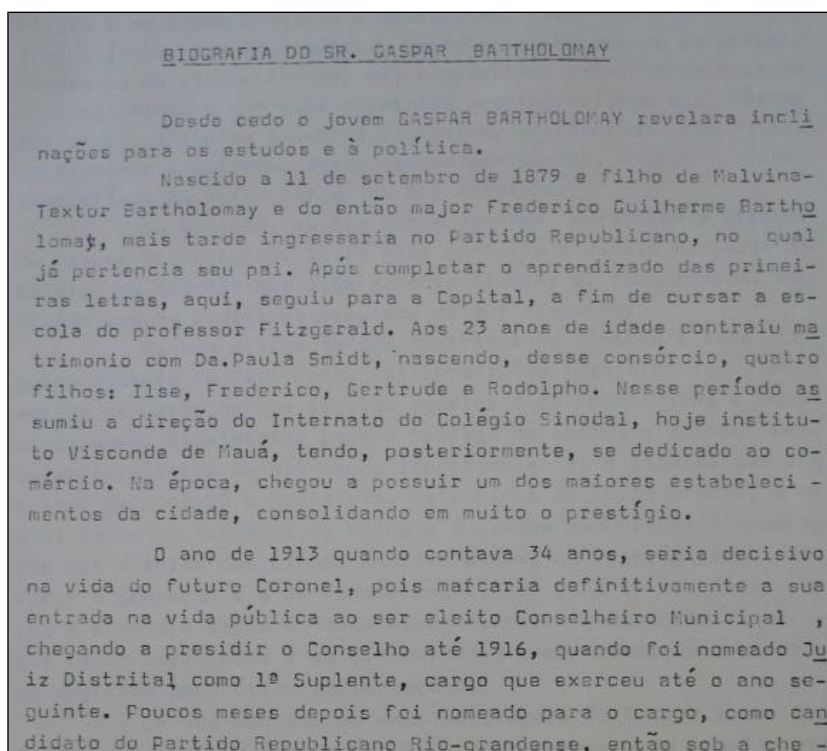
<sup>69</sup> Os dicionários “históricos” ou “políticos” também possuem vantagens. A principal delas é a proximidade do campo historiográfico, mas o autor destaca que o problema desse tipo de fonte é o desequilíbrio entre a descrição da trajetória profissional do indivíduo e outros momentos de seu percurso. No caso de Santa Cruz, não há produção do gênero.



o estudo de elites é bem servido pela riqueza de informações que acompanham os necrológios de empresários e políticos. Quanto mais importante for o indivíduo, mais páginas e edições serão reservadas para dedicatórias e homenagens na semana do seu falecimento.

O acervo do poder público concentra importante base documental que contribui para os estudos prosopográficos de elites locais, principalmente quando esses textos são produzidas por memorialistas da cidade e enviados ao legislativo municipal como proposta para nomes de ruas, bairros, escolas, postos de saúde e praças. Essas peças biográficas ficam registradas nas atas de reuniões da Câmara Municipal. No caso de Santa Cruz do Sul, existe um acervo biográfico dos indivíduos que tiveram reconhecimento local em suas vidas. Essas obras estão preservadas no acervo do Cedoc-Unisc e no arquivo do legislativo municipal. A maioria dessas biografias foi escrita por Luiz Beck da Silva, Hardy Elmiro Martin e Ary G. do Prado, memorialistas locais que trabalharam no Arquivo do Colégio Sinodal e no jornal *Gazeta de Santa Cruz*. A peça biográfica de Gaspar Bartholomay é ilustrativa e integra a pasta de “pessoas ilustres” da arquivo da Câmara de Vereadores.

**Foto 27 – Peça biográfica do coronel Gaspar Bartholomay. Datilografada para acervo na Câmara Municipal de Vereadores**



Fonte: Arquivo da Câmara de Vereadores

As famílias tradicionais também têm o hábito de produzir e editar biografias de caráter narrativo de seus integrantes e antepassados, o que é uma forma de se auto-afirmarem e se distinguirem. Essa tradição esteve presente na cultura local, pois foram elaborados, ao longo do século, inúmeros artigos, projetos de monografias, tanto datilografados quanto manuscritos, além de livros monográficos de memória familiar.

No acervo do Cedoc-Unisc, existem dois fundos de documentação biográfica: “famílias” – constituído por acervos familiares preservados pelo antigo arquivo do Colégio Mauá; “pasta biografias” – constituído por peças biográficas datilografadas que foram reunidas pela Câmara Municipal de Vereadores, Arquivo do Jornal Gazeta do Sul e o próprio Arquivo do Colégio Mauá. Analisaremos cada um desses dois fundos:

Em primeiro lugar, o das famílias. Esse fundo reúne pastas exclusivas de determinadas famílias da elite local. As que julgamos pertinentes ao objeto de estudo são quatro: (1) Hennig – os diários do empresário Augusto Hennig, biografias datilografadas dos descendentes da família Hennig e monografia do grupo empresarial Hennig; (2) Gressler – livro monográfico da família Gressler, biografia datilografada de Oscar Gressler, imagens fotográficas dos Gressler e seus estabelecimentos comerciais; (3) Bartholomay – artigos e noticiários a respeito da família Bartholomay; (4) Kliemann – monografia, biografias e encartes de noticiários sobre vários indivíduos da família Kliemann.

Os documentos da família Hennig são constituídos por 27 volumes de diários manuscritos pelo empresário e político local Augusto Hennig, um dos indivíduos mais ricos e influentes da cidade. Além desses diários, os Hennig editaram uma monografia do seu grupo empresarial. Constam nesse fundo alguns artigos datilografados pelo historiador e jornalista Hardy Martin, que descreveu a trajetória dos filhos e netos de Augusto Hennig. É pertinente destacar que a família, ainda hoje, possui um forte capital social no colégio evangélico local, nomeadamente Colégio Mauá, antigo Colégio Sinodal, o que garantiu a preservação de sua memória nos arquivos que hoje estão guardados no Cedoc-Unisc. Por várias vezes, a elite econômica teve que socorrer o colégio financeiramente. Essa família sempre esteve engajada na formação e consolidação do ensino local, dando atenção especial e distinta para o educandário que recebeu dos Hennig recursos e terrenos para a construção e ampliação de seus prédios num dos bairros mais nobres da cidade, o Higienópolis.

Os documentos da família Gressler estão constituídos, principalmente, por uma monografia familiar editada em 1949. Intitulada *Os velhos Gressler*, foi publicada na cidade de Candelária e representa um trabalho importante sobre a trajetória da principal família de comerciantes de Santa Cruz do Sul. Está organizado em dois idiomas, alemão e português, para cada página escrita. Há também um artigo biográfico de aproximadamente uma folha e meia de ofício datilografado a respeito do comerciante Oscar Gressler que foi produzido por Alfredo Ludwig, provavelmente na década de 1940, para constituir o acervo de personalidades locais. Também há alguns recortes de noticiários e artigos publicitários do estabelecimento comercial Becker & Irmãos. Essa loja pertencia aos netos maternos, Alfredo Becker e Edmundo Becker, que sucedeu a empresa do avô, Oscar Gressler & Cia. Ltda., famosa pela venda de móveis domésticos e equipamentos para a agricultura familiar.

Os documentos da família Kliemann são constituídos por um projeto de monografia datilografado, artigos de homenagens póstumas e um encarte sobre o assassinato de Euclides Kliemann. Por ser uma das famílias mais tradicionais da cidade, não apenas no campo econômico, mas também social e político, existem alguns documentos nos “arquivos mortos” do poder executivo e legislativo municipal, na Associação de Amigos do Colégio São Luis e no Hospital Santa Cruz. Vale destacar que, dentre o grupo das famílias mais ricas e influentes na cidade, durante todo o século XX, esta era uma das poucas de religião católica, mas com forte vínculo político, empresarial e matrimonial com a elite protestante.

Os documentos da família Bartholomay estão entre os mais amplos e dispersos de Santa Cruz, pois foi um grupo que teve destaque na economia e na política local, em várias instituições. Seus integrantes participaram ativamente do comércio, da entidade maçônica, do Clube União, do poder público, dos meios de comunicação e até mesmo da Guarda Nacional, tendo um elevado reconhecimento da população da cidade com base em sua liderança local. No Cedoc-Unisc estão preservados textos de caráter memorialístico, artigos narrativos veiculados nos jornais *Kolonie* e *Gazeta de Santa Cruz*, além de biografias datilografadas e fotos de vários integrantes dessa família.

Em segundo lugar, o fundo “biografias” do Cedoc-Unisc. É constituído por, aproximadamente, 600 “minibiografias”, com extensão aproximada de meia página de ofício datilografada, dos seguintes grupos que atuaram na cidade: professores, médicos, profissionais liberais, políticos, operários/trabalhadores que se destacaram em suas empresas, empresários, padres, freiras, pastores e pequenos agricultores. Nesse fundo, há várias pastas

de biografias contendo artigos produzidos pelos memorialistas locais a respeito de algumas personalidades ou famílias tradicionais. Na sua maioria, serviram de base para o poder legislativo aprovar as propostas de batismo de ruas, praças e escolas que foram inauguradas a partir de 1940. São vários documentos datilografados que descrevem as trajetórias de pessoas que fizeram parte da economia, sociedade e política local.

É provável que essas 600 biografias tenham servido de guia para o poder público aprovar os nomes de ruas, postos de saúde e escolas da cidade. Embora não se conheça a autoria exata de quase 1/3 dessas pequenas trajetórias, podemos avaliar que a maioria dos documentos escritos sugerem a veracidade das informações que contêm. Foram escolhidas aleatoriamente algumas biografias de empresários e de políticos locais para uma investigação detalhada do seu conteúdo através do cruzamento de dados existentes em cemitérios, arquivos da Câmara Municipal e necrológios publicados nos jornais. Na maioria dos casos, as informações eram congruentes, com alguns casos de erro de data, provavelmente em função da datilografia. Isso leva a crer que a maioria das biografias disponíveis no acervo sejam qualificadas para esse estudo.

Luiz Beck da Silva, Hardy Elmiro Martin e Ary G. do Prado foram responsáveis pela maioria das biografias da elite local publicadas nos três principais jornais da cidade. Luiz Beck da Silva era funcionário público municipal, tendo escrito vários artigos sobre a história política e econômica local; o autor tinha acesso aos arquivos do legislativo e do executivo municipal. Alfredo Ludwig foi responsável por uma série de artigos sobre a formação de Santa Cruz do Sul; além disso, foi um dos organizadores da pesquisa sobre as famílias e empresas tradicionais que estiveram presentes na comemoração do centenário municipal. Ari G. do Prado era escritor e poeta literário local; escreveu várias memórias sobre personalidades que faleciam na cidade.

Na maioria das peças aparece o responsável, mas em outras constam o nome do indivíduo e sua trajetória sem a autoria, apenas o texto datilografado em folha de ofício de parágrafo único. As extensões desses textos variam de meia página até duas páginas. Percebemos que quanto maior é o texto, mais importante é o indivíduo. Os textos editados por Ary G. do Prado têm um perfil literário e romantizado, enquanto que Hardy Martin e Luiz Beck da Silva se aproximam de um texto descritivo direto.

Além desses três, merece destaque Francisco José Frantz, que iniciou sua carreira como colaborador do conselho editorial da *Gazeta de Santa Cruz* e ascendeu à condição de proprietário do jornal e líder empresarial da cidade. Desfrutava de reconhecimento pela formação da opinião pública local. No terceiro capítulo abordaremos sua trajetória na cidade.

Miguel Chaia (1996) avalia que as trajetórias de elites são constituídas e documentadas pela simples razão de serem distintas da sociedade e estarem vinculadas com os formadores da opinião pública local. As pesquisas apoiadas na prosopografia utilizam largamente os jornais e periódicos que circulavam no espaço geográfico e histórico que é objeto de estudo. Esses documentos são ricos em informações e fornecem uma base para a compreensão de diferentes temas, ideologias e trajetórias dos grupos humanos que exercem algum tipo de poder. No caso de Santa Cruz do Sul, existe uma tradição centenária de produção “quase ininterrupta” de jornais que retratam a vida social de sua elite<sup>70</sup>.

O Colégio Sinodal e o Colégio São Luis foram os principais centros de formação educacional das famílias tradicionais da cidade, e seus dirigentes/docentes tinham incentivo para produzir uma historiografia local. Além disso, engajavam-se na criação de instituições memorialísticas com a finalidade de promover um discurso homogêneo em relação ao desenvolvimento da cidade.

Analisaremos as três principais instituições de difusão e preservação da memória local e o papel dos editores e “meta-historiadores” desses órgãos. A primeira foi organizada pelo empresário protestante José Ernesto Riedl, na década de 1930, quando inaugurou o Museu Público de Santa Cruz e o arquivo do jornal *Kolonie*. Sua trajetória biográfica esteve ligada aos setores das altas famílias da cidade: desfrutava de reconhecimento no meio empresarial, político e cultural; era proprietário do principal jornal, que circulou até 1942, o *Kolonie*, editado na língua alemã; era acionista da Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense Ltda., futuro Banco Agrícola Mercantil S/A; e diretor, por quase 20 anos, do Colégio Sinodal. Na política, exerceu cargo no legislativo municipal, e era influente na comunidade evangélica. Natural da Alemanha, esteve engajado na difusão da cultura local através da preservação da língua alemã, foi perseguido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), durante a II Guerra Mundial, e se viu obrigado a fechar o *Kolonie*, em 1942. A trajetória de José Riedl

---

<sup>70</sup> Desde a inauguração do primeiro jornal de Santa Cruz do Sul, o *Kolonie*, em 1888, até a formação dos jornais *Gazeta de Santa Cruz* e *Gazeta do Sul*, somente durante alguns meses de 1918 e no período de 1942 até 1945 a cidade ficou sem cobertura jornalística.

será descrita no final do quarto capítulo. O Museu de Santa Cruz possuía um acervo nas áreas de Ornitologia, Biologia, Etnologia, Botânica e Arqueologia; além disso, contava com um pequeno fundo de arquivos documentais que era formado basicamente pelo jornal *Kolonie*.

**Foto 28 – Equipamento gráfico vindo da Alemanha para o jornal *Kolonie*. Na foto, Ernesto Riedl e família, Santa Cruz, 1899**



Fonte: Cedoc-UNISC

A segunda instituição foi organizada pelo sucessor de José Ernesto Riedl no Colégio Sinodal, o professor Hardy Elmiro Martin, que ingressou na instituição em 1945 e, em 1960, tornou-se diretor geral, cargo que ocupou até 1980. Desfrutava de reconhecimento público pelo seu engajamento na história local; era colaborador do jornal *Gazeta de Santa Cruz* e de seu sucessor, o jornal *Gazeta do Sul*. Foi responsável pela fundação do Museu do Colégio Mauá (MCM), em 1966, incorporando todo o acervo reunido por José Ernesto Riedl; além disso, criou um fundo para guardar exemplares dos jornais e documentos produzidos no município. Em 1981, fundou o Arquivo Histórico do Colégio Mauá, separando o fundo de documentação que pertencia ao museu. Em 2007, o Cedoc-Unisc incorporou o arquivo com todo o seu acervo documental.

Para entender a terceira instituição, analisaremos a história da imprensa local escrita por Hardy Elmiro Martin. O autor a dividiu em duas fases: a primeira começa em 1887 e vai até a entrada do Brasil na II Guerra Mundial; a segunda começa em janeiro de 1945 e se estende até os dias atuais.

Em relação à primeira fase, a cidade possuía os seguintes jornais e periódicos: “A Cruzada”, “*Fortschritt*”, “*Santa Cruz Anzeiger*”, “Luneta”, “O Gaúcho” e “*Kolonie*”.<sup>71</sup> O principal foi o *Kolonie*, fundado em 1891, em alemão gótico; contém algumas reportagens sobre a biografia de empresários e políticos, balanços empresariais e algumas notícias em língua portuguesa. Foi fechado em 1942, quando o Brasil entrou na II Guerra Mundial contra a Alemanha, sendo substituído pelo jornal *Gazeta de Santa Cruz* no final do conflito. Vale destacar que a maioria das monografias empresariais, trabalhos biográficos, necrológios, livros monográficos de localidades e anúncios de empresas foram publicados na língua portuguesa. Até a eclosão da II Guerra havia sempre uma parte em alemão contendo textos produzidos localmente, que passaram a ser progressivamente extintos, tendo em vista os problemas ocasionados pela I Guerra. É importante mencionar o período de 1942 até janeiro de 1945, quando a cidade ficou proibida de editar jornal, apesar de várias tentativas de lideranças em conseguir uma autorização para a produção de um informativo em contexto de guerra.

A segunda fase, iniciada em 1945, foi marcado pela predominância da Editora Santa Cruz Ltda., responsável pela edição do jornal *Gazeta de Santa Cruz*, que circulou ininterruptamente até 1956, sendo sucedido pelo jornal *Gazeta do Sul*. Esse grupo se insere no contexto pós-II Guerra, caracterizado por profundas mudanças na linha editorial da redação local, que se deslocou da identidade local de cunho étnico, promovida por José Ernesto Riedl no seu *Kolonie*, para uma econômica, que pretendia reforçar o discurso de Santa Cruz do Sul como a Capital Nacional do Fumo. Essa mudança na linha de pensamento dos formadores da opinião pública local reestruturou toda a produção de fontes biográficas e empresariais que eram editadas anteriormente à II Guerra. Esse grupo de comunicação teve sua base estruturada com os restos do maquinário do *Kolonie* e contou com uma ampla participação da elite econômica e política local. As famílias Bartholomay, Kliemann e Hennig estiveram engajadas na reabertura do jornal e influenciaram decisivamente essa nova linha editorial.

É certo que, na cidade de Santa Cruz do Sul, o jornal *Gazeta* proporcionava um espaço direto de comunicação entre a comunidade e a elite local. O engajamento de Francisco Frantz, católico, formado pelo Colégio São Luis, foi fundamental para o crescimento e consolidação do jornal. Essa rede permite observar os vínculos existentes entre a elite e o campo da

---

<sup>71</sup> Esses documentos foram primeiramente preservados por José Ernesto Riedl, no Museu de Santa Cruz; posteriormente, Hardy Martin os transferiu para o fundo de documentos do MCM e, em 1981, para o AHCM. A partir de 2007, seriam incorporados pelo Cedoc-Unisc.

comunicação. Nesse período foi inaugurado o Arquivo do Grupo de Comunicação Gazeta, sendo preservado um exemplar de cada número desde a primeira edição.

**Foto 29 – Sede do jornal *Gazeta do Sul*, 1955**



Fonte: Cedoc-UNISC

O corpo diretivo teve a preocupação de encadernar semestralmente o conjunto dos números guardados. Nesse acervo, constam as edições do jornal *Gazeta de Santa Cruz*, que teve seu primeiro número em 26/01/1945 e durou até 31/12/1956. A partir de 03/01/1957, começou a circular o jornal *Gazeta do Sul*, do mesmo grupo, com a mesma preocupação de preservar sua memória. Além desses dois jornais, há um arquivo de investigação jornalística composto por biografias ou currículos da elite de Santa Cruz do Sul, normalmente escritos no dia do falecimento da respectiva personalidade ou quando ela assumia um cargo político. O jornal fez uma monografia biográfica de Francisco José Frantz, um dos principais diretores do jornal e integrante da alta sociedade local na década de 1950/60.

Esse engajamento comunitário, reconhecido na sociedade local, reforça a solidez das fontes usadas para o entendimento da história empresarial e para o estudo prosopográfico da elite econômica de Santa Cruz do Sul. Além de pertencerem a posições sociais privilegiadas, suas produções e arquivos transmitem uma posição simbólica que os coloca em situação de destaque no jogo do poder local. Na escala municipal, Fernande Roy e Jocelyn Saint-Pierre (2006) realizaram um estudo do perfil dos redatores dos jornais de Quebec entre os anos de 1850 e 1920. Os autores fizeram uso de fontes biográficas de caráter memorialístico a respeito



desses indivíduos. Essa tradição permite uma comparação com a trajetória dos redatores de Santa Cruz do Sul e seu papel na preservação da memória biográfica de uma elite econômica local.

### 3.2 O perfil da elite de Santa Cruz do Sul

O que caracterizamos como “a elite local” foi constituído por 189 proprietários das 76 empresas de Santa Cruz do Sul indicadas pela comissão das festividades do centenário municipal. Realizamos um levantamento biográfico dessa elite em três bases de fontes: necrológios, biografias e inventários. Como objetivamos compreender o sucesso desse segmento através de uma possível “ética protestante”, mensurada numa pesquisa desenvolvida por Krause (2002), cruzamos, na medida do possível, a maioria dos campos com a filiação religiosa<sup>72</sup> para visualizar diferenças na composição social entre católicos e protestantes<sup>73</sup>.

Conseguimos sistematizar as informações de 149 empresários e encontramos o seguinte quadro: 89% eram protestantes, enquanto que 11% eram católicos. A partir desse resultado, cruzamos os outros campos passíveis de comparação com a religião. Em relação ao processo de preenchimento dos registros e análise dos resultados estatísticos, ressaltamos a necessidade de uma cautela metodológica, pois muitas informações registradas sobre elites de cidades pequenas como Santa Cruz do Sul exigem qualificação.

Exemplo disso é o campo referente à localidade de nascimento, pois essa informação foi extraída de necrológios e das peças biográficas de memórias monográficas editadas localmente. A indicação de uma determinada “picada”, “linha”, bairro ou rua é relevante para aquele tipo de publicação que se destina a dar informações a um público provinciano que tem

---

<sup>72</sup> Os tipos de filiações religiosas que foram registrados no banco de dados foram os seguintes: evangélica, católica e muçumana. Para não comprometer o quadro estatístico dessa pesquisa ao cruzar os registros da filiação religiosa com os campos da composição empresarial, formação escolar e trajetória política, resolvemos excluir das tabelas e gráficos o único muçumano: Ahmad Baccar, filho de imigrantes libaneses, natural de Porto Alegre, proprietário de uma pequena fábrica de sorvetes no centro da cidade.

<sup>73</sup> Encontramos um integrante de religião muçumana que foi excluído dos percentuais para não comprometer o quadro geral. As informações biográficas desse integrante revelaram ser ele um empresário de porte médio que não tinha atuação com capacidade de barganhar com uma rede social no mesmo nível de negociação dos principais empresários. O libanês Ahmad Baccar e o brasileiro Fredo talvez nem se conhecessem, mas tinham uma coisa em comum: faziam sorvete em Santa Cruz. Baccar na Júlio de Castilhos, onde também fabricava destilados, e Fredo na Rua Venâncio Aires. Baccar vendia o seu “gelado” no Polo Sul, tradicional bar da família, e Fredo comercializava o seu na rua, junto à entrada dos cinemas e dos estádios de futebol e basquete. Com a chegada das linhas Nestlé e Kibon, Cinzano e Martini, ambos foram obrigados a fechar as suas fábricas. Fonte: *Gazeta do Sul*, 15 de maio de 1975.

na imprensa local a referência sobre a trajetória local do indivíduo. É nesse sentido que Marluza Marques Harres (2004) alerta que as fontes biográficas podem conter informações que devem ser discernidas pelo historiador, pois são carregadas de narrativas que podem se tornar armadilha para quem usa as biografias.

Nesse sentido, os pesquisadores que são norteados pelo método prosopográfico e levam em conta informações oficiais como registros civis ou publicações de escala regional ou nacional não possuem, na maioria dos casos, dados biográficos que indicam a origem do grupo em distritos, bairros, “picadas”, “linhas”, “vilas” e espaços com nomenclatura tipicamente interiorana. Podemos exemplificar isso através de uma análise comparada dos necrológios publicados no jornal local, *Gazeta do Sul*, de Santa Cruz do Sul, com o jornal da capital estadual, *Última Hora*, de Porto Alegre, sobre uma personalidade política de Santa Cruz do Sul que teve destaque regionalmente: o deputado estadual Euclides Nicolau Kliemann, do Partido Social Democrático.

O necrológio da capital descreveu que o referido parlamentar era natural de Santa Cruz do Sul e possuía uma residência no Bairro Moinhos de Ventos, sem mencionar informações referentes à infância e adolescência na cidade natal. Já o necrológio do jornal *Gazeta do Sul* trouxe informações sobre a localidade de nascimento, o colégio onde Euclides estudou e sua trajetória nos clubes de basquete, vínculo matrimonial com esposa protestante e neta do empresário Augusto Hennig, seu engajamento no fortalecimento de entidades ligadas à igreja católica local, como o Aliança e a Comunidade Católica. Esse tipo de informação era relevante para o leitor de Santa Cruz.

Para mensurar a origem desse grupo, reunimos todos os registros como “cidade” no caso dos que nasceram na vila ou cidade de Santa Cruz; os nascidos nos espaços rurais que apontavam nomenclaturas provincianas como linhas, picadas ou vila, registramos como “interior” e os que vieram de outras cidades ou países estrangeiros, registramos como sendo “de fora”. Através dessas três variáveis chegamos a 179 casos. Nesse recorte, haverá a seguinte tendência: 40% nascidos na cidade, 50% nascidos no interior e 10% vindos de fora.

No gráfico 13<sup>74</sup>, excluímos as localidades que não alcançaram 1%. Projetamos o resultado com 162 indivíduos. As maiores localidades rurais que apareceram foram: Rio

---

<sup>74</sup> Nessa medida a proporção de estrangeiros se reduziu, pois havia muitas cidades na Alemanha que foram excluídas nesse gráfico pela barreira de 1% aplicada no software. Isso fez com que a cidade/sede de Santa Cruz do Sul tivesse um aumento de 8% em comparação com o corte realizado com os 179 registros, alcançando o

Pardinho com 9% dos casos, Linha Santa Cruz com 9%, Linha Travessa com 6%, Linha Formosa com 4%, Picada Velha com 4% e Sinimbu com 4%.

**Gráfico 13 – Localidade de nascimento da elite. N=162**

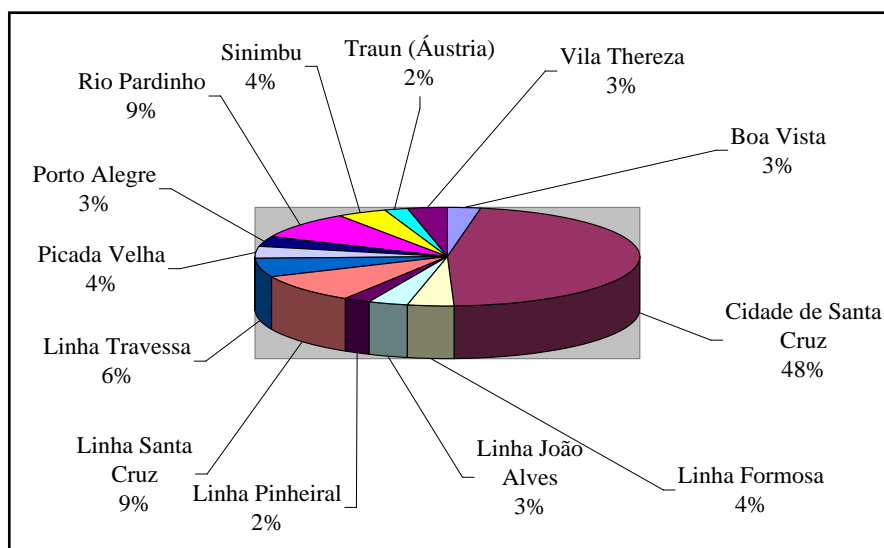


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Em relação à formação escolar, conseguimos levantar a informação de 114 indivíduos. Levamos em consideração a denominação dos educandários que apareciam nos necrológios publicados pelos jornais da cidade, além da lista de alunos de escolas evangélicas rurais do século XIX que foi possível cruzar com alguns empresários evangélicos que estudaram nessas instituições. Construímos uma série de campos no banco de dados referentes à formação escolar que foram sistematizados da seguinte maneira: educação básica (sim ou não); educação técnica (sim ou não); tipo de curso técnico<sup>75</sup>; curso superior (sim ou não); local da formação superior<sup>76</sup>. O anexo A ilustra os campos.

---

índice de 48% dos casos. Mas esse resultado não neutraliza a tendência encontrada de predomínio dos nascidos no meio rural, pois existem muitos necrológios e biografias que não padronizam o termo “linha”, “vila” ou “picada”, o que comprometeu a elaboração de um resultado mais concreto na projeção gráfica dessa escala que envolveu os 162 registros.

<sup>75</sup> Vale destacar que as áreas técnicas passaram, ao longo do século XX, por mudanças curriculares que fizeram cair em desuso nomes consagrados, como o de “guarda-livros”, conhecido até a década de 1940. Esse era o principal curso técnico da área contábil, que passou por profundas transformações curriculares ao longo do século XX. A disciplina de Caligrafia caiu em desuso com a evolução das disciplinas de Auxiliar de Escritório, Datilografia e, posteriormente, com a inserção da *Moderna Machinna de Calculo Electrica*, como eram conhecidas as primeiras calculadoras.

<sup>76</sup> A ficha prosopográfica encontra-se em anexo nesse trabalho.

Após o preenchimento desses registros, foi possível visualizar alguns aspectos gerais da formação escolar desse grupo: praticamente todos os integrantes da elite local possuíam formação básica; os casos de analfabetismo eram raros, inclusive entre os antecedentes; constatou-se que 07 em cada 10 tinham formação técnica; parte importante da elite estudou localmente<sup>77</sup>; quanto à área do curso técnico, havia predomínio na área de contabilidade, com 84%. O gráfico 14 ilustra essa tendência.

**Gráfico 14 – Área de formação técnica da elite local. N=114**

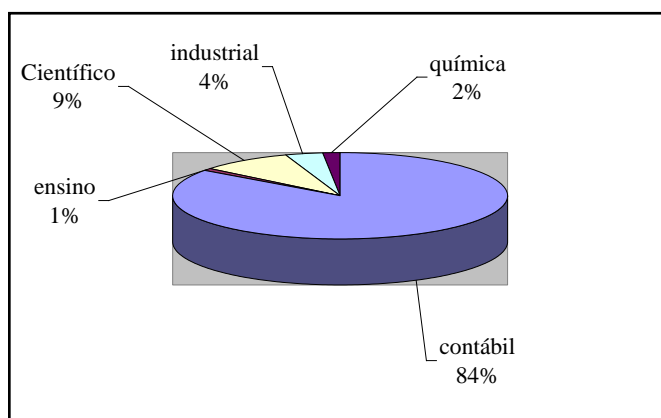


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Em relação ao tipo de curso técnico, quase 65% possuíam formação como guarda-livros, 10% como peritos-contadores, e 8% concluíam o Colegial-Científico, atual Ensino Médio, antigo 2º Grau. O curso de Guarda-Livros do Colégio Sinodal figurava, até a década de 1960, entre as mais altas qualificações que poderiam ser obtidas por setores da elite numa cidade do interior do Rio Grande do Sul desprovida de universidade. A tabela 7 ilustra o tipo de curso técnico cursado pelos empresários com o percentual. Na Tabela 8, foi realizado o cruzamento da área técnica com a instituição de ensino; esse dado revelou um número importante de egressos do Colégio Sinodal, que formou 71 dos 96 empresários que possuíam formação na área contábil, enquanto que o Marista São Luis formou 12 desse grupo.

**Tabela 7 – Tipo de curso técnico da elite ampliada de Santa Cruz do Sul. N=114**

Curso	Total	Percentual
-------	-------	------------

<sup>77</sup> Nos principais estabelecimentos de ensino, como o Colégio Sinodal (evangélico) e o Colégio Marista São Luis (católico)

Guarda-livros	74	64,91%
Perito-contador	11	9,65%
Colegial-Científico (2º Grau)	10	8,77%
Curso Comercial	8	7,02%
Tipografia	3	2,63%
Técnico em Botica e Farmácia	2	1,75%
Comercial	2	1,75%
Torneiro-mecânico	1	0,88%
Técnico contábil	1	0,88%
Magistério	1	0,88%
Comercial e finanças	1	0,88%

Tabela elaborada pelo autor com base na prosopografia da elite econômica de Santa Cruz do Sul

Esse quadro reforça o predomínio dos evangélicos na composição da elite empresarial local, pois a maioria dos empresários tendia a investir na área do conhecimento técnico. Os cursos contábeis das duas instituições foram inaugurados no início do século XX e foram oferecidos ininterruptamente até o fim da década de 1980. Os empresários que tinham formação contábil em outras cidades foram em número de 13.

**Tabela 8 – Área do curso técnico e instituição escolar da elite ampliada de Santa Cruz do Sul. N=113**

ÁREA	Instituição de Ensino	
CONTÁBIL	Colégio Sinodal	71
	Marista São Luis	12
	Evangelische Realschule	6
	Realschule Traun	2
	Scuola Cattolica di Napoli	1
	Colégio Evangélico	1
	Colégio Farroupilha	1
	Colégio Sinodal (São Leopoldo)	1
	Elementar de Porto Alegre	1
	Total	96
MAGISTÉRIO	Escola Normal de Porto Alegre	1
	Total	1
COLEGIAL-CIENTÍFICO	Colégio Sinodal	5
	Colégio Anchieta	1
	Colégio Farroupilha	1

	Colégio Jesuíta Alemão	1
	Evangelische Realschule	1
	Realschule Barmen	1
	Total	10
INDUSTRIAL	Realschule Idar-Oberstein	2
	Realschule Technik Mittweida	1
	Realschule Traun	1
	Total	4
QUÍMICA	Pharmazie Studium	1
	Realschule Raversbeuren	1
	Total	2

Tabela elaborada pelo autor com base na prosopografia da elite econômica de Santa Cruz do Sul

O cruzamento da filiação religiosa com o tipo de curso técnico aponta, no lado protestante, uma hegemonia do Curso de Guarda-Livros do Colégio Sinodal, com 73 registros efetuados, e, no lado católico, o curso de Perito-Contador, do Marista São Luis, com 11 registros. Nesse caso, foram sistematizadas as informações de 113 indivíduos os quais obtivemos a filiação religiosa com o local da formação. A fonte mais usada foi o necrológio, pois indicava o nível e o local. Não esgotamos o aporte de outras fontes, como notícias que vinculavam o nome da pessoa e sua formação a um evento social como casamento ou festa de debutante da filha, ou a uma eventual investidura política.

A cidade não tinha cursos na área química e metalúrgica; os poucos empresários que possuíam essa formação distinta a conseguiram em outras cidades, como Porto Alegre, capital estadual, ou centros nacionais de ensino localizados no Rio de Janeiro e São Paulo, além de instituições de ensino técnico na Europa, mais especificamente na Alemanha.

Analisando o grupo que obteve formação escolar técnica em áreas distintas da contábil, como o ensino, a industrial, a química e o colegial, encontramos 17 registros. Em relação ao colegial, nove empresários protestantes o cursaram no Colégio Sinodal e tendiam a ingressar em profissões da área pública ou liberal, mas mantiveram por um bom tempo a atuação nas empresas da família. Vale destacar que, dos 114 registros efetuados quanto à formação escolar, apenas um católico investiu no colegial. O gráfico 15 é ilustrativo disso.

Gráfico 15 – Tipo de curso técnico cruzado com a filiação religiosa. N=113

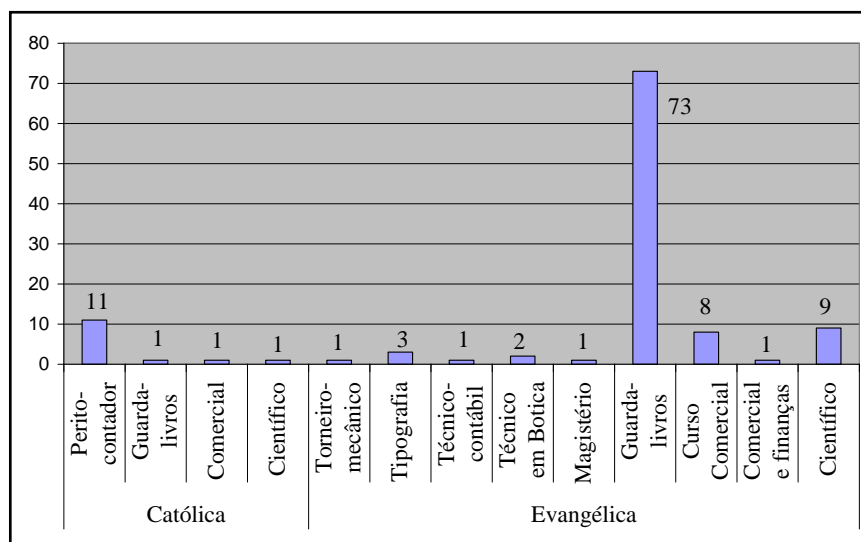


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Em relação às áreas de formação escolar obtida fora de Santa Cruz, encontramos o caso do professor Cristiano João Smidt, na área de ensino<sup>78</sup>, formado pela Escola Normal de Porto Alegre<sup>79</sup>. Na área industrial e química, encontramos alguns empresários da primeira geração, pois estes possuíam formação técnica antes de migrarem para o interior do Brasil e canalizaram investimentos no ramo farmacêutico e metalúrgico. Os exemplos que servem de ilustração neste caso são dois: o coronel Adolpho Evers, da Farmácia Evers & Filho Ltda., e o capitão Ernesto Schreiner, da Metalúrgica Schreiner & Filhos Cia. Ltda. Analisaremos a trajetória deles no terceiro capítulo.

A participação da elite na Associação de Ex-Alunos do Colégio São Luis (também chamada de Amigos dos Irmãos Maristas) e do Colégio Mauá (antigo Sinodal) permite visualizar o grau de engajamento desse segmento em organizações sociais que estavam envolvidas na consolidação da instituição escolar local. Conseguimos sistematizar as informações de 55 integrantes dessa elite, tendo como fonte os necrológios e a lista de

<sup>78</sup> Na área técnica de ensino, havia registros de dois cursos na cidade: Normal e Magistério. Eram oferecidos, principalmente, pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus e frequentados basicamente por meninas, que podiam optar também pelo curso de Ciências Domésticas. A maioria dos empresários de Santa Cruz do Sul eram do sexo masculino e normalmente ingressavam em cursos da área contábil.

<sup>79</sup> Sua trajetória profissional e empresarial esteve ligada ao Banco Agrícola Mercantil S/A, pois ocupou o cargo de gerente da primeira filial da antiga Caixa de Crédito Santa-Cruzensense na localidade de Rio Pardo (sobre o assunto, voltaremos ao assunto quando abordarmos a trajetória da Caixa Cooperativa de Crédito e o papel do Professor entre os integrantes da elite de cidades pequenas do interior).

participantes das associações de ex-alunos dos dois colégios. Cruzamos os campos Religião e Localidade de Nascimento e conseguimos estruturar o seguinte quadro: entre os protestantes havia 26 (do total de 45 que eram filiados à Associação de Ex-Alunos do Colégio Mauá) que nasceram na sede/cidade de Santa Cruz; enquanto que, no lado católico, dos 10 filiados aos Amigos dos Irmãos Maristas, sete nasceram na cidade ou sede de Santa Cruz do Sul. Os resultados sugerem que essas organizações eram espaços de atuação de integrantes da elite estabelecidos no espaço urbano, pois, além de empresários, encontramos na lista médicos, advogados, professores, funcionários públicos e engenheiros que residiam na sede. A tabela 9 apresenta o resultado.

**Tabela 9 – Participação de membros da elite local nas Associações de Ex-Alunos do Colégio Mauá e do Colégio São Luis. N=55.**

<b>Religião</b>	<b>Localidade de Nascimento</b>	<b>Membros</b>
Católica	Cidade de Santa Cruz	7
	Jaguarí	1
	Linha Santa Cruz	2
	<b>Total</b>	<b>10</b>
Evangélica	Linha Santa Cruz	5
	Cidade de Candelária	1
	Cidade de Santa Cruz	26
	Linha Pinheiral	2
	Porto Alegre	1
	Rio Pardinho	4
	Sinimbu	4
	Vila Thereza	2
	<b>Total</b>	<b>45</b>
<b>Total de membros ativos nas associações locais</b>		<b>55</b>

Tabela elaborada pelo autor com base na prosopografia da elite econômica de Santa Cruz do Sul

Em relação à formação superior, a maioria obteve seus diplomas em faculdades de Porto Alegre, nas tradicionais áreas de Engenharia, Medicina e Direito<sup>80</sup>. Nas biografias, constatou-se que apenas alguns filhos da elite local conseguiam estudar numa cidade de importância regional como Porto Alegre ou nacional como Rio de Janeiro e São Paulo.

<sup>80</sup> Ana Maria de Almeida (2002) destaca que as pesquisas que abordam a escolarização das elites entre a segunda metade do século XIX e a primeira do XX revelam, estatisticamente, que a maioria de seus membros chegou ao nível de Graduação nas três áreas tradicionais: Engenharia, Direito e Medicina. A autora está fundamentada na análise estatística europeia/norte-americana e embasada, teoricamente, em conceitos sobre o investimento no capital escolar propostos primeiramente por Max Weber e aprofundados por Pierre Bourdieu. Além disso, foi ilustrativa para entender a escolaridade da elite brasileira a pesquisa de José Murilo de Carvalho sobre o perfil desse segmento no contexto do Império. Porém, esses dados se referem à escala internacional, nacional ou regional.



Conseguimos reunir informações de todos os 189 empresários, pois o necrológio sempre indicou a formação universitária dos indivíduos que a tinham. Nesse universo, havia 10% que investiram em curso de nível universitário, que é um percentual baixo, mas confirma a tese de Jonas Vargas (2007) sobre os investimentos educacionais de elites provincianas. Como nosso universo é empresarial, certamente esses dados se referem ao grupo de irmãos que ficaram no interior para consolidar os negócios da família. Nem todos os filhos tinham oportunidade de estudar na capital estadual, pois para as famílias era muito caro manter um filho na capital durante cinco ou seis anos de curso. Não raro ocorriam interrupções do curso em função de crises na empresa. Somente a “elite da elite” conseguia enviar alguns filhos para algum centro regional ou nacional.

O detentor de um diploma de médico, engenheiro ou advogado ingressava automaticamente na rede social de poder e prestígio numa cidade pequena, mas essa relação foi perdendo corpo à medida que o ensino superior ia sendo progressivamente massificado para as áreas de ensino e administração de empresas. O surgimento da Faculdade Integrada de Santa Cruz, em 1964, ampliou a capacidade de extensão da formação superior de uma classe média local.

Dos 17 integrantes da elite que têm formação superior em nossa amostra, 13 foram protestantes e quatro, católicos. A tabela 10 ilustra o tipo de curso universitário, com o local da formação, dessas 17 pessoas. A maioria delas concluiu a graduação na capital estadual, Porto Alegre (11 dos 17), mas é possível observar a diversidade e a distância de instituições em que se investiu objetivando o ensino superior. Desse grupo três estudaram no exterior, dois na cidade de São Paulo e um no Rio de Janeiro.

**Tabela 10 – Tipo de curso universitário e local de formação da elite ampliada. N=17**

CURSO	LOCAL DE FORMAÇÃO	MEMBROS
Arquitetura	Faculdade de Engenharia e Arquitetura de São Paulo	1
	Total	1
Ciências Comerciais	Faculdade de Administração da URGs	1
	Total	1
Ciências Econômicas	Faculdade de Ciências Econômicas da PUC-RS	1
	Total	1
Direito	Faculdade de Direito de Porto Alegre	2
	Total	2
Engenharia	Faculdade de Engenharia de Porto Alegre	2

	Instituto Tecnológico de São Paulo	1
	Instituto Tecnológico Wuppertal	1
	Total	4
Engenharia	Instituto Técnico Industrial do Rio de Janeiro	1
Mecânica	Instituto Tecnológico de Konstanz	1
	Total	2
Farmácia	Escola de Farmácia da Faculdade de Medicina de POA	2
	Total	2
Gestão Financeira	Estados Unidos (não há informação sobre o local)	1
	Total	1
Medicina	Faculdade de Medicina de Porto Alegre	3
	Total	3
<b>FORMAÇÃO SUPERIOR</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>17</b>

Tabela elaborada pelo autor com base na prosopografia da elite econômica de Santa Cruz do Sul

Em relação ao ramo da atividade empresarial, conseguimos reunir informações de 161 integrantes da elite, sendo que 46% estavam ligados ao comércio, 11% ao beneficiamento de fumo, 9% às finanças, 7% ao setor de alimentos, 7% à agricultura familiar, 5% ao setor metalúrgico, 3% à indústria de cigarros, e a soma das demais atividades chega a 12%. Cruzamos os resultados da principal atividade empresarial com a filiação religiosa dos 160 empresários, pois excluímos o caso do único muçulmano.

Em relação aos empresários protestantes, 61 se dedicaram ao comércio, 15 ao beneficiamento de fumo, 15 aos bancos e finanças, 12 ao setor de alimentos, 12 à agricultura familiar, oito à metalurgia, cinco à indústria de cigarros e 13 se dedicavam a outras atividades; em relação aos empresários católicos, 11 se dedicavam ao comércio, três ao beneficiamento de fumo, dois ao setor de couro e três a outras atividades.

O resultado que mais chamou atenção foi a prática da agricultura familiar no caso de 12 empresários protestantes, o que garantiu sua posição entre os integrantes da elite econômica local, fato que não encontramos no grupo católico. Vale destacar que Silvana Krause encontrou um resultado próximo no levantamento que realizou sobre o perfil socioprofissional dos proprietários de estabelecimentos agrícolas que foram recenseados por Carlos Trein Filho entre 1877-1880, quando foram registrados 10 empresários no meio rural. Os gráficos 16 e 17 são ilustrativos disso.

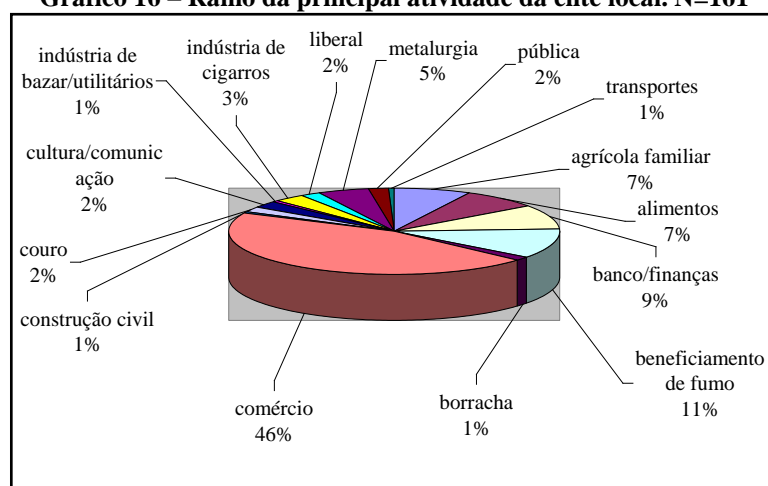
**Gráfico 16 – Ramo da principal atividade da elite local. N=161**

Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

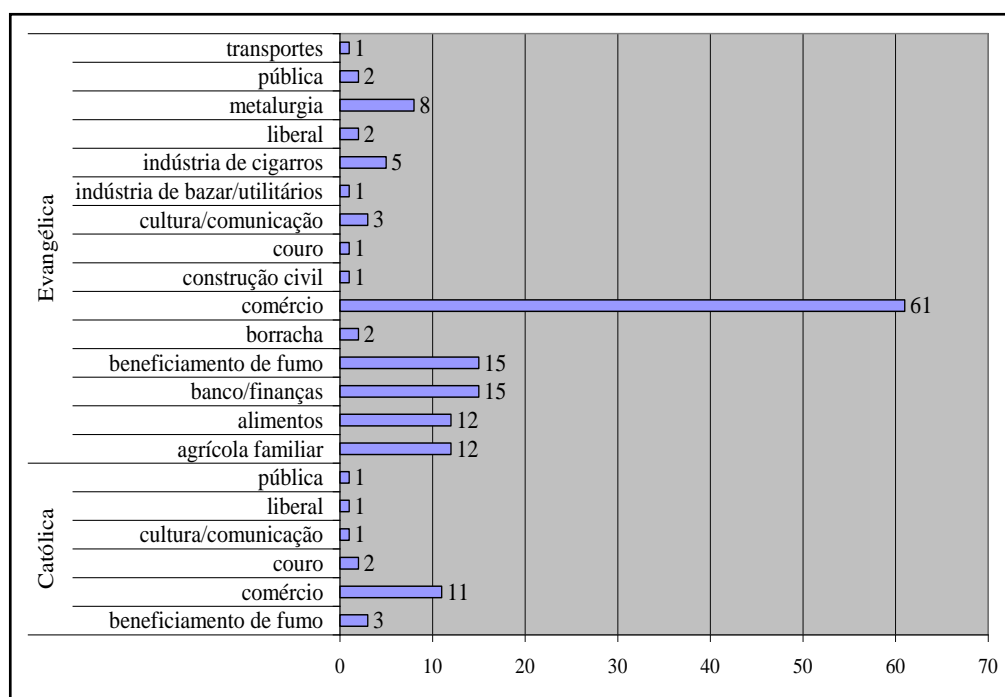
**Gráfico 17 – Ramo da principal atividade empresarial cruzada com a filiação religiosa. N=160**

Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Em relação à tendência de investimento dos irmãos nas atividades empresariais da família, conseguimos reunir informações de 160 integrantes da elite local levando em conta a razão social dos estabelecimentos e os necrológicos<sup>81</sup>. Cruzamos os registros desse campo com

<sup>81</sup> Certamente os resultados não são concretos, tendo em vista a subjetividade e a amplitude desse campo de análise. A razão social “Irmãos & Cia. Ltda.” ou “Irmãos S/A” facilitou o levantamento, mas nem sempre obedecia a essa regra.

a filiação religiosa e encontramos uma tendência proporcional entre os irmãos de empresários católicos (sete de 19) ao investimento em profissões liberais em comparação com os evangélicos (15 de 141). No registro “diversificaram em outras”, os irmãos de protestantes foram em número proporcionalmente maior, quase a metade dos casos (70 de 141), enquanto que os irmãos de empresários filiados à religião católica foram em número menor (cinco de 19). Uma parcela importante nas duas religiões se manteve concentrada na mesma atividade empresarial da família tanto para protestantes (56 de 141) quanto para católicos (sete de 19)<sup>82</sup>. O gráfico 18 ilustra o resultado sistematizado.

**Gráfico 18 – Tendência dos irmãos em relação à atividade empresarial da elite local. N=160**

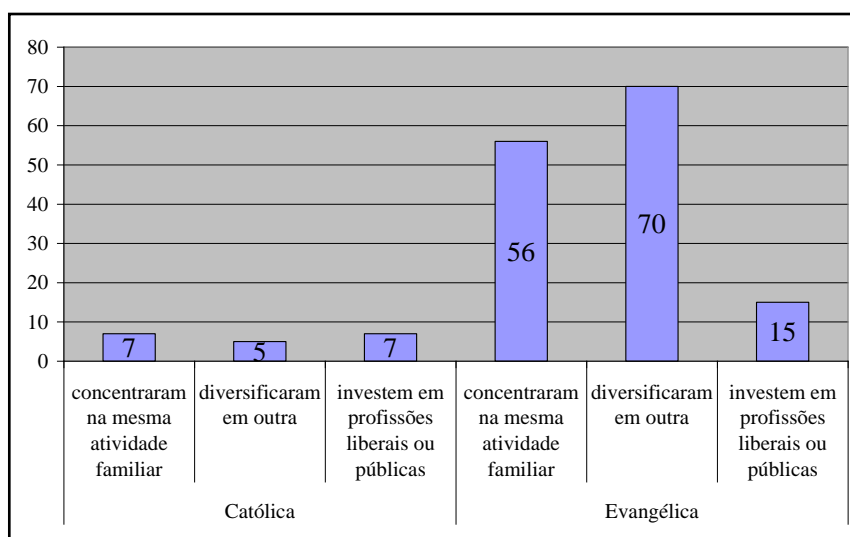


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Em relação ao início das atividades empresariais, reunimos informações de 160 integrantes da elite com base nos textos publicitários das empresas, monografias empresariais e necrológicos dos empresários, sendo que, neste grupo, as fontes empresariais foram as principais. Os documentos foram constituídos por artigos referentes à comemoração do aniversário de fundação do estabelecimento ou elaborados no final de cada ano, quando

<sup>82</sup> Esse campo não representa uma totalidade absoluta, mas apenas uma tendência, pois seria impossível visualizar a atividade empresarial de todos os irmãos. Como trabalhamos com um segmento que veio da agricultura familiar, é natural que o número de irmãos fosse expressivo por integrante da elite, o que dificultaria uma sistematização absoluta desse resultado. Para o preenchimento dos registros, empregamos o nome da razão social da firma; se trouxesse as terminações “Irmãos Ltda.” ou “Irmãos S/A”, classificamos como “concentrado na mesma atividade familiar”, mas em outros casos usamos os necrológicos, inventários e biografias que indicavam a tendência mais próxima dos irmãos frente às atividades familiares. Em muitos casos, a empresa foi apenas uma opção profissional por um período determinado e, em outros casos, foi apenas uma segunda atividade profissional. Somente com a análise de cada uma das fontes de cada empresário foi possível visualizar o grau de envolvimento dos irmãos nos negócios da família e definir uma classificação

publicavam felicitações natalinas. Nesses pequenos textos de memória empresarial, foram raros os estabelecimentos que não apresentavam um breve histórico de como iniciaram o empreendimento. Classificamos este dado em três registros: “parceria/herança familiar”, “foi o empreendedor” e “em sociedade com terceiros”; cruzamos esse campo com a filiação religiosa e constatamos que, dentro desse universo constituído por 160 indivíduos, a família foi importante na maioria dos casos tanto para os protestantes (67 de 142) quanto para os católicos (11 de 18). Mas percebemos que uma parcela importante de empresários protestantes investiu proporcionalmente mais na construção de uma rede empresarial com terceiros (38 de 142), enquanto que os católicos foram minoria (1 de 18). O gráfico 19 ilustra o resultado.

**Gráfico 19 – Forma do início da atividade empresarial cruzado com a filiação religiosa. N=160**

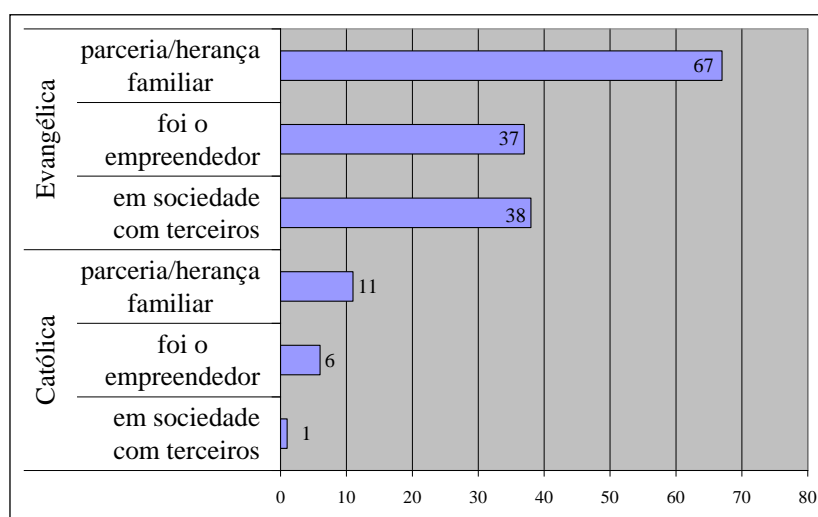


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Em relação à prática de mais de uma profissão, além da atividade empresarial, reunimos informações de 158 empresários, levando em conta o conteúdo dos necrológicos. O texto indicava todas as atividades exercidas pelo integrante ou o nome das empresas de que era sócio e proprietário. Nesse universo, 120 atuaram em outras atividades, sendo, que no cruzamento com a filiação religiosa, constatou-se que havia 105 protestantes e 15 católicos.

Em relação ao grau de atuação política, utilizamos quatro registros: “permanente”, para os que atuaram mais de 20 anos na política, disputando eleições, organizando partidos com permanente cobertura jornalística; “nenhuma” para os que não possuíam filiação partidária, nunca exerceram atividade política ou foram citados em noticiários; “frequente”,

para os que eram filiados e atuaram de maneira sazonal na vida política local; “eventual” para os filiados que disputaram algum cargo político registrado em veículo de comunicação, mas sem exercê-lo de fato. A principal fonte de pesquisa foi o banco de dados eleitorais de Santa Cruz do Sul, que foi montado em parceria com o Cartório Eleitoral local e o Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Santa Cruz do Sul.

Encontramos, de maneira sistematizada, todas as informações eleitorais da cidade desde 1878, o que facilitou a elaboração de vários campos sobre a vida política desses empresários. Nesse caso, os textos de necrológios serviram de aporte às informações conseguidas nessa valiosa fonte, pois bastava inserir o nome do empresário, e toda a ficha política, caso houvesse alguma atuação, aparecia de maneira individual, com filiações partidárias, votações, candidaturas e mandatos. A maioria dos empresários não teve atuação política, mas, cruzando este campo com a filiação religiosa, foi possível observar que os empresários católicos foram proporcionalmente mais atuantes que os protestantes. O gráfico 20 ilustra esta tendência.

**Gráfico 20 – Atuação da elite local na política. N=150**

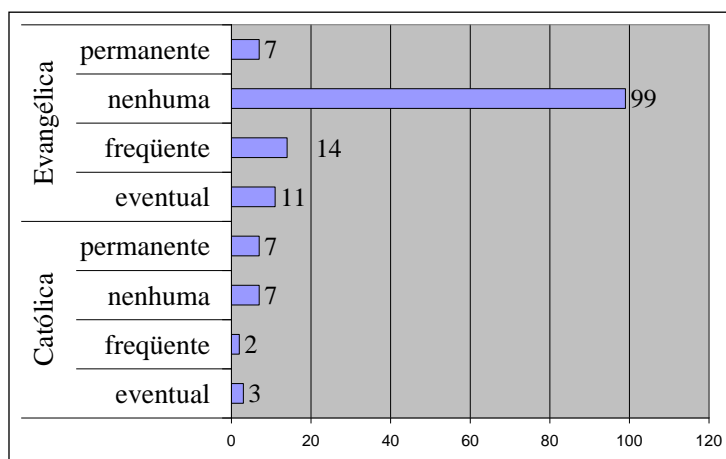


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Excluindo os integrantes da elite local que não investiram na política, organizamos o perfil dos que tiveram algum registro no legislativo municipal, no executivo municipal e cargos no legislativo estadual e federal.

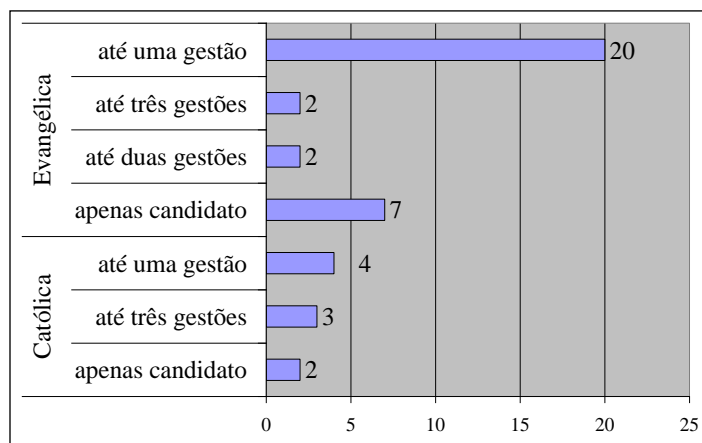
**Gráfico 21 – Atuação da elite local no legislativo municipal. N=40**

Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Em relação à atuação no legislativo municipal, conseguimos sistematizar as informações de 40 integrantes que disputaram a Câmara de Vereadores. Registramos a quantidade de gestões ao longo de sua vida e as possíveis tentativas de ingresso na casa legislativa local. Nesse universo, 20 empresários evangélicos estiveram em uma gestão, dois em até três gestões, dois em até duas gestões e sete foram apenas candidatos; quatro empresários católicos estiveram em uma gestão, três em até três gestões e dois foram apenas candidatos. O gráfico 21 é ilustrativo disso.

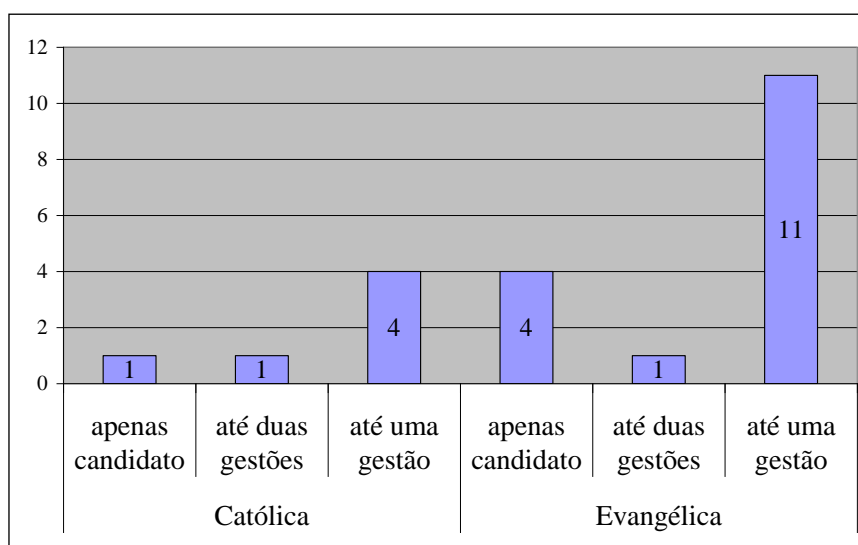
**Gráfico 22 – Atuação da elite local no executivo municipal. N=22**

Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Empregamos o mesmo método de preenchimento e para a análise dos registros referentes à atuação no executivo municipal com 22 indivíduos. Nesse universo havia 11 empresários protestantes que estiveram em uma gestão no executivo, um em até duas gestões, e quatro foram apenas candidatos. No lado católico, foram quatro integrantes da elite que ocuparam um cargo em pelo menos uma gestão, um o fez por duas gestões e outro foi apenas candidato. O gráfico 22 ilustra isso.

Em relação à filiação partidária, ela foi dividida em três campos: predominante até 1937; predominante entre 1945-65; predominante no período bipartidário. Justifica-se o uso desse recorte para facilitar a visualização gráfica dos resultados. A fonte utilizada foi o banco de dados eleitorais de Santa Cruz do Sul, com o apoio de necrológios, notícias e atas da Câmara Municipal de Vereadores. O universo do campo referente à filiação partidária predominante até 1937 foi formado por 33 empresários, sendo que 27 pertenciam ao PRR, partido hegemônico no principal período histórico – I República. Ao cruzar esse campo com a filiação religiosa, foi constatado que o PRR manteve-se em maioria entre os protestantes, com 20 indivíduos, além de outro que ingressou após 1889. No lado católico, a tendência foi a mesma (seis filiados de oito). O gráfico 23 é ilustrativo disso.

**Gráfico 23 – Partido predominante da elite de Santa Cruz do Sul até 1937 cruzados com a filiação religiosa. N=33**

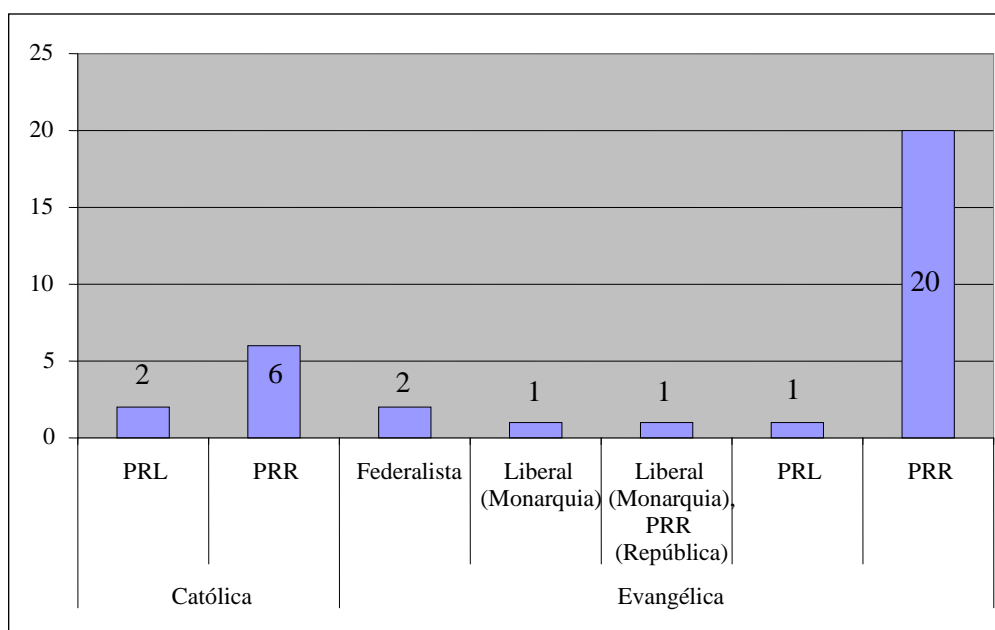


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul



No período compreendido entre 1945 e 1965, encontramos 27 empresários com filiação partidária. Nesse universo, 19 integrantes da elite foram filiados ao PSD, o maior partido da época, seguindo assim a tendência encontrada em relação ao PRR no período anterior. O segundo maior foi o PL, com quatro integrantes, seguido pelos antagônicos PTB e UDN, que possuíam dois filiados cada um. A divisão pelo fator religioso não tira a hegemonia do PSD tanto para protestantes quanto para católicos, mas encontramos uma tendência maior de ingresso de católicos no PL, como é possível visualizar no gráfico 24.

**Gráfico 24 – Partido predominante da elite de Santa Cruz do Sul 1945-65 cruzado com a filiação religiosa. N=27**

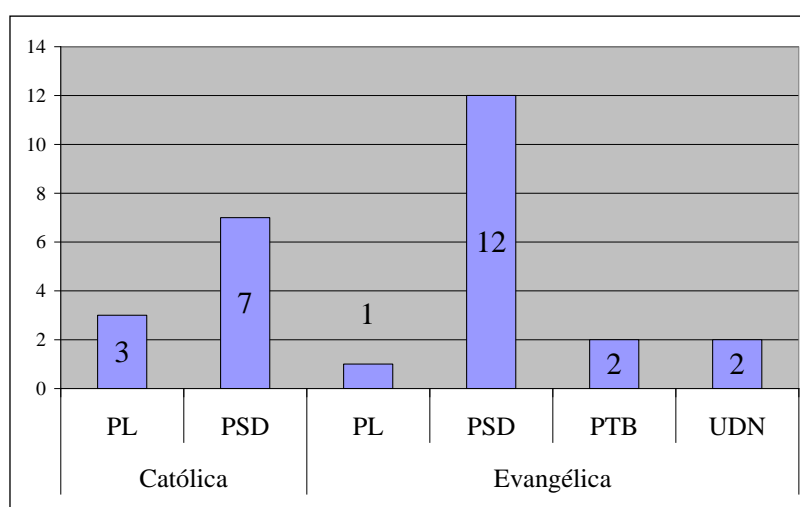


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Em relação ao clube principal, efetuamos a sistematização de 138 integrantes da elite local com base no texto necrológico. Sistematizamos o nome do clube ou entidade recreativa e religiosa que aparecia no primeiro plano da homenagem *post mortem* do indivíduo. A análise desse tipo de informação foi cruzada com a trajetória do indivíduo nesse clube, e constatamos que os necrológicos não deixavam de homenagear os empresários que ajudaram a construir essas instituições. Os 138 integrantes da elite estiveram, em algum momento de suas vidas, na direção dos clubes citados, o que indica um importante engajamento desses empresários na construção do espaço de atuação social e cultural. Cruzamos as informações com a filiação religiosa e constatamos que o Clube União foi o escolhido pela maioria do grupo de empresários filiados ao protestantismo em 57 casos; a Comunidade Evangélica apareceu em 28 casos, o Rotary em 13, e o Tênis Clube em 12. No lado católico, conseguimos levantar as informações de 19 empresários; desse grupo, 13 apareceram no Clube Aliança em primeiro plano. O gráfico 25 ilustra essa tendência.

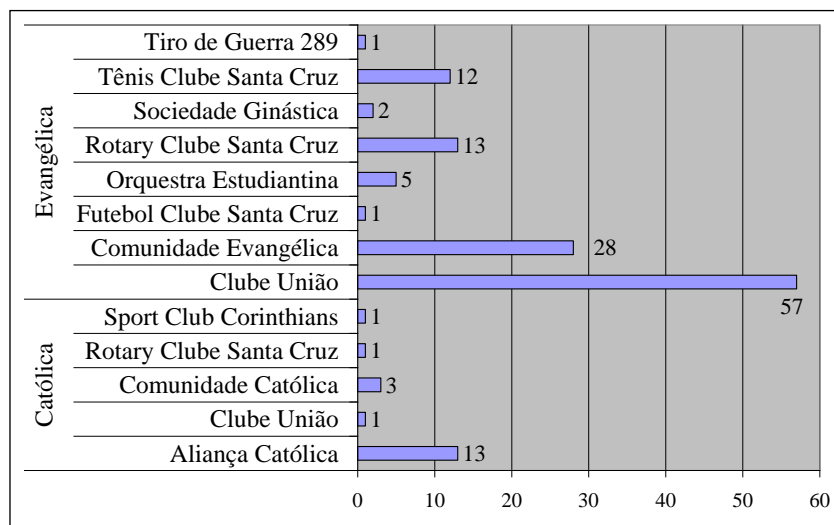
**Gráfico 25 – Clube principal cruzado com a filiação religiosa da elite local. N=138**

Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

O clube secundário foi medido com base nos citados em segundo plano no necrológico. Encontramos em 66 casos desses. Entre os protestantes, o Clube União teve o maior número de registros com 23 casos, seguido pela Comunidade Evangélica, com 18, e o Tênis Clube, com oito; no lado católico, encontramos 11 casos, sendo cinco na Comunidade Católica. O gráfico 26 ilustra essa tendência.

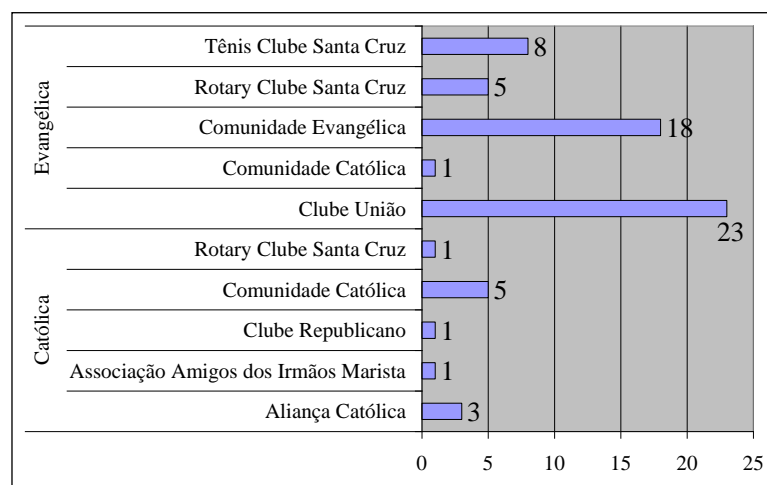
**Gráfico 26 – Clube secundário da elite local cruzado com a filiação religiosa. N=66**

Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Em relação à entidade empresarial, levantamos informações sobre a atuação de 58 integrantes da elite local que exerceram mandatos na diretoria das duas principais entidades, a Associação Comercial e Industrial e o Sindicato da Indústria do Fumo. Sistematizamos três registros: Sindifumo; ACI; ACI/Sindifumo. Cruzamos os resultados com a filiação religiosa e percebemos que a ACI foi o principal órgão patronal dessa elite, tanto da católica quanto da protestante. O gráfico 27 é ilustrativo disso.

**Gráfico 27 – Principal entidade empresarial cruzada com a filiação religiosa N=58**

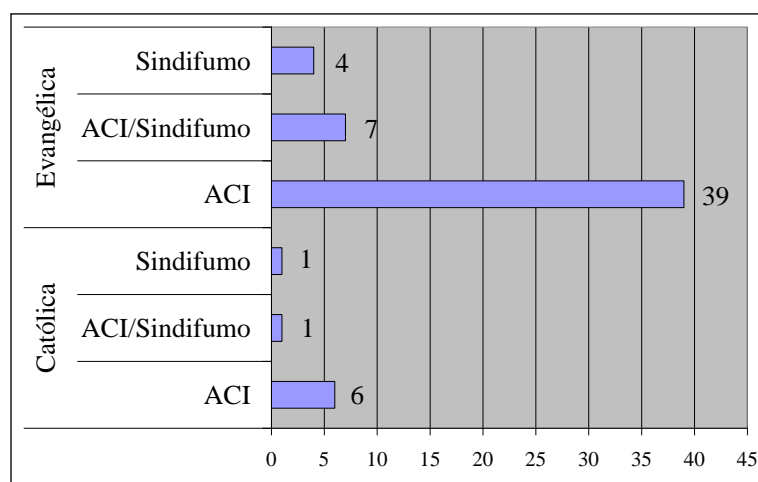


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Para analisar a dinâmica desse grupo no tempo, vamos analisar o perfil das três gerações objetivando visualizar as transformações ocorridas na composição desse grupo na dinâmica da história local.

### **3.2.1 O perfil da primeira geração: o grupo da Colônia de São João de Santa Cruz (1849-1878)**

A primeira geração da elite de Santa Cruz do Sul foi constituída por 28 empresários que nasceram entre os anos de 1823 e 1866 e iniciaram negócios locais entre a formação da Colônia de São João de Santa Cruz e a formação da Vila de Santa Cruz (1849-1878). O período de infância e adolescência englobou um amplo período da formação política e econômica do Brasil, que consolidou sua Independência e mergulhou em conflitos regionais que modificariam a formação social do Rio Grande do Sul. Vale destacar que, entre 1835 e

1845, o estado esteve envolvido na revolta farroupilha, o que provocou a interrupção do fluxo migratório que tinha iniciado com famílias de origem alemã, em 1824 e dado origem à Colônia de São Leopoldo, no Vale do Rio dos Sinos.

Com a estabilização proporcionada pelo II Reinado, foi retomado o fluxo migratório ao Rio Grande do Sul e expandida a formação de colônias para o interior. De acordo com Jean Roche (1969) as famílias que fundariam Santa Cruz do Sul, em 1849, eram constituídas por indivíduos mais escolarizados e capitalizados que o grupo de 1824. A trajetória pessoal desse grupo indica que a maioria veio para a colônia com algum tipo de capital econômico ou escolar. A combinação desses dois fatores contribuiu para consolidar a sua posição de comando e prestígio na emergente comunidade, pois ofereciam serviços específicos nas áreas de farmácia, metalurgia e gestão pública. Vale destacar que havia integrantes desse grupo com capacidade de negociação política com o governo estadual, como foi o caso do major da Guarda Nacional e empresário protestante Frederico Guilherme Bartholomay, do qual trataremos no terceiro capítulo.

Mergulhamos na análise prosopográfica para construir o perfil socioestatístico desse grupo. A pesquisa de Krause já indicava que, até 1900, a composição da comunidade era relativamente equilibrada entre católicos e protestantes, como vimos no final do primeiro capítulo. Porém encontramos um resultado bem diferente na análise da composição da elite empresarial. Na primeira geração, obtivemos a informação da filiação religiosa de todos os 28 empresários, sendo que 26 eram protestantes e apenas dois eram católicos. A tendência que encontramos se sustenta ao compararmos esse dado com os resultados do “censo rural” organizado por Carlos Trein Filho – citado por Krause (2002) – entre 1876-1880, em que havia apenas 10 comerciantes atuando no meio rural e nenhum era católico.

Como o cruzamento com a filiação religiosa perdeu força, resolvemos verificar outras variáveis na composição dessa elite. Consideramos a nacionalidade como elemento passível de comparação. Nesse processo, tendo a mesma cautela metodológica que empregamos no caso dos registros de localidade, efetuamos o cruzamento dos dois campos. É possível observar que os necrológios dos estrangeiros não informam o bairro ou distrito de nascimento, mas a cidade ou a região que o indivíduo nasceu na Alemanha. A tabela 11 permite observar a diversidade de espaços dessa elite que passou a migrar para Santa Cruz e abrir seus negócios até 1878.

**Tabela 11 – Nacionalidade e localidade/região de nascimento da primeira geração da elite local. N=28**

<b>Brasileira</b>	15º Distrito Colonial (São Leopoldo)	1
	Boa Vista	2
	Sede de Santa Cruz	2
	Linha João Alves	3
	Linha Sítio	1
	Linha Travessa	3
	Picada Velha	1
	Porto Alegre	1
	Soledade	1
	Vila Thereza	1
	<b>Total</b>	<b>16</b>
<b>Estrangeira</b>	Wuppertal (Alemanha)	2
	Bonn (Alemanha)	1
	Enkireh an der Mosel	1
	Eurbich (Alemanha)	1
	Idar-Oberstein	2
	Munique (Alemanha)	1
	Pomerânea (Alemanha)	1
	Prússia (Alemanha)	2
	Raversbeuren (Alemanha)	1
	<b>Total</b>	<b>12</b>

Tabela elaborada pelo autor com base na prosopografia da elite econômica de Santa Cruz do Sul

Em relação à escolaridade, conseguimos registrar o grau de formação dos 28 empresários em dois tipos de fontes: nos necrológicos, que indicavam o local de formação escolar na infância e adolescência, e nas listas de alunos das escolas rurais do século XIX que foram preservadas no Arquivo do Colégio Mauá. O perfil indica formação básica em todos os casos, o que constitui um dado relevante para o período em questão, levando em conta que parte importante da elite brasileira era analfabeta. Em viagens realizadas no interior do Rio Grande do Sul, Saint-Hilaire descreveu que muitos estancieiros de Rio Pardo não sabiam ler ou escrever, tanto que a legislação eleitoral valorizava a renda em detrimento da escolaridade. Jonas Vargas (2007) destaca que a formação escolar foi sendo incorporada pelas elites gaúchas a partir da estabilização promovida pela fim da revolta farroupilha, quando o nível de negociação e maturação da gestão pública exigia um aumento da escolaridade desses integrantes da elite.

Quanto ao local de formação básica, priorizamos usar a lista de matrículas dos estabelecimentos rurais. Vale destacar que o termo “Evangelische Realschule” foi o nome registrado para as escolas organizadas por pastores evangélicos rurais na Alemanha e no interior do Rio Grande do Sul, ao longo do século XIX. Quando o Colégio Sinodal foi

fundado, os pastores/professores centralizaram todas as informações sobre a vida educacional desses múltiplos estabelecimentos no arquivo dessa instituição. A “Evangelische Realschule” foi o local de formação de 10 integrantes da elite protestante, quase 1/3 do total. Os registros “ensino informal” e “ensino rural comunitário” foram coletados de necrológios e sugerem que esses indivíduos tenham aprendido a ler e escrever em casa. Essa prática foi muito comum no interior do Rio Grande do Sul. A tabela 12 ilustra o resultado desse levantamento.

**Tabela 12 – Formação básica e técnica da primeira geração. N=25**

Local da Instituição de Ensino	Nome da Instituição (Necrológio)	Total
Interior de Santa Cruz	Católico Rural	2
Interior de Santa Cruz	Ensino informal	1
Interior de Santa Cruz	Ensino Rural Comunitário	4
Porto Alegre	Escola Normal de Porto Alegre	1
Interior de Santa Cruz	Evangelische Realschule	10
Alemanha	Pharmazie Studium	1
Alemanha	Realschule Barmen	1
Alemanha	Realschule Idar-Oberstein	2
Alemanha	Realschule Raversbeuren	2
Alemanha	Realschule Technik Mittweida	1

Tabela elaborada pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

**Gráfico 28 – Formação técnica da 1ª geração cruzada com a nacionalidade. N=27**

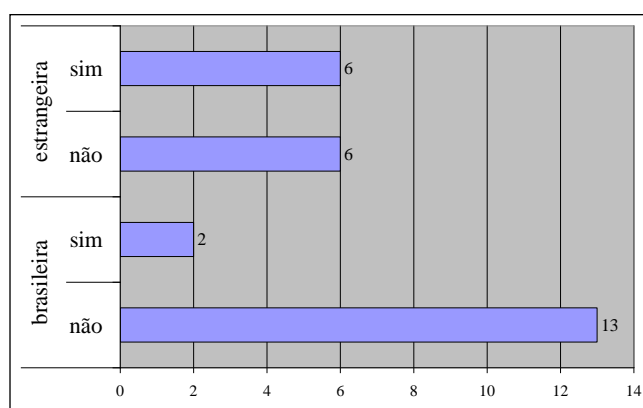


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Quanto ao resultado de integrantes da elite da primeira geração com formação técnica, havia um predomínio absoluto dos estrangeiros. Nesse grupo, dos 12 empresários sobre os quais obtivemos informações, a metade possuía algum curso técnico, e apenas dois dos 15 brasileiros foram profissionalizados. Esses empresários estudaram em escolas técnicas antes

de virem para a Colônia de São João de Santa Cruz. Nesse ponto, encontramos distinção no campo nacionalidade, pois o universo de estrangeiros com formação técnica é proporcionalmente maior que o de brasileiros. O gráfico 28 é ilustrativo disso.

A área contábil, hegemônica a partir da segunda e terceira geração, não foi importante para os integrantes da primeira geração da elite local. Numa comunidade que precisava estruturar a reposição de peças e utensílios para a agricultura familiar, era natural que parte importante dos investidores canalizasse sua formação para o setor de metalurgia e química. Em relação à formação universitária, havia apenas o engenheiro Frederico Guilherme Bartholomay, que abordaremos em seguida.

Em relação ao ramo de atividade do avô paterno, conseguimos informações a respeito de 24 integrantes da elite local com base em algumas peças biográficas, entrevistas com parentes e os necrológicos. Mesmo não havendo certeza quanto à prática profissional dos avós, é plausível supor que esses indivíduos tenham vivido no período das Guerras Napoleônicas e é provável que se encaixem no mesmo perfil dos pais de imigrantes que fundaram São Leopoldo, em 1824. Assim, dos 24 integrantes dos quais obtivemos informações, cerca de 21 praticavam a atividade agrícola como principal meio de sobrevivência. Os resultados referentes aos avós maternos mantiveram-se na mesma proporção; dos 19 casos apenas um não exercia essa atividade. Os necrológicos e artigos biográficos de 17 empresários indicam que tanto os avós quanto os pais passaram algum tipo de restrição alimentar na Europa, o que incentivou a sua migração para o continente americano. Entre os empresários protestantes havia algum tipo de ligação com pastores evangélicos e uma rede social muito forte com a maçonaria. Entre os pais obtivemos a informação sobre a atividade profissional em 26 casos e, comparando-a com a profissão dos avós, constatamos uma tendência de redução de 1/3 nas atividades voltadas para a agricultura familiar.

O comércio e a agricultura constituíram o principal ramo de atuação dos pais da primeira geração, confirmando uma tendência comum nos membros da elite de cidades pequenas. Vale destacar que mesmo aqueles que exerciam a atividade mercantil como principal fonte de renda não abandonavam a atividade agrícola por completo.

Em relação ao início das atividades empresariais, identificamos as informações de 27 integrantes da elite com o seguinte resultado: 39% iniciaram seus empreendimentos em

sociedade com terceiros, 38% foram empreendedores principiantes e 23% atuaram em parceria ou obtiveram herança familiar.

Em relação à principal atividade empresarial, conseguimos as informações a respeito dos 28 indivíduos. Nesse universo, o comércio teve a maior fatia de atuação, com 34% dos casos; a inauguração Caixa de Crédito Santa-Cruzeense, a partir de 1904, incorporou 23% deles nas atividades financeiras como ocupação principal; a agricultura familiar ocupava a terceira posição, com 19% dos casos. Vale destacar que os integrantes da elite local que tinham a atividade agrícola como principal possuíam como atividade secundária o beneficiamento de fumo ou ações no emergente banco local. Encontramos nesse grupo um metalúrgico (4%), um fumageiro (4%), dois funcionários públicos (8%) e dois indivíduos que investiram no setor de comunicações (8%). O gráfico 29 ilustra esse resultado.

**Gráfico 29 – Área da principal atividade empresarial da 1ª geração. N=28**

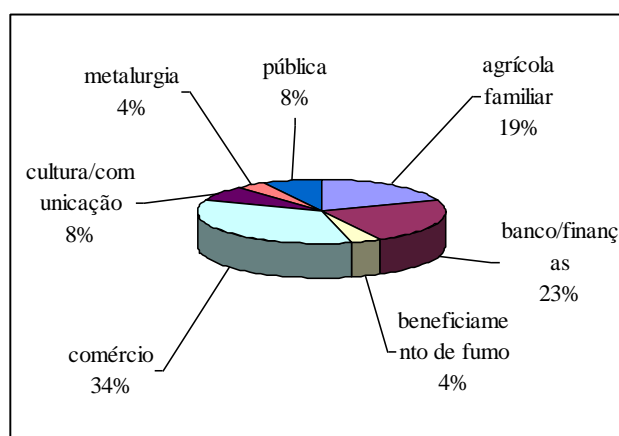


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Em relação à atuação política, merece destaque que essa seria a geração que inauguraria a Câmara local, em 1878. Dos 28 integrantes da elite, encontramos 12 que tiveram alguma participação nela. O palco principal foi o legislativo municipal em que quatro estiveram em uma gestão, quatro foram candidatos, mas não conseguiram se eleger, dois ocuparam vagas em até três gestões e dois em até duas gestões. Entre os empresários da nossa amostra, nenhum era católico. Desses 12 empresários dos quais há registros de atuação política, a maioria foi filiada ao PRR; os dois integrantes indivíduos que pertenceram ao Partido Liberal, no período do Império, foram os poucos empresários dessa geração que



conseguiram alcançar a renda mínima para atuar na política: Frederico Guilherme Bartholomay e Abraão Tatsch.

A proclamação da República fez elevar a participação política das comunidades oriundas da imigração alemã, e isso se refletiu na recomposição da elite local, que transferiu seu sucesso empresarial para a política.

A mudança na legislação eleitoral consolidou o ingresso de protestantes na política, o que foi potencializado pela escolaridade, tendo em vista que a nova constituição de 1891 reclassificou a prática eleitoral no Brasil. A escolaridade passou a ter peso determinante para votar e ser votado, redirecionando o peso e a importância política de comunidades como Santa Cruz, que conseguiram agregar um percentual importante nos registros eleitorais e contribuíram para ampliar a emergência de novos quadros.

### **3.2.2 O perfil da segunda geração: o grupo da Vila de Santa Cruz (1879-1905)**

A segunda geração foi constituída por 64 integrantes da elite local que iniciaram as atividades mercantis entre 1879 e 1905, período em que a Vila de Santa Cruz consolidou seu processo de emancipação política. Esses empresários atuaram como elite no contexto das duas grandes guerras e foram os principais investidores da industrialização local, principalmente do emergente setor fumageiro. Nessa geração, encontramos um padrão predominante de ascensão social caracterizado pela progressiva transferência de investimentos profissionais em atividades no meio rural para a atuação empresarial no emergente espaço urbano da vila.

Uma característica importante desse grupo foi sua preocupação em registrar os estabelecimentos empresariais na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, a partir de 1905, no mesmo período da inauguração da estrada de ferro que ligou a vila/cidade ao ramal ferroviário da rede estadual Rio Pardo-Porto Alegre. Os empresários que iriam atuar na Vila de Santa Cruz seriam responsáveis por alavancar duas firmas de elevado prestígio local: a Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense, futuro Banco Agrícola Mercantil S/A (1904), e a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A (1918). À medida que foi incorporada ao topo da pirâmide social, a segunda geração se engajou na consolidação da Associação Comercial e Industrial, fundada em 1918, época que os principais estabelecimentos se consolidavam na cidade. Os dados necrológicos sobre a filiação religiosa indicam que 96% desse grupo

pertenciam ao protestantismo, o que representa uma situação semelhante à da primeira geração.

Em relação à localidade de nascimento,<sup>83</sup> foi possível observar que dos 58 empresários dos quais se tem essa informação, a maioria, 15, nasceram na vila (sede urbana) de Santa Cruz do Sul. Os distritos de Rio Pardinho, Linha Travessa e Linha Santa Cruz foram locais de nascimento de um número expressivo de empresários, cerca de 20 na soma das três. Vale destacar que esses espaços geográficos foram os principais núcleos de produção agrícola do setor fumageiro de Santa Cruz do Sul. Parte importante da elite que investiria nesse setor nasceu e atuou profissionalmente na agricultura familiar concomitantemente ao comércio. Essa atividade foi exercida em parceria com os pais até constituir seu próprio negócio ou assumir com seus filhos o empreendimento empresarial da família. O gráfico 30 é ilustrativo disso.

**Gráfico 30 – Localidade de nascimento da 2ª geração cruzada com a filiação religiosa. N=58**

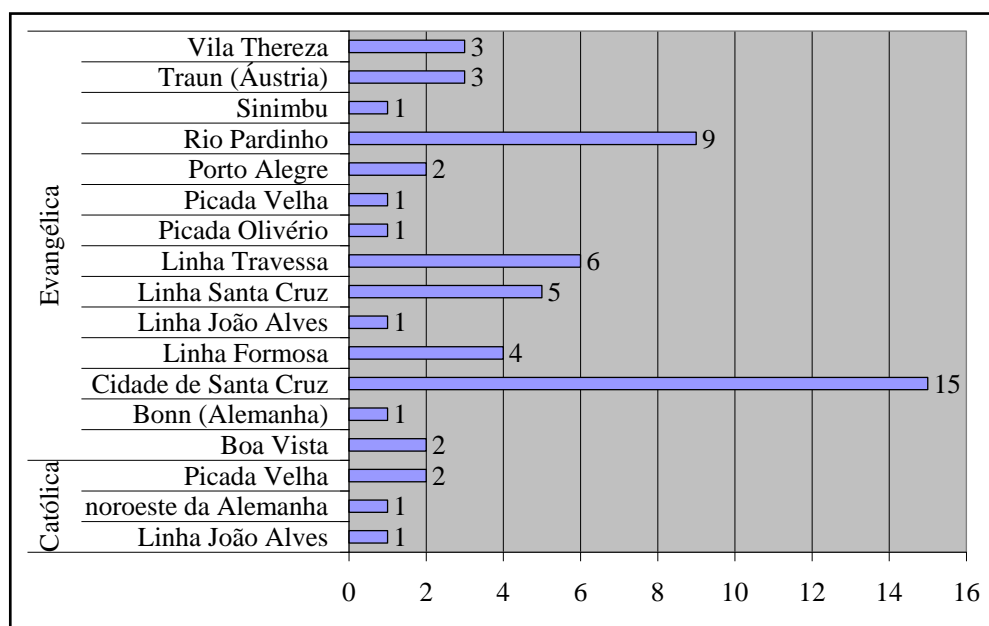


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Em relação à nacionalidade, ocorreu um expressivo aumento dos chamados teuto-brasileiros que eram filhos de pai ou mãe de origem alemã, mas nasceram no Brasil, gozando de plena cidadania. A segunda geração teve apenas seis integrantes que nasceram na Europa,

<sup>83</sup> Ver explicação sobre o preenchimento dos registros de localidade de nascimento da elite e sua primeira geração nos itens anteriores.

sendo cinco protestantes e um católico, confirmando assim uma tendência já encontrada na primeira geração, que foi marcada pelo elevado número de protestantes que se estabeleceram na Vila de Santa Cruz e pelo baixo percentual de empresários católicos. Conseguimos levantar a nacionalidade de 59 integrantes da elite, sendo 55 protestantes e quatro católicos. Desse grupo apenas seis eram estrangeiros, cinco protestantes e um católico, enquanto que 53 eram brasileiros, sendo três católicos e 50 protestantes.

Em relação ao nível de escolaridade, encontramos uma geração plenamente alfabetizada. Para a construção desse quadro, cruzamos os dados eleitorais de 1921 e percebemos que 97% exerceram o direito de votar e apenas 3% foram considerados inaptos, mas sem explicar os motivos, talvez por razões burocráticas de documentação e não de ordem escolar. A mudança na legislação eleitoral pós-republicana aumentou o potencial de atuação dessa elite que possuía uma formação escolar maior que a sociedade brasileira em geral. O local de formação indica um predomínio de instituições criadas pelos próprios imigrantes, como os estabelecimentos nomeados de *Evangelische Realschule*<sup>84</sup>. Vale destacar que essas instituições, juntamente com o chamado “ensino rural comunitário”, foram responsáveis pela formação básica de 31 integrantes da elite no lado protestante.

**Gráfico 31 – Local de formação escolar básica da 2ª geração cruzado com a filiação religiosa. N=60**

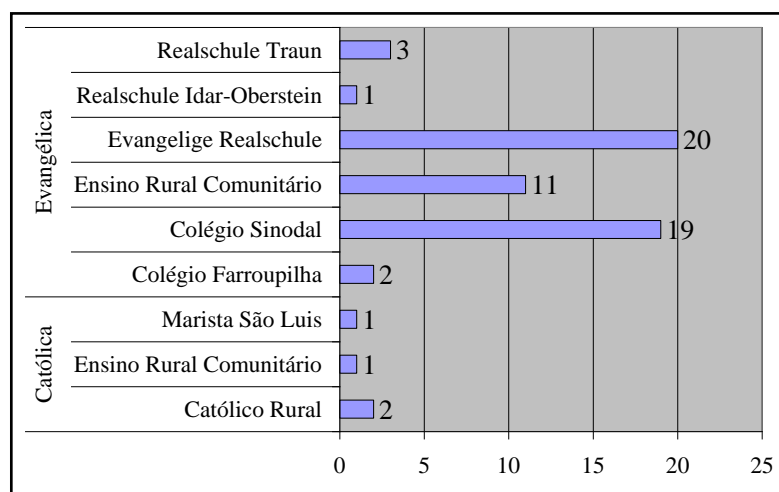


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

No período em que foram jovens, 1870-90, essa geração estudou nas escolas rurais, pois estas eram os únicos centros de formação básica da elite local, tanto da católica quanto da

<sup>84</sup> Ver explicação na escolaridade da primeira geração.

protestante. Vale destacar que essa segunda geração já apresenta os primeiros alfabetizados pelo Colégio Marista São Luis e pelo Colégio Sinodal, principalmente os mais novos, que nasceram perto da virada do século. Outra tendência observada foi a redução dos estabelecimentos estrangeiros na formação básica dessa elite, um indicativo da redução do fluxo de imigração alemã no estado. O gráfico 31 ilustra isso.

A maioria das escolas que funcionavam no meio rural possuía a mesma característica: eram de estilo multisseriado e as aulas ocorriam numas das dependências de uma residência central de uma localidade, num armazém ou no salão paroquial da igreja. Os poucos prédios que existiam eram constituídos por uma sala, banheiro e cozinha construídos pela comunidade em parceria com as instituições religiosas.

Um fator que mudou de uma geração para outra foi o investimento na formação técnica. Percebemos que a segunda geração foi, no geral, mais profissionalizada que a primeira, numa proporção de 50%: ao todo 32 técnicos de 64, sendo 31 filiados à igreja evangélica e um católico.

Em relação à área e ao tipo de curso técnico, sistematizamos e cruzamos informações de 30 integrantes da elite. A maioria dos empresários fez o curso de contabilidade nomeado de Guarda-Livros, organizado pelo Colégio Sinodal. Obviamente havia pouca oportunidade de cursos técnicos na vila, mas, diante do elevado crescimento do comércio e levando em conta que a maior parte dessa elite veio da agricultura familiar, essa formação pode ser considerada um elemento que contribuiria para a unidade desse grupo social. O aumento do número de indivíduos com essa formação, comparados com os da primeira geração, sugere um aumento da complexidade da gestão empresarial. Os estabelecimentos empresariais tinham quadros emoldurados dos diplomas, e as festas eram amplamente divulgadas no jornal local e comemoradas pelas famílias. Os resultados foram cruzados com a filiação religiosa combinada com a área e o tipo de curso técnico; assim, encontramos 24 integrantes da elite local formados como guarda-livros entre 30.

Em relação à formação universitária, encontramos quatro integrantes formados entre o grupo constituído por 64 empresários; assim, a maioria estava engajada numa formação básica e ambicionava uma formação técnica local para se dedicar à atividade empresarial. Desses quatro, dois se formaram na área de Engenharia Civil, um em Direito e outro em Engenharia Mecânica. Vale destacar que todos eram protestantes. O local de formação universitária foi

diversificado: Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. No período de atuação dessa elite, 1878 até 1905, ocorreu a transferência do primeiro médico para a Vila: o Dr. Otto Wulff, formado pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, protestante, filho de imigrante alemão naturalizado brasileiro. Esse médico estabeleceu vínculo matrimonial com a filha mais velha do primeiro engenheiro da cidade, Frederico Guilherme Bartholomay, integrante da primeira geração, que analisaremos no terceiro capítulo.

Em relação ao ramo de atividade do avô paterno, conseguimos informações de 64 integrantes da elite tendo como base algumas peças biográficas, entrevistas com parentes e os necrológicos. Há um predomínio absoluto da agricultura familiar, com 42 integrantes, sendo 38 protestantes e quatro católicos. Parte importante dos avós paternos investiram em outros ramos, como comércio, alimentos, couro e serviço público. Observou-se que a maioria praticava alguma dessas atividades antes de migrar para o Brasil em 1849. Em relação ao ramo de atividade profissional do pai, constatou-se uma redução significativa da agricultura familiar combinada com um aumento do comércio e outros serviços de caráter urbano. A maioria dos pais da segunda geração iria consolidar a agricultura familiar na região e iniciar progressivamente as atividades voltadas para o comércio. Para efeitos de comparação, os gráficos 32 e 33 ilustram a capacidade de reconversão do capital rural para o empresarial entre avós e pais dessa elite.

**Gráfico 32 – Ramo de atividade profissional do avô paterno da 2ª geração cruzado com a filiação religiosa. N=64**

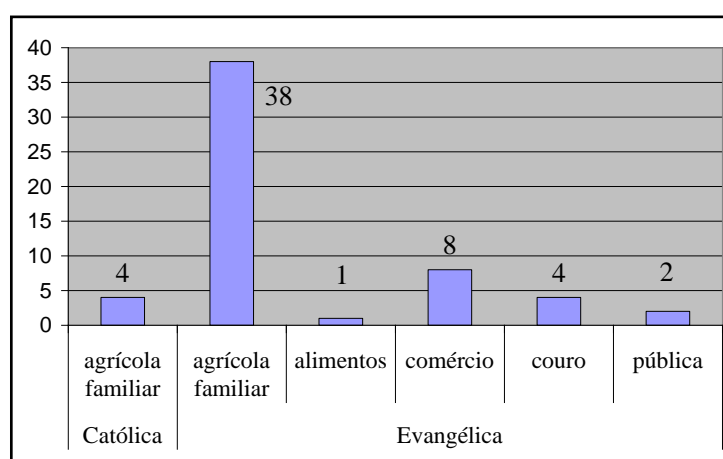


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

A análise total, sem divisão pela filiação religiosa, revelou que mais da metade dos pais iriam permanecer na agricultura familiar (32 de 57), mas, ao contrário do acontecido com

os avós, ocorreria uma mobilidade social com investimentos em outras atividades profissionais, graças ao incremento nos negócios proporcionado pelo aquecimento do mercado interno. O conflito do Paraguai poderia ter contribuído para esse processo. Ao todo, 17 dos 64 pais da segunda geração estiveram voltados ao comércio, dois à área de metalurgia, quatro a atividades liberais e um ao beneficiamento de fumo e alimentos.

**Gráfico 33 – Ramo de atividade profissional do pai cruzado com a filiação religiosa da 2ª geração. N=57**

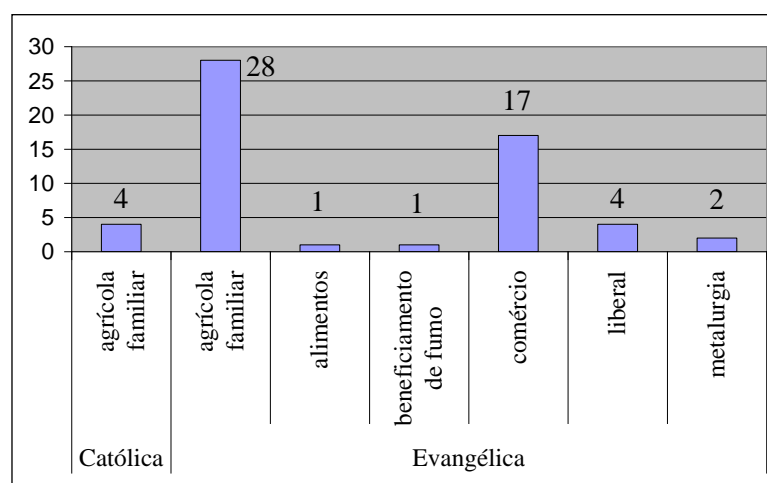


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

A consolidação de um excedente agrícola potencializou a monetarização de alguns agricultores, proporcionando a emergência de um segmento mercantil atuante na vila. O período de formação da segunda geração seria o período de formação das novas colônias italianas na serra gaúcha e da emergência de estabelecimentos industriais e financeiros que incorporariam setores anteriormente dedicados à agricultura familiar. O sucesso dos pais contribuiu para a formação dessa elite local.

Em relação ao ramo da principal atividade empresarial, conseguimos efetuar a sistematização de 58 integrantes da elite tendo como base os necrológios e os inventários. Nesse universo, constatamos que o comércio foi a principal atividade para 21 indivíduos, sendo que apenas um era católico; o beneficiamento de fumo aparece nesse contexto com nove integrantes, sendo sete protestantes; o setor financeiro com cinco, a indústria de cigarros com quatro, e o surgimento de outros ramos empresariais, como bazar e utilitários, couro, alimentos e borracha, permite observar o nível de complexidade que a vila estava alcançando no período da segunda geração. O gráfico 34 ilustra os resultados desse levantamento:

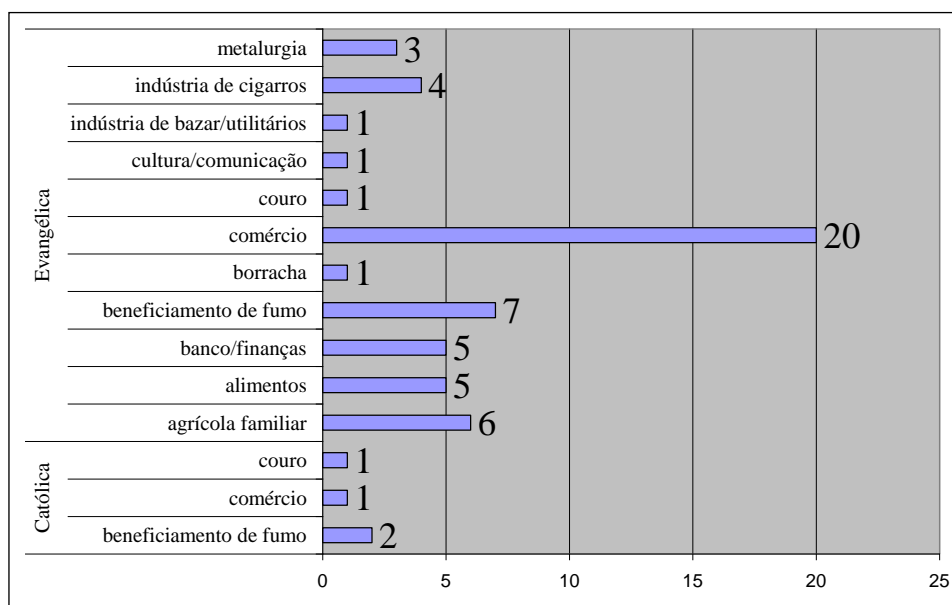
**Gráfico 34 – Principal atividade empresarial da 2ª geração cruzada com a filiação religiosa. N=58**

Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

A agricultura familiar deixou de ser importante para esse segmento, e os católicos desse universo populacional iriam deixar de dedicar-se a ela. Dos 64 integrantes da elite apenas seis permaneceriam com essa atividade, todos filiados ao protestantismo. Os dois principais setores da vila, o comércio e o fumo, seriam os motores da economia local, pois a soma dos dois grupos, incluindo católicos e protestantes, constituía mais da metade dos investidores: 34 (comércio + indústria de cigarros + beneficiamento de fumo). Em relação à atividade profissional secundária, percebemos um aumento progressivo no setor financeiro. Vale relembrar que, em 1904, ocorreu a inauguração da Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense, futuro Banco Agrícola Mercantil S/A, e parte importante da elite dessa geração seria sócio-fundador desse empreendimento. O grupo filiado ao protestantismo foi o maior investidor neste ramo, mesmo que essa instituição fosse articulada, negociada e organizada pelos padres católicos jesuítas. O gráfico 35 ilustra o respectivo resultado.

Em relação ao início das atividades empresariais, os protestantes efetuaram sociedade com terceiros numa escala maior que os católicos, mas nesses grupo havia um predomínio de formação de parceria entre os familiares. A fonte utilizada para a organização dessas informações foi constituída pelos artigos publicitários e monografias de empresas que descreviam o início desses empreendimentos. Conseguimos registrar a condição de 57 empresários. Mesmo que o início das atividades ocorresse em parceria com a família, a

tendência encontrada foi de concentração na empresa limitada. Cerca de 24 empresários protestantes iniciaram as atividades em parceria ou herança familiar, 17 foram empreendedores principiantes e 13 formaram sociedade com terceiros. No lado católico encontramos dois em parceria familiar e um que resolveu iniciar a carreira empresarial sozinho. O gráfico 36 é ilustrativo disso.

**Gráfico 35 – Prática de mais de uma atividade profissional da 2ª geração cruzado com a filiação religiosa.**  
N=44

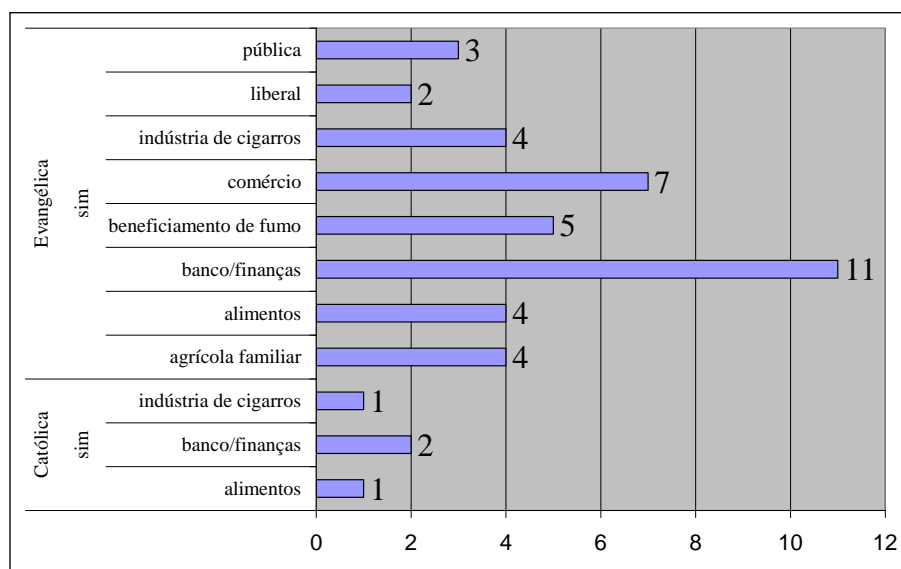


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

**Gráfico 36 – Forma de início da atividade empresarial da 2ª geração cruzado com a filiação religiosa.**  
N=57

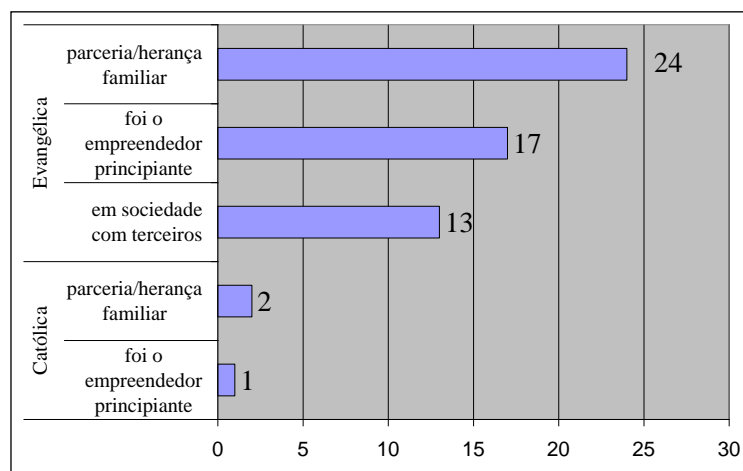


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul



O investimento em sociedades anônimas de capital aberto, as chamadas “S/A”, como foram a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A e a Caixa de Crédito Santa-Cruzeiro, futuro Banco Agrícola Mercantil S/A, demonstra uma outra tendência. O expressivo investimento dessa elite no mercado acionista local sugere uma confiança na indústria fumageira e no principal banco da cidade. Os resultados apontam que, dos 64 membros da segunda geração, metade foi acionista em alguma empresa, e os protestantes estavam à frente desse processo com 22 acionistas em pelo menos uma sociedade anônima. O gráfico 37 ilustra isso.

**Gráfico 37 – Situação como acionista de capital aberto da 2ª geração cruzada com a filiação religiosa. N=31**

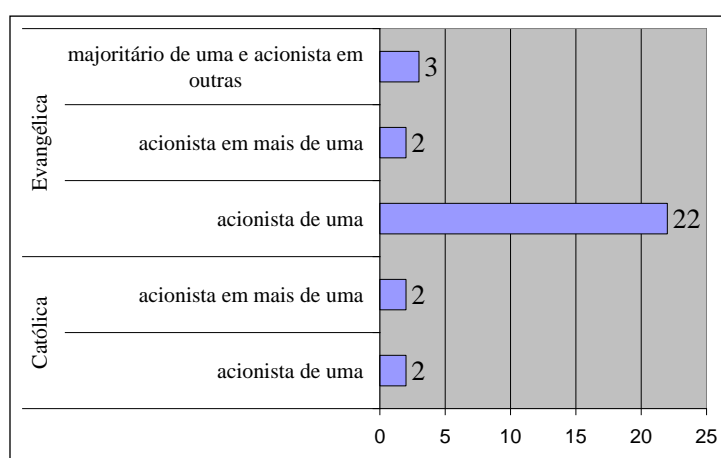


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

A atuação política dessa geração foi maior, pois esse grupo atuou num contexto marcado por três fatores: primeiro, a consolidação da Lei Saraiva, que permitia a atuação dos não católicos na política; segundo, o capital empresarial consolidado que contribuiu para aumentar a inserção dessa emergente elite nas disputas políticas; terceiro, a proclamação da República, que, além de consolidar a divisão entre Igreja e Estado, definiu a escolaridade como elemento determinante para o exercício da política.

Mesmo que mais da metade, 38 dos 52, não tivesse atuação política, o percentual de empresários com alguma iniciativa na política aumentou em comparação com a primeira geração.

Os protestantes conseguiram transferir parte de seu sucesso empresarial para as atividades políticas, mas estavam menos aptos para seguir essa carreira do que seus pares católicos. Cruzando as informações sobre religião e atuação no legislativo municipal, vemos

que nove dos 11 evangélicos que tiveram algum tipo de engajamento conquistaram pelo menos um mandato durante suas vidas. O gráfico 38 é ilustrativo disso.

**Gráfico 38 – Atuação política da 2ª geração cruzada com a filiação religiosa. N=52**

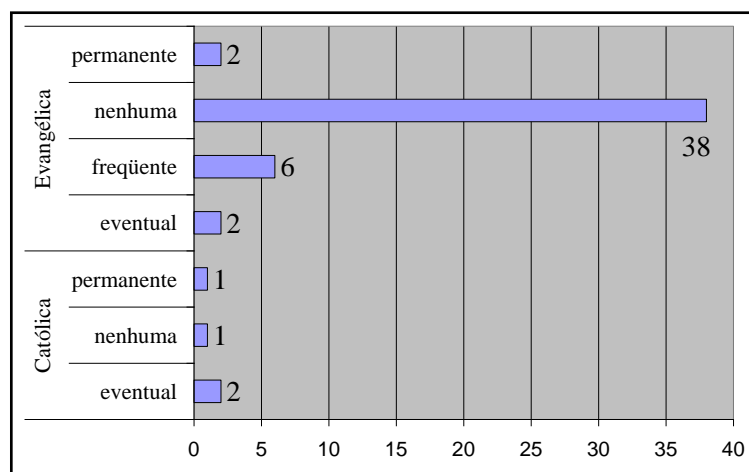


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Em relação ao executivo municipal, os protestantes foram maioria: três integrantes da elite chefiaram pelo menos uma vez a Intendência/Prefeitura, um indivíduo a chefiou por duas gestões, e outro, uma vez. Já os católicos dessa geração a ocuparam em uma única gestão com um empresário.

Sobre a agremiação partidária predominante, o contexto histórico da I República influenciou a composição política dessa geração, pois havia uma predominância do Partido Republicano Rio-Grandense: 11 filiados, sendo oito protestantes e três católicos; os Federalistas foram dois, e o PRL teve um filiado; esses últimos também eram protestantes. Durante o período democrático (1945-1964), a segunda geração apresentou cinco empresários. O predomínio foi do PSD, caso constatado também por Marco Cadoná (2002). Esses integrantes da elite local estavam distribuídos assim: um católico do PL, e outro do PSD; os três protestantes eram todos do PSD. Apenas um empresário protestante da segunda geração chegou a atuar no período bipartidário e foi filiado ao partido governista, ARENA.

Em relação à participação nas entidades empresariais, temos 18 empresários dessa geração, sendo dois católicos e 16 protestantes. Visualizamos um painel composto por 64 integrantes da elite que iniciaram as atividades empresariais na Vila de Santa Cruz entre 1878 e 1905. Começaram a falecer antes da implementação do regime militar brasileiro e, portanto, construíram empresas numa cidade que emergiu junto com eles. A terceira geração iria

romper com várias dinâmicas e atuaria numa cidade plenamente industrializada e com infraestrutura capaz de elevar o seu nível de negociação na escala nacional e internacional.

### **3.2.3 O perfil da terceira geração: o grupo da Cidade de Santa Cruz do Sul (1906-1965)**

A terceira geração foi formada por 96 integrantes da elite. Esse grupo iniciou as atividades empresariais entre os anos de 1906 e 1947, ano em que foi estruturada a lista que serviria para delimitar o *corpus* da pesquisa. Os registros de nascimento iniciaram em meados de 1890 e se estenderam até 1924, enquanto que os falecimentos iniciaram a partir de 1970.

O ápice de suas carreiras empresariais foi no período da IV República (1945-1964) numa cidade que foi reconhecida como “Capital Nacional do Fumo”. A marca predominante dos integrantes da terceira geração foi sua capacidade de reconversão em profissões liberais ou públicas concomitantemente às atividades empresariais. Esse grupo atuou num contexto urbano de uma cidade pequena no interior do Rio Grande do Sul.

A maioria não trabalhou na agricultura familiar, mas são, com poucas exceções, netos ou filhos de pequenos agricultores que vieram do meio rural. Vale destacar que seus descendentes tenderiam a exercer profissões liberais, pois teriam maiores recursos para ingressar em instituições de ensino superior na capital estadual, Porto Alegre, além de serem beneficiados pela expansão dessa rede em cidades do interior, a partir de 1960. A Faculdade Integradas Santa Cruz (FISC), futura Universidade de Santa Cruz (UNISC), foi aprovada por decreto do presidente João Goulart em janeiro de 1964.

O primeiro campo de análise foi a “localidade de nascimento”. Nesse ponto, devemos ressaltar que a maioria das informações foi coletada dos necrológios editados localmente que traziam o espaço geográfico relevante para a imprensa local. Mesmo com essa cautela metodológica, a análise revelou uma ampliação da tendência urbana desse grupo. Conseguimos as informações de 84 integrantes, e, excluindo os resultados inferiores a 2%, foi possível perceber que mais da metade, 63%, nasceu na sede.

Embora tenhamos uma maioria urbana, os nascidos no meio rural ainda possuíam um peso relativo, pois constatamos que a soma das localidades rurais de Santa Cruz do Sul corresponde a 34% dos casos. Esse grupo “rural” esteve distribuído na Linha Santa Cruz com 12%, Sinimbu com 6%, Rio Pardinho com 5%, Picada Velha com 4%, Linha Pinheiral com 4% e Linha Formosa com 3%. O gráfico 39 mostra isso.

A análise estatística da filiação religiosa aponta uma elevação do percentual de católicos. Dos 84 integrantes, 16% eram filiados a essa igreja, um aumento expressivo em comparação com a primeira e segunda geração. No período que esse grupo emergiu como elite, a cidade se tornou polo econômico nacional do ramo fumageiro. Essa posição na economia gaúcha incentivaria a vinda de vários investidores de outras cidades vizinhas, o que fez aumentar o número de empresários no conjunto total das elites. A decadência econômica da pecuária e das exportações de arroz de cidades majoritariamente filiadas à religião católica, como Rio Pardo, Candelária, Cachoeira do Sul e Encruzilhada do Sul, contribuiu para o aumento do número de católicos entre os integrantes da elite de Santa Cruz do Sul, em comparação com a primeira e segunda geração.

**Gráfico 39 – Localidade de nascimento da 3ª geração. N=84**

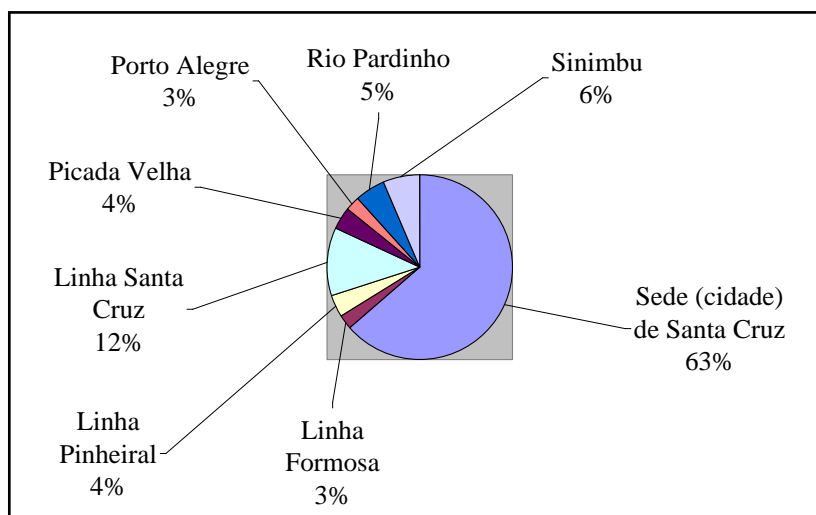


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Em vários necrológios e biografias, foi possível observar o interesse de muitos empresários em transferir a residência para essas cidades, reconhecidas até a década de 1930 como polos econômicos estaduais. Mas o dinamismo de Santa Cruz do Sul fez com que as emergentes famílias de origem teuta, filiadas ao catolicismo, fossem agregadas ao topo da sociedade local, desestimulando a migração para cidades que anteriormente foram atrativas nas áreas de criação de gado e plantação de arroz. Mesmo com essa mudança, os protestantes eram 84%, enquanto que os católicos, 16%.

Em relação à localidade de nascimento cruzada com a religião, conseguimos reunir informações de 84 integrantes. Ficou evidente a composição urbana desse grupo em ambas as

igrejas. Entre os protestantes, 24 nasceram no meio rural, em alguma “linha, vila ou picada”, enquanto que 41 nasceram na sede de Santa Cruz do Sul. Havia nesse grupo um empresário de Viena (Áustria), um da cidade de Candelária e outro da capital estadual, Porto Alegre. Os católicos dos quais obtivemos informações somam 14. Desse grupo, três nasceram no meio rural (dois na Linha Santa Cruz e um na Picada Velha), enquanto que 11 nasceram no meio urbano, sendo oito na cidade de Santa Cruz do Sul, um italiano, um natural de São Sebastião do Caí e outro de Jaguarí. O gráfico 40 é ilustrativo disso.

**Gráfico 40 – Localidade de nascimento da 3ª geração cruzado com a filiação religiosa N=84**

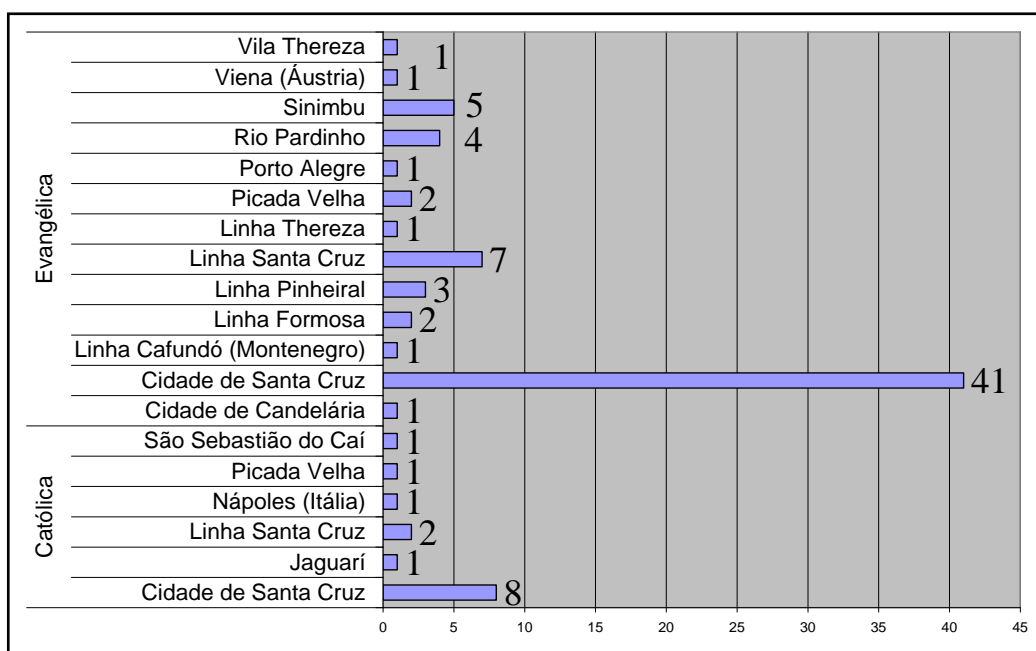


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

**Gráfico 41 – Local de formação escolar básica da 3ª geração cruzado com a filiação religiosa. N=77**

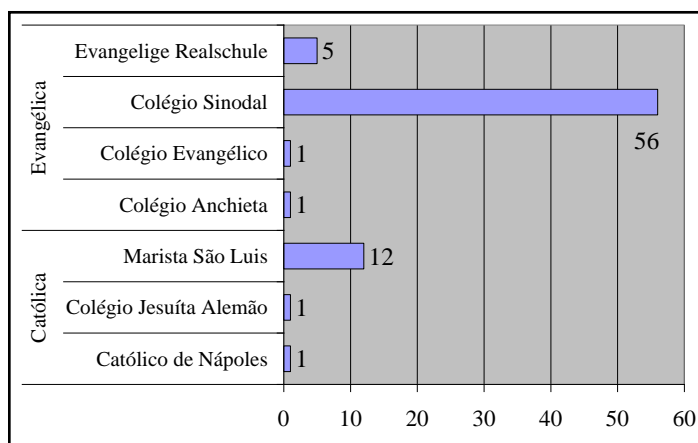


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Em relação à formação escolar, todos os integrantes da terceira geração obtiveram formação básica, pois não encontramos qualquer registro de integrante analfabeto. Dos 77 empresários dos quais coletamos o local de formação, 56 a obtiveram no Colégio Sinodal (protestante), e 12 no Colégio Marista São Luis (católico). Essa terceira geração ainda teve empresários com formação nas “Evangelische Realschule”, com cinco indivíduos, e um necrológico indicou “Colégio Evangélico”, que, segundo tudo indica, é do mesmo grupo escolar, “Realschule”, majoritário da primeira e segunda geração. O gráfico 41 ilustra isso.

A terceira geração foi a que mais participou da associação de ex-alunos, em comparação com as duas primeiras, o que revela o elevado grau de capital social dessas escolas e o engajamento dessa elite na consolidação dessas instituições. Para efetuar esses registros, usamos a lista de participantes das associações de ex-alunos do São Luis e Colégio Mauá (antigo Sinodal). Os resultados apontam que 41 integrantes participavam de alguma dessas duas associações, mas devemos ressaltar que a lista compreende somente os que estudaram nessas instituições; assim, os protestantes tinham 31 empresários enquanto que os católicos, 10.

Em relação à formação técnica, havia 91% de empresários especialistas num total de 82 integrantes. Em comparação com as duas primeiras gerações, esse foi o grupo mais profissionalizado. Ao dividi-los por religião, percebemos que os 14 católicos possuíam essa formação, enquanto que 60 dos 67 protestantes eram técnicos. Efetuamos o cruzamento do campo da filiação religiosa, a área de formação técnica e o tipo de curso técnico. Os necrológicos dos católicos indicam quatro cursos na área contábil, sendo que o curso de Perito-Contador do Colégio Marista São Luis formou 10 indivíduos. Os necrológicos dos protestantes indicam três tipos diferentes na área contábil, sendo que o curso de Guarda-Livros do Colégio Sinodal produziu 46 formados.

Em relação à formação universitária, dos 96 integrantes apenas 12 possuíam curso superior. Desse universo, levando em conta a divisão por religião, havia uma proporção maior de católicos, pois dos 14 indivíduos da elite católicos quatro possuíam formação superior, enquanto que, do lado protestante, dos 60 integrantes dos quais temos informação, havia oito empresários com curso superior.

Em relação ao ramo de atividade do avô paterno, conseguimos informações de 78 integrantes, tendo como base algumas peças biográficas, entrevistas com parentes e os

necrológicos. Cruzamos os registros com a filiação religiosa. No lado protestante havia 50 agricultores, 10 comerciantes, dois funcionários públicos, um metalúrgico e um profissional liberal; no lado católico, 12 agricultores e dois comerciantes. A atividade agrícola dessa geração aumentou relativamente em comparação com a primeira geração, pois esse grupo seria incorporado graças ao sucesso proporcionado pela economia fumageira. O gráfico 42 mostra isso.

**Gráfico 42 – Ramo de atividade profissional do avô paterno da 3ª geração cruzado com a filiação religiosa. N=78**

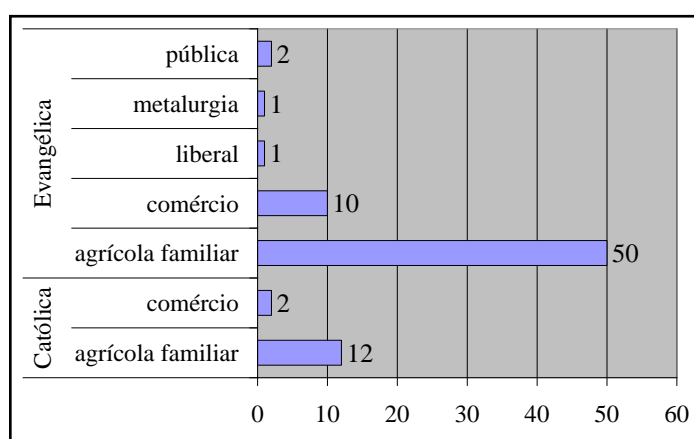


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Em relação ao ramo de atividade profissional do pai, efetuamos 76 registros, tendo a mesma base de fontes dos avôs paternos. Cruzamos esse dado com a filiação religiosa. Os protestantes atuaram no comércio em 26 casos, na agricultura familiar em 19 casos, e o beneficiamento de fumo aparece em cinco casos; no lado católico, a área de comércio apareceu em seis registros, o beneficiamento de fumo em quatro, e a agricultura familiar, em três.

Para o ramo de atividade secundária do pai, conseguimos reunir informações de 61 integrantes. Encontramos uma forte combinação entre atividade agrícola e prática do comércio, confirmando a tendência de emergência dessa geração. Para 23 pais protestantes, a agricultura familiar foi um ramo secundário de atividade, enquanto que para os católicos foram três casos. O comércio aparece em 17 casos de pais protestantes, e não conseguimos encontrar nenhum católico nesse campo.

Os gráficos 43 e 44 são ilustrativos disso.

**Gráfico 43 – Ramo de atividade profissional do pai da 3ª geração cruzado com a filiação religiosa. N=76**

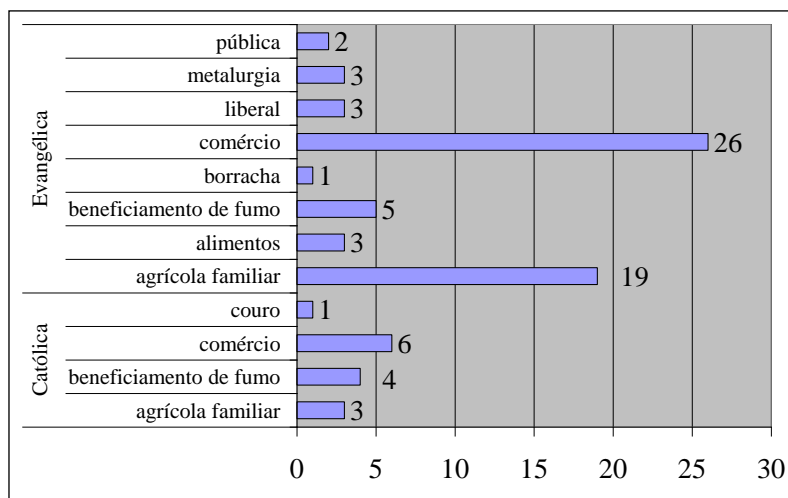


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

**Gráfico 44 – Ramo de atividade profissional secundária do pai da 3ª geração cruzado com a filiação religiosa. N=61**

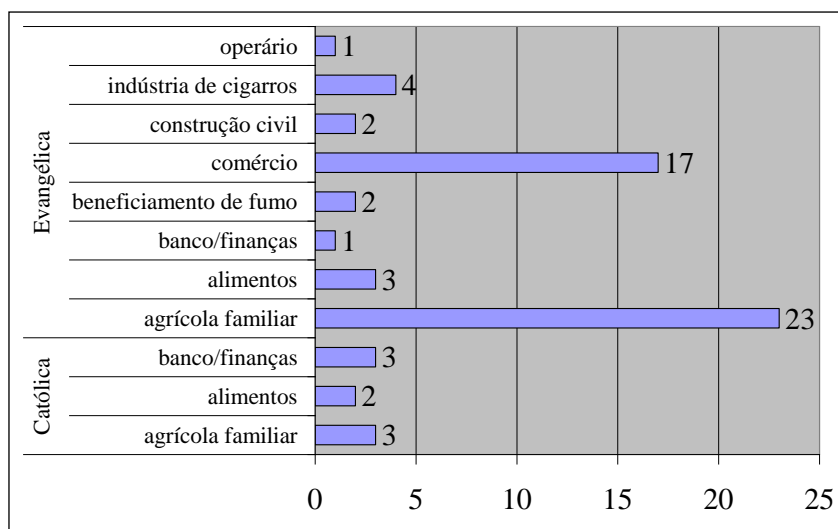


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Quanto à principal atividade empresarial dos empresários da terceira geração, efetuamos a análise total do grupo, com a soma das duas religiões, e excluímos os resultados inferiores a 2%. Nesse universo ficaram 85 integrantes. O comércio foi predominante com 65% dos casos, seguido pelo beneficiamento de fumo com 12%, alimentos com 9%, metalurgia com 6%, bancos com 4%; profissões liberais ocuparam 4% do total. O gráfico 45 ilustra isso.



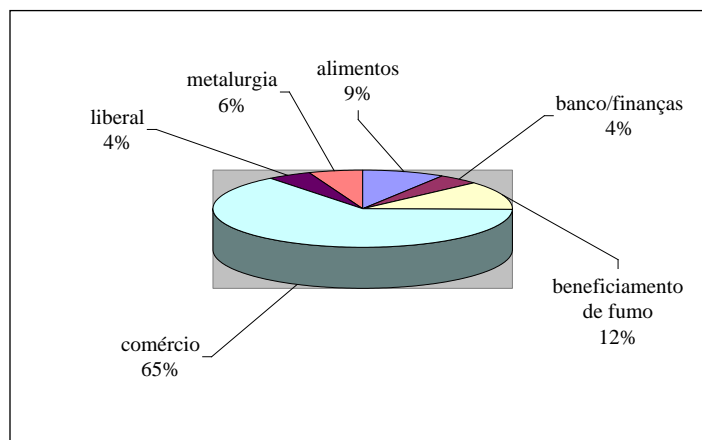
**Gráfico 45 – Principal atividade empresarial da 3ª geração. N=85**

Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

O quadro de atividades empresariais cruzadas com a filiação religiosa confirma a tendência encontrada nas gerações anteriores. Entre os protestantes havia 33 comerciantes, sete industriais de beneficiamento de fumo, seis industriais na área de alimentos e quatro no setor metalúrgico. A diversidade profissional permite observar o dinamismo da economia local, pois haviam empresários no ramos de transportes, construção civil, boracha, couro, agricultura familiar, comunicação entre outras. Os católicos apresentavam nove empresários dedicados ao comércio.

Em relação ao ramo da atividade secundária, ocorreu predomínio do comércio entre os protestantes e um aumento na indústria de cigarros, possivelmente impulsionada pelo investimento no mercado de ações local, na Companhia de Fumos Santa Cruz S/A; a empresa foi fundada e consolidada no mesmo período de atuação desses empresários. Dos 51 integrantes da elite local, 13 (tanto católicos quanto protestantes) tinham como ramo secundário o beneficiamento de fumo ou a fabricação de cigarros. O setor de alimentos também mostrava-se forte com 10 evangélicos e 2 católicos, além disso, o setor público e as profissões liberais figuravam como alternativas de renda para alguns empresários.

Não eram raros os casos de médicos, advogados, dentistas, engenheiros, professores, funcionários da administração pública e militares possuírem como ramo principal o setor empresarial, transformado suas profissões como secundárias em vários momentos de suas vidas. Os gráficos 46 e 47 ilustram esses resultados.

Gráfico 46 – Principal atividade empresarial da 3ª geração cruzada com a filiação religiosa. N=74

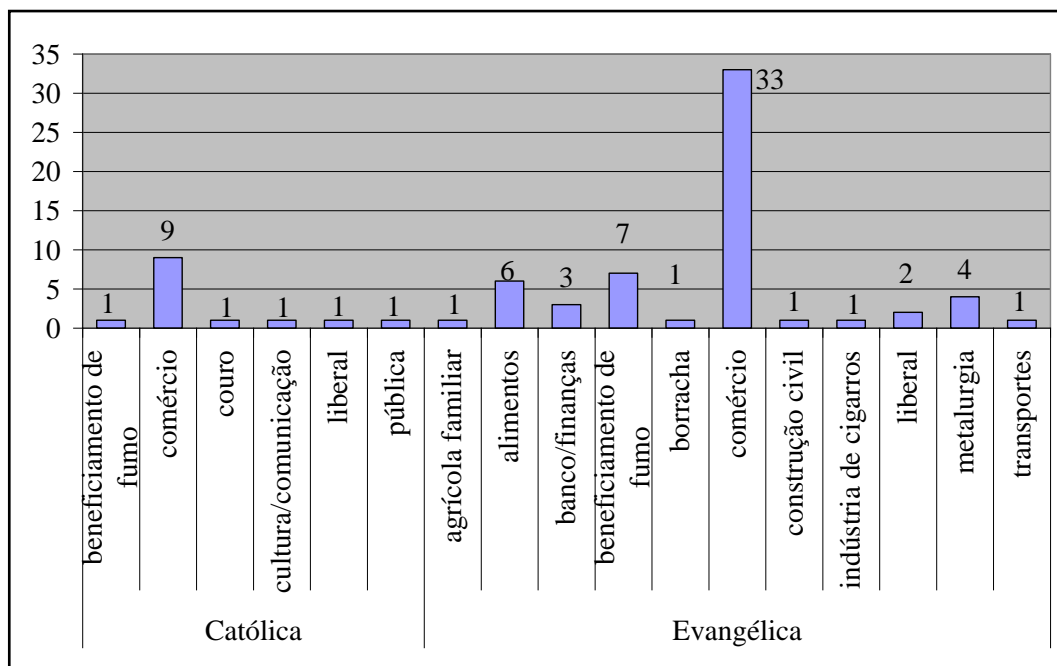


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Gráfico 47 – Ramo de atividade profissional secundária da 3ª geração cruzado com a filiação religiosa. N=51

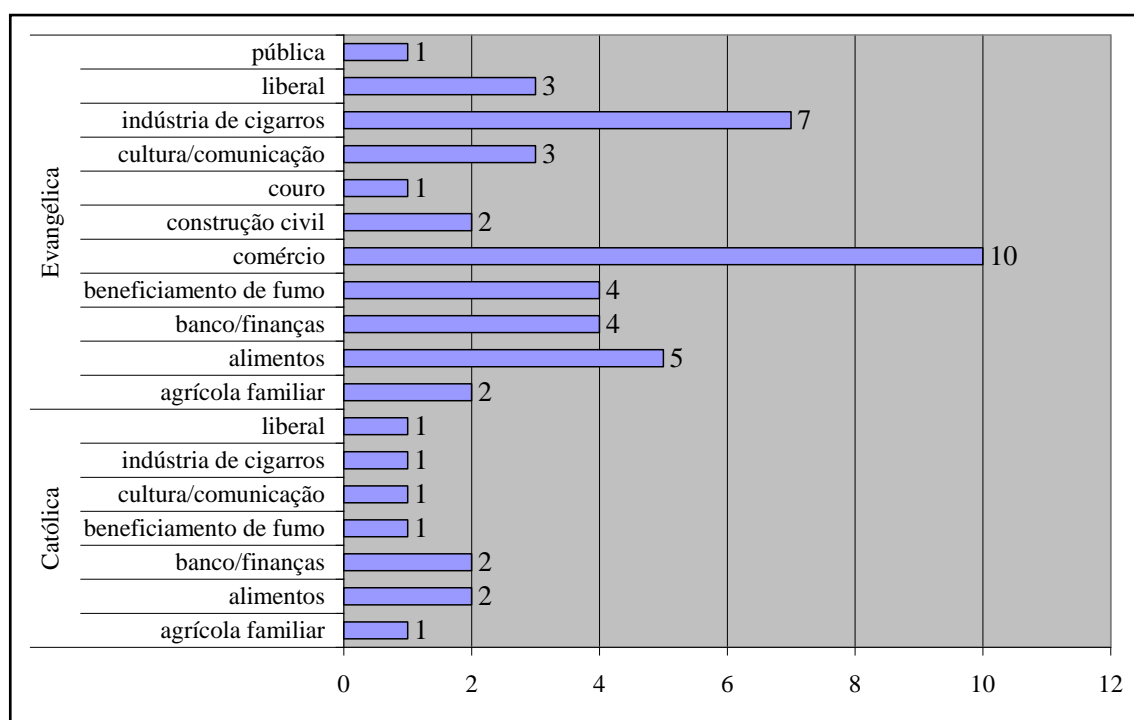


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Em relação à tendência dos irmãos frente às atividades empresariais da família, conseguimos sistematizar as informações de 74 irmãos. Certamente os resultados não são concretos, tendo em vista a subjetividade e a amplitude do campo de análise. A razão social “Irmãos & Cia. Ltda.” ou “Irmãos S/A” facilitou nossa tarefa, mas nem sempre se obedecia a essa regra. O resultado que chamou atenção foi o peso dado pelos católicos ao investimento nas profissões públicas ou liberais, pois, dos 14 casos, sete investiram nesse ramo o que é igual ao número de protestantes, sendo que desse grupo conseguimos informações de 60 irmãos. Os empresários protestantes tendiam a diversificar seus investimentos em outra área (28 casos), ou a concentrá-los na mesma atividade empresarial (26 casos), o que representa uma proporção de quase meio a meio do total de 53 que investiam no ramo empresarial. O gráfico 48 mostra isso.

**Gráfico 48 – Tendência dos irmãos em relação às atividades empresariais da 3ª geração cruzada com a filiação religiosa. N=75**

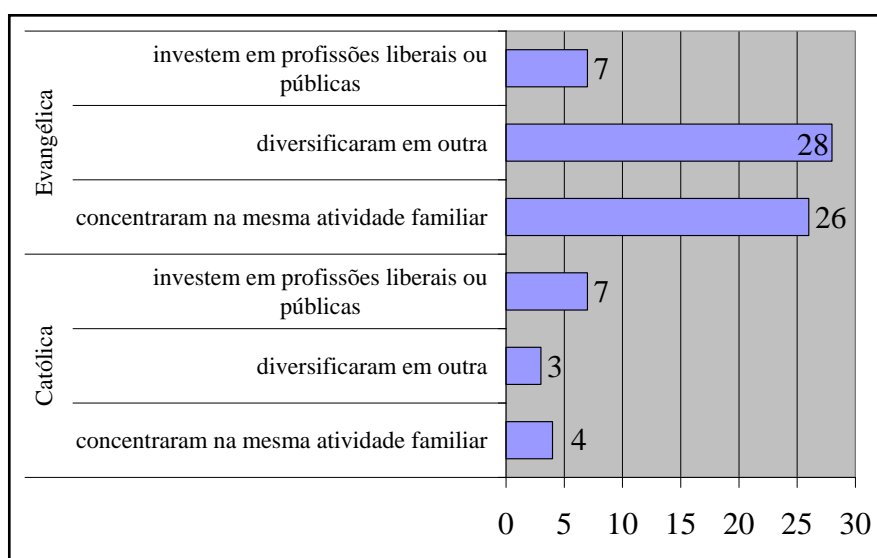


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Em relação ao início da atividade empresarial, além dos necrológicos de cada empresário, levamos em conta as informações de artigos publicitários das empresas que eram divulgados quando elas comemoravam o aniversário de fundação ou no final de cada ano, quando publicavam felicitações natalinas. Nesses pequenos textos de memória empresarial, foram raros os estabelecimentos que não descreviam um breve histórico de como iniciaram o empreendimento. Assim, foi possível sistematizar um conjunto de informações referentes a 75 empresários quanto ao campo “como iniciou a atividade empresarial”.

Os registros apontam que a terceira geração da elite local, filiada ao protestantismo, deu continuidade, na maioria dos casos, à atividade empresarial da família. Com 75 integrantes, encontramos 37 casos com registro “parceria/herança familiar”, 11 casos como empreendedor principiante e 13 em sociedade com terceiros; a mesma tendência encontramos no lado católico: dos 14 registros, oito iniciaram em parceria ou herança familiar, cinco foram empreendedores principiantes e um em sociedade com terceiros. O gráfico 49 é ilustrativo disso.

**Gráfico 49 – Início das atividades empresariais da 3ª geração cruzado com a filiação religiosa. N=75**

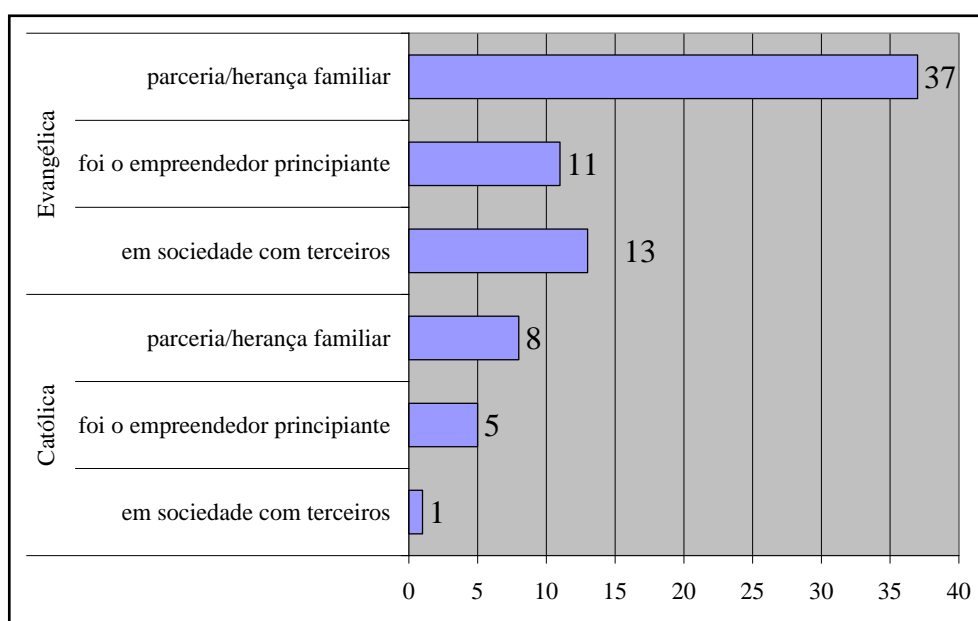


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Sobre a investidura política, obtivemos a informação de 70 integrantes da elite local, usando os necrológicos e o banco de dados eleitorais como fonte. A terceira geração evidenciou uma tendência importante na atuação política, pois encontramos, proporcionalmente, uma alta participação católica. Desses indivíduos, 43 protestantes não atuaram politicamente. Entre os que investiram na carreira política, três o fizeram permanentemente, cinco atuaram com frequência e cinco eventualmente, enquanto que, dos 14 católicos, seis não desempenharam atividades na política. Nesse mesmo grupo havia seis empresários que atuaram permanentemente na política, um com frequência e um eventualmente. O gráfico 50 ilustra isso.

**Gráfico 50 – Nível de atuação política da 3ª geração cruzado com a filiação religiosa. N=70**

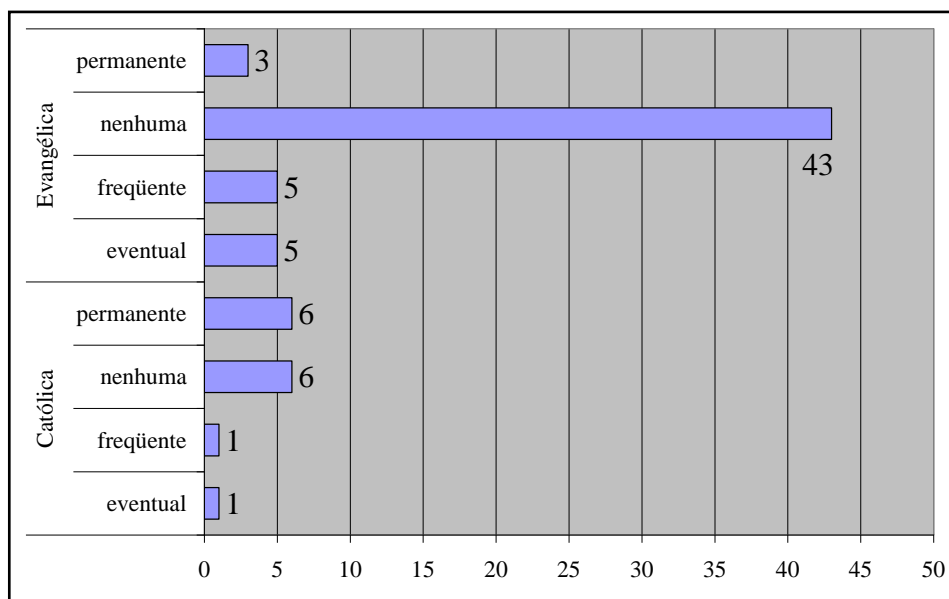


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Excluimos os 43 protestantes e os seis católicos que não atuaram na política. No legislativo municipal, os protestantes obtiveram o maior número de gestões. Foram analisados 16 casos. No lado protestante, sete integrantes da elite foram eleitos uma única vez, um participou de até duas gestões e três foram apenas candidatos; a soma total dessa geração revela nove gestões entre os protestantes. No lado católico, foram quatro empresários que obtiveram pelo menos uma gestão e um que esteve em três gestões, o que representa uma soma de sete gestões para 14 indivíduos, um aproveitamento médio de 50% em comparação com os protestantes. O gráfico 51 é ilustrativo disso.

Em relação à agremiação partidária, a terceira geração esteve mais ativa no período democrático, que compreende o pós-II Guerra Mundial até a implantação do regime militar brasileiro. Conseguimos levantar a filiação partidária de 27 empresários, sendo que o PSD tinha 66% dos filiados, o PL 14%, o PTB 10% e a UDN 10%. Cruzando as informações referentes à filiação partidária com a filiação religiosa, conseguimos reunir 21 indivíduos; nesse universo de análise, o PSD foi hegemônico tanto entre os católicos, com seis filiados, quanto entre os evangélicos, com oito filiados; o PL possuía dois católicos e um evangélico. Os integrantes do PTB e da UDN, apesar de serem de campos políticos opostos, pertenciam à mesma igreja. O gráfico 52 mostra isso.

**Gráfico 51 – Atuação da 3ª geração no legislativo municipal cruzada com a filiação religiosa. N=16**

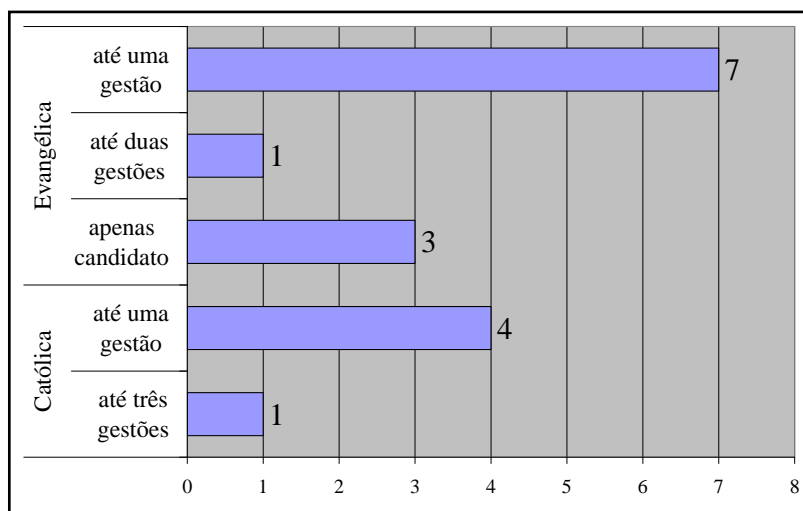


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

**Gráfico 52 – Partido predominante da 3ª geração cruzado com a filiação religiosa entre 1945-65. N=21**

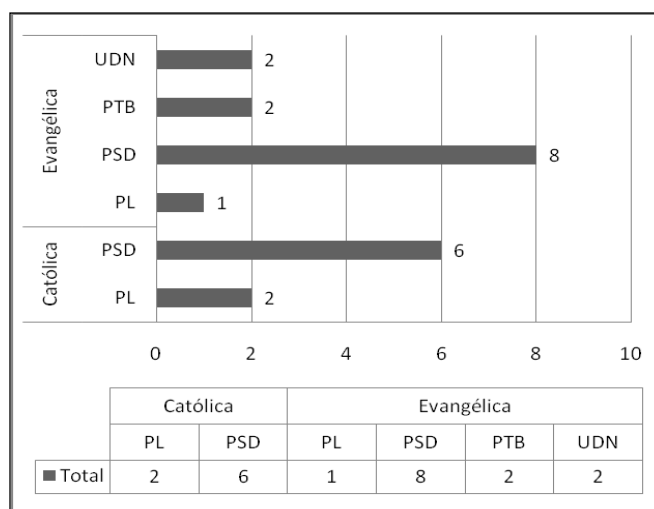


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

No período militar, verificamos uma pequena redução no número de empresários filiados a algum partido, o que aumentou progressivamente, depois de 1973, quando o regime iniciou o lento processo de abertura política. Até o período final dessa pesquisa, constatamos a filiação de 23 empresários, e todos ingressaram na ARENA depois que os militares implantaram o AI-2 em 1966.

A análise prosopográfica da terceira geração indicou um padrão típico de empresariado local do interior do Rio Grande do Sul que atuou como elite entre meados de 1918 e 1966. Seu ápice foi nos anos de 1950, período em que Santa Cruz do Sul buscava integrar-se ao mercado internacional de cigarros. A análise comparada das gerações permitirá compreender o dinamismo do grupo nos três contextos: a primeira geração (o empresariado do povoado ou colônia, 1849-78); a segunda geração (o empresariado da vila, 1879-1905); a terceira geração (o empresariado da cidade, 1906-66).

### **3.3 Comparando gerações: análise da dinâmica da elite local (os empresários da colônia, da vila e da cidade)**

A análise comparada permite potencializar o entendimento da dinâmica temporal do objeto de estudo inserido num único espaço local. Embora as definições metodológicas indiquem que a comparação em História seja realizada para espaços e tempos distintos daqueles que constituem o objeto de estudo, nosso trabalho terá como espelho um modelo próximo à análise comparada de gerações de elites que foi desenvolvido em três trabalhos: o primeiro de John Wirth (1982) sobre a elite política mineira; o segundo de Joseph Love e Bert Barickman (2006) sobre as elites regionais brasileiras (mineiras, pernambucanas e paulistas); e o terceiro do próprio Joseph Love (1980) sobre São Paulo.

Quando abordamos a segunda e terceira geração, foi possível investir em algumas variáveis passíveis de comparação. Nosso objetivo é aprofundar essa análise para a construção de um quadro mais concreto sobre a dinâmica dessa elite através das três gerações. Efetuamos o cruzamento, quando possível, com os dados da filiação religiosa em cada campo passível de comparação intergeracional. Devemos ressaltar que nem tudo é comparável; mesmo que nossa análise procurasse comparar a relação entre empresários católicos e protestantes, a questão religiosa perdeu força em algumas variáveis.

Em relação à nacionalidade, encontramos a tendência progressiva de redução do percentual de estrangeiros entre os integrantes da elite econômica local. Dentro do universo de análise N=189, sendo a 1ª geração N=28, a 2ª geração N=64 e a 3ª geração N=96, foi possível observar uma ampliação dos brasileiros na composição social do empresariado local. Esse fenômeno foi provocado pela redução do fluxo migratório, por um lado, e, por outro,

pela crescente política de naturalização dos teuto-brasileiros à medida que fixavam seus negócios na vila/cidade de Santa Cruz. O gráfico 53 é ilustrativo dessa tendência.

**Gráfico 53 – Análise comparada das gerações: a dinâmica da nacionalidade da elite local (N=189; 1ª geração N=25; 2ª geração N=50; 3ª geração N=79)**

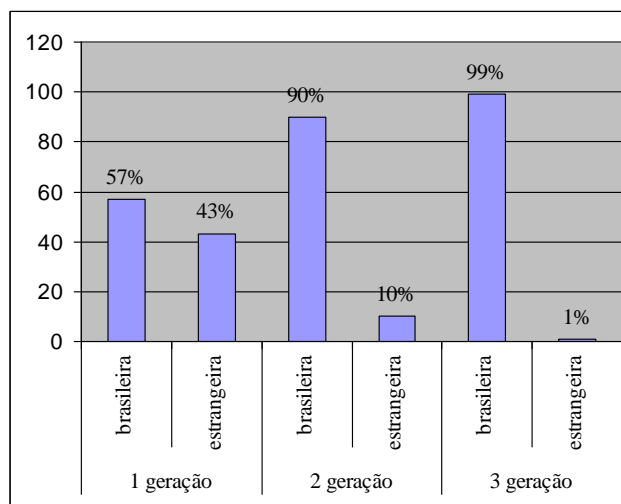


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

Em relação à filiação religiosa, encontramos um crescimento progressivo dos católicos à medida que a cidade emergia como polo econômico regional. Essa tendência pode ser explicada pelo aumento populacional da cidade combinado com a consolidação de uma base empresarial sólida que possibilitou incorporar um número significativo de empresários católicos.

**Gráfico 54 - Análise comparada das gerações: a dinâmica da filiação religiosa da elite local**

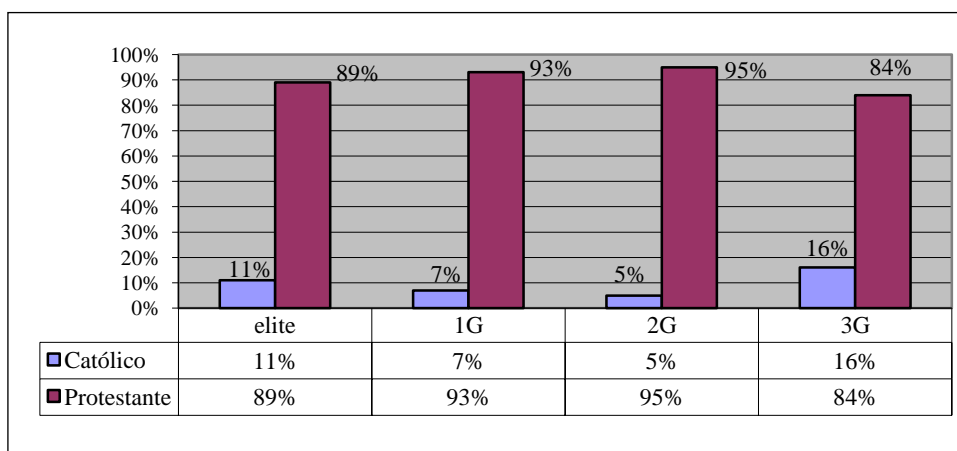


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul



Na elite ampliada, os católicos respondiam por 11% dos casos, enquanto que os protestantes chegavam a 89% dos casos. Na primeira e segunda geração, os protestantes foram maioria absoluta, mas, na terceira geração, com atuação posterior a 1918, o resultado já aponta um aumento de 16% de católicos. O gráfico 54 é ilustrativo disso.

Em relação à localidade de nascimento, percebemos que metade da elite de Santa Cruz do Sul foi oriunda do meio rural, um padrão típico do empresariado das regiões de colonização. Mas, analisando a dinâmica geracional, percebemos um nível de complexidade na composição da elite local em relação ao local de nascimento. Para efetuar a análise dessa dinâmica, do ponto de vista metodológico, optamos por simplificar os campos de análise em três espaços geográficos: chamamos de **Cidade** o local de nascimento dos empresários no núcleo urbano de Santa Cruz do Sul, independentemente da classificação anterior, seja “Povoado de Santa Cruz” ou “Vila de Santa Cruz”; chamamos de **Rural** o local de nascimento de todos os empresários das localidades rurais de Santa Cruz do Sul, como as “picadas”, “distritos”, “linhas” etc.; chamamos de **Fora** o local de nascimento dos empresários situado fora dos limites do município de Santa Cruz do Sul, independentemente da escala: estadual, nacional ou internacional. O gráfico 55 ilustra isso.

**Gráfico 55 – Análise comparada das gerações: a dinâmica do local de nascimento da elite local**

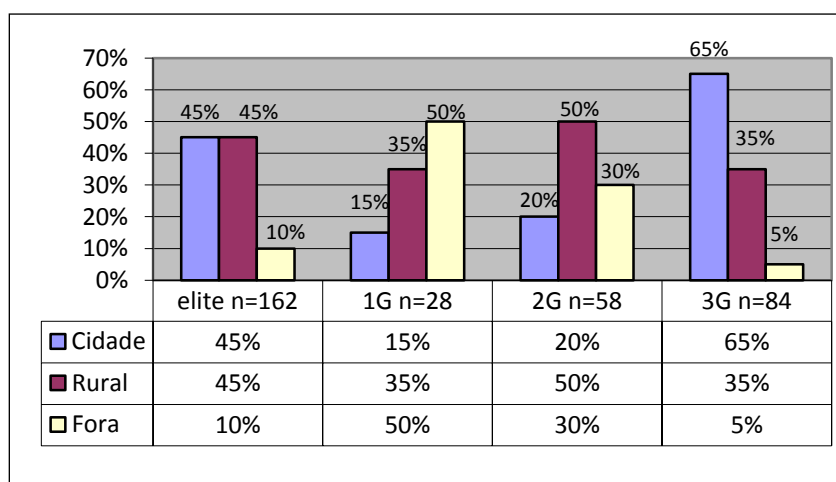


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

A “elite ampliada” (usaremos a mesma nomenclatura de Love) indicam que havia uma proporção aproximada de 45% para os nascidos no meio rural, 45% para os nascidos no meio urbano e 10% para os nascidos fora dos limites do município. Na análise da primeira geração, percebemos que mais da metade do empresariado local nasceu fora de Santa Cruz do Sul. Esse grupo era constituído pelo chamado “imigrante burguês”, um grupo que foi reconhecido

por Jean Roche e reforçado por Sandra Pesavento ao analisar a composição social dos empresários de origem alemão do Rio Grande do Sul.

Percebemos que o meio rural ganhou significativa importância na origem de nascimento da segunda geração, pois esse foi o grupo que ascendeu da agricultura familiar. Os resultados estatísticos indicam que mais da metade dos empresários da segunda geração nasceu em alguma picada, distrito ou localidade rural de Santa Cruz do Sul. Esse grupo estava fortemente ligado ao setor fumageiro, seja como atividade principal ou secundária. Os resultados da terceira geração N=84 mostram que 65% nasceram no perímetro urbano de Santa Cruz do Sul.

Os resultados demográficos dos três campos apontam um formato de pirâmide para os nascidos no meio rural (35%; 50%; 35%) e uma queda progressiva do número de empresários que nasceram fora dos limites do município (50%; 30%; 5%). Em relação aos nascidos na cidade, observa-se uma rápida urbanização, puxada pelo processo de industrialização, iniciado pela segunda geração e consolidado pela terceira, que impulsionaria os negócios e incorporaria um número maior de empresários no topo da pirâmide social. A rápida urbanização fez com que a terceira geração equilibrasse os resultados da chamada “elite ampliada” apresentando um relativo equilíbrio entre os nascidos no meio rural e urbano.

Em relação ao ramo da principal atividade empresarial, a elite ampliada com N=161 permitem observar que o comércio foi o setor que mais recebeu investimentos profissionais dos empresários de Santa Cruz do Sul, com 46% dos casos. Os quadros comparativos da primeira geração N=28, da segunda geração N=58 e da terceira geração N=85 mostram pouca variação.

Em relação ao principal setor da economia local, o ramo fumageiro, resolvemos adotar um procedimento metodológico distinto: somamos os resultados da indústria de cigarros e de beneficiamento de fumo numa única variável que chamamos de “fumo” na elite ampliada e em cada uma das três gerações, para facilitar a visualização gráfica e por entender que esse setor estava interligado seja por rede familiar ou empresarial. Na ampliada, ele foi o segundo principal ramo de atividade, variando de uma geração para outra: na primeira, foi de apenas 4%, pois estava emergindo na economia local no período daqueles empresários; na segunda, foi para 22% dos casos, quando Santa Cruz já era o principal polo produtor fumageiro local; na terceira, foi para 12%, mas com N=85, não perdendo importância, tendo em vista o

aumento do número de empresários desse grupo e a concentração de riqueza que a industrialização estava proporcionando na rede social desses empresários, que tendiam a fundir seus estabelecimentos para aumentar a sua competitividade.

**Gráfico 56 – Análise comparada das gerações: a dinâmica do ramo de atividade empresarial da elite local**

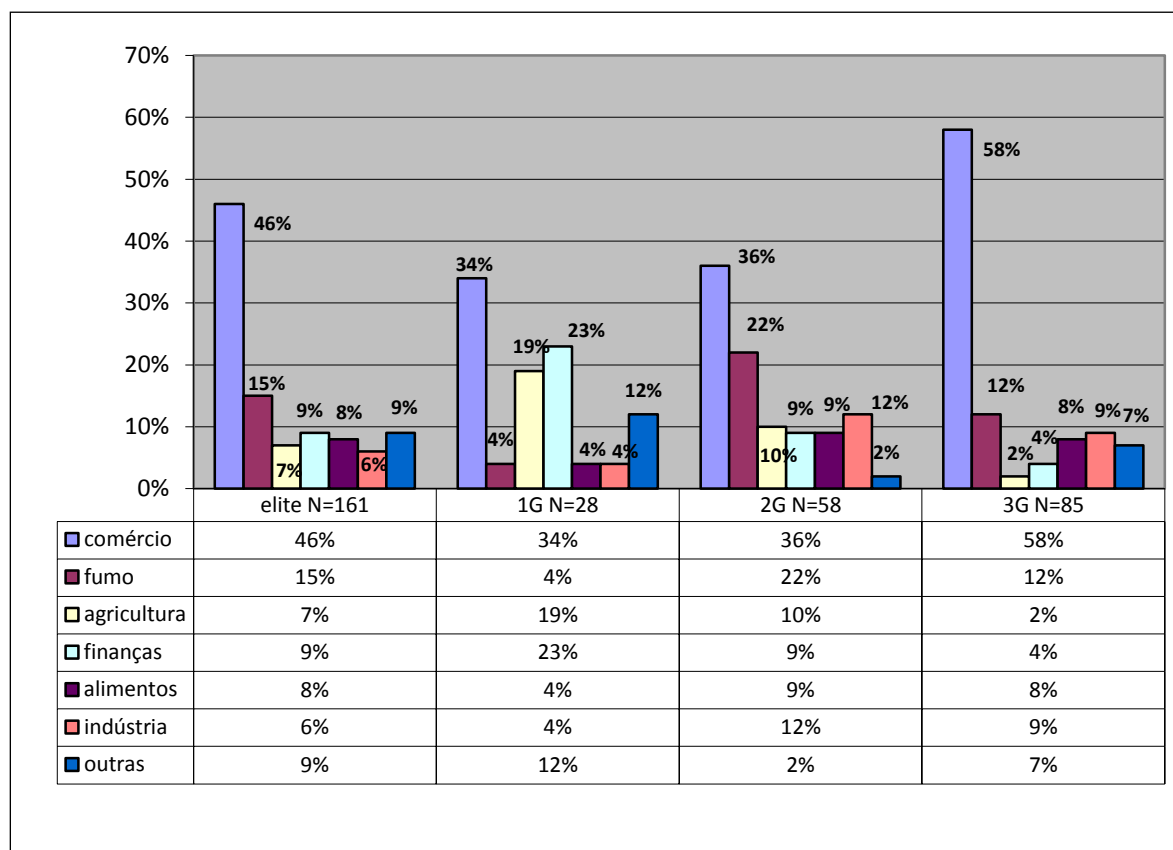


Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite de Santa Cruz do Sul

A agricultura familiar perde força na análise comparada da primeira, segunda e terceira geração, embora, na elite ampliada, represente uma fatia importante, 7% do total; esse ramo foi sendo abandonado pelos integrantes da elite local à medida que a cidade dinamizava seus investimentos no setor urbano.

O setor de finanças foi importante para 23% dos empresários da primeira geração, pois nesse ramo estão inseridos os primeiros acionistas que foram fundadores da Caixa Cooperativa de Crédito, o primeiro banco local, fazendo esse setor estar entre as duas principais atividades da primeira geração, perdendo apenas para o comércio, mas ele se reduziria à medida que as atividades econômicas se tornaram mais complexas e o fumo, o beneficiamento de alimentos e a indústria passaram a ganhar importância nas atividades do empresariado da segunda e terceira geração. Os setores da indústria e de alimentos

representaram 4% cada um na primeira geração com N=28, mas, com o crescimento da colônia e sua elevação ao status de “vila”, o grupo de empresários da segunda geração com N=58 atuaria de maneira mais expressiva nesse setor, com 9% para alimentos e 12% para indústria. A terceira geração com N=85 teve 8% no setor de alimentos e 9% na indústria.<sup>85</sup>

Em relação à participação política, encontramos um padrão predominante no percentual que mediu o nível de participação entre os integrantes da elite local. A análise comparada encontrou pouca variação, pois com N=150 da elite ampliada encontramos 29% com algum tipo de atividade política; na primeira geração, com N=25, registramos 35% de engajamento; na segunda geração, com N=52, registramos 25% de atuação; na terceira geração, com N=70, registramos 30% de atuação política. A idade média de ingresso na política foi de 38,6 anos, com pouca variação nos quatro casos. Comparando o resultado de Love e Barickman (2006), a elite republicana iniciou suas atividades políticas antes dos 40 anos de idade em 35% dos casos, sendo que 40% de mineiros e pernambucanos ocuparam postos antes dos 40 anos, enquanto que os paulistas representaram apenas 25% dos casos.

Em relação à escolaridade, percebemos que a formação técnica foi um elemento que contribuiu para a inserção na rede social de uma elite local à medida que a cidade se urbanizava e demandava um nível de gerência mais sofisticado que o simples boteco de Secos & Molhados. Nesse ponto, a primeira geração, com N=27, possuía 30% de seus integrantes com alguma formação técnica; a segunda geração, com N=59, tinha 54% com formação técnica; a terceira geração seria amplamente profissionalizada, pois, com N=81, 92% de seus integrantes tinham algum diploma técnico. Trata-se de uma mudança importante nos padrões de desenvolvimento educacional dessa elite.

Em relação à análise da construção da rede matrimonial de casais de distintas filiações religiosas, reunimos informações sobre 134 empresários e seus cônjuges. A primeira geração de empresários protestantes, com N=24, tendeu a estabelecer um vínculo monorreligioso em 67% dos casos e inter-religioso em 33%; a segunda geração de protestantes, com N=47, reduziu o vínculo monorreligioso em 53% dos casos e inter-religioso em 47%; a terceira geração de protestantes, com N=43, estabeleceu um vínculo matrimonial inter-religioso em 51% dos casos.

---

<sup>85</sup> Agrupamos no setor de indústria as seguintes atividades registradas no banco de dados que elaboramos sobre o perfil do empresariado de Santa Cruz do Sul: metalurgia, borracha, bazar, vestuário e couro.

A tendência encontrada foi de redução da importância da religião como elemento determinante do vínculo matrimonial entre os integrantes protestantes da elite local. Na análise dos católicos, encontramos poucos dados que permitissem uma análise comparada entre as gerações; usamos como exemplo o caso passível de análise estatística, a terceira geração, com N=14, em que seis iriam estabelecer vínculo com cônjuge protestante, o que representa 40% dos casos. Comparando sexo, raça e religião na dinâmica das três gerações, ocorreram poucas surpresas. Apenas quatro mulheres estavam na lista: Erna Cecília Hennig, Elsa Emília Hennig, Margit Irene Mailaender e Ingrid Mailaender. Possuíam vínculo familiar com o empresário Augusto Hennig (pai das duas primeiras e avô das duas últimas) e acabariam herdando parte das ações da Exportadora de Fumos Hennig S/A, do Banco Sinimbu S/A e da Fábrica de Cigarros Sinimbu S/A, que integravam a Holding Hennig S/A.

Não havia negros, pardos ou mulatos entre os integrantes do empresariado local; a primeira geração era toda de origem alemã; a segunda geração tinha apenas um sobrenome luso: Oscar Augusto Martins, proprietário da Funerária Martins & Irmãos Ltda.; a terceira geração tinha 11 empresários lusos, uma fatia de quase 10% com N=96, o que certamente fez o percentual de católicos aumentar na análise da dinâmica religiosa entre as gerações. Esse grupo investiu no ramo de comércio varejista e alimentos, com destaque para a Indústria de Café Pescador Ltda. da família Martins, que possuía investimentos no ramo funerário. Nesse grupo apareceu apenas um indivíduo de religião mulçumana, Ahmad Baccar; natural de Porto Alegre, filho de libanês, possuía uma fábrica de sorvetes no centro de Santa Cruz, a Pólo Sul Ltda., e atuou até o início da década de 1950, quando teve que fechar o negócio com a entrada massiva de marcas poderosas como Kibon e Nestlé, entre outras.

Em relação ao dinamismo no engajamento dos empresários em associações empresariais, devemos observar que as duas principais que existiam na época, ACI e Sindifumo, foram fundadas depois da I Guerra e II Guerra, respectivamente. Assim, na primeira geração, somente os mais jovens conseguiram atuar na direção dessas entidades. Como o fumo não era importante para os integrantes da primeira geração, era natural que não se encontrasse ninguém que tivesse atuado no Sindifumo, fundado em 1949. Na ACI, fundada em 1918, encontramos apenas três integrantes da primeira geração. A segunda geração teria uma atuação maior na ACI, com 18 integrantes e com N=50. A terceira geração teve quase 1/3 de seus integrantes atuando em alguma entidade empresarial, com 35 membros e com N=91.

#### **4 A REDE DE PODER DE UMA ELITE LOCAL: ESTRUTURA FAMILIAR, INVESTIMENTOS PROFISSIONAIS E SOCIABILIDADE (TRAJETÓRIAS ILUSTRATIVAS NA COLÔNIA, VILA E CIDADE DE SANTA CRUZ)**



Esse capítulo consiste na descrição de modelos de redes que ilustram os vínculos estabelecidos entre os 189 empresários que atuaram como elite em três períodos da história econômica de Santa Cruz: colônia (1849-1879), vila (1879-1905) e cidade (1905-1966). Após a análise da composição social desse grupo, realizada no segundo capítulo, vamos mergulhar em sua história social abordando suas relações familiares, políticas e empresariais. A partir de estudos de caso, vamos compreender as estratégias de negociação postas em prática pelos empresários de Santa Cruz que ampliaram laços com a elite regional e nacional em diferentes períodos históricos e, além disso, mensurar a capacidade de articulação do empresariado protestante para a construção de uma atuação homogênea frente a um espaço local, regional e nacional hegemonicamente católico.

Para a identificação do nível de relacionamento, é necessário deslocar a análise centrada em termos macro-históricos<sup>86</sup> para ingressar na trajetória ilustrativa e no ponto de

---

<sup>86</sup> Exemplos que se enquadram nessa crítica seriam as obras de Florestan Fernandes (1976) sobre a revolução burguesa no Brasil, em que não há uma identificação de quem seria essa burguesia, e a do próprio Wright Mills (1965) sobre a elite do poder, que não delimita o grupo que foi modelo para sua análise.

vista dos atores que compõem a pesquisa. Esta troca de enfoque significa adotar uma modificação na escala de análise, segundo os próprios termos de Jacques Revel (1998), e desdobrar o que Giovanni Levi (2000) batizou de “prosopografia generalizada”. A aplicação desta reorientação metodológica permite fundamentar os estudos de grupos sociais que não estão objetivamente definidos de maneira clara para um observador externo, reconstruindo a lógica e os dinamismos sociais internos do grupo, para depois captar as interações que permitam compreender seus integrantes com suas relações com outros atores em múltiplos contextos.

Inicialmente, a partir de um grupo identificado e delimitado, em termos de estrutura e composição, o que se pretende é observar sua “recomposição”, com base nas estratégias relacionais de seus membros, sem abandonar necessariamente a atenção posta na identificação das características comuns e exteriores que identificam o grupo e a rede que o constitui. Ao adotar essa perspectiva, identificamos os tipos de estratégias que foram adotados para a consolidação de cada ator.

Bertrand (2002) classifica a rede como um conjunto específico de conexões ou laços entre grupos definidos, com a propriedade adicional dessas relações poderem ser utilizadas para interpretar o comportamento social dos seus integrantes que são objeto de estudo. Esta definição fundamenta a identificação da rede com o conjunto de laços estabelecidos entre os indivíduos e as trocas que eles facilitam. Esta é uma maneira de identificar tanto a necessidade como a importância dos laços entre os distintos atores sociais e a utilidade de estabelecer uma tipologia dessas conexões para a compreensão do funcionamento de cada rede. Ao limitarmos a identificação dos tipos de vínculos, podemos considerar que os laços ritualizados como elemento estruturante de uma rede social suplantam a dimensão familiar, uma vez que o tipo de laço se define nos termos de linhagem e parentesco.

En el caso del parentesco, su capacidad social integradora es mucho más amplia de la que pueda abarcar el concepto de linaje. La noción de parentesco viene a incluir a todos aquellos individuos llamados o identificados como “parientes” de un actor social, ya sea mediante relaciones fundamentadas en la sangre o en el nombre – parentesco de tipo familiar que puede en parte coincidir con el linaje –, en la alianza matrimonial o espiritual – parentesco de tipo político –, así como en la co-residencia – parentesco que puede ser la vez de uno y otro tipo (Bertrand, 2002, p. 45).

Para Bertrand (2002), o parentesco se desenvolve automaticamente, de forma horizontal, muito diferentemente da linhagem, que tem a tendência de se desenvolver de maneira vertical. J. A. Barnes (1987) descreve a dinâmica de uma rede social inserida num

espaço local tendo como modelo espaços antropológicos dessa escala, como: aldeia, cidade ou clã. Para o autor, esse estudo permite identificar quem são os líderes e quem são os seguidores desse grupo; além disso, ajuda a visualizar a não existência de um padrão persistente de liderança<sup>87</sup>, mas de manutenção de prestígio que pode ser econômico, através do desenvolvimento empresarial e transmissão de riqueza, cultural e até desportivo.

Pierre Bourdieu (2002) afirma que a distinção de um grupo social, assentado no sistema de transmissão escolar e nos cuidados com o corpo, contribui para ratificar e sancionar a solidez de uma rede social entre membros das classes superiores<sup>88</sup>. Segundo Barnes, na teoria antropológica existem vários autores que estabelecem uma diferenciação na análise de redes sociais fundamentada em duas estruturas: uma centrada na *rede social aberta* e outra na *rede social fechada*:

Deste modo, Bott (1957: 60) afirma que quanto mais fechada for a rede, maior será a intensidade de segregação entre os papéis de marido e de esposa. Esta proposição foi expandida por Frankenberg (1966), que construiu um *continuum* de sociedades caracterizadas por vários graus de “redundância social”. Schrivas e Béteille (1964) julgam que um dos efeitos da mudança social que ocorreu na Índia foi a transformação de redes “fechadas” em redes “abertas”. P. Mayer (1961) contrasta a rede “fechada” dos imigrantes “vermelhos” com redes “abertas” dos imigrantes da “escola”, na África do Sul. Mayer elabora uma associação entre o que chama de campanhas eleitorais “suaves” e “duras” e esquemas de ramificações curtas e longas, numa oposição provavelmente paralela à que existe entre redes sociais “fechadas” e “abertas” (Barnes, 1987, p. 163)<sup>89</sup>.

Barnes faz referência a um importante trabalho sobre a vida social de uma cidade pequena na África do Sul, estabelecendo uma distinção entre a rede efetiva e a rede extensiva de um membro da elite na escala local. Exemplo desse processo é a análise sobre a disseminação de valores para um público mais amplo por intermédio de laços de amizade

<sup>87</sup> Trata-se de uma circulação de elites, como foi teorizada por Vilfredo Pareto e reforçada por Carvalho (1996) no estudo da elite imperial brasileira.

<sup>88</sup> Bourdieu (2002) analisa como a formação escolar contribui para ratificar a transmissão do poder e dos privilégios das classes superiores. Além disso, permite identificar os valores preferenciais e os gostos que decorrem de seu habitus. No caso dos esportes, por exemplo, atividades que exigem sacrifícios, como o futebol, boxe ou rugby, são praticadas pelas classes populares. Aas atividades esportivas que privilegiam a amplitude, a distância, o individualismo e pouco contato físico, como o tênis, vôlei, iatismo, golfe, natação ou equitação, são características de grupos sociais pertencentes às elites.

<sup>89</sup> Referências utilizadas por Barnes (1987) sobre a teoria antropológica das redes sociais abertas e redes sociais fechadas: BOTT, E. *Family and Social Network*. London: Tavistock Publications, 1957; FRANKENBERG, R. J. *Communities in Britain: Social Life in Town and Country*. Harmondsworth: Penguin Books, 1966; SCHRIVAS, M. M.; BÉTEILLE, A. Networks in Indian Social Structure. *Man*, LXIV, p. 165-168, 1964; MAYER, P. *Tribesmen or Townsmen: Conservatism and the Process of Urbanization in a South African City*. Cape Town: Oxford University Press, 1961.



constituídos na rede efetiva da cidade. Um membro da elite tem capacidade de formação da opinião pública graças aos amigos comuns que são detentores dos mesmos padrões de prestígio e possuem acesso aos editores de jornais ou meios de radiodifusão local. Para Barnes, é fácil perceber que, na escala nacional, ocorrem semelhanças aos sistemas de redes que são encontradas numa região, igreja, clã, companhia, empresa ou outros grupos não territorializados.

Michel Bertrand (2002) analisa as redes sociais de empresários na América Latina. Para isso, inspira-se no enfoque da micro-história, que projeta as pesquisas a partir da composição social de segmentos. Esse novo modelo amplia o campo de visão do pesquisador, pois permite visualizar a constituição familiar tecida pelas numerosas redes que unem grupos sociais distintos numa sociedade local. O autor incorpora os elementos dos estudos centrados no “micro” para estruturar o arcabouço teórico do conceito de rede social em três frentes: primeiro, faz referência ao aspecto morfológico, pois a rede é uma estrutura constituída por um conjunto de pontos e linhas que materializam laços e relações mantidas entre indivíduos; segundo, estabelece o seu conteúdo relacional, pois a rede é um sistema de intercâmbios que permite a circulação de bens e serviços; terceiro, menciona o sistema relacional, pois as redes são regidas por um princípio de transversalidade dos laços e são suscetíveis de movimentação elástica. Nessa questão, podemos definir rede social como um complexo sistema que permite a circulação de bens e serviços, tanto materiais quanto imateriais, dentro de um conjunto de relações estabelecidas entre seus membros. Ela afeta todos, direta ou indiretamente, de maneira desigual.

En esta perspectiva, el recurso de las redes sociales viene a ser uno de los medios que permite, precisamente al historiador, llevar a cabo el cambio o juego de escalas que otorga gran parte de su significado y utilidad al microanálisis. Sin pretender hacer de estos planteamientos una llave capaz de abrir todas las puertas del pasado, la reflexión agrupada aquí confirma su eficacia para acercarse a la complejidad de las sociedades latinoamericanas (Bertrand, 2002, p. 13).

Zacarias Moutoukias (2002) estabelece uma aproximação com a análise das relações humanas de poder em escala municipal ao reconstruir a dinâmica econômica existente na sociabilidade de mercadores urbanos da América Colonial. O autor usa modelos assentados na microanálise de redes, pois descreve as ligações existentes entre um grupo específico de pessoas produzindo explicações sobre a capacidade de mobilização de laços sociais. O exercício realizado por ele fundamenta as relações de confiança e o acúmulo de capital social estabelecido entre mercadores. Vale destacar que Moutoukias se baseou em dois modelos

estruturados por Mark Granovetter<sup>90</sup>: um composto por amigos interconectados que detêm recursos, informação e posição social; o outro, integrado por pessoas vinculadas entre si e que se ramificam nos mais variados círculos.

Reguera (2007) descreve alguns elementos metodológicos que contribuem para os estudos de redes sociais entre famílias de elites através da ênfase na descrição da composição social com preenchimento de informações que classifiquem sua divisão, hierarquia e estrutura. A autora destaca a possibilidade de visualizar os momentos de maior ou menor intensidade nas trocas dessa composição. Além disso, possibilita entender as estratégias utilizadas para preservar seu patrimônio, incluindo sua capacidade de transmissão através de gerações. Essa proposta permite estudos com recorte temporal de longa duração, pois somente com uma análise da trajetória de indivíduos em três gerações seria possível perceber as formas de transmissão de seu patrimônio familiar: Como foi estruturado pelo patriarca, ampliado pelos filhos e consolidado pelos netos? A rede familiar constituída entre as elites empresariais facilita compreender as raízes de sua posição econômica, seja ela comercial, industrial ou financeira, e seu capital simbólico, seja ele a tradição regional/local, antiguidade social ou distinção cultural.

A identificação dos tipos de vínculos que são ritualizados pela elite possibilita compreender o papel primordial da estrutura familiar, pois fornece elementos sobre o engajamento e o planejamento estruturado por cada ator social no estabelecimento desses vínculos. A família entendida em seu sentido amplo, definida como linhagem e parentesco, vem a constituir a primeira rede de sociabilidade de que dispõe um indivíduo. Vale destacar que a força da solidariedade, fundamentada em uma relativa proximidade, tanto genealógica quanto geográfica, contribui para estreitar o vínculo relacional.

Uma das bases fundamentais na estrutura de poder das elites se dá através da construção de sua rede social de prestígio, não exclusiva aos seus pares, de maneira

---

<sup>90</sup> Moutoukias (2002) lança mão do método de leitura do pesquisador Mark Granovetter ao afirmar que as relações econômicas locais não se limitam apenas às microestruturas pessoais, como a teia familiar, mas as transcendem em identidades coletivas específicas que podem variar de região ou país. Essas identidades fornecem bases para a constituição de redes sociais vinculadas ao setor empresarial. Granovetter afirma que essa identidade pode surgir de diversos grupos sociais, mas os resultados econômicos serão diferenciados, pois dependem da dinâmica antropológica em que está inserido o coletivo relacionado, além da forma como se constituiu a configuração das redes sociais que permitiu o sucesso econômico. RAUD-MATTEDI, Cécile. Análise crítica da sociologia econômica de Mark Granovetter: os limites da leitura de mercado em termos de redes e imbricação. *Revista Política & Sociedade*, UFSC, n. 06, p. 59- 82, abr. 2005.

horizontal, mas numa complexa rede formada por famílias não ricas que ajudam a construir o sustentáculo desse poder. Essa é uma tradição que encontramos no interior do Rio Grande do Sul que foi descrita em vários trabalhos sobre grupos atuantes na escala local (ou provincial), como os de Carina Martiny (2010), Jonas Vargas (2007) e Miguel Ângelo da Costa (2006).

Para Jonas Vargas, a dependência econômica, as eleições e os conflitos eram canais por onde estes vínculos entre as elites locais e o “povo” se tornavam mais íntimos. A manutenção dessas famílias no topo ou liderança estava assentada na construção de redes de prestígio e poder para além de seus pares, pois dependia de uma boa relação e uma intensa negociação com esses setores médios e baixos. Carina Martiny reconstrói modelos de vínculos sociais estabelecidos no interior do Rio Grande do Sul a partir de armazéns de secos e molhados. Essas estruturas comerciais fundadas em parceria com a família eram a única referência para um número expressivo de famílias rurais de várias localidades que dependiam desse canal de negociação com a sede da colônia ou vila.

Nesse capítulo, descrevemos a diversidade de relações que foram estruturadas pela elite de Santa Cruz do Sul nos mais variados espaços de inserção, mas com enfoque principal no campo de atuação empresarial. Vamos dividir esse capítulo em quatro subcapítulos.

O primeiro vai descrever trajetórias ilustrativas de integrantes da elite local que reverteram seu capital social com a mudança de espaço geográfico proporcionada pela imigração europeia. A composição de parte importante desses empresários possibilita fundamentar os “burgueses imigrantes” caracterizados por Sandra Pesavento (1986) e Jean Roche (1969). Parte importante desse grupo foi constituída pelos empresários da Colônia de Santa Cruz e detinha um nível relacional, escolar e financeiro que os imigrantes que eram agricultores não possuíam. Esses imigrantes estavam em condições de exercer o poder local ou iniciar um empreendimento comercial, artesanal ou fabril apoiados no conhecimento técnico ou em recursos pecuniários trazidos da Europa.

O segundo subcapítulo descreve a ascensão social de empresários que conseguiram reverter capital agrícola familiar em empresarial a partir de três gerações: “avô agricultor, pai comerciante e filho grande empresário local”, com base no principal produto gerador de renda para Santa Cruz do Sul, o fumo.

O terceiro aborda os vínculos relacionais inter-religiosos para ilustrar modelos de redes construídos pela elite católica que dependia dos recursos da elite protestante, maioria

entre os integrantes mais ricos da cidade, e as redes/parcerias e vínculos estruturados pelos protestantes que dependiam dos católicos para o estabelecimento de negociação local, tendo em vista que a maioria da população de Santa Cruz foi católica em todo o período de análise, numa proporção de seis para dez. Em que medida havia um limite de negociação ratificado pelo protestantismo? Quais e como foram construídos os canais de negociação local e regional tendo em vista a tradição e amplitude católica do espaço santa-cruzense? Através de exemplos pontuais, daremos continuidade temporal à pesquisa desenvolvida por Silvana Krause (2002), que procurou identificar o grau de contribuição da religião protestante para a ascensão da elite local na I República (1889-1930).

O quarto subcapítulo aborda um esboço de comparação histórica na escala local tendo a elite de São Sebastião do Caí como estudo de caso. Essa ilustração foi a mais próxima que encontramos para o nosso caso. José Murilo de Carvalho (1996) aponta que a comparação teoricamente mais interessante às vezes se dá com sistemas que à primeira vista não pareciam ser comparáveis. O trabalho sobre a elite caiense em que nos debruçamos foi realizado por Carina Martiny (2010) por lançar mão de preceitos teóricos e metodológicos próximos ao nosso caso, o que permite abordar elementos de proximidade e peculiaridade das duas comunidades oriundas da imigração no interior do Rio Grande do Sul.

#### **4.1 “Construir a América, bem longe, num lugar calmo, sem guerra nem desemprego”: a elite local oriunda da classe média ou proletária**

A migração *do centro para a periferia*<sup>91</sup> permite visualizar uma importante ramificação na composição das elites locais. Vários indivíduos pertencentes à classe média urbana ou proletária, com alguma escolaridade e experiência profissional distinta, ao migrarem para o interior de uma região em processo de colonização, como foi São João de Santa Cruz, em 1849, transferiram também a capacidade de mobilizar capital social que os

---

<sup>91</sup> Aqui usamos a palavra centro como espaço geográfico integrado ao sistema capitalista moderno para os padrões do século XIX. Exemplo disso seria o conjunto de cidades europeias que estavam em acelerado processo de industrialização e as cidades brasileiras que já possuíam uma dinâmica urbana sólida. Para muitos pobres ou operários que viveram o início do capitalismo industrial moderno, “conquistar o oeste” (termo usado pelos imigrantes europeus que chegavam aos EUA nesse mesmo contexto) era uma possibilidade de ascensão social. O centro representava gargalo para uma vida econômica e social estável. A periferia foi rota migratória não apenas para marginalizados em busca de um pedaço de terra, mas também para uma classe média escolarizada que viu na emergência de novas cidades e vilas a possibilidade de exercer poder político na escala local.

colocava em situação privilegiada. Com base nos estudos prosopográficos, relacionando a composição social desse grupo com a filiação religiosa, percebemos um predomínio de empresários filiados ao protestantismo. A maioria desse grupo pertenceu à primeira geração, composta basicamente de estrangeiros, que, progressivamente, foi reduzindo sua participação tendo em vista o fim do fluxo migratório e a crescente política de naturalização desses indivíduos. Havia vários integrantes que transferiram seus negócios da Europa ou mesmo de Porto Alegre para a emergente Colônia de Santa Cruz e exerceram, assim, papel importante na consolidação de serviços básicos, como o farmacêutico, o metalúrgico, a administração pública, entre outros.

O “imigrante burguês”, como aponta Sandra Pesavento, compõe um grupo de classe média que veio de um centro urbano consolidado e, ao transferir seus negócios para uma periferia, adquiriu capacidade de atuar como elite provinciana ou local, pois sua estrutura patrimonial, seu capital escolar e a construção de sua rede de relações eram maiores que os dos pequenos agricultores que se estabeleceram no meio rural.

Jean Roche (1969) destaca que havia inúmeros imigrantes que migraram com algum capital ou formação escolar. Essa distinção garantiu posições de prestígio nas comunidades emergentes. O autor compara o perfil das famílias de imigrantes nas duas correntes que foram estabelecidas no Rio Grande do Sul: a primeira, em 1824, quando fundaram a Colônia de São Leopoldo; a segunda, em 1849, quando fundaram a Colônia de São João de Santa Cruz.

Para Roche, a Colônia de São Leopoldo recebeu, comparativamente, um número maior de imigrantes alemães que conheceram a servidão, pobreza, fome e guerras na Europa, e nesse grupo havia poucos empresários ou profissionais com alguma qualificação. A Colônia de Santa Cruz, ao contrário, recebeu um número maior de agricultores habituados à racionalidade capitalista e inseridos numa cultura empreendedora no trato da terra. Roche destaca que a maioria perdeu suas terras num contexto de acelerada industrialização da Prússia. Havia um número maior de médios empresários e profissionais com alguma qualificação.

As narrativas biográficas de 1849 até meados de 1860 relatam uma Europa em crise social, econômica e política. Flávio René Kothe (1998) afirma que Santa Cruz foi a tentativa de concretizar na floresta latino-americana a utopia da revolução fracassada de 1848 na Alemanha. É plausível supor que as condições históricas naquele continente fossem um

obstáculo para a ascensão social de integrantes de uma classe média urbana ou proletária. Como a experiência de São Leopoldo havia vingado e servido de propaganda para outras correntes migratórias, a nova fase encorajou a vinda de uma classe média insatisfeita com sua posição profissional e empresarial.

Esse grupo preferiu arriscar a migração para o interior da América a permanecer vivendo num contexto de crescente conflito que varria o velho continente. Se o primeiro grupo era constituído majoritariamente por famílias pobres, não podemos dizer o mesmo do segundo.

A análise biográfica desses “imigrantes burgueses” confirma o desejo pessoal de elevar sua posição social num contexto menos complexo em nível social e econômico. Como já possuíam algum tipo de capital, em comparação com as famílias que vieram dedicar-se à agricultura familiar, ocupavam espaços de liderança que teriam dificuldade de alcançar em sua terra natal.

Além dos empresários que vieram da Europa, identificamos uma migração regional em direção à Colônia de Santa Cruz que foi constituída por empresários ou parentes desse grupo das regiões de colonização como São Leopoldo ou Porto Alegre, a segunda geração dos imigrantes que vieram em 1824. Para ilustrar esses exemplos, vamos dividir esse subcapítulo em três partes:

A primeira descreve a trajetória biográfica do major Frederico Guilherme Bartholomay, uma das principais lideranças econômicas e políticas da Colônia de Santa Cruz, que atuou como elite no interior da Província do Rio Grande do Sul e esteve engajado na consolidação e emergência de Santa Cruz do Sul; além disso, construiu uma rede social que possibilitou a seus descendentes atuarem como elite através da ampliação da rede familiar com extensão dos laços matrimoniais, investimento escolar e transferência do capital empresarial.

A segunda parte descreve a rede empresarial constituída por farmacêuticos da Vila/Cidade de Santa Cruz. A trajetória desse grupo permite ilustrar um importante segmento que passou da condição de médio comerciante à de elite provinciana ou local com a transferência do seu estabelecimento para a Vila de Santa Cruz. A terceira parte descreve a atuação de vários operários que possuíam capital escolar de nível técnico e, ao migrarem para

o espaço provinciano, conseguiram reverter esse conhecimento artesanal em empresarial no ramo metalúrgico, de produção de couro e borracha.

#### **4.1.1 Um burocrata imigrante: o major Frederico Guilherme Bartholomay e seus filhos (transmissão de capital social)**

O “major” Frederico Guilherme Bartholomay serve de ilustração do “burguês imigrante” que, na condição de classe média na Europa, migrou para o interior da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e atuou como elite local até seu falecimento. Bartholomay nasceu em 06/06/1839 na região de Barmen, Alemanha. Faleceu em 09/06/1888 na Vila de Santa Cruz. Era filho de uma classe média urbana; o pai era comerciante, protestante e ligado aos maçons. Na infância e adolescência, participou ativamente dos negócios da família que custearam suas despesas com educação. Ingressou na Escola de Engenharia, concluindo o curso em 1858. Frederico atuou como um dos principais empresários e investidores de Santa Cruz. Seu registro biográfico indica que poderíamos classificá-lo como comerciante, urbano e protestante, mas que conseguiu atuar como elite num país oligárquico, rural e católico no período de 1861 a 1888.

Em correspondências trocadas com amigos da maçonaria em São Leopoldo, antes de migrar para o Brasil, é possível perceber sua apreensão com o processo de militarização da Prússia. O país estava engajado na unificação do Estado alemão, sob a liderança do chanceler Otto Von Bismarck. É plausível supor que sua formação em Engenharia, combinada com sua jovem idade, tornasse compulsório seu alistamento no Exército. Sua família acabou envolvida em vários conflitos, desde Napoleão, fato que preocupava o jovem Frederico.

Em 1859, partiu para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, conhecida na época pela estabilidade política com o término da Revolução Farroupilha e pela consolidação econômica regional da colônia fundada, em 1824, por alemães, em São Leopoldo.

Frederico estabeleceu residência na Colônia de Nova Petrópolis, região do Vale do Rio dos Sinos. Como possuía um elevado capital escolar, não apenas o curso de Engenharia, mas também a rápida adaptação ao idioma português contribuíram para potencializar o canal de diálogo entre o poder provincial e as famílias de imigrantes, e assim foi nomeado para o cargo de vice-diretor. O seu ingresso na carreira pública lhe permitiu uma rápida ascensão,

pois, logo que se estabeleceu na pequena vila, chegou ao posto de direção da colônia, cargo público que ocupou até 1869. Nesse ano, recebeu o convite do governo gaúcho para administrar a recém-formada Colônia de São João de Santa Cruz, que era parte do Município de Rio Pardo.

De acordo com a historiografia local, ele foi um dos poucos imigrantes que possuía formação universitária na área de Engenharia e, assim, consolidou sua posição na burocracia pública regional. Enquanto esteve na colônia de Nova Petrópolis, realizou curso de formação na oficialidade da Guarda Nacional, chegando ao posto de major; além disso, estreitou os laços com integrantes do Partido Liberal e era amigo de Gaspar Silveira Martins, defensor da participação dos acatólicos na vida política do Império. O governo estadual era liderado pelo PL, fato que contribuiu para sua atuação no cenário local e facilitou as trocas de favores com o poder público da província.

Sua trajetória mostra que nem todos os imigrantes alemães que vieram se estabelecer no Brasil possuíam um perfil de pobreza, baixa escolaridade e dedicação exclusiva às atividades agrícolas, como apontam os discursos narrativos locais ou o próprio trabalho de Limeira Tejo (1937). A análise biográfica de Frederico Bartholomay, apoiada na radiografia de seu patrimônio, visualizado no inventário *post mortem*, e a composição de sua rede social local e regional permitem inferir que havia entre os imigrantes alemães alguns que vieram em condições de atuar como elite. Esse grupo consolidou e ampliou um nível de relação social que foi transmitido para os filhos.

Frederico enfrentou vários obstáculos, pois, além do problema da nacionalidade, teve que superar sua condição de protestante e o estreito vínculo com a maçonaria. Isso poderia sugerir uma dificuldade para a atuação na política brasileira, comprometendo o fortalecimento de sua posição social.

Os dados levantados sobre a composição religiosa da colônia de Santa Cruz indicam que a maioria era católica, numa proporção que variava de cinco a seis entre dez pessoas pesquisadas. Mesmo com esse empecilho, foi possível constatar que sua trajetória biográfica, associada à construção de uma rede social empresarial, familiar e política, garantiu sua posição de prestígio na emergente colônia. Um dos elementos que contribuiria para sua ascensão foi o gradual crescimento da burocracia pública provinciana e a necessidade de preencher seus cargos com indivíduos com algum tipo de formação escolar, coisa escassa no



interior do Brasil Império ou encontrada majoritariamente em centros como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Havia dificuldades em recrutar engenheiros, médicos ou advogados dispostos a administrar uma picada localizada a mais de 30 km de Rio Pardo, para a qual o único meio de acesso era a cavalo, num deslocamento que durava um dia.

No período em que atuou na política local e regional, Frederico Bartholomay estabeleceu um vínculo estreito com os grupos hegemônicos do Rio Grande do Sul. Foi filiado ao Partido Liberal, sendo um dos primeiros políticos protestantes e imigrantes alemães da Vila de Santa Cruz. Frederico conquistou um mandato de nível estadual, assumindo-o na Assembleia Provincial em 1881-1882. Jonas Vargas (2007) destaca que essa instituição funcionava pouco mais de dois meses ao ano, o que reduz muito sua capacidade de produção documental para análise dos discursos.

Para Vargas (2007), a manutenção de um cargo no legislativo provincial era um adendo às práticas sociais e econômicas de famílias de elite do interior do Rio Grande do Sul; a “Paróquia” possuía sistemas de relações que garantiam a posição das elites locais com peso relativamente maior do que a sua atuação nas assembleias provinciais. Frederico Bartholomay foi eleito três vezes para o Conselho Municipal; seus mandatos foram exercidos entre 1883-1886 como presidente da Câmara Municipal, o que equivalia na época ao status de prefeito, e entre os anos de 1887-1888 como conselheiro; em todos os cargos foi filiado ao PL.

A projeção de uma carreira de sucesso, para esses “imigrantes burgueses”, dependia de um vínculo estreito com a Guarda Nacional, fato de que Bartholomay não havia se descuidado, pois além de ter concluído um curso de formação nela, assim que ascendeu à direção de Nova Petrópolis, ajudou a estruturá-la na Vila de Santa Cruz, a partir de março de 1881, ocupando o posto de major da 28ª Guarnição da província.

Na sociedade civil, Bartholomay foi presidente/fundador do Clube União, referência social para os integrantes da elite local; além disso, em 1870 fundou a Schulgemeinde, a futura mantenedora do Colégio Sinodal em parceria com outros empresários e políticos da cidade ligados ao PL, como Carlos Trein Filho; na área religiosa, em 1876, foi ativo presidente da Deutsche Protestantische Gemeinde (ala dissidente da Comunidade Evangélica de Santa Cruz do Sul).

Na administração pública, ocupou cargos importantes, como de juiz de Paz e delegado, o que fortaleceu seu papel de elite na emergente Vila de Santa Cruz. O major

exemplifica a trajetória de um indivíduo que veio para Santa Cruz do Sul com capacidade de mobilizar capital social, que o colocava em condição de elite, rompendo com a tese de que todos os empresários alemães que vieram na corrente migratória obtiveram ascensão social através do penoso caminho da agricultura familiar.

Duas questões foram importantes para seu sucesso: de um lado, a formação acadêmica combinada com recursos consolidados antes mesmo de vir ao Brasil; de outro, a rede social consolidada com integrantes do PL regional, pois atuou como deputado num período em que Gaspar Silveira Martins era senador do Rio Grande do Sul e estava sendo cotado para o posto de primeiro-ministro do Império. Esse vínculo garantiria uma rápida ascensão na administração provincial. Atuando em âmbito local, teve condições de mobilizar um capital que lhe possibilitou aumentar sua liderança, o que certamente não teria conseguido numa realidade mais complexa como, na sua terra natal ou mesmo em Porto Alegre e São Leopoldo, que haviam estruturado e recrutado suas elites a partir de 1824.

**Gráfico 57 – Percentual dos bens móveis do major Frederico Guilherme Bartholomay. N=710\$000**

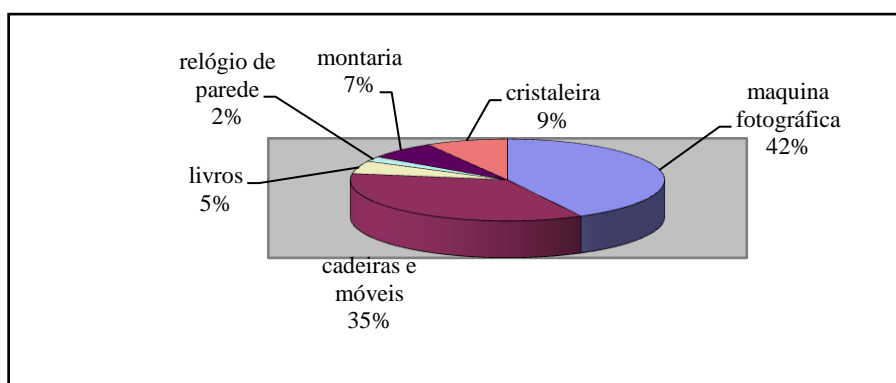


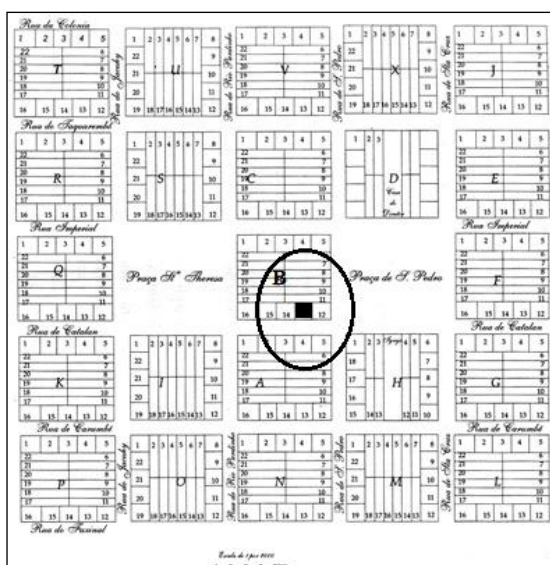
Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Inventário de Frederico Guilherme Bartholomay

A radiografia da estrutura patrimonial de Frederico Bartholomay reforça sua forte inclinação urbana. A descrição dos bens móveis gira em torno de 710\$000 (setecentos e dez mil réis), valor considerado alto para um morador da Vila de Santa Cruz. Esse era o valor médio das propriedades agrícolas do interior, tomando como comparação as descrições de Silvana Krause (2002).

Frederico era proprietário de uma máquina fotográfica no valor de 300 mil réis, uma das únicas da região; cadeiras e móveis de couro no valor de 250 mil réis, importados da Europa; livros e cartões em língua alemã e portuguesa no valor de 36 mil réis; um relógio de

parede no valor de 14 mil réis; jogo de montaria de 50 mil réis e cristaleira no valor de 60 mil réis. O gráfico 57 ilustra isso. Para efeitos de comparação, o valor da máquina fotográfica equivalia ao preço de 10 cavalos mansos. Na época, cada cavalo custava 30\$000 (trinta mil réis), e Frederico Bartholomay era proprietário de três, da raça “manga larga”, únicos semoventes de seu inventário, servindo para puxar a carruagem da família ou para montaria.

**Imagem 05 – A planta da Vila de Santa Cruz em 1885. Na quadra B, no centro da vila, no terreno indicado na planta, estava a residência do major Frederico Guilherme Bartholomay**



Fonte: Cedoc-UNISC com alterações do autor

**Foto 30 – Sobrado de Frederico Guilherme Bartholomay, 1866, Quadra B da Vila de Santa Cruz**



Fonte: Cedoc-UNISC

A análise da estrutura dos bens imóveis indica que, na quadra B da vila, “centro do povoado da colônia”, localizava-se a residência de Frederico, um sobrado feito de tijolos, tábuas e telha numa das raras ruas pavimentadas, no valor de 5.000\$000 (cinco contos de réis). Além disso, ele tinha um lote de terras de matos para colonização na parte norte do Município de Santa Cruz no valor de 2.600\$000 (dois contos e seiscentos mil réis); uma chácara com casa no valor de 1.000\$000 (um conto de réis); uma chácara no valor de 1.800\$000 (um conto e oitocentos mil réis). Sua casa representava quase metade de seu patrimônio imóvel, além de três lotes de terras que eram utilizados para a colonização. Não há registros de que tenha trabalhado na agricultura, mas possivelmente arrendou terras, pois em seu inventário consta uma lista de devedores que teriam usado sua propriedade para o plantio de fumo. O gráfico 58 é ilustrativo disso.

**Gráfico 58 – Percentual dos bens imóveis de Frederico Guilherme Bartholomay. N=10.400\$000**

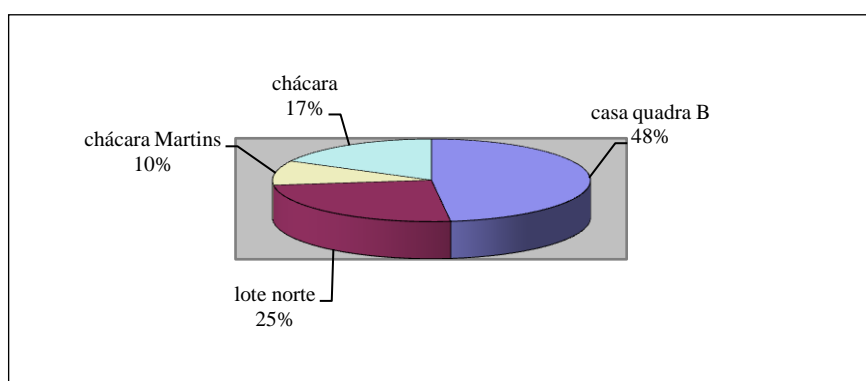


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Inventário de Frederico Guilherme Bartholomay

Na área empresarial, Frederico investiu em duas quintas partes de um privilégio para a construção de uma estrada de ferro entre a Vila de Santa Cruz e a Cidade de Rio Pardo no valor de 2.000\$000 (dois contos de réis).

A vila estava engajada na construção de uma linha ferroviária entre essas duas localidades. Esse tipo de concessão, feito pelo imperador, era destinado aos beneméritos cidadãos brasileiros e católicos. Bartholomay teve que contar com apoio de integrantes do PL estadual e o engajamento de políticos católicos locais para obter a concessão para a construção dessa estrada de ferro, que ficaria pronta somente em 1905, 17 anos após seu falecimento.

O processo de concessão foi um exemplo típico de investimento empresarial apoiado numa rede de negociação inter-religiosa. Segundo os documentos da Câmara, em 02 de abril de 1883, os conselheiros enviaram um pedido por escrito a Dom Pedro II com o objetivo facilitar os trâmites legais para a construção da ferrovia (Santa Cruz, 02/04/1883, fls. 147v.), tendo em vista a filiação religiosa do principal acionista, major Bartholomay. Em 15 de setembro de 1885, percebemos uma nova mobilização da elite local, dessa vez mais explícita; o capitão Jorge Frantz, um dos fundadores da Caixa de Crédito, empresário filiado à religião católica, havia defendido que a construção da estrada de ferro entre Rio Pardo e Santa Cruz deveria ficar a cargo do major Frederico Bartholomay (Santa Cruz, 15/09/1885, fls. 22v.). Na reunião extraordinária da Assembleia Provincial foi registrada, após algumas semanas do envio da carta por Jorge Frantz ao presidente da Província, a homologação de recursos estaduais para a construção desse ramal ferroviário a cargo do major Frederico Bartholomay, acionista majoritário do empreendimento (Rio Grande do Sul, 1885, nº 92).

É pausível supor que o Império precisasse da atuação empresarial desses “imigrantes burgueses” em regiões periféricas como a Colônia de Santa Cruz; assim, faziam-se vistas grossas ao fato de serem protestantes e maçons. Além da ferrovia, Frederico era proprietário de uma quarta parte da empresa de Emílio Textor & Cia Ltda., estabelecida na cidade de Soledade, uma fábrica de processamento de madeira para móveis no valor de 6.600\$000 (seis contos e seiscentos mil réis). O major investia também no setor de colonização, pois era proprietário de uma oitava parte da empresa Schiott & Cia. Ltda., estabelecida no município de Santo Amaro e Santo Antônio da Estrela, no valor de 2.200\$000 (dois contos e duzentos mil réis). O gráfico 59 ilustra isso.

**Gráfico 59 – Percentual de investimentos empresariais de Frederico Guilherme Bartholomay. N= 10.800\$000**

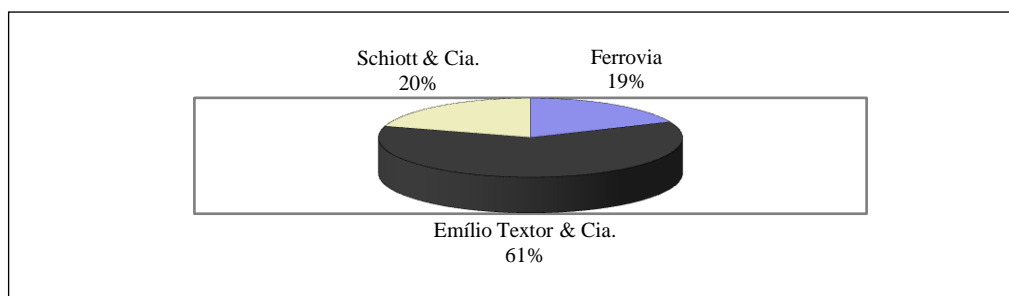


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Inventário de Frederico Guilherme Bartholomay

Vamos analisar o papel de Frederico em relação à ferrovia. Esse ponto é simbólico de seu poder local, pois o crescimento das empresas da vila dependia do escoamento da produção; assim, o proprietário do investimento ferroviário acumularia grande prestígio local, ocupando uma posição estratégica, pois a maioria dos produtos era transportada de carroça até Rio Pardo, o que dificultava o aumento das vendas. O gargalo dos transportes só foi resolvido em 1905; nesse período a família Bartholomay já não investia mais no ramo, pois deixara de fazê-lo desde do falecimento de Frederico.

A análise da biografia de seus descendentes indica que houve transferência desse capital social de uma geração para outra. Frederico Bartholomay casou com Malvina Textor Bartholomay, irmã do ex-diretor da Colônia de Santa Cruz, Carlos Trein Filho, que possuía vínculo familiar com Emílio Textor, com quem Frederico tinha sociedade no ramo empresarial. O casal teve cinco filhos. Foi possível observar um projeto familiar de inserção social, que objetivava ampliar suas relações através de laços matrimoniais, investimento educacional, conquista de cargos públicos e manutenção/ampliação dos negócios da família.

Como exemplo do processo de extensão da rede relacional através de laço matrimonial merece destaque a primeira filha do casal, Ida Carolina Gabriela Bartholomay, casada com Otto Wulff, o primeiro médico da Colônia de Santa Cruz, oficial da Guarda Nacional da vila, que era comandada pelo sogro. Carolina foi proprietária do primeiro piano de Santa Cruz, importado da Alemanha. Sua inclinação para a música clássica contribuiu para o estabelecimento do vínculo matrimonial com Wulff, que dirigiu o primeiro concerto musical de Santa Cruz.

De acordo com o acervo documental do Museu do Colégio Mauá, o concerto ocorreu em 7 de maio de 1882, no *Saal des Deutschen Klubs* (Salão do Clube Alemão, futuro Clube União, que foi fundado por Frederico). A sede do clube seria construída no terreno ao lado de seu sobrado, na quadra B. Além de Otto Wulff, o concerto contou com participação do professor de música formado na Alemanha Wilhelm Keber, do professor da *Deutsche Schule* (Colégio Alemão, futuro Sinodal) Robert Jaeger e sua filha. Um dos principais organizadores dessa teia cultural na “Picada Velha” foi o ex-diretor Carlos Trein Filho, que possuía vínculo familiar com a esposa de Frederico Bartholomay. Os dois eram cunhados e ligados ao PL de Gaspar Silveira Martins.

Em relação ao investimento escolar de ensino superior, Jonas Vargas destaca que essa era uma prática comum para alguns filhos das famílias que atuaram como elite no interior do Rio Grande do Sul. O local de estudo eram os tradicionais centros regionais, como a capital estadual, Porto Alegre, ou até mesmo um centro nacional como São Paulo e Rio de Janeiro, nas tradicionais escolas de Direito, Engenharia e Medicina.

Não resta dúvidas que estes estudantes faziam parte de uma camada privilegiada da sociedade brasileira. Custava muito caro formar um filho numa faculdade de direito do Império e, além disso, muitos jovens cursavam cursos preparatórios a fim de ingressarem com melhor qualidade nas academias (Vargas, 2007, p. 43).

Nesse ponto, mergulhamos na trajetória ilustrativa do segundo filho de Frederico, o advogado Bogumil Bartholomay, que, na época do falecimento de seu pai, em 1888, tinha 22 anos de idade e residia na cidade de São Paulo, onde estudava na Faculdade de Direito. O ponto que chama atenção na análise é o forte vínculo da família com a elite local, pois o jovem Bogumil não precisou interromper seus estudos durante a elaboração do inventário de seu pai, sendo representado pelo tenente-coronel Joaquim Xavier Brito, intendente municipal e amigo de Frederico. Após a formatura, Bogumil passou a atuar nos investimentos da família com o irmão Carlos; além disso, incentivou o irmão mais novo, Gaspar, a ingressar na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Uma crise envolvendo a comunidade católica através de vários artigos publicados no jornal local em 1899 contribuiu para a depressão de Bogumil, que cometeu suicídio aos 33 anos.

Em relação aos investimentos empresariais, o terceiro filho de Frederico, Carlos Bartholomay, com 21 anos de idade quando seu pai faleceu, ilustra o caso dos integrantes da elite que eram treinados para os negócios da família. Carlos completou o ensino técnico como guarda-livros pelo Colégio Sinodal, um ano após seu irmão mais velho, Bogumil. Sua trajetória profissional reforça um caminho de inserção social das elites provincianas, em que alguns estabeleciam vínculos matrimoniais, outros estudavam e os que não seguiam esses dois caminhos eram treinados para administrar os negócios empresariais com o objetivo de manter e ampliar o patrimônio familiar.

O quarto filho de Frederico foi Gaspar Bartholomay, que nasceu na Vila de Santa Cruz, em 11/09/1879; ele tinha 9 anos de idade quando seu pai faleceu e ficou sob a tutela de sua mãe, Malvina Textor Bartholomay. O fiador dos bens deixados pelo seu pai era o ex-diretor da Colônia de Santa Cruz Carlos Trein Filho, cunhado de Frederico. Era formado como guarda-livros pelo Colégio Sinodal. A formação escolar de nível superior de Gaspar foi

possível pelo cumprimento de três condições: a formatura de Bogumil, o engajamento de Carlos nos negócios da família e a abertura da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Suas despesas foram custeadas pela família, que permaneceu na Vila de Santa Cruz e enviava mensalmente os recursos para sua manutenção.

Bogumil, antes de falecer, emprestou todos os seus livros e anotações para auxiliar o irmão no curso. Gaspar ficou abalado ao saber que seu irmão havia cometido suicídio e chegou a pensar em abandonar o curso, mas, por insistência dos familiares e amigos, continuou até concluí-lo, em 1901, quando se formou e regressou à Vila de Santa Cruz. No mesmo ano, conheceu a bela Paula Smidt, e, em 16 de agosto, estabeleceram vínculo matrimonial. O casal teve quatro filhos; todos estudaram no Colégio Sinodal.

Na sua trajetória profissional, Gaspar iniciou como comerciante, abrindo uma casa de ferragens e ourivesaria no centro da vila. Ingressou na administração pública, foi nomeado suplente de juiz distrital, em 1903, antes de ingressar na política. Essa nova geração fez um caminho inverso da anterior, pois a tendência encontrada no contexto do Império era de ocupar um cargo político para depois se aposentar num cargo público. Após a Proclamação da República, em 1889, a atuação na burocracia pública passou a ser condição primordial para o ingresso na carreira política. Após alguns meses, Gaspar foi nomeado juiz distrital titular e consolidou-se como um renomado advogado da cidade.

Na política, foi eleito membro do Conselho Municipal, ascendeu à Intendência pelo Partido Republicano, no qual era líder local. Apesar da decadência dessa arma, obteve o título de “coronel” da Guarda Nacional. Seus mandatos foram de conselheiro municipal entre 1913 e 1917 e de intendente entre 1916 e 1925. Após cumprir os mandatos políticos, na década de 1930, voltou para a burocracia pública e exerceu a função de subchefe da polícia local (4ª Região) sem deixar de ampliar os seus negócios no escritório de advocacia.

Na área empresarial, herdou de seu pai diversos patrimônios, acumulou capital social e econômico, o que lhe proporcionou fazer parte do conselho administrativo da ascendente Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense Ltda., futuro Banco Agrícola Mercantil S/A. A trajetória de Gaspar nessa instituição teve início em 1919, quando comprou um lote de ações da empresa; a partir daquele ano, seria um importante investidor do setor financeiro local. Em 1922, passou a ser conselheiro fiscal da instituição, cargo que ocuparia até 1945, quando abriu mão da direção do banco pela impossibilidade de conciliar as responsabilidades que a



instituição exigia<sup>92</sup>. Nos últimos anos de vida, Gaspar adquiriu uma propriedade na cidade de Rio Pardo, dedicando-se aos trabalhos de pecuária até seu falecimento em 18/02/1946<sup>93</sup>.

O quinto filho de Frederico, Júlio Bartholomay, nasceu em 1884, tinha 4 anos de idade quando seu pai faleceu e ficou sob a tutela da mãe. Sua trajetória indica elevado investimento no campo empresarial junto com seu irmão, Carlos. Assim, podemos ver que, dos cinco filhos de Frederico, um estabeleceu vínculo matrimonial, dois investiram na formação superior e os outros dois deram continuidade aos negócios da família. Bogumil e Gaspar concluíram o curso de Direito, enquanto que Carlos e Júlio obtiveram formação técnica como guarda-livros no Colégio Sinodal.

A trajetória empresarial de Júlio Bartholomay iniciou na adolescência, quando ajudou a administrar os negócios com seus irmãos Bogumil, Carlos e Gaspar nos estabelecimentos comerciais estruturados pela família. Em 1920, sob a influência do irmão Gaspar, tornou-se acionista da Caixa de Crédito, futuro Banco Agrícola Mercantil S/A. Em 1935, fundou em parceria com outros empresários da cidade a Cervejaria Polar S/A, em sociedade com Helmuth Schütz (diretor da Cia. de Fumos Santa Cruz) e a família Heuser (uma das mais antigas famílias de comerciantes da cidade).

Júlio atuou como líder empresarial, participou da fundação da Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz e exerceu o cargo de 2º tesoureiro dela entre os anos de 1918 e 1923 e, concomitantemente, os cargos de diretor e membro da comissão de finanças entre os anos de 1924 e 1929. Consolidou um importante vínculo da família com outros integrantes da elite local que estavam sendo incorporados ao topo da pirâmide social graças ao sucesso da economia fumageira e à expansão dos negócios urbanos, como Oscar Gressler e Theodoro Schilling, entre outros. Na área cultural, teve influência da irmã, que o incentivou a ingressar, em 1899, na Orquestra Estudantina, juntamente com Helmuth Schütz, da Cia. de Fumos. Foi

---

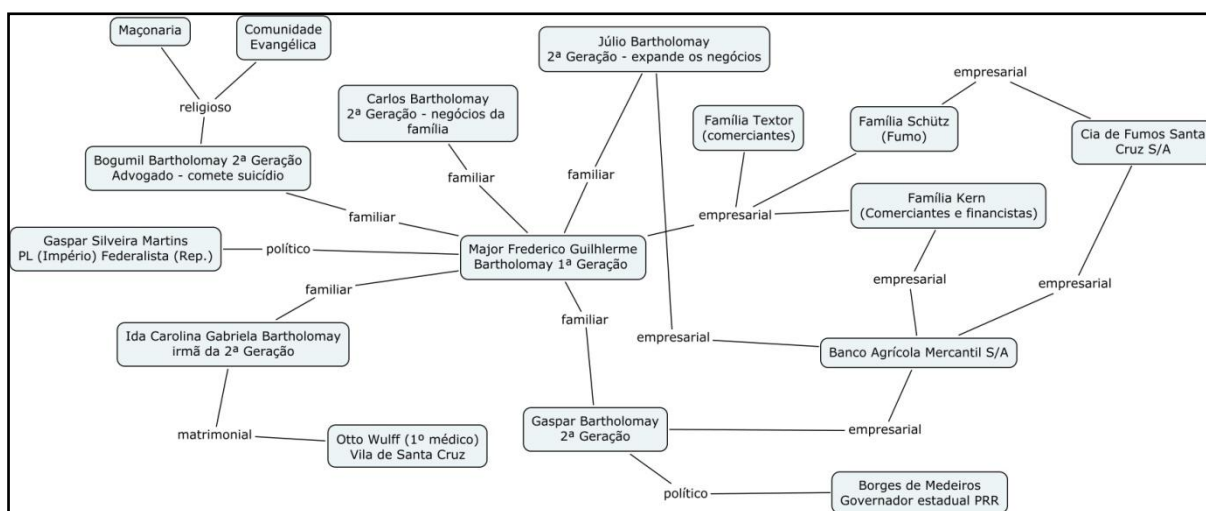
<sup>92</sup> O Banco Mercantil havia transferido sua sede para Porto Alegre tendo em vista ser, naquele período pós-II Guerra, o maior banco privado do estado; assim, precisava ampliar sua capacidade de negociação no sistema financeiro nacional. A elite provinciana abriu mão da direção do banco para que técnicos integrados ao sistema financeiro exercessem as funções administrativas.

<sup>93</sup> Fontes: Anúncio necrológico do coronel Gaspar Bartholomay. In: *Gazeta de Santa Cruz*, 18 de fevereiro de 1946, nº 15; PRADO, Ary do. Retalhos... de passado. In: *Gazeta de Santa Cruz*, 05 de março de 1946, nº 20. Os jornais estão disponíveis no acervo do Grupo de Comunicações Gazeta do Sul. Banco Agrícola Mercantil S/A: um símbolo de confiança em negócios bancários (1904-1954). Monografia empresarial de 50 anos. Porto Alegre: Editora Globo, 1954. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc.

influyente na maçonaria, acumulando o capital social que fora consolidado pelo pai e pelos irmãos. Participou de duas importantes entidades locais, o Clube União e a Comunidade Evangélica. Faleceu em 25/05/1940<sup>94</sup>.

A família Bartholomay ilustra um típico grupo urbano que conseguiu transmitir seu capital social, econômico e político da primeira para a segunda geração. A análise biográfica dos integrantes da terceira geração indica uma redução na atuação política e econômica e um crescente investimento em profissões liberais.

**Organograma 01 – Rede de Frederico Guilherme Bartholomay**



Organograma elaborado pelo autor

#### 4.1.2 Os proprietários da Pharmacia & Botica: estrutura familiar, composição social e níveis de relacionamento (uma elite urbana provinciana)

O farmacêutico ocupava um lugar de destaque entre os indivíduos que atuaram como elite em cidades pequenas do interior. Na emergente Vila de Santa Cruz, os primeiros mercadores do setor potencializaram a sua atuação para além do campo econômico. A trajetória biográfica e a construção da rede social indicam capacidade de atuação política e estabelecimento de laço matrimonial com industriais e comerciantes tradicionais. A “Pharmacia”, como era conhecida, foi estratégica para a consolidação de serviços urbanos indispensáveis para a comunidade local. O proprietário era referência num contexto em que

<sup>94</sup> Fontes: *Kolonie*, 04 de fevereiro de 1939; disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul (Cedoc-Unisc).

havia poucos médicos. O genro do engenheiro Frederico Bartholomay, o médico Otto Wulff, diagnosticava as doenças e prescrevia as receitas; cabia aos proprietários dessas “pharmacias e boticas” manipular os componentes que integravam as fórmulas das receitas, além de fornecer as drogas industrializadas que eram importadas da região central do Brasil e da Europa.

O setor de farmácia foi alavancado por dois empresários. Era obviamente um setor que exigia um capital escolar e financeiro que nenhum agricultor possuía no período de formação de Santa Cruz. Analisando a trajetória biográfica dos antecedentes familiares e dos sócios, constatamos que a maioria não esteve ligada às atividades agrícolas. Esse grupo já realizava negócios voltados ao comércio urbano e possuía um certo nível de escolaridade antes de residir na vila.

O primeiro foi o capitão Abraão Tatsch (elite da 1ª geração), alemão, nascido numa cidade próxima a Hamburgo; ele possuía conhecimento na área química, pois trabalhou numa empresa que fabricava artigos farmacêuticos e de botica na Alemanha. Sua formação escolar foi média; não conseguiu ingressar na Escola de Farmácia, pois migrou jovem ao Brasil, seguindo os passos de muitos que não viam com bons olhos a crescente militarização de sua nação, que se preparava para o processo de unificação liderado pela Prússia. A cidade escolhida foi São Leopoldo, em 1854.

Abraão era sobrinho do capitão Guilherme Tatsch, que lutara ao lado do Império na Revolução Farroupilha. A vitória dos Legalistas, em 1845, contribuiu para a ascensão social do tio de Abraão, que o auxiliou na compra de um estabelecimento comercial de fabricação de bebidas e artigos para botica. Os negócios prosperavam; assim, a naturalização e o curso de oficial na Guarda Nacional ampliaram a sua capacidade de negociação com a elite provincial. Em 1870, visualizando um crescente mercado no interior, transferiu residência para a Colônia de Santa Cruz para atuar como comerciante no ramo de botica e investidor no setor imobiliário.

Abraão resolveu estender os negócios para o setor industrial, pois não possuía uma formação escolar completa em farmácia, e a legislação imperial havia iniciado o processo de regulamentação do setor. Segundo Krause (2002), ele abriu uma fábrica de bebidas, após comprar uma destilaria que funcionava a vapor. Em 1888, teve que prestar os primeiros esclarecimentos sobre as suas atividades de farmacêutico no Conselho Municipal (Santa Cruz,

Anno de 1888, Fls. 87). Abrahão Tatsch procurou ganhar tempo no setor de farmácia para reconverter capital empresarial em outros ramos.

**Foto 31 – Botica de Abrahão Tatsch no centro da Vila de Santa Cruz, 1873**



Fonte: Cedoc-UNISC

Em janeiro de 1888, estabeleceu sociedade com o coronel Adolpho Evers, que tinha habilitação para manipular e fabricar medicamentos, mas, antes de consolidar essa parceria, Abrahão solicitou, em março daquele ano, uma certidão ao poder público local: “que n’este município não existe, como boticário habilitado na forma da lei, e se o suplicante tem provado aptidão para servir de farmacêutico, com vantagem da população” (Ata do Conselho Municipal de 1888, citado por Kaercher, 2004, p. 42). Conseguiu a aprovação para a continuidade do negócio, mas uma divergência com outro conselheiro o fez vender sua parte para Evers, que acabaria sendo um dos principais farmacêuticos da cidade.

Abrahão abandonou o ramo farmacêutico em 1889 e transferiu seus investimentos para o setor industrial de bebidas, além de iniciar sua atividade no emergente ramo do beneficiamento de fumo. A família ampliou os negócios do fumo, a partir da segunda geração, com Fernando Tatsch, que abriu uma empresa com o patrimônio herdado do pai.

A análise da estrutura patrimonial de Abrahão mostra um importante investimento no setor imobiliário. O inventário indica um sobrado avaliado em 10.000\$000 (dez contos de

réis), incluindo os bens imóveis; ele era proprietário de três casas de alvenaria na vila e uma chácara no interior. Os investimentos empresariais chegavam a 23.000\$000 (vinte e três contos de réis), sendo 15 contos na fábrica de bebidas e 8 num depósito de venda de fumo que seria ampliado e potencializado pelo filho. O gráfico 60 permite observar a composição desse patrimônio.

**Gráfico 60 – Percentual da estrutura patrimonial e empresarial de Abraão Tatsch. N=Rs. 64.000\$000**

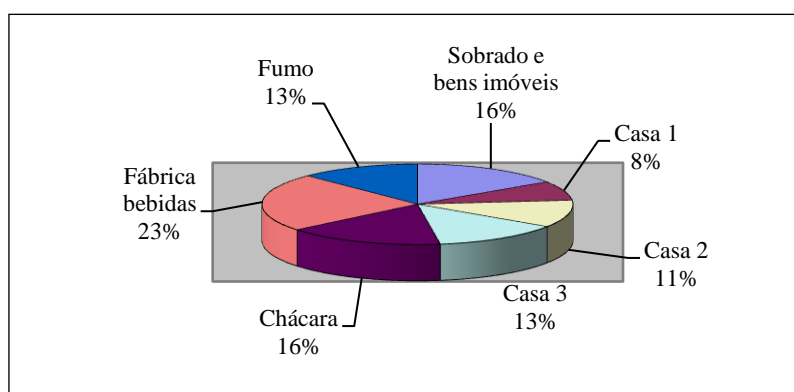


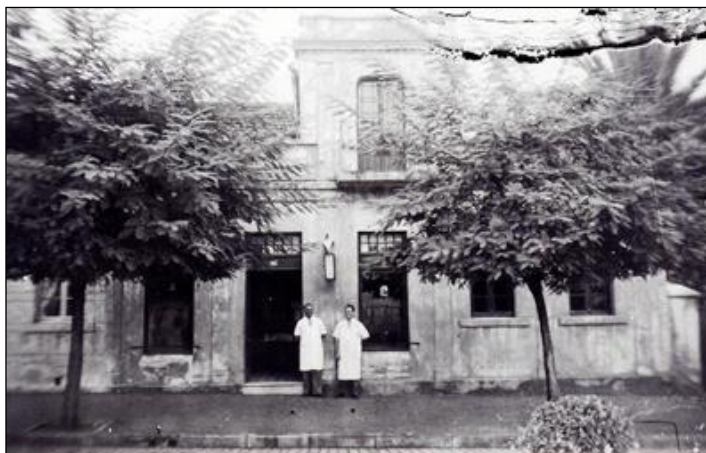
Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Inventário de Abraão Tatsch

Abraão, seguindo uma tendência dessa elite, transferiu seu capital empresarial para o político, pois foi o primeiro intendente da Vila de Santa Cruz; exerceu também os mandatos de conselheiro municipal em quatro gestões: o primeiro entre 1881 e 1882, o segundo entre 1883 e 1886, o terceiro entre 1887 e 1889 e o quarto entre 1891 e 1893; possuía um cargo público como juiz de Paz e chefe da delegacia de polícia local; outra função de prestígio identificada na sua biografia foi a de oficial da 28ª Guarda Nacional de Santa Cruz, chegando ao posto de capitão. Abraão era ligado ao Partido Liberal, depois da proclamação da República, em 1889, ingressou no Partido Federalista. Tinha vínculo de amizade com Frederico Bartholomay e integrava a maçonaria local. Faleceu em agosto de 1893, poucas semanas depois da ocupação da Vila pelos federalistas que iniciaram a revolta contra Júlio de Castilhos em fevereiro daquele ano.

O farmacêutico e coronel Adolpho Evers (elite da 1ª geração) deu continuidade aos negócios do setor que havia sido iniciado por Tatsch. Ambos eram protestantes e migraram para Santa Cruz com potencial para exercer esses tipos de atividades. Evers nasceu em 12/05/1857, na Alemanha, e faleceu em 19/08/1925, em Santa Cruz. Estabeleceu vínculo matrimonial duas vezes; no primeiro matrimônio com Emma Evers, teve duas filhas, que

ampliaram a rede familiar através de laço matrimonial com o empresário João Baumhardt, que iria comprar sua empresa de fabricação de banha, e com o empresário Fernando Tatsch, filho do ex-sócio; no segundo casamento teve um filho, Nelson Evers, e mais duas filhas, que acabaram residindo em Porto Alegre.

**Foto 32 – Farmácia Evers. Santa Cruz, 1940.**



Fonte: Cedoc-UNISC

Evers possuía vínculo estreito com a família Tatsch, que o conheceu no curso de formação da Guarda Nacional em São Leopoldo. Migrou para a Colônia de São João de Santa Cruz a convite do amigo, Abrahão, tendo em vista possuir formação técnica em farmácia e autorização especial para atuar no setor. Em 1889, comprou a botica de Abrahão, após ter atuado em sociedade com ele por alguns meses, dando início à tradicional Farmácia Evers Ltda.

O patrimônio de Adolfo girava em torno de 65.500\$000 (sessenta e cinco contos e quinhentos mil réis). Essa estrutura era constituída por um complexo de terras em dois lotes arrendados e um sobrado localizado no centro da Vila de Santa Cruz. Nesse prédio (foto) funcionava seu estabelecimento farmacêutico na parte inferior, e a residência na superior.

Além desses bens imóveis, tinha uma fábrica de licores constituída em sociedade com Emílio Genz. Evers nunca exerceu a atividade agrícola, mas os lotes de terras que eram arrendados para o plantio de fumo formavam 61% do patrimônio da família, que foi estruturado pelo sucesso nos negócios mercantis do ramo farmacêutico. Podemos observar

uma tendência importante de vários empresários da elite local a investir no setor imobiliário, tanto agrícola quanto urbano.

Os 13% da Farmácia Evers representavam um valor de 8.500\$000 (oito contos e quinhentos mil réis) em que constavam os imóveis no valor de 500\$000 (quinhentos mil réis), formado pela soma de todos os medicamentos, balanças, máquinas de fabricação de pílulas e cápsulas, além de tapetes importados, sofás de couro e outros utensílios de luxo.

**Gráfico 61 – Percentual de distribuição dos bens imóveis de Adolfo Evers. N=Rs. 65.000\$000**

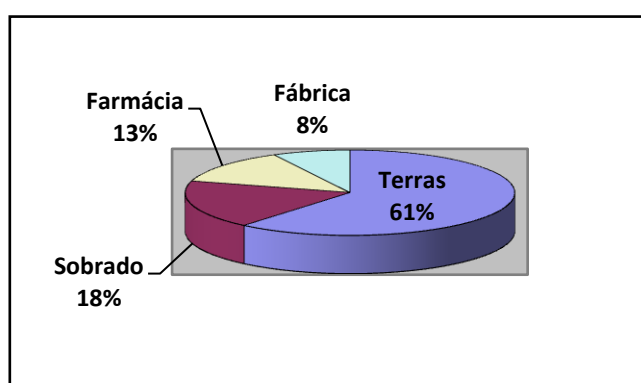


Gráfico elaborado pelo auto. Fonte: Inventário de Adolfo Evers

Evers investiu numa fábrica de beneficiamento de banha e era proprietário da marca Excelsior & Cia. Ltda., que seria comprada por João Baumhardt (elite da 1ª geração), patriarca da tradicional família do setor de embutidos e carnes processadas da cidade que estabeleceria vínculo matrimonial com uma das filhas de Adolfo. No estabelecimento farmacêutico de Adolfo, trabalharam seu filho, Nelson Evers (2ª geração), que herdaria o negócio da família e investiria no setor de entretenimento cinematográfico, abrindo o tradicional Cinema Apolo.

Nelson possuía formação superior em Farmácia, pela Escola de Farmácia da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, um importante capital educacional que foi custeado pelo pai. Vale destacar que Adolfo possuía um curso técnico em botica na Alemanha e uma autorização para atuar no setor conseguida junto ao governo da Província.

Na Farmácia Evers trabalharam outros dois funcionários que adquiriram experiência profissional e conseguiram realizar vários estudos técnicos para abrir seus próprios negócios no mesmo setor: Armindo Müller e Edwino Paschel.

Armindo Müller (2ª geração) nasceu em 10/01/1901; natural de São Sebastião do Caí, católico, com apenas 9 anos já trabalhava na farmácia do cunhado na cidade natal. Aos 19 anos, transferiu residência para Santa Cruz e iniciou sua atividade profissional na Farmácia Evers Ltda., adquirindo mais experiência, o que permitiu financiar a ampliação de sua formação de nível técnico em botica realizada na Escola de Farmácia da Faculdade de Medicina. Iniciou sua trajetória empresarial após a formatura, fundando a Farmácia Müller e Cia. Ltda., no centro da cidade.

Casou com Paula Lamberts, filha de Adolfo Lamberts (1ª geração, protestante, diretor da Caixa de Crédito, futuro Banco Agrícola Mercantil), em 16/07/1927. Na reportagem do jornal *Kolonie*, Paula foi descrita como uma moça linda e da alta sociedade. Seu casamento foi comemorado no Clube União com a presença de várias autoridades locais.

Armindo simboliza uma elite que ascendeu no interior graças à rede empresarial combinada com o laço matrimonial. O casal teve uma filha que estudaria no Colégio Sinodal e depois partiria para Porto Alegre para estudar Medicina. Armindo era católico, mas estabeleceu vínculo matrimonial com uma protestante; faleceu em 22/11/1984.

Edwino Paschel (2ª geração) nasceu em 23/01/1889, na cidade de Santa Cruz do Sul; de religião protestante, estudou no curso de guarda-livros do Colégio Sinodal e casou com Cecília Idalina Proust; não tiveram filhos. Iniciou sua trajetória profissional como funcionário da Farmácia Evers Ltda., sendo funcionário de Adolfo e Nelson Evers durante 15 anos, período que lhe possibilitou ampliar seus estudos técnicos na área de botica e acumular experiência profissional para abrir seu próprio estabelecimento. No ano de 1918, Edwino inaugurou a Peschel & Cia. Ltda., uma das mais tradicionais farmácias da cidade. Faleceu com 76 anos em 1966.

Uma tendência observada em outros estudos sobre a composição da estrutura familiar das elites locais ficou mais evidente no estudo dos empresários do ramo farmacêutico: a forte tendência ao controle da natalidade.

De maneira geral, a elite como um todo terá poucos filhos, mas, entre os empresários que atuaram no ramo da farmácia, essa constatação será mais evidente. É plausível supor que o acesso a medicamentos tenha facilitado o planejamento familiar. Esse grupo constituiu uma importante ramificação do empresariado urbano, e seus membros, ao se estabelecerem na Vila



e Cidade de Santa Cruz, conseguiram ingressar numa rede social de prestígio que lhes possibilitou atuar como elite.

#### **4.1.3 De imigrante operário à elite de Santa Cruz: a construção do prestígio local através do artesanato**

O artesanato permitiu a ascensão de uma parcela importante do empresariado das zonas de colonização do interior do Rio Grande do Sul, o que já foi observado em estudos de Jean Roche e Sandra Pesavento. No caso de Santa Cruz do Sul, tanto os estudos de Lilian Montali e de Silvana Krause destacam vários artesãos que conseguiram transformar suas pequenas oficinas em empresas sofisticadas. Foram selecionados alguns exemplos que ilustram a trajetória biográfica e a construção da rede social de parte importante dessa elite que obteve ascensão através do artesanato fabril.

A característica predominante desse grupo indica que a maioria foi constituída por proletários com algum tipo de qualificação técnica, obtida antes de migrar para Santa Cruz. Iniciaram, na maioria dos casos, em pequenas oficinas no pátio de suas residências. Analisando a conjuntura econômica local, constatamos que esse grupo foi beneficiado pelo crescente mercado interno que demandava ferramentas básicas como martelo, foice e enxada. Esses utensílios não poderiam ser importados, tendo em vista o elevado custo e as dificuldades de transporte.

Essa elite econômica local foi composta por indivíduos que migraram com capital escolar e econômico muito menor que as famílias que atuaram na burocracia pública, como os Bartholomay, ou aqueles que investiram no setor farmacêutico, como os Tatsch e os Evers, mas estavam em condições melhores que a maioria das famílias de agricultores justamente por já terem praticado essas atividades profissionalmente. Para ilustrar esse grupo, vamos analisar a trajetória dos principais empresários de Santa Cruz no ramo da metalurgia, produção de couro e borracha.

A composição social dos indivíduos que atuaram como elite local graças ao sucesso obtido no setor metalúrgico indica que eram imigrantes alemães filiados ao protestantismo, com formação técnica na área metalúrgica, e, na maioria dos casos, o patriarca atuou profissionalmente no ramo ou recrutou técnicos especializados na tradicional indústria metalúrgica alemã. O ponto de partida sempre foi uma pequena oficina de ferragens.

O caso principal foi o de Wilhelm (Guilherme) Schreiner (1ª geração), que nasceu em 1848 numa família de operários da Prússia. Estabeleceu vínculo matrimonial com a parteira Lambertine Schreiner, com quem teve dois filhos, que nasceram antes da migração para o Brasil: Adelheid e Carlos (2ª geração). Ele era protestante, mas seu vínculo com a maçonaria ocorreria somente quando ascendeu no ramo empresarial da vila. Guilherme possuía formação escolar e profissional, o que contribuiu para sua rápida ascensão, pois era egresso da Escola de Engenharia de Mittweida e, além disso, foi empregado, por 16 anos, numa siderúrgica do complexo industrial prussiano/alemão Krupp, um das maiores da Europa.

Ele participou de várias guerras no processo de unificação da Alemanha, o que lhe provocou sérios problemas de saúde. Guilherme foi aconselhado pelos médicos a buscar um país de clima tropical e aproveitou o fluxo migratório que partia para o sul do Brasil. Embarcou em 1881, aos 33 anos, comprou um lote de terras e estabeleceu residência na Vila de Santa Cruz.

**Foto 33 – Máquinas Schreiner**



Fonte: Cedoc-UNISC

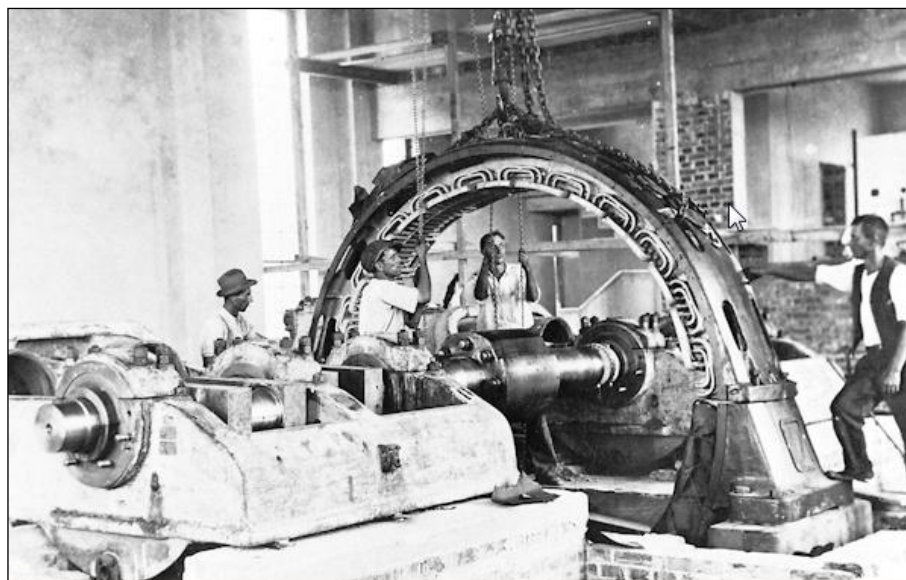
Ele abriu uma pequena oficina de ferragens, nos fundos da casa, em que produzia fôrmas para bolos, parafusos, porcas para as prensas de fumo e latões para banha. Sua mulher teve mais dois filhos, Henrique e Augusto, que iria estudar no Colégio Sinodal até concluir o ensino técnico como guarda-livros para depois trabalhar na empresa do pai. Lambertine

trabalhava como parteira, atendendo a chamados na cidade e no interior juntamente com o médico local, Otto Wulff.

Guilherme foi pioneiro no ramo metalúrgico da emergente vila. Vendeu seu lote de terras e investiu todos os esforços para a construção de um forno de fundição de porte médio. Os necrológios indicam que o crescimento e a consolidação empresarial foram possíveis graças à parceria estabelecida pela família.

No contexto da Revolução Federalista, foi obrigado a construir canhões e munições para os revolucionários que foram liderados por Zeca Ferreira e haviam ocupado a Vila de Santa Cruz. Conseguiu ficar de fora do conflito escondendo peças e insumos de sua fábrica, fato que foi reconhecido em 1898, quando lhe foi concedido o título honorífico de capitão da Guarda Nacional pela sua lealdade às forças do governo estadual. Em 1908, aos 60 anos, entregou o controle da empresa aos filhos e ao cunhado, Rudolfo Freudenfeld, que mudaram a razão social para Schreiner & Cia.<sup>95</sup>

**Foto 34 – Interior da fábrica Máquinas Schreiner**



Fonte: Cedoc-UNISC

---

<sup>95</sup> Fontes: Carlos Schreiner, successor de Guilherme Schreiner – fundada em 1882, Fabrica de Machinas e Fundição. 1882-1932. 50 anos. Machinas para Olarias. Monografia empresarial de 50 anos. Santa Cruz do Sul: Tipografia Lamberts & Riedl Ltda., 1932. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc; Centenário Máquinas Schreiner S/A (1882-1982). Projeto de monografia empresarial de 100 anos. Sem autoria. Seis folhas datilografadas. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc, Pasta de Empresas.

A transmissão de capital social pode ser visualizada através de seu filho mais velho, Carlos Schreiner (2ª geração), que assumiu a firma do pai junto com seu tio e seus irmãos, Henrique e Augusto. Carlos nasceu na Alemanha no ano de 1877; filiado ao protestantismo, estabeleceu vínculo matrimonial com uma esposa católica, com quem teve dois filhos, Frederico Guilherme e Ernesto Walter (3ª geração). Iniciou sua trajetória empresarial com o pai na metalúrgica Schreiner & Cia.; foi o único dos três irmãos que obteve formação técnica e superior. Após concluir o básico no Sinodal, Carlos partiu para o Rio de Janeiro, com despesas custeadas pela família, para cursar o ensino técnico em mecânica, no Instituto Técnico Industrial. Após a conclusão, partiu para a Alemanha e completou seus estudos na Escola de Engenharia de Mittweida, mesmo local em que o pai obtivera a formação em mecânica, obtendo o título de engenheiro mecânico.

Em 1908, aos 31 anos de idade, assumiu o controle da empresa da família, a Schreiner & Cia, introduzindo novas tecnologias e diversificando a produção. Em 29/01/1919, foi lhe concedido um importante título honorífico, o Diploma de Mérito do Conselho Técnico Superior, pelo seu empenho na industrialização brasileira. A fábrica havia desenvolvido uma turbina hidráulica em sistema de espiral com potência de 80 HP, a primeira do Brasil. Em 1920, o Instituto Técnico Industrial o tornou membro honorário dando-lhe o diploma de honra. Seguiu administrando a empresa junto com os filhos até 1936, quando se aposentou por problemas de saúde.<sup>96</sup>

A família Binz constitui outro exemplo de construção do capital empresarial tendo o artesanato como ponto de partida, mas com uma importante combinação com a atividade agrícola familiar. O patriarca da família foi José Alfredo Binz (1ª geração), agricultor e ferreiro, que havia estabelecido residência na Vila de Santa Cruz em 1904, para se dedicar exclusivamente à oficina e facilitar a formação dos filhos no Colégio Sinodal. A empresa foi consolidada por Rodolfo Guilherme Binz (2ª geração), o filho mais velho, que ingressou na empresa em 1916, sendo de religião protestante.

Segundo Silvana Krause (2002), a família inventou uma máquina furadeira, uma mesa de “fazer móveis” e uma máquina a vapor de 25 HP. A indústria Binz fornecia máquinas de processamento de madeira, que eram exportadas para cidades de colonização italiana como

---

<sup>96</sup> *Ibidem*.

Caxias do Sul e Bento Gonçalves; bombas de água para irrigação de arroz, que eram vendidas para agricultores de Candelária e Cachoeira do Sul; máquinas de fabricação de tijolos, vendidas para cidades da região central do estado.

Na parte de desenvolvimento tecnológico, a empresa contou com o apoio de operários especializados vindos da Alemanha, que trabalharam na indústria Krupp, o que representa uma proximidade técnica com a firma de Schreiner. No entanto, essa troca de experiências durou até o início da I Guerra Mundial. A trajetória biográfica dos proprietários e a análise da construção da rede social permitem observar uma forte transmissão de capital de uma geração para outra.

O filho de Rodolfo Binz, Bruno Binz (3ª geração), na década de 1940 fez seus estudos técnicos na cidade de Porto Alegre e cursou Engenharia Mecânica no Instituto Tecnológico de São Paulo, com despesas bancadas pela família. Bruno foi o único filho de Rodolfo que obteve formação superior, uma tendência comum nas famílias da elite de cidades do interior que investiram no ramo empresarial e ascenderam a partir do artesanato local. Essas famílias precisavam ter pelo menos um dos integrantes com formação superior para incrementar tecnologicamente a empresa ou estabelecer vínculo relacional com outras famílias da elite local.

**Foto 35 – Mesa com cortador e máquina para modelar tijolos da Indústria Binz**



Fonte: Cedoc-UNISC

Dando continuidade aos exemplos de famílias da elite local que ascenderam a partir do artesanato, passamos a analisar o ramo da produção de couros, um setor que esteve presente

desde a primeira geração, mas somente a partir da segunda emergiram empresários com potencial de atuar como elite apoiados no sucesso empresarial do setor.

A trajetória de Félix Ambrósio Hoppe permite ilustrar esse processo. O empresário, de religião católica, nasceu na Alemanha em 07/12/1888, migrou para o Brasil com 24 anos de idade, em 1912, e possuía formação técnica em marcenaria. Nos primeiros meses, ficou estabelecido na casa da família Fusswinkel, no distrito de Rio Pardinho, interior de Santa Cruz, onde começou a trabalhar com os anfitriões na cultura do arroz. Félix inventou uma bomba de sucção manual para irrigar as plantações.

Em 1913, ele abriu uma pequena olaria, na cidade de Santa Cruz. Em julho do mesmo ano, estabeleceu vínculo matrimonial com a católica Berta Kipper, com quem teve quatro filhos. Em 1915, adquiriu um depósito de tábuas e beneficiamento de madeira, o que lhe garantiu estabilidade financeira. Em 28/02/1924, admitiu como sócio o investidor Oswaldo Jordam e fundaram a Hoppe & Jordam Cia. Ltda., especializada em torrefação e moagem de café. Em 1933, o sócio de Félix faleceu. Para substituir o sócio, três anos depois, Félix incentivou o ingresso dos filhos na empresa. Resolveram investir na área de couro, indústria de bolas e cabos de vassoura. O setor de alimentos foi incrementado e estendido para outros produtos, incluindo aguardente, álcool e bebidas. A empresa foi registrada como Hoppe & Cia. e passou a oferecer serviços de representação das agências da Navegação Aliança Ltda. e Panair do Brasil S/A.

Uma propaganda de 1949 indica que seu estabelecimento fabril, a loja comercial e o escritório estavam localizados no centro de Santa Cruz do Sul. Na década de 1960, a razão social mudou para Curtume Hoppe S/A – Comércio e Indústria. Félix passou a investir no setor financeiro local, ingressando como acionista e fundador na Caixa Cooperativa de Crédito União Popular, sendo nomeado presidente entre 1923 e 1943 (esse banco local era o equivalente católico da Caixa de Crédito Santa-Cruzense Ltda. que seria comprado futuramente pela Sicredi). Na década de 1940, comprou um lote de ações da Companhia de Fumos Santa Cruz, ingressando na empresa como acionista e ocupando cargo no conselho deliberativo da principal indústria de cigarros da cidade.

Na sociedade civil, estabeleceu forte vínculo com as instituições católicas, fez parte da diretoria da Comunidade Católica, do Clube Aliança Católica e da Associação Amigos dos

Irmãos Maristas, ligada ao Colégio São Luis. Félix faleceu aos 75 anos, em 07/04/1963<sup>97</sup>, e foi sepultado no Cemitério Católico.

Dentre seus quatro filhos, ilustraremos a trajetória de Edmundo Hoppe (3ª geração), pois, nesse caso, percebemos uma transmissão de capital social combinado com a ampliação de laços matrimoniais inter-religiosos e investidura política. Edmundo nasceu em 19/02/1917; de religião católica, casou em 1939 com Lucia Melchior, protestante, com quem teve dez filhos. Sua formação escolar foi de nível técnico, como perito contador, pelo Colégio Marista São Luis, mas ampliou sua formação em Contabilidade na Universidade Federal de Santa Maria. Iniciou sua trajetória empresarial assumindo a gerência do Curtume Hoope & Cia., mais tarde conhecido como Curtume Hoppe S/A – Comércio e Indústria. Além dessa empresa, passou a investir em plantações de soja e trigo no interior de Candelária.

Edmundo transferiu o sucesso do capital empresarial acumulado inicialmente pelo pai para a investidura política. Ingressou no Partido Libertador e concorreu ao cargo de prefeito municipal no ano de 1955, obtendo 2.755 votos, mas não foi eleito. Em 1959, voltou a disputar a prefeitura pelo mesmo partido e venceu com 7.619 votos. Governou até 1963 e liderou a cidade no contexto da crise da Legalidade, em setembro de 1961, quando organizou a comunidade local para um eventual conflito entre forças pró-Goulart, lideradas pelo governador Leonel Brizola, e golpistas do centro do país que estavam impedindo a posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros.

Após concluir seu mandato de prefeito, Edmundo filiou-se ao PSD. Seu partido disputou as eleições coligado com a UDN em 1963, sendo um dos vereadores eleitos para o legislativo municipal, com 889 votos. Com a implantação do AI-2, após o Golpe de 1964, filiou-se à ARENA. Em 1968, venceu as eleições para prefeito com 9.829 votos, cumprindo o mandato até 1973. Em 1976, pelo mesmo partido, tentou ser vereador, mas não conseguiu ser eleito, pois fez apenas 454 votos. Entre os anos de 1978 e 1985 foi secretário municipal de Planejamento pela ARENA.

Na sociedade civil, Edmundo foi presidente da Associação Comercial e Industrial, entre os anos de 1953 e 1958; foi fundador e presidente da Associação Pró-Ensino Santa Cruz

---

<sup>97</sup> Fontes: Anúncio necrológico de Félix Ambrósio Hoppe. In: jornal *Gazeta do Sul*, 07 de abril de 1963. Disponível no arquivo do Grupo de Comunicações *Gazeta do Sul*; Biografia de Félix Ambrósio Hoppe, Pasta de Biografias. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc.

por três anos; diretor da Comunidade Católica; do Futebol Clube Santa Cruz; diretor da Sociedade Aliança Católica. Faleceu num acidente de trânsito, no distrito industrial de Santa Cruz do Sul em 05/07/1988.<sup>98</sup>

A composição social das famílias que investiram na indústria de artefatos de borracha mostra uma combinação de empreendedorismo, formação escolar e evolução artesanal. A partir da história empresarial das Indústrias Mercur S/A., chegamos ao arquiteto Jorge Hoelzel, cuja trajetória biográfica permite observar o nível de complexidade da industrialização de Santa Cruz do Sul e da própria composição do empresariado local.

Iniciamos com o pai, o imigrante alemão Carlos Hoelzel (1ª geração). Esse empresário, protestante, formado em Engenharia, veio para o Brasil com recursos pecuniários importantes no final do século XIX. Primeiramente residiu na cidade de Candelária, onde abriu, em parceria com sua família, uma relojoaria, além de comprar alguns imóveis.

Carlos dedicou-se à educação dos quatro filhos, que obtiveram formação em colégios e universidades em Porto Alegre e São Paulo. As fontes não entram em detalhes sobre a forma de obtenção dessa fortuna, mas indicam que seus antecessores foram investidores em ramos da indústria metalúrgica e no setor financeiro da Prússia. Com a guerra de unificação alemã, as ações da família valorizaram-se no mercado financeiro; então vendeu sua parte e migrou para o Brasil. Em 1908, transferiu residência para a cidade de Santa Cruz, tendo em vista a expansão dos negócios empresariais que a vizinha Candelária não alcançava. Na nova cidade, Carlos ingressou na maçonaria e organizou o primeiro cinema local, que seria comprado, posteriormente, pelo filho de Adolfo Evers, o farmacêutico Nelson Evers.

A família Hoelzel foi proprietária do primeiro avião de Santa Cruz do Sul. O filho mais velho, Jorge Emílio Hoelzel (2ª geração), após concluir o curso superior de Arquitetura na Faculdade de Engenharia de São Paulo, fundou a fábrica de borracha Hoelzel & Cia. Ltda., futura Mercur S/A. O capital empresarial do pai, combinado com o conhecimento técnico obtido em pneumática nos estudos em São Paulo, contribuiu para o sucesso de uma das principais indústrias de artefatos de borracha do estado.

Jorge nasceu em 31/08/1891, na cidade de Candelária, filho de Carlos Hoelzel e Clara Hoelzel, ambos de religião protestante e vinculados à maçonaria. Estabeleceu laço

---

<sup>98</sup> Fontes: Banco de dados eleitorais de Santa Cruz do Sul; biografia de Edmundo Hoppe; Centenário de Santa Cruz do Sul.



matrimonial com Ata Niedersberg (filha de um tradicional comerciante de roupas da cidade), mas ficou viúvo. Estabeleceu um segundo vínculo matrimonial com Ilse Lina Hoelzel, com quem teve dois filhos. Seus estudos em vários estabelecimentos de ensino de Porto Alegre foram custeados pelo pai. Após concluir o básico, partiu para São Paulo e se formou no curso de Arquitetura. Exerceu essa profissão por pouco tempo. Jorge mudou-se definitivamente para Santa Cruz, dando continuidade aos trabalhos da indústria de artigos de borracha que fundou em parceria com seu irmão e o pai, em 1924.

Na sociedade civil, foi fundador e presidente do Rotary Clube Santa Cruz. Exerceu o cargo de diretor executivo e presidente do Clube União. Foi durante sua gestão que o prédio da sede social foi construído no centro da cidade. Jorge praticava tênis com o filho de Helmuth Schütz, diretor da Cia de Fumos S/A, sendo por vários anos presidente do Tênis Clube Santa Cruz. Também era ativo participante da maçonaria e da comunidade evangélica. Não atuou na política. Faleceu em 19/01/1968.

Os exemplos descritos ilustram as estratégias de ascensão empresarial de uma elite provinciana que conseguiu estruturar empresas de reconhecimento regional a partir do artesanato. Esses integrantes da elite iriam se articular com os empresários do fumo a partir da década de 1930, quando Santa Cruz consolidou um complexo industrial do ramo fumageiro que foi alavancado por empresários que investiram no setor e foi crescendo graças ao capital acumulado pelos ascendentes e os vínculos estabelecidos pela elite imigrante, como os Bartholomay e os Evers, e os empresários oriundos do artesanato, em especial da metalurgia, que fornecia os utensílios necessários para a prática da agricultura familiar.

#### **4.2 “O avô agricultor, o pai comerciante e o filho grande empresário local”: ascensão social apoiada na economia fumageira**

A agricultura familiar e o comércio de secos e molhados foram o ponto de partida para a maioria dos integrantes que atuaram como elite no interior do Rio Grande do Sul, mais precisamente nas zonas de colonização alemã e italiana. No caso dos 189 empresários que são objeto de nosso estudo, pesquisamos a origem socioprofissional dos ascendentes, e os resultados apontam que a maioria evoluiu dessas atividades. Percebemos que mais de 90% dos avós paternos e maternos passaram pelo crivo da agricultura familiar, com N=148. Os

pais dessa elite iniciaram os investimentos empresariais combinando atuação no comércio e agricultura em mais de 60% dos casos, com N=164.

Esse é um padrão hegemônico de desenvolvimento empresarial das regiões de colonização do interior do Rio Grande do Sul, mas não absoluto, como apontou Limerá Tejo em seu trabalho. Roche e Pesavento contestaram a tese de Tejo defendendo a existência de uma complexa base de ascensão desses empresários. Nosso estudo provou até agora a mesma posição defendida por Roche e Pesavento, o que foi ilustrado no subcapítulo anterior, através da análise da rede social e da composição do patrimônio de alguns “imigrantes burgueses” como Frederico Bartholomay e Abrahão Tatsch.

Esse foi um segmento que exerceu liderança e contribuiu para o sucesso econômico das regiões de colonização. O papel de elite provinciana exercido pela primeira geração contribuiu para ampliar a capacidade de negociação da vila com o poder regional, pois, além de oferecerem serviços que exigiam um nível de qualificação maior, como metalurgia e farmácia, seus integrantes atuaram na formulação e implementação de políticas públicas que contribuiriam para a ascensão do povoado a vila e, mais tarde, de vila a cidade, o que permitiria a incorporação de um número maior de descendentes de agricultores que conseguiram reverter o capital agrícola em empresarial.

A economia fumageira foi peça fundamental para o incremento financeiro de muitos empresários que descendiam de pequenos agricultores e cultivavam esse produto no interior de Santa Cruz do Sul. Parte desse grupo passou a beneficiá-lo e comercializá-lo em diferentes espaços de inserção, ampliando a capacidade de construção de uma rede social que os colocou na condição de elite, principalmente depois da inauguração da estrada de ferro, que potencializou a exportação desse produto.

As trajetórias biográficas ilustram que o ápice dessa reconversão foi a transferência das atividades profissionais do interior rural para a vila/cidade de Santa Cruz através do abandono progressivo das atividades agrícolas e do investimento no comércio ou estabelecimento fabril.

Residir na vila ampliava a capacidade de negociação, além de novas estratégias de inserção social, pois era o local que oferecia estruturas para o crescimento empresarial, como a energia elétrica para a produção fabril, a ferrovia para a exportação e o telefone para a compra de insumos e venda das mercadorias. Percebemos que, além dessa disponibilidade em

termos de infraestrutura, atuar na vila permitia potencializar vínculos relacionais que na “picada” seria difícil de realizar. O espaço urbano é lócus das estratégias de reconhecimento, pois, ao morar na vila, o indivíduo ratifica elementos simbólicos de sua posição de destaque. Carina Martiny reforça essa tese em pesquisa realizada sobre a elite de São Sebastião do Caí: “Podemos constatar que, ao menos para dezoito dos trinta vereadores, o fato de ‘morarem na vila’ – no distrito-sede – colaborou para que estes conquistassem um posto político” (Martiny, 2010, p. 260).

As peças publicitárias que foram usadas como fonte, principalmente a reportagem intitulada “Firmas tradicionais de Santa Cruz”, reforçaram a tradição agrícola dos avós e dos pais com a progressiva reconversão ao ramo mercantil. Em localidades rurais, possuir um pequeno “Armazém de Secos & Molhados” potencializava a capacidade de mobilização de capital social e abria oportunidades de negócios com outros empresários da vila ou cidade. Parte importante da segunda (vila) e terceira (cidade) geração ascenderia no período em que a economia fumageira seria pauta principal de exportação local.

A maioria da elite local possuía uma origem comum, o que permitiu a construção da rede de negociação profissional e empresarial mais homogênea. A prática da agricultura familiar vinculada à cultura do fumo contribuiu para o estabelecimento dessa rede local. O levantamento prosopográfico identificou uma tendência estatística desses empresários serem netos ou filhos de imigrantes alemães que trabalharam na agricultura familiar e possuíam o fumo como principal cultura. O início dessa reconversão era marcado pelo investimento na prática mercantil através da abertura e consolidação de um pequeno estabelecimento comercial localizado nas cruzadas de “picadas” e “linhas” do interior da emergente colônia de Santa Cruz. Os pais e tios dessa elite empreenderam, na maioria dos casos, o desenvolvimento do comércio rural concomitantemente às atividades na agricultura familiar e foram deslocando, progressivamente, seu capital agrícola ou comercial para atividades empresariais no meio urbano.

A trajetória biográfica de 74 empresários revela uma preocupação dos pais e avós em ampliar o nível de escolaridade de seus descendentes. Essa foi a justificativa para o abandono da prática agrícola e a transferência de residência para a vila ou cidade. A análise comparada da formação escolar dos integrantes ascendentes, especialmente do grupo que veio da agricultura familiar, permite visualizar algumas peculiaridades: o analfabetismo funcional foi

hegemônico entre os avós paternos e maternos<sup>99</sup>; os pais e tios estiveram, na maioria dos casos, inseridos num ambiente que propiciou uma formação educacional em instituição regular e com professores formados; no caso dos indivíduos que atuaram como elite local, a maioria teria, no mínimo, uma formação básica e 10% teria formação superior.

Na análise de 45 necrológios e 16 artigos biográficos de memória, percebemos que avós e pais, que eram agricultores, no momento em que conseguiam estabilizar um excedente rentável, canalizavam sua preocupação com o futuro profissional e escolar dos filhos. Esse é um padrão de reprodução familiar muito próximo dos empresários oriundos do artesanato industrial, analisados anteriormente. Havia verdadeiros projetos de formação profissional da família, pois as propriedades eram relativamente pequenas e não comportavam o sustento de todos os integrantes. Esse gargalo forçava parte importante dos filhos a investir profissionalmente na vila ou a continuar o processo de migração para o oeste do Rio Grande do Sul. Muitas colônias, como Frederico Westphalen, seriam fundadas no início do século XX por filhos ou netos de imigrantes alemães de São Leopoldo e Santa Cruz.

O aumento dos postos de trabalho na cidade levava a maioria dos integrantes da elite que compõem nossa amostra a reverter o capital agrícola familiar para o comércio e o posterior setor fabril. A economia fumageira contribuiu decisivamente para a ascensão e ampliação da rede social desses indivíduos, que, além do sucesso econômico, estiveram apoiados em estreitos vínculos matrimoniais e no capital social dos ascendentes. Os estudos indicam que o sucesso da passagem do espaço rural para o espaço urbano tornava indispensáveis quatro elementos:

- 1) uma poupança construída a partir da atividade agrícola e mercantil no interior com uso maciço da mão de obra familiar;
- 2) um vínculo matrimonial que potencializaria os negócios com outras famílias do mesmo ramo;
- 3) o acúmulo de um determinado capital social construído pelo avô ou pelo pai;
- 4) uma formação escolar que garantiria uma homogeneidade social, além de ampliar a capacidade de estender os vínculos a outros espaços relacionais de uma elite econômica provinciana.

---

<sup>99</sup> Além dos registros efetuados sobre a formação escolar dos avós, levantamentos de Krause (2002) apontam que havia 40% de analfabetos em Santa Cruz no início do século XX.

Para ilustrar esses casos, vamos dividir esse subcapítulo em duas partes: a primeira aborda a construção da tradicional família Hennig, proprietária da maior indústria de beneficiamento de fumo do Rio Grande do Sul, construída a partir de três gerações; a segunda tratará da rede familiar estruturada pelos proprietários da Casa Mailaender através da análise dos laços matrimoniais constituídos pelas principais famílias da elite local que atuaram no estabelecimento comercial mais luxuoso da cidade.

#### **4.2.1 A trajetória da família Hennig: ascensão a partir da agricultura familiar**

Os “Hennig” ilustram uma típica estratégia de ascensão social tendo a agricultura familiar como ponto de partida. Essa é uma família que transmitiu capital social em três gerações com base numa articulada rede matrimonial, investidura política e parceria empresarial com outras famílias da elite local, tanto protestante quanto católica. O integrante da segunda geração Augusto Hennig foi o empresário mais rico da cidade, segundo os dados da coletoria de impostos de 1938, e sua ascensão permite ilustrar um modelo de elites locais que emergiram nas regiões de colonização germânica do interior do Rio Grande do Sul.

Analisaremos a trajetória dessa família a partir do empresário Augusto Hennig, pois a construção de sua rede familiar, atividade empresarial e atuação política ilustra um modelo de elite local fundamentado na tese das três gerações.

Iniciamos com o pai de Augusto, Frederico Augusto Hennig<sup>100</sup>. A atividade profissional da família era a agricultura familiar. O fumo foi a principal cultura, sendo beneficiado na propriedade e vendido no povoado, como era conhecido até 1878, e na Vila de Santa Cruz. Frederico conseguiu fundar um pequeno estabelecimento comercial que vendia leite e cachaça que eram adquiridos nas negociações com o fumo. Naquele período, era o único estabelecimento comercial da localidade de Sinimbu. A ampliação dos negócios da família permitiu a consolidação do Armazém de Secos & Molhados Hennig; sem registro legal, seria herdado pelos quatro filhos, que passaram a reduzir seu trabalho nas atividades

---

<sup>100</sup> Frederico, integrante da 1ª geração, protestante, nasceu na Alemanha, em 04/11/1833. Em 1852, migrou para o Brasil juntamente com sua esposa, Karolina Hennig, com quem tinha dois filhos. A família ocupou um lote de terras na Colônia de Santa Cruz, distrito de Sinimbu, e o casal teve mais dois filhos, entre eles Augusto, caçula entre quatro filhos.

agrícolas. A estratégia de acúmulo de capital estava centrada no uso massivo da mão de obra familiar tanto na agricultura quanto no empório comercial.

Após completar a primeira década de permanência no Brasil e a consolidação das atividades agrícolas e mercantis, a próxima preocupação da família foi investir na formação escolar dos filhos. Frederico era semianalfabeto, mas, segundo seu necrológio, estava determinado a oferecer um ensino regular aos filhos. Atuou em conjunto com a Comunidade Evangélica para que estudassem na Evangelische Realschule de Rio Pardinho, localidade entre o distrito de Sinimbu e a Vila de Santa Cruz.

Com o progressivo crescimento econômico do estabelecimento, Frederico passou a trabalhar na empresa de beneficiamento de fumo, que seria registrada pelo ousado caçula como a Exportadora Hennig S/A, em 1888, no distrito de Boa Vista. Frederico faleceu em 20/12/1909<sup>101</sup>, não atuou na política e foi o patriarca do “barão do fumo local”, num período em que a empresa já era reconhecida como a maior no ramo de beneficiamento de fumo de Santa Cruz e uma das maiores do estado.

O sucesso empresarial na trajetória de Augusto Hennig (2ª geração) permite observar a combinação de três fatores: primeiro, acúmulo de capital empresarial consolidado pelo ascendente através da reconversão do capital agrícola em mercantil; segundo, vínculos estabelecidos com a elite local e regional ao ingressar na vila; terceiro, a capacidade de transmissão desse capital para os filhos que potencializaram as empresas organizadas pelo avô e pelo pai. Augusto nasceu no interior de Santa Cruz, em 26/07/1866. Sua biografia descreveu as condições precárias em que viviam os pais no início dos trabalhos com a agricultura familiar, no distrito de Sinimbu: “O mato era fechado, meu pai possuía apenas minha mãe e meus dois irmãos que trabalharam muito para conseguir sobreviver nessa região” (Diário de Augusto Hennig).

Mesmo com as dificuldades relatadas, ele conseguiu estudar num estabelecimento de ensino rural, a Realschule, que seria incorporado ao futuro Colégio Sinodal. Em 25/04/1889,

---

<sup>101</sup> Fontes: Propaganda da Exportadora Hennig S/A, publicada no livro do Centenário de Rio Pardinho, 1949. MARTIN, Hardy. Diário de Augusto Hennig. Pasta de Biografias. 3 fls dat. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc.

um ano depois de fundar seu maior empreendimento empresarial, Augusto estabeleceu vínculo matrimonial com a protestante Rosalina Franko Hennig<sup>102</sup>.

Na adolescência, Augusto Hennig dedicou-se às atividades da agricultura familiar e ao comércio de pedra semipreciosa, no distrito de Sinimbu, enquanto estudava, no distrito de Rio Pardinho. Conseguiu um emprego na casa comercial de José Pedro Koelzer (intendente municipal), de quem se tornou amigo. Em 1885, conseguiu trabalhar com Júlio Eichenberg (comerciante), para depois ser contratado por Abraão Tatsch (farmacêutico e industrial do ramo de alimentos, cuja trajetória foi descrita no item anterior). Em todos esses empregos, Augusto estabeleceu um forte vínculo de amizade, o que contribuiu para sua atuação como membro da elite no período em que a vila de Santa Cruz ascendeu à condição de cidade.

Entre os anos de 1886/87 ele foi viajante da Fábrica de Bebidas Tatsch & Evers e Cia. Ltda., estabelecendo vários contatos com comerciantes de Rio Pardo e Porto Alegre, fato que contribuiria para o sucesso de seu empreendimento. Em 1888, pediu demissão e resolveu retornar para Sinimbu e assumir, em 1888, o pequeno armazém do pai e dos irmãos que vendia cachaça e fornecia leite para a Vila de Santa Cruz. Em 1890, fundou um pequeno empório para comercializar folha de fumo processado, introduzindo um novo método de produção padronizado conhecido como Rio Grande Leaf Tobacco. O processo, segundo a fonte publicitária da empresa, iniciava na escolha de sementes selecionadas, aplicação de fertilizantes, inseticidas, material agrário apoiado maciçamente em assistência técnica. No período, foi o único e pioneiro na região de Santa Cruz que articulava toda a produção. Isso contribuiria para fazer dele o maior empresário do ramo fumageiro do Rio Grande do Sul.

Augusto Hennig possuía uma rede exclusiva de plantadores nas localidades do interior de Santa Cruz, como Boa Vista, Dona Josefa, Rio Pardinho e Sinimbu. Esses agricultores recebiam os insumos e financiamentos da Exportadora que comprava, beneficiava e comercializava o fumo na Vila de Santa Cruz. Em 1905, com a inauguração da estrada de ferro, potencializou as vendas para Porto Alegre e, em 1917, já negociava fumo diretamente com fornecedores da Europa e EUA. Registrou a empresa na Junta Comercial do Rio Grande do Sul com o nome de Exportadora Hennig S/A. Expandiu os investimentos empresariais da

---

<sup>102</sup> Rosalina nasceu em 09/02/1873, no distrito de Dona Josefa, e faleceu em 13/10/1937, na cidade de Santa Cruz. A família teve seis filhos, que herdaram o capital social, empresarial e político do pai, prosseguindo com a expansão do patrimônio familiar: Adolf Edmundo Hennig, Ernesto Augusto Hennig, Elsa Emília Hennig, Erna Cecília Hennig, Arnaldo Oswald Hennig e Ervino Rodolfo Hennig.

família. Em 1904, ajudou a fundar o primeiro banco de Santa Cruz, a Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense Ltda., que daria origem, em 1938, ao Banco Agrícola Mercantil S/A, sendo um dos seus maiores acionistas.

**Foto 36 – Exportadora Hennig S/A no centro de Santa Cruz, 1907**



Fonte: Cedoc-UNISC

Em 1918, ele passou a exportar fumo em folha sem intermediários. Possuía escritórios e grandes depósitos na capital estadual, Porto Alegre. Transferiu a sede da empresa para o centro de Santa Cruz, permanecendo com filial no distrito de Sinimbu. Abriu uma pequena agência bancária que passou a financiar, através de empréstimos a juros mais baixos, os insumos que sua empresa vendia para os agricultores cultivarem o fumo nos padrões da Exportadora Hennig. Os filhos passaram a trabalhar com o pai e o auxiliaram na formação de uma Holding, a Cicoma – Companhia de Comércio e Administração, que integrava a poderosa Exportadora Hennig S/A, um banco exclusivo da família, a Casa Bancária Hennig & Filhos Ltda., que futuramente passaria a ser conhecido como Banco Sinimbu S/A, o terceiro banco fundado pela elite de Santa Cruz<sup>103</sup>.

Os filhos ampliaram os negócios da família inaugurando a Transportadora Hennig S/A, que passou a integrar a poderosa holding. A empresa possuía uma frota de caminhões e veículos de médio porte que riscavam o interior do município fazendo frete para os agricultores que vendiam seu produto ou faziam encomendas para suas atividades. Esse foi

---

<sup>103</sup> O primeiro foi a Caixa de Crédito (1904) e o segundo a Caixa Rural (1919).



mais um negócio que potencializou o patrimônio dos Hennig. Vale destacar que, antes da transportadora, o fumo era transportado por carroças puxadas por bois ou cavalos.

**Foto 37 – Veículo da Transportadora Hennig S/A auxiliando no transporte do fumo, 1934**



Fonte: Cedoc-UNISC

Em 1948, quatro anos depois do falecimento de Augusto, os filhos inauguraram a primeira indústria de cigarros da família, a Fábrica de Cigarros Sinimbu & Cia Ltda., que anos depois seria a Companhia de Cigarros Sinimbu S/A, estruturada após a compra das ações e maquinários da Cigarros 35 Ltda. da família Eifler, integrante da elite política e econômica local que também vivia da indústria de cigarros. Augusto Hennig chegou a investir na instalação de uma empresa de fornecimento de água para a cidade, recebendo na época grande cobertura no jornal local.

Na política, exerceu um mandato como conselheiro municipal, entre os anos de 1920 e 1924. Era filiado ao PRR e amigo de Borges de Medeiros. Na sociedade civil, fez parte da Comunidade Evangélica, destacando-se na construção e consolidação do Colégio Sinodal, futuro Mauá, local em que os filhos de Hennig estudaram. Vale destacar que o terreno para o qual seria feita a transferência do educandário, no Bairro Higienópolis, foi doado por Augusto, que, além desse, concedeu outro espaço próximo para a construção do Tênis Clube Santa Cruz, esporte praticado pelos seus filhos, netos e bisnetos. No Clube União, ocupou a presidência, sendo, juntamente com Frederico Bartholomay, um dos principais diretores que contribuiu para a formação desse espaço social frequentado pela elite local; também atuou na

maçonaria. Augusto faleceu em 18/07/1944<sup>104</sup>, sendo um duro crítico da valorização étnica de Santa Cruz, que estava prejudicando os negócios do fumo. Para o empresário, “a cidade deveria ser reconhecida como capital estadual ou nacional do fumo e não perder tempo com festas da imigração alemã” (Diário de Augusto Hennig).

Os filhos de Augusto pertenceram à terceira geração da elite local e da própria família. O sucesso deles foi possível graças à transferência de capital social, econômico e político construído pelo avô e expandido pelo pai, o que possibilitou ampliar a rede familiar através de estratégias matrimoniais com setores da elite local que se estendeu até os netos. Os integrantes deste grupo da elite local estudaram no Colégio Sinodal, mas não investiram na formação superior, possivelmente pela demanda dos negócios e o sucesso que o ramo empresarial fornecia. É certo que Augusto possuía recursos de sobra para enviar os filhos para Porto Alegre ou São Paulo, mas os diários já apontam grande interesse dos filhos em dar continuidade ao rendoso ramo fumageiro. Esse grupo iria iniciar um nível de negociação mais robusto, pois comprava e beneficiava o fumo em moeda nacional, sempre desvalorizada nesse contexto, e o vendia em dólar, fazendo com que seu patrimônio fosse multiplicado nos anos de 1960. A Casa bancária Hennig Ltda. se reconverteu em Banco Sinimbu S/A, e a Fábrica de Cigarros Hennig Ltda. em Companhia de Cigarros Sinimbu S/A, por obra administrativa dos filhos.

O primeiro filho de Augusto foi o empresário Adolfo Edmundo Hennig (3ª geração) que exerceu as atividades de industrial e atuou na política local, sendo um dos principais líderes do Sindicato da Indústria Fumageira<sup>105</sup>. Na política, exerceu o mandato de conselheiro municipal entre os anos de 1935 e 1938, quando teve que abandonar o cargo em função do Estado Novo. Na sociedade civil, atuou em espaços relacionais frequentados pelo pai: Clube

---

<sup>104</sup> Fontes: MARTIN, Hardy. Diário de Augusto Hennig. Pasta de Biografias. 3 fls dat. Banco Agrícola Mercantil Ltda. Relatório da direção. Santa Cruz do Sul: Tipografia Lamberts & Riedl Ltda., 1938; Banco Agrícola Mercantil S/A: um símbolo de confiança em negócios bancários (1904-1954). Monografia Empresarial de 50 anos. Porto Alegre: Editora Globo, 1954. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc.

<sup>105</sup> Adolfo era protestante, nasceu em 01/07/1890, iniciou os trabalhos na empresa do pai e estudou no Curso de Guarda-Livros do Colégio Sinodal. E em 03/09/1912, estabeleceu vínculo matrimonial com Maria Schram, nascida em 10/05/1896, com quem teve quatro filhos. Adolfo viajava com frequência à capital estadual para negociar fumo e assumiu por vários anos a presidência da Exportadora Hennig S/A.

União, Tênis Clube Santa Cruz, Comunidade Evangélica, e foi um dos fundadores dos Amigos do Colégio Mauá. Adolfo faleceu em 09/10/1951.<sup>106</sup>

O segundo filho de Augusto foi Arnaldo Oswald Hennig (3ª geração). Nasceu em 02/03/1897, era protestante, casou em 19/12/1916 com Paulina Wiesel, filha de um comerciante local e nascida em 27/04/1897, com quem teve dois filhos. Arnaldo estudou no curso de Guarda-Livros do Colégio Sinodal, foi diretor da Hennig S/A, não atuou na política e frequentou os mesmos espaços sociais da família.<sup>107</sup>

Elsa Emília Hennig (3ª geração) foi a primeira filha de Augusto. Nasceu em 03/06/1893, de religião protestante, estabeleceu um importante vínculo matrimonial em 04/11/1911 com Lindolfo Grawunder (3ª geração), diretor e acionista da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A, nascido em 29/03/1887, com quem teve duas filhas. Elsa estudou no Colégio Sinodal; formada no curso de Guarda-Livros, frequentou os mesmos espaços relacionais dos irmãos.

Seu vínculo matrimonial contribuiu para os negócios da família, pois Grawunder participaria da fundação da maior indústria de cigarros do estado, e a família Hennig beneficiava o fumo que poderia ser vendido à empresa. No entanto, Elsa faleceu prematuramente aos 28 anos, em 21/12/1921. Analisando a trajetória do esposo, após o falecimento de Elsa, percebemos que Lindolfo havia se retirado da Companhia de Fumos Santa Cruz para se dedicar à sua empresa de beneficiamento pelo relacionamento conturbado que havia entre o casal.<sup>108</sup>

Outro filho de Augusto foi Ervino Rodolfo Hennig (3ª geração), que nasceu em 26/12/1898. Foi uma das principais lideranças empresariais locais, exercendo os cargos de diretor da Associação Comercial e Industrial e do Sindicato da Indústria Fumageira. Em 23/01/1924, Ervino estabeleceu vínculo matrimonial com Irene Theresa Fischer, nascida em 30/05/1902, tendo dois filhos com ela. A formação escolar de Ervino foi técnica, pois estudou no curso de Guarda-Livros do Colégio Sinodal, como seus irmãos. No campo empresarial, foi

---

<sup>106</sup> Fontes: MARTIN, Hardy. Diário de Augusto Hennig. Pasta de Biografias. 3 fls dat. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc.

<sup>107</sup> Fontes: MARTIN, Hardy. Diário de Augusto Hennig. Pasta de Biografias. 3 fls dat. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc.

<sup>108</sup> Fontes: MARTIN, Hardy. Diário de Augusto Hennig. Pasta de Biografias. 3 fls dat. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc.

diretor-presidente da Hennig S/A, administrou a Exportadora Hennig, a Companhia de Cigarros Sinimbu e foi gerente administrativo do Banco Sinimbu S/A. Ervino foi um dos principais idealizadores da Transportadora Hennig Ltda., que adquiriu uma frota de caminhões e jipes que auxiliavam várias cooperativas de fumo no transporte até a empresa de beneficiamento. Na sociedade civil, foi conselheiro e diretor da ACI, membro da Comunidade Evangélica, do Tênis Clube Santa Cruz e do Clube União.<sup>109</sup>

O estudo do vínculo matrimonial da família Hennig permite observar a construção da rede empresarial que combinava o uso maciço dos filhos nos negócios e a continuidade desse vínculo através da ampliação da rede social, política e econômica com estratégias matrimoniais. Na análise realizada até agora, deixamos de fora a outra filha de Augusto, Erna Cecília Hennig, que casou com o professor Elíbio Mailaender e será analisada no próximo item. Nesse quadro, visualizamos a rede familiar da família Hennig:

**Quadro 1 – Família de Augusto Hennig: vínculos matrimoniais**

Nome	Nome / pai	Nome / mãe	Sobrenome cônjuge	Nome Cônjuge
Frederico Augusto	N/C	N/C	N/C	Karolina Hennig
Augusto	Frederico	Karolina Hennig	Franko	Rosalina Franko Hennig
Adolfo Edmundo	Augusto	Rosalina Franko Hennig	Schram	Maria Schram Hennig
Elsa Emília	Augusto	Rosalina Franko Hennig	Grawunder	Lindolfo Grawunder
Erna Cecilia	Augusto	Rosalina Franko Hennig	Mailaender	Elíbio Mailaender
Arnoldo Oswald	Augusto	Rosalina Franko Hennig	Wiesel	Paulina Wiesel
Ervino Rodolfo	Augusto	Rosalina Franko Hennig	Fischer	Irene Thereza Fischer

Tabela elaborado pelo autor. Fonte: Estudo prosopográfico da família Hennig.

Analisando a trajetória da família Hennig, percebemos uma elevação do capital escolar técnico entre seus membros de uma geração para outra. Todos os filhos de Augusto teriam formação como guarda-livros no Colégio Sinodal, tendo em vista o aumento da complexidade da administração empresarial. O nível superior só foi importante para os integrantes da quarta

<sup>109</sup> Fontes: MARTIN, Hardy. Diário de Augusto Hennig. Pasta de Biografias. 3 fls dat. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc.

geração, período em que a economia fumageira iniciou seu processo de internacionalização, e parte importante da elite local deslocou seus investimentos profissionais para áreas liberais e públicas. Parte importante dos netos de Augusto Hennig estudou na capital estadual, Porto Alegre, e obteve diplomas em Medicina, Engenharia, Direito e Química.

#### **4.2.2 Construindo relações matrimoniais a partir da Casa Mailaender: ilustração de uma elite provinciana**

A análise da rede familiar que foi estruturada a partir da Casa Mailaender, a principal empresa comercial de Santa Cruz do Sul na década de 1950/60, permite visualizar um modelo de ascensão apoiado na extensão de laços matrimoniais. Erna Cecília Hennig, a segunda filha de Augusto, será o centro de nossa análise. Nascida em 22/11/1894, de religião protestante, herdou da família uma das principais casas comerciais da cidade. O negócio teve início com o empresário Augusto Hennig, abordado anteriormente, quando abriu sua casa de Secos & Molhados em parceria com a família. Esse estabelecimento passou ser gerenciado pelo marido de Erna depois que seu pai, Augusto Hennig, abriu mão da loja para se dedicar exclusivamente aos negócios do fumo. É importante ressaltar que esse estabelecimento foi herdeiro do Armazém de Secos & Molhados fundado por Hennig no distrito rural de Sinimbu quando ele ainda era jovem.

Em 16/03/1916, Erna estabeleceu vínculo matrimonial com Elábio Mailaender. Com o casamento de Erna, o genro passou a fazer parte do negócio; assim, a razão social foi mudada para Hennig, Mailaender & Cia. O sucesso do estabelecimento possibilitou sua transferência para o centro de Santa Cruz, sendo gerenciado exclusivamente por Mailaender como Casa Mailaender & Cia. Ltda. A formação escolar de Erna seguiu o padrão básico da terceira geração e dos irmãos, pois ela era egressa do curso de Guarda-Livros do Colégio Sinodal<sup>110</sup>.

O esposo de Erna, Elábio Mailaender, nasceu em 31/01/1896, na localidade de Picada Velha, também conhecida como Linha Santa Cruz, filho de Frederico Mailaender. Tratava-se de uma família modesta de professores que praticavam a agricultura no interior do município. Ele realizou seus estudos primários na localidade de Rio Pardinho. Após o vínculo matrimonial com Erna, passou trabalhar como balconista na Casa Comercial do sogro,

---

<sup>110</sup> Fontes: MARTIN, Hardy. Diário de Augusto Hennig. Pasta de Biografias. 3 fls dat. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc.

seguindo a trajetória descrita anteriormente até ser proprietário da Casa Mailaender & Cia. Ltda., uma sofisticada loja que passou a vender eletrodomésticos, móveis e equipamentos para a agricultura.

Na década de 1930/40, foi reconhecida pela imprensa da capital como um dos maiores estabelecimentos comerciais de eletrodomésticos da região central do estado. Nessa loja havia uma das raras bombas de gasolina de Santa Cruz do Sul. Elábio passou a ampliar os investimentos empresariais, pois comprou um lote de ações da Olaria Santa Cruz S/A, sendo diretor da empresa depois que seus genros assumiram a loja comercial. Elábio aproveitou o período de franco aquecimento da construção civil da cidade provocado pela expansão da industrialização do fumo que atraía investidores e trabalhadores.

Do vínculo matrimonial entre Elábio e Erna nasceram duas filhas: Ellinor Mailaender, que veria a se casar com Orlando Oscar Baumhardt, de uma das principais famílias do setor de carnes, proprietária da marca Excelsior S/A, e Margit Irene Mailaender, que estabeleceria vínculo matrimonial com Euclides Nicolau Kliemann, o filho caçula de João Nicolau Kliemann, um dos maiores empresários do beneficiamento de fumo da cidade.

A construção dessa rede familiar permite observar uma ampla estratégia matrimonial inter-religiosa, pois a família Hennig/Mailaender era protestante, enquanto que os Kliemann eram católicos. Tanto Orlando quanto Euclides acabariam se tornando sócios/gerentes do estabelecimento comercial, expandindo as ações da família com investimentos na Indústria de Laticínios Santa Cruz S/A, que daria origem à Polar S/A, uma das maiores empresas de bebidas e leite da cidade.

Na política, Elábio foi filiado ao Partido Libertador. Em 1951, foi eleito vice-prefeito, assumindo o cargo de prefeito municipal interinamente por diversas vezes, visto que o prefeito, Arthur de Jesus Ferreira, apresentava, na época, constantes problemas de saúde. Na sociedade civil, Elábio foi diretor do Clube União e da Comunidade Evangélica, além de ter sido uma das principais lideranças empresariais da cidade. Entre os anos de 1924 e 1929, assumiu a direção da Associação Comercial e Industrial. No contexto da ditadura militar, ingressou no partido de sustentação do regime, a ARENA, mas não chegou a disputar cargo eletivo; faleceu em 01/03/1971<sup>111</sup>.

---

<sup>111</sup> Fontes: Anúncio necrológico de Elábio Mailaender. In: jornal *Gazeta do Sul*, 02 de março de 1971. Disponível no arquivo de pesquisa da Editora Gazeta, Santa Cruz do Sul.

**Foto 38 – Casa Mailaender. No canto direito uma das raras bombas de gasolina da cidade em 1940**



Fonte: Cedoc-UNISC

As duas filhas de Elábio possuíam vínculo de parentesco de peso na vida econômica local, pois eram netas do empresário Augusto Hennig e herdariam o estabelecimento localizado no cruzamento das ruas Marechal Floriano e Júlio de Castilhos. Quando atuaram na empresa, em idade adulta, na década de 1950, a Casa Mailaender oferecia produtos e serviços sofisticados, voltados para uma emergente classe média urbana da cidade. As duas filhas estudaram no Colégio Sinodal e frequentaram a alta sociedade local, pois foram jogadoras no Tênis Clube Santa Cruz, participavam de almoços, jantares e chás do Rotary Clube e dançaram no baile de debutantes do Clube União ao completar 15 anos com o “vovô Augusto” e o pai, que as apresentaram à sociedade em 1939.

A trajetória biográfica das duas moças reproduziu padrões de uma elite local semelhantes aos que foram identificados pela sociologia norte-americana do pós-II Guerra. A análise de Wright Mills (1969) tem aproximações passíveis de comparação com Santa Cruz no mesmo período. Começamos pelos vínculos matrimoniais.

Ellinor conheceu Orlando Oscar Baumhardt (3ª geração), que nasceu na cidade de Santa Cruz do Sul no ano de 1914, de religião protestante, e exerceu as atividades de comerciante, industrial e político, juntamente com seu concunhado, Euclides Nicolau Kliemann (3ª geração). Na sociedade civil, Orlando foi diretor e 1º vice-presidente do Futebol Clube Santa Cruz e exerceu cargo de direção do Rotary Clube local, além de ter sido presidente do Tênis Clube Santa Cruz no final da década de 1940.

Na política, Orlando entrou no PTB, para não atrapalhar os negócios da família, pois seu sogro, Eládio, era do PL, e o concunhado, que era sócio no mesmo estabelecimento, Euclides Kliemann, era do PSD. O empresário trabalhista exerceu cargo de vereador por dois mandatos, inclusive sendo, na primeira vez, um dos mais votados, com 811 votos. Em 1959, foi eleito vice-prefeito de Santa Cruz do Sul com uma votação maior que a do prefeito eleito, Edmundo Hoppe, do PL, que foi descrito anteriormente.

Nas eleições de 1963, era favorito, mas entrou em contato com a UDN do advogado e anticomunista Arthur Germano Fett, que iria propor uma chapa única para prefeito entre as maiores forças políticas da cidade. O acordo levaria a uma crise com o PTB. No acordo ficaria acertado que a coligação iniciaria o mandato com o PTB, e o PSD o completaria nos dois anos seguintes. Mas a direção trabalhista não aceitou o acordo, fazendo com que Orlando abandonasse a chapa e migrasse para o PSD sob influência de Euclides. No contexto da ditadura, filiou-se à ARENA, mas não chegou a assumir ou disputar cargo político. Faleceu na década de 1980<sup>112</sup>.

A segunda filha do casal Mailaender foi Margit que estabeleceu vínculo matrimonial com Euclides Kliemann. As fontes biográficas indicam que ela teve uma vida devotada à família, sobretudo às três filhas. Foi aluna do Colégio Sinodal, formou-se no curso técnico de Guarda-Livros, equivalente ao atual ensino médio. Naquela época, início dos anos de 1940, esse diploma figurava entre as mais altas qualificações que poderiam ser obtidas por setores da elite numa cidade do interior do Rio Grande do Sul desprovida de universidade. É plausível supor que, com essa formação escolar, Margit planejasse atuar na administração do estabelecimento que foi fundado pelo avô e depois assumido pelo pai. Após o casamento com o membro da família Kliemann, seu esposo assumiu a gerência da Casa Mailaender em sociedade com Orlando Baumhardt – marido de Ellinor, irmã de Margit; assim, a esposa de Euclides acabou se dedicando integralmente à criação das meninas. Perdeu a primogênita, Sílvia, que morreu aos 6 anos, vítima de uma infecção respiratória, mas conviveu intensamente com as outras três, Suzana, Virgínia e Cristina. Era considerada pela opinião pública local uma moça bela, rica e bem casada.

O trágico assassinato de Margit marcou a vida da elite local. Euclides Kliemann, após se eleger deputado estadual, comprou um sobrado em Porto Alegre, no bairro Moinhos de

---

<sup>112</sup> Fontes: Anúncio necrológico de Orlando Oscar Baumhardt. In: jornal *Gazeta do Sul*, 15 de março de 1987. Disponível no arquivo de pesquisa da Editora Gazeta, Santa Cruz do Sul.



Vento, para os dias em que permanecia na capital para o exercício do mandato. Margit Kliemann foi assassinada em 20 de junho de 1962, no mesmo dia em que completava 18 anos de vínculo matrimonial. Seu corpo foi encontrado caído de bruços com a face desfigurada, o que indicava que a mulher de 38 anos sofrera pancadas no rosto, possivelmente no alto da escada. A polícia nunca desvendou o homicídio, que abalou a opinião pública local e regional.

A suspeita do crime caiu sobre o esposo de Margit, Euclides Nicolau Kliemann (3ª geração), que nasceu em 15/03/1922; católico, era o filho caçula do empresário de beneficiamento de fumo João Nicolau Kliemann e de Francisca Josefa Etges entre nove irmãos. Sua formação escolar foi padrão de uma elite católica de Santa Cruz, sendo formado em Técnico em Contabilidade pelo Colégio Marista São Luis. Na década de 1940, partiu para a capital, Porto Alegre, para estudar Economia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Após a formatura na PUCRS, retornou para Santa Cruz e estabeleceu vínculo matrimonial com a protestante Margit Irene Mailaender, neta de Augusto Hennig. Na sociedade civil, foi um dos fundadores do Sport Club Corinthians, ocupou a diretoria e promoveu o basquete e o vôlei na cidade, esportes muito difundidos e praticados pela elite brasileira entre os anos de 1950 e 1960.

Após o casamento, Euclides assumiu o controle da empresa fundada pelas famílias Mailaender e Hennig, juntamente com seu concunhado, Orlando Baumhardt. Entrou na política, concorreu nas eleições para deputado estadual apoiado por uma ampla e diversificada rede política, social e econômica. Além do peso genealógico da família Kliemann, que abordaremos no próximo item, havia um sistema de alianças estabelecido com empresários protestantes da Exportadora Hennig, políticos do PTB, por meio de Orlando Baumhardt, e vínculos de amizade com famílias conservadoras do município que eram ligadas à UDN local, como o advogado protestante Arthur Germano Fett.

Na Assembleia Legislativa, ocupou o cargo de 2º vice-presidente e foi líder da bancada do PSD estadual. Na vida privada, teve que enfrentar o trágico assassinato de sua esposa, Margit, pois, além dos traumas descritos em sua biografia, foi considerado um dos principais suspeitos, tendo um álibi fraco; seu irmão mais velho, João Lauro Kliemann, empresário do setor farmacêutico de Porto Alegre, estava com ele no momento do assassinato. O jornal *Última Hora*, que era de posicionamento simpático ao trabalhismo de Vargas e Brizola, reforçava as acusações da promotoria e dos investigadores sobre o suposto envolvimento dele no assassinato da esposa. Como num drama literário, Euclides morreu

assassinado em agosto de 1963, um ano e dois meses depois da esposa, aos 43 anos, nas dependências da Rádio Santa Cruz, depois de uma briga com o vereador Floriano Peixoto Karan Menezes, do PTB, que o havia provocado numa entrevista sobre o caso<sup>113</sup>.

O fato abalou o meio político e social da cidade. Os principais integrantes da elite local estavam direta ou indiretamente envolvidos no caso; o filho de Gaspar Bartholomay, Rolf Bartholomay, foi um dos advogados de defesa de Floriano. A conjuntura nacional respingou localmente, pois a disputa envolvendo o PTB nacional e a UDN acirrou os ânimos da elite local. Naquele momento, emergiam debates sobre a proposta de reformas de base do então presidente João Goulart. A elite local não se incomodava com os projetos de fortalecimento da indústria nacional, a reforma agrária e o voto ao analfabeto, pois essas medidas não alterariam sua capacidade de atuação nesse espaço local, tendo em vista que a formação social e econômica das zonas de colonização gaúcha era distinta da do Brasil. A comunidade demonstrava simpatia pelo governo, pois Goulart, antes de ser derrubado, havia autorizado o repasse de verbas da União para a organização da Festa Nacional do Fumo, a maior da história do município. Esse evento vinha sendo articulado pelo empresariado local desde o final da II Guerra e recebeu ampla cobertura do jornal *Gazeta do Sul*; além disso, Goulart havia sancionado, em janeiro de 1964, a lei que abriria a universidade local, recebida com grande festa na cidade.

O PTB era uma força crescente no município, mas o assassinato de Euclides e o envolvimento de João Goulart, ainda na presidência, que pagou a defesa de Floriano, contratando na época um dos principais criminalistas do estado, o advogado Pedro Simon, futuro líder do MDB gaúcho e governador estadual pelo PMDB, certamente contribuiriam para congelar o progressivo crescimento eleitoral do PTB, que, de maior bancada e franco favorito nas eleições para Prefeitura Municipal, acabou perdendo espaço eleitoral em Santa Cruz. A UDN não perderia tempo para reforçar a ligação do PTB com o assassinato que chocou a vida política da cidade, principalmente depois de abril de 1964.

O final desse episódio que envolveu vários integrantes da elite local foi o seguinte: não foi encontrado o assassino de Margit Kliemann, e o caso acabou arquivado pela polícia civil de Porto Alegre; Karan de Menezes foi absolvido, pois a tese de legítima defesa foi aceita

---

<sup>113</sup> KLIEMANN TATSCH, Cacilda Margarida. A Família Kliemann no Brasil. Porto Alegre, 25 fls. datilografadas, 1986. Pasta de Biografias. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc.

pelo júri, garantindo ampla cobertura ao advogado Pedro Simon. Ao nos debruçarmos na análise da rede social dos indivíduos que atuaram como elite na Casa Mailaender, desde Augusto Hennig, visualizamos um amplo sistema que ligava as famílias locais de distintas filiações religiosas e políticas e estabelecia vínculos com a elite no âmbito regional e nacional. O próximo subcapítulo aborda a trajetória ilustrativa das famílias filiadas à religião católica de Santa Cruz e que atuaram como elite na cidade.

### **4.3 “Estamos surpresos com as aproximações entre as duas igrejas. São bem mais do que se supunha”: ilustrações do vínculo inter-religioso da elite local**

Nesse subcapítulo, abordaremos a formação da rede inter-religiosa estabelecida entre os empresários de Santa Cruz do Sul. Vamos dividir o subcapítulo em duas partes; a primeira aborda a composição social e os vínculos da elite empresarial católica, minoria na cidade, mas com grande peso na negociação inter-religiosa local e regional<sup>114</sup>. A segunda parte aborda o caso da firma Becker Irmãos, netos de Oscar Gressler, lideranças protestantes, que mostra como o vínculo religioso foi um adendo à mobilização de capital social que ampliou a negociação, no meio empresarial de um segmento, que reconverteu a atividade agrícola em comercial.

#### **4.3.1 A trajetória da elite empresarial católica**

Nesse item, vamos analisar a formação dos principais empresários católicos de Santa Cruz do Sul, um segmento importante, pois sem eles a elite econômica protestante não teria capacidade de negociação com o poder público regional e nacional. No contexto da colônia e formação do povoado, o major Frederico Guilherme Bartholomay precisou do apoio da elite católica local para obter do Império a concessão para a construção da estrada de ferro entre Santa Cruz e Rio Pardo. Na segunda geração, período de atuação do empresariado na Vila, mereceu destaque a emergência da família Kliemann, do setor de beneficiamento de fumo, que participou da formação do banco local e da Companhia de Fumos Santa Cruz, além de

---

<sup>114</sup> Esse estudo específico pretende identificar os vínculos relacionais estabelecidos por 10% da elite local pertencente a essa igreja. Esse é um grupo que participou ativamente dos negócios locais, tendo estreito vínculo com 90% dos empresários protestantes que dependiam dele para ampliar a sua rede relacional numa sociedade católica nas áreas de política, economia e cultura. Apesar de serem minoria entre os integrantes da elite local, estiveram na liderança de partidos, exercendo mandatos no executivo e legislativo; presidiram a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A e a Caixa de Crédito Santa-Cruzense, mesmo com maioria dos acionistas protestantes.

amplo capital político dos seus integrantes. Na terceira geração, o grupo católico representaria uma fatia importante da elite local, pois atuaram numa Santa Cruz reconhecida como polo regional da economia estadual. A emergência da cidade contribuiria para a ampliação do número de empresários católicos que investiram na política e na liderança empresarial local graças ao sucesso econômico da cidade.

O que percebemos na composição desse segmento foi a crescente tendência de emergência de empresários lusos e católicos entre os integrantes da elite de Santa Cruz à medida que a cidade se consolidava como polo atrativo de investimento e migração inter-regional. Como ilustração, temos o caso de Arthur de Jesus Ferreira (3ª geração), nascido em 01/06/1897, filho de Marcílio de Jesus Ferreira e Maduvirges Karl de Jesus Ferreira.

Arthur era natural de Jaguari; de religião católica, estabeleceu vínculo matrimonial em 26/10/1920 com a protestante Noselina Fröhlich, com quem teve um filho, Luiz Fröhlich Ferreira. Sua estratégia de ascensão esteve assentada na formação escolar, atividade empresarial, investidura política e extensão da relação familiar através de uma aliança matrimonial com a família Fröhlich, tradicionais industriais do ramo de alimentos.

Em relação à formação, Artur estudou no Colégio Elementar, na cidade de Rio Pardo, e concluiu o curso técnico de Contabilidade no Colégio Marista São Luis na cidade de Santa Cruz do Sul. Sua família financiou seu estudo superior, na cidade de Porto Alegre, na Faculdade de Direito da URGS. Na década de 1930, residiu na cidade de Santo Ângelo, como funcionário da firma Franke & Cia., especializada na venda de cereais, na qual ascenderia à condição de sócio. Sabendo do crescimento econômico da cidade de Santa Cruz, registrado no pós- II Guerra, retornou, em 1945, e fundou a Ferreira & Cia. Ltda. em parceria com José Rauber e Arthur P. Forster. O estabelecimento comercializava miudezas e armarinhos no centro da cidade. Ferreira ampliou os investimentos e a participação empresarial investindo na Indústria de Laticínios Santa Cruz S/A, na qual exerceu o cargo de conselheiro fiscal; depois passou a integrar o conselho fiscal da Polar S/A – Indústria, Comércio e Agricultura, que havia incorporado a firma de laticínios. Em 13/12/1945, ingressou na carreira pública; foi nomeado juiz suplente municipal, estendendo sua rede de vínculos com a elite local.

Na política, começou no Partido Libertador; depois, a convite de seu cunhado, Willy Carlos Fröhlich, ingressou no Partido Social Democrático, pelo qual foi eleito prefeito, em 1951, com 6.516 votos, tendo como vice Elíbio Mailaender, empresário protestante do PL

descrito anteriormente. Na sociedade civil, fez parte da Associação Comercial e Industrial, exercendo o cargo de 1º vice-presidente entre os anos de 1946 e 1949 e de 2º vice-presidente em 1951/52. Atuou na Sociedade Aliança Católica e na Associação de Ex-Alunos e Amigos do Colégio São Luis. Sua amizade com os Schütz (acionistas majoritários da Companhia de Fumos) o fez praticar tênis no Tênis Clube Santa Cruz, ascendendo à direção do clube frequentado majoritariamente por protestantes. Faleceu em 28/08/1964<sup>115</sup>.

A incorporação dos católicos ao topo da pirâmide social foi resultado do próprio progresso econômico da cidade, sendo registrados vários descendentes de pequenos agricultores que conseguiram atuar no ramo empresarial e político numa trajetória semelhante à dos empresários protestantes do ramo fumageiro. O caso do comerciante Bruno Agnes (3ª geração) ilustra essa capacidade de ascensão dessa elite católica.

Bruno nasceu em 30/07/1913 e exerceu as atividades de comerciante, contabilista, industrial, professor e político. Sua formação escolar acompanhou o padrão de uma elite do interior; formou-se como técnico contábil pelo Colégio Marista São Luis. Iniciou sua trajetória profissional na Caixa Rural União Popular de Santa Cruz S/A como contabilista, ascendendo ao posto de diretor-presidente. Esse banco, futuro Sicredi, era o equivalente católico da caixa de Crédito, que, mesmo fundado por jesuítas, acabou sendo espaço de investimentos da elite protestante. Bruno exerceu atividade no magistério, sendo professor da Escola Técnica do Comércio do Colégio São Luis. Na área empresarial, era proprietário da revendedora de carros Agnes, Frantz & Cia. Ltda., representante local da marca General Motors. Ampliou os investimentos comprando um lote de ações da Indústria de Laticínios Santa Cruz S/A, futura Polar S/A – Indústria, Comércio e Agricultura, na qual exerceria o cargo de diretor.

Bruno atuou na formação do meio de comunicação local no pós-II Guerra, sendo um dos fundadores do jornal *Gazeta de Santa Cruz* e membro do seu conselho editorial. Na política, exerceu mandato de vereador pelo Partido Social Democrático entre os anos de 1947 e 1951, alcançando 297 votos; em 1952, foi reeleito pelo mesmo partido com 411 votos; em 1955, tentou sem sucesso voltar para a Câmara: obteve 269 votos, que foram insuficientes; em 1959, voltou para o legislativo municipal com 595 votos.

---

<sup>115</sup> Fontes: jornal *Gazeta do Sul*, 29 de agosto de 1964. Anúncio necrológico. Biografia de Arthur de Jesus Ferreira.

Bruno teve destacada atuação na sociedade civil, fez parte da diretoria da Sociedade Ginástica, da Comunidade Católica, foi um dos principais incentivadores da construção do bispado, atuou na fundação do Rotary Clube Santa Cruz, do qual foi o primeiro presidente, e foi presidente do Círculo de Pais e Mestres e da Associação dos Ex-Alunos e Amigos dos Irmãos Maristas do Colégio São Luis. Mesmo sendo católico, atuou no Clube União, alcançando a diretoria executiva, fato que comprova o elevado nível de articulação existente entre protestantes e católicos na vida social da cidade. Bruno exerceu destacada liderança empresarial, pois foi presidente da ACI, integrante do conselho fiscal e secretário da entidade empresarial na década de 1940/50. Após a II Guerra, fez parte da comissão de organização do centenário da cidade, em que ressaltou a necessidade de deslocar a festa de cem anos da imigração alemã para defender a Festa Nacional do Fumo, que representaria melhor a cidade no cenário regional e nacional, como queria a maioria dos empresários da cidade. Faleceu em 25/03/1961<sup>116</sup>.

A família Frantz foi uma das principais lideranças católicas da cidade e consolidou uma estreita relação econômica com as famílias Agnes e Kliemann. Bruno Agnes, por exemplo, fundou sua revendedora Chevrolet com José Miguel Frantz, enquanto que o principal patriarca da família Kliemann, João Nicolau, ajudou a fundar a Caixa Cooperativa de Crédito, futuro Banco Mercantil. O principal integrante dessa família seria Jorge Frantz (1ª geração), que nasceu em 24/05/1863, na Linha João Alves. Sua formação escolar seria típica dos integrantes de sua geração, pois aprendeu a ler e escrever com os pais e depois ingressou numa escola rural organizada pelos jesuítas alemães.

Jorge iniciou sua trajetória profissional na agricultura familiar, na localidade em que nasceu. Após anos de investimentos no fumo e no beneficiamento de banha, sua família conseguiu estabelecer um pequeno comércio de secos e molhados. Em 1912, ingressou como sócio da Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense Ltda. sendo diretor-presidente da instituição entre os anos de 1913 e 1922. Sua família estendeu os investimentos no comércio urbano e na indústria local, estabelecendo um forte vínculo com empresários protestantes. Jorge comprou um lote de ações da Companhia de Fumos Santa Cruz, em 1923; nesse mesmo ano, foi eleito conselheiro fiscal da Caixa de Crédito e integrante do conselho deliberativo da indústria de cigarros local.

---

<sup>116</sup> Fontes: jornal *Gazeta do Sul*, 26 de março de 1961. Anúncio necrológico.

O empresário era filiado ao Partido Republicano Rio Grandense e fez parte da primeira legislatura do Conselho Municipal eleito na era republicana. Ajudou a formular a Lei Orgânica Municipal, em 1895, e foi presidente do Conselho Municipal a partir daquele ano. No Império, integrou a comissão que defendeu o nome de Frederico Guilherme Bartholomay para que este pudesse ter a concessão para investir na construção da estrada de ferro Santa Cruz-Rio Pardo, tendo em vista o vínculo protestante de Bartholomay.

Em 23/05/1895, foi nomeado subintendente do 1º distrito de Santa Cruz. Em 1903, foi um dos fundadores da União Colonial e da Liga Operária de Santa Cruz, da qual foi eleito primeiro secretário. Em 1915, foi nomeado delegado da polícia, cargo que exerceu por alguns anos, consolidando assim seu prestígio na burocracia pública local. Entre os anos de 1913 e 1917, foi novamente eleito para o Conselho Municipal, em um período conturbado, tendo em vista o envolvimento do Brasil na I Guerra. Na sociedade civil, fez parte da Comunidade Católica e foi presidente da Sociedade Aliança Católica; faleceu em 03/02/1923<sup>117</sup>.

O sobrinho de Jorge Frantz foi Francisco José Frantz (3ª geração), que nasceu no dia 23/03/1917 e faleceu em 1981. Sua trajetória ocorreu toda na cidade de Santa Cruz do Sul. Católico, filho do comerciante João Frantz, irmão de Jorge Frantz, foi uma das principais lideranças católicas de Santa Cruz. A formação escolar de Francisco foi típica de um membro de elite do interior do Rio Grande do Sul. Estudou no Curso de Perito Contador do Colégio Marista São Luis, com colação de grau no início de 1930, período em que aquela formação figurava entre as mais altas da elite local. Sua trajetória profissional iniciou no comércio e foi reconvertida no meio de comunicação local. Francisco participou da fundação do jornal *Gazeta de Santa Cruz*, em janeiro de 1945, dando início a uma sólida carreira nos meios de comunicação locais. Vale destacar que a abertura do jornal foi realizada por meio de uma poderosa rede local de famílias de empresários católicos, como o médico Arthur Carlos Kliemann (2ª geração), filho de João Nicolau Kliemann (1ª geração), e protestantes, como Rolf Bartholomay (3ª geração), filho de Gaspar Bartholomay (2ª geração).

---

<sup>117</sup> Fontes: BECK DA SILVA, Luis. Biografia do Capitão Jorge Frantz, 1fl. datilografada. Pasta de Biografias; Banco Agrícola Mercantil S/A: um símbolo de confiança em negócios bancários (1904-1954). Monografia Empresarial de 50 anos. Porto Alegre: Editora Globo, 1954; Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. A Companhia de Santa Cruz no 25º ano aniversário de sua fundação: pequena monografia histórica de um estabelecimento industrial e comercial que nasceu, viveu e venceu (28/12/1918-28/12/1943). Monografia empresarial de 25 anos. Santa Cruz do Sul: Tipografia Lamberts & Riedl Ltda., 1943. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc.

Na década de 1960, Francisco ascendeu à direção do jornal e ampliou a atuação da família no setor financeiro local; o tio Jorge Frantz (1ª geração) foi diretor da Caixa de Crédito Santa-Cruzeiro, enquanto que ele foi conselheiro e acionista da Caixa Rural União Popular, uma instituição financeira fundada por empresários católicos que evoluiria para o Banco Sicredi S/A. Na sociedade civil, Francisco foi diretor da Associação Comercial e Industrial, na década de 1960; além disso, fez parte da diretoria do Clube Aliança Católica. Não teve atuação política, mas esteve engajado no movimento pela Legalidade, em setembro de 1961, como diretor de comunicação da resistência democrática, e no Regime Militar, através de seus editoriais, que demonstravam uma clara defesa do governo militar:

A Margem do AI – 02

Não vai, nos estreitos limites de um comentário de jornal, a pretensão de dar uma visão de conjunto do AI 02, editado pelo governo do presidente Castelo Branco no dia 27 de outubro, quarta feira passada.

Apenas observa-se, em quase todos os círculos de pessoas dotadas de senso de responsabilidade, que tal atitude do governo revolucionário estava sendo desejada há mais tempo. Haverá, como sempre, os descontentes e os que tiveram os seus interesses contrariados; mas, estes sempre os haverá e nunca se pode contentar a todos.

Bastou que o governo, no cumprimento da palavra empenhada, permitisse e assegurasse eleições livres em 11 Estados, para que surgissem agitadores profissionais, a deitar falação e proferir ameaças contra aquele bloco granítico de patriotas que em março de 1964 nos salvaram da bolchevização. Mas estas horas já devem estar acomodados e tudo indica que o Brasil, ao menos até 15 de março de 1967, irá viver um ano e meio de calma, para que possamos, através do trabalho sério, recuperar o tempo e o terreno perdido.

Nunca se pode perder a fé num país que tem tudo para emancipar-se e criar a sua prosperidade econômica sem convulsões e sem o rio de sangue que normalmente acompanha a dominação vermelha em qualquer país.

Alguns pontos do novo Ato Institucional, porém, merecem uma referência especial pelo eco favorável que encontram na opinião pública.

A extinção dos partidos já veio tarde. Dentro do pandemônio político do nosso país, em que membros de um mesmo partido promoviam as mais estapafúrdias alianças regionais, com o exclusivo intuito de galgar o poder, nada mais tranqüilizante para o eleitorado crente e convicto de que a sua bandeira partidária não mais será enxovalhada com conchaves espúrios inexplicáveis.

A suspensão da estabilidade do funcionalismo (se é que entendemos bem o artigo em questão) igualmente se impunha como meio indispensável para sanear a podridão de alguns setores da administração pública. Está claro que existe o perigo da injustiça, mas podemos festejar a criação de um instrumento moralizador ao alcance de todos e tantos administradores honestos se que encontram na malsinada estabilidade a um irremovível óbice para um trabalho renovador e progressista na adaptação da máquina administrativa às novas contingências da atualidade brasileira.<sup>118</sup>

<sup>118</sup> *Gazeta do Sul*, 30 de outubro de 1965, ano 21, nº 127.



Além da família Frantz, usamos como ilustração a família Kliemann, que atuou como elite local apoiada numa complexa rede social que permitiu a sua ascensão em três gerações, articulando investimento educacional, atuação política, cargos públicos e ampliação da rede familiar através de estratégias matrimoniais. O integrante que consideramos chave da reconversão social da família foi João Nicolau Kliemann (1ª geração), que nasceu em 1876 na Linha Santa Cruz. O patriarca e a matriarca foram os imigrantes alemães Franz Kliemann e Josefina Kliemann. O pai de João Nicolau era formado em marcenaria e estabeleceu vínculo de amizade com o primeiro diretor da Colônia de Santa Cruz, João Martinho Buff, o que contribuiria para a emergência dos filhos. Vale destacar que os integrantes da 1ª geração, João Nicolau e Francisco, estabeleceram um importante vínculo matrimonial com outra família que ascendeu a partir dos investimentos na agricultura fumageira, os Etges, da José Etges & Filho.

João Nicolau estabeleceu vínculo matrimonial com Francisca Josefa Etges e exerceu atividades de agricultor, comerciante, industrial, político e banqueiro, sendo uma das principais figuras da elite local; conseguiu transmitir seu capital social para os filhos. Sua formação escolar foi típica de integrantes que ascenderam a partir da agricultura, tendo estudado numa escola agrícola católica do interior de Santa Cruz. A sua trajetória profissional teve início na infância, quando já praticava com a família a cultura rentável do fumo, beneficiado de maneira rudimentar na propriedade.<sup>119</sup>

Tendo uma parceria firmada entre os irmãos, filhos e sobrinhos, em 1915 ele abriu uma pequena empresa de venda e beneficiamento de fumo em folha, com registro na Juncergs como Kliemann & Cia. Ltda. A família expandiu os investimentos no setor financeiro; João Nicolau foi cofundador da Caixa Cooperativa de Crédito, futuro Banco Mercantil. No setor industrial fumageiro; foi co-fundador, em 1918, da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A, sendo diretor da empresa a entre os anos de 1919 e 1920. Além dos investimentos no setor de beneficiamento de fumo, financeiro e indústria de cigarros, João Nicolau participou dos

---

<sup>119</sup> Fontes: DÜREN, Ricardo. O Caso Kliemann: 45 anos depois. In: jornal *Gazeta do Sul*, 26 de agosto de 2008. Disponível no Arquivo do Grupo de Comunicações Gazeta do Sul; Biografia de João Nicolau Kliemann. In: KLIEMANN TATSCH, Cacilda Margarida. *A Família Kliemann no Brasil*. Porto Alegre, 25 fls. datilografadas, 1986. Pasta de Biografias; Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. *A Companhia de Santa Cruz no 25º ano aniversário de sua fundação: Pequena monografia histórica de um estabelecimento industrial e comercial que nasceu, viveu e venceu (28/12/1918 – 28/12/1943)*. Monografia empresarial de 25 anos. Santa Cruz do Sul: Tipografia Lamberts & Riedl Ltda.; Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. *50 anos da Companhia de Fumos Santa Cruz S.A.* Santa Cruz do Sul: Editora Santa Cruz, 1968. Banco Agrícola Mercantil S/A. *Um símbolo de confiança em negócios bancários (1904 – 1954)*. Monografia Empresarial de 50 anos. Porto Alegre: Editora Globo, 1954. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc.

empreendimentos empresariais dos filhos, foi sócio da empresa Klimaco Material Farmacêutico e Hospitalar, que foi fundada por João Lauro Kliemann (2ª geração, álibi do caçula, Euclides Nicolau, no assassinato da esposa que descrevemos no item anterior).

Na sociedade civil, foi um dos fundadores da sociedade Aliança Católica e membro do Clube Republicano, fundado após a proclamação. Além disso, foi cofundador da Associação Comercial e Industrial, sendo dirigente da entidade entre os anos de 1918 e 1923. Na política, atuou como conselheiro municipal em três mandatos e subprefeito em um, pelo Partido Republicano Rio-Grandense, respectivamente entre os anos de 1913 e 1917 e 1920 e 1924. No contexto democrático, ingressou no PSD, mas não disputou cargo político. O assassinato de seu filho caçula, deputado Euclides, o debilitou profundamente.

**Foto 39 – Indústria de beneficiamento de fumo Kliemann & Cia., 1910**



Fonte: Cedoc-UNISC

João Nicolau faleceu no mesmo dia em que os militares deram início ao golpe que derrubaria o presidente da República João Goulart, em 31 de março de 1964, aos 88 anos de idade. O sepultamento ocorreu no Cemitério Católico. Para ilustrar as estratégias de reconversão da família, vamos descrever a trajetória dos filhos de João Nicolau que tiveram atuação política local, com exceção de Euclides Kliemann, que foi analisado no item anterior.

O primeiro foi Arthur Carlos Kliemann (2ª geração), que nasceu na Vila de Santa Cruz em 09/11/1900. Era o filho mais velho de João Nicolau e Francisca Josefa Etges. Estabeleceu vínculo matrimonial com a protestante Alda Dahne, com quem teve dois filhos. Na infância, Arthur ajudou seus pais no comércio e no beneficiamento de fumo, chegando a praticar por

algum tempo a agricultura familiar, mas logo os pais e tios partiram para a cidade com a intenção de reverter o capital agrícola em empresarial. A formação escolar de Arthur permitiu ampliar sua estratégia de reconversão, seguindo os passos de uma parcela importante das elites de cidades do interior.

Iniciou seus estudos básicos no Colégio Marista São Luis; no mesmo local obteve formação técnica no curso de Perito-Contador, concluindo-o em dezembro de 1918. No ano seguinte, aos 19 anos, partiu para Porto Alegre, com apoio financeiro dos pais, para estudar na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul, especializando-se na área de clínica geral. Após a formatura, com apoio dos jesuítas, continuou estudando, fez pós-graduação na Alemanha, na área de Oftalmologia e Cirurgia, concluída em 1929. Aos 30 anos, retornou para Santa Cruz do Sul, iniciando uma trajetória de prestígio e estabelecendo uma rede social complexa com a elite local. Com indicação dos maristas e jesuítas, foi diretor do Hospital Santa Cruz. Abriu uma clínica médica no centro da cidade e era um dos poucos profissionais liberais que possuía uma linha telefônica.

Na área empresarial, foi acionista e sócio da empresa de beneficiamento de fumo da família, a Kliemann & Cia., da Caixa de Crédito, futuro Banco Agrícola Mercantil S/A, da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. Investiu no setor de comunicação, fortalecendo uma poderosa rede articulada com a tradicional família Frantz e o filho do coronel Gaspar Bartholomay, o advogado protestante Rolph Herry Bartholomay, além de outros que inauguraram, em 1945, o jornal *Gazeta de Santa Cruz*, que viria a substituir o tradicional *Kolonie* e antecederia o jornal *Gazeta do Sul*. Arthur foi diretor do jornal juntamente com Rolph até o início de 1950, quando abandonou o negócio em favor de Francisco Frantz.

Na sociedade civil, Arthur foi presidente regional da Associação Médica do Rio Grande do Sul, fez parte do Clube Aliança Católica e foi um dos poucos católicos que chegou à presidência do tradicional Clube União. Essa atuação social é uma amostra do nível de negociação que existia entre os protestantes, fato reforçado no antecessor de Arthur no Hospital Franciscano Santa Cruz, em que o primeiro médico foi o alemão, protestante e maçom Karl Von Koseritz.

Na política, era filiado ao Partido Republicano Liberal, agremiação por que concorreu ao cargo de vereador, sendo eleito com 2.058 votos. Assumiu a presidência do poder legislativo local entre os anos de 1935 e 1937, ano em que Getúlio Vargas dissolveu as

Câmaras Municipais e os partidos políticos. No período democrático, foi filiado ao PSD, mas não chegou a disputar cargo. No período da ditadura, filiou-se à ARENA e manteve-se nos bastidores. Faleceu em 28/02/1971 e foi sepultado no Cemitério Municipal<sup>120</sup>.

O segundo filho de João Nicolau foi Alfredo José Kliemann (2ª geração); que nasceu em 29/04/1902; de religião católica, sua trajetória biográfica ilustra uma estratégia de reconversão profissional na carreira pública. Na juventude, seguindo a mesma trajetória de Arthur, atuou na empresa familiar de produção e venda de fumo. Sua formação escolar também reproduziu a do irmão; o básico e o técnico foram obtidos no Colégio Marista São Luis. Obteve o diploma de perito-contador em 1920. Seguiu para Porto Alegre, local em que o irmão mais velho já estava, e ingressou na Escola de Ciências Comerciais da Faculdade de Administração e Economia da URGS. É importante registrar esse fato, pois a família era emergente, mas o bom andamento dos negócios e os lucros já obtidos na Companhia de Fumos, no período em que o pai, João Nicolau, era presidente, garantiram o sustento dos dois jovens na capital. Após a formatura, retornou para Santa Cruz do Sul, e no dia 16/07/1924 estabeleceu um importante vínculo matrimonial com Julita Frantz, filha de Jorge Frantz, diretor do banco local do qual o pai era sócio fundador. Desse matrimônio nasceram seis filhos, e estes tiveram 19 netos, formando uma família extensa em comparação com os outros integrantes da família e da própria elite local, que nesse período já estabelecia uma estratégia de controle de natalidade.

A trajetória empresarial e profissional permitiu ampliar a rede estratégica da família para a carreira pública. Após a formatura, Alfredo foi gerente da Kliemann & Cia. até ser aprovado, em 1926, no concurso público de nível federal. Iniciou uma carreira de prestígio, pois foi nomeado no ano seguinte ao cargo de coletor federal de impostos e, em seguida, assumiu as tarefas de escrivão da Justiça Federal, por quase 35 anos.

Na política, foi o primeiro prefeito de Santa Cruz do Sul no período democrático pós-Estado Novo, sendo eleito no ano de 1947 pelo Partido Social Democrático, e governou entre 1948 e 1952, período de alta do fumo no mercado nacional e internacional. A gestão de Alfredo foi marcada pela reestruturação da máquina burocrática municipal, com a criação de

---

<sup>120</sup> Fontes: Biografia de Arthur Carlos Kliemann. In: KLIEMANN TATSCH, Cacilda Margarida. A Família Kliemann no Brasil. Porto Alegre, 25 fls. datilografadas, 1986. Pasta de Biografias. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc; Anúncio Necrológico. In: *jornal Gazeta do Sul*, 01/03/1971.

novas secretarias e autarquias locais; expandiu o sistema público de ensino para o interior, com o primeiro programa de educação gratuita implantado por um governante no município: “Projeto nenhuma criança sem escola”; massificou os investimentos públicos na eletrificação rural; reformou e expandiu toda a rede rodoviária municipal. Os projetos “desenvolvimentistas” de Alfredo foram possíveis graças ao rápido crescimento do preço do fumo no mercado internacional no contexto do pós-II Guerra. A consolidação da cidade como polo industrial fumageiro lhe rendeu uma volumosa arrecadação de tributos, uma das maiores em proporção per capita do país. Essa era uma condição nunca desfrutada por um prefeito ou intendente municipal antes e que, a partir daquele período, seria comum entre os gestores de Santa Cruz do Sul. Na sociedade civil, fez parte da diretoria da Comunidade Católica, da Associação dos Amigos Maristas e Ex-Alunos do Colégio São Luis e foi diretor da Sociedade Aliança Católica. Alfredo faleceu em 04/03/1966 e foi sepultado no Cemitério Católico<sup>121</sup>.

A trajetória ilustrativa dos três filhos de João Nicolau: o médico Arthur, o burocrata Alfredo e o filho caçula, Euclides Kliemann, permite visualizar o nível de complexidade de reconversão de uma elite do interior do Rio Grande do Sul. O irmão de João Nicolau, Francisco José Kliemann, ilustra como era fundamental que parte importante dessa elite mantivesse os negócios da família. Vale destacar que os integrantes da 1ª geração, João Nicolau e Francisco, estabeleceram um importante vínculo matrimonial com outra família que ascendeu a partir dos investimentos na agricultura fumageira, os Etges, da José Etges & Filho.

Francisco nasceu em 24/08/1883, e era irmão mais novo de João Nicolau Kliemann. Casou com Ana Maria Etges – nascida no distrito de Boa Vista em 23/06/1886 e falecida em 12/08/1969 –, com quem teve cinco filhos; vale destacar que a irmã de Ana, Francisca, era casada com João Nicolau. A formação escolar de Francisco seguiu os mesmos passos da do irmão, pois iniciou numa escola católica rural em que obteve a formação básica. Na juventude, exerceu as atividades de agricultor com os pais no distrito de Picada Velha, hoje Linha Santa Cruz. A família conseguiu reconverter o capital agrícola num pequeno comércio local. Com o crescimento dos negócios, transferiram-se para a cidade e fundaram a empresa Etges, Kliemann & Cia., que, a partir de 1915, viria a se tornar a tradicional Kliemann & Cia.

---

<sup>121</sup> Fontes: Biografia de Alfredo José Kliemann. In: KLIEMANN TATSCH, Cacilda Margarida. A Família Kliemann no Brasil. Porto Alegre, 25 fls. datilografadas, 1986. Pasta de Biografias. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc; Monografia de 50 anos do Banco Agrícola Mercantil. Santa Cruz do Sul; Anúncio Necrológico. In: jornal *Gazeta do Sul*, 05/06/1966.

Inicialmente Francisco defendeu a diversificação da produção da empresa; assim, cuidou nos primeiros anos de funcionamento de uma seção de fabricação de doces, biscoitos, balas, bebidas e enfiamento de fumo. Mas, a partir de 1917, passaram a investir exclusivamente na economia fumageira, tendo em vista o aquecimento dos negócios provocado pela demanda do fumo no mercado regional. Em 1922, a convite do irmão, ingressou como acionista da Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzensense Ltda. que daria origem, em 1938, ao Banco Agrícola Mercantil S/A. Na sociedade civil, fez parte da diretoria da ACI nas décadas de 1920 e 1930. Exerceu os cargos de diretor do Clube Aliança Católica e da Comunidade Católica. Dentre os integrantes da família Kliemann, não atuou na política, preferindo investir no crescimento da empresa, que foi uma das maiores do ramo de beneficiamento de fumo de Santa Cruz; faleceu em 14/12/1976 e foi sepultado no Cemitério Católico<sup>122</sup>.

Dentre os cinco filhos de Francisco, optamos por tomar como ilustração o caso de Bruno Francisco Kliemann (2ª geração), que nasceu em 20/07/1912 na cidade de Santa Cruz. Sua formação escolar foi técnica, no curso de Perito-Contador do Colégio Marista São Luis; não teve formação universitária, pois preferiu investir na empresa de beneficiamento de fumo da família Kliemann & Cia. Bruno era solteiro, foi dirigente e fundador da Associação dos Profissionais de Contabilidade de Santa Cruz do Sul, e diretor do Sindicato da Indústria do Fumo. Na sociedade civil, seguiu os passos da família; foi da Aliança Católica, Comunidade Católica e integrante dos Irmãos Maristas; não atuou na política e faleceu em 24/07/1976, cinco meses antes de seu pai, de uma parada cardíaca.

#### **4.3.2 A trajetória da elite empresarial protestante: a Becker Irmãos Ltda., netos de Oscar Gressler Ltda. (análise da transmissão de capital social do avô para os netos)**

A loja comercial Becker & Irmãos foi um dos principais estabelecimentos comerciais da cidade de Santa Cruz. A partir da análise biográfica dos seus integrantes, visualizamos a emergência de uma das tradicionais famílias de comerciantes que conseguiu herdar o capital social e econômico de seu fundador, Oscar Gressler (1ª geração). A origem desse capital

---

<sup>122</sup> Fontes: Anúncio necrológico de Francisco José Kliemann, 16 de dezembro de 1976. KLIEMANN TATSCH, Cacilda Margarida. A Família Kliemann no Brasil. Porto Alegre, 25 fls. datilografadas, 1986. Pasta de Biografias. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc; DÜREN, Ricardo. O Caso Kliemann: 45 anos depois. In: jornal *Gazeta do Sul*, 26 de agosto de 2008.

social reside na atuação da família Gressler na comunidade evangélica, uma instituição fundada em 02/01/1862, tendo o cidadão Guenther Gressler, pai de Rodolfo e Oscar, como presidente até 1870. Durante a existência centenária dessa instituição, podemos observar a trajetória, marcada pela ampliação de laços de amizade, de uma elite protestante local, que contribuiria para que algumas famílias de agricultores reconvertessem seu capital agrícola no ramo empresarial. A comunidade evangélica foi espaço de articulação de famílias que já pertenciam à elite local, como Frederico Bartholomay, visualizado anteriormente, com aquelas que estavam ascendendo graças ao sucesso da economia fumageira.

Oscar nasceu em 22/03/1853, de religião protestante, natural da Linha Travessa, filho dos agricultores alemães Guenther Gressler e Emile Gressler, que plantavam fumo no interior de Santa Cruz. A formação escolar dos Gressler foi típica de sua geração, pois Oscar aprendeu a ler e escrever com os pais, depois teve aula particular com seu tio, professor Arthur Weise, e concluiu o básico na Evangelische Realschule, no distrito de Linha Travessa.

Após a formatura, migrou para a cidade de Rio Pardo, onde aprendeu a profissão de marceneiro. Voltando para Santa Cruz do Sul, montou uma pequena oficina e participou da construção do edifício da Prefeitura Municipal. Sua oficina passava por dificuldades, e então resolveu, em parceria com a família, abrir, ao lado, uma casa comercial de ferragens; abandonou a profissão de marceneiro e se dedicou exclusivamente ao comércio, que lhe garantiu reconhecimento local. A loja foi fundada em 1896, em parceria com seu irmão, Rodolfo Gressler (1ª geração).

Em março de 1881, recebeu o convite do major Frederico Bartholomay para ingressar como sargento na 28ª Guarda Nacional da Vila de Santa Cruz, sendo promovido ao posto de capitão em 1892. Ampliou sua atividade empresarial, apoiado numa rede empresarial com vários pequenos comerciantes que, em 1907, ingressaram como sócios na Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzensense Ltda., que daria origem, em 1938, ao Banco Agrícola Mercantil S/A, do qual foi um dos diretores. Sua trajetória no banco local garantiu seu ingresso como primeiro representante no Banco da Província do Rio Grande do Sul da cidade de Santa Cruz.

Na sociedade civil, Oscar foi membro da comunidade evangélica e um engajado colaborador do Colégio Sinodal, do qual foi diretor por 30 anos; foi vice-presidente da ACI entre os anos de 1918 e 1923. Exerceu cargo de conselheiro da Sociedade Ginástica. Conseguiu emprego público em duas fases da história política; no Império, foi nomeado juiz

de Paz e na República, em 25/11/1890, foi nomeado subdelegado e, em 1895, passou a ser delegado.

Na política, foi filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense. Em janeiro de 1910, exerceu o cargo de vice-intendente municipal, assumindo interinamente durante as várias ausências, por problemas de saúde, do intendente Gaspar Bartholomay. A partir de 1924, assumiu a intendência provisória. Era amigo de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Faleceu em 28/04/1936, aos 83 anos, sendo sepultado no Cemitério Evangélico<sup>123</sup>.

**Foto 40 – Loja de Ferragens Oscar Gressler Ltda. Vila de Santa Cruz, 1897**



Fonte: Cedoc-UNISC

O irmão de Oscar, Rodolfo Gressler (1ª geração), nasceu em 20/06/1862 e seu exercício profissional na loja garantiu o engajamento social e político estratégico para a ampliação do capital social da empresa na Vila de Santa Cruz. Como Oscar, Rodolfo exerceu as atividades de agricultor e comerciante; teve a mesma trajetória escolar e foi convidado a ingressar na Guarda Nacional. Não teve destacada atuação política nem social, mas foi de fundamental importância para a consolidação do estabelecimento comercial e a transmissão

---

<sup>123</sup> Fontes: GRESSLER, P. Os velhos Gressler. Candelária: Tipografia Francisco Schmidt, 1949; Banco Agrícola Mercantil S/A: um símbolo de confiança em negócios bancários (1904-1954). Monografia Empresarial de 50 anos. Porto Alegre: Editora Globo, 1954. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc; Comunidade Evangélica de Santa Cruz do Sul; Colégio Mauá. Esses documentos estão disponíveis para consulta no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul (Cedoc-Unisc).



do capital social e empresarial para os netos, que fundariam a Becker Irmãos; faleceu em 15/05/1946.<sup>124</sup>

O primeiro neto de Oscar, que herdaria a loja, foi Augusto Leopoldo Becker (3ª geração) nasceu em 27/08/1899, de religião protestante, casado com Carolina Heuser Becker, integrante da tradicional família de comerciantes da Heuser Irmãos, com quem teve três filhos. A formação escolar foi mais sofisticada que a dos avós, pois estudou no curso de Guarda-livros do Colégio Sinodal. Iniciou sua trajetória empresarial na loja do avô. Assumiu a gerência do estabelecimento em 1918 juntamente com os irmãos e Rodolfo Gressler, que acabaria formando a Becker Irmãos & Cia. Ltda. Augusto ampliou os investimentos da família, pois comprou um lote de ações da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A., em 1932, tornando-se integrante do conselho fiscal a partir de 1940. Na sociedade civil foi presidente da Comunidade Evangélica, durante sua gestão foi construído o Centro Evangélico, a Casa Pastoral e o Hospital Ana Nery. Essa foi a primeira instituição hospitalar criada pelos protestantes, a partir da clínica do falecido Médico protestante Ingo Ebert. Augusto foi diretor da Sociedade Escolar Santa Cruz, mantenedora do Colégio Sinodal e faleceu em 11/10/1972<sup>125</sup>.

O segundo neto de Oscar foi Edmundo Alfredo Becker, comerciante protestante, formado no curso de Guarda-Livros do Colégio Sinodal. Iniciou sua trajetória empresarial a partir de 1922 na Lojas Becker & Irmãos. Como gerente, ampliou a linha de produtos. Até aquele momento, a loja era especializada na venda de utensílios destinados à agricultura, ferragens e cutelaria. Na década de 1940, passou a comercializar artigos domésticos, como máquinas de costura da marca Zig-Zag, fogões da marca Wallig, artigos de alumínio, louças, porcelanas, vidros e cristais. Era uma reprodução de outra loja tradicional, a Casa Mailaender, descrita anteriormente. Em propaganda de 1949, publicada na comemoração do centenário do distrito de Rio Pardinho, afirmava vender motores a diesel e serras; eletrodomésticos, como refrigeradores, rádios, enceradeiras e batedeiras; tintas e esmaltes das marcas Plastolin e Veludol.

---

<sup>124</sup> Fontes: Anúncio necrológico de Rodolfo Gressler. In: *Gazeta de Santa Cruz*, 20/05/1946.

<sup>125</sup> Fontes: Anúncio necrológico de Augusto Leopoldo Becker. In: jornal *Gazeta do Sul*, 13 de outubro de 1972; Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. A Companhia de Santa Cruz no 25º ano aniversário de sua fundação: Pequena monografia histórica de um estabelecimento industrial e comercial que nasceu, viveu e venceu (28/12/1918-28/12/1943). Monografia empresarial de 25 anos. Santa Cruz do Sul: Tipografia Lamberts & Riedl Ltda., 1943. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc.

Edmundo defendeu o ingresso da família no Banco Agrícola Mercantil Ltda., após o falecimento do avô, que possuía elevado capital social na instituição. Foi convidado a integrar a diretoria executiva da instituição, em 1939, ficando no cargo até 1946, quando abriu mão do conselho fiscal, em acordo com os outros diretores, pois a sede do banco foi transferida para Porto Alegre diante do alto nível de complexidade administrativa que a instituição financeira local exigia.<sup>126</sup>

O terceiro neto de Oscar foi Felipe Júlio Guilherme Becker, que nasceu na cidade de Porto Alegre, em 28/07/1904, filho de Ernesto Becker e Carolina Heinen Becker, de religião protestante. Após o falecimento do pai, em 1917, passou a residir na cidade de Santa Cruz do Sul. Em 26/07/1931, estabeleceu vínculo matrimonial com Apolônia Wiesel, com quem teve duas filhas: Íris, casada com o Dr. Paulo Eick (médico), e Dóris, casada com Nelson Baumhardt (da Excelsior S/A, especializada em banha). Estudou na “Realschule”, depois Colégio Sinodal, atual Colégio Mauá, formando-se, em 1920, no Curso Comercial. Entre os anos de 1922 e 1929, trabalhou no comércio, juntamente com seus irmãos e primos, na Becker Irmãos & Cia. Ltda., tornando-se sócio da firma e da padaria A Preferida Ltda., pertencente ao mesmo grupo familiar.

Em 1930, prestou concurso público, tendo sido aprovado e nomeado escrivão da Provedoria e oficial do Registro Civil de Santa Cruz do Sul, cargo que ocupou durante 42 anos, além de ter acumulado o cargo de escrivão eleitoral da 40ª Zona Eleitoral. Na sociedade civil, fez parte da diretoria do Futebol Clube Santa Cruz, do Clube União, da Sociedade Escolar Santa Cruz, órgão mantenedor do Colégio Mauá, da Comunidade Evangélica e da Sociedade de Tiro, Caça e Pesca de Santa Cruz do Sul. Faleceu aos 67 anos em 14/08/1972<sup>127</sup>.

O quarto neto de Oscar Gressler foi Germano Becker, que atuou como comerciante da loja Becker & Irmãos, sendo neto, por parte de mãe, de Oscar Gressler, fundador do estabelecimento. Assumiu a empresa junto com os irmãos em 1919 e ampliou os investimentos da família, sendo sócio/proprietário da tradicional padaria Preferida Ltda., além

---

<sup>126</sup> Fontes: GRESSLER, P. Os velhos Gressler. Candelária: Tipografia Francisco Schmidt, 1949; Banco Agrícola Mercantil. Monografia de 50 anos; Comunidade Evangélica de Santa Cruz do Sul; Colégio Mauá. Esses documentos estão disponíveis para consulta no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul (Cedoc-Unisc).

<sup>127</sup> Fontes: Anúncio necrológico de Felipe Júlio Guilherme Becker. In: jornal *Gazeta do Sul*, 15 de agosto de 1972; Biografia de Felipe Júlio Guilherme Becker. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz (Cedoc-Unisc), Pasta de Biografias, 3fls datilografadas, sem autoria.

de comprar um lote de ações da Indústria de Laticínios Santa Cruz, que seria incorporada pela Polar S/A, na qual Germano ocuparia o cargo de direção. Na sociedade civil, fez parte da Comunidade Evangélica e foi uma das principais lideranças empresariais da cidade; na ACI, foi 2º secretário entre os anos de 1924 e 1929. Na década de 1940, defendeu a ampliação dos investimentos esportivos na área do vôlei e do tênis, esporte difundido entre a elite urbana brasileira naquele período. Germano foi idealizador da “Taça Becker Irmãos” de vôlei, que seria organizada em parceria com o católico Euclides Kliemann, descrito anteriormente.<sup>128</sup>

O quinto neto de Oscar foi Victor Hugo Becker, comerciante, de religião protestante, sócio da tradicional loja Becker & Irmãos. Ele estendeu os investimentos da família fundando a Victor Hugo Becker & Cia. Ltda., uma redistribuidora de bebidas, fornecedora da Cerveja Continental. Victor foi um dos fundadores da tradicional padaria Preferida Ltda., que era dirigida por ele e seus irmãos. Na sociedade civil, fez parte da Comunidade Evangélica e foi liderança empresarial. Na ACI, foi suplente e conselheiro fiscal na década de 1940 e tesoureiro da diretoria executiva entre 1949 e 1953.

A trajetória do avô Oscar Gressler e seus cinco netos, que consolidariam uma das principais lojas da cidade, permite observar como havia um vínculo intergeracional consolidado a partir da comunidade evangélica.

#### **4.4 Esboço de comparação em escala local: as elites de Santa Cruz e São Sebastião do Caí (composição social, redes de poder e ilustrações)**

A proposta de comparação com a elite de São Sebastião do Caí tem o objetivo de compreender elementos que reforçam as tendências encontradas na dinâmica local ou visualizar o nível de heterogeneidade e complexidade desse segmento no de Santa Cruz. O trabalho que vamos comparar com o nosso foi desenvolvido por Carina Martiny (2010) e guarda semelhança com o nosso na escala de análise, grupo social, recorte temporal e proximidade teórico-metodológica. Vale destacar que a autora lançou mão do método prosopográfico e da micro-história, combinando dados estatísticos sobre a composição social do segmento com ilustrações biográficas, o que permitiu visualizar as tendências e as especificidades da dinâmica da elite local caiense.

---

<sup>128</sup> Fontes: GRESSLER, P. Os velhos Gressler. Tipografia Francisco Schmidt: Candelária, 1949.



permitiu aproximar os empresários da Colônia e da Vila de Santa Cruz com o caso de São Sebastião do Caí. Essas elites atuaram em recortes históricos muito próximos, na transição do Império para a República. Mesmo assim, alguns casos foram passíveis de comparação em períodos bem distintos, como as estratégias matrimoniais. Para efeito ilustrativo, comparamos um caso em São Sebastião, na década de 1870, com Santa Cruz na década de 1940, o que sugere um padrão de comportamento de endogamia social já observado em outros estudos de elites. Nessa breve digressão, vamos abordar elementos comparáveis na formação política, econômica e social dos dois sistemas numa perspectiva já testada em outras pesquisas, como a de José Murilo de Carvalho (1996) sobre a elite política brasileira e turca.

Em relação à formação política, São Sebastião do Caí obteve sua Câmara Municipal em 1875, enquanto que Santa Cruz constituiria sua Câmara em 1878. As duas elites políticas emergiram no final do Império e eram constituídas, na sua maioria, por indivíduos que atuavam antes da fundação dessas instituições. Na década de 1870, São Sebastião contava com 8,9% de sua população apta a votar, enquanto que, no mesmo período, Santa Cruz tinha pouco mais de 6%. Carvalho destaca que, em 1872, havia 10% de eleitores aptos a votar no Brasil. A Lei Saraiva, de 1881, que permitia a participação política dos luteranos e imigrantes, ampliou o potencial de atuação e representação política das comunidades emergentes, pois, além de incorporar estrangeiros e acatólicos, excluiu os analfabetos do processo e estabeleceu um rigoroso processo de comprovação da renda. Nos dois casos, percebemos mudanças na composição dos vereadores<sup>129</sup>.

Com a proclamação da República, em 1889, a política nas zonas coloniais teve significativa mudança. Krause destacou que Santa Cruz, em 1890, tinha 54% de alfabetizados, o segundo maior índice do Rio Grande do Sul. Os dados de São Sebastião do Caí não foram sistematizados, mas Martiny avalia que não eram menos de 35%, segundo os dados apresentados por Roche. Para efeitos de ilustração, o Brasil, segundo Carvalho, em 1894, tinha 2,2% da população apta a votar, e São Sebastião tinha 13,6% de qualificados para o exercício eleitoral, fato que também encontramos em Santa Cruz, segundo pesquisa de Krause.

Martiny, Krause e nossa pesquisa prosopográfica reforçam o progressivo crescimento do percentual de alfabetizados nas duas localidades ao longo de sua história, pois, numa

---

<sup>129</sup> Sobre São Sebastião consultamos Martiny (2010); sobre Santa Cruz consultamos Krause (2002) e Roche (1969); sobre a Lei Saraiva consultamos Pesavento (1986)

economia assentada na agricultura familiar, a construção de projetos de reconversão ou ascensão para além da atividade rural era focada pelas famílias de agricultores. Para Roche, o investimento no ensino básico era peça estratégica nas regiões de colonização, pois a formação escolar básica ampliava a capacidade de atuação nas atividades urbanas, como comércio, artesanato, serviços, indústria e, dependendo do nível de desenvolvimento do espaço local, até no serviço público. As propriedades eram pequenas, e as famílias, numerosas para as atividades; portanto, a tendência de mobilidade social era forte nas zonas coloniais em comparação com a metade sul do estado.

A formação social das duas localidades ocorreu com a colonização europeia alemã, mas a proximidade com Porto Alegre e o rio navegável em São Sebastião ampliaram o percentual de lusos e italianos em comparação com Santa Cruz. O regime de ocupação foi de pequenas propriedades agrícolas, mas em contextos e condições geográficas distintas. São Sebastião teria suas primeiras famílias a partir de 1825 e contaria com a proximidade do Rio Caí para o escoamento de seus produtos, enquanto que Santa Cruz seria formada a partir de 1849, na parte norte de Rio Pardo, a cerca de 40 km de distância, desprovida de rio navegável ou ferrovia até 1905. As duas comunidades passaram a alavancar seu desenvolvimento com a comercialização de seus excedentes agrícolas com a capital da província.

A atividade de exportação permitiu a formação de um empresariado que passou a canalizar recursos para a manufatura e a indústria local. É plausível supor que a distância geográfica para o escoamento das mercadorias de São Sebastião e Santa Cruz tenha contribuído para o ramo de atuação empresarial de suas respectivas elites. Vejamos o caso de Santa Cruz. A distância entre a Vila de Santa Cruz e o porto de Rio Pardo poderia ter contribuído para o investimento empresarial no setor fumageiro, pois é um produto leve e rentável em comparação com a banha ou cerveja produzida no Caí. Segundo Vogt, o fumo era transportado por carroças até 1905, quando foi inaugurada a estrada de ferro que ligaria a vila com Rio Pardo. Analisando as duas realidades, percebemos que a ferrovia estava para Santa Cruz assim como o porto estava para São Sebastião do Caí, e o empresário localizado próximo a essas duas via tinha elevado prestígio.

O contato entre as duas pesquisas permitiu observar trajetórias de ascensão passíveis de análise comparada. Analisaremos os casos da família Trein, em São Sebastião do Caí, e da família Tatsch, em Santa Cruz.

Francisco Trein ocupou cargo público e possuía condições econômicas para o exercício do poder político antes mesmo da Lei Saraiva. Sua trajetória de sucesso iniciou pela posição de lealdade ao Império na Revolta Farroupilha; assim, é plausível supor que sua atuação militar na Guarda Nacional e seu investimento empresarial num armazém em São Leopoldo tenham contribuído para sua atuação como membro da elite local ao se transferir para o Caí. Nesse mesmo período, o capitão Guilherme Tatsch, que havia atuado na mesma revolta que Trein ao lado dos legalistas, acumulou o mesmo prestígio sendo um grande comerciante de São Leopoldo. Isso teria contribuído para a transferência de capital social e político para o sobrinho, Abraão Tatsch, que migrara para São Leopoldo a pedido de Guilherme para trabalhar em seu estabelecimento. Após o falecimento do tio, Abraão migraria para a emergente Colônia de Santa Cruz, na década de 1870, onde estabeleceria a primeira “pharmacia e botica” do povoado; além disso, ocuparia cargos de prestígio na comunidade, como na primeira legislatura, e seria um dos líderes do Partido Liberal local. Seu filho Fernando Tatsch seria um grande empresário do ramo fumageiro, como observamos anteriormente.

A trajetória de Trein permitiu exemplificar os chamados “imigrantes burgueses”; embora sua origem tenha sido a agricultura familiar, praticada no interior de São Leopoldo antes da Revolta Farroupilha, sua atuação como membro da elite provincial deveu-se, sobretudo, à transferência dos negócios para a emergente Vila de São Sebastião. Martiny apresentou outro exemplo, João Daniel Collin, que ascendeu da agricultura familiar, no interior de São Leopoldo, chegando a ser vereador da emergente colônia alemã, mas sua atuação de destaque foi na periferia, quando transferiu sua residência e seus negócios para a emergente Vila de São Sebastião. Os dois, antes mesmo da fundação, já atuavam na política local exercendo papel de integrantes da elite que foi potencializado na periferia.

Além de Abraão Tatsch, outro exemplo que tem proximidade com Santa Cruz foi o do major Frederico Guilherme Bartholomay, que havia estabelecido importante vínculo com o Partido Liberal, quando era diretor da Colônia de Nova Petrópolis. Este último migrou em 1869 para Santa Cruz e atuou na direção da emergente colônia na área da política, economia e cultura, como observamos anteriormente.

Na análise comparada da composição social da elite de São Sebastião com Santa Cruz, encontramos elementos que evidenciam o nível de complexidade do empresariado e dos

políticos locais das regiões de colonização alemã. Analisaremos a questão étnica dos dois casos.

Para Martiny, a elite política de São Sebastião tinha uma maioria teuto-brasileira com um número expressivo de lusos, enquanto que essa realidade não foi tão perceptível entre os membros da elite econômica de Santa Cruz, pelo menos nas duas primeiras gerações. Na amostra de Martiny, dos 38 vereadores de seu *corpus*, 13 eram de origem portuguesa e 25 de origem alemã. Na análise da dinâmica da Câmara de São Sebastião em relação à composição étnica, a autora observou uma ampliação massiva dos teuto-brasileiros com a proclamação da República. Ao compararmos a primeira legislatura com as demais, havia uma proporção de meio a meio entre alemães e portugueses, mas, à medida que a queda da Monarquia se aproximava, a curva étnica se afastava para o lado alemão.

De qualquer maneira, mesmo que não abordemos as relações entre lusos e teutos na política de Santa Cruz, constatamos que a origem alemã dos políticos locais não foi empecilho para sua investidura em outros níveis. Esse fato foi reforçado no estudo de João Pedro Schmidt (2004a, p. 15): “Ao longo dos 120 anos de história política local, cerca de 75% de seus vereadores e prefeitos foram de origem germânica”. A hipótese levantada por Martiny para a mudança da composição étnica da elite política de São Sebastião foi a Lei Saraiva, o que teria contribuído para a expansão do número dos teuto-brasileiros na política local, por serem mais escolarizados e ricos nessas regiões.

A atuação profissional foi peça estratégica da elite local e refletia o peso relativo do seu poder econômico tanto em Santa Cruz quanto em São Sebastião do Caí. Martiny destaca que, dos 38 integrantes de sua amostra, 20 eram negociantes, sendo apenas dois de origem lusa e 18 teutos. Em relação ao grupo registrado como “fazendeiro”, a autora destaca que havia 10, todos de origem lusitana. Na análise dos inventários, a autora afirma que boa parte dos negociantes investiu em compra de terras, caso próximo ao que encontramos entre alguns integrantes da elite econômica de Santa Cruz. Ilustramos o caso do patrimônio imóvel do farmacêutico Adolpho Evers, constituído por 60% de terras, mas tanto os negociantes de São Sebastião quanto os comerciantes de Santa Cruz não poderiam ser classificados de estancieiros em virtude do capital social acumulado em atividades mercantis e urbanas. Outro exemplo que destacamos foi o caso de Gaspar Bartholomay, advogado, comerciante, político e banqueiro, filho de Frederico Bartholomay, que também passou a investir na compra de



terras para a criação de gado na cidade de Rio Pardo, mas não teve referências sobre essa atividade em sua biografia.

Uma das profissões analisadas por Martiny foi a de professor, atividade de prestígio entre os integrantes da elite local. O caso tomado como ilustração foi o de Pedro Michaelson, que se beneficiou do elevado capital social de seu pai, Frederico Michaelson, professor em Nova Petrópolis. Vale destacar que, no período de análise, essa profissão recebia uma das melhores remunerações nas zonas coloniais. No caso de Santa Cruz, encontramos proximidade na análise biográfica do pai de Elíbio Mailaender, que era professor no interior do município. A trajetória do pai teria contribuído para o casamento com a filha do empresário Augusto Hennig, que viria a ser o empresário mais rico de Santa Cruz com o beneficiamento de fumo.

Jonas Vargas reforça a importância do professor para a paróquia, pois esse era um segmento profissional que exercia grande influência na vida local, tanto pelo salário quanto pela rede de contatos que era estabelecida entre esses homens de letras. No próximo capítulo, abordaremos a Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense, que teve como primeiro gerente de sua primeira filial o professor e sócio do estabelecimento bancário Christiano Smidt, que atuava na localidade de Rio Pardinho e possuía elevado capital social pelo exercício de sua profissão.

Quando analisamos as redes de poder entre as elites em perspectiva comparada, percebemos dinâmicas muito próximas nas estratégias de ampliação do capital social ou empresarial desse segmento local. Começamos pelos vínculos matrimoniais. Martiny expôs o caso da família Trein e Zirbes em 1874: “Francisco Trein, terceiro filho de Francisco Pedro Trein e Catharina Kessler, então com 22 anos e negociante como o pai, casava-se com Margaretha Zirbe, 17 anos, filha de Guilherme Zirbes e Magdalena Müller” (Martiny, 2010, p. 212). A união firmada entre as duas famílias de negociante trazia grandes vantagens econômicas para ambas, pois buscavam construir vínculos mercantis com grande potencial entre os concorrentes. A estratégia matrimonial da família foi seguida nas próximas gerações, o que permite observar um padrão de comportamento familiar coeso entre as elites locais.

No caso de Santa Cruz, na década de 1940, o casamento que analisamos entre Kliemann e Mailaender resultou num complexo sistema que unia grandes famílias da elite local do ramo fumageiro e financeiro. Para efeito de comparação, vamos resumi-la

novamente. Euclides Nicolau Kliemann, filho caçula de João Nicolau Kliemann, de uma poderosa família da elite católica local do ramo de beneficiamento de fumo, acionistas da Companhia de Fumos e da Caixa de Crédito, estabeleceu vínculo matrimonial com a evangélica Margit Mailaender, filha do ex-prefeito e comerciante Elíbio Mailaender, sendo neta do poderoso “barão do fumo” Augusto Hennig, da Exportadora Hennig S/A.

Mesmo que os casos Trein e Kliemann tenham ocorrido em períodos diferentes, parecem evidenciar um padrão de regras e valores de uma sociedade em que a igualdade de seus pares e o capital social acumulado eram condições para a consolidação desses vínculos entre a elite. O que aproximou as duas análises foi também a forte endogamia étnica. No nosso caso, observou-se que a religião não era empecilho para os matrimônios.

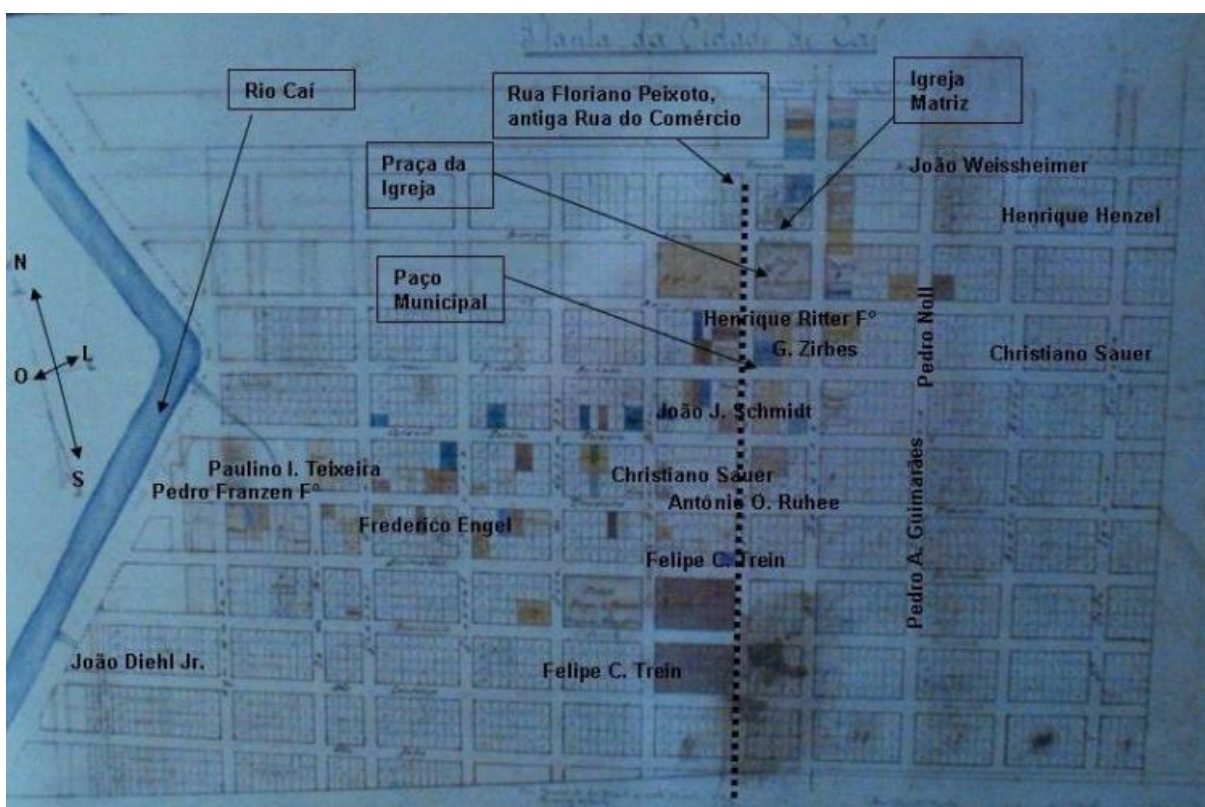
Outra aspecto que parece importante comparar na elite de São Sebastião e Santa Cruz é a sociabilidade desenvolvida a partir do armazém de secos e molhados na área rural ou na vila. A casa de secos e molhados foi o ponto de partida da maioria dos indivíduos que atuaram como elite nas zonas de colonização europeia. Martiny destaca o exemplo de Jorge Henrique Ritter, imigrante instalado desde 1846 na região de São Leopoldo. Ritter vendia produtos agrícolas, manufaturados e ainda produzia cerveja artesanal. Seu estabelecimento era local de encontro onde se realizavam bailes.

O efeito da conjuntura econômica sobre o aumento do patrimônio das famílias também foi um elemento que encontramos nas duas elites. Martiny compara os inventários de Henriqueta Blauth, em 1878, da casa comercial de Felipe Carlos Trein, e do próprio Felipe Carlos Trein, 20 anos depois. O primeiro apresentava uma cifra de 14 contos, enquanto que o segundo 175 contos, somando mercadorias, móveis, imóveis, dívidas ativas, terras, ações e dinheiro. A expansão dos negócios da família Trein em pouco mais de 20 anos, deveu-se, segundo Martiny, ao crescimento do mercado consumidor local.

Em relação aos aspectos de atuação no espaço físico e simbólico do meio urbano/rural, percebemos que tanto a elite de São Sebastião quanto a de Santa Cruz tendiam a “morar na Vila”, pois esses eram os espaços em que se destacavam socialmente. Os casos de Santa Cruz, visualizados anteriormente, como as famílias Hennig, Gressler e Kliemann, mostram que, ao consolidarem seus estabelecimentos no interior, transferiram sua residência para a vila objetivando ampliar sua capacidade de negociação e vínculos. Em São Sebastião, Martiny destaca que dos 38 vereadores havia 18 que moravam na vila, e isso contribuiu para que

atuassem como membros da elite. Para efeito ilustrativo, reproduzimos a planta da Vila de São Sebastião do Caí desenvolvido por Martiny para que tenhamos uma ideia da posição cartográfica social dessa elite local. Podemos compará-lo com o mapa de Santa Cruz que apresentamos no final do primeiro capítulo, em que apontamos o local de atuação da elite empresarial daquela cidade em seus aspectos religiosos.

**Imagem 07 – Planta da Vila de São Sebastião do Caí com a localização de algumas propriedades da elite municipal (1890)**



Fonte: Martiny, 2010, p. 263

Como se pode perceber, pelo esquema montado através de cruzamentos de informações constantes nos inventários *post-mortem* com a planta da vila de São Sebastião do Caí, os membros da elite municipal estavam conscientes da importância da presença neste espaço que era central no município, espaço (físico) símbolo da autoridade, já que era na vila que estava centralizada a administração do município (Martiny, 2010, p. 262).

Em relação às fontes de pesquisa, Martiny canalizou sua análise para os inventários, enquanto que nosso estudo buscou sistematizar os dados biográficos contidos em necrológios editados pelo jornal local, mas destacamos que, nos dois casos, recorreu-se a outros dados individuais.

## 5 A REDE DE PODER DA ELITE ATRAVÉS DAS “GRANDES FIRMAS”: CAIXA DE CRÉDITO SANTA-CRUZENSE LTDA. E COMPANHIA DE FUMOS SANTA CRUZ S/A



Nesse capítulo, descrevemos a rede social que foi tecida pela elite de Santa Cruz do Sul através da trajetória das “importantes firmas da capital do fumo”, como eram conhecidas localmente a Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense, futuro Banco Agrícola Mercantil, e a Companhia de Fumos Santa Cruz. O estudo trilha por áreas da história empresarial, prosopografia e análise da construção da rede social que unia o setor financeiro e fumageiro local. A investida na história empresarial deve-se à lacuna existente em várias pesquisas que abordam elites econômicas. Escolhemos essas duas empresas por serem as principais do Rio Grande do Sul em suas respectivas áreas de atuação. O maior banco privado estadual, a Caixa de Crédito Santa-Cruzense, foi estruturado através de uma articulação envolvendo empresários católicos com massiva participação de acionistas protestantes, e esse grupo estava ligado ao maior estabelecimento industrial de fabricação de cigarros da região sul do Brasil, a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.

Andrea Reguera (2007) avalia que os estudos envolvendo a história das empresas emergiu nas universidades latino-americanas nas décadas de 1970-1980 apoiados na utilização de novas fontes e com aporte teórico das ciências sociais que passaram a explorar a vida econômica e social desse ramo. Isso resultou da preocupação em desenvolver um enquadramento teórico no campo da historiografia, pois se constatou que havia uma preocupação maior com a biografia dos empresários e um esquecimento da trajetória das empresas. Não raro as pesquisas de elites econômicas falham ao deixar lacunar o elemento de identificação e reconhecimento público desse segmento, que permitiria compreender

estratégias de acumulação, conjunturas do mercado e relações com a sociedade, seja ela consumidor, Estado ou trabalhadores. A trajetória de empresas é um adendo ao estudo prosopográfico e à análise de redes sociais de empresários, pois esse enfoque possibilita reconstruir os vínculos da classe dominante através da família, dos negócios e da política, tendo como pano de fundo a gestão operacional do estabelecimento empresarial.

Carmem Erro (2003) analisa que, a partir de 1980, o campo da história empresarial passou a complementar a análise envolvendo elites econômicas, empresários ou burguesia na historiografia da Argentina e do México. A nova matriz era o elemento que faltava nos estudos de empresários, pois na maioria das pesquisas havia o estudo direcionado ao grupo, focado em análises do perfil e trajetórias pessoais, e uma lacuna referente à empresa, justamente o elemento de prestígio desse segmento. A investida dos historiadores nas empresas “S/A & Cia. Ltda.” foi possível através da incorporação de novas fontes, como as monografias empresariais, relatórios, balanços patrimoniais e propagandas.

Para Carlos Marichal (1996), a maioria das pesquisas voltadas para a história econômica da América Latina presta pouca atenção ao papel desempenhado pelos bancos na formação da sociedade. Esta constatação surpreende o autor, pois os bancos e casas de crédito estão entre as empresas mais importantes e antigas na maioria dos países da América Latina. Destacamos que a historiografia que aborda a evolução das instituições financeiras possui trajetória documentada em relatórios, anúncios e monografias empresariais que podem ultrapassar os 100 anos. Marichal afirma que as principais pesquisas que abordam a história dos bancos estão centradas na esfera governamental por dois motivos: primeiro, do ponto de vista técnico, os arquivos bancários são de acesso restrito; assim, fica difícil para os historiadores realizarem pesquisas voltadas para essas instituições; segundo, do ponto de vista teórico, há um desinteresse por parte dos historiadores em debater certos problemas na teoria econômica e na administração empresarial.

Na escala regional, Marichal destaca que a história bancária vem ganhando força em pesquisas que abordam a formação de burguesias comerciais e industriais periféricas na América Latina. Esses estudos focam o papel desempenhado pelos bancos no desenvolvimento econômico regional e na constituição de redes sociais tecidas por famílias tradicionais de âmbito local ou provincial. O autor aponta o exemplo do México, que pode ser comparado ao caso brasileiro, uma vez que os dois países tiveram processo de desenvolvimento social e econômico muito semelhante. Nos últimos anos, ocorreram avanços

importantes em estudos que relacionam a formação de burguesias regionais e seu papel na inauguração de bancos na mesma escala no final do século XIX e início do XX.

Los trabajos de Mario Cerutti sobre Monterrey, por ejemplo, demuestran como los principales grupos de comerciantes-prestamistas regionales fueron sentido las bases par apariencia de mercados de capitales locales que darían pie al despegue de la industrialización en esa zona del norte de México a fines del siglo XIX. En este proceso, la creciente concentración de capitales y la subsiguiente creación de una serie de bancos regionales constituyeron elementos fundamentales. De manera similar, Ricardo León ha analizado los primeros bancos en Chihuahua, establecidos desde el decenio de 1870 en estrecha consonancia con la expansión ganadera y con el despuntar de una serie de nuevos ejes de actividad económica de carácter minero e industrial (Marichal, 1996, p. 59).

O autor ainda faz uma análise sobre a produção de obras que abordam o desenvolvimento dos bancos no nível regional e algumas cidades brasileiras, citando o importante trabalho de Eugênio Lageman (1985) sobre a formação de instituições financeiras no Rio Grande do Sul e o de Azevedo (1969) sobre a Bahia. Vale destacar que são focados no âmbito regional e optaram por analisar as trajetórias institucionais. Sobre o Rio de Janeiro, temos o trabalho de Eulália Lobo (1978), um estudo referente à elite financeira daquele estado, e o de Maria Bárbara Levy (1995), que descreve tanto a formação do mercado de capitais quanto o desenvolvimento dos bancos no estado fluminense. No caso de São Paulo, a obra de Flávio Saes (1986) sobre a formação dos bancos no século XIX e início do XX vincula a análise institucional com o desempenho da economia regional. Esse autor revela, por um lado, a estreita vinculação entre o banco e o setor cafeeiro e, por outro, sua relação com o desempenho industrial de São Paulo.

Além dos casos mexicano e brasileiro, Marichal (1996) destaca que a história bancária da Argentina se vincula ao desenvolvimento econômico regional. Essas pesquisas produziram vários estudos centrados na província de Buenos Aires, portanto com lacunas sobre várias regiões importantes da economia argentina. Para o autor, a maioria das pesquisas que analisam o setor financeiro da Argentina defendem a tese de uma existência hegemônica das instituições classificadas como estatais ou semiestatais.

No caso do Rio Grande do Sul, Gentil Corazza (2002) destaca haver uma semelhança na lacuna existente sobre os estudos que abordam a importância dos bancos na teoria do desenvolvimento regional e o papel desempenhado por eles no estado. O sistema financeiro estadual não recebe a mesma importância nas análises da evolução da história econômica do Rio Grande do Sul. Corazza (2002) aborda o sistema financeiro privado e regional do estado

em dois momentos distintos: o primeiro, entre os anos de 1850 e 1930, ressaltando a importância dessas instituições para o crescimento das economias locais; o segundo, depois da Revolução de 1930, quando se afirmou definitivamente um sistema bancário nacionalmente integrado no centro econômico do país.

O autor destaca quatro questões fundamentais no processo de desenvolvimento do sistema financeiro do Rio Grande do Sul: em primeiro lugar, a inexistência de estudos que avaliam a importância dos bancos no processo de desenvolvimento da indústria e do comércio do Rio Grande do Sul, pois há carência de pesquisas sobre as primeiras caixas rurais, as casas bancárias do interior, os bancos comerciais e os bancos hipotecários.

Em segundo lugar, a constatação de que a história bancária do Rio Grande do Sul foi marcada pelo efetivo envolvimento dos bancos privados em projetos de desenvolvimento econômico do setor público, o que incentivou a criação dos bancos públicos, como o Banco do Rio Grande do Sul, em 1928.

Em terceiro lugar, a identificação de um padrão de semelhança no desenvolvimento do sistema bancário gaúcho com o inglês, conforme o texto clássico de Victória Chick (1994). A autora destaca que as carteiras de redesconto do Banco do Brasil exerciam um papel semelhante ao de um “Banco Central” para as caixas de crédito que emergiam no interior.

Em quarto lugar, o padrão de conversão dos bancos de emissão em bancos de depósitos, que tem como exemplo o caso do Banco da Província do Rio Grande do Sul. Essa instituição foi criada em 1858 com autorização para emitir moeda até o Banco do Brasil monopolizar essa função. Diante desse processo, a partir de 1892, o Banco da Província se tornou banco de depósitos.

Após essas observações, Corazza (2002) salienta que nas localidades do interior surgiram muitas casas bancárias que desempenharam algumas funções de bancos comerciais de depósito. Merece ser ressaltado o papel desempenhado pelas caixas rurais. Essas instituições foram estruturadas em formato de cooperativas de crédito e organizadas por vários segmentos que atuaram como elites em cidades pequenas e médias do interior. Na avaliação do autor, essa foi uma tentativa de traduzir para o setor financeiro o forte ideal cooperativista existente no Rio Grande do Sul, mais especificamente nas regiões de colonização que dependiam de políticas públicas de integração.

### **5.1 – Fontes em história empresarial: análise da construção dos centros de memória das firmas (o caso de Santa Cruz do Sul)**

As principais fontes empresariais são constituídas por três grupos: documentos, estrutura e amostras de produtos. O primeiro é formado por relatórios anuais, balanços financeiros, panfletos, fotografias e monografias comemorativas dos estabelecimentos<sup>130</sup>. O segundo é formado pelos prédios e maquinários antigos usados diretamente na linha de produção e nos escritórios, como prensa hidráulica, fundições, máquinas de escrever, máquinas de registro comercial, balcões, estantes, telefones, telégrafos, veículos, entre outros. O terceiro é formado por embalagens, como carteiras de cigarros, garrafas, enlatados, pacotes, vestuários, calçados, brinquedos e demais produtos. Esses três grupos de fonte constituem importante ferramenta para os pesquisadores ingressarem no campo da história empresarial, e podem ser encontrados, na sua maioria, em arquivos (para o primeiro grupo) e museus (para o segundo e terceiro grupos).

Na cidade de Santa Cruz do Sul, a maioria das fontes empresariais se encontram de maneira precária nos chamados “arquivos mortos”<sup>131</sup> de empresas e nas três entidades patronais. Podemos destacar que são poucas as empresas que têm mais de 50 anos de existência, pois os estabelecimentos tradicionais não sobreviveram à terceira geração.

Uma entidade patronal como a Associação Comercial e Industrial, com quase 90 anos de existência, possui um “arquivo morto” de pouca utilidade para uma pesquisa voltada à história empresarial, pois o processo de conservação do material impresso teve início recentemente, no final da década de 1980. O Sindicato da Indústria do Fumo, fundado na década de 1940, limita o acesso ao público declarando não possuir arquivos. Mas é provável que essa postura restritiva seja motivada pelas campanhas antitabagistas, iniciadas na década

---

<sup>130</sup> Os documentos impressos são, na maioria, produzidos nos escritórios administrativos ou no setor de comunicação das empresas e das entidades patronais, podendo ser de caráter público ou privado. O primeiro serve para propaganda, enquanto que o segundo é administrativo. A empresa pode, em alguns casos, ter seus prédios tombados pelo patrimônio histórico e seu maquinário absorvido por museus. A amostragem de produtos e embalagens, em vários casos, faz parte da tradição empresarial, pois sempre alguns produtos são reservados para constituir um espaço de memória e acabam sendo absorvidos pelos museus ou colecionadores. Podemos destacar que a organização e conservação dos arquivos e museus de empresas variam em termos de situações geográficas, históricas e econômicas.

<sup>131</sup> Para Tortella (2003), um dos principais motivos para o abandono dos arquivos empresariais está centrado na falta de interesse dos próprios empresários pela trajetória de seus estabelecimentos. Isso é visualizado pelo elevado acúmulo de papéis guardados no fundo de salas precárias que, normalmente, são chamados de “arquivo morto”, local muitas vezes insalubre, que reúne todo tipo de papel que não tem utilidade na administração e gerenciamento dos negócios.



de 1980, e alimentada pelos frequentes conflitos com os movimentos sociais ligados aos trabalhadores urbanos e rurais do setor. A Câmara de Dirigentes Lojistas, entidade fundada no fim da década de 1960, começou a organizar seu arquivo em meados de 1980 e, com base na proposta desta pesquisa, não possui fontes para o recorte temporal proposto, que é anterior ao da sua fundação.

Teresa Tortella (2003) avalia que o fenômeno da conservação de arquivos empresariais é recente em vários países, em especial, nos Estados Unidos e na Alemanha, que foram pioneiros nessa prática. As formas de preservar a documentação estiveram centradas em dois modelos: de um lado, os arquivos controlados pelo poder público, prática iniciada na Alemanha e difundida nos países nórdicos; de outro, os arquivos integrados em bibliotecas universitárias de empresas liquidadas ou incorporadas por outras maiores, modelo iniciado nos Estados Unidos e difundido na Inglaterra.

O principal obstáculo para a conservação da documentação empresarial seria a falta de interesse dos próprios empresários e diretores, que se mostram indiferentes aos acervos. Outro fator que contribui é a negligência do poder público em preservar o material produzido pelos estabelecimentos econômicos. No caso da documentação empresarial de Santa Cruz do Sul, encontramos, atualmente, uma proximidade com a tradição norte-americana, pois boa parte da memória impressa editada pelas empresas antigas está guardada na instituição universitária local<sup>132</sup>. Tortella faz ressalvas sobre a problemática existente no acesso à documentação dos arquivos privados, principalmente das instituições financeiras, que restringem a entrada de pessoas que não trabalham no estabelecimento, e pela própria legislação que determina o sigilo dessas fontes<sup>133</sup>.

---

<sup>132</sup> Esse modelo de preservação das fontes empresariais se aproxima das práticas exercidas nos Estados Unidos e na Inglaterra, casos em que as universidades assumiram a tarefa de gerenciar e preservar a memória local. Mas devemos ressaltar que a tradição anglo-americana é apoiada com recursos privados de grandes empresas que estão associadas a centros de pesquisa de excelência, como a Harvard Graduate School of Business, que possui uma Cátedra de História de empresas, e o British Business Archives Council, que está integrado a empresas centenárias e de grande porte.

<sup>133</sup> No caso brasileiro, existe uma precária legislação que regulamenta o acesso e preservação de arquivos empresariais, principalmente quando ocorre liquidação ou falência, em que ocorrem verdadeiras sangrias documentais. Os documentos partem dos depósitos para os entulhos, correndo risco de ser incinerados ou jogados nos aterros públicos. Essa perda ocorre em função da inexistência de um órgão especializado que receba ou avalie a pertinência histórica dos arquivos, prática existente, por exemplo, na Alemanha e algumas unidades federativas dos Estados Unidos. O problema é agravado pelo desinteresse dos proprietários falidos. De acordo com Tortella, eles priorizam resolver os problemas econômicos e jurídicos da liquidação, deixando de lado uma alternativa para a preservação de alguma possível documentação histórica.

Outro exemplo levantado por Teresa Tortella são as empresas multinacionais, pois são estabelecimentos que têm mobilidade física e jurídica intensa e, portanto, apresentam descuido na transferência dos documentos administrativos e publicitários. Em alguns casos, os arquivos são descartados periodicamente, o que determina um destino lastimável para a sua documentação histórica. Há algumas exceções: diretores, executivos e acionistas que pensam em doar ou construir um memorial<sup>134</sup>. Para a autora, a documentação de arquivos públicos, apesar da falta de estrutura no Brasil, ainda é a alternativa viável para o desenvolvimento de estudos no campo da história empresarial, pois há exceções locais e regionais de engajamento social na construção de arquivos e museus que exaltam a memória do desenvolvimento econômico<sup>135</sup>.

Apesar de todos esses problemas, David Sicilia (2003) afirma que os arquivos públicos dispõem de uma documentação ampla para os pesquisadores que resolvem estudar a história empresarial. A cidade de Santa Cruz possui fontes empresariais que são alimentadas por outra tradição presente na cultura local: a publicação de monografias editadas pelas empresas nas comemorações de 25, 50 e até 100 anos de atividades. Essas fontes permitem fundamentar uma pesquisa com recorte teórico-metodológico na micro-história, pois garantem ao historiador um excelente subsídio para reconstruir trajetórias específicas que retratam o comportamento social a partir da empresa.

No caso de Santa Cruz do Sul, existe uma cultura de engajamento local das instituições de ensino em preservar arquivos empresariais diversificados e de acesso ampliado ao público. Há uma tradição comunitária na preservação desses arquivos sem apoio financeiro das empresas ou do poder público. Em vários casos, a gestão, que antes contava com apoio da elite empresarial local, após a década de 1980, teve que ser bancada exclusivamente pelas instituições de ensino locais. Merece destaque o educandário Mauá, antigo Colégio Sinodal,

---

<sup>134</sup> Na cidade de Santa Cruz do Sul, tomamos o exemplo das empresas estrangeiras do setor fumageiro. A subsidiária da British American Tobacco, atual Souza Cruz, foi o único empreendimento empresarial de capital externo presente no recorte temporal da pesquisa. Instalada desde 1917, cumpriu um papel relevante na economia local ao implantar novas modalidades de fumo e influenciar a fusão de empresários locais. Sua trajetória é visualizada nas reportagens dos jornais locais, pois não possui uma documentação histórica específica, como um arquivo, nem um museu para seu maquinário antigo, que foi transferido para outros países em períodos diferentes.

<sup>135</sup> Segundo Tortella (2003), a tradição alemã e a dos países nórdicos são exemplos de forte participação do poder público na preservação dos arquivos empresariais. A autora cita os casos da Krupp e da Siemens, que, na primeira década do século XX, já possuíam arquivos para preservação e consulta dos documentos. Na década de 1940, os governos regionais desses países, em parceria com as câmaras de comércio e indústria, criaram centros públicos de documentação e pesquisa voltados para a história empresarial.

local de formação escolar da elite que constitui nosso objeto de estudo, além da Universidade de Santa Cruz, que estruturou um centro de documentação histórica. Podemos destacar que, no período de atuação da elite econômica, principalmente a segunda e terceira geração, em meados de 1940, ocorreu a fundação e consolidação das instituições de preservação da memória local. O que contribuiu para esse processo foi o engajamento da elite local em promover uma “história” do desenvolvimento econômico local, tendo em vista as restrições políticas impostas à promoção da identidade local de cunho étnico-germânico que estava em vigor até o final da II Guerra. O arquivo da cidade passou a acumular materiais diversificados e amplos das fontes escritas das empresas de Santa Cruz do Sul. Merece destaque uma ampla cobertura jornalística de incentivo à comunidade para doar fotos e documentos que relatassem, o desenvolvimento da cidade.

A instituição pioneira em preservar a memória empresarial da cidade foi o Colégio Sinodal (evangélico), atualmente Colégio Mauá, que absorveu o acervo do antigo Museu Público de Santa Cruz. Essa última instituição foi organizada por Ernesto Riedl, que abriu um fundo que recebia documentos de empresas. Vale destacar que sua atuação para preservar a memória local recebeu amplo apoio de empresários e políticos na década de 1930 e 1940. Posteriormente, com a criação do AHCM, em 1981, o fundo foi ampliado e separado por empresa, até ser transferido para o Cedoc-Unisc, permanecendo apenas o museu sob o controle do Colégio. Essa mudança ocorreu em função das dificuldades econômicas e estruturais que o educandário estava tendo com a manutenção do acervo.

No Cedoc-Unisc, existem compartimentos de fundo documental exclusivos das seguintes empresas: Companhia de Fumos Santa Cruz S/A; Banco Agrícola Mercantil (tanto Ltda. quanto S/A); Indústria de Laticínios Santa Cruz S/A; Polar S/A – Indústria, Comércio e Agricultura<sup>136</sup>; Cervejaria Estrela; Tatsch S/A; Schreiner S/A – Fábrica de Máquinas e

---

<sup>136</sup> O fundo de documentos da Polar S/A – Indústria, Comércio e Agricultura, uma das principais do ramo de alimentos, concentra algumas fontes de suas antecessoras: a Cervejaria Estrela S/A e a Indústria de Laticínios Santa Cruz S/A. É importante destacar que a Polar S/A foi fruto dessa fusão, realizada em 1945, entre esses dois estabelecimentos, um de bebidas com sede na cidade de Estrela e o outro de laticínios na cidade de Santa Cruz do Sul. A documentação da Indústria de Laticínios Santa Cruz S/A é constituída exclusivamente por relatórios de gerência com relação nominal dos acionistas e balanços financeiros. Da Cervejaria Estrela S/A constam artigos publicitários, relatórios com balanços e relação nominal de acionistas; da Polar S/A constam relatórios, balanços, artigos publicitários e uma monografia comemorativa do cinquentenário. É importante destacar que não existe relação dela com a Cervejaria Polar S/A criada em maio de 1921 por empresários de Santa Cruz do Sul e liquidada em 1945.

Fundição<sup>137</sup>. Além desses acervos, há um fundo de monografias de tradição memorialística e de caráter publicitário que foram editadas, majoritariamente, nas décadas de 1940 e 1950 por empresas, famílias e instituições patronais. Essas monografias abordam a história dos principais estabelecimentos da cidade em textos publicitários que exaltam o sucesso econômico dos estabelecimentos. Embora sejam constituídos por textos com grande liberdade de estilo, são ricos em informações pertinentes sobre as empresas e os empresários.

O fundo de documentos da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A é constituído por relatórios anuais que trazem informações sobre estatutos, relação nominal dos associados e balanço financeiro do estabelecimento industrial entre os anos de 1919 e 1969. Esses relatórios permitem visualizar a evolução do capital social da empresa, as decisões da diretoria, os principais desafios que ela enfrentou e os indivíduos que ingressaram nela como acionistas. Vale destacar que a companhia produziu duas monografias comemorativas de sua fundação: uma de 25 anos, em 1943, e outra de 50 anos, em 1969. Esses dois documentos descrevem a trajetória social do estabelecimento, com notas biográficas a respeito dos indivíduos que ocuparam cargo na direção da empresa. O acervo conta com imagens fotográficas dos prédios, escritórios, seções, maquinários, produtos, trabalhadores e funcionários da administração.

O fundo de instituições bancárias está preservado na mesma proporção da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A, constituindo uma rica base documental que acompanhou o processo de formação, mudança na razão social e trajetória dos bancos e caixas de crédito fundados pela elite econômica local. Começa pela Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense, que possui relatórios anuais de 1904 até 1938, permitindo visualizar os acionistas, balanços financeiros e artigos publicitários que foram encomendados e publicados no jornal *Kolonie*. A partir de 1938, essa instituição mudou sua razão social para Banco Agrícola Mercantil Ltda. E, anos mais tarde, em 1942, voltou a ser uma sociedade anônima de capital aberto. Era o maior banco privado do estado do Rio Grande do Sul. Em 1946, os diretores resolvem transferir sua sede para a capital estadual, Porto Alegre. Podemos destacar que,

---

<sup>137</sup> Com exceção dos três grupos de fontes empresariais que foram descritos anteriormente, o Cedoc-Unisc possui documentos monográficos inacabados das empresas Tatsch S/A e da Carlos Schreiner – Fábrica de Máquinas e Fundição S/A. A primeira produziu um trabalho de 12 folhas datilografadas que descreve a trajetória da empresa e de alguns membros da família Tatsch, mas não chegou a ser publicado; a segunda produziu uma monografia de sete páginas datilografadas que descreve a trajetória da empresa e biografia do proprietário, de seu filho e neto, porém, na mesma situação da anterior, ficou inacabada e com a indicação da posição em que deveriam ficar as fotos da empresa e da família e algumas observações para o acabamento final da capa e editoração.

nesse período, a produção de documentos aumentou progressivamente, com relatórios anuais, folhetos comemorativos e balanços financeiros. Em 1954, o estabelecimento produziu uma monografia de 50 anos de atividades, um rico documento retratando a evolução empresarial do banco e notas biográficas a respeito dos principais integrantes que ajudaram na sua formação e consolidação.

Além das monografias empresariais, o Cedoc-Unisc possui um acervo de livros e artigos de memórias comunitárias, reportagens publicitárias e dois guias de profissões da cidade de Santa Cruz do Sul.

Com relação às monografias e artigos de memórias comunitárias, os intitulados “cinquentenários” ou “centenários” de distritos, localidades, entidades religiosas, clubes e colégios também trazem informações sobre empresas que prestam homenagens a esses eventos locais com anúncios publicitários. Quando a empresa possui uma ligação estreita com determinada memória coletiva, seja ela instituição ou região, aproveita esse momento para construir uma narrativa que reforça sua ligação com a comunidade.

Nesse caso, encontramos a monografia de cem anos da localidade de Rio Pardinho, dividida em duas partes: a primeira contém uma saga dos primeiros imigrantes que “desbravaram” as terras e constituíram a importante comunidade na Colônia de Santa Cruz; a segunda traz uma série de artigos publicitários de empresas locais que trazem seu histórico e formação. Além desse trabalho, há ainda a monografia do centenário da Comunidade Evangélica, estruturada de maneira semelhante, com uma parte dedicada à entidade e outra concentrando artigos publicitários de empresas, obviamente de proprietários evangélicos.

Esses documentos contêm históricos de várias empresas que financiavam essas produções com a condição de incluí-las em algumas páginas. Esses livros eram distribuídos gratuitamente entre empresários, profissionais liberais, políticos e funcionários públicos locais. Os artigos trazem detalhes sobre os estabelecimentos e os tipos de serviços oferecidos na cidade. Esses documentos eram um guia para a classe média local e permitem identificar o perfil das profissões e empresas de Santa Cruz do Sul na década de 1920 até 1960.

As reportagens publicitárias de empresas não estão restritas apenas ao jornal, mas é interessante visualizar que outras instituições da comunidade abriram espaços para a publicidade empresarial de Santa Cruz, como as monografias e panfletos comemorativos dos principais clubes. Tanto no jornal *Kolonie* quanto nos seus sucessores, *Gazeta de Santa Cruz*

e *Gazeta do Sul*, a semana de Natal e a de Ano Novo são espaços de homenagens e felicitações, com esboços de memória empresarial.

A prefeitura de Santa Cruz do Sul produziu alguns guias publicitários de empresas e serviços que eram oferecidos na cidade nos anos de 1938 e 1956, além de uma monografia de comemoração dos cem anos do município<sup>138</sup>.

Além das fontes preservadas em arquivos, podemos destacar que o museu pode constituir um importante meio de construção da trajetória social e cultural tanto de empresas quanto de empresários. Colin Divall (2003) aborda o uso dos museus tecnológicos e centros de memórias fundados e organizados pelas empresas. Para o autor, essa é uma importante ferramenta de pesquisa em história empresarial, pois essas organizações cumprem a tarefa de preservar não apenas fotos e documentos, mas também o maquinário antigo utilizado pelos estabelecimentos<sup>139</sup>.

Apesar do elevado número de fontes empresariais disponíveis para um estudo da história empresarial de Santa Cruz do Sul, nosso foco é o estudo do perfil e a análise da construção de redes sociais estabelecidas entre os empresários. Nesse processo, restringimo-nos às duas principais empresas estruturadas pela elite local, que são a Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense, tendo como base o acervo do Banco Agrícola Mercantil, e a Companhia de Fumos Santa Cruz, que possui seu próprio acervo. Tomar essas empresas

---

<sup>138</sup> O documento intitulado *Guia do Município de Santa Cruz: comércio, profissão e indústria de 1938* permite visualizar as empresas e profissionais liberais que existiam na cidade, trazendo informações sobre os produtos, serviços e localização dos estabelecimentos. Podemos perceber nesse documento que o telefone era um importante elemento de distinção; somente as maiores empresas e órgãos públicos possuíam esse meio de comunicação, com exceção de alguns médicos e advogados. O documento intitulado *Guia Geral do Município de Santa Cruz do Sul: em preparação à 1ª festa nacional do fumo*, de 1956, traz uma variedade maior de estabelecimentos com vários anúncios, e, ao contrário do anterior, neste quase todos já possuíam telefone. Esse documento se parece muito com uma enciclopédia de empresas e serviços da sociedade local, permitindo visualizar uma série de indústrias, estabelecimentos comerciais e escritórios de profissionais liberais nas áreas de medicina, odontologia, advocacia e contabilidade. Merece destaque outra produção de caráter cultural e organizada pela prefeitura no contexto de comemoração dos cem anos de instalação do município: *O livro do centenário da cidade de Santa Cruz do Sul (1878-1978)*, uma monografia em que constam as trajetórias das principais empresas e algumas biografias de empresários e políticos da cidade.

<sup>139</sup> A aproximação entre o colégio evangélico e o setor empresarial de Santa Cruz do Sul garantiu que várias máquinas antigas da indústria e do comércio fossem preservadas pelo MCM. O acervo é constituído por peças de processamento da folha de fumo e fabricação de cigarros que foram usadas por vários estabelecimentos fabris do setor fumageiro. Além dessas, encontramos máquinas para fundição de ferro das indústrias metalúrgicas, máquinas de fabricação de tijolos, máquinas registradoras que foram utilizadas pelos estabelecimentos comerciais, e o maquinário antigo da imprensa local.

como ilustração permite visualizar as estratégias adotadas pela elite local na ampliação do nível de negociação de estabelecimentos tipicamente locais e provincianos que atuaram na escala regional e nacional apoiados na construção de vínculos inter-religiosos, familiares, empresariais e políticos.

## **5.2 “Um símbolo de confiança em negócios bancários” – trajetória da Caixa Cooperativa de Crédito Santa-cruzense Ltda. (1904-1938)**

Os negócios da Caixa são, por assim dizer, adaptados à vida dos colonos. Estes podem depositar as suas economias e retirá-las em qualquer tempo; querendo levantar um empréstimo, o conseguem mediante garantias suficientes e juros módicos. A Caixa também está pronta a dar conselhos e prestar esclarecimentos, quando necessário (Caixa. Relatório, novembro de 1927).

A sociedade, a cuja frente sempre se colocaram homens capazes e benquistos, merecia a mais irrestrita confiança dos colonos; era a casa amiga que sempre procuravam, não só para suas transações como para visitá-la e trocar idéias com seus dirigentes. (Anúncio publicitário, jornal *Kolonie*, 25/02/1928).

O objetivo desse estudo é compreender a trajetória da Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense entre 1904 e 1938, período em que a elite econômica local possuía o controle diretivo do maior banco privado do Rio Grande do Sul<sup>140</sup>. A história dessa instituição financeira está esteritamente associada à consolidação do capitalismo industrial de Santa Cruz do Sul, pois a sua fundação ocorreu no ano anterior à inauguração da estrada de ferro. Tanto o banco quanto a ferrovia foram inaugurados em espaços temporais próximos, o primeiro em 1904 e a segunda em 1905, constituindo dois símbolos da revolução industrial.<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup> Esse estudo de caso foi possível por dois fatores: em primeiro lugar, pelas condições técnicas de acesso e preservação de suas fontes, pois há um fundo de documentos preservados do Banco Agrícola Mercantil em arquivos e museus de Santa Cruz do Sul; em segundo lugar, pelas novas correntes teóricas que emergiram na historiografia, como a história empresarial, que teria um aporte do estudo prosopográfico dos empresários na escala municipal. Esses elementos permitem aprofundar recortes voltados para a micro-história, pois revelam estratégias sociais de empresas, famílias e empresários que buscam oportunidades e obtenção de recursos para financiar seus empreendimentos locais.

<sup>141</sup> Mais que um mero fator simbólico, tanto para economistas quanto historiadores, o caso de Santa Cruz do Sul foi reforçado pelo quadro estatístico organizado por Jean Roche (1969). O autor analisa o impacto da Linha Férrea Santa Cruz/Ramiz Galvão para as atividades agrícolas e empresariais da cidade. Podemos visualizar a lista de vários produtos que dobraram suas vendas, como a batata, o feijão e o milho, além de outros que tiveram suas vendas multiplicadas. Poucos meses após a inauguração da estrada de ferro, era possível destacar uma elevação da rentabilidade no setor agrícola familiar, em especial o dedicado ao fumo e à banha de porco. Esse

A fundação do primeiro banco na cidade de Santa Cruz do Sul levanta duas questões: a primeira é a constatação de que não havia uma política nacional de integração do sistema financeiro, bem como um planejamento de expansão da rede bancária pelos poderes públicos, tanto estadual quanto federal. Isso ocorria por uma opção da elite nacional, que pregava, por um lado, o liberalismo e, por outro, a descentralização política dos estados; a segunda, motivada pela primeira, foi o engajamento comunitário das emergentes elites econômicas das cidades pequenas do interior do Rio Grande do Sul que tiveram origem na imigração europeia. A falta de uma integração institucional, herdada ainda na Monarquia e perpetuada na I República, fomentou a associação entre empresários, políticos e profissionais liberais no sentido de organizarem estruturas que atendessem a demandas sociais e econômicas.

A trajetória dessa instituição permite visualizar o nível dos vínculos existentes entre a elite católica e a protestante na vida econômica local. A fundação das cooperativas de crédito das zonas de colonização foi planejada e orquestrada pelos jesuítas, mas percebemos, no caso de Santa Cruz, o grande envolvimento dos evangélicos nesse empreendimento.

A principal liderança regional dessas cooperativas foi o padre jesuíta Theodoro Amstad, que prestou auxílio a várias comunidades locais do Rio Grande do Sul para que constituíssem seus bancos. O padre nasceu na Suíça e veio para o Brasil em 1880, atuando, principalmente, nos trabalhos de catequização e ensino no interior do estado. Além das atividades de sacerdócio, foi um dos responsáveis pela inauguração de várias cooperativas de crédito em localidades do Vale do Rio dos Sinos, Taquari e Rio Pardo.

Em 1902, na localidade de Linha Imperial, Município de Nova Petrópolis, Amstad articulou a inauguração da primeira Caixa Cooperativa de Crédito do estado, integrando comerciantes e pequenos agricultores daquele povoado.

Depois, em 1903, partiu para a cidade de Montenegro e auxiliou a elite local na fundação da mesma instituição, na localidade de Bom Princípio, contando com o apoio de conselheiros municipais e funcionários públicos. As caixas rurais de crédito foram se expandindo para outras regiões e localidades do interior, alcançando os estados de Santa Catarina e Paraná. As instituições possuíam a mesma característica: o corpo diretivo e os

---

acúmulo impulsionou a formação de estabelecimentos industriais e comerciais sofisticados. Aderiram a incrementos tecnológicos e diversificaram o oferecimento de produtos e serviços apoiados em novos investimentos e acesso a Porto Alegre.



acionistas eram constituídos por médios empresários, políticos locais e profissionais liberais apoiados pela igreja católica<sup>142</sup>.

Em abril de 1904, Theodoro partiu para a Vila de Santa Cruz objetivando inaugurar um banco na próspera comunidade local a pedido dos padres e empresários católicos. Convocou os principais comerciantes, industriais e profissionais liberais para uma reunião tendo como pauta a fundação da primeira instituição bancária da vila. No dia 08 de maio do mesmo ano, foi realizada a segunda reunião, que definiu a organização da sociedade com a escolha da primeira diretoria. O local de funcionamento seria uma sala cedida por Paul Stahl no centro de Santa Cruz. (Caixa, 1932, p. 02). Chamada inicialmente de “*Spar-und Darlehenskasse*” – Caixa de Economia e Empréstimos –, posteriormente nomeada Caixa Cooperativa Santa-Cruzense, foi a terceira instituição fundada por Theodoro que contou com ampla participação dos protestantes e estrangeiros, como é possível visualizar no quadro sobre o perfil sócio-profissional do grupo. (Mercantil S/A, 1954, p. 13).

**Quadro 2 – Perfil da diretoria da Caixa Cooperativa Santa-Cruzense**

Nome	Cargo	Profissão	Nacionalidade	Religião
Carlos Kern	Presidente	Comerciante	Brasileira	Protestante
Paul Stahl	Secretário	Comerciante	Alemã	Protestante
Adolfo Lamberts	Tesoureiro	Tipógrafo (jornal local)	Alemã	Protestante
Guilherme Hansel	Assistente	Industrial/Comerciante	Brasileira	Protestante
Guilherme Frantz	Assistente	Industrial	Brasileira	Católico
Reinhard Kühleis	Assistente	Comerciante	Alemã	Protestante

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: Mercantil (1954, p. 14).

Segundo o relatório do Banco Mercantil Ltda. (1938), a mesma assembleia que elegeu a diretoria estabeleceu que essa empresa seria constituída com o número máximo de 25 sócios. Ficou determinado que todos entrariam individualmente com 200 mil réis para a formação do capital social<sup>143</sup>.

<sup>142</sup> Biografia do Padre Theodor Amstad. Fontes: Mercantil (1954), Mercantil (1938), Caixa (1932).

<sup>143</sup> Havia a possibilidade de sua integralização em quatro prestações de Rs. 50\$000. Theodoro defendia que o ingresso deveria levar em conta o valor da moeda no momento de adesão, tendo em vista a situação individual dos sócios: “O montante arrecadado para a formação do capital de Rs. 5:000\$000 (cinco contos de réis) foi

As regras expostas na monografia do Mercantil S/A (1954) demonstram que uma das primeiras medidas tomadas pela diretoria, em comum acordo com os sócios, foi a fixação da taxa de juros sobre os empréstimos para alavancar o potencial de liquidez<sup>144</sup>. Nos documentos – Caixa (1904), Caixa (1932), Mercantil Ltda. (1938) e Mercantil S/A (1954) –, fica evidente a prudência em qualquer ato de gestão do banco, pois todos os atos administrativos tinham a aprovação da maioria. Como exemplo desse comportamento, podemos visualizar a compra de um cofre no valor de Rs. 275\$000.<sup>145</sup> Consolidada a estrutura básica para o funcionamento do banco, como o local e o cofre, o próximo passo foi aumentar a capacidade de capitalização. Os diretores investiram na “ruralização” das atividades financeiras. Essa estratégia visava aumentar o número de depósitos e neutralizar a formação de novas caixas de crédito. Como resultado, o banco centralizaria localmente todos os depósitos e rendimentos da agricultura familiar, servindo de “banco central da colônia” que poderia canalizar os recursos para investimentos na indústria, comércio e infraestrutura local, uma vez que esses recursos não eram oferecidos pelos poderes estadual e federal.

A localidade de Rio Pardinho foi sede da primeira filial da Caixa Cooperativa Santa-Cruzense. Rio Pardinho se localiza na parte norte do Município de Santa Cruz, no caminho para o emergente distrito de Sinimbu. A responsabilidade ficaria a cargo do sócio Christiano João Smidt, professor público que, além dos trabalhos no magistério local, ocuparia a função de gerente da Caixa Cooperativa dessa localidade (Mercantil, 1954, p. 29).

---

cumprido com dificuldade por alguns dos integrantes. Como consequência, alguns acabaram desistindo do empreendimento ficando a sociedade composta por vinte e um membros” (Mercantil, 1938, p. 07).

<sup>144</sup> Segundo a ata de reunião da Caixa (03/11/1904, p. 15), ela seria estabelecida pela seguinte regra: “ao prazo de 3 meses, 8%; até 6 meses, 6%; e até um ano, 5 %”. Os juros pagos aos depositantes eram de 1% de diferença sobre as taxas de aplicação; além disso, podemos destacar que os empréstimos eram concedidos mediante aprovação de todos os seis membros da diretoria. Pela ata se verifica que qualquer concessão de crédito ficava condicionada à filiação do interessado à União Colonial Rio-Grandense, com a qual a Caixa tinha estreita ligação (ibidem). O sistema de adesão posto em prática pela Caixa permitia às pessoas com baixo poder aquisitivo ter o hábito da economia poupadora. Essa ação empresarial foi fundamental para a concentração do capital local a partir dos pequenos agricultores. De acordo com o anúncio publicado no jornal, “[o] Banco Agrícola-Mercantil S/A continua hoje, como há 50 anos atrás, a estimular os pequenos depósitos e a fomentar por todos os meios legítimos ao seu alcance o espírito de economia do povo” (*Gazeta do Sul*, 15/05/1954, p. 06).

<sup>145</sup> A diretoria resolveu convocar a assembleia de acionistas para debater a compra desse patrimônio, o mais caro até aquele momento e único na cidade. Para o tesoureiro, significava um alívio, pois o livrava da responsabilidade de levar para sua residência todo o dinheiro do banco no final de cada expediente. Essa prática começou a preocupar os diretores pelo volume de cédulas que estavam sendo transportadas, o que poderia representar um risco tanto para o responsável pela guarda do dinheiro quanto para a própria instituição (Mercantil S/A, 1954, p. 28).

A localidade de Linha Sítio, na parte oeste do município, foi a segunda filial, sob a responsabilidade do comerciante Roberto Fischer, conhecido por todos naquela região. Nesse mesmo ano, foi organizado o segundo conselho fiscal, escolhido entre os sócios: Oscar Gressler, Adam Jost e Mathias Jacobs. Podemos destacar uma importante mudança administrativa em 01 de julho de 1908: “Pela primeira vez os cargos de Tesoureiro e Guardalivros seriam recompensados pelos serviços prestados” (Banco Mercantil, 1954,p. 27). Nessa ocasião seria estipulado que 50% do lucro líquido ficaria para esses dois profissionais. Os quatro primeiros anos foram vitais para o banco e o voluntariado da elite local revela o nível de engajamento para a formação e consolidação da cooperativa.

Os documentos de propaganda<sup>146</sup> mencionavam um modesto capital em comparação com as agências bancárias de Porto Alegre, mas ressaltavam que a Caixa já possuía uma soma de depósitos considerada significativa. Segundo os relatórios dos primeiros anos de atividades, os empréstimos se aproximavam do valor dos depósitos, garantindo um excelente equilíbrio das contas. Até aquele momento a maioria dos recursos disponíveis era destinada à aplicação nas atividades agrícolas.

O aumento do fluxo de liquidez permitiu a expansão das atividades de financiamento, pois o montante de recursos disponíveis no cofre da instituição garantiu a construção de parcerias de peso, como a registrada em 1911, em que foi concedido empréstimo para a Intendência Municipal encampar a empresa de energia local, a Usina Eléctrica de Santa Cruz Ltda., que até aquele momento pertencia ao empresário Henrique Melchior, descrito no primeiro capítulo. O poder público local garantiu o pagamento do empréstimo através da emissão de apólices. Vale destacar que essa foi a primeira operação de crédito visando o interesse público e esse fato recebeu inúmeros elogios no jornal *Kolonie*<sup>147</sup>.

Após essa primeira experiência com o poder público local, outros créditos passaram a ser concedidos para o governo estadual e outras prefeituras vizinhas, que viam com bons olhos a oportunidade de financiamento de seus projetos em parceria com uma instituição financeira regional.

---

<sup>146</sup> Segundo a monografia Mercantil S/A. (1954, p. 27), foram publicados no jornal *Kolonie* na década de 1930.

<sup>147</sup> O banco local estruturava assim um forte capital simbólico na cidade; no ato da compra foi realizado um jantar com os diretores e conselheiros municipais no salão nobre da Intendência (Mercantil S/A, 1954, p. 28)

Em 1912 ingressou na diretoria o empresário católico Jorge Frantz, que assumiu a presidência da Caixa de Crédito, cargo que ocuparia por vários anos, assistindo às inúmeras transformações que ocorreriam na empresa bancária. É plausível supor que sua filiação religiosa tenha contribuído para sua rápida ascensão, pois o nível de negociação que a caixa estava estabelecendo ultrapassava o âmbito local e ter um católico da presidência poderia facilitar a abertura de novos canais com outras prefeituras e o governo estadual. A partir da aprovação de novos estatutos, o conselho fiscal passou a ser constituído por seis integrantes. Na Assembleia Geral de 30 de março de 1913 foi decidido que os balanços semestrais seriam publicados no jornal local *Kolonie*<sup>148</sup>. Em 1914, após 10 anos de existência, ocorreu pela primeira vez a distribuição de gratificação para a diretoria<sup>149</sup>. O lucro líquido apurado no balanço de 31/12/1914<sup>150</sup> foi de Rs. 11:226\$020 e teve a seguinte distribuição:

**Tabela 13 – Distribuição do lucro em 1924 da Caixa de Crédito**

<b>Diretores</b>	<b>Rendimento total</b>
Christiano João Smidt (filial Rio Pardinho)	Rs. 500\$000
Carlos Bastians (filial São João – Sinimbu)	Rs. 100\$000
Paul Stahl (tesoureiro)	Rs. 3:370\$000
Adam Jost (inspetor)	Rs. 50\$000
Luiz Gittinger (inspetor)	Rs. 50\$000

<sup>148</sup> Nessa mesma reunião optou-se por reduzir a margem de lucro da instituição, o que representaria uma diferença pequena entre taxas de juros pagos e recebidos. Várias sugestões foram feitas, mas, depois de prolongados debates, a maioria da diretoria resolveu manter os juros em vigor e seguir a orientação que vinha sendo adotada. Nas eleições para a nova diretoria ocorreram poucas mudanças, como o ingresso de Guilherme Lamberts no lugar de Reinhard Kühleis (ibidem, p. 29).

<sup>149</sup> Na Assembleia Geral daquele ano, foi determinada ao ocupante do cargo de tesoureiro, na época Paul Stahl, a decisão de aceitar ou não dinheiro ou atender a retiradas em feriados e domingos, como era comum em localidades do interior naquele período (Mercantil S/A, 1954, p. 30). É pertinente destacar a preocupação da diretoria em refutar qualquer possibilidade de negócio especulativo ou duvidoso, seguindo rigorosamente os estatutos aprovados na assembleia.

<sup>150</sup> Nesse mesmo relatório, merece destaque uma doação de Rs. 500\$000 destinada à Cruz Vermelha Brasileira que havia partido para a Europa naquele ano de 1914. Os “tambores da guerra”, como se descreve nos documentos da instituição, causavam apreensão entre os dirigentes da Caixa Cooperativa Santa-Cruzensense, na sua maioria constituída por filhos e netos de imigrantes de origem germânica. Essa preocupação foi motivada pela declarada simpatia do governo brasileiro pelos franceses e ingleses que estavam entrando em guerra contra a Alemanha. Um eventual ingresso do Brasil no conflito, segundo a ata de reunião de dezembro de 1914, causaria complicações para uma cidade que tivera origem na imigração alemã e ainda preservava contato com várias famílias daquele país. Fonte: Caixa de Economia e Empréstimos. Relatório de direção. Santa Cruz, dezembro de 1914.

Jorge Frantz (presidente)	Rs. 600\$000
Guilherme Lamberts (secretário)	Rs. 300\$000
Para os 06 membros do conselho fiscal	Rs. 600\$000
Para o fundo de reserva	Rs. 5:613\$000
Lucro em suspenso	Rs. 43\$010
Lucro total	Rs. 11:226\$020

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Relatório da Caixa, 31/12/1914

Visualizando o gráfico, percebemos que o tesoureiro Paul Stahl concentrava 60% do lucro entre os membros da diretoria, sendo o principal beneficiado pelos rendimentos do banco. Sua ocupação o fez transferir para os filhos e sobrinhos a gestão do estabelecimento comercial, uma livraria de que era proprietário, para se dedicar exclusivamente aos trabalhos do banco<sup>151</sup>.

**Gráfico 62 – Percentual de distribuição do lucro aos membros da diretoria (1914)**

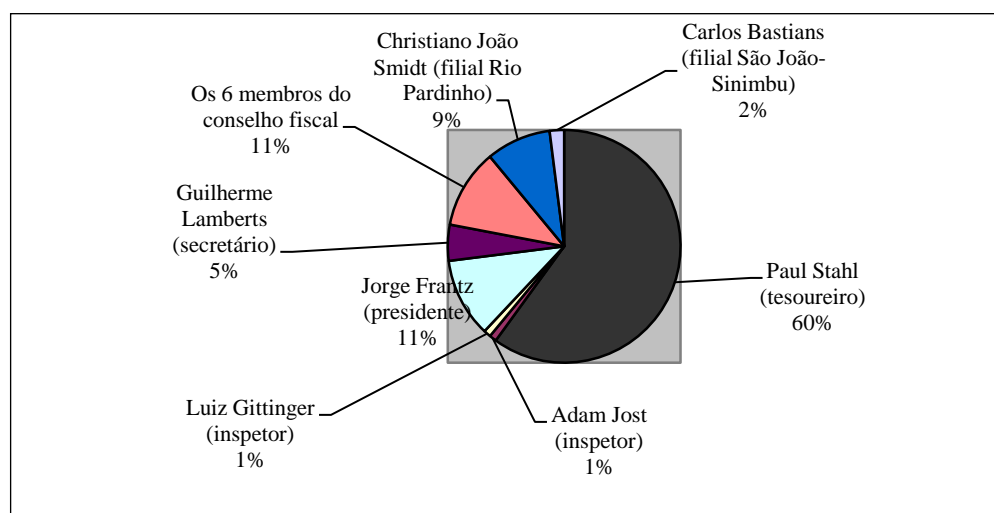


Gráfico elaborado pelo autor com base na distribuição do lucro registrado pela Caixa, 31/12/1914.

Em de 1916 e 1918, foi estabelecida uma parceria com entidades reconhecidas no estado, como o Grêmio Futebol Porto-Alegrense, que recebeu uma linha de crédito de 30

<sup>151</sup> Em outra documentação, havia uma decisão gerencial, que foi tomada em 21/09/1915, para reservar as quintas-feiras, depois do expediente, para uma reunião que discutiria os problemas burocráticos daquela semana (Caixa. Relatório, 1915, p. 13). Essa tradição foi seguida mesmo com a expansão da rede para outras localidades e municípios, sendo mantida até a liquidação da instituição, na década de 1960, pela rede bancária Unibanco S/A. As reuniões eram feitas entre funcionários, contadores e os integrantes do conselho fiscal. Avaliou-se que, para manter uma rigorosa cautela nos procedimentos contábeis e administrativos, haveria a necessidade de reservar um dia da semana para a organização interna (Mercantil S/A, 1954, p. 31).

contos de réis; além disso, a diretoria decidiu ampliar de 100 para 300 contos de réis as apólices da Intendência Municipal de Rio Grande<sup>152</sup>. Vale destacar a compra da primeira máquina de escrever da instituição, no valor de 450 mil réis, e a contratação de um técnico para o curso de datilografia (Mercantil Ltda., 1938). Tanto o cofre quanto a máquina de escrever constituíam os dois patrimônios de maior valor do banco e foram adquiridos depois de discussões na assembleia<sup>153</sup>.

**Foto 41 – Primeiro prédio da Caixa Cooperativa Santa-Cruzense Ltda. em 1923.**



Fonte: Mercantil, 1954

O próximo patrimônio adquirido pela instituição foi um prédio no centro da cidade com a finalidade de estabelecer a sede própria da Caixa de Crédito, que, desde sua fundação, funcionava numa sala cedida por Paul Stahl (Mercantil S/A., 1954). Com o crescimento das atividades urbanas, visualizado pelo surgimento de novos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, apoiado num acelerado processo de industrialização, o banco carecia de uma estrutura física própria e maior<sup>154</sup>.

<sup>152</sup> Os registros foram encontrados no relatório de direção do Mercantil Ltda., 1938, p. 20.

<sup>153</sup> A administração mantinha uma política de doação; registra-se em 26/12/1920 um auxílio cedido aos flagelados do Estado do Ceará, que estava sofrendo com a grande seca que assolava a região (Caixa. Atas 26/12/1920, p. 41). Os relatórios de 1921 e 1922 descrevem que o crescimento da Caixa Cooperativa de Crédito seguia lentamente, mas com estabilidade; o fundo de reserva passou de Rs. 17:613\$380, em 1919, para Rs. 217:192\$206, em 1922. Na distribuição do lucro apurado no exercício contábil de 1921, como nos outros anos, constam donativos a instituições beneficentes consignados espontaneamente naquela conta (Caixa. Relatórios: 1919; 1920; 1921; 1922).

<sup>154</sup> Segundo Mercantil S/A. (1954), a diretoria tinha duas opções para a nova sede: uma seria construí-la, a outra, efetuar a compra de um imóvel localizado na região central da cidade. A opção pela construção foi temporariamente descartada visto que havia um prédio de propriedade do empresário do setor metalúrgico Guilherme Schreiner, que o vendeu em 05/07/1919 pelo valor de Rs. 18:000\$000.

De acordo com as atas de 1919, foram admitidos os seguintes sócios: Augusto Beuermann, os irmãos Henrique Heuser e Alfredo Heuser, José Ernesto Riedl, Felipe Jacobus, Guilherme Käempf, Augusto Gessinger, Martin Voss e Gaspar Bartholomay. Na reunião realizada em 28 de agosto de 1919, foi decidido expandir o número de associados para 36 integrantes, sendo admitidos os empresários Pedro Fröhlich Filho, Otto Herig, Emílio Rabenschlag, Christiano Herberts e Henrique Schmidt. Nesse período, a caixa tinha 34 sócios (Caixa. Atas, 1919, p. 18).

Em 1920, foi registrada a saída do tesoureiro Paul Stahl, que dedicou 16 anos de trabalho à diretoria do banco. Mesmo com esse afastamento, ele ocuparia por vários anos o cargo de conselheiro fiscal<sup>155</sup>. A tesouraria passou a ser exercida por Guilherme Kaempf, que iniciaria sua longa trajetória na empresa local. Jorge Frantz permaneceu na presidência e Guilherme Lamberts como secretário. Três novos sócios foram admitidos: José Etges Filho, no lugar de seu falecido pai, Júlio Bartholomay, Raphael Jost, filho do falecido Adam Jost, um dos primeiros conselheiros do banco (Mercantil S/A., 1954, p. 32-33).

De acordo com Mercantil S/A. (1954), ingressaram dois novos sócios no ano de 1922: Carlos Bastian, antigo correspondente de Sinimbu, e o empresário do ramo fumageiro Francisco José Kliemann, irmão de João Nicolau. Ocorreu uma nova eleição para a diretoria, sendo Luiz Gittinger eleito presidente e Guilherme Lamberts reeleito como secretário. Jorge Frantz, que havia prestado 10 anos de serviços à Caixa como presidente, passou a integrar o conselho fiscal. O presidente eleito foi o bancário Luiz Gittinger, demonstrando com isso um processo crescente de profissionalização da gestão bancária. Mathias Jacobs foi substituído por Gaspar Bartholomay, integrante de uma das famílias mais tradicionais da cidade (Mercantil S/A., 1954, p. 31).

No ano de 1923 ocorreu uma nova reforma estatutária. O capital social foi elevado para Rs. 100:000\$000, e a diretoria passou a ser constituída por três membros, com um conselho fiscal composto de igual número de membros e respectivos suplentes. A reforma dos estatutos não modificou a finalidade da Caixa, que continuava a promover o crédito agrícola,

---

<sup>155</sup> No Mercantil S/A. (1954, p. 32), destaca-se a homenagem feita ao tesoureiro Paul Stahl, que foi o primeiro e, por muitos anos, o único funcionário da instituição, tendo trabalhado por 16 anos no estabelecimento. O seu filho, Ludovico Stahl, auxiliava-o sem remuneração até 1917, quando a instituição o nomeou como funcionário com um ordenado de 75\$000 por mês. Ele cumpriu a função até 28/01/1954, quando faleceu.

especialmente no município de Santa Cruz<sup>156</sup>. Nesse mesmo ano, ocorreu eleição para a diretoria, que ficou assim constituída:

**Quadro 3 – Perfil da diretoria da Caixa Cooperativa Santa-Cruzense (1923)**

Nome	Cargo	Profissão
Luiz Gittenger	Presidente	Bancário
Adolfo Lamberts	Suplente	Comunicações (Kolonie)
Guilherme Lamberts	Secretário	Comunicações (Kolonie)
Reinhard Kühleis	Suplente	Banqueiro
Guilherme Käempf	Tesoureiro	Bancário/Banqueiro
Oscar Gressler	Conselho Fiscal	Comerciante
Gaspar Bartholomay	Conselho Fiscal	Advogado/Comerciante
Carlos Kern	Conselho Fiscal	Banqueiro
Luiz Gölzer	Suplente Conselho Fiscal	Comerciante/Agricultor
Henrique Schmidt	Suplente Conselho Fiscal	Agricultor
Pedro Fröhlich Filho	Suplente Conselho Fiscal	Industrial de Alimentos

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: Mercantil S/A., 1954:, p. 32.

A Caixa Cooperativa de Crédito comemorou, em maio de 1924, o seu vigésimo aniversário<sup>157</sup>. Participaram da comemoração os sócios, funcionários, autoridades locais e estaduais, além de personalidades regionais, em jantar ocorrido no salão do Clube União<sup>158</sup>.

<sup>156</sup> Os novos estatutos foram registrados, arquivados na forma da lei e aprovados pelo Ministério da Fazenda sendo a Caixa autorizada a continuar funcionando pela Carta Patente nº 182 de 30 de Novembro de 1923 (Mercantil S/A., 1954: 32). Segundo revela o relatório daquele ano, “conquanto a caixa estivesse autorizada a realizar quaisquer operações bancárias”, (Caixa. Relatório, 1923: 08) continuaria a limitar suas operações ao recebimento e aos empréstimos de dinheiro, deixando de efetuar negócios cambiários ou de outra natureza.

<sup>157</sup> O chamado “ano de ouro” do banco pode ser visualizado pelo balanço dos ativos: as Hipotecas somavam 34%, os empréstimos em conta corrente compunham 37% e os títulos eram 10%. Essas três variáveis representavam as principais fontes de arrecadação. Em relação aos títulos e fundos pertencentes à Caixa, que somavam 10% do total da arrecadação de ativos, foi composta de 92% de renda, 7% de imóveis e 1% de móveis. Em relação ao passivo da empresa, vamos encontrar o seguinte quadro: 59% foi constituído por depósitos em conta corrente, 33% em hipotecas, 3% de títulos, 3% de fundo de reserva, 1% de letras de cobrança tudo sustentando por apenas 1% de capital.

<sup>158</sup> *Kolonie*, 18/05/1924.



Nessa ocasião, foram divulgados os resultados do banco ao longo das duas décadas tendo como base duas variáveis: o aumento de depósitos, de aproximadamente 2 mil contos de réis, e o fundo de reserva, que atingia a quantia de Rs. 400:000\$000<sup>159</sup>.

A diretoria propôs, após a avaliação positiva das contas e com o otimismo prevalecendo entre os sócios, debater a construção de um edifício de dois andares no centro de Santa Cruz para ser a nova sede do banco. Aprovada por unanimidade, os trabalhos começaram com a compra do terreno pertencente à comunidade evangélica, na frente da sede adquirida em 1919. O projeto ficou a cargo do engenheiro Frederico Goldmann, que concluiu a construção em 1926 (Mercantil S/A., 1954, p. 34). Com uma sede maior, o banco simbolizava a solidez de uma instituição local que foi construída pela elite econômica da cidade; o prédio, entre os maiores e no estilo neoclássico, seria a sede da instituição até a sua liquidação no final da década de 1960.

**Foto 42 – Prédio da Caixa Cooperativa de Crédito após a inauguração em 1926**



Fonte: Cedoc-UNISC

A capacidade de acumulação de capital seguia com relativa estabilidade. Os dados estatísticos apresentados pelo Mercantil S/A. (1954) permitem visualizar o crescimento das reservas de capital. As cifras apontam valores de Rs. 790:000\$000, além do capital

---

<sup>159</sup> Nessa mesma festa foi autorizado um empréstimo de Rs. 1600:000\$000 – considerado enorme na época – ao município de Cachoeira do Sul, destinado às obras de calçamento e instalação de serviços de água e esgoto organizadas pelo intendente Dr. João Neves da Fontoura (*Kolonie*, 18/05/1924). O empréstimo foi progressivamente pago até ser liquidado (Mercantil S/A., 1954, p. 32).

integralizado de Rs. 100:000\$000. A distribuição dos recursos provenientes de depósitos da matriz e de seus correspondentes no interior estava constituída pelos seguintes valores:

**Tabela 14 – Depósitos na matriz e nos correspondentes do interior (1926)**

Agências	Valores
Santa Cruz do Sul	Rs. 6.588:387\$550
Rio Pardinho	Rs. 1.389:933\$500
Sinimbu	Rs. 1.160:024\$610
Monte Alverne	Rs. 391:885\$400
Candelária	Rs. 146:045\$300
Trombudo	Rs. 100:683\$900
TOTAL	Rs. 9.677:960\$260

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Relatório da Caixa Cooperativa de Crédito 1926.

Reconvertemos os dados da tabela no gráfico 63 para fazer uma análise comparada do percentual de depósitos recebidos pela Caixa Cooperativa de Crédito na sede e nas suas filiais com o objetivo de visualizar o potencial de cada agência.

**Gráfico 63 – Percentual de depósitos da Caixa na matriz e filiais (1926)**

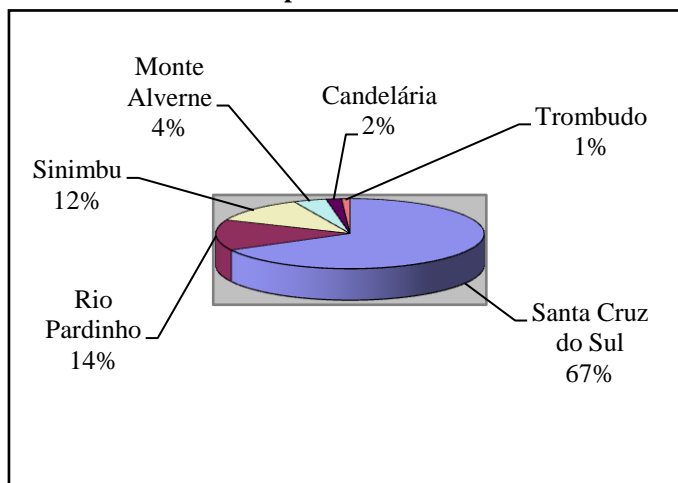


Gráfico elaborado pelo autor

Quase 70% dos depósitos estavam centralizados na cidade de Santa Cruz do Sul. As localidades de Rio Pardinho e Sinimbu constituíam a segunda maior fatia do mercado

financeiro local. Somadas as duas, elas representavam cerca de 26% dos depósitos. Vale destacar que essas localidades foram espaços de negociação de empresários como Augusto Hennig, da Exportadora Hennig S/A, acionista dessa instituição que iniciou seus negócios numa pequena loja comercial desenvolvida em parceria com os filhos e o genro, que descrevemos no capítulo anterior. Hennig depositava parte importante de seus recursos na Caixa Cooperativa de Rio Pardinho e de Sinimbu. As duas regiões foram reconhecidas como polos de desenvolvimento da economia fumageira no interior de Santa Cruz do Sul, tanto na área agrícola quanto no beneficiamento do fumo. O exemplo de Hennig é apenas ilustrativo e mostra a importância da caixa no interior do município.

Os resultados encorajaram a administração bancária a cogitar a nomeação de correspondentes em outras cidades, como Cachoeira do Sul, reconhecida pela primazia na produção de arroz, e Venâncio Aires, pela forte presença econômica na produção tanto de fumo quanto de erva-mate. Além dos fatores econômicos regionais, merece destaque que o banco mantinha uma relação estreita com o poder público daquelas duas cidades, pois já havia concedido empréstimos para obras de infraestrutura e saneamento (Mercantil Ltda., 1938).

Em assembleia realizada em 19/03/1927, foi tomada a decisão de transformar a Caixa Cooperativa em uma sociedade por cota de responsabilidade limitada. Decidiu-se na mesma ocasião que ela continuaria com o mesmo número de sócios, podendo retirar-se os que desejassem, desde que fossem devidamente indenizados pela cota de ações. As alterações passaram a entrar em vigor no ano seguinte, pois haveria necessidade de estruturar as condições para a sua integração ao sistema financeiro nacional (Caixa. Ata, 19/03/1927. IN: Mercantil S/A., 1954: 34)

Em março de 1928, foi registrado o falecimento de Louis Gölzer, um dos cofundadores mais engajados na administração. Esse comerciante havia ocupado cargos no conselho fiscal e era reconhecido como colaborador em várias iniciativas úteis ao desenvolvimento do estabelecimento. Seu corpo foi velado nas dependências da sede da Caixa e seguiu em cortejo fúnebre até o cemitério evangélico. No mês do seu falecimento, entraram em vigor as mudanças que haviam sido debatidas e aprovadas na assembleia de março de 1927. Essas transformações abriam caminho para a integração ao sistema financeiro nacional, dando assim um caráter mais empresarial que cooperativo à instituição (Mercantil S/A., 1954, p. 35).

A partir de 1928, abriu-se uma nova etapa na evolução empresarial da instituição, pois foi consolidada a mudança da Caixa Cooperativa Santa-Cruzensense em sociedade por quotas de responsabilidade limitada, registrada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul com a razão de Cia. Ltda. O capital social foi elevado para Rs. 580:000\$000, dividido em 29 quotas de Rs. 20:000\$000 cada uma. Do ponto de vista administrativo, a sociedade passou a ser dirigida por dois gerentes e por um conselho fiscal composto de três membros. No dia 16 de julho de 1928, os dirigentes foram escolhidos entre os seguintes acionistas: Guilherme Käempf e Guilherme Lamberts, que ocupariam a gerência; Luiz Gittinger, Henrique Schmidt e Oscar Gressler, que ocupariam os cargos do conselho fiscal; José Ernesto Riedl, Paulo Stahl e Júlio Bartholomay foram eleitos suplentes (Mercantil S/A, 1954, p. 35).

Nesse período, podemos afirmar que a Caixa poderia ser comparada a um banco de crédito rural ou hipotecário, sem se afastar dos fins visados pelos seus fundadores, tais as características de que se revestiam suas atividades. “A tarefa mais significativa da Caixa não pode ser a de acumular riquezas. Ela se destina, sobretudo, a servir aos interesses da população em geral, incentivando o comércio, auxiliando novas indústrias que surgem e que necessitam de apoio para seu progresso” (Caixa Ltda., Relatório, 12/12/1928, p. 23). Essa posição institucional bem denotava os novos objetivos da sociedade que visava ampliar suas transações, até ali mais restritas ao meio agrícola e pastoril, a outras atividades econômicas que necessitavam também de amparo e estímulo.

Em 1928, foi registrado pelo Mercantil S/A (1954) o falecimento do professor Christiano João Smidt, antigo colaborador e cofundador do banco que havia exercido o cargo de correspondente, o primeiro da instituição, na localidade de Rio Pardinho. Suas referências póstumas, descritas pela entidade no necrológio publicado no jornal *Kolonie*, permitem visualizar um importante capital simbólico tanto individual quanto institucional que ele representava junto na região de Rio Pardinho. Além de ter cumprido com as tarefas de correspondente, Christiano João Smidt foi responsável pela reforma estatutária da sociedade e era reconhecido publicamente por ocupar a posição de professor. Christiano se formou na Escola Normal de Porto Alegre e atuou por vários anos no magistério primário no interior de Santa Cruz do Sul<sup>160</sup>.

---

<sup>160</sup> Biografia de Christiano João Smidt feita pelo autor. Fontes: Necrológio de Christiano João Smidt. In: *Kolonie* 30/10/1928; Mercantil Ltda. (1938); Mercantil S/A (1954).

**Foto 43 – Professor Christiano João Smidt e seus alunos. Ao fundo sua escola, residência e sede da filial da Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense, 1924**



Fonte: Cedoc-UNISC

No ano de 1929, apesar de assinalar os primeiros sintomas da grande depressão econômica mundial, a Caixa Cooperativa Santa-Cruzense Ltda. estava em franca expansão e prosperidade. Promovia a abertura de novos departamentos no interior e realizava transações bancárias de maior volume. Em outubro, foram nomeados correspondentes nas cidades de Ijuí e Santo Ângelo, sendo que nesta última – considerada centro das ramificações da Caixa no noroeste estadual – estava prevista a instalação de uma agência em prédio próprio, conseguido naquele ano (Mercantil S/A, 1954).

Além da crise que vinha afetando seriamente a economia internacional, houve outro acontecimento político de âmbito nacional: a Revolução de 1930. Esse processo convulsionou o país no mês de outubro e colocou de prontidão boa parte das elites locais frente aos acontecimentos. A ascensão de Getúlio Vargas à presidência, após 21 dias de conflitos marcados por manifestações urbanas e movimentações militares, não conseguiu restabelecer de imediato a tranquilidade e a normalidade dos negócios. Para o banco local, os eventos ocorridos com a Revolução de 1930 foram piores que a crise internacional de 1929, pois levavam as pessoas a aumentar as retiradas de seus depósitos, temendo que fossem confiscados pelo governo caso a escalada da violência se perpetuasse. Os relatórios do banco destacavam que Santa Cruz do Sul, embora tivesse estabilidade econômica e política, começava a sentir os primeiros efeitos da crise; de um lado, pela brusca queda dos preços de

vários produtos coloniais e, por outro, pela contenção dos investimentos frente às incertezas causadas pelo conflito no centro do Brasil (Caixa Ltda. Relatório, 1930, p. 12-19).

É interessante ressaltar que os relatórios confirmavam, apesar da crise, uma solidez das cotações dos principais produtos da região, como o fumo e a banha, em que a demanda do mercado estadual não permitia um agravamento da crise. Apesar da situação privilegiada do fumo na pauta de produção local, ela não era sinônimo de tranquilidade, pois há registros de preocupação dos dirigentes do banco com a monocultura desse produto. Segundo Mercantil S/A (1954), a partir de 1930 teve início uma campanha para que os pequenos agricultores diversificassem as suas culturas. O objetivo dessa medida foi estruturar uma proteção regional motivada pelo efeito traumático da dependência da monocultura do café, que havia quebrado parte importante da elite paulista.

Para os diretores da Caixa Cooperativa, seus clientes deveriam organizar sua vida econômica em condições de enfrentar os efeitos negativos da dependência da monocultura, ainda mais que a maioria era constituída por pequenos agricultores. As lideranças do banco local eram realistas ao avaliarem que, assim como havia ocorrido a queda do preço do café e de outros produtos importantes na pauta de exportações do Brasil, o fumo poderia ser atingido a qualquer momento. Até a crise de 1929, não havia um debate em torno da política econômica regional. Essa iniciativa dos dirigentes da Caixa abria, pela primeira vez, uma estratégia regional de desenvolvimento da cidade, pois reconhecia como preocupante a dependência do fumo como alavancador do desenvolvimento local.

Em 1938, a Caixa de Crédito se transformou em Banco Agrícola Mercantil Ltda., com agências espalhadas em várias cidades do estado. A nova diretoria passou a recrutar técnicos especializados para administrar um dos maiores bancos privados do estado. Na década de 1940, diante da alta complexidade do sistema financeiro, reverteram a instituição em sociedade anônima de capital aberto. A partir de 1943, passou a ser reconhecida como Banco Agrícola Mercantil S/A. e, em 1946, transferiu a sua sede para Porto Alegre.

A diretoria do banco abriu mão de seus cargos, que passaram a ser ocupados exclusivamente por técnicos especializados. Não se tratava mais de uma simples caixa de crédito local, mas de um banco robusto que, para manter um nível de negociação mais sofisticado, levou a elite local a apostar na transferência para a capital estadual. A trajetória de uma empresa fundada pela elite local possui demandas exclusivas de seu espaço de

negociação. Às vezes havia a necessidade de ampliar o poder político dos católicos, mas em outros momentos o peso financeiro dos protestantes foi fundamental para o incremento dos depósitos. A ampliação do nível de negociação da instituição em âmbito estadual e nacional permite observar a existência de um teto nos vínculos estabelecidos fora de sua escala. Para compreendemos como se desenrolou essa dinâmica na economia fumageira, analisaremos a trajetória da principal indústria de cigarros de capital nacional do Rio Grande do Sul, a Companhia de Fumos Santa Cruz.

### **5.3 “A poderosa Cia. de Fumos, uma indústria puramente rio-grandense, com capital rio-grandense e matéria-prima rio-grandense” – trajetória da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A, 1918-1966**

O objetivo desse estudo é compreender a trajetória da Companhia de Fumos entre os anos de 1918 e 1966, período em que a elite econômica local possuía o controle acionário e administrativo da principal indústria de cigarros de capital nacional do Rio Grande do Sul. Esse enfoque permite entender as estratégias empresariais postas em prática pela diretoria constituída por uma rede social formada pelas principais famílias do setor fumageiro local. A delimitação do recorte temporal é justificada pelo período de atuação desse segmento no controle das ações da empresa entre 1918 e 1966. Após esse último ano, começou o desmonte dessa rede local frente ao processo de internacionalização da economia fumageira.

A Companhia de Fumos Santa Cruz S/A foi a primeira indústria de cigarros de capital nacional organizada no Rio Grande do Sul. A defesa da economia fumageira pela elite local foi objeto de estudos de vários pesquisadores nas áreas de História, Antropologia e Sociologia que apontam a existência de um discurso estruturado na identidade local que exaltava o sucesso econômico proporcionado pela cultura do tabaco no município. Analisando a história social, identificamos três campos passíveis de análise para o entendimento da dinâmica da comunidade de Santa Cruz do Sul e sua relação com o fumo: a identidade local, o enfoque jornalístico e a mobilização patronal.

Em relação à identidade local, encontramos mobilizações em diversos espaços de atuação da elite de 1954 até meados de 1976 com o objetivo de fortalecer regional e nacionalmente a ideia de Santa Cruz como capital nacional do fumo. A elite local desenvolveu uma importante plataforma de defesa, difusão e formulação da identidade local

descolada do fator étnico-germânico que foi predominante até a II Guerra. Analisando a historiografia local, percebemos que desde a formação da colônia de Santa Cruz, em 1849, predominou uma cultura de valorização da identidade local apoiada na origem étnica alemã.

Silvio Corrêa (2004) destaca que essas manifestações se expressavam na predominância de comportamentos coletivos como o predomínio do idioma alemão em estabelecimentos de ensino local, a editoração do jornal *Kolonie* no estilo gótico-alemão e as comemorações voltadas à imigração alemã na cidade. Com a II Guerra e a Campanha de Nacionalização do governo Vargas, várias comunidades que tiveram origem na imigração europeia deslocaram seu discurso regional/local do fator étnico para o econômico. Passaram a exaltar seu principal produto de exportação. Como exemplos, temos a cidade de Novo Hamburgo, fundada por imigrantes alemães, que organizou a *Festa Nacional do Calçado*; a cidade de Caxias do Sul, fundada por imigrantes italianos, organizou a *Festa Nacional da Uva e do Vinho*. Na mesma esteira de mudanças, a partir de 1949, Santa Cruz do Sul iniciou um movimento cultural de organização e promoção da *Festa Nacional do Fumo*<sup>161</sup>, que tinha o objetivo de deslocar a identidade local étnica para o sucesso econômico.

Em relação ao enfoque jornalístico, encontramos cobertura permanente das etapas de desenvolvimento da economia fumageira na imprensa local. Analisamos os jornais *Kolonie*, *Gazeta de Santa Cruz* e *Gazeta do Sul*. Esses três veículos abordavam todas as fases de desenvolvimento da cultura do tabaco nas áreas agrícola, comercial e industrial. Na área agrícola, noticiavam o início do plantio, adubação, transplantação, colheita e cura; na área comercial, descreviam a classificação das folhas, cotação e venda para as empresas de beneficiamento; na área industrial, no período conhecido como “safra”<sup>162</sup>, divulgavam a contratação de mão de obra pela indústria de beneficiamento no perímetro urbano. Anualmente, desde 1918, esse sistema é retratado no jornal, que mantém informada a população sobre as etapas de desenvolvimento do fumo e a demanda por mão de obra em determinadas empresas.

---

<sup>161</sup> Antes dessa festa havia a Festa da Imigração Alemã. CORREA, Silvio Marcos de Souza. Identidade alemã e alteridade no Rio Grande do Sul. In: CUNHA, Jorge Luiz da. *Cultura alemã – 180 anos*. Porto Alegre: Nova Prova, [p. 31-44], 2004, descreve a evolução da identidade alemã em localidades do Rio Grande do Sul, com o caso específico de Santa Cruz do Sul. Noronha (2005) aponta que, a partir da década de 1980, a identidade do fumo foi novamente deslocada para a questão étnica, tendo em vista a emergência da campanha antitabagista e a tolerância e incentivo das manifestações étnicas em localidades do interior do Rio Grande do Sul.

<sup>162</sup> A “safra”, como é conhecida localmente na cidade de Santa Cruz do Sul, sempre atraiu populações de cidades vizinhas para trabalharem tanto nas propriedades agrícolas quanto na indústria de beneficiamento do fumo. O jornal sempre destaca o período, setor e localidade que mais precisa de mão de obra.



Em relação à mobilização patronal, merece destaque a fundação do Sindicato da Indústria Fumageira, Sindifumo, entidade patronal que reúne as empresas de beneficiamento de fumo e fabricação de cigarros do Rio Grande do Sul. A entidade foi fundada em 1947 pelos empresários do setor, num período de emergência de uma nova identidade local voltada para o sucesso econômico. Sua primeira diretoria foi integrada por representantes das empresas Cia. de Fumos Santa Cruz (presidência), F. C. Tatsch e Filhos (tesouraria) e Kliemann & Cia. (secretaria). Já o primeiro conselho fiscal era composto por representantes das empresas Fábrica de Fumos Sul Brasileira, Exportadora Hennig e Cooperativa Agrícola Rio Pardinho.

O poderio regional da economia fumageira na cidade era simbolizado pela maior indústria de cigarros do estado. Desde 1909 havia debates sobre a possibilidade de fundar uma grande empresa articulando as principais famílias da emergente elite do setor. O intendente Galvão Costa chegou a escrever uma carta ao governador Borges de Medeiros para organizar uma reunião com os principais empresários da cidade em Porto Alegre. A pauta era a viabilidade de construção ou não de uma indústria de cigarros de grande porte, e precisavam contar com o apoio do governo estadual para intermediar grandes empréstimos e criar a infraestrutura.

As primeiras negociações fracassaram, e os arranjos para a conclusão desse processo se estenderam. De acordo com a monografia da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A (Cia. de Fumos, 1943), a primeira reunião local que tratou do processo de formação dessa indústria ocorreu em 28 de dezembro de 1918, com a participação dos diretores das seis principais empresas de beneficiamento de fumo da cidade. O grupo era constituído pelos Irmãos Schütz Cia. Ltda.; Lindolfo Grawunder & Cia. Ltda.; Schilling & Cia. Ltda.; João Nicolau Kliemann & Cia.; José Etges Filho & Cia.; Adolfo Iserhard Ltda.<sup>163</sup>

Segundo Krause (2002), apenas a empresa de Schütz fabricava cigarros com certa regularidade; merece destaque a firma de Adolfo Iserhard que chegava a vender cigarros de maneira sazonal. No geral, todas tinham como carro-forte o beneficiamento e comércio de fumo em corda ou sem talo. Para os proprietários desses estabelecimentos havia a certeza da

---

<sup>163</sup> Fonte: Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. A Companhia de Santa Cruz no 25º ano aniversário de sua fundação: Pequena monografia histórica de um estabelecimento industrial e comercial que nasceu, viveu e venceu (28/12/1918-28/12/1943). Monografia empresarial de 25 anos. Santa Cruz do Sul: Tipografia Lamberts & Riedl Ltda., 1943.

capacidade de expansão do mercado consumidor de cigarros tanto no estado quanto no país; além disso, é preciso avaliar três condições que encorajaram a emergente elite local a estruturar uma empresa de grande porte especializada na fabricação de cigarros.

Em primeiro lugar, a capacidade estrutural de produção e venda de que a cidade de Santa Cruz do Sul já dispunha naquele período, com o ramal ferroviário, inaugurado em 1905, até o porto de Rio Pardo. A rede de energia elétrica, encapada e ampliada pelo poder público local em 1909, e a presença de linhas de telefone e telégrafo, desde 1906, permitiriam agilidade na comunicação entre fornecedores e representantes comerciais de outras regiões do estado e do país.

Em segundo lugar, a disposição de financiamento por conta de uma consolidada rede bancária tanto local, como a Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzensense Ltda., quanto estadual, como o Banco da Província e o Banco Pelotense, que possuíam representações na cidade. O sistema bancário exerce um papel fundamental para a expansão industrial, pois acumula o potencial financeiro da agricultura e comércio local, permitindo o financiamento da estrutura das fábricas. Essa tese é defendida pela maioria dos economistas que abordam a dinâmica do desenvolvimento econômico regional ou local<sup>164</sup>.

Em terceiro lugar, a disponibilidade de tecnologia para a produção de cigarros em escala, pois os empresários locais se espelhavam na empresa anglo-americana British American Tobacco Company, instalada na cidade de Santa Cruz do Sul no ano anterior. A multinacional inseriu novas técnicas de plantio, consagradas pela implantação da folha de fumo da classe Virgínia. Além disso, trouxe maquinário e novas técnicas de produção industrial. Atraiu serviços especializados ligados ao setor fumageiro, tanto da capital estadual, Porto Alegre, quanto do centro do país, como tipógrafos, datilógrafos, guarda-livros, engenheiros, agrônomos, administradores e operários qualificados. Essas mudanças criaram condições seguras para o empresariado local ter capacidade de manutenção e reposição de peças. O município passou a agrupar o chamado “polo produtor fumageiro”, uma rede de empresários ligados ao mercado do fumo e à fabricação do cigarro, que foi evoluindo anualmente com uma estrutura produtiva mais complexa.

---

<sup>164</sup> No artigo de PAIVA, C. A. (2006). Determinantes dos diferenciais de desempenho sócio-econômico dos municípios gaúchos entre 1970 e 2000, *Revista Redes*, v. 11, n. 3, há uma análise sobre o papel do sistema financeiro local para a emergência da industrialização de algumas regiões do Rio Grande do Sul.

De acordo com a Cia. de Fumos (1943), os acionistas mais engajados na formação da empresa foram Helmuth Schütz e Phillip Loewnhaupt. Este último, naquele período, era gerente da fábrica Adolfo Iserhard & Cia., especializada no beneficiamento de fumo e fabricação de cigarros de palha. Analisaremos a formação empresarial desse caso, pois ele permite o entendimento de uma série de estratégias para a formação da Companhia. Adolfo Iserhardt plantava fumo com sua família no interior de Santa Cruz até o final do século XIX. Com o engajamento de seus irmãos, conseguiu reverter o capital agrícola em empresarial. Os negócios do beneficiamento cresceram, e ele resolveu contratar o amigo da maçonaria Phillip Loewnhaupt para gerenciar o estabelecimento enquanto Adolfo atuava na inauguração da Cia. de Fumos. Adolfo entrou como um dos principais acionistas da Companhia de Fumos Santa Cruz em 1918, ocupando o cargo de diretor de produção. Na sociedade civil, fez parte da Comunidade Evangélica. Na área cultural, em 1898, ajudou a fundar a Orquestra Estudantina, fazendo parte da diretoria por vários anos. Nessa orquestra, estabeleceu importante vínculo de amizade com Helmuth Schütz, que se tornaria o maior acionista da Cia. de Fumos. Adolfo foi um dos fundadores da ACI, sendo diretor entre 1918 e 1923<sup>165</sup>.

O seu gerente, Phillip Loewnhaupt, foi responsável pela formação e difusão da marca *Triumpho*, exportada para mais da metade dos municípios do Rio Grande do Sul e que o consagrou como dinâmico administrador. Graças aos proventos e comissões, Phillip conseguiu fundar seu próprio estabelecimento de beneficiamento de fumo, que abordaremos em seguida<sup>166</sup>.

A expansão das vendas da *Triumpho* contribuiu para alavancar o dinamismo empresarial da cidade, pois até aquela conjuntura poucos se arriscavam a empreender um acabamento mais complexo do fumo beneficiado a ponto de originar um cigarro. Os irmãos Schütz o fabricavam de maneira regular, mas sem os acabamentos propostos pelo gerente da Iserhard. Esse processo exigia maquinário para prensa, picotador e invólucros. Além disso, havia a necessidade de criar uma marca, logotipo, carteira e publicidade. Esses elementos constituíam peças fundamentais para um produto de mercado que a cada ano se massificava.

---

<sup>165</sup> Fontes: Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. A Companhia de Santa Cruz no 25º ano aniversário de sua fundação: Pequena monografia histórica de um estabelecimento industrial e comercial que nasceu, viveu e venceu (28/12/1918 – 28/12/1943). Monografia empresarial de 25 anos. Santa Cruz do Sul: Tipografia Lamberts & Riedl Ltda. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc; Krause, 2002.

<sup>166</sup> Notas biográficas de Adolfo Iserhard. Fontes: Cia. de Fumos Santa Cruz S/A (1943); Cia. de Fumos Santa Cruz S/A (1969).

Várias regiões do estado já reconheciam “Santa Cruz” como polo produtor de fumo em corda. Esse fator levou a BAT abrir uma filial e implementar um novo sistema de plantio para os agricultores de Santa Cruz (Vogt, 1997).

**Foto 44 – Carteira de cigarros da Triumpho. Adolpho Iserhardt & Cia. Ltda., 1915**



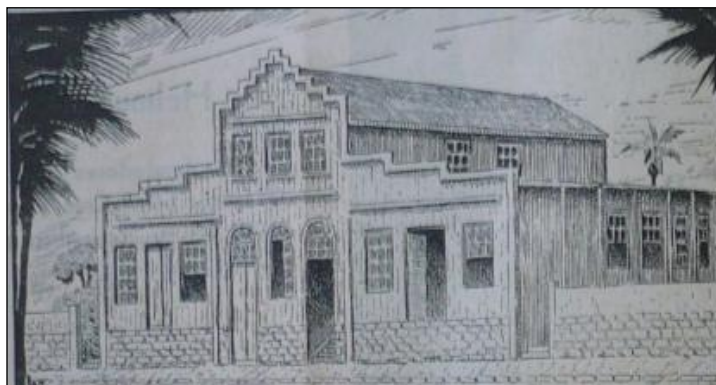
Fonte: Cedoc-UNISC

A Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. foi registrada em 21 de janeiro de 1919 na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o número 8089, com capital inicial de Rs. 700:000\$000 , com a presença dos acionistas Helmuth Schütz e João Nicolau Kliemann. A assembleia ordinária indicou Phillip Loewnhaupt como gerente administrativo, pois ele se destacava por sua experiência na indústria e comércio do cigarro local (Cia. de Fumos S/A, 1943). Vale destacar que, embora tenha ocorrido a formação de uma grande empresa especializada na fabricação de cigarros, o conjunto das seis empresas que fundiram parte de seus capitais e recursos na estruturação da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A continuou existindo tanto do ponto de vista jurídico quanto físico.

Essa questão reforça a tese de vários pesquisadores que analisam o desenvolvimento industrial na escala regional. Mais do que lucro, as empresas especializadas numa determinada etapa da produção buscam superar gargalos ocasionados tanto pelo aumento da oferta de matéria-prima, como era o caso do fumo, quanto pela demanda de capital e estrutura tecnológica individual; por isso, a necessidade de fusão. O fumo processado pelas empresas de beneficiamento já estava encontrando dificuldade em conseguir novos mercados no Rio Grande do Sul. Isso levaria as empresas a buscarem duas alternativas: uma seria apostar no arriscado mercado internacional; a outra, de menor risco, na industrialização do cigarro para o mercado estadual e nacional. As duas alternativas seriam altamente custosas para qualquer um

dos empresários de Santa Cruz do Sul, e o contexto de 1918 não permitia uma indústria de cigarros de porte médio. Essas razões levaram a emergente elite local a constituir uma única grande empresa de fabricação de cigarros que abasteceria com prioridade o mercado estadual e, progressivamente, o mercado nacional.

**Imagem 08 – Primeiro prédio da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A, 1918**



Fonte: Cedoc-UNISC

De acordo com a Cia. de Fumos Santa Cruz S/A (1943), “a empresa conseguiu consolidar um mercado com forte aceitação de seus produtos logo nas primeiras semanas de funcionamento”. As encomendas vinham de todos os municípios do Rio Grande do Sul, possivelmente pela rede comercial já estruturada pelos seis proprietários que deram origem ao empreendimento e vendiam fumo processado a inúmeros caixeiros-viajantes do estado desde a inauguração da ferrovia, em 1905. “De Pelotas até as colônias em formação no noroeste do estado, da região da campanha ao litoral norte sem contar a inserção nas regiões de colonização italiana e na capital” (Cia. de Fumos S/A. Relatório, 1919).

**Imagem 09 – Prédio da segunda sede da Companhia de Fumos, 1921**



Fonte: Cedoc-UNISC

Para a Cia. de Fumos S/A (1943), o quadro apresentado aos acionistas pela direção, logo nos primeiros meses de funcionamento, reforçava o potencial de rentabilidade da empresa e encorajou os diretores a convocar uma assembleia extraordinária para discutir a elevação do capital social. Em junho de 1919, foi aprovado, por unanimidade, um incremento de Rs. 500:000\$000. O estabelecimento passou a trabalhar com 1.200 contos, a maior quantia empregada por uma indústria de Santa Cruz do Sul naquela época. Os recursos para a constituição desse capital foram levantados graças a um esforço dos acionistas, que chegaram a recorrer a empréstimos e vender alguns imóveis para levantar o capital necessário (Cia. de Fumos S/A, 1943).

Os diretores estavam otimistas com o rápido crescimento dos negócios, tanto que as instalações de origem passaram a representar um novo gargalo na capacidade de expansão da empresa; seu espaço físico já não comportava a estrutura produtiva. Essa mesma assembleia aprovou a compra de dois quarteirões recém-incorporados no plano piloto da cidade, próximo à estação ferroviária. Nesse local teve início a construção de dois grandes prédios que abrigariam toda a estrutura de armazenagem, produção e venda da empresa. Lindolpho Grawunder foi eleito pela assembleia como novo diretor-geral, pois Phillip Loewnhaupt desejava cuidar melhor da sua fábrica de beneficiamento de fumo (Cia. de Fumos Santa Cruz S/A. Relatório, 1920, p. 12).

**Foto 45 – Vista parcial do “luxuoso escritório particular da Fabrica” (ao fundo o “distinto diretor” Phillip Loewnhaupt)**



Fonte: Cedoc-UNISC

Para a Cia. de Fumos S/A (1943), após a consolidação de um “mercado de base” estritamente estadual, as carteiras de cigarros contendo a logomarca da Companhia de Fumos Santa Cruz (*Cia. F.S.C.*) ultrapassaram a fronteira do estado, com demanda crescente para o centro do país. As marcas estavam sendo incorporadas ao hábito de consumo diário da população do Rio Grande do Sul, como a “*Tufuma – Cigarros Redondos*”, que passou a ser reconhecido como carro-chefe da empresa, pois se destinava ao público de baixa renda; além dessa, havia outras como a “*Kiss-me*”, mais voltada à classe média urbana do estado (Cia de Fumos S/A, 1943). Em relação ao peso dado ao mercado regional, podemos destacar alguns anúncios publicitários registrados no jornal da capital estadual, Porto Alegre. De acordo com alguns informes<sup>167</sup>, não havia “boteco” ou armazém que não dispusesse da marca “*Porto Alegre – Cigarros Ovais*”, o que permite avaliar a importância que a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A atribuía ao mercado regional (Cia. de Fumos Santa Cruz S/A. Relatório, 1921).

Os gerentes foram reeleitos anualmente. Essa tendência permite visualizar uma confiança dos quadros dirigentes da empresa. Os relatórios apontam que, além dos maços de cigarros, havia uma crescente demanda de fumo desfiado, fumo em folha e fumo destalado. Esses produtos alcançavam facilmente os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará e Amazonas (Cia. de Fumos S/A, 1943). Outro produto com grande aceitação no mercado estadual foi a marca *Fumo de Luxo Platino*, que trazia um desenho do prédio da empresa; lançada em 1921, alcançou seu ápice três anos depois (Cia. de Fumos S/A. Relatório, 1925).

Foi na vigência de fabricação e venda da marca *Platino* que a empresa teve que enfrentar um novo problema: o gargalo na linha de produção ocasionado pela crescente demanda de todos os produtos. Para a Cia. de Fumos S/A (1943), a grande dificuldade era a etapa final, quando o fumo já processado, maturado e temperado era embutido nos invólucros para tomar a forma de um cigarro e seguir para a seção de embalagem e empacotamento. O atraso no fornecimento dos invólucros, produzidos e comprados na cidade de Porto Alegre e São Paulo, era, a cada ano, mais frequente. Esse descompasso foi ocasionado pelo aumento da produção, que não foi acompanhada pela mesma rapidez em conseguir os invólucros e embalagens.

---

<sup>167</sup> Em anexo ao relatório da Cia. de Fumos S/A (1921) constam recortes de alguns informes publicitários. Foi possível identificar: *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, ano 56, 04/06/1920, p. 2; jornal *Kolonie*. Santa Cruz, 09/12/1920; jornal *O Commercio*. Cachoeira do Sul, sem data.



Foto 46 – Carteira de cigarros “Fumo de Luxo Platino – tipo cerrito amarelo”



Fonte: Cedoc-UNISC

Para resolver esse gargalo que afligia o setor de vendas, a diretoria resolveu convocar a assembleia geral de acionistas e propor a incorporação de duas novas unidades na escala produtiva da empresa. Aprovada por unanimidade, em março de 1921, foi inaugurada a seção de Litografia & Tipografia da Cia. de Fumos S/A, que tinha como meta principal fornecer os invólucros e embalagens das carteiras de cigarros da empresa (Cia. de Fumos Santa Cruz S/A. Relatório, 1922). Os diretores da Companhia de Fumos tinham como espelho a Companhia Brasileiras de Fumos em Folha, subsidiária da BAT, que reclamava do mesmo problema alguns anos antes.

A BAT já possuía uma pequena seção de litografia e tipografia em seus estabelecimentos. Esse processo fomentou a migração de pessoal técnico de Porto Alegre para a cidade, questão importante para a decisão dos diretores de abrir um novo flanco na produção de cigarros. De acordo com a Cia. de Fumos S/A (1969), foi contratado Guilherme Braunger, natural de Porto Alegre, que possuía curso técnico em litografia e trabalhava como operário na seção de Litografia da BAT até receber uma proposta dos diretores da Companhia de Fumos Santa Cruz para gerenciar o setor que acabava de ser inaugurado na empresa. Conhecedor do mercado litográfico, ele teve carta branca da diretoria para estruturar o setor com maquinário apropriado e matéria-prima e contratar mão de obra especializada na capital, Porto Alegre. A estratégia da Companhia de Fumos era tornar a seção de litografia no mínimo superavitária, para compensar os gastos feitos nesse setor de fundamental importância para a fabricação de cigarros. Guilherme apostou na diversificação da produção de embalagens para outros estabelecimentos, sem se restringir ao cigarro.



Para a Cia. de Fumos S/A (1943), os resultados da litografia foram de longe alcançados. Além de atender a todas as necessidades da Companhia de Fumos Santa Cruz, reduzindo a dependência em relação aos materiais que eram comprados de Porto Alegre e São Paulo, passou a prestar serviços externos garantindo rentabilidade e o retorno aos cofres da empresa de todo o investimento feito na sua instalação. Diz o relatório de 1924, assinado por Guilherme Braunger: “embora haja poucos resultados em relação à litografia, no ponto de vista lucrativo, ela resolveu um gargalo que gerava enervante espera dos materiais encomendados fora e que levavam, muitas vezes, três a quatro meses para serem fornecidos” (Cia. de Fumos S/A, 1943).

Com a crescente demanda, a diretoria resolveu ampliar o espaço físico da litografia, visando não apenas à necessidade da Companhia de Fumos Santa Cruz, mas também prestar serviços para outras empresas. Além dos invólucros para o cigarro, o setor passou a produzir, em escala rentável, os seguintes produtos: rótulos, cartazes, etiquetas, vários tipos de papéis para propaganda, cartuchos envelopados para sementes e outros serviços para a indústria do Rio Grande do Sul (Cia. de Fumos S/A, 1943). Braunger, de um simples operador de máquinas da seção litográfica da BAT, ascendeu dentro da Cia. de Fumos Santa Cruz, garantindo um incremento na receita da empresa e ajudando na diversificação da indústria local.

Em pouco tempo, os prédios considerados suficientes para a produção e armazenamento, segundo os relatórios de 1923, começaram a ficar pequenos. Como ocorrera a insistência de alguns diretores na compra de dois grandes terrenos em dois quarteirões, dois anos antes, foi possível ampliar os prédios sem a necessidade de mudança do local. A estrutura física da empresa foi dobrada em 1925 (Cia. de Fumos Santa Cruz S/A. Relatório. 1927).

Dentre as famílias que mais exerciam poder político na Companhia de Fumos Santa Cruz, merecem destaque os Schütz, detentores de mais da metade do conjunto de ações durante décadas. Seus integrantes ocupavam cargos importante na instituição. Como exemplo, temos Helmuth Schütz (2ª geração), que nasceu na Vila de Santa Cruz, em 18/02/1892; era de religião protestante e casado com Elsa Schütz. Sua formação escolar foi típica dos grandes empresários do fumo que pesquisamos; formado no curso de Guarda-Livros do Colégio Sinodal, não possuía formação superior, como seus pares. Sua trajetória empresarial iniciou em parceria com a família. Em 1893, fundaram a Irmãos Schütz & Cia Ltda., que tinha como

marca publicitária “*Irmãos Schütz, para fabricação de cigarros e fumos*”. Foi um dos principais articuladores da fusão de seis famílias da elite local do ramo fumageiro que originou a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. Na empresa, exerceu o cargo de diretor/presidente ininterruptamente até 1960.

**Imagem 10 – Complexo industrial da Cia. de Fumos Santa Cruz após a conclusão da ampliação em 1927**



Fonte: Cedoc-UNISC

Vale destacar que, na fusão, seu estabelecimento era o único que fabricava cigarros, enquanto que os outros sócios apenas processavam e comercializavam a folha do fumo. Além da presidência na empresa, era acionista e membro do conselho fiscal da Indústria de Laticínios Santa Cruz S/A e da Olaria Santa Cruz S/A; em 1935, juntamente com outros empresários locais, fundou a Cervejaria Polar S/A, empresa que durou até 1945. Vale destacar uma entrevista concedida ao jornal *Gazeta do Sul*, em 1950, que mostrava a preocupação do dirigente com a crise econômica mundial iniciada nos EUA.

Na política, Helmuth foi conselheiro municipal pelo Partido Republicano Liberal nas eleições de 1935; porém, em 1937, perdeu o mandato com a implantação da ditadura de Getúlio Vargas. Na sociedade civil, foi presidente, entre os anos de 1900 e 1915, do Clube União; em 1898 ajudou a fundar a Orquestra Estudantina, fazendo parte da diretoria por vários anos; na ACI, foi diretor entre os anos de 1918 e 1941; foi fundador/presidente do Sindicato da Indústria Fumageira nas décadas de 1940 e 1950<sup>168</sup>.

---

<sup>168</sup> Fontes: Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. A Companhia de Santa Cruz no 25º ano aniversário de sua fundação: Pequena monografia histórica de um estabelecimento industrial e comercial que nasceu, viveu e venceu (28/12/1918 – 28/12/1943). Monografia empresarial de 25 anos. Santa Cruz do Sul: Tipografia Lamberts & Riedl Ltda., 1943; Krause, 2002; *Kolonie*, 31 de dezembro de 1929; Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. 50 anos da Companhia de Fumos Santa Cruz S.A. Santa Cruz do Sul: Editora Santa Cruz, 1968.

**Foto 49 – Residência de Helmuth Schütz**

Fonte: Cedoc-UNISC

Carlos Schütz foi conselheiro municipal da 2ª legislatura de Santa Cruz e integrava a Guarda Nacional, além de ser diretor de transportes da empresa; Edmundo Schütz foi um dos principais jogadores do Tênis Clube Santa Cruz e trabalhava no escritório da empresa; Henrique Schütz foi um dos principais engenheiros da cidade, formado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre, e participante ativo do Clube União; Alfredo Schütz foi sócio da Irmãos Schütz e da Companhia de Fumos Santa Cruz; Oswaldo Schütz era filho de Helmuth, acionista da empresa e trabalhava na Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.<sup>169</sup>

De acordo com Silvana Krause (2002), a firma Schütz & Irmãos Ltda. era a mais forte do grupo de seis que fundaram a sociedade anônima, pois fabricava regularmente cigarros de diversos tipos e possuía maquinário movido a energia elétrica. As outras cinco empresas trabalhavam com fumo em folha desfiado e processado em equipamentos movidos a carvão e a óleo. Em janeiro de 1926, o presidente da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A, Helmuth Schütz, viajou para a Europa tendo como meta verificar o que havia de mais moderno em matéria de fabricação de cigarros. A viagem foi amplamente noticiada pela imprensa local, o

---

<sup>169</sup> Fontes: Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. A Companhia de Santa Cruz no 25º ano aniversário de sua fundação: Pequena monografia histórica de um estabelecimento industrial e comercial que nasceu, viveu e venceu (28/12/1918 – 28/12/1943). Monografia empresarial de 25 anos. Santa Cruz do Sul: Tipografia Lamberts & Riedl Ltda. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc.

jornal *Kolonie*, presidido por Ernesto Riedl, destacando a importância desse processo para o desenvolvimento econômico da indústria de Santa Cruz<sup>170</sup>.

Mais do que uma simples viagem de negócios, ela simbolizava uma relativa autonomia da elite econômica local em relação às inovações sugeridas desde 1917 pela BAT. Além disso, a empresa começou a se inserir pela primeira vez no mercado europeu. De acordo com a Cia. de Fumos Santa Cruz S/A (1943), Helmuth Schütz aproveitou a viagem para a aquisição de novos equipamentos e a obtenção de assessoria sobre novas técnicas de fabricação de cigarros (Krause, 2002). Comprou uma moderna prensa hidráulica para a secção de enfardamento de fumo, única na região até 1935, ultrapassando assim a capacidade de produção da empresa anglo-americana CBFF (BAT). Porém essa dianteira deve-se principalmente à crise que atingiu a economia mundial em 1929, sentida principalmente pelas empresas norte-americanas e europeias que possuíam capitais ligados com o sistema financeiro internacional.

Em agosto de 1926, depois do retorno de Helmuth Schütz da Europa e da incorporação do novo maquinário no sistema produtivo, o diretor decidiu convocar a assembleia de acionistas com a intenção de aumentar o capital social da empresa. A Companhia de Fumos passou a operar com 2 mil contos de réis, a partir de setembro daquele ano, garantindo um acentuado desenvolvimento dos negócios (Cia. de Fumos S/A, 1943). De acordo com os relatórios de 1926, o fundo de reserva atingia a respeitável quantia de 700 contos de réis, e os prédios e terrenos valiam 500 contos de réis; além disso, o maquinário, móveis de escritório, carros, caminhões, telefone, máquinas de escrever, cofre e outros artigos indispensáveis para o desenvolvimento da empresa estavam ultrapassando o valor de 500 contos de réis (Cia. de Fumos. Relatório, 1926).

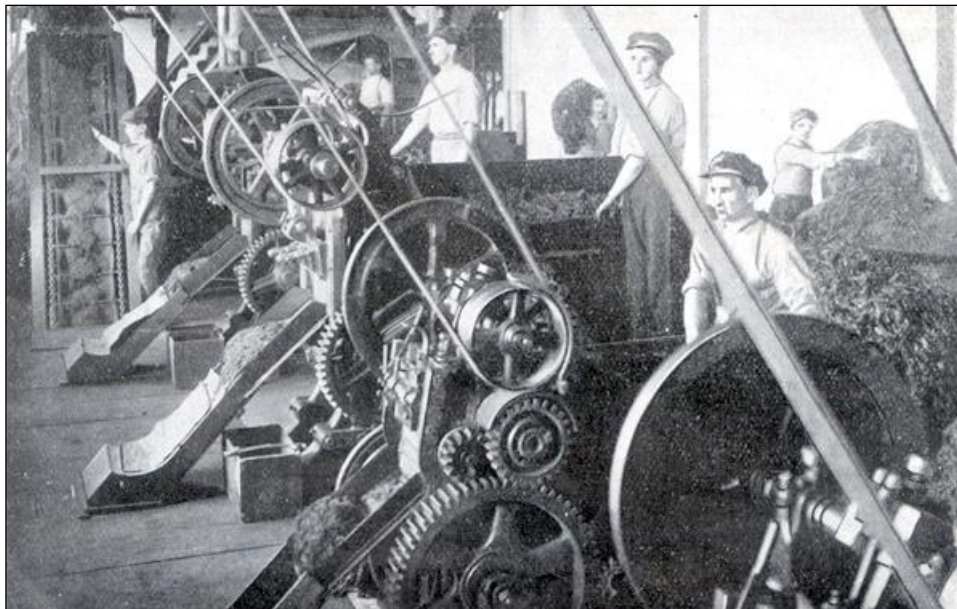
Novas marcas de cigarro passaram a ser desenvolvidas pela empresa. A marca “Platino – Cigarros de Luxo” teve o sabor realçado com novas técnicas de maturação. No Rio Grande do Sul só perdia em vendas para a “Tufuma”, da mesma empresa. Servia como cartão postal da futura “Capital Nacional do Fumo”, como seria conhecida a cidade após a II Guerra Mundial. Nesse período, os empresários do setor já indicavam seu desejo de apostar na marca regional “Santa Cruz” como centro nacional de produção de tabaco, processamento de fumo e

---

<sup>170</sup> Jornal *Kolonie*, 15/01/1926.

fabricação de cigarros; demonstravam com isso um interesse em se afastar da identidade local de cunho étnico.

**Imagem 11 – Seção de desfiamento de fumo da Cia de Fumos Santa Cruz S/A, 1923**



Fonte: Cedoc-UNISC

De acordo com Krause (2002), a crise de 1929 abalou a economia mundial, e os incidentes políticos que ocorreram no país no ano seguinte, com a Revolução de 1930, passaram a preocupar o empresariado local. Cadoná (2002) afirma que sua principal entidade, a Associação Comercial e Industrial, passou a ser o principal meio de comunicação com outras entidades empresariais do Rio Grande do Sul e do centro do país. A principal preocupação dos dirigentes da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A era a manutenção desse diálogo e a permanente atuação de seus integrantes nas tomadas de decisão e nas posições políticas. Visavam com isso “à defesa da propriedade privada e a volta da estabilidade econômica e política do país” (Cia de Fumos, 1930). A adesão da elite econômica local ao governo provisório de Getúlio Vargas foi comentada nos anais da empresa de 1931 (Cia. de Fumos S/A. Relatório, 12/1931). Nesse momento, percebe-se um pragmatismo frente às transformações que o país e o mundo estavam sofrendo.

Apesar da instabilidade internacional e nacional, as mudanças vieram a impulsionar uma nova política econômica que beneficiaria não apenas a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A, mas toda a indústria brasileira. Por um lado, ocorreu uma retração, em função da crise de 1929, na produção e comercialização de cigarros estrangeiros e, por outro, um apoio intensivo e sistemático do governo federal na sua política de substituição de importações. Esse processo

permitiu ampliar o crédito para a indústria nacional, fazendo com que a Companhia de Fumos Santa Cruz lançasse uma nova ofensiva para obter novos consumidores.

**Foto 48 – Seção de empacotamento da Cia. de Fumos Santa Cruz S/A, 1926**



Fonte: Cedoc-UNISC

No ano de 1932, ela abriu uma seção de cigarrilhas e charutinhas que até aquele momento eram de produção quase que exclusiva das empresas localizadas no estado de Santa Catarina.

A partir de 1933, começaram a ser desenvolvidas as primeiras marcas desse produto. Podemos destacar, segundo os relatórios de 1934 e 1935, que a diretoria, como em outras experiências, teve cautela nesse novo investimento, pois primeiramente produziu uma amostra em pequena escala para mensurar a aceitação do público (Cia. de Fumos S/A. Relatório, 1934; 1935). Em poucos meses, a demanda superou as expectativas. As marcas *Kiss-me*, *Tamandaré* e *Realeza* foram incorporadas rapidamente ao mercado estadual.

Com o aumento anual da demanda, a diretoria resolveu, em 1936, contrair volumosos empréstimos. Aproveitando as facilidades de pagamento, recorreu a três instituições: o Banco do Brasil S/A, a Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense e o Banco da Província. Usou os recursos para estruturar o maquinário e ampliar o espaço físico dos depósitos para a fabricação em alta escala. Essa estratégia visava consolidar o mercado estadual e se inserir no mercado nacional desses dois produtos (Cia. de Fumos S/A, 1943).



Para levar esse plano a cabo, a diretoria resolveu recrutar Emílio Höltgebaum, técnico em mecânica, natural de Porto Alegre e por muito tempo empregado na produção de cigarrilhas e charutinhos de indústrias localizadas no estado de Santa Catarina (Cia. de Fumos S/A, 1943). Höltgebaum foi contratado para coordenar e gerenciar a produção e comercialização desses novos produtos que seriam fabricados pela Companhia de Fumos. Além da fabricação de charutinhos e cigarrilhas, a empresa passou a investir na fabricação maciça de charutos longos, apostando num gênero consumido por alguns segmentos da classe média e alta (ibidem, 1969).

As fontes locais, como o jornal *Kolonie* e a monografia de 25 anos da Cia. de Fumos, reforçam que a década de 1930 foi estrutural para o crescimento da indústria fumageira de Santa Cruz do Sul. O número de acionistas aumentou progressivamente até o início da II Guerra Mundial. Esse conflito foi um divisor de águas na economia local, pois alavancou o processo de expansão da demanda interna de cigarros proporcionada pelo aumento da urbanização nacional.

O balanço geral, encerrado em 31 de dezembro de 1942, mostrou que a Companhia de Fumos alcançara um capital de 2 milhões de cruzeiros, com fundo de reserva em igual quantia. As máquinas e as instalações estavam avaliadas em 1,5 milhões de cruzeiros, e os prédios e armazéns em 1 milhão. A soma total apontava cifras de 5,5 milhões de cruzeiros, fazendo dela a maior empresa da cidade.

As principais marcas eram os cigarros Tufuma, Nana, Phryne, Correntes, Kiss-me, Tell, Tamandaré, Realeza de Luxo, Wilma, Califórnia, Califórnia Mentolados, entre outros; fumos desfiados das marcas D'Ouro especial, D'Ouro, Vulcão, Platino, Gaúcho, entre outros; as cigarrilhas Lili, Arauto e Olympia; os charutinhos e charutos das marcas Sumatra especiais, Flamingo, Lolita, Davos, Cirós, Guaira, Adágio e Maiorais. A seção de litografia conseguia atender a qualquer demanda da empresa e conseguia oferecer serviços para outros ramos empresariais.

Na década de 1940, a direção geral da empresa continuou a ser exercida por Helmuth Schütz e Lindolpho Grawunder, que tinham como auxiliares Cid Veloso (escritório de administração), Rodolfo Fetter (litografia), Carlota Buechler (cigarros femininos), Oswaldo Schütz (máquinas de cigarros), Alfredo Schütz (armazém), Ervino Foesch (esterilização e enfiamento), Theodoro Hagemann (máquina de cortar fumo). Merece destaque também o

diretor de comércio e logística Edmundo Jaeger, que foi responsável por ampliar as vendas nas zonas da Serra, Fronteira e Missões. Cid Barbosa Vellozo iniciou sua trajetória no escritório da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A no ano de 1925 e ascendeu à diretoria da empresa em 1953, permanecendo no cargo até 1965<sup>171</sup>.

Para estruturar a demanda nacional, foi contratado Benno Diefembach, que atendia a negociações diretas na capital, Rio de Janeiro, e assumiria a direção da empresa na década de 1960. Os vínculos estabelecidos por esse administrador de Porto Alegre mostram que a empresa estava tomando os mesmos rumos da evolução do banco local, em que a direção passou a ser composta por técnicos especializados com vínculos de negociação nacional: Deoclécio Moura (que atendia as regiões das Missões, Serra, Litoral e o Estado de Santa Catarina); Arlindo Pinheiro Paranhos (responsável pela metade sul, com escritório em Pelotas); Carlos Paranhos (metade sul, com escritório em Uruguaiana); Augusto Frederico Lipinsky (responsável pelas vendas na cidade de São Paulo) e Augusto Pohl (responsável pelas vendas em Porto Alegre). Essa estrutura de vendas demonstra que o mercado regional era prioridade e, aos poucos, ocorria a progressiva expansão para o mercado nacional.

Em relação ao quadro de recursos humanos, a empresa possuía, na década de 1950, cerca de 200 funcionários efetivos e outros 1 mil que eram incorporados no contexto de safra (Cia. de Fumos, 1950).

Na década de 1960, a economia fumageira passou por profundas transformações; nesse quadro, a Cia. de Fumos, fundada em 1918, praticamente no início do processo de industrialização da cidade, teve como principal concorrente local a British American Tobacco, de capital norte-americano. Com a mudança conjuntural ocorrida após a implementação da política econômica do governo militar, em 1966, essa companhia teve suas ações compradas pelo Grupo Remtsmann, em 1970, de capital alemão. Manteve o mesmo nome até 1975, quando foi adquirida pelo grupo norte-americano Philip Morris Inc., uma das maiores empresas do ramo de fabricação de cigarros, concorrente da British American Tobacco em várias marcas. O processo de internacionalização da economia fumageira desregulou a rede

---

<sup>171</sup> Fontes: Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. A Companhia de Santa Cruz no 25º ano aniversário de sua fundação: Pequena monografia histórica de um estabelecimento industrial e comercial que nasceu, viveu e venceu (28/12/1918 – 28/12/1943). Monografia empresarial de 25 anos. Santa Cruz do Sul: Tipografia Lamberts & Riedl Ltda., 1943; Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. 50 anos da Companhia de Fumos Santa Cruz S.A. Santa Cruz do Sul: Editora Santa Cruz, 1968. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc.



local, mas deve-se destacar que isso não significou a retração econômica de Santa Cruz do Sul, apenas uma nova reorientação no comando do principal produto gerador de riqueza local.

#### **5.4 A elite financeira e fumageira de Santa Cruz do Sul: composição, vínculos e trajetórias da Caixa de Crédito e Companhia de Fumos**

A análise da construção da rede social entre o setor financeiro e industrial de Santa Cruz do Sul, tendo como objeto os acionistas da Caixa Cooperativa de Crédito e da Companhia de Fumos Santa Cruz, permite visualizar, de maneira comparada, uma importante amostra de um grupo empresarial que atuou como elite local entre 1905 e 1966. Nesse item, vamos desenvolver uma análise prosopográfica dos acionistas da Caixa e da Cia. de Fumos com o objetivo de visualizar a composição social desses dois grupos.

Em relação à Caixa, realizamos um corte operacional metodológico tendo como objeto de estudo os 50 maiores acionistas do banco. Na análise histórico-administrativa, realizada anteriormente, foi possível identificar a existência de dois grupos de acionistas: o primeiro, constituído pelos fundadores, 21 cidadãos articulados pelo Padre Theodoro Amstad em 1904, um ano antes da estrada de ferro; o segundo, constituído pelos 29 acionistas que consolidaram a instituição, ingressando a partir da fundação até 1938, quando a empresa bancária mudou sua razão social para Banco Agrícola Mercantil; na época, já era o maior banco privado do estado.

Após a análise da composição dessa elite financeira local, ingressamos no estudo dos principais acionistas da Companhia de Fumos Santa Cruz, a principal empresa de fabricação de cigarros do Rio Grande do Sul, relacionado com o capital financeiro da Caixa. Para o recorte desse *corpus*, após uma análise da história empresarial que foi realizada anteriormente, utilizamos o critério de controle mínimo de um lote de 50 ações entre 1918 e 1964. A partir dessa delimitação, chegamos a 15 acionistas. Analisando a trajetória empresarial e a biografia desses indivíduos, percebemos que o poder político na empresa foi balizado pelos proprietários desse lote mínimo de ações.

As fontes utilizadas tanto para a Caixa quanto para a Companhia foram os necrológios editados e publicados após seu falecimento. Recorreu-se também às homenagens que sempre apareciam nos jornais, monografias empresariais de 25 e 50 anos, além de artigos publicitários que foram veiculados localmente referentes a esses indivíduos.

#### **5.4.1 Caixa Cooperativa de Crédito: estudo prosopográfico comparado (os 21 fundadores de 1904 e os acionistas que ingressaram até 1938)**

Iniciamos pela análise prosopográfica dos 21 integrantes que formaram a Caixa Cooperativa de Crédito no ano de 1904. Nosso objetivo é visualizar o perfil desse grupo para compará-lo com o dos 29 acionistas que ingressaram até 1938. O procedimento metodológico foi o mesmo empregado no estudo da elite de Santa Cruz, mas com o diferencial de que iniciaremos com os 21 fundadores, para depois nos ocuparmos com os 29 que consolidaram a empresa e, assim, realizarmos uma análise comparada do grupo que chamaremos de ampliado (a soma das duas populações) numa perspectiva semelhante à adotada por Love e Barickman (2006). Nesse processo, registramos as trajetórias de maneira padronizada, tendo a ficha prosopográfica (ver anexo A) como norteadora para a coleta dos dados.

Em relação à localidade de nascimento, encontramos informações de todos os fundadores. Os resultados foram sistematizados através do necrológio. Eles apontam uma tendência rural dos 21 integrantes, pois havia 16 que nasceram no espaço rural de alguma localidade do interior de Santa Cruz. As linhas “Travessa” (4), “Santa Cruz” (3) e “João Alves” (3) foram os locais de nascimento da maioria.

Para mensurar o caráter urbano/rural da amostra, registramos interior para os nascidos em alguma linha ou picada. Assim, encontramos uma tendência de 76% de filhos de pequenos agricultores, enquanto que os nascidos em alguma vila ou cidade chegaram a 24%. As cidades/vilas foram Porto Alegre e Vila/Cidade de Santa Cruz. Vale destacar que os três indivíduos que nasceram no exterior ocuparam a posição de direção na Caixa, pois eram os mais ricos e escolarizados do grupo (Paul Stahl, comerciante que iria doar a sala para a Caixa; Adolfo Lamberts, proprietário do jornal *Kolonie*; Reinhard Kühleis, comerciante e líder evangélico local).

Em relação à nacionalidade e composição étnica, conseguimos sistematizar as informações de 20 integrantes dess elite. Nesse universo, constatamos que 86% foram brasileiros, enquanto que 14% foram estrangeiros. Havia homogeneidade étnica, pois todos tinham sobrenome alemão. O estudo da filiação religiosa chamou a atenção, pois encontramos 10 protestantes e 11 católicos em nossa amostra, enquanto que Krause (2002) apontava para cinco protestantes e 16 católicos. A fonte utilizada pela autora foi o livro memorialístico do centenário de Santa Cruz, enquanto que a nossa base de informações foram os necrológios. De qualquer maneira, tanto a nossa amostra quanto a de Krause apontam um composição

majoritária de católicos. Ao longo do desenvolvimento do empreendimento, percebemos um aumento da participação protestante na composição dos sócios. A direção da Caixa foi exercido majoritariamente pelos protestantes; nesse ponto, tanto a nossa pesquisa quanto a de Krause (2002) encontraram resultados semelhantes.

Em relação ao nível de escolaridade, percebemos que todos os integrantes da elite que fundaram a Caixa eram alfabetizados, mas ressaltamos que a formação escolar foi constituída pelos padrões disponíveis na época. A maioria deles estudou em escolas do interior, em especial a *Evangelische Realschule*, que foi local de formação de oito dos 11 evangélicos. O chamado “ensino rural comunitário” foi o local de formação de seis integrantes. Esse grupo estudou com professor particular estabelecido em sociedade pelas famílias de agricultores que ofereciam uma das residências ou a paróquia para a realização das aulas. A formação técnica foi a opção de quatro indivíduos, todos filiados ao protestantismo, sendo que três em Guarda-Livros e um no Magistério. O gráfico 64 é ilustrativo disso.

**Gráfico 64 – Local de formação escolar dos fundadores da Caixa cruzado com a filiação religiosa. N=20**

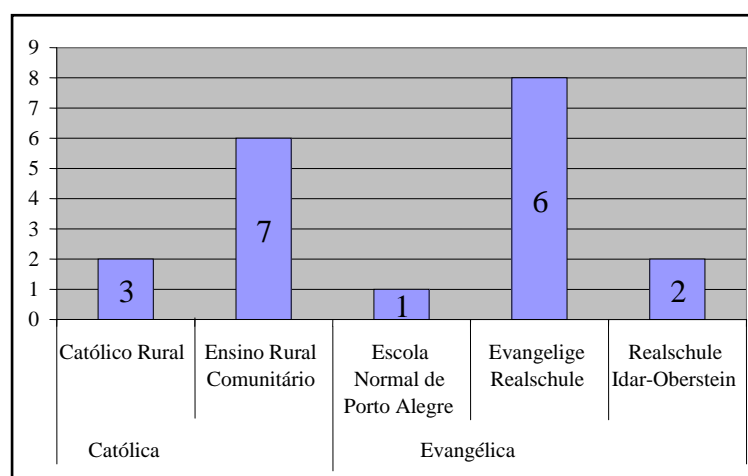


Gráfico elaborado pelo autor

Em relação à atividade do avô paterno, conseguimos reunir informações de 20 indivíduos, sendo que 18 deles estiveram vinculados às atividades agrícolas, enquanto que dois ao comércio, provavelmente de secos e molhados. A mudança ocorreu com os pais, pois conseguimos o levantamento de 21 pais dos fundadores, e 15 se dedicavam às atividades agrícolas, cinco ao comércio e um era funcionário público na Vila de Santa Cruz. Comparando as atividades profissionais dos avós paternos e dos pais, percebemos um

aumento do investimento na área do comércio, uma tendência encontrada para os integrantes da elite da segunda geração que atuaram num período de consolidação da vila.

Em relação à principal atividade profissional dos 21 fundadores do banco, percebemos uma queda acentuada nas atividades agrícolas em comparação com avós e pais. Apenas três integrantes dessa elite ainda tinham a agricultura familiar como principal fonte de rendimento; cinco possuíam estabelecimento comercial; dois atuavam na área de comunicação; três no beneficiamento de fumo; oito abandonaram seus negócios de origem e investiram na carreira financeira com algum cargo na Caixa. Quando analisamos o início da sua atividade empresarial ou profissional, descobrimos que a família foi importante para dez dos 21 fundadores, sendo que nove eram protestantes e um era católico. No cruzamento com a filiação religiosa, descobrimos que sete dos 19 protestantes estabeleceram parceria com terceiros na inauguração de seus estabelecimentos empresariais; isso aconteceu antes da fundação do banco.

Para os sócios que ingressaram na Caixa de Crédito após a fundação, em 1904, até sua reconversão em Banco Agrícola Mercantil, em 1938, chegamos ao número de 29 integrantes. Comparando estes com o primeiro grupo, percebemos uma forte tendência urbana, pois 10 nasceram na vila/cidade de Santa Cruz, com N=26. Vale destacar que, na amostra anterior, dos 21 fundadores, apenas um nasceu na vila/cidade. O gráfico 65 ilustra isso.

**Gráfico 65 – Localidade de nascimento dos acionistas que consolidaram a Caixa de Crédito. N=26**

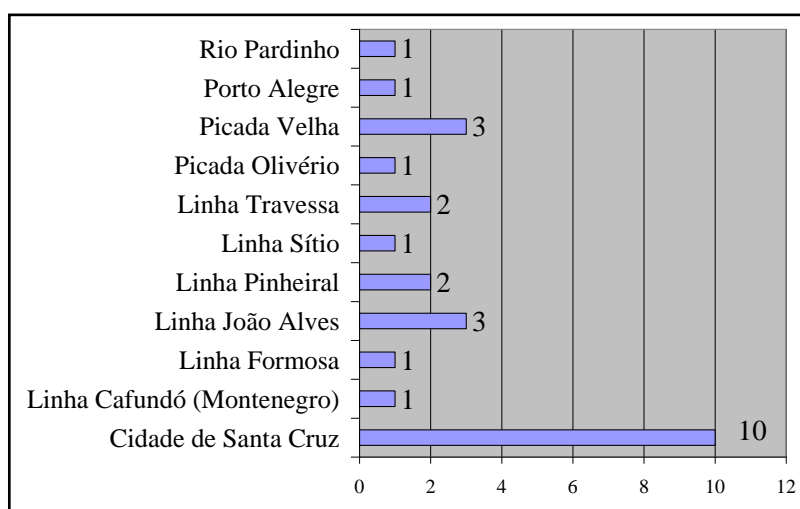


Gráfico elaborado pelo autor

Em relação à filiação religiosa, 23 acionistas pós-1904 eram filiados ao protestantismo, enquanto que três foram católicos, o que indica um ingresso da elite protestante em setores-chave da economia local. A redução dos católicos nessa instituição deve-se à inauguração, em 1919, de outra cooperativa de crédito: a Caixa Rural União Popular, futuro Sicredi, que seria dirigido por integrantes filiados ao catolicismo.

Na formação escolar, encontramos uma institucionalização mais acentuada em comparação com o grupo fundador, pois se observou um aumento expressivo de colégios reconhecidos pelo poder público e uma redução do percentual de acionistas que concluíram o ensino básico em parceria com as famílias de agricultores. O Colégio Sinodal formou 1/3 dos 29 integrantes, enquanto que as pequenas escolas rurais foram responsáveis pela escolarização de seis integrantes. O restante estudou em colégios de Porto Alegre, São Leopoldo e Rio Pardo.

Em relação ao local de sepultamento cruzado com a filiação religiosa, conseguimos elaborar um painel com 20 indivíduos. Nesse grupo, percebemos uma tendência maior de estabelecimento de vínculo matrimonial inter-religioso em comparação com os fundadores. Nos dois casos de católicos, foi encontrado um sepultamento no cemitério municipal. A análise biográfica desses integrantes da elite comprova o estabelecimento de vínculo matrimonial com uma esposa protestante. No caso dos acionistas protestantes, conseguimos levantar 18 vínculos matrimoniais. Nesse universo, percebemos que seis estiveram casados com esposas católicas, 1/3 do total. Em comparação com os fundadores, percebemos uma mudança nos vínculos matrimoniais, pois encontramos um caso de casamento inter-religioso para o grupo anterior. Na análise comparada das gerações da elite, realizada no segundo capítulo, encontramos um progressivo aumento dos casamentos inter-religiosos entre os empresários protestantes. O gráfico 66 ilustra o local de sepultamento cruzado com a filiação religiosa.

Em relação ao ramo de atividade empresarial e profissional do avô paterno, encontramos a descrição de 25 indivíduos, sendo que 17% se dedicavam ao comércio e 83% à agricultura familiar. Em comparação com os fundadores, há uma tendência de aumento dos avós que passaram a se dedicar às atividades mercantis, pois esse será um grupo mais integrado à dinâmica da economia urbana. Na análise da formação profissional dos pais, encontramos uma forte redução das atividades agrícolas e um aumento expressivo das atividades tipicamente urbanas. O gráfico 67 é ilustrativo disso.

**Gráfico 66 – Local de sepultamento dos acionistas que consolidaram a Caixa de Crédito cruzado com a filiação religiosa. N=20**

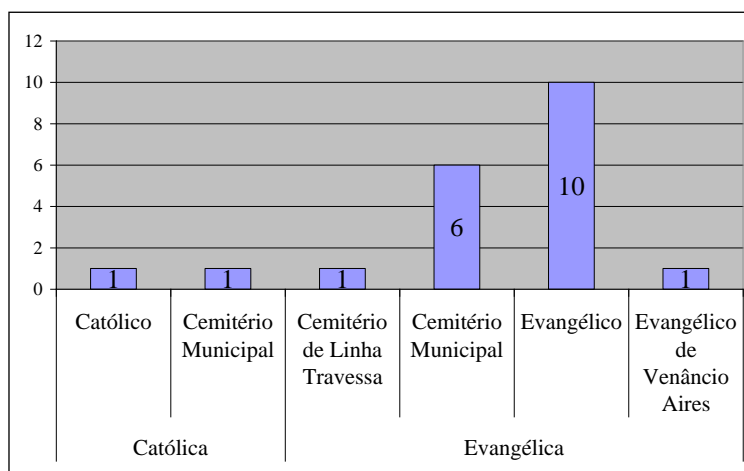


Gráfico elaborado pelo autor

**Gráfico 67 – Ramo de atividade profissional do pai dos acionistas que consolidaram a Caixa de Crédito. N=27**

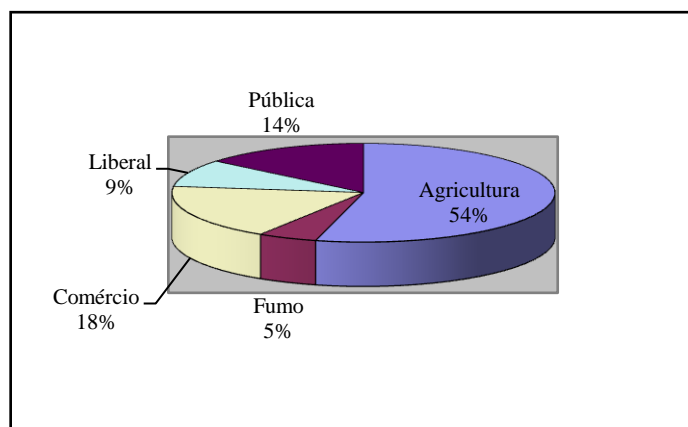


Gráfico elaborado pelo autor

Registramos a principal atividade empresarial dos 29 acionistas que ingressaram na Caixa após a fundação; os resultados revelaram que 52% se dedicaram às atividades mercantis; a agricultura familiar foi importante para 19%, o mesmo percentual de acionistas que estavam trabalhando no banco. Com o progressivo crescimento do beneficiamento de fumo na vila, assistimos a um ingresso acentuado de uma elite empresarial local que respondia por 10% dos acionistas. O gráfico 68 ilustra isso.

**Gráfico 68 – Setor da principal atividade profissional/empresarial dos acionistas que consolidaram a Caixa. N=29**

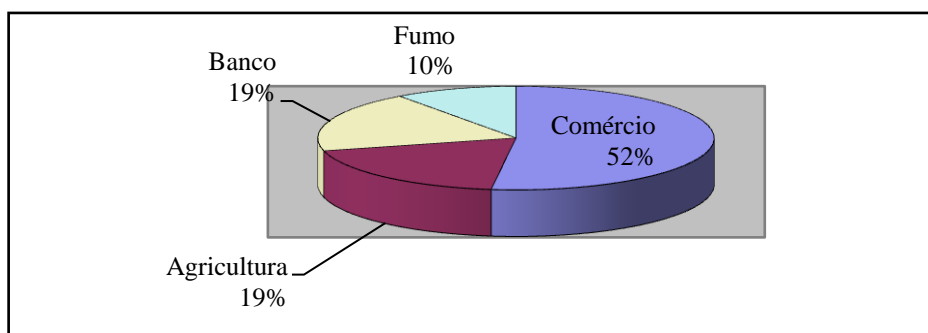


Gráfico elaborado pelo autor

Os contornos de uma “elite ampliada”<sup>172</sup> do setor financeiro, com N=47, apontam que a maioria dos acionistas da Caixa de Crédito nasceu na cidade de Santa Cruz, com 11 indivíduos, a maior das localidades registradas em nosso levantamento. Mas esse quadro não reduz o predomínio dos nascidos no meio rural, pois, somadas as picadas e linhas que registramos como interior, temos 31 (66%) de nascidos nelas, com predominância da Linha João Alves, com cinco, Linha Travessa com seis e Picada Velha com cinco. A soma de todos os integrantes dessa elite que nasceram na cidade, sem passar pelo crivo da agricultura familiar, corresponde a 16 (34%) dos casos, com predomínio da Vila/Cidade de Santa Cruz. Comparando o grupo que fundou a empresa e os que a consolidaram, percebemos um aumento dos nascidos no espaço urbano local. Essa é uma tendência observada na composição da elite local que teve origem no meio rural e reconvertiu capital empresarial no espaço urbano.

Como exemplo dessa tendência, temos o caso do empresário José Etges (1ª geração). Sua biografia permite visualizar um típico integrante da elite local que investiu no ramo fumageiro e financeiro. José nasceu em 1859 e era filho do imigrante alemão Johann Peter Etges e de Maria Anna Margarida Schneider, uma família de agricultores que se estabeleceu no interior da colônia. José era de religião protestante e iniciou sua trajetória empresarial no interior do município; os pais fundaram um pequeno armazém de secos e molhados localizado no distrito de Boa Vista. O uso massivo da mão de obra familiar foi vital para a consolidação desse pequeno estabelecimento. Adulto, José começou a comprar fumo bruto de outros agricultores, passando a beneficiá-lo em escala artesanal.

<sup>172</sup> Termo utilizado por Love e Barickman (2006) na análise sobre as gerações da elite paulista e mineira.

A partir de 1902, José e seus irmãos venderam suas propriedades agrícolas e transferiram residência para o centro da vila, dando continuidade ao negócio do fumo, que foi ampliado com a compra de mais cavalos e carroças que transportavam o produto até o porto de Rio Pardo. A escolaridade de José foi mediana; estudou com os irmãos em casa, não alcançou formação técnica nem concluiu o básico, mas podia votar, o que, no período, era proibido aos analfabetos.

O que contribuiu para a expansão das atividades empresariais foi a inauguração da estrada de ferro entre Santa Cruz e Rio Pardo, que ampliou sua capacidade de exportação. O artigo publicitário da empresa que homenageava os dez anos da ferrovia destaca a importância dessa estrutura para o crescimento da empresa<sup>173</sup>. A consolidação da fábrica de beneficiamento permitiu ampliar os investimentos para o emergente setor financeiro local. Em 1904, após estabelecer contato com vários empresários locais, como João Nicolau Kliemann, José ingressou como acionista e cofundador do banco local.

José teve um filho, José Etges Filho, que herdou todo o capital empresarial estruturado pelo pai, além de quatro filhas, que iriam ampliar a rede familiar através de laços matrimoniais. As duas filhas de José casaram com os irmãos João Nicolau Kliemann e Francisco Kliemann, católicos do ramo de beneficiamento de fumo, que abordamos anteriormente. Esse grau de parentesco contribuiu para a formação da Companhia de Fumos, que José Etges apoiou graças aos vínculos empresariais com a Caixa de Crédito. A partir de 1919, a empresa de beneficiamento de fumo, a José Etges Ltda., passou a vender fumo beneficiado para a Cia. de Fumos. José Etges exerceu o cargo de diretor da Cia. de Fumos até o seu falecimento, em 1920; foi sepultado no cemitério evangélico de Santa Cruz. Teve homenagens póstumas tanto na monografia de 25 anos da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A quanto na monografia de 50 anos do Banco Agrícola Mercantil S/A.<sup>174</sup>

O filho de José Etges, o empresário José Etges Filho (2ª geração), nasceu em 15/05/1884, na Vila de Santa Cruz. Estabeleceu vínculo matrimonial com a católica Maria

---

<sup>173</sup> Anúncio publicitário de José Etges & Cia. Ltda. *Kolonie*, setembro de 1910.

<sup>174</sup> Fontes: A Companhia de Santa Cruz no 25º ano aniversário de sua fundação: Pequena monografia histórica de um estabelecimento industrial e comercial que nasceu, viveu e venceu (28/12/1918 – 28/12/1943). Monografia empresarial de 25 anos. Santa Cruz do Sul: Tipografia Lamberts & Riedl Ltda., 1943; Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. 50 anos da Companhia de Fumos Santa Cruz S.A. Santa Cruz do Sul: Editora Santa Cruz, 1968. Esses documentos estão disponíveis para pesquisa no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul, Cedoc-Unisc.



Josefa Kliemann (sobrinha de João Nicolau Kliemann, citado anteriormente). A sua formação escolar foi mais elevada que a do pai, pois alcançou o nível técnico no curso de Guarda-livros do Colégio Sinodal. Sua trajetória empresarial teve início com o pai no pequeno estabelecimento fabril de beneficiamento de fumo. Essa fábrica foi espaço de treinamento e formação empresarial do jovem José, enquanto que o pai atuava na Caixa de Crédito e na Cia. de Fumos.

Com o falecimento do pai, em 1920, ele assumiu os imóveis e as ações tanto do banco quanto da indústria de cigarros (Inventário de José Etges). Nesse processo, trocou o nome da firma para José Etges Filho & Cia., que continuou beneficiando fumo para ser vendido à Cia. de Fumos. Comparando o inventário dele com o do pai, percebemos uma elevação da participação em cotas de ações da Caixa Cooperativa de Crédito. Em seu necrológio, foi mencionado o investimento estabelecido em parceria com o pai na Companhia de Fumos em 1918, pois a presença do filho nos cuidados da empresa da família, a José Etges Filho, permitiu ao pai ampliar os investimentos da família. José faleceu em 25/05/1942, sendo sepultado no cemitério municipal; assim como o pai, não atuou na política.

Em relação à filiação religiosa, conseguimos sistematizar as informações de 49 integrantes da Caixa. Desse grupo, 35 eram protestantes, enquanto que 14 eram católicos. Comparando a filiação religiosa entre fundadores e os acionistas que integraram a Caixa até 1938, percebemos uma hegemonia absoluta dos protestantes. Mas isso não significou uma redução da participação política da elite católica na instituição, pois, além de terem articulado a fundação do banco, consolidaram posições de comando, como foi o caso de João Nicolau Kliemann e Jorge Frantz.

Em relação à escolaridade, todos os integrantes que chegaram a ter um lote de ações na Caixa de Crédito obtiveram escolaridade básica e apenas dois possuíam formação superior. O treinamento obtido no curso de Guarda-Livros ampliou o investimento profissional no banco local. Registramos a trajetória biográfica de 44 integrantes a partir do campo escolar. Nesse universo, 39% possuíam formação técnica, enquanto 61% não. Os acionistas que ingressaram na carreira profissional do banco tinham formação na área contábil, exceto o gerente da filial de Rio Pardinho, professor Cristiano Smidt, formado na área de educação.

Em relação ao tipo de curso técnico, obtivemos os seguintes registros: Guarda-Livros (70%), Tipografia (18%), Técnico Contábil (6%). Merece destaque a análise de três tipógrafos

que ingressaram no setor financeiro local e acumularam grande prestígio entre os integrantes da elite de Santa Cruz: os irmãos Lamberts e José Ernesto Riedl, estrangeiros com elevado capital social; seriam o equivalente de “Adolpho Evers ou Abrahão Tatsch” da segunda e terceira geração, imigrantes “burgueses” que, ao residirem em Santa Cruz, ocuparam posições de prestígio que dificilmente alcançariam em sua terra natal.

O empresário Guilherme Lamberts era natural da Alemanha, protestante e sócio-proprietário do jornal *Kolonie*; ingressou como sócio da Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense Ltda. em 1913. Dentro do banco assumiu, em 1914, o cargo de secretário; em 1928, ascendeu à gerência, permanecendo nela por 13 anos, e se afastou voluntariamente em 1941 por problemas de saúde. Faleceu aos 81 anos de idade, em 02/02/1951<sup>175</sup>.

Henrique Adolfo Lamberts, irmão de Guilherme, nasceu no dia 07/12/1865 na cidade de Idar-Oberstein, Alemanha, e migrou para a Vila de Santa Cruz, em 1895. Protestante, estabeleceu vínculo matrimonial com Luiza Heuser Lamberts, com quem teve um filho. Sua esposa era filha do tradicional comerciante Henrique Heuser, o proprietário do primeiro estabelecimento comercial da Vila de Santa Cruz. Adolfo teve seu primeiro emprego na casa comercial de Stahlecker, na Vila Thereza, e depois transferiu residência para a Vila de Santa Cruz, onde trabalhou na casa comercial de Guilherme Eichemberg; nessa firma, um dos seus colegas de trabalho foi Helmuth Schütz, futuro presidente da Companhia de Fumos Santa Cruz. Nessa empresa, exercia a função de guarda-livros e recebia uma das maiores remunerações do estabelecimento; segundo o necrológico, cerca de 150\$000, enquanto que a média salarial dos outros funcionários girava em torno de 80\$000.

Posteriormente passou a trabalhar na firma de João Schilling, irmão de Theodoro Schilling, um dos fundadores da Companhia de Fumos, no distrito de Rio Pardo, voltando para cidade em 1901 com o cargo de gerente comercial da firma Klassing & Kull, comércio de livraria e papelaria, responsável pela edição do jornal *Kolonie*, que acabou ficando com Adolfo. Em 1907, associou-se ao empresário José Ernesto Riedl e fundaram a Lamberts, Riedl & Cia. Ltda.; continuaram com o negócio anterior, de comércio, e aperfeiçoaram a produção e distribuição do jornal *Kolonie*. Em 1904, ajudou a fundar e foi o primeiro

---

<sup>175</sup> Fontes: Anúncio necrológico de Guilherme Lamberts. In: *Gazeta de Santa Cruz do Sul*, 04 de fevereiro de 1951. Disponível no arquivo do Grupo de Comunicações Gazeta do Sul; Banco Agrícola Mercantil S/A. Um símbolo de confiança em negócios bancários (1904-1954). Monografia Empresarial de 50 anos. Porto Alegre: Editora Globo, 1954. Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul – Cedoc-Unisc.

secretário da Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense Ltda., e um dos responsáveis pela articulação existente entre a comunidade evangélica e a maçonaria para a formação do banco local. Na sociedade civil, fez parte do Clube União e foi diretor da Orquestra Estudantina, que era presidida por Helmuth Schütz. Adolfo faleceu no dia 26/06/1947, sendo sepultado no cemitério evangélico.

Amigo de vários integrantes da elite local e articulador da preservação da memória de Santa Cruz, José Ernesto Riedl foi uma das principais figuras da elite econômica da cidade. Estrangeiro, nasceu em 16/06/1874, em Traun, na Áustria, filho de Mathias Riedl e Catarina Leidner Riedl. Líder da comunidade evangélica e da maçonaria, estabeleceu vínculo matrimonial com Mina Catarina Hedwirges Käempf, com quem teve quatro filhos. Veio para o Brasil em 1902 com recursos pecuniários. Exerceu as atividades de redator, inspetor federal de ensino dos Colégios Mauá e São Luis, fundou o primeiro museu da cidade de Santa Cruz aberto ao público, com seções em Ornitologia, Biologia, Etnologia, Botânica e Arqueologia, e acompanhou a instalação e oficialização do Curso Comercial – Guarda-Livros do Colégio Sinodal; deixou o cargo de inspetor federal de ensino, em 1939, para trabalhar no jornal até seu encerramento.

No *Kolonie*, Ernesto Riedl atuou desde em 10/05/1905; dois anos depois, em 29/10/1907, juntamente com Adolfo Lamberts, que já trabalhava no jornal, compraram a empresa, fundando a Lamberts & Riedl. Ernesto foi redator do *Kolonie* até 29/08/1941, quando teve que encerrar as atividades devido à II Guerra Mundial, depois de 36 anos na direção do principal meio de comunicação local. Com o incentivo dos irmãos Lamberts, ingressou, em 1919, como acionista na Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense Ltda., exercendo o cargo de conselheiro fiscal por vários anos.

Na sociedade civil, Ernesto foi membro da Maçonaria e da Comunidade Evangélica, auxiliando ativamente na construção da nova igreja, concluída em 1924. Foi presidente da Sociedade Escolar, mantenedora do Colégio Sinodal. Na política, desfrutava de grande prestígio; depois que adquiriu a cidadania, ingressou no Partido Republicano, conheceu Borges de Medeiros, de quem era muito amigo; foi eleito conselheiro municipal em três gestões seguidas, permanecendo no cargo político entre os anos de 1913 e 1928. Depois da revolução de 1930, foi designado presidente do Conselho Municipal. Faleceu no dia 29/08/1942, decepcionado com o fechamento do jornal no ano anterior.

Na análise ampliada do ramo da atividade profissional dos pais, encontramos 63% atuando na agricultura, 21% no comércio, 7% em atividades liberais, 7% em emprego público e apenas 2% no setor de fumo. O gráfico 69 é ilustrativo disso.

**Gráfico 69 – Ramo de atividade dos pais dos acionistas ampliados da Caixa de Crédito. N=49**

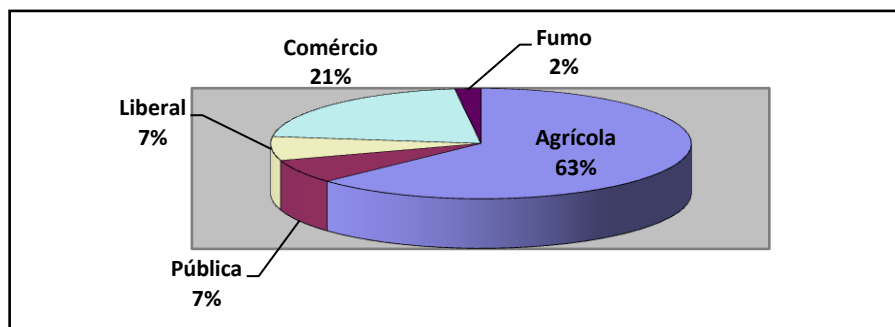


Gráfico elaborado pelo autor

**Gráfico 70 – Ramo de atividade profissional dos acionistas da Caixa de Crédito. N=51**

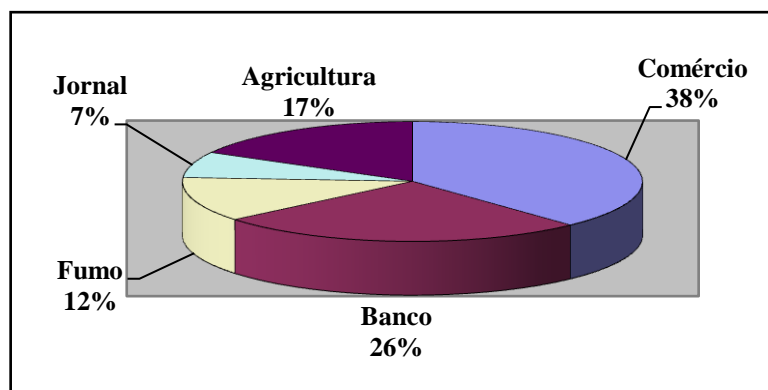


Gráfico elaborado pelo autor

A trajetória desses três integrantes que atuaram na Caixa permite avaliar a heterogeneidade do grupo que articulou o banco local, pois ela se aproxima muito do perfil de integrantes da elite da primeira geração que atuou na escala local. Certamente Riedl não conseguiria ocupar as posições de que desfrutava em Traun, na Áustria, mas o fato de possuir recursos e escolaridade contribuiu para que exercesse papel de destaque na política, cultura e vida econômica local. No entanto, os três fogem da regra, pois a análise da principal atividade empresarial dos acionistas da Caixa de Crédito indica a manutenção da atividade agrícola para 17% dos casos. As atividades mercantis respondem por 38%, e o investimento profissional no banco foi ocupação de 26% dos acionistas. As outras atividades registradas foram o fumo com

12% e a comunicação com 7%. Esse último ramo se explica principalmente pela atuação de José Ernesto Riedl e dos irmãos Lamberts, diretores do jornal *Kolonie*. O gráfico 70 ilustra isso.

Em relação à capacidade de reconversão dos investimentos profissionais agrícolas em empresariais dos ascendentes, havia 84% dos avós paternos que praticavam a agricultura familiar, enquanto que 16% investiram no comércio, com N=49. Em relação ao ramo de atividade profissional do pai, percebemos uma redução das atividades agrícolas, que foram praticadas em 63% dos casos. Mesmo com essa redução, não resta dúvida que a agricultura ainda era predominante entre essa geração, comprovando, assim, a importância desse setor para o fortalecimento da Caixa. Essa tendência ganha força na análise do perfil do empresariado do setor fumageiro local, que veremos a partir da composição social e análise de redes dos acionistas da Companhia de Fumos.

#### **5.4.2 Companhia de Fumos Santa Cruz S/A: estudo prosopográfico e redes de poder**

O perfil dos principais acionistas da Companhia de Fumos permite visualizar um retrato da elite que investiu no principal ramo da economia local, o setor fumageiro. Procuramos seguir o mesmo procedimento metodológico utilizado em outras amostras. Nossa população correspondeu a 15 indivíduos, os acionistas majoritários da empresa de cigarros da cidade. Em relação à localidade de nascimento<sup>176</sup>, conseguimos levantar as informações de 14 integrantes dessa elite. Os resultados apontam que o distrito de Rio Pardinho apresentou seis registros, seguidos pela Picada Velha com um e pelo distrito de Boa Vista com um, confirmando o predomínio de nascidos no meio rural. Havia também um estrangeiro e outro que nasceu na capital estadual, Porto Alegre.

Os dados levantados sobre a filiação religiosa apontam que havia 12 protestantes e três católicos, confirmando o predomínio nas amostras levantadas por Krause (2002) e reforçadas nessa pesquisa. Mas destacamos que isso não impediu que João Nicolau Kliemann, o único católico entre os 15 maiores acionistas, assumisse a presidência da empresa no período de

---

<sup>176</sup> Sistematizamos as informações dos 15 integrantes com base em seus necrológios. Vale destacar que esse tipo de fonte, editado e publicado em jornais locais de cidades pequenas do interior, coloca como relevante o distrito, bairro, picada ou linha em que aquele indivíduo nasceu e viveu durante a juventude ou parte importante de sua vida. Com base nessas informações, foi possível verificar se esses empresários possuíam uma ligação com a agricultura familiar ou foram oriundos de espaços urbanos.

fundação, sendo um importante negociador com o PRR e a Caixa de Crédito, da qual era grande investidor.

A formação escolar foi outro elemento analisado; reunimos as informações escolares de 15 integrantes dessa elite. Nesse universo, todos possuíam formação básica. Em relação ao local de formação escolar, registramos a escola de 14 indivíduos. A *Evangelische Realschule*, organizada por pastores evangélico, foi responsável pela formação básica de seis integrantes. Outros três estudaram na Vila de Santa Cruz, no Colégio Sinodal, os mais novos. A característica profissional voltada para as atividades agrícola desses acionistas fica evidenciada na formação de quatro que obtiveram o ensino básico em parceria com outras famílias de agricultores no meio rural. Além desses, merece destaque um que estudou no Colégio Farroupilha de Porto Alegre. Em relação à formação superior, apenas um teve essa formação, Henrique Schütz, formado pela Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul.

Em relação ao grau de investimento escolar de nível técnico, os resultados apontam que 64% possuíam algum curso (o principal foi na área contábil), fato bem distinto do grupo da Caixa de Crédito, em que a formação técnica foi minoria, tendo em vista o caráter cooperativo e agrícola dessa empresa.

A vida religiosa e escolar dos fundadores da Caixa em comparação com os da Companhia de Fumos contribui para o entendimento da dinâmica local, pois, no período de inauguração do banco, em 1904, havia a necessidade de se ampliar a rede de contatos com o meio rural objetivando sua consolidação. Nesse processo, os vínculos inter-religiosos foram um adendo ao processo de negociação, pois os jesuítas, representados por Amstad, contaram com a forte adesão e engajamento dos protestantes no processo de formação dessa agência. A Companhia de Fumos não necessitou dessa ampla extensão tendo em vista a concentração de recursos disponíveis pelos seis acionistas que inaugurariam o estabelecimento fabril em dezembro de 1918.

O que podemos inferir para o entendimento da elite local é que, na maioria dos casos, o negociador e articulador político foi um integrante católico, mas o investidor majoritário sempre foi protestante. A atuação da família Kliemann no banco e na Companhia de Fumos permite observar o nível relacional desses empreendimentos.

Em relação ao local de sepultamento, 13 foram enterrados no Cemitério Evangélico, todos casados com esposas protestantes. Nesse ponto, percebemos um número reduzido de vínculo matrimonial inter-religioso em comparação com as outras amostras que estruturamos nessa pesquisa. Vale destacar que havia uma média que variava de 1/3 até metade dos casos de casamentos entre protestantes e católicos. Encontramos esses resultados na terceira geração e entre os que consolidaram a Caixa de Crédito, mas na análise dos sócios majoritários da Cia. de Fumos essa tendência manteve-se conservadora. Embora esse campo seja subjetivo, ela permite observar que a religião perde força ao longo do tempo. Se ampliássemos nossa análise da Cia. de Fumos e a dividíssemos por geração, é plausível supor que encontraríamos um vínculo matrimonial inter-religioso maior.

Em relação à formação empresarial da família, conseguimos registrar informações sobre o ramo de atividade dos 14 avôs paternos, tendo como fonte as notas biográficas de cada acionista, que indicavam, na maioria dos casos, a atividade de seus ascendentes. O predomínio encontrado foi a agricultura familiar, que respondeu por oito casos. A prática do beneficiamento de couro foi profissão de quatro, e o comércio de um<sup>177</sup>. Comparando com o ramo de atividade do pai, percebemos uma redução importante na prática da agricultura familiar e das atividades com o couro. Assim, conseguimos reunir informações do mesmo universo dos avôs (N=14) e constatamos que apenas um indivíduo tinha o beneficiamento do couro como atividade principal; o beneficiamento de fumo aparece em dois casos; a agricultura familiar foi registrada em cinco, e o comércio foi praticado por seis. Vale destacar que, para a elite empresarial ligada ao setor fumageiro, o comércio e o beneficiamento de fumo eram, muitas vezes, exercidos concomitantemente, pois no mesmo estabelecimento em que se beneficiava o fumo havia balcão para a venda de produtos industrializados e, com raras exceções, um boteco que constituía ponto de encontro para os agricultores que chegavam com suas carroças cheias de fumo para comercialização.

Para exemplificar essa tendência, observamos o caso de Lindolpho Grawunder (2ª geração), que estendeu o capital empresarial através da transmissão de capital social intergeracional, além de estratégias matrimoniais que uniam tradicionais famílias do

---

<sup>177</sup> Procuramos investigar o porquê do elevado percentual de atividades voltadas para o setor de couro nesse grupo, sendo que nas outras amostras não chegou a constituir 5% dos casos. Analisando a evolução do setor, descobrimos uma prática sazonal de trabalho com o couro dos indivíduos que comercializavam o fumo. A venda do fumo era realizada na cidade de Rio Pardo, ponto de escoamento da produção para o mercado regional. No momento da venda da safra, muitos comerciantes compravam o couro e o remetiam para Santa Cruz, onde era beneficiado no período da entressafra por algumas famílias de agricultores.

beneficiamento do fumo com a Cia. de Fumos Santa Cruz. Lindolpho nasceu em 29/03/1887, no distrito de Rio Pardinho, e foi considerado um dos principais industriais do setor fumageiro local; de religião protestante, contraiu dois matrimônios, primeiro com Elsa Hennig, filha do empresário Augusto Hennig, com quem teve duas filhas, Alice Olinda, que casaria com Gustavo Gerhard (proprietário da principal casa de joias e ótica da cidade), e Herta Elfriede, que casaria com o deputado federal Norberto H. Schmidt, católico, proprietário do principal escritório contábil da cidade e político local com atuação no âmbito nacional.

O casamento com a filha de Hennig contribuiu para os negócios entre a Exportadora Hennig e a Companhia de Fumos, mas Lindolpho ficou viúvo na época em que Elsa Hennig esperava o terceiro filho da família. O segundo casamento foi com Erna Nilly Heinz, com quem teve uma filha, Edy Nelda, que casaria com o empresário italiano Álvaro Victor Piccoli, de Porto Alegre. Lindolfo iniciou sua trajetória empresarial como proprietário de uma pequena indústria de processamento de fumo, a Lindolpho Grawunder & Cia. Ltda., que ele fundou em parceria com os irmãos no início do século.

**Foto 49 – Lindolpho Grawunder deitado sobre os fardos de fumo, foto de 1910. Seria um dos fundadores/acionista/diretor da Cia. de Fumos por 25 anos**



Fonte: Cedoc-UNISC

Em 1918, recebeu o convite de outros empresários do setor de beneficiamento de fumo para estruturar a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A, da qual foi diretor de 1920 até 1940. Na sociedade civil, foi presidente do Clube União e diretor da Sociedade Ginástica por vários



anos; fez parte da Comunidade Evangélica e foi colaborador da *Realschule*, futuro Colégio Sinodal. Faleceu em 12/06/1949<sup>178</sup>, sendo sepultado no Cemitério Evangélico. Era irmão de Ricardo Grawunder, conselheiro municipal entre 1900 e 1904.

Quando analisamos o ramo de atividade secundária do pai, observamos um progressivo deslocamento da agricultura para o comércio. Nas biografias, encontramos uma prática artesanal de “fabricação de cigarros” para todos os que beneficiavam o fumo. Esse grupo importava máquinas e produzia carteiras em escala moderada para o comércio local. Krause (2002) fez a mesma constatação ao abordar a evolução do empresariado de Santa Cruz. Embora a prática fabril tendesse a ser maior nesse grupo, o comércio foi praticado em sete casos, a indústria de cigarros e beneficiamento de fumo em dois casos, a agricultura familiar foi secundária para um, e a atividade liberal para outro. A análise da atividade secundária permite observar uma estratégia de ampliação dos negócios através da diversificação das atividades, que era uma forma de encaminhar os filhos, pois nem todos poderiam concentrar na mesma profissão.

Tomamos como exemplo ilustrativo o empresário Philipp Loewnhaupt (2ª geração), um dos fundadores da Companhia de Fumos. Philipp nasceu em 1886; de religião protestante, estabeleceu vínculo matrimonial com Erna Loewnhaupt, com quem teve três filhos: Rolf (que iria herdar os negócios da família), Emma, que estabeleceria vínculo matrimonial com um médico local, e Werner, que iria estudar Direito na capital estadual. Sua formação escolar foi típica dos seus pares, pois estudou no curso de Guarda-Livros do Colégio Sinodal e atuou nas empresas da família. Iniciou sua trajetória empresarial como gerente da Adolpho Iserhardt, que descrevemos anteriormente; em seguida, abriu seu próprio estabelecimento de beneficiamento de fumo em parceria com o filho mais velho, Rolf, construindo a empresa Ph. Loewnhaupt & Cia Ltda., especializada em enfardamento e processamento de fumo em folha.

---

<sup>178</sup> Fontes: Anúncio necrológico de Lindolpho Grawunder. In: *Gazeta de Santa Cruz*, 14 de junho de 1949; Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. A Companhia de Santa Cruz no 25º ano aniversário de sua fundação: Pequena monografia histórica de um estabelecimento industrial e comercial que nasceu, viveu e venceu (28/12/1918-28/12/1943). Monografia empresarial de 25 anos. Santa Cruz do Sul: Tipografia Lamberts & Riedl Ltda.; Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. 50 anos da Companhia de Fumos Santa Cruz S.A. Santa Cruz do Sul: Editora Santa Cruz, 1968. Esses documentos estão disponíveis para pesquisa no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul, Cedoc-Unisc.

Philipp passou as responsabilidades da empresa para o filho, pois foi indicado gerente da Companhia de Fumos, cargo que exerceu até 1929. Depois, saiu da empresa por motivos pessoais, passando a dedicar-se com exclusividade à empresa da família. Na sociedade civil, fez parte da ACI como vice-presidente entre os anos de 1924 e 1929. Atuou na maçonaria e na Comunidade Evangélica. Foi um dos colaboradores do Colégio Sinodal. Faleceu em 06/05/1947 e foi enterrado no Cemitério Municipal; não atuou na política.<sup>179</sup>

A análise dos filhos de Philipp permite observar a tendência dos irmãos frente às atividades empresariais da família, pois essa amostra baliza alguns elementos na estratégia de reconversão das famílias do setor fumageiro. Conseguimos sistematizar as informações de 11 irmãos. Optamos por registrar apenas os dois irmãos mais velhos do sexo masculino para apontar uma tendência com relativa segurança. Dentro desse universo, foi encontrada uma concentração nas atividades familiares em sete casos, enquanto que quatro iriam ingressar em outras atividades. Para Luciana Costa Job (2003), a família teve peso importante na consolidação da economia fumageira, pois esse ramo apresentava um engajamento empresarial apoiado na coesão familiar e na homogeneidade étnica tanto das famílias de agricultores quanto dos empresários.

**Gráfico 71 – Ramo de atividade profissional dos acionistas majoritários da Companhia de Fumos Santa Cruz. N=15**

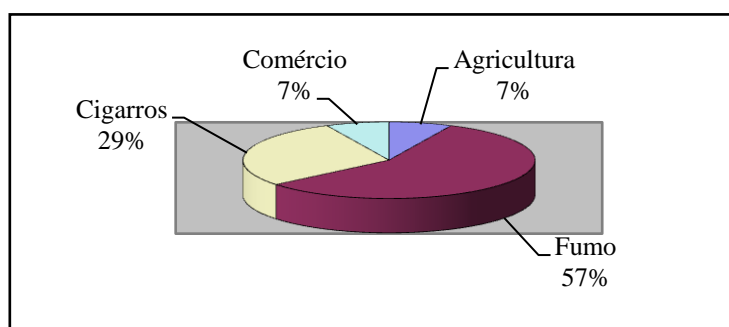


Gráfico elaborado pelo autor

<sup>179</sup> Fontes: Anúncio necrológico de Philipp Loewnhaupt. In: *Gazeta de Santa Cruz*, 13 de maio de 1947; Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. *A Companhia de Santa Cruz no 25º ano aniversário de sua fundação: Pequena monografia histórica de um estabelecimento industrial e comercial que nasceu, viveu e venceu (28/12/1918-28/12/1943)*. Monografia empresarial de 25 anos. Santa Cruz do Sul: Tipografia Lamberts & Riedl Ltda., 1943; Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. *50 anos da Companhia de Fumos Santa Cruz S.A.* Santa Cruz do Sul: Editora Santa Cruz, 1968. Esses documentos estão disponíveis para pesquisa no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul, Cedoc-Unisc.

Em relação ao ramo da atividade empresarial, mais da metade dos acionistas majoritários da empresa possuía o beneficiamento de fumo como principal ramo de atuação. Ao todo, dos 15 integrantes estudados, oito atuavam nesse ramo. A partir de 1918, esses empresários vendiam seu fumo beneficiado diretamente para a Companhia de Fumos Santa Cruz. Nesse conjunto havia cinco que se dedicavam ao processo de fabricação de cigarros e exerciam suas atividades diretamente na empresa, ocupando algum cargo de direção. Na análise biográfica, foi encontrado um integrante dedicado ao comércio, e outro às atividades agrícolas; por sinal, os que possuíam as menores cotas de ações. O gráfico 71 ilustra a tendência.

Resolvemos investigar para analisar investidores na empresa que não trabalhavam com o fumo. Qual era o papel exercido por eles? Chegamos ao nome do comerciante José Carlos Kohmann. Natural de Porto Alegre, nasceu em 1883 e transferiu residência para Santa Cruz em 1909. José era de religião protestante, estabeleceu vínculo matrimonial com Malvina Jochims Kohmann, com quem teve quatro filhos. Todos estudaram no Colégio Sinodal. José estudou no Colégio Farroupilha, formando-se no curso de Guarda-Livros. Sua família era proprietária de uma loja de ferragens na capital, a Loja Kohmann & Cia.. Em Santa Cruz, abriu a mesma empresa, sendo agente comercial de três: a Companhia Seguradora Brasileira, a Companhia de Seguros Porto-Alegrense e o jornal *Correio do Povo*.

Sua atuação foi importante, pois conhecia vários negociantes na capital estadual, o que contribuiu para o seu ingresso na Companhia de Fumos Santa Cruz S/A como acionista; atuante no cargo de presidente do conselho fiscal, mesmo não trabalhando com fumo. José foi uma liderança empresarial na década de 1920 e 1930: fez parte da ACI como diretor de 1918 a 1923, 1º tesoureiro entre os anos de 1924 e 1929 e presidente entre os anos de 1930 e 1935, fortalecendo os vínculos com a ACI e a Federação da Indústria do Rio Grande do Sul, na qual tinha trânsito por conhecer vários empresários do setor metalúrgico; foi membro da Comunidade Evangélica, articulando doações para a Igreja Evangélica e a consolidação do Colégio Sinodal. Na área dos esportes, praticava tênis com os irmãos Schütz no Tênis Clube Santa Cruz; além disso, presidiu a Sociedade Ginástica na década de 1920. Faleceu em 29/04/1949, com 66 anos<sup>180</sup>.

---

<sup>180</sup> Fontes: Anúncio necrológico de José Carlos Kohmann. In: *Gazeta de Santa Cruz*, 30 de abril de 1949. Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. A Companhia de Santa Cruz no 25º ano aniversário de sua fundação: Pequena monografia histórica de um estabelecimento industrial e comercial que nasceu, viveu e venceu

Analizamos a atividade profissional secundária desse mesmo grupo e descobrimos que cinco sócios majoritários da Cia. de Fumos possuíam ações na Caixa de Crédito; além disso, um era proprietário de um estabelecimento comercial da cidade. O cruzamento de registros aponta que o grupo que tinha o beneficiamento de fumo como atividade principal possuía a fabricação de cigarros como atividade secundária. Essa combinação era exercida através de investimentos em lotes de ações na Companhia de Fumos, o que permitia intervir em assuntos estratégicos da empresa. O gráfico 72 é ilustrativo disso.

**Gráfico 72 – Ramo de atividade secundária dos acionistas majoritários da Companhia de Fumos Santa Cruz. N=15**

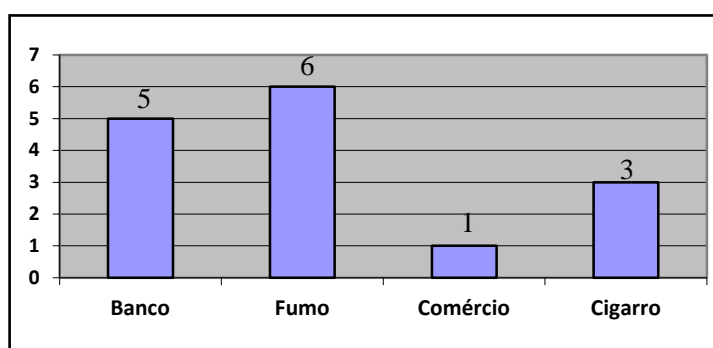


Gráfico elaborado pelo autor

A análise apontou que o contrário também ocorria, pois o grupo que possuía a Companhia de Fumos como atividade principal era acionista ou proprietário de uma empresa de beneficiamento de fumo, que, na maioria dos casos, era gerenciada por um membro da família (irmão, cunhado, filho).

Em relação ao início das atividades empresariais, conseguimos sistematizar as informações de 14 indivíduos. Nesse universo, sete iniciaram a atividade fabril em parceria com a família, enquanto que seis foram os empreendedores principiantes, e apenas um iniciou em sociedade com terceiros. Mas esse resultado merece uma consideração: o levantamento refere-se ao início da atividade empresarial desconsiderando o início da atividade, em 1918, na Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. Isso deve ser levado em conta, pois apenas cinco dos que possuíam o maior lote de ações trabalhavam diretamente na empresa e a tinham como

atividade principal. Com isso, o campo sociedade com terceiros, do ponto de vista da empresa, chegaria a 86% do total (12 integrantes), e parceria/herança familiar a 14% (apenas dois filhos herdaram os lotes de ações entre 1918 e 1966).

Em relação à participação política, apenas cinco dirigentes majoritários da empresa lançaram mão do capital empresarial em atividade política. Para efeitos de visualização, resolvemos construir um quadro dos registros efetuados no estudo prosopográfico dos que tiveram essa atuação.

**Quadro 4 – Acionistas majoritários da Companhia de Fumos com atuação política**

Nome	Possui atuação política	Integrante do legislativo municipal	Executivo municipal	Agremiação até 1937
Alfredo Schütz	Eventual	<i>apenas candidato</i>	nenhuma atuação	PRR
Carlos Schütz	Eventual	<i>apenas candidato</i>	até uma gestão secretário	Liberal (Monarquia)
Helmuth Schütz	Eventual	<i>até uma gestão</i>	até uma gestão	PRL
João Nicolau Kliemann	Permanente	<i>até três gestões</i>	até uma gestão	PRR
Theodoro Frederico Schilling	Frequente	<i>apenas candidato</i>	apenas candidato	Federalista

Tabela elaborada pelo autor com base no estudo prosopográfico dos acionistas da Cia. de Fumos.

Dentre os cinco integrantes citados, a trajetória biográfica de Theodoro Frederico Schilling ilustra o intrincado sistema de alianças da elite local no contexto da Revolta Federalista. Theodoro era de religião protestante, casado com a católica Cacilda Ferreira da Silva, irmã do deputado provincial e estancieiro de Rio Pardo, coronel José Ferreira da Silva, do Partido Conservador e, depois, do PRR. Theodoro iniciou a sua trajetória empresarial como comerciante; era proprietário de uma loja comercial e de uma pequena fábrica de beneficiamento de fumo, a Theodoro F. Schilling & Cia., que chegou a uma média de 120 operários ao ano e possuía maquinários movidos a eletricidade. Em 1918, juntamente com outros empresários locais do ramo fumageiro, ajudou na formação da Cia. de Fumos Santa Cruz, mas não teve grande atuação na empresa, pois sua trajetória se consolidou na política. Theodoro era amigo de Frederico Bartholomay e Carlos Trein Filho e ligado ao Partido Liberal. Depois da proclamação da República e os vínculos de amizade estabelecidos com Gaspar Silveira Martins, ingressou no Partido Federalista, sendo presidente da agremiação local em 1906.

Durante a guerra civil de 1893/95, a Vila foi ocupada por tropas “serranas”, forças irregulares que foram constituídas na Serra do Herval. O seu líder era José Antônio Ferreira, conhecido como Zeca Ferreira, amigo de Theodoro Schilling. As forças “serranas” aderiram

ao Partido Federalista e ocuparam a Vila de Santa Cruz. Para não comprometer a comunidade numa eventual guerra com o governo estadual, que passou a mobilizar tropas em Rio Pardo para atacar Santa Cruz, Theodoro e a elite local resolveram decretar a neutralidade da vila. Como os serranos estavam tendentes a apoiar os federalistas, coube a Theodoro liderar essa tropa, garantindo assim a defesa e a “neutralidade” de Santa Cruz até a decretação da paz em 1895. Mas o cunhado de Theodoro em Rio Pardo, ligado ao PRR, é que garantiu as negociações para que a Vila não fosse varrida pelo conflito entre as forças do governo e a milícia local.

**Foto 50 – Tropas serranas lideradas por Theodoro Schilling na frente da Prefeitura Municipal no contexto da Revolução Federalista, 1893**



Fonte: Cedoc-UNISC

Theodoro exerceu papel de destaque na vida empresarial, pois, além de ter atuado na fundação da Companhia de Fumos, articulou a fundação da Associação Comercial e Industrial, sendo o primeiro presidente da entidade, entre os anos de 1918 e 1923; depois ocupou o cargo de diretor fiscal entre os anos de 1924 e 1929. Na sociedade civil, fez parte da diretoria do Clube União e da Comunidade Evangélica; faleceu em 1930<sup>181</sup>.

---

<sup>181</sup> Fontes: Krause, 2002; *Kolonie*, março de 1906, disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul (Cedoc-Unisc); Banco de dados eleitorais de Santa Cruz do Sul, disponível no site [www.unisc.br](http://www.unisc.br); Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. A Companhia de Santa Cruz no 25º ano aniversário de sua fundação: Pequena monografia histórica de um estabelecimento industrial e comercial que

Assim como no caso de Theodoro e outros integrantes da elite local citados, esse estudo permitiu visualizar o perfil socioestatístico dos integrantes da Caixa e da Companhia de Fumos e os vínculos e trajetórias que serviram de ilustração para os registros. A composição desse grupo não difere muito do estudo da elite local, realizado no segundo capítulo. A maioria nasceu no interior de Santa Cruz e reconverteu capital agrícola em empresarial; eram filiados ao protestantismo, e parte importante possuía escolaridade técnica e atuou no comércio. O investimento na indústria e nas finanças foi um adendo à prática mercantil na maioria dos casos. O processo de desenvolvimento das duas principais empresas de Santa Cruz do Sul descritas anteriormente, Caixa de Crédito e Companhia de Fumos, foi possível graças a uma sólida rede social envolvendo os empresários locais. Analisando a trajetória biográfica de alguns indivíduos, foi possível visualizar que, além do interesse econômico que unia os acionistas da Caixa de Crédito e da Companhia de Fumos, havia uma intrincada rede relacional através de laços matrimoniais, vínculos inter-religiosos e interesses políticos.

## 6 CONCLUSÃO

A pesquisa abordou a trajetória de um grupo de empresários de Santa Cruz do Sul a partir da análise do perfil e da construção das redes de poder que contribuíram para legitimar sua atuação como elite em âmbito local. Lançamos mão de temáticas envolvendo a imigração alemã no Rio Grande do Sul, estudos de elites, história empresarial, história comparada e análise das redes de poder. Os preceitos teórico-metodológicos se assentaram na prosopografia e na micro-história, procurando analisar os dados quantitativos mediante o emprego de ilustrações de caráter qualitativo. O uso combinado desses dois recursos permitiu, por um lado, a visualização das tendências encontradas na análise estatística e, por outro, a abordagem das peculiaridades que reforçam o caráter complexo dos estudos envolvendo as zonas de colonização.

Iniciamos o trabalho pela formação do empresariado de origem alemã no Rio Grande do Sul, destacando o processo de formação econômica de Santa Cruz do Sul. Para isso, debruçamo-nos na análise bibliográfica sobre o tema com foco especial na economia fumageira, ramo que alavancou o comércio local. Contextualizamos o perfil sócio-demográfico da cidade em relação à filiação religiosa, o que possibilitou identificar um elemento balizador na dinâmica das redes de poder na escala local. Apoiados em dados reunidos por Krause (2002), percebemos que a maioria da população do município era constituída por católicos; no entanto, os resultados voltado à parcela que detinha o poder econômico, social e político indicam concentração protestante.

Para efeito ilustrativo, reunimos algumas amostras levantadas pela autora sobre a filiação religiosa de Santa Cruz no contexto da I República, 1889-1930. Para Krause, a população católica do município variou de 55% até 65%, com tendência à elevação desse percentual nas décadas seguintes. A pesquisa da arquidiocese permite fundamentar esse



quadro<sup>182</sup>. Analisando a história social dessa comunidade após 1930, percebemos que era inevitável o aumento da população católica, pois a natalidade entre a população protestante era baixa, enquanto que era elevada na católica, como afirmou o pesquisador Guido Ernaine Kuhn, que mensurou o tamanho das estruturas confessionais da cidade. Essa diferença se mostra no tamanho das igrejas (a Catedral São João Baptista é muito maior que a Igreja Evangélica), do cemitério (o católico é quase três vezes o tamanho do evangélico), dos colégios (Marista São Luis e Sagrado Coração, cada um com o mesmo número de vagas do Sinodal). Rogério da Silveira analisou a evolução do perímetro urbano da cidade e apontou que o peso demográfico da zona sul (católica) foi ampliado com a industrialização da economia fumageira. A população desse local era formada por imigrantes lusos, oriundos das cidades da metade sul do estado que estavam entrando em decadência num período em que Santa Cruz alavancava sua indústria.

Quando cruzamos a filiação religiosa com dados econômicos, percebemos resultados diferentes, principalmente quando isolamos variáveis que identificam os segmentos mais ricos. Nas amostras levantadas por Krause (2002), os protestantes variavam entre 70% e 90% dos casos. Podemos lembrar algumas que destacamos no final do primeiro capítulo, como o recenseamento das 713 propriedades agrícolas realizado por Carlos Trein Filho entre 1876 e 1880 e sistematizado por Krause (2002).

Começamos pelo valor da benfeitoria dos lotes superior a 2 contos de réis. Nesse campo, os protestantes eram proprietários de 80%, enquanto que os católicos de 20%. Em relação à tendência para a prática mercantil, os protestantes exerciam algum tipo de negócio em dez casos, enquanto que os católicos em nenhum. Krause analisou duas reportagens do jornal *Kolonie* que foram publicadas no século XIX sobre a indústria de Santa Cruz. A autora buscou, primeiramente, a filiação religiosa dos proprietários<sup>183</sup>. O universo analisado variou entre 70% a 90% de protestantes e 30% a 10% de católicos. Krause investigou a medida de potência HP das empresas a cruzou com a filiação religiosa. Os protestantes controlavam aproximadamente 85% do valor total, enquanto que os católicos 15%.

Porém, na apresentação de seu livro, René Gertz (orientador de Silvana Krause) citou o sociólogo Carlos Winckler sobre o caso de Caxias do Sul. Essa cidade, fundada por

---

<sup>182</sup> Ver gráfico 06 e 07.

<sup>183</sup> A autora reuniu um série de amostras no quarto capítulo de seu trabalho; preferimos resumir alguns para reforçar a tendência com uma média ponderada dos percentuais.

italianos católicos em 1875, estava localizada numa região mais íngreme que Santa Cruz, mas se industrializou numa velocidade muito maior. Segundo Nali de Souza (1990), em 1890 Caxias do Sul possuía 235 estabelecimentos comerciais e industriais, enquanto que Jean Roche aponta que Santa Cruz, em 1900, possuía 200 estabelecimentos. Nesse processo, a tese de um suposto sucesso protestante perderia força no entendimento da elite de Santa Cruz do Sul ao fazermos uma comparação com Caxias do Sul. O estudo prosopográfico e a análise da construção da rede de poder permitem esclarecer alguns elementos que contribuíram para o sucesso da elite local, que poderia ter o elemento protestante como adendo, mas, ao ser inserido num espaço de atuação plenamente católico em âmbito regional e nacional, tinha um teto no nível de negociação e, portanto, dependia do estreitamento de vínculos com os católicos.

Nesse processo, mergulhamos na história social de Santa Cruz com o objetivo de analisar o perfil dessa elite através de um estudo prosopográfico que reuniu os 189 empresários que atuaram nesse espaço local. Nossa intenção foi analisar proximidades com o trabalho de Krause, cruzando as informações com a filiação religiosa. Como se tratou de um grupo numeroso e atuante num espaço de tempo amplo, resolvemos analisar o perfil desses indivíduos a partir do início da trajetória empresarial nas três etapas da história local: colônia, vila e cidade. Essa proposta metodológica<sup>184</sup> tem o objetivo de visualizar a dinâmica e as transformações desse grupo ao longo do tempo comparando os diferentes grupos de elites. Cruzamos os campos econômicos e sociais com a filiação religiosa quando possível, pois em várias amostras, principalmente dos empresários da colônia, esse cruzamento perdeu força na análise comparada.

Ratificamos a proposta de Krause em relação ao peso econômico da elite filiada ao protestantismo, porém a única mudança que identificamos na análise das gerações foi a ampliação do percentual de católicos. Esse grupo cresceu no período em que a vila ascendeu ao status de cidade. Em relação ao perfil socioestatístico da elite de Santa Cruz, os levantamentos permitem avaliar que o grupo foi majoritariamente do sexo masculino, protestante, proveniente da agricultura familiar, com sobrenome alemão, comerciante, com formação técnica na área contábil e com baixa atuação na política local.

---

<sup>184</sup> Esse enfoque foi semelhante ao aplicado por Joseph Love à elite paulista, em que o autor dividiu seu *corpus* em grupos de geração com o objetivo de visualizar mudanças na composição social ao longo do tempo.

Vamos analisar algumas peculiaridades de nosso quadro. Tentamos focar os vínculos matrimoniais inter-religiosos, mas não obtivemos grande sucesso. As informações sempre foram lacunares nos necrológicos. O que conseguimos reunir se deveu a um grande esforço, tendo o aporte de outros dados individuais. Na análise, percebemos uma tendência de aumento desses vínculos de uma geração para outra; embora tenhamos cautela nessa afirmação, mas é plausível supor que a questão religiosa tenha paulatinamente perdido força nos casamentos não só da elite local, mas de toda a sociedade brasileira, como confirmam algumas estatísticas<sup>185</sup>.

O ensino superior foi cursado por menos de 10% do conjunto, mas isso não significa baixo investimento da elite local na formação de seus descendentes, pois, analisando as famílias, percebemos que somente alguns filhos recebiam treinamento para atuar nos negócios, enquanto que outros recebiam investimento no ensino superior. Jonas Vargas reforçou essa tendência, e nosso *corpus* foi composto pelos integrantes da elite que foram recrutados pelos pais para atuarem nos negócios, o que fez cair o percentual de investimento em ensino superior.

Em relação à atuação política, pouco mais de 7% de nossa amostra teve alguma participação nesse âmbito. Nesse universo, a metade era católica, aspecto que nos chama atenção, pois seu peso no grupo total da elite foi relativamente baixo. Esse fato nos levou a discutir os níveis de relacionamento existentes entre o empresariado local a partir de sua filiação religiosa. Quando focamos nossa análise em eventos que ilustram as parcerias firmadas entre os integrantes das duas igrejas, percebemos que tanto católicos quanto protestantes visavam solucionar problemas específicos da comunidade apoiados em vínculos inter-religiosos.

Iniciamos pelo relógio instalado na torre da Igreja Católica, ponto mais alto da vila, que descrevemos no primeiro capítulo. A primeira tentativa de levantamento dos recursos foi frustrante para as lideranças católicas. Assim, solicitaram apoio da comunidade evangélica local para reunir o valor necessário para a compra e instalação desse aparelho. Os protestantes apoiaram a idéia, pois viria a auxiliar o desenvolvimento do comércio urbano na vila. Outro exemplo que destacamos foi a trajetória do major Frederico Bartholomay (protestante), que pleiteava a concessão da construção da estrada de ferro Santa Cruz-Rio Pardo nos meses antes

---

<sup>185</sup> Os dados que indicam esse tendência encontram-se em JACOB, C. et al. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2003.

de seu falecimento, em 1885. O capitão Jorge Frantz (católico) aprovou o envio de um memorando da Câmara local para que o imperador Dom Pedro II concedesse a Bartholomay o direito de atuar nesse ramo, que, segundo consta em nossas fontes, era prioritário para os empresários católicos. Além do relógio e da estrada de ferro, a inauguração do banco local, empreendida por jesuítas, dependia dos recursos e da atuação da elite protestante, pois este era o segmento que possuía os maiores recursos.

Foram poucos os casos de casamento inter-étnico; havia alguns comerciantes lusos com esposas de origem alemã, como Arthur Jesus de Ferreira, que se tornaria prefeito municipal, casado com uma das filhas do empresário do ramo de alimentos Fröhlich; além desse, temos Theodoro Schilling, líder federalista, fundador da Cia. de Fumos e casado com a irmã de um fazendeiro de Rio Pardo que era ligado ao PRR.

Em relação à capacidade de transmissão de capital de uma geração para outra, o caso da família Becker, netos herdeiros de Oscar Gressler, permitiu observar a existência de grandes projetos de famílias que atuaram como elite local, seja na colônia, vila ou cidade. Essa família ampliou sua atuação através de estratégias matrimoniais, recrutamento empresarial de alguns integrantes e investimento escolar para outros. O sucesso iniciou com o pai de Oscar, agricultor pobre que estabeleceu vínculo de amizade com os fundadores da Comunidade Evangélica e Maçonaria local, sendo presidente/fundador da primeira. Seus filhos, netos e os bisnetos, que fundariam a Becker Irmãos, aproveitaram o capital social acumulado pelos ascendentes para montar a principal loja de ferragens e eletrodomésticos do centro da cidade.

A construção de duas grandes empresas que conseguiram acumular prestígio empresarial em escala regional permitiu observar a dinâmica e os arranjos tecidos pela elite local. Por óbvio, escolhemos as que melhor representavam a unidade dessa elite que tinha o setor fumageiro como carro-chefe e dependia do setor financeiro para alavancar seu investimento industrial. A Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense e a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A foram objeto de estudo desenvolvido para o entendimento da composição social e das redes de poder constituídas a partir de vínculos familiares, empresariais, inter-religiosos e políticos dessas duas firmas.

A história empresarial foi um aporte ao nosso estudo, pois possibilitou avaliar momentos de ascensão, reconversão e recrutamento de elites. O recrutamento de profissionais

especializados sugere outro teto para além do elemento local que descrevemos nas relações envolvendo católicos e protestantes, mas permite visualizar os limites da capacidade de negociação e gestão desses estabelecimentos. As empresas, quando ampliavam a sua atuação regional, como foi o caso do banco, ou passavam a integrar o sistema nacional, como foi o caso da indústria de cigarros, necessitavam de diretores com capacidade de negociação no mesmo nível de complexidade.

Citamos o exemplo da Caixa de Crédito, que, entre 1904 e 1930, cresceu graças à adesão de sócios protestantes, mas descobrimos que, em determinados períodos, como a década de 1920, em que o banco local passou a negociar em escala regional com outras prefeituras, dependeram de estreitamento de vínculos com os católicos. Nessa ocasião, embora os protestantes acumulassem as maiores divisas e integrassem o corpo diretivo majoritário, indicaram o capitão Jorge Frantz (católico) para assumir a presidência da instituição. O perfil diretivo do banco mudou a partir de 1930, quando a elite local passou a recrutar bancários com larga experiência para atuarem na direção da instituição, que abria agências em várias localidades do estado. A análise biográfica desses indivíduos indica que atuaram em instituições como o Banco da Província, Banco do Comércio e Banco do Brasil, muito diferentemente dos comerciantes formados no curso de Guarda-Livros que integraram a diretoria antes de 1930.

Os antigos fundadores foram se afastando da gestão até 1946, quando o Banco Mercantil, como passou a ser conhecida a Caixa de Crédito, transferiu sua sede para Porto Alegre e passou a ser dirigido por profissionais especializados, que tinham trânsito na Federação do Comércio, Governo Estadual e Ministério da Fazenda, um nível de relacionamento incompatível com as condições da elite de Santa Cruz.

O mesmo ocorreu com a Companhia de Fumos Santa Cruz. Na fase local dessa empresa havia um intrincado sistema de coesão de protestantes, sócios mais ricos e majoritários, com a elite fumageira católica. O empresário João Nicolau Kliemann, líder do PRR e da Aliança Católica, foi peça estratégica da empresa no início dos negócios, pois intercedeu nas negociações com o poder público municipal e estadual para a abertura da empresa, chegando a liderar uma comitiva que tratou do assunto com o governador Borges de Medeiros. O crescimento dos negócios ampliou o nível de relacionamento que foi oportunizado pela conjuntura nacional de impulso à industrialização. A “poderosa Cia. de Fumos”, como era conhecida, permitiu que famílias como os irmãos Schütz atuassem em

escala internacional, a ponto de estabelecer vínculos de negociação com a Europa e os EUA na década de 1950. Mas a conjuntura econômica da década de 1960 levou esse segmento a se associar e a depender de negociações com empresas estrangeiras.

Na composição social do grupo que classificamos como “elite da colônia”, empresários que iniciaram suas atividades no início da colonização até a instalação da sede municipal (1849-1878), percebemos que esse segmento foi constituído pelo círculo de famílias que administravam o povoado. Esse grupo tinha capacidade de oferecer serviços específicos que os colocavam em situação de prestígio, pois eram ligados ao poder público (advogados e engenheiros) ou serviços de saúde (como os primeiros médicos e farmacêuticos), sendo estratégico para a organização do povoado. As famílias de agricultores e os pequenos comerciantes de “Armazéns de Secos & Molhados”, situados em sua maioria nos entroncamentos de picadas e localidades do interior, reconheciam a capacidade de liderança dessas famílias. Esse grupo dependia delas para a obtenção de serviços e representação política na escala regional, papel exercido pelos Bartholomay, Tatsch e Evers.

No trabalho de Carina Martiny, encontramos uma dinâmica na evolução da elite em São Sebastião do Caí passível de análise comparada com a realidade de Santa Cruz. Em ambos os casos, a origem étnica alemã desses empresários não representava empecilho para a atuação em outros níveis de negociação, seja ela econômica, política ou cultural. No caso de Santa Cruz, a trajetória do major Frederico Guilherme Bartholomay permitiu exemplificar a capacidade de construção desses vínculos, sendo ele o primeiro “santa-cruzense” eleito para o cargo de deputado provincial.

Martiny toma como ilustração o caso do negociante Frederico Arnoldo Engel, negociante, morador próximo do porto caiense. Sua residência, numa área considerada privilegiada para a via de escoamento, contribuiu para o crescimento dos negócios de importação e exportação da família. Tanto Bartholomay quanto Engel representam um grupo que atuou como elite no período de formação das colônias de imigrantes em seus respectivos espaços de atuação. Vale destacar que Santa Cruz e São Sebastião estavam, no período de atuação dos dois negociantes, evoluindo de vila para cidade.

Em Santa Cruz, o sucesso da economia fumageira e a formação do poder público municipal contribuíram para a ampliação do número de indivíduos com capacidade de atuar como elite. Esse grupo foi constituído por empresários que iniciaram seus negócios em

parceria com as famílias de agricultores. Ele passou a transferir residência e consolidar o espaço urbano local articulando vínculos com os integrantes da elite que emergiram antes de 1878. Os exemplos que destacamos foram o de Augusto Hennig, do setor de beneficiamento de fumo, Oscar Gressler, comerciante e articulador do setor financeiro local, e outros que descrevemos ao longo do trabalho. Foi no período da “Vila” que ocorreu a consolidação do legislativo de Santa Cruz e de estruturas que fizeram o povoado firmar sua condição de cidade, como o poder judiciário (1881), a usina elétrica (1904), o banco (1904) e a ferrovia (1905).

Essas transformações permitiram que novos segmentos, oriundos da agricultura familiar e dedicados à economia fumageira, fossem agregados ao topo da pirâmide social da emergente vila/cidade. Vale destacar que o nível de complexidade da economia local contribuiu para o ingresso de outros empreendedores. Citamos alguns exemplos: no ramo da metalurgia, as famílias Schreiner e Binz, no de alimentos, a família Baumhardt, e no comércio urbano, a família Heuser.

O grupo que atuou como elite na terceira geração foi constituído por empresários que iniciaram suas atividades no período da “Cidade de Santa Cruz”, entre 1905, ano em que Borges de Medeiros elevou a vila ao status de cidade, e 1947, ano em que o jornal local publicou uma lista de empresas que usamos para delimitar nosso objeto de estudo. Comparando os dois grupos, a elite da Cidade foi numericamente superior à da Colônia e da Vila juntas. Essa constatação não poderia ser diferente, pois o dinamismo da cidade fez incorporar um número maior de empresários ao topo da pirâmide. A cidade, a partir de 1918, estava mais integrada na escala regional e nacional; além disso, já possuía vínculos internacionais com a instalação da BAT, futura Souza Cruz. Sua elite empresarial já realizava negócios de compra de maquinário da Europa e dos EUA, além de negociar fumo beneficiado sem intermediários, pois possuía escritórios em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, como era o caso da Companhia de Fumos.

Na análise biográfica, constatamos que esse grupo apresentava proximidade com a descrição de elites locais proposta por Wright Mills nos EUA pós-II Guerra. O perfil desse grupo indica que eram majoritariamente comerciantes, proprietários dos estabelecimentos da rua principal, com investimento no mercado de ações local, seja na Companhia de Fumos ou na Caixa de Crédito. Esse segmento passou a oferecer produtos e serviços semelhantes aos consumidos pela classe média dos EUA e da Europa Ocidental da década de 1940/50.

Não restam dúvidas de que a elite da cidade foi beneficiada pelo sucesso alcançado pelo setor fumageiro, mas teve seu poder empresarial desregulado pelo próprio peso das empresas que ajudou a construir, pois o nível de negociações exigido levou seus integrantes a se associar ou a recrutar profissionais possuidores de um nível de relacionamento mais complexo. A fase monopolista, a partir de 1966, marcou uma nova etapa na história local, alterando a composição social da elite de Santa Cruz do Sul.



## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ana Maria; NOGUEIRA, Maria Alice. *A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.
- AZEVEDO, Thales de. *História do Banco da Bahia (1858-1958)*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1969.
- BALMORI, Diana; VOSS, Stuart F.; WORTMAN, Miles. *Las alianzas de familias y la formación del país en América Latina*. México: FCE, 1990 (1ª ed. em inglês de 1984).
- BARNES, J. A. Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987.
- BERTRAND, Michel (coord.). *Configuraciones y redes de poder: un análisis de las relaciones sociales en América Latina*. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- \_\_\_\_\_. O campo econômico. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política da UFSC*, Florianópolis: EDUFSC, v. 4, n. 6, p. 15-57, abr. 2005.
- BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CADONÁ, Marco André. *Expansão e consolidação do capitalismo e formação da classe industrial em Santa Cruz do Sul (1940 a 1976)*. 120f. 2002. Relatório de Pesquisa – Departamento de Ciências Humanas, Núcleo de Pesquisa Social. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Santa Cruz do Sul, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- CHAIA, Miguel. Biografia: método de reescrita da vida. In: HISGAL, Fani (org.). *Biografias: sintoma de uma cultura*. São Paulo: Hacker/Cespuç, 1996.

- CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 41-53.
- CHICK, Victória. A evolução do sistema bancário e a teoria da poupança, do investimento e dos juros. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 15, 1, 1994.
- CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 2, p. 243-270, jul.-dez. 2009.
- CORAZZA, Gentil. Sistema financeiro (e desenvolvimento) do Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. mimeo, n. especial, p. 491-516, 2002.
- CORREA, Silvio Marcos de Souza. Identidade alemã e alteridade no Rio Grande do Sul. In: CUNHA, Jorge Luiz da. *Cultura alemã – 180 anos*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004. p. 31-44.
- \_\_\_\_\_. Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade através da literatura de viagem. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 1, 2005.
- \_\_\_\_\_. Identidade étnica em meio urbano. *Revista Ágora*, EDUNISC, v. 7, p. 119-132, 2001.
- CORREA, Silvio M. S.; ETGES, Virgínia Elizabeta. *Território e população: 150 anos de Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- COSTA, Miguel Ângelo Silva da. “Entre a flor da sociedade” e a “escória da população”: a experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880). 249f. 2006. Dissertação de Mestrado – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2006.
- CUNHA, Jorge Luiz da (org.). *Cultura alemã – 180 anos*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Os colonos alemães e a fomicultura*. Santa Cruz do Sul: Apesc, 1991.
- ERRO, Carmen (dir.). *Historia empresarial: pasado, presente y retos de futuro*. Barcelona: Editora Ariel, 2003.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.
- DIVALL, Colin. Otro modo de escribir la Historia empresarial: los museos industriales, tecnológicos y del transporte. In: ERRO, Carmen (dir.). *Historia empresarial: pasado, presente y retos de futuro*. Barcelona: Editora Ariel, 2003. p. 153-172.

- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1976.
- FERREIRA, Jorge. A Legalidade Traída: os Dias Sombrios de Agosto e Setembro de 1961. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, n° 3, 1997, pp. 149-182.
- FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. História e prosopografia. X Encontro Regional de História. ANPUH-RJ, 2002. Disponível no site: [www.uff.br/ichf/anpuhrio/anais/2002](http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/anais/2002).
- FONSECA, Pedro Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.
- \_\_\_\_\_. Nazismo, fascismo, integralismo e o apoio das oligarquias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ao Estado Novo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre/PUCRS, v. XIV, n. 1, p. 21-30, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- \_\_\_\_\_. O Brasil nos anos 30 e a ideologia germanista: estudo de caso. In: MILMAN, Luís; VIZENTINI, Paulo Fagundes (orgs.). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Editora da, 2000. p. 89-99.
- GERTZ, René E.; FISCHER, L. A. (orgs.). *Nós, os teuto-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810)*. 2009. 372f. Tese de Doutorado em História Social – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.
- GIRBAL-BLACHA, Noemi. “Justicia fiscal” o “inconvenientes del empirismo”: una cuestión de privilegios – industriales y productores tabacaleros en la Argentina, 1920-1960. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 34, n. 02, p. 49-75, jul.-dez. 2008.
- GRODIN, Jean. *Introdução à hermenêutica filosófica*. São Leopoldo: Unisinos, 1998.

- HASS, Ani Maria Schiphorst. *O empresariado industrial do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 1971.
- HARRES, Marluza Marques. Aproximações entre história de vida e autobiografia: os desafios da memória. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 8, n. 10, p. 143-156, 2004.
- HEINZ, Flávio M (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- \_\_\_\_\_. Elites rurais entre representação e política: exercício prosopográfico. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 123-142.
- \_\_\_\_\_. Entrevista com Joseph L. Love. *Revista Estudos Históricos*. Tema: Intelectuais. Rio de Janeiro, n. 32, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Perfil da elite política regional: estudo do Município de Santa Cruz do Sul*. Relatório de Pesquisa – Departamento de Ciências Humanas, UNISC, 2000.
- \_\_\_\_\_. Do uso do Who's Who e de outros dicionários biográficos na construção de biografias coletivas das elites sociais e políticas do Brasil contemporâneo. *Revista Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 10, jan./jun. 1999, p. 49-60.
- \_\_\_\_\_. Considerações acerca de uma história das elites. *Revista Logos*, Canoas: ULBRA, v. 11, n. 1, p. 41-52, maio 1998.
- JOB, Luciana da Costa. *Os colonos do fumo: tobacco pays my bills*. Estudo antropológico sobre política, etnia e identidade no Universo da Agricultura Familiar Fumageira em Santa Cruz do Sul Vale do Rio Pardo – RS. 2003. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2003.
- KAERCHER, Nestor José. *Registros históricos de Santa Cruz do Sul: Câmara Municipal*. Santa Cruz do Sul: [s.n.], 2004.
- KOTHE, Flavio René. Teuto-gaúchos: a irredutível diferença, artigo com poemas. In: GERTZ, René Ernaini e FISCHER, Luiz Augusto (Orgs.). *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998, p. 205-215.
- KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República velha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

- KUHN, Guido Ernani. Um homem de fibra: Francisco J. Frantz e outras memórias. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, [s.n.], 2007.
- LADURIE, Emanuel Le Roy. *História dos camponeses franceses: da peste negra à Revolução*. V. 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.
- LAGEMANN, Eugênio. *O Banco Pelotense & o sistema financeiro regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- LEVI, Giovanni. *A herança material: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 133-162.
- LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro por suas Sociedades Anônimas: esboço de história empresarial*. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura/EDUFRJ, 1995.
- LOBO, Eulália Maria L. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- LOVE, Joseph L. *São Paulo in the Brazilian Federation, 1889-1937*. Stanford: Stanford University Press, 1980. Edição brasileira: *A locomotiva: São Paulo na Federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. Um segmento da elite política brasileira em perspectiva comparativa. In: *A revolução de 1930: seminário internacional*. Brasília: Editora da UNB, 1982. (Coleção Temas Brasileiros).
- \_\_\_\_\_. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LOVE, Joseph L. Love; BARICKMAN, Bert J. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 78-97.
- MARICHAL, Carlos. *La formación de los bancos centrales en España y América Latina*. Madrid: Banco de España, 1996.
- MARTINY, Carina. “Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”: constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). 362f. 2010. Dissertação de Mestrado – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2010.

- MENDES, José Amado. O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos. *Análise Social*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. XVII, p. 116-117, 1992 (2º, 3º), p. 357-365, 1992.
- MENEZES, João Bittencourt. *Município de Santa Cruz do Sul*. 2. ed. Texto transcrito em ortografia atualizada por Arthur Rabuske. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- MINUZZI, Marcus Vinícius. *O fumo na folha do jornal: realidades em construção pela trama do discurso jornalístico – o caso Gazeta do Sul e o complexo agroindustrial fumageiro*. 2002. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Mestrado e Doutorado. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, 2002.
- MONTALI, Lilia. *Do núcleo colonial ao capitalismo monopolista: produção de fumo em Santa Cruz do Sul*. 167f. 1979. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Universidade de São Paulo, 1979.
- MOUTOUKIAS, Zacarias. Redes de Poder. In: BERTRAND, Michel (coord.). *Configuraciones y redes de poder: un análisis de las relaciones sociales en América Latina*. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2002.
- NEUMANN, Marines Teresinha. *Narrativas identitárias e associativismo de tradição germânica na região de Santa Cruz do Sul: o discurso da identidade regional (1850-1950)*. 2005. 157f. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional – Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, 2005.
- NICOLAZZI, Fernando. Uma teoria da história: Paul Ricoeur e a hermenêutica do discurso historiográfico. *História em Revista*, n. 9, dez. 2003.
- NORONHA, Andrius Estevam. O uso da prosopografia para o estudo de elites locais: o caso dos empresários de Santa Cruz do Sul. In: HEINZ, Flávio M. (org.) *História Social de Elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 97-113.
- \_\_\_\_\_. *Instituições e elite política de Santa Cruz do Sul no contexto de internacionalização da economia fumageira: (Décadas de 1960 e 1970)*. 2006. 160f. 2006. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, 2006.

- PESAVENTO, Sandra. *Pecuária e indústria: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha do século XIX*. Porto Alegre: Movimento, 1986.
- \_\_\_\_\_. *História da indústria sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Riocell, 1985.
- \_\_\_\_\_. História regional repensada. In: MENDES RIBEIRO, C. (org.). *Autonomia ou submissão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 20-35.
- \_\_\_\_\_. *RS: economia e poder nos anos trinta (1930-1937)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- \_\_\_\_\_. Análise da economia gaúcha: 1930-1960. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Ufrgs*, Porto Alegre, n. 8, p. 157-173, 1978.
- PICCOLO, H. I. L. O autoritarismo: Júlio de Castilhos a Getúlio Vargas: a “gauchização” da política brasileira no pós-1930. *Revista Vidya*, Santa Maria, n. 29, p. 57-66, 1998.
- \_\_\_\_\_. Imigração alemã e construção do Estado Nacional Brasileiro: Rio Grande do Sul, século XIX. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, p. 165-178, 1997.
- \_\_\_\_\_. O Partido Republicano Rio-grandense e os alemães no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Ufrgs*, Porto Alegre, p. 143-156, 1983.
- RADÜNZ, Roberto. A organização social dos alemães no Vale do Rio Pardo. In: SILVEIRA, Rogério L. L. da; VOGT, Olgário Paulo. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- REVEL, Jacques. Micro-análise e construção do social. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 15-38.
- \_\_\_\_\_. A história ao ré-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança material: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 7-37.
- REGUERA, Andrea. Enfoques dominantes en el análisis social de la historia latinoamericana: ¿Una historia de la burguesía, de las elites, o de los grupos dominantes? *Interpretaciones: Revista de Historiografía Argentina*, n. 02, primer semestre 2007.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. 2 v.
- ROY, F.; SAINT-PIERRE, J. A alta redação dos jornais de Quebec (1850-1920). In: HEINZ, Flávio M (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 203-222.

- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1930)*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- SCHMIDT, João Pedro. Capital social e participação política em Santa Cruz do Sul. 2004a. Disponível em: <<http://www.unisc.br>>; acessado em: maio de 2005.
- \_\_\_\_\_. Comportamento eleitoral e ideologias em Santa Cruz do Sul: o nazismo, o integralismo e a esquerda. 2004b. Disponível em: <<http://www.unisc.br>>; acessado em: maio de 2005.
- \_\_\_\_\_. Continuísmo e conservadorismo nas eleições de Santa Cruz do Sul. 2004c. Disponível em: <<http://www.unisc.br>>; acessado em: maio de 2005.
- SICILIA, David. La historia empresarial en Estados Unidos: la situación de la disciplina. In: ERRO, Carmen (dir.). *Historia empresarial: pasado, presente y retos de futuro*. Barcelona: Editora Ariel, 2003. p. 205-222.
- SCHWARTZMAN, Simon. Empresarios y política em el processo de industrialización: Argentina, Brasil, Austrália. *Desarrollo Económico: Revista de Ciencias Sociales*, v. 3, n. 49, [p. 67-89, abr.-jun. 1973. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/gallo.htm>.
- SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Biografia como fonte histórica. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, ano 20, n. 36/37, p. 9-15, 2007.
- SILVEIRA, Rogério Leandro L. *Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.
- SINGER, Paul. Porto Alegre. In: \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional, Universidade de São Paulo, 1968. p.141-198.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. *De Getúlio Vargas a Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOTO, Pedro Carasa et al. *Elites: prosopografia contemporânea*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Valladolid, 1994.
- SOUZA, Nali de Jesus de. Polarização e despolarização industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul. *Análise Econômica*, Porto Alegre: FCEIUFRGS, ano 8, n. 13, p. 173-191, mar. 1990.



- STONE, Lawrence. II. Prosopografia. In: \_\_\_\_\_. *El pasado y el presente*. Tradução de Lorenzo Aldrete Bernal. México: FCE, 1986. p. 61-94.
- TEJO, Aurélio Limeira. *A indústria rio-grandense em função da economia nacional*. Porto Alegre: Globo, 1937.
- TELLES, Leandro da Silva. *Heinz Von Ortemberg: o médico do Kaiser e de Santa Cruz do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, São Lourenço de Brindes, APESC, 1980.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TORTELLA, Tereza. Los archivos empresariales: su organización, conservación y uso. In: ERRO, Carmen (dir.). *Historia empresarial: pasado, presente y retos de futuro*. Barcelona: Editora Ariel, 2003. p. 135-152.
- VALDALISO, Jesus M<sup>a</sup>.; SANTIAGO, López. ¿Sirve para algo la Historia empresarial? In: ERRO, Carmen (dir.). *Historia empresarial: pasado, presente y retos de futuro*. Barcelona: Editora Ariel, 2003. p. 135-152.
- VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. 2007. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, RS, 2007.
- VOGT, Olgário; SILVEIRA, Rogério Leandro L. (orgs.). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- VOGT, Olgário. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849-1993)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.
- WINK, Ronaldo. *Santa Cruz do Sul: urbanização e desenvolvimento*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.
- WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

## 8 FONTES DE PESQUISA

- Banco Agrícola Mercantil Ltda. Relatório da direção. Santa Cruz do Sul: Tipografia Lamberts & Riedl Ltda., 1938. Cedoc-Unisc.
- Banco Agrícola Mercantil S/A. Um símbolo de confiança em negócios bancários (1904 – 1954). Monografia Empresarial de 50 anos. Porto Alegre: Editora Globo, 1954. Cedoc-Unisc.
- Caixa Cooperativa de Crédito Santa-cruzense Ltda. Relatório de direção. Santa Cruz do Sul. Tipografia Lamberts & Riedl Ltda., 1932. Cedoc-Unisc.
- Caixa de Economia e Empréstimos. Relatório de direção (1905). Santa Cruz, maio de 1905. Cedoc-Unisc.
- Caixa de Economia e Empréstimos. Relatório de direção (1914). Santa Cruz, dezembro de 1914. Cedoc-Unisc.
- Caixa de Economia e Empréstimos. Relatório de direção (1915). Santa Cruz, setembro de 1915. Cedoc-Unisc.
- Caixa de Economia e Empréstimos. Livros de Atas de Reunião da diretoria. Santa Cruz. Lavrado e assinado pelo secretário: Sr. Paul Stahl. (1904-1910). Cedoc-Unisc.
- Caixa Cooperativa de Crédito Santa-cruzense. Livro de Atas de Reunião da diretoria. Santa Cruz. Lavrado e assinado pelo secretário: Sr. Guilherme Lamberts (1919). Cedoc-Unisc.
- Caixa Cooperativa de Crédito Santa-cruzense. Relatório de direção. Santa Cruz do Sul. Tipografia Lamberts & Riedl Ltda., 1921. Cedoc-Unisc.
- Caixa Cooperativa de Crédito Santa-cruzense. Relatório de direção. Santa Cruz do Sul. Tipografia Lamberts & Riedl Ltda., 1922. Cedoc-Unisc.
- Caixa Cooperativa de Crédito Santa-cruzense. Relatório de direção. Santa Cruz do Sul. Tipografia Lamberts & Riedl Ltda., 1923. Cedoc-Unisc.
- Gazeta do Sul, 15 de maio de 1954, p. 06. Anúncio Publicitário do Banco Agrícola Mercantil S/A. Arquivo do Grupo de Comunicação Gazeta do Sul.
- Jornal Kolonie, 18 de maio de 1924. Disponível em Cedoc-Unisc.
- Jornal Kolonie, 25 de fevereiro de 1928. Disponível em Cedoc-Unisc.

- Caixa Cooperativa de Crédito Santa-cruzense. Relatório de direção. Santa Cruz do Sul. Tipografia Lamberts & Riedl Ltda., 1927. Disponível em Cedoc-Unisc.
- Caixa Cooperativa de Crédito Santa-cruzense Ltda. Relatório de direção. Santa Cruz do Sul. Tipografia Lamberts & Riedl Ltda., 1928. Cedoc-Unisc.
- Caixa Cooperativa de Crédito Santa-cruzense Ltda. Relatório de direção. Santa Cruz do Sul. Tipografia Lamberts & Riedl Ltda., 1929. Cedoc-Unisc.
- Caixa Cooperativa de Crédito Santa-cruzense Ltda. Relatório de direção. Santa Cruz do Sul. Tipografia Lamberts & Riedl Ltda., 1930. Cedoc-Unisc.
- Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. A Companhia de Santa Cruz no 25º ano aniversário de sua fundação: Pequena monografia histórica de um estabelecimento industrial e comercial que nasceu, viveu e venceu (28/12/1918 – 28/12/1943). Monografia empresarial de 25 anos. Santa Cruz do Sul: Litografia da Companhia de Fumos Santa Cruz, 1943.
- Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. 50 anos cia. de fumos santa cruz. 1919-1969. Monografia empresarial de 50 anos. Santa Cruz do Sul: Litografia da Companhia de Fumos Santa Cruz, 1969.
- Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. Relatório da diretoria de vendas. Abril de 1919. Santa Cruz: Litografia Minerva Ltda., 1919.
- Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. Relatório da diretoria. Janeiro de 1920. Santa Cruz: Litografia Minerva Ltda., 1920.
- Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. Relatório da diretoria. Janeiro de 1921. Santa Cruz: Litografia Minerva Ltda., 1921.
- Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. Relatório da diretoria. Janeiro de 1922. Santa Cruz: Litografia da Cia. de Fumos Santa Cruz, 1922.
- Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. Relatório da diretoria. Janeiro de 1923. Santa Cruz: Litografia da Cia. de Fumos Santa Cruz, 1923.
- Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. Relatório da diretoria. Dezembro de 1931. Santa Cruz: Litografia da Cia. de Fumos Santa Cruz, 1931.
- Jornal Kolonie. Santa Cruz. 15/01/1926. Cedoc-Unisc.

**9 ANEXOS**

## ANEXO A

FICHA PROSOPOGRÁFICA: ELITE ECONÔMICA DE SANTA CRUZ DO SUL<sup>186</sup>

Dados gerais sobre a vida pessoal						FElite/econ.-SCS
A01	Sobrenome:	A02	Nome:	A03	Localidade nascimento:	
A04	Ano de Nascimento:	A05	Data de nascimento: / /	A06	Filiação Religiosa:	
A07	Nacionalidade:	A09	Falecimento: / /	A10	Cemitério:	
A11	Proprietário de linha telefônica segundo o Guia de 1938: ( )S ( )N			A12	Entidade empresarial: ( )ACI ( )Sindifumo ( )ACI/Sindifumo	
A13	Observações sobre a vida pessoal:					

Formação escolar					
B01	Possui formação escolar básica: ( )S ( )N		B02	Possui formação escolar técnica: ( )S ( )N	
B03	Área do curso técnico:		B04	Tipo de curso técnico:	
B05	Colégio básico:		B06	Colégio Técnico:	
B07	Integra Assoc. de ex-alunos: ( )S ( )N		B08	Possuí Formação Universitária: ( )S ( )N	
B09	Local da Formação Universitária:				
B10	Tipo de curso universitário:				
B11	Observações sobre formação escolar:				

Estrutura Familiar					
C01	Sobrenome do pai:		C02	Nome do pai:	
C03	Religião pai:		C04	Sobrenome da mãe:	
C05	Religião mãe:		C06	Nome da mãe:	
C07	Sobrenome do cônjuge:		C08	Nome do cônjuge:	
C09	Religião conj:				
C10	Observações sobre a vida familiar:				

Atividade empresarial da família					
D01	Ramo de atividade do avô paterno: ( )		D02	Ramo de atividade avô materno: ( )	
D03	Ramo de atividade principal do pai: ( )		D04	Outra atividade profissional do pai: ( )S ( )N	
D05	Atividade profissional secundária do pai 1: ( )		D06	Atividade profissional secundária do pai 2: ( )	
D07	Tendência dos irmãos em relação às atividades empresariais da família: ( ) concentraram no mesmo ramo ( ) diversificaram em outra ( ) liberal ou pública				
D08	Observações sobre as atividades empresariais da família:				

D01/D02/D03/D05/D06: (1) agrícola familiar; (2) comércio; (3) liberal (4) pública (5) alimentos (6) metalurgia (7) beneficiamento de fumo (8) indústria de cigarros

<sup>186</sup> Modelo de ficha originalmente desenvolvido para a pesquisa de HEINZ, Flávio M. Perfil da elite Política Regional: Estudo do Município de Santa Cruz do Sul. Relatório de Pesquisa. Departamento de Ciências Humanas (UNISC). 2000, adaptado pelo autor.

Trajetória empresarial			
E01	Setor da principal atividade empresarial: ( )	E02	Praticou mais de uma atividade profissional em vida: ( )S ( )N
E03	Atividade profissional secundária 1: ( )	E04	Atividade profissional secundária 2: ( )
E05	Atividade profissional secundária 3: ( )		
E06	Como iniciou a atividade empresarial: ( ) parceria/herança familiar ( ) em sociedade com terceiros ( ) foi o empreendedor principiante		
E07	Proprietário de Ltda.: ( )S ( )N	E08	Situação como proprietário de Ltda.: ( ) sócio de Ltda. ( ) proprietário de uma ( ) proprietário em mais de uma
E09	Acionista de S/A.: ( )S ( )N	E10	Situação como acionista de S/A.: ( ) acionista de 1 ( ) majoritário de 1 ( ) majoritário de 1 e acionista de outra
E11	Empresa principal Ltda. – localização:		
E12	Empresa principal S/A. – localização:		
E13	Participação em outras empresas:		
E14	Observações empresariais:		

E01/E03/E04/E05: (1) agrícola familiar; (2) comércio; (3) liberal (4) pública (5) alimentos (6) metalurgia (7) beneficiamento de fumo (8) indústria de cigarros

Carreira política			
F01	PossuÍ atuação política: ( ) eventual ( ) freqüente ( ) nenhuma ( ) permanente	F02	Legislativo Municipal: ( )S ( )N
F03	Atuação no legislativo municipal: ( ) apenas candidato ( ) até uma gestão ( ) até duas gestões ( ) três gestões ou mais		
F04	Funções no legislativo estadual:		
F05	Funções no executivo municipal:		
F06	Partido predominante até 1937:	F07	Partido predominante entre 1945-65:
F08	Partido após AI2:		
F09	Observações sobre a vida política:		

Engajamento social			
G01	Freqüência em atividades sociais – necrológios/peças de biografias: ( )S ( )N	G02	Dirigente de clube: ( )S ( )N
G03	Situação associativa em relação aos clubes – necrológio: ( ) sócio em mais de dois clubes ( ) sócio de dois clubes ( ) sócio de um clube		
G04	Situação diretiva em relação aos clubes: ( ) dirigente de um clube ( ) dirigente de dois clubes ( ) dirigente em mais de dois clubes		
G05	Clube Principal – homenagens póstumas:		
G06	Clube secundário 1:		
G07	Clube secundário 2:		
G08	Observações sobre a vida associativa/comunitária/religiosa:		

Informações relevantes sobre a construção do patrimônio e da rede social			

Descrição das fontes			

## ANEXO B

### Resumo geográfico do Município de Santa Cruz do Sul: localização, clima e relevo

O Município de Santa Cruz do Sul está localizado na encosta inferior do nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, há 155 km da capital estadual de Porto Alegre e 2.224 km da capital nacional, Brasília. Suas coordenadas geográficas são 29°43'59" de Latitude Sul e 52°24'52" de Longitude Oeste. Seu relevo está constituído por áreas levemente onduladas ao Sul, vales, morros e elevações maiores, originadas dos primeiros contrafortes da Serra Geral ao Norte. Apresenta altitude média de 122m. do nível do mar. O clima é subtropical temperado, com temperaturas médias de 19°C máxima de 42°C e mínima de 5° C. As chuvas caem entre 100 e 126 dias ao ano, com precipitações de 1300 a 1800 mm. Ocorrem ventos do quadrante leste, com velocidade média de 1,5 a 2,0 metros por segundo. (Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul).

### Mapa do Rio Grande do Sul com divisão municipal em 1900. Localização de Santa Cruz

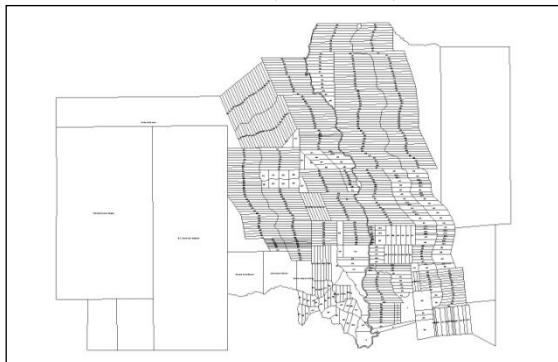


Fonte: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=611> com alterações do autor

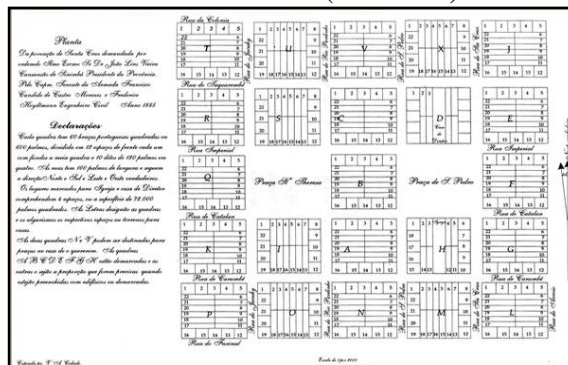
## ANEXO C

## ESPAÇO DE ATUAÇÃO DA ELITE DE SANTA CRUZ DO SUL – MAPAS COMPARATIVOS DA COLÔNIA, VILA E CIDADE<sup>187</sup>

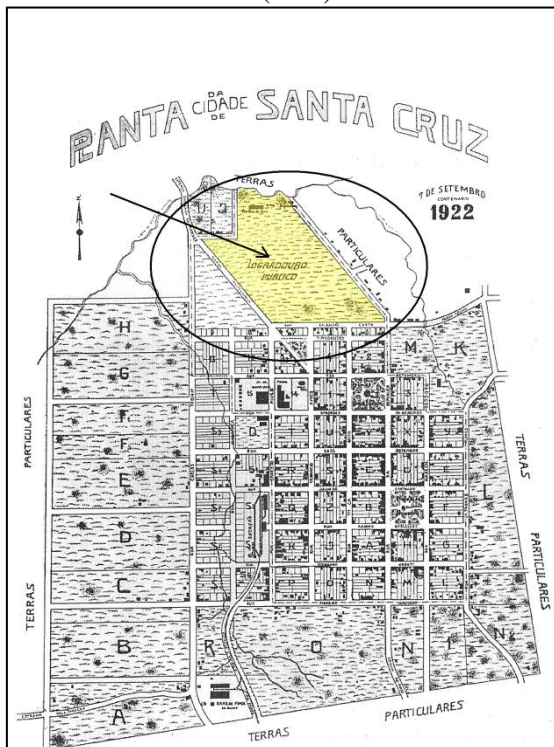
Colônia de Santa Cruz (1849-1878)



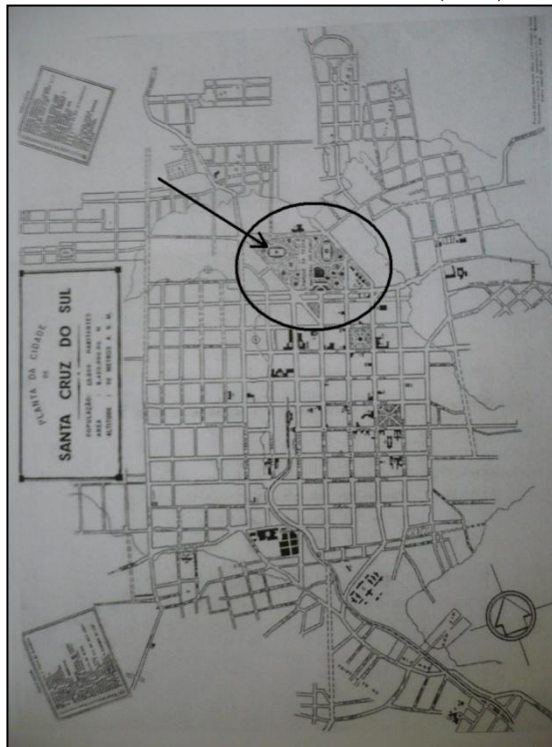
Vila de Santa Cruz (1878-1905)



Cidade de Santa Cruz (1922)



Cidade de Santa Cruz do Sul (1954)



Fonte:

Mapa da Colônia – Disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul.

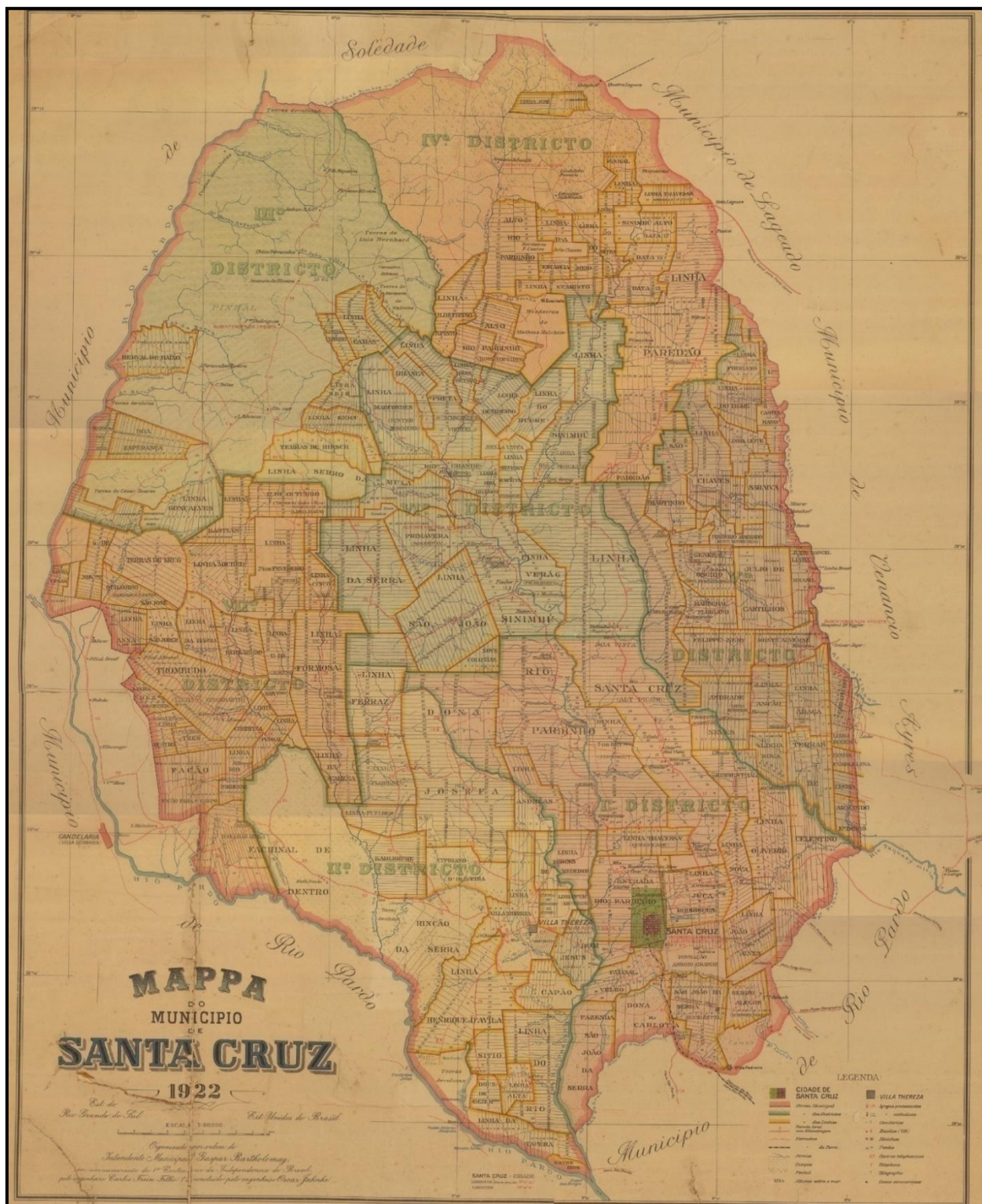
Mapa da Vila – Disponível em: Santa Cruz do Sul: um olhar sobre o passado (DVD). Emigdio Henrique Campos Engelman, Roberto Radünz. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009.

Mapa da Cidade (ver anexo E); Mapa de 1954 – Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul.

<sup>187</sup> Os mapas são recursos ilustrativos que sofreram alterações do autor. No mapa de 1922 e 1954 para efeitos de comparação foi circulado o local de realização das festividades local como a Festa do Centenário da Imigração alemã, a Festa Nacional do Fumo e a Oktoberfest.



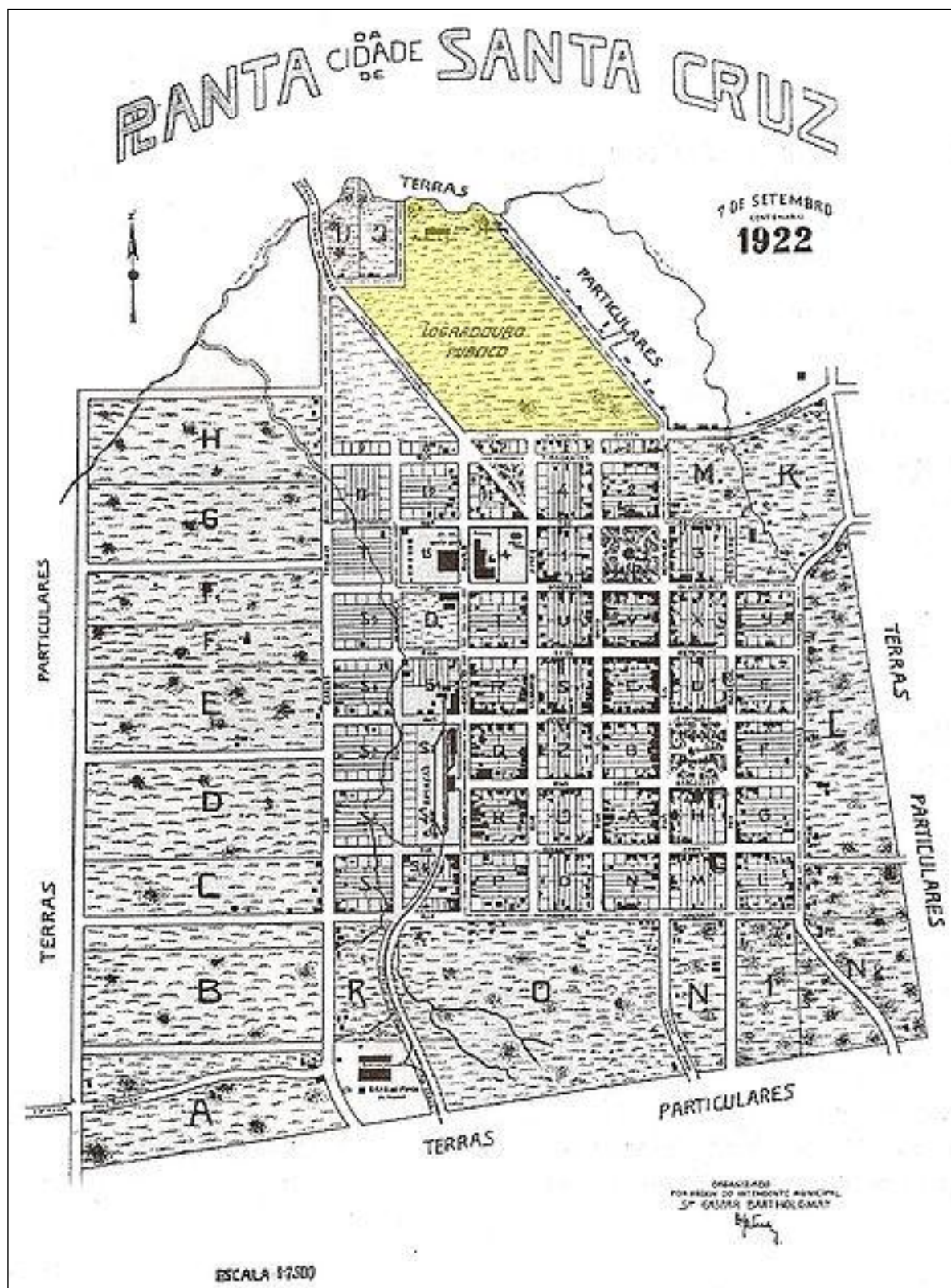
## ANEXO D

MAPA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ EM 1922<sup>188</sup>

<sup>188</sup> Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul.



## ANEXO E

MAPA DA CIDADE DE SANTA CRUZ EM 1922<sup>189</sup>

<sup>189</sup> Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul

## ANEXO F

**“As firmas tradicionais de Santa Cruz nos 100 anos de nossa empreendedora história”:  
empresas & famílias segundo o jornal Gazeta de Santa Cruz.**

<b>Empresas (ano de fundação)</b>	<b>Resumo das atividades econômicas</b>	<b>Grupo familiar proprietário.</b>
1. Companhia de Fumos Santa Cruz S/A. (1918)	Fabricação de cigarros.	Rede elite local
2. Kliemann & Cia. Ltda. (1905)	Beneficiamento de fumo	Kliemann
3. Tabacos Tatsch & Cia. Ltda. (1905-1934)	Beneficiamento de fumo. Em 1934 era Fernando Tatsch & Filhos Cia. Ltda.	Tatsch
4. Fernando C. Tatsch & Filhos Cia. Ltda.(1943)	Beneficiamento de fumo.	Tatsch
5. Exportadora Hennig S/A (1888)	Beneficiamento de fumo.	Hennig
6. Companhia de Cigarros Sinimbu S/A (1934)	Indústria de cigarros	Hennig
7. Banco Sinimbu S/A. (1925)	Antiga Casa Bancária Hennig Ltda.	Hennig
8. Fábrica de Fumos Sul Brasileira Cia Ltda.	Beneficiamento de fumo.	Eifler
9. Cigarros 35 Ltda. (1905)	Fabricação de cigarros.	Eifler
10. Ph. Loewnhaupt Cia. Ltda. (1905)	Beneficiamento de fumo	Loewnhaupt
11. Fábrica de Máquinas Schreiner Cia. Ltda. (1882)	Indústria de Metalurgia	Schreiner
12. Fábrica de Máquinas Rodolfo Binz & Filho Ltda. (1912)	Indústria de Metalurgia	Binz
13. Caspary & Cia. Ltda. (1935)	Comércio de automóveis. Revendedora da marca Ford.	Caspary
14. Jorge Hoelzel & Cia. Ltda. (1924)	Indústria de borracha	Hoelzel
15. Baumhardt & Irmãos Cia. Ltda. (1926)	Indústria de banha, carnes embutidas e mercado.	Baumhardt.
16. Hennes Soehne & Cia. (1905)	Indústria de balas.	Hennes e Soehne
17. Dreyer & Cia. (1906)	Comércio	Dreyer
18. Irmãos Franciosi & Cia. (1910)	Comércio de roupas	Franciosi
19. Goldbeck & Boettcher Ltda. (1921)	Indústria de beneficiamento de fumo	Goldbeck e Boettcher
20. Gruending Irmãos Ltda. (1904)	Indústria de bebidas e beneficiamento de fumo.	Gruending
21. Bergel & Baumhardt Ltda. (1939)	Indústria de balas e chocolate em pó.	Bergel e Baumhardt
22. Litografia Minerva Ltda. (1885)	Produção gráfica.	
23. Ahmad A. Baccar. Fábrica de bebidas & bar (1905)	Indústria de bebidas	Baccar
24. Oficina Eletro-mecânica Gustavo Pfeifer Ltda. (1905)	Oficina Eletro-mecânica	Pfeifer
25. Schütz Irmãos Ltda. (1905)	Beneficiamento e fabricação de cigarros.	Schütz.
26. Hoppe & Cia. (1940)	Indústria e Comércio de couro	Hoppe
27. Guilherme Binz & Cia. (1913)	Metalurgia	Binz
28. João Koppe & Cia. (1859)	Indústria de couro, fundada em 1859.	Koppe
29. Henrique Ammon & Cia. Ltda. (1888)	Indústria de balas e bebidas	Ammon
30. Gruending & Cia. Ltda. (1907)	Indústria de metalurgia	Gruending
31. Willibaldo Ritter & Cia. Ltda. (1906)	Comércio	Ritter
32. Luiz Halmenschlager & Cia. Ltda. (1905)	Indústria de materiais escolares.	Halmenschlager
33. Wild & Cia. (1897)	Comércio de utensílios agrícolas	Wild
34. Dorval Martins Ltda.	Indústria de café	Martins

35. Polar S/A. – Indústria, Comércio e Agricultura. (1945)	Indústria de cerveja, bebidas, laticínios.	Gruending, Agnes, Ferreira, Diehl
36. Cervejaria Estrela S/A (1908)	Indústria de cerveja. (fundiu com a Polar S/A em 1945)	Gruending, Diehl, Scherer
37. Indústria de Laticínios Santa Cruz S/A (1906)	Indústria de laticínios (fundiu com a Polar S/A em 1945)	Agnes, Ferreira
38. Cervejaria Polar S/A. (1921 – 1945)	Indústria de cerveja. (falência em 1945)	Schütz
39. Martin Irmãos Cia. Ltda. – Fábrica de Calçados. (1935)	Comércio e indústria de calçados.	Martins
40. Werlang & Irmãos. (1925)	Transporte	Werlang
41. Ferreira & Cia. Ltda. (1941)	Comércio	Ferreira
42. Waechter & Cia. Ltda. (1944)	Comércio de roupas e calçados	Waechter
43. Froehlich Irmãos Ltda. (1937)	Comércio de produtos agrícolas e de casa.	Froehlich
44. Zimmer & Goettert Cia. Ltda. (1942)	Comércio	Zimmer e Goettert
45. Mergener & Cia. (1934)	Comércio	Mergener
46. Kothe & Cia. (1918)	Indústria, Comércio e Serviços.	Kothe
47. Casa Mailaender & Cia Ltda. (1892)	Comércio de produtos agrícolas, móveis e eletrodomésticos.	Hennig, Mailaender, Baumhardt e Kliemann
48. Keller & Niedersberg (1934)	Comércio de roupas e eletrodoméstico	Keller e Niedersberg
49. Heuser & Irmãos (1865)	Comércio de produtos agrícolas.	Heuser
50. Frederico Rech & Filhos (1905)	Comércio e Bazar	Rech
51. Nagel & Cia.	Comércio	Nagel
52. Agnes & Irmãos Cia. Ltda. (1924)	Comércio de automóveis da marca Chevrolet	Agnes
53. Lojas Lessing Cia. Ltda. (1875)	Comércio de jóias e ouro	Bartholomay
54. Lojas Kirst Ltda. (1905)	Comércio de roupas e calçados	Kirst
55. Sanatório Vida Nova (1915)	Clínica Psiquiátrica	Kaempff
56. Alceu Krug Ferreira & Cia.	Comércio de secos e molhados	Ferreira
57. Knak & Cia. Ltda. (1936)	Comércio de armarinho e miudezas	Knak
58. Avelino Breidenbach Ltda.	Comércio	Breidenbach
59. Gerhardt Ltda.	Comércio de jóias	Gerhardt
60. Reinaldo Berger & Cia Ltda.	Comércio	Berger
61. Helmuth Fuelber & Cia Ltda.	Comércio de secos e molhados	Fuelber
62. Otto Knudsen & Cia.	Comércio de secos e molhados	Knudsen
63. Becker & Irmãos	Comércio de utensílios agrícolas e do lar.	Becker
64. Bazar Rex Ltda.	Comércio de presentes e papelaria	Rex
65. Guilherme João Muller & Cia.	Comércio de secos e molhados	Muller
66. J. Alfredo Martin Ltda.	Comércio	Martins
67. Farmácia Evers & Cia Ltda. (1880)	Comércio de produtos farmacêuticos.	Evers
68. Cinema Apolo (1905)	Entretenimento, cultura e lazer.	Evers
69. Oficina Eletro-Mecânica Reichert (1918)	Serviços de reparação mecânica e elétrica, comércio de peças.	Reichert
70. Stahl & Cia. (1884)	Comércio de papelaria e livraria.	Stahl
71. Peschel & Cia Ltda. (1932)	Comércio de produtos farmacêuticos.	Peschel
72. Sociedade Cooperativa de Crédito Rural União Popular (1919)	Casa bancária de crédito agrícola	Agnes, Frantz, Mergener
73. Banco Agrícola Mercantil S/A. (1904 – 1946)	Principal instituição bancária organizada pela elite local	Rede elite.
74. Fernando Schulte & Cia. Ltda. (1908)	Comércio	Schulte
75. Lamberts, Riedl & Cia. (1882)	Editora de jornal, livros e revista.	Lamberts e Riedl
76. Lojas Arthur Müller & Cia. Ltda. (1917)	Comércio de roupas e calçados	Müller.

Elaborado pelo autor com base na reportagem do jornal Gazeta de Santa Cruz, publicado em 09/05/1947.

## ANEXO G

### DELIMITAÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA: OS BENEMÉRITOS EMPRESÁRIOS DE SANTA CRUZ DO SUL (PROPRIETÁRIOS DOS 76 ESTABELECIMENTOS TRADICIONAIS DO CENTENÁRIO MUNICIPAL)

<b>1ª Geração: os empresários da Colônia de São João de Santa Cruz</b>			
Nome	Ano Nasc.	Vínculo empresarial ou profissional familiar	Vínculo empresarial com terceiros S/A. ou Coop.
1G – 01. Abraão Tatsch	1823	Botica Tatsch & Cia.	Excelsior & Cia. Ltda.
1G – 02. Adão Jost	1855	Armazém de Secos & Molhados	Caixa Cooperativa de Crédito
1G – 03. Adolfo Evers	1857	Farmácia Evers & Cia Ltda.	Sem vínculo empresarial
1G – 04. Carlos Kern	1846	Livraria e papelaria Kern Ltda.	Banco Agrícola Mercantil S/A.
1G – 05. Carlos Schütz	1848	Irmãos Schütz	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.
1G – 06. Carlos Wild	1834	Armazém Wild de Secos & Molhados	(vazio)
1G – 07. Cristiano Herbets	1863	Armazém Herbets	Banco Agrícola Mercantil S/A.
1G – 08. Cristiano João Smidt	1855	Professor público	Banco Agrícola Mercantil S/A.
1G – 09. Emílio Henrique Schmitt	1865	Agrícola familiar	Banco Agrícola Mercantil S/A.
1G – 10. Felipe Heuser	1851	Felipe Heuser & Cia.	(vazio)
1G – 11. Frederico Augusto Hennig	1833	Casa comercial de cachaça & leite Frederico Hennig	(vazio)
1G – 12. Frederico Guilherme Bartholomay	1839	Lojas Lessing Cia. Ltda. (Maçonaria)	(vazio)
1G – 13. Frederico Julio Gruending	1854	Empório Gruending	(vazio)
1G – 14. Guilherme Hansel	1865	Armazém Hansel	Banco Agrícola Mercantil S/A.
1G – 15. Guilherme Lamberts	1866	Jornal Kolonie (Lamberts, Riedl & Cia. Ltda.)	Banco Agrícola Mercantil S/A.
1G – 16. Henrique Adolfo Lamberts	1865	Jornal Kolonie (Lamberts, Riedl & Cia. Ltda.)	Banco Agrícola Mercantil S/A.
1G – 17. Henrique Wilges	1862	Casa de Ferragens & Miudezas em Geral	Banco Agrícola Mercantil S/A.
1G – 18. João Frantz	1863	Frantz Comércio em Geral Ltda.	Banco Agrícola Mercantil S/A.
1G – 19. José Etges	1859	José Etges & Cia	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.
1G – 20. José Miguel Frantz	1865	Frantz Comércio em Geral Ltda.	Crédito Rural União Popular S/A.
1G – 21. Louis Gölzer	1860	Armazém Gölzer Ltda.	Banco Agrícola Mercantil S/A.
1G – 22. Nicolau Götter	1857	Casa de Miudezas e Atacado Götter Ltda.	Banco Agrícola Mercantil S/A.

1G – 23. Oscar Gressler	1853	Comercial Gressler & Irmãos Ltda.	Banco Agrícola Mercantil S/A.
1G – 24. Otto Herig	1855	Miudezas e folha em fumo Herig Ltda.	Banco Agrícola Mercantil S/A.
1G – 25. Pedro Werlang	1836	Werlang & Irmãos Ltda.	(vazio)
1G – 26. Reinhard Kühleis	1862	(vazio)	(vazio)
1G – 27. Rodolfo Gressler	1862	Comercial Gressler & Irmãos Ltda.	(vazio)
1G – 29. Wilhelm (Guilherme) Schreiner	1848	Schreiner & Cia. Fabrica de Machinas e Fundição	

### 2ª Geração: os empresários da Vila de Santa Cruz

Nome	Ano Nasc.	Vínculo empresarial familiar	Vínculo empresarial com terceiros
2G – 01. Albert Benninger	1870	(vazio)	Banco Agrícola Mercantil S/A
2G – 02. Alfredo Heuser	1885	Heuser Irmãos & Cia.	Cervejaria Polar S/A.
2G – 03. Alfredo Schütz	1875	Irmãos Schütz & Cia. Ltda.	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.
2G – 04. Anton Eick	1888	Casa Eick Ltda.	Banco Agrícola Mercantil S/A.
2G – 05. Arnaldo Diehl	1878	(vazio)	(vazio)
2G – 06. Arthur Jaeger	1875	Casa Jaeger & Irmão Ltda.	(vazio)
2G – 07. Augusto Gessinger	1874	(vazio)	Banco Agrícola Mercantil S/A.
2G – 08. Augusto Hennig	1866	Casa bancária Hennig & Cia. Ltda.	Cigarros Sinimbu S/A.
2G – 09. Bernardo Fischer	1868	Casa Comercial Fischer Ltda.	Crédito Rural União Popular S/A.
2G – 10. Carlos G. Kuhn	1873	Bazar e Tipografia Kuhn & Cia.	(vazio)
2G – 11. Carlos Gessinger	1877	(vazio)	Banco Agrícola Mercantil S/A.
2G – 12. Carlos Herrmann	1886	(vazio)	Banco Agrícola Mercantil S/A.
2G – 13. Carlos Hoelzel	1869	Borrachas Hoelzel & Filhos Ltda.	(vazio)
2G – 14. Carlos Schreiner	1877	Schreiner & Cia. Fabrica de Machinas e Fundição	(vazio)
2G – 15. Cherubin E. Schuck	(vazio)	Casa Martin Irmãos & Sobrinhos Cia. Ltda.	(vazio)
2G – 16. Edwino Peschel	1889	Farmácia Peschel & Cia. Ltda.	(vazio)
2G – 17. Emílio Guilherme Schulz	(vazio)	(vazio)	Banco Agrícola Mercantil S/A.
2G – 18. Ernesto Augusto Wild (Ferraz)	1871	Wild & Filhos Cia. Ltda.	(vazio)
2G – 19. Felipe Jacobus	1878	(vazio)	Banco Agrícola Mercantil S/A.
2G – 20. Felipe Niedersberg	(vazio)	(vazio)	(vazio)
2G – 21. Félix Ambrósio Hoppe	1888	Curtume Hoppe & Cia.	Crédito Rural União Popular S/A.
2G – 22. Fernando Carlos Tatsch Sobrinho	1874	Tabacos Tatsch & Cia.	Fernando C. Tatsch &

		Ltda.	Filhos Cia. Ltda.
2G – 23. Fernando Albano Schulte	(vazio)	Armazém Schulte Ltda.	Banco Agrícola Mercantil S/A.
2G – 24. Francisco José Kliemann	1883	Kliemann & Cia.	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.
2G – 25. Gaspar Bartholomay	1879	Lojas Lessing Cia. Ltda.	Banco Agrícola Mercantil S/A.
2G – 26. Guilherme Frantz	1880	(vazio)	Banco Agrícola Mercantil S/A.
2G – 27. Guilherme João Müller	(vazio)	(vazio)	(vazio)
2G – 28. Gustavo Felipe Gerhardt	1880	Joalheria Gerhardt & Filhos Ltda.	(vazio)
2G – 29. Harald Soehnle	(vazio)	Fábrica Sulina de Hennes, Söhnle & Cia.	(vazio)
2G – 30. Helmuth Schütz	1886	Irmãos Schütz & Cia. Ltda.	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.
2G – 31. Henrique Ammon	1874	Fábrica de caramelos Sulina & Cia. Ltda.	(vazio)
2G – 32. Henrique Gessinger	1871	(vazio)	Banco Agrícola Mercantil S/A.
2G – 33. Henrique Hennes	1885	Fábrica Sulina de Hennes, Söhnle & Cia.	(vazio)
2G – 34. Henrique Heuser	1887	Heuser Irmãos & Cia.	Cervejaria Polar S/A.
2G – 35. Henrique Schütz	1878	Irmãos Schütz & Cia. Ltda.	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.
2G – 36. Hubert Eick	1889	Casa Eick Ltda.	Banco Agrícola Mercantil S/A.
2G – 37. João Kirst	1885	Lojas Kirst Ltda.	Banco Agrícola Mercantil
2G – 38. João Koppe	1890	Curtume Koppe Ltda.	(vazio)
2G – 39. João Nicolau Kliemann	1876	Kliemann & Cia.	Banco Agrícola Mercantil S/A.
2G – 40. João Pedro Konzen	1870	Konzen Comércio Agrícola Ltda.	Banco Agrícola Mercantil S/A.
2G – 41. José Carlos Kohmann	1883	Loja Kohmann Ltda.	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.
2G – 42. José Ernesto Riedl	1874	Jornal Kolonie (Lamberts, Riedl & Cia. Ltda.)	Banco Agrícola Mercantil S/A.
2G – 43. José Etges Filho	1884	José Etges Filho & Cia. Ltda.	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.
2G – 44. Júlio Bartholomay	1885	Lojas Lessing Cia. Ltda.	Cervejaria Polar S/A.
2G – 45. Lindolpho Grawunder	1887	Lindolpho Grawunder & Cia. Ltda.	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.
2G – 46. Luiz Halmenschlager	1890	Halmenschlager Ltda. Fábrica de caixinhas	(vazio)
2G – 47. Manuel Spode	1885	Joalheria e ótica Hoffman, Spode & Cia.	(vazio)
2G – 48. Mathias Jacobs	1875	Armazém & Cia.	Banco Agrícola Mercantil S/A.
2G – 49. Mathias Melchior Sobrinho	(vazio)	(vazio)	Banco Agrícola Mercantil S/A.
2G – 50. Oscar Hugo Martins	(vazio)	Funerária Oscar H. Martins & Cia. Ltda.	(vazio)
2G – 51. Oswald Schütz	1882	Irmãos Schütz & Cia. Ltda.	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.
2G – 52. Otto Frederico Gruending	1875	Fábrica de bebidas	(vazio)

		Gruending & Cia. Ltda.	
2G – 53. Otto Kundsén	1889	Otto Kunudsen & Cia.	Banco Agrícola Mercantil S/A.
2G – 54. Paul Stahl	(vazio)	(vazio)	(vazio)
2G – 55. Pedro Fröhlich	1870	Empório Fröhlich	(vazio)
2G – 56. Pedro Nagel	(vazio)	(vazio)	(vazio)
2G – 57. Philipp Loewnhaupt	1886	Ph. Loewnhaupt & Cia Ltda.	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.
2G – 58. Raphael Jost	1890	(vazio)	(vazio)
2G – 59. Ricardo Hoffmann Filho	1881	Joalheria Hoffmann & Bartholomay	(vazio)
2G – 60. Roberto Gruending	1872	Metalúrgica Gruending Ltda.	(vazio)
2G – 61. Rodolfo Eifler	1876	Fábrica de Fumos Sul - Brasileiro Ltda.	(vazio)
2G – 62. Rodolfo Guilherme Binz	1885	Indústria Binz Ltda.	(vazio)
2G – 63. Rodolfo Stahl	(vazio)	(vazio)	(vazio)
2G – 64. Theodoro Frederico Schilling	1870	Theodoro F. Schilling & Cia.	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.

<b>3ª Geração: os empresários da Cidade de Santa Cruz do Sul</b>			
Nome	Ano Nasc.	Vínculo empresarial familiar	Vínculo empresarial com terceiros
3G – 01. Adolfo Caspary	1900	Caspary & Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 02. Adolfo Edmundo Hennig	1890	Fábrica de Cigarros Sinimbu & Cia. Ltda.	Exportadora Hennig S/A.
3G – 03. Adolpho Iserhard	(vazio)	Adolfo Iserhard & Cia. Ltda.	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.
3G – 04. Afonso Agnes	1915	Agnes, Frantz & Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 05. Afonso Theo Kothe	1907	Expresso Gaúcho Ltda.	(vazio)
3G – 06. Ahmad A. Baccar	1895	Lojas Oriental Ltda.	(vazio)
3G – 07. Alberto Keller Filho	(vazio)	(vazio)	Banco Agrícola Mercantil S/A.
3G – 08. Alceu Krug Ferreira	1918	(vazio)	Alceu Krug Ferreira & Cia. Ltda.
3G – 09. Alfredo José Kliemann	1902	Kliemann & Cia.	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.
3G – 10. Alfredo Martin	(vazio)	Casa Martin Irmãos & Sobrinhos Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 11. Alvino Waechter	(vazio)	Lojas Waechter & Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 12. Antônio Franciosi	1892	Casa Franciosi & Cia.	(vazio)
3G – 13. Armino Müller	1901	Farmácia Müller & Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 14. Arno C. Binz	1902	Indústria Binz Ltda.	(vazio)
3G – 15. Arnaldo Oswald Hennig	1897	Hennig & Cia. Ltda.	Banco Sinimbu S/A.
3G – 16. Arthur Carlos Kliemann	1900	Kliemann & Cia.	Gazeta de Santa Cruz
3G – 17. Arthur de Jesus Ferreira	1897	Ferreira & Cia. Ltda.	Polar S/A – Indústria, Comércio e Agricultura
3G – 18. Arthur Müller	1897	Lojas Arthur Müller	(vazio)



		Ltda.	
3G – 19. Arthur Walter Kaempf	1892	Sanatório Kaempf Ltda.	(vazio)
3G – 20. Augusto Leopoldo Becker	1899	Becker Irmãos & Cia. Ltda.	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A
3G – 21. Avelino Breidenbach	1909	(vazio)	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A
3G – 22. Bruno Agnes	1913	Agnes, Frantz & Cia. Ltda.	Caixa Rural União Popular S/A.
3G – 23. Bruno Francisco Kliemann	1912	Kliemann & Cia.	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.
3G – 24. Carlos Baumhardt	1894	Frigorífico Excelsior Ltda.	(vazio)
3G – 25. Carlos Bergel	1920	Fábrica de Balas Bergel & Baumhardt Ltda.	(vazio)
3G – 26. Cid Barbosa Vellozo	(vazio)	(vazio)	(vazio)
3G – 27. Cristóvão Agnes	1909	Agnes, Frantz & Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 28. Curt Ernesto Kirst	(vazio)	Lojas Kirst Ltda.	Banco Agrícola Mercantil
3G – 29. Dorval Martins	(vazio)	Fábrica Café Pescador & Cia Ltda.	(vazio)
3G – 30. Dorvalino Sfoggia	1895	Industrial Café Pescador Ltda.	(vazio)
3G – 31. Edgar Gruending	1916	Metalúrgica Gruending Ltda.	Polar S/A – Indústria, Comércio e Agricultura
3G – 32. Edmundo Alfredo Becker	1904	Becker Irmãos & Cia. Ltda.	Banco Agrícola Mercantil S/A
3G – 33. Edmundo Hoppe	1917	Curtume Hoppe & Cia.	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.
3G – 34. Edmundo Ricardo Gruending	1898	Fábrica de bebidas Gruending & Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 35. Egon Francisco Knak	(vazio)	Knak Ltda. Comércio e Importação	Polar S/A – Indústria, Comércio e Agricultura
3G – 36. Elíbio Mailaender	1896	Casa Hennig & Mailaender	Olaria Santa Cruz S/A.
3G – 37. Elsa Emília Hennig	1893	(vazio)	(vazio)
3G – 38. Emílio Eifler	1901	Cigarros 35 Ltda.	(vazio)
3G – 39. Emílio Rabenschlag	(vazio)	(vazio)	Banco Agrícola Mercantil S/A.
3G – 40. Erna Cecilia Hennig	1894	Casa Hennig, Mailaender & Cia. Sta. Cruz Ltda.	Transportadora Hennig S/A.
3G – 41. Ernesto Caspary	1899	Caspary & Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 42. Erny Ludwig	(vazio)	(vazio)	Gazeta de Santa Cruz
3G – 43. Ervino Eifler	1895	Fábrica de Fumos Sul-Brasileiro Ltda.	(vazio)
3G – 44. Ervino Rodolfo Hennig	1898	Fábrica de Cigarros Sinimbu & Cia. Ltda.	Hennig S/A.
3G – 45. Euclides Nicolau Kliemann	1922	Mailaender & Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 46. Felipe Júlio Guilherme Becker	1904	Becker Irmãos & Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 47. Fernando Werlang	(vazio)	Werlang & Irmãos Ltda.	(vazio)
3G – 48. Francisco José Frantz	1917	Grupo de Comunicação Gazeta	Crédito Rural União Popular S/A.

		Ltda.	
3G – 49. Frederico Goldmann	1908	João Goldmann & Filho Ltda.	(vazio)
3G – 50. Frederico Guilherme Scherer	1908	Lojas Kirst & Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 51. Frederico Guilherme Schreiner	1900	Schreiner & Cia. Fabrica de Machinas e Fundação	Cervejaria Polar S/A.
3G – 52. Frederico Rech	(vazio)	(vazio)	(vazio)
3G – 53. Fredi Martin	(vazio)	Casa Martin Irmãos & Sobrinhos Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 54. Germano Becker	1900	Becker Irmãos & Cia. Ltda.	Indústria de Laticínios Santa Cruz S/A
3G – 55. Gottfried Boettcher	1899	(vazio)	(vazio)
3G – 56. Guilherme Käempf	(vazio)	Käempf Irmãos & Cia. Ltda.	Banco Agrícola Mercantil S/A.
3G – 57. Gustavo Guilherme Gerhardt	1920	Joalheria Gerhardt & Filhos Ltda.	(vazio)
3G – 58. Gustavo Pfeifer	(vazio)	(vazio)	(vazio)
3G – 59. Harald Hugo Spode	1903	Joalheria e ótica Hoffman, Spode & Cia.	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.
3G – 60. Helmuth Daniel Waechter	(vazio)	Lojas Waechter & Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 61. Helmuth Fuelber	1915	(vazio)	(vazio)
3G – 62. Henrique João Gerhardt	1917	Joalheria Gerhardt & Filhos Ltda.	(vazio)
3G – 63. Henrique Zimmer	1915	Zimmer & Goettert Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 64. Hildo Caspary	1912	Caspary & Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 65. Hugo Gregor Kuhn	1907	Bazar e Tipografia Kuhn & Cia.	(vazio)
3G – 66. Jean Hanquet	1902	Mercado e Padaria Hanquet Ltda.	Polar S/A – Indústria, Comércio e Agricultura
3G – 67. João Evers	1900	Farmácia Evers & Cia Ltda.	(vazio)
3G – 68. João Goldbeck	(vazio)	(vazio)	(vazio)
3G – 69. João Vicente Goettert	1919	Zimmer & Goettert Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 70. Jorge Emílio Hoelzel	1891	Fábrica de borrachas Jorge Hoelzel & Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 71. José Augusto Mergener	1895	José Mergener & Cia.	Crédito Rural União Popular S/A.
3G – 72. Juca Werlang	(vazio)	Werlang & Irmãos Ltda.	(vazio)
3G – 73. Kurt Weissheimer	1910	(vazio)	Banco Agrícola Mercantil S/A.
3G – 74. Lido Kothe	1904	Lido Kothe & Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 75. Ludovico Stahl	(vazio)	(vazio)	(vazio)
3G – 76. Ludwig Maechler	1906	Farmácia Cruzeiro & Cia. Ltda.	Olaria Santa Cruz S/A.
3G – 77. Luiz Gittinger	(vazio)	(vazio)	(vazio)
3G – 78. Margit Irene Mailaender	1924	Casa Mailaender & Cia. Ltda.	Indústria de Laticínios Santa Cruz S/A.
3G – 79. Martin Voss	(vazio)	(vazio)	(vazio)
3G – 80. Michel Rauber	(vazio)	(vazio)	(vazio)

3G – 81. Nelson Evers	1910	Farmácia Evers & Cia Ltda.	(vazio)
3G – 82. Orlando Oscar Baumhardt	1904	Ferragem Baumhardt & Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 83. Oscar Keller	(vazio)	Keller & Niedersberg Ltda.	(vazio)
3G – 84. Pedro Fröhlich Filho	1890	Empório Fröhlich	Banco Agrícola Mercantil S/A.
3G – 85. Reinaldo Agnelo Jacobus	(vazio)	(vazio)	Banco Agrícola Mercantil S/A.
3G – 86. Reinaldo Berger	1917	Reinaldo Berger & Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 87. Ricardo Armando Scherer	(vazio)	(vazio)	(vazio)
3G – 88. Ricardo Arthur Martin	(vazio)	Casa Martin Irmãos & Sobrinhos Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 89. Rolf Loewnhaupt	1920	Ph. Loewnhaupt & Cia Ltda.	Companhia de Fumos Santa Cruz S/A.
3G – 90. Serafim Waechter	(vazio)	Lojas Waechter & Cia. Ltda.	(vazio)
3G – 91. Walter P. G. Dreyer	1911	Dreyer & Cia.	(vazio)
3G – 92. Willibaldo Ritter	(vazio)	(vazio)	(vazio)
3G – 93. Willy Carlos Fröhlich	1913	Fröhlich Irmãos Ltda.	Crédito Rural União Popular S/A.